



Universidade  
Portucalense  
*Infante D. Henrique*

# VALOR SIMBÓLICO DO CENTRO HISTÓRICO DA PRAIA - CABO VERDE



Tese apresentada na Universidade Portucalense para a obtenção do grau de doutor

**Autor:** Lourenço Conceição Gomes

**Orientador:** Professor Doutor José Manuel Tedim

**Porto  
2008**

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador Professor Doutor José Manuel Tedim pela disponibilidade e sábia orientação imprimida a este trabalho e à Universidade Portucalense por ter acolhido o meu projecto e facultado a sua concretização.

Ao Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) pela bolsa de estudos concedida, sem a qual, me era impossível concretizar este projecto.

À minha esposa Maria do Rosário e às meninas Janine e Janira pela tolerância para com as minhas ausências e desatenções, mesmo estando presente, face à perseverança em direccionar todos os meus tempos livres a este trabalho, reconhecendo, de modo particular a todas, pelo apoio dado nas horas mais difíceis.

Aos meus ente-queridos, em especial à minha mãe, pela força que sempre me deu neste desafio e por ter percebido os seus propósitos.

Ao ex-Instituto Superior de Educação (ISE), pelas condições proporcionadas, dispensando-me de serviço, nos momentos que precisei deslocar a Portugal, para dar prosseguimento à pesquisa bem como aos colegas com quem tive a oportunidade de discutir o meu esquema conceptual de trabalho, pelos os seus valiosos contributos.

A todos os técnicos e funcionários que muito se empenharam em ajudaram-me no acesso a documentos e literatura, nos arquivos e bibliotecas, destacando-se, entre outros, no país: dos Institutos do Arquivo Histórico Nacional e da Biblioteca Nacional e do antigo Gabinete do Plano de Salvaguarda do Centro Histórico da Praia; em Portugal: do Arquivo Histórico Ultramarino, da Biblioteca Nacional, no Instituto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Militar de Lisboa, bem como das bibliotecas Pública/Municipal e da Portucalense no Porto.

Fica aqui, finalmente, um reconhecimento pelo interesse demonstrado pelos meus alunos pela História da Arte, o que constituiu para mim, um dos incentivos para uma especialização nesta área, em especial, ao dedicado estudante Denilson Pires, sendo que, este interesse também alicerçou a ideia de que, no futuro, poderei contar com um grupo de investigação, centrado nas realizações da arte em Cabo Verde.

## **Lista de siglas**

AHM – Arquivo Histórico Militar

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

B.O. – Boletim Oficial

BAHOP – Biblioteca e Arquivo das Obras Públicas

BMB – Biblioteca Municipal de Belém a Biblioteca de Artes da Fundação Calouste Gulbenkian

BNCV – Biblioteca Nacional de Cabo Verde

BNL – Biblioteca Municipal de Lisboa

BNU – Banco Nacional Ultramarino

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto Biblioteca Nacional de Lisboa

CEPA – Carta Europeia Do Património Architectónico

CIAM – Congresso Internacional de Arquitectura Moderna

CIATMH – Congresso Internacional de Arquitectos e de Técnicos dos Monumentos

HGCV-CD- História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental

CICRMH – Carta Internacional Sobre A Conservação E A Restauração De Monumentos

CMP – Câmara Municipal da Praia

GPSP - Gabinete do Plano de Salvaguarda do *Platô*

HML – Hemeroteca Municipal de Lisboa

IAHN-CV – Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde

IANTT – Instituto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo

IFH – Instituto de Fomento da Habitação

IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical

IILP – Instituto Internacional De Língua Portuguesa

IIPC – Instituto de Investigação e Patrimónios Culturais

INIC-CV – Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde

IPAAR – Instituto Português do Património Architectónico e Arqueológico

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

MIT – Mistério das Infra-estruturas e Transportes

MMA – Monumenta Missionária Africana

NP – Norma Portuguesa

PUD – Plano Urbanístico Detalhado

RBML – Rede de Bibliotecas Municipais de Lisboa

SEMU-DGU – Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar - Direcção Geral do Ultramar

SGG – Secretaria-geral do Governo

UA – Unidade Arquitectónica

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura



## Índice das Figuras e dos quadros

### Figuras e quadros da Primeira Parte

#### Inseridos no capítulo I

|               |                                                           |    |
|---------------|-----------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura</b> | Mapa das ilhas de Cabo Verde.....                         | 59 |
| <b>Única</b>  |                                                           |    |
| <b>Quadro</b> | Dimensões máximas das ilhas e dos Ilhéus que constituem o |    |
| <b>Único</b>  | arquipélago.....                                          | 60 |

### Figuras e quadros da Segunda Parte

#### Figuras inseridas no capítulo I

|                |                                                                                                                                               |     |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Fig. 1</b>  | Zona costeira onde foram edificadas as tradicionais instalações ligadas à actividade portuária por volta de 1778 e no seu aspecto actual..... | 93  |
| <b>Fig. 2</b>  | Imagem do cais de S. Januário antes da passagem duma estrada no local nos anos 90 do século XX.....                                           | 99  |
| <b>Fig. 3</b>  | Memória do cais de S. Januário depois de removido por causa da passagem da nova avenida marginal depois de 2001 .....                         | 100 |
| <b>Fig. 4</b>  | Planta duma estacada .....                                                                                                                    | 104 |
| <b>Fig. 5</b>  | Corte transversal segundo uma linha de elevação e detalhe duma parte que representa a projecção da edificação em altura .....                 | 104 |
| <b>Fig. 6</b>  | Elevação das três primeiras secções.....                                                                                                      | 105 |
| <b>Fig. 7</b>  | Planta do encontro.....                                                                                                                       | 105 |
| <b>Fig. 8</b>  | Detalhe da elevação na parte que corresponde à escada junto a uma das bacias de resguardo.....                                                | 106 |
| <b>Fig. 9</b>  | A nova ponte-cais em projecto e imagem da obra edificada.....                                                                                 | 110 |
| <b>Fig. 10</b> | O moderno porto datado de finais da década 1930 revelando a inexistência de qualquer instalação portuária ao seu lado .....                   | 113 |
| <b>Fig. 11</b> | Vista panorâmica da faixa costeira onde se inserem as duas instalações portuárias datadas do século XX .....                                  | 114 |
| <b>Fig. 12</b> | O edifício da Alfandega de Santiago quando recebeu o coroamento da frente principal em 1878.....                                              | 122 |
| <b>Fig. 13</b> | O edifício na sua configuração antes da restauração para ter novas funções depois da independência nacional.....                              | 124 |
| <b>Fig. 14</b> | Vista do edifício depois de restaurado mostrando como se estende em alongamento no eixo do solo e existência de pátio interior.....           | 128 |
| <b>Fig. 15</b> | Alçado do edifício da ex-alfândega no seu aspecto actual.....                                                                                 | 129 |
| <b>Fig. 16</b> | Planta do 1º piso do Edifício.....                                                                                                            | 130 |
| <b>Fig. 17</b> | Interior do 2º piso.....                                                                                                                      | 131 |
| <b>Fig. 18</b> | Primitivo Lazareto existente no Ilhéu de Santa Maria – Praia.....                                                                             | 134 |
| <b>Fig. 19</b> | Imagem panorâmica do Lazareto da Ponta da Temerosa - Praia conjugada com a vista do alçado seu principal.....                                 | 137 |
| <b>Fig. 20</b> | Alçado lateral esquerda - imagem do farol D. Maria Pia que mais se                                                                            | 144 |

|                |                                                                                                                                                            |     |
|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|                | destaca quando observado de longe .....                                                                                                                    |     |
| <b>Fig. 21</b> | Torre octogonal do farol e escadaria interna em forma de caracol.....                                                                                      | 144 |
| <b>Fig. 22</b> | Estrutura em ferro e vidro de protecção do candeeiro emissor de luz<br>que guia a navegação .....                                                          | 145 |
| <b>Fig. 23</b> | <i>Mappa geographico</i> das ilhas de Sto. Antão, S. Vicente Sta. Luzia e<br>ilhas próximas indicando o <i>pharol</i> projectado e amplitude do seu sector | 146 |

## **Quadros inseridos no capítulo I**

|                 |                                                                                                                                  |     |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Quadro 1</b> | Mapa dos Navios ancorados no porto da Cidade da Praia de S. <i>Thiago</i><br>de Cabo Verde na data de 28 de Maio de 1859.....    | 96  |
| <b>Quadro 2</b> | <i>Mappa</i> das obras Publicas em construção na Província de Cabo Verde<br>durante o último trimestre de 1858 e 1º de 1859..... | 98  |
| <b>Quadro 3</b> | Lista dos faróis existentes nas ilhas de Cabo Verde.....                                                                         | 140 |

## **Figuras das inseridas no capítulo II**

|                |                                                                                                                                                                      |     |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Fig. 1</b>  | Planta da vila da Praia datada de 1876 e da sua inserção no respectivo<br>contexto espacial.....                                                                     | 150 |
| <b>Fig. 2</b>  | Zona do antigo largo da Igreja na planta parcial da cidade na<br>fisionomia actual de zona presidencial onde está a principal obra<br>arquitectónica em análise..... | 152 |
| <b>Fig. 3</b>  | Antigo largo da Igreja e Praça Sá da Bandeira - imagem datada de<br>1921.....                                                                                        | 154 |
| <b>Fig. 4</b>  | Vista geral e pormenor da expressão facial da escultura monumental de<br>Diogo Gomes tendo todo o monumento 5.15m de altura e só a estátua<br>3.30m .....            | 158 |
| <b>Fig. 5</b>  | Escultura monumental de Diogo Gomes ressaltando pormenores<br>iconográficos curiosos.....                                                                            | 159 |
| <b>Fig. 6</b>  | Imagens panorâmica e de pormenor do obelisco com mais de 10 m de<br>altura implantado no antigo largo Sá da Bandeira.....                                            | 160 |
| <b>Fig. 7</b>  | A primitiva Igreja de Nossa Senhora da Graça da vila da Praia inserida<br>no antigo largo da Igreja numa planta do século XIX.....                                   | 164 |
| <b>Fig. 8</b>  | Esboço esquemático do antigo palácio dos governadores residencial<br>presidencial após a independência de Cabo Verde em 1975.....                                    | 176 |
| <b>Fig. 9</b>  | Traçado do rez-do-chão expressando o tipo de planta centrada.....                                                                                                    | 177 |
| <b>Fig. 10</b> | Planta do andar nobre.....                                                                                                                                           | 178 |
| <b>Fig. 11</b> | Planta do alçado principal do palácio dos Governadores e imagem da<br>obra que veio a ser executada Editada em 1910 pela União Postal<br>Universal.....              | 179 |
| <b>Fig. 12</b> | Antiga residência dos governadores em aparências posteriores a 1910<br>(1953 e actualmente) .....                                                                    | 185 |
| <b>Fig. 13</b> | Aspecto do interior actual do edifício correspondente à entrada<br>evidenciando o acesso ao piso superior estruturado em T na planta do<br>edifício.....             | 186 |
| <b>Fig. 14</b> | Imagem representativa do simbolismo religioso das Bodas Caná (alt.<br>1.25m e 2.5.m em comprimento).....                                                             | 189 |
| <b>Fig. 15</b> | Painéis pintados em azulejo - aventura marítima portuguesa e a<br>aclamação de D. João IV semelhantes em alt. (2.5m) e em<br>comprimento (1m).....                   | 190 |
| <b>Fig. 16</b> | Alçado lateral direito do palácio ostentando uma varanda coberta                                                                                                     | 193 |

|                |                                                                                                                                                            |     |
|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Fig. 17</b> | Largo da Bateria e eixo de localização do principal estabelecimento militar do Centro Histórico.....                                                       | 194 |
| <b>Fig. 18</b> | A fortificação inserida no respectivo largo .....                                                                                                          | 203 |
| <b>Fig. 19</b> | Bateria da Praia na época actual.....                                                                                                                      | 206 |
| <b>Fig. 20</b> | Quartel e Batalhão de Caçadores d’Africa Occidental depois Quartel da 1ª Companhia de Polícia Civil e Militar hoje Companhia <i>Jaime Mota-Praia</i> ..... | 211 |
| <b>Fig. 21</b> | Plantas Cortes e Alçados do Quartel do Batalhão d’Artilharia de Linhas da Província de Cabo Verde situado na <i>Villa da Praia</i> – 1856....              | 212 |
| <b>Fig. 22</b> | Imagem do estado actual da Companhia Jaime Mota antigo Quartel e Batalhão de Caçadores (1872) depois 1ª Companhia de Polícia civil e militar (1890).....   | 217 |
| <b>Fig. 23</b> | Pormenor do edifício exibindo a sua entrada principal .....                                                                                                | 218 |
| <b>Fig. 24</b> | A entrada do quartel vista do pátio interna.....                                                                                                           | 218 |
| <b>Fig. 25</b> | antigas rampas de ligação da cidade tradicional às primitivas fontes de abastecimento de água à urbe.....                                                  | 229 |
| <b>Fig. 26</b> | Zona de localização do antigo bairro da Ponta Belém observada a partir da parte ocidental da cidade (lado inferior da imagem) .....                        | 230 |
| <b>Fig. 27</b> | Imagem actual da antiga rua do payol hoje rua António Mena.....                                                                                            | 233 |
| <b>Fig. 28</b> | Residências na linha tradicional ostentando um gosto estético mais requintado.....                                                                         |     |

## Quadros inseridos no capítulo II

|                 |                                                                                                                                             |     |
|-----------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Quadro 1</b> | Indicação dos diferentes compartimentos do rés-do-chão do palácio dos governadores (transcrição destacada).....                             | 277 |
| <b>Quadro 2</b> | Transcrição destacada das diferentes divisões projectadas para o andar nobre palácio dos governadores.....                                  | 278 |
| <b>Quadro 3</b> | Quadros orgânicos das forças terrestres ultramarinas - Cabo Verde: ano de 1954 - Companhia de caçadores (tipo semi-motorizado).....         | 224 |
| <b>Quadro 4</b> | Quadros orgânicos das forças terrestres ultramarinas - Cabo Verde: ano de 1954 - Companhia de caçadores (tipo semi-motorizado) (Cont.)..... | 225 |
| <b>Quadro 5</b> | Resumo da companhia.....                                                                                                                    | 226 |

## Figuras inseridas no capítulo III

|               |                                                                                                                                                        |     |
|---------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Fig. 1</b> | Planta da vila da Praia dada de 1812 onde aparece a antiga praça do pelourinho na continuidade do seu contemporâneo e primitivo largo da Igreja.....   | 239 |
| <b>Fig.2</b>  | Localização da antiga praça do Pelourinho e das edificações em estudo observadas a partir da parte ocidental da cidade (lado inferior da imagem) ..... | 243 |
| <b>Fig. 3</b> | Praça Alexandre Albuquerque, destacando-se a Igreja Coreto e Câmara Municipal da Praia - Imagem editada datada de 1915.....                            | 244 |
| <b>Fig. 4</b> | Estrutura de ornamentação da praça caracterizada pelo calcetamento artístico à base de figuras de um baralho de cartas.....                            | 246 |
| <b>Fig.5</b>  | Vista parcial da Praça do actual Alexandre Albuquerque, antiga praça do pelourinho.....                                                                | 246 |
| <b>Fig. 6</b> | Vista de frente e de pormenor do busto de Alexandre Albuquerque com alt. 0,72m – bronze e 2.30m para todo o monumento.....                             | 248 |

|                |                                                                                                                                                            |     |
|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Fig. 7</b>  | Vista do conjunto ornamental metade norte da praça.....                                                                                                    | 250 |
| <b>Fig. 8</b>  | Vista de frente e de pormenor do busto de Serpa Pinto com alt. 0.70m (bronze) e 2.81m para todo o monumento.....                                           | 252 |
| <b>Fig. 9</b>  | Paços do concelho no aspecto em que ficou depois da sua remodelação e ampliação em 1860 – imagem datada de 1910 ao lado da sua planta de contituidade..... | 261 |
| <b>Fig. 10</b> | Uma das gárgulas aplicadas em cantos superiores do edifício.....                                                                                           | 263 |
| <b>Fig. 11</b> | Câmara Municipal da Praia na aparência antes e depois da última restauração.....                                                                           | 264 |
| <b>Fig. 12</b> | Escudaria de acesso ao andar nobre restaurada quando a obra recebeu a última remodelação nos anos noventa do século passado.....                           | 266 |
| <b>Fig. 13</b> | Imagem do acesso superior e entrada para o salão nobre depois de restaurados.....                                                                          | 267 |
| <b>Fig. 14</b> | Escadaria balaustrada através da qual se acede ao interior do edifício e varandas .....                                                                    | 267 |
| <b>Fig. 15</b> | A nova igreja fixada em dois planos .....                                                                                                                  | 284 |
| <b>Fig. 16</b> | Planta da igreja ao nível das fundações.....                                                                                                               | 285 |
| <b>Fig. 17</b> | Alçado lateral da Igreja Imatriz.....                                                                                                                      | 286 |
| <b>Fig. 18</b> | Maqueta da Igreja da Praia.....                                                                                                                            | 287 |
| <b>Fig. 19</b> | Alçado de frente.....                                                                                                                                      | 288 |
| <b>Fig. 20</b> | Torre sineira no desenho e na imagem fotográfica onde se realça o alongamento do corpo central da igreja, sacristia, a casa do despacho e jardins.....     | 289 |
| <b>Fig. 21</b> | Vista Geral da Igreja de Nossa Senhora da Graça.....                                                                                                       | 290 |
| <b>Fig. 22</b> | Corte transversal do coro e respectiva imagem depois da sua edificação                                                                                     | 293 |
| <b>Fig. 23</b> | Corte vertical próximo do arco do cruzeiro e a sua excussão posterior...                                                                                   | 294 |
| <b>Fig. 24</b> | Corte transversal correspondente ao desenho da parte interna da cabeceira da igreja ostentando elementos clacizantes.....                                  | 296 |
| <b>Fig. 25</b> | Imagens de Nossa Senhora da Graça (Alt.1.20m) à esquerda do trono e de S. José (Alt.1,20m) à direita.....                                                  | 298 |
| <b>Fig. 26</b> | Pormenor revelador das feições de Nossa Senhora de Fátima - Alt.1.20m.....                                                                                 | 300 |
| <b>Fig. 27</b> | Sagrado Coração de Jesus - Alt.1.20m.....                                                                                                                  | 301 |
| <b>Fig. 28</b> | Painel pintado (alt. 3m e base: 1. 80m) com a Ascensão de Nossa Senhora enquadrando a imagem do Sagrado Coração de Jesus (alt. 1. 20cm).....               | 305 |
| <b>Fig. 29</b> | Painel pintado (alt. 3m e base: 1. 80m) representando a Ascensão da Santa Padroeira enquadrando a imagem de Nossa Senhora de Fátima (alt 1. 20m).....      | 307 |
| <b>Fig. 30</b> | Imagem alada do anjo protector, colocado na parte superior da porta da face frontal da igreja.....                                                         | 309 |
| <b>Fig. 31</b> | Throno.....                                                                                                                                                | 310 |

### **Quadros inseridos no capítulo III**

|                 |                                                                                                                               |     |
|-----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Quadro 1</b> | <i>Mappa</i> das obras Publicas em construção na Província de Cabo Verde durante o último trimestre de 1858 e 1º de 1859..... | 258 |
| <b>Quadro 2</b> | Mapa das obras públicas em construção na província de Cabo Verde durante o 2º trimestre do ano de 1859.....                   | 260 |

## Figuras inseridas no capítulo IV

|                |                                                                                                                                                    |     |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Fig. 1</b>  | Planta das mais nobres ruas do Centro Histórico cortadas por pequenas artérias transversais referente ao período posterior a 1858                  | 317 |
| <b>Fig. 2</b>  | Aspecto primitivo e aparência actual da rua do Quartel depois rua do Corvo indicando a casa cor-de-rosa no alinhamento de edifícios militares..... | 323 |
| <b>Fig. 3</b>  | Planta reelaborada para fins de restauro ao lado da reprodução fotográfica do aspecto actual da frente principal da Casa Cor-de-Rosa..             | 324 |
| <b>Fig. 4</b>  | Escadaria nobre que nasce a partir de um corredor interno e dá acesso a primeiro piso da composição principal.....                                 | 326 |
| <b>Fig. 5</b>  | Distribuição interna nos 1º e 2º pisos e esboço ilustrativo de um formato que resulta da precisão tipológica de casas nobres em Cabo Verde.....    | 327 |
| <b>Fig. 6</b>  | Planta da cobertura a quatro águas da Casa Cor-de-Rosa ilustrando os pontos de intersecção entre rincões cumeira e beirais.....                    | 329 |
| <b>Fig. 7</b>  | Composições da cor-de-rosa no estado em que se encontravam antes de receber obras de restauro.....                                                 | 329 |
| <b>Fig. 8</b>  | Rua Sá da Bandeira (actual Amílcar Cabral) imagem editada em 1910..                                                                                | 332 |
| <b>Fig. 9</b>  | Rua Sá da Bandeira. Imagem mais antiga editada cerca de 1915.....                                                                                  | 333 |
| <b>Fig. 10</b> | O palacete situado na rua Sá da Bandeira .....                                                                                                     | 334 |
| <b>Fig. 11</b> | Rua Sá da Bandeira. Sem Editor referenciado. Data. Cerca de 1915, exibindo casas nobres situadas no alinhamento do palacete.....                   | 334 |
| <b>Fig. 12</b> | Vista de frente do antigo palacete da Cidade hoje, restaurado e com a designação de palácio da cultura <i>Ilido Lobo</i> .....                     | 335 |
| <b>Fig. 13</b> | Planta do 1º primeiro andar do prédio de Fernando J. Sousa e Serra na Praça A. de Albuquerque integrante do projecto da respectiva casa            | 337 |
| <b>Fig. 14</b> | Anexos à composição principal do antigo palacete do <i>Plateau</i> .....                                                                           | 339 |
| <b>Fig. 15</b> | Duas casas nobres ligadas no passado à família SERBAM antes da restauração neste inícios do século XXI.....                                        | 341 |
| <b>Fig. 16</b> | Pormenores relativos à frente de um dos edificio voltada para o beco...                                                                            | 344 |
| <b>Fig. 17</b> | O novo aspecto das duas composições depois de restauradas nessa primeira década do século XXI.....                                                 | 347 |
| <b>Fig. 18</b> | Imagem da casa FEBA que chegou confrontada com a sua representação gráfica em recorte de desenho datado 1954.....                                  | 349 |
| <b>Fig. 19</b> | Aspecto da antiga rua do Lencastre hoje rua Serpa Pinto e novas construções erigidas encaixando uma resistente habitação senhorial.....            | 353 |
| <b>Fig. 20</b> | Um representante do neoclassicismo arquitectónico a clamar por restauro e reabilitação.....                                                        | 354 |
| <b>Fig. 21</b> | O santuário, relógio de características antigas, cadeiras de balanço .....                                                                         | 358 |
| <b>Fig. 22</b> | Aspectos de uma entrada com telefone antigo aposto à parede e da sala de Jantar de uma casa nobre.....                                             | 359 |
| <b>Fig. 23</b> | O espaço da casa reservado à higiene da família destacando-se o lavatório e o chuveiro.....                                                        | 360 |
| <b>Fig. 24</b> | Antiga rua do Pelourinho e de D. Luís hoje rua 5 de Julho destacando-se mercado público à esquerda.....                                            | 362 |
| <b>Fig. 25</b> | Imagem do novo mercado da Praia edificado entre 1872 e 1874 datada de 1907.....                                                                    | 367 |
| <b>Fig. 26</b> | Vista do mercado da Praia na sua fisionomia actual e inserida no tecido                                                                            | 367 |

|                |                                                                                                                                                |     |
|----------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|                | urbano do centro histórico.....                                                                                                                |     |
| <b>Fig. 27</b> | Um aspecto das ombreiras das portas feitas em forma de colunas revestidas com mármore, rematadas por elementos de forma esférica               | 368 |
| <b>Fig. 28</b> | Interior do Mercado Municipal revelando balcões de cimento cobertos com placas de granito.....                                                 | 369 |
| <b>Fig. 29</b> | Imagem da parte central do pelourinho onde aparece uma pequena elevação com inscrições não muito perceptível dada à focalização da imagem..... | 370 |
| <b>Fig. 30</b> | Placa indicativa do estatuto que detém o mercado enquanto património histórico e cultural de Cabo Verde.....                                   | 371 |

## **Quadros inseridos no capítulo IV**

|              |                                                                        |     |
|--------------|------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Único</b> | Evolução toponímica das principais ruas do Centro Histórico da Praia.. | 317 |
|--------------|------------------------------------------------------------------------|-----|

## **Figuras inseridas no capítulo V**

|                |                                                                                                                                                          |     |
|----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Fig. 1</b>  | Largos do centro norte da cidade.....                                                                                                                    | 375 |
| <b>Fig. 2</b>  | Zona de localização do antigo largo dos Governadores.....                                                                                                | 376 |
| <b>Fig. 3</b>  | Conjunto monumental da praça Luís de Camões (alt.10.50m) dedicado ao Dr. António Lereno e à causa de saúde em Cabo Verde.....                            | 377 |
| <b>Fig. 4</b>  | Busto do Dr. António Lereno (30/9/1850 – 22/9/1916) –inserido em conjunto monumental - imagem de pormenor do (alt.0.80m).....                            | 378 |
| <b>Fig. 5</b>  | Outro pormenor conjunto monumental revelando uma mulher do povo e um menino ao colo (alt.1.22m).....                                                     | 379 |
| <b>Fig. 6</b>  | Antiga Escola Principal da Província depois Escola Central Dr. O. Salazar e actual Escola Grande edificada no largo do Guedes em 1877                    | 385 |
| <b>Fig. 7</b>  | Planta de remodelação do antigo edifício da Escola Principal da de Cabo Verde e pormenor do edifício na sua fisionomia remodelada.....                   | 388 |
| <b>Fig. 8</b>  | Planta 2º piso da escola central da Praia revelado a cobertura das dependências do edifício principal.....                                               | 390 |
| <b>Fig. 9</b>  | Estrutura de asnas aplicadas na cobertura da Escola Central da Praia e em geral nos edifícios de grande porte em Cabo Verde.....                         | 391 |
| <b>Fig. 10</b> | Localização da antiga Biblioteca e Museu designa na época do Estado Novo apenas como Biblioteca Pública e respectivo desenho dos espaços interiores..... | 394 |
| <b>Fig. 11</b> | O edifício na Biblioteca Museu realçando a sua fisionomia restaurada                                                                                     | 395 |
| <b>Fig. 12</b> | Imagem com a inscrição: Hospital da Misericórdia da Cidade da Praia. Ilha de S. Thiago de Cabo Verde AHU – concluído em 1859.....                        | 403 |
| <b>Fig. 13</b> | Ventilador no forro prevista para permitir o regular ingresso do ar no interior da enfermaria barraca ou pavilhão.....                                   | 409 |
| <b>Fig. 14</b> | Planta do conjunto do Hospital de Santa Isabel observado no sentido E/O a revelar a disposição das diferentes composições.....                           | 412 |
| <b>Fig. 15</b> | Vista frontal do complexo edificado que corresponde ao hospital da Praia no seu estado actual.....                                                       | 414 |
| <b>Fig. 16</b> | Realce à planta e ao elemento arquitectónico retirado do alçado frontal lembrando a espécie de pórtico do antigo hospital da Misericórdia.....           | 415 |
| <b>Fig. 17</b> | Arte sacra presente no hospital da Praia testemunho do culto da Santa inspiradora da cura aos doentes (alt. - 0.75m à esquerda, 1m à direita)            | 417 |
| <b>Fig. 18</b> | Antigo largo do Chapuset actual praça Domingos uma parte do outrora e abrangente largo da Boavista.....                                                  | 420 |
| <b>Fig. 19</b> | Antigo Largo do Chapuzet já com o reverente edifício do liceu Adriano                                                                                    | 421 |

Moreira construído e um monumento comemorativo .....

|                |                                                                                                                                                             |     |
|----------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Fig. 20</b> | O monumento do antigo do largo do Chapuset com características que ostentava quando foi implantado e no seu aspecto actual (alt. cerca de 3,5m).....        | 422 |
| <b>Fig. 21</b> | A face do importante elemento da cultura material representando o motivo marítimo mais representativo dos descobrimentos.....                               | 423 |
| <b>Fig. 22</b> | Placa comemorativa da inauguração do Liceu Adriano Moreira                                                                                                  | 425 |
| <b>Fig. 23</b> | Imagem do modelar edifício do antigo liceu Adriano Moreira ao lado do palácio da justiça de estética construtiva semelhante mas edificada noutro local..... | 428 |
| <b>Fig. 24</b> | Imagem do modelar edifício do antigo liceu Adriano Moreira no seu estado actual ao lado do palácio da justiça de estética construtiva semelhante.....       | 430 |
| <b>Fig. 25</b> | Torre situada a meio da parte mais alongada da estrutura em “L da composição arquitectónica do liceu.....                                                   | 431 |
| <b>Fig. 26</b> | Vasco da Gama na Índia perante o Samorim de Calecute (alt. 2m e 3m em comprimento).....                                                                     | 433 |
| <b>Fig. 27</b> | D. João I na condição de guerreiro com a sua espada e cruz de Cristo ao peito (alt. 2.94m e 4m em comprimento).....                                         | 434 |
| <b>Fig. 28</b> | Restauração de Portugal em 1640 (alt. 2.7m e 4.2m em comprimento)                                                                                           | 435 |
| <b>Fig. 29</b> | Momento da celebração da primeira no Brasil (à esquerda - alt. 2.4m e 3m em comprimento, à direita - alt. 2m e 2.5m em comprimento).....                    | 438 |
| <b>Fig. 30</b> | O edifício da igreja do Nazareno segundo a planta da sua localização...                                                                                     | 443 |
| <b>Fig. 31</b> | A edificação realçando a sua extensão desde o alçado frontal à cabeceira.....                                                                               | 444 |
| <b>Fig. 32</b> | Composição de dois pisos transversal à nave da igreja.....                                                                                                  | 445 |
| <b>Fig. 33</b> | Janelões simples e belos observados do interior exibindo do edifício.....                                                                                   | 446 |
| <b>Fig. 34</b> | Altar e púlpito da Igreja.....                                                                                                                              | 447 |

## **Quadros inseridos no capítulo V**

|                 |                                                                                                     |     |
|-----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Quadro 1</b> | Empregados do quadro de Saúde enviados a Cabo Verde em 1844.....                                    | 405 |
| <b>Quadro 2</b> | Empregados do quadro de Saúde enviados a Cabo Verde em 1851.....                                    | 406 |
| <b>Quadro 3</b> | Empregados do quadro de Saúde enviados a Cabo Verde em 1862.....                                    | 407 |
| <b>Quadro 4</b> | Distribuição das principais dependências do complexo hospitalar da Praia e dos respectivos serviços | 423 |

## Índice geral

|                                                                                                                                            | Pag.                           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|
| Dedicatória.....                                                                                                                           | 4                              |
| Agradecimentos.....                                                                                                                        | 5                              |
| Lista de siglas.....                                                                                                                       | 6                              |
| Índice das figuras e dos quadros.....                                                                                                      | 7                              |
| Resumo.....                                                                                                                                | 21                             |
| Abstract.....                                                                                                                              | 22                             |
| Introdução.....                                                                                                                            | 23                             |
| <br><b><u>PRIMEIRA PARTE:</u></b><br><b>ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO OBJECTO DE ESTUDO E</b><br><b>GEOGRÁFICO-HISTÓRICO DE CABO VERDE.....</b> | <br><br><br><br><br><br><br>37 |
| <br><b>CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....</b>                                                                                         | <br><br><br>39                 |
| 1. Conceitos e paradigmas relevantes da arte .....                                                                                         | 39                             |
| 2. Arte, Historia e a essência do tipo de disciplina que é a da<br>História da Arte no seu objecto de estudo e nos seus<br>métodos .....   | 44                             |
| 3. A cidade a arquitectura e o centro histórico:<br>conceitualização no âmbito da história da arte e da estética                           | 48                             |
| 3.1. Concepções de cidade ao longo tempo.....                                                                                              | 48                             |
| 3.2 A cidade e a Arquitectura enquanto campos de estudo da História<br>da Arte .....                                                       | 50                             |
| 3.3. O centro histórico e a problemática da sua revitalização.....                                                                         | 54                             |
| <br><b>CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO.....</b>                                                                                     | <br><br><br>57                 |
| 1. Situação geográfica.....                                                                                                                | 57                             |
| 2. Meio natural.....                                                                                                                       |                                |
| 2.1. Importância das ilhas sob ponto de vista geológico, relevo e<br>hidrologia.....                                                       | 61                             |
| 2.2. O clima.....                                                                                                                          | 63                             |
| 2.3. A Flora e fauna.....                                                                                                                  | 65                             |



## **CAPÍTULO III - DA DESCOBERTA DO ARQUIPÉLAGO À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE NASCENTE..... 66**

|             |                                                                                |           |
|-------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1.</b>   | <b>Descoberta ou achamento das ilhas.....</b>                                  | <b>66</b> |
| <b>2.</b>   | <b>Povoamento e organização da sociedade .....</b>                             | <b>73</b> |
| <b>2.1.</b> | <b>A questão do povoamento das ilhas antes da chegada dos portugueses.....</b> | <b>74</b> |
| <b>2.2.</b> | <b>Povoamento das ilhas de Santiago e Fogo e as dificuldades iniciais....</b>  | <b>77</b> |
| <b>2.3.</b> | <b>A tardia ocupação das restantes ilhas.....</b>                              | <b>81</b> |
| <b>2.4.</b> | <b>Estruturação da sociedade.....</b>                                          | <b>85</b> |

## **SEGUNDA PARTE:**

### ***DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS EIXOS URBANOS E DAS PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES DA URBE OITOCENTISTA .....* 86**

## **CAPITULO I - A ZONA COSTEIRA O PORTO E OUTRAS INSTALAÇÕES INERENTES À ACTIVIDADE PORTUÁRIA.... 92**

|               |                                                                                   |            |
|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1.</b>     | <b>Antigos portos .....</b>                                                       | <b>93</b>  |
| <b>1.1.</b>   | <b>Primeiras referências do porto de abrigo da Praia de Sta Maria .....</b>       | <b>94</b>  |
| <b>1.2.</b>   | <b>A velha Ponte cais de S. Januário: surgimento e características.....</b>       | <b>97</b>  |
| <b>1.3.</b>   | <b>A nova ponte-cais: projecção e características da edificação .....</b>         | <b>101</b> |
| <b>1.3.1.</b> | <b><i>Justificação da obra.....</i></b>                                           | <b>101</b> |
| <b>1.3.2</b>  | <b><i>A nova ponte cais em projecto.....</i></b>                                  | <b>102</b> |
| <b>1.3.3.</b> | <b><i>Parecer da Junta das Obras Publicas e Minas sobre o projecto .....</i></b>  | <b>106</b> |
| <b>1.3.4.</b> | <b><i>Percurso da obra e respectiva inauguração .....</i></b>                     | <b>108</b> |
| <b>1.3.5.</b> | <b><i>Descrição e análise da edificação.....</i></b>                              | <b>110</b> |
| <b>2.</b>     | <b>Antigo complexo da Alfândega e actuais instalações do IAHN .....</b>           | <b>115</b> |
| <b>2.1.</b>   | <b>Primórdios da Alfândega em Cabo Verde.....</b>                                 | <b>115</b> |
| <b>2.2.</b>   | <b>Espaço físico e realidade da alfândega na segunda metade do séc. XIX .....</b> | <b>117</b> |
| <b>2.3.</b>   | <b>A alfândega e quadro aduaneiro vigente enquanto funcionou no edifício.....</b> | <b>124</b> |
| <b>2.4.</b>   | <b>Componente estética funcionalidade e aspectos simbólicos do edifício</b>       | <b>126</b> |
| <b>2.5.</b>   | <b>O interior do edifício .....</b>                                               | <b>130</b> |
| <b>2.6.</b>   | <b>Das funcionalidades à importância simbólica da edificação.....</b>             | <b>132</b> |
| <b>3.</b>     | <b>O Lazareto: espaço de alojamento dos quarentenários.....</b>                   | <b>133</b> |
| <b>4.</b>     | <b>O Farol D. Maria Pia.....</b>                                                  | <b>138</b> |
| <b>4.1.</b>   | <b>O Farol D. Maria Pia e o aparecimento de outros faróis em Cabo Verde.....</b>  | <b>138</b> |
| <b>4.2.</b>   | <b>Construção e inauguração das instalações.....</b>                              | <b>140</b> |
| <b>4.3.</b>   | <b>Descrição e análise do monumento.....</b>                                      | <b>143</b> |

## **CAPÍTULO II - ANTIGOS EIXOS URBANOS E EDIFICAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS NÚCLEOS PRIMITIVOS..... 148**

|           |                                                                                                          |            |
|-----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1.</b> | <b>Contexto espacial dos largos da Igreja e da Bateria.....</b>                                          | <b>149</b> |
| <b>2.</b> | <b>Antigo largo da igreja e o simbolismo das suas edificações..</b>                                      | <b>151</b> |
| 2.1       | Caracterização geral.....                                                                                | 151        |
| 2.2       | Funcionalidades e decoração urbanística.....                                                             | 156        |
| 2.3.      | As edificações representativas dos poderes religioso e temporal.....                                     | 161        |
| 2.3.1.    | <i>A primitiva Igreja de Nossa Senhora da Graça da Vila da Praia.....</i>                                | <i>161</i> |
| 2.3.2.    | <i>Outras obras outrora edificadas e já desaparecidas no largo da igreja..</i>                           | <i>166</i> |
| 2.4.      | Antiga residência dos Governadores-Gerais actual Palácio da Presidência.....                             | 167        |
| 2.4.1.    | <i>Contexto do aparecimento da residência de governadores em Cabo Verde.....</i>                         | <i>167</i> |
| 2.4.2.    | <i>Argumentos para a construção da residência oficial dos governadores..</i>                             | <i>170</i> |
| 2.4.3.    | <i>Procedimentos do governo-geral para a nova construção e seus efeitos.</i>                             | <i>172</i> |
| 2.4.4.    | <i>Referência temporal mais próxima da data da construção do edifício ...</i>                            | <i>174</i> |
| 2.4.5.    | <i>Localização e descrição do edifício.....</i>                                                          | <i>175</i> |
| 2.4.6.    | <i>Análise dos aspectos simbólico-formais da obra.....</i>                                               | <i>184</i> |
| <b>2.</b> | <b>Antigo largo da Bateria e representação da defesa da urbe.</b>                                        | <b>193</b> |
| 1.1.      | Contexto do aparecimento dos estabelecimentos militares da Praia...                                      | 194        |
| 1.2.      | O largo e a necessidade da defesa do porto.....                                                          | 200        |
| <b>2.</b> | <b>Antigo Quartel e Batalhão de Caçadores da Praia: a obra e a vida organizativa das tropas.....</b>     | <b>209</b> |
| 2.1       | Localização e percurso da construção do edifício.....                                                    | 209        |
| 2.2.      | Descrição e análise dos aspectos formais da obra.....                                                    | 217        |
| 2.3.      | O Quartel e a nova organização militar das colónias a partir de 1901                                     | 220        |
| 2.4.      | Vida quotidiana das tropas aquarteladas e sua organização.....                                           | 222        |
| <b>2.</b> | <b>O bairro oitocentista da Ponta Belém e habitações tradicionais.....</b>                               | <b>226</b> |
| 2.1.      | Localização do bairro da Ponta Belém.....                                                                | 226        |
| 2.2.      | Das origens à análise das habitações tradicionais erigidas na Ponta Belém e outros pontos da cidade..... | 230        |
| 2.3.      | Habitações tradicionais urbanas e sua representação simbólica.....                                       | 236        |

## **CAPÍTULO III - A OUTRORA PRAÇA DO PELOURINHO E EDIFÍCIOS INDICATIVOS DA FUNÇÃO DOS PODERES CIVIL E RELIGIOSO..... 239**

|           |                                                    |            |
|-----------|----------------------------------------------------|------------|
| <b>1.</b> | <b>Porquê designação Praça do Pelourinho?.....</b> | <b>240</b> |
| <b>2.</b> | <b>Descrição genérica do terreiro.....</b>         | <b>242</b> |

|          |                                                                                                      |            |
|----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 3.       | A praça e elementos da arte pública decorativa .....                                                 | 245        |
| 4.       | Edificações representativas do poder local e da religiosidade do povo                                | 253        |
| 4.1.     | Os Paços do Concelho da Praia e as origens do municipalismo em Cabo Verde.....                       | 254        |
| 4.2.     | História da construção do edifício .....                                                             | 246        |
| 4.3.     | Aspectos formais e simbólicos mais evidentes na obra.....                                            | 262        |
| 4.4      | Alguns traços de conservação do edifício.....                                                        | 266        |
| 5.       | <b>Igreja matriz de Nossa Senhora da Graça.....</b>                                                  | <b>269</b> |
| 5.1.     | A Igreja Matriz da Praia e o contexto geral da Cristandade e dos espaços de culto em Cabo Verde..... | 269        |
| 5.2      | A edificação e a sua missão religiosa.....                                                           | 275        |
| 5.3.     | Primeiros passos para a construção da nova igreja .....                                              | 277        |
| 5.4.     | O edifício descrito e analisado a partir do desenho e após a execução.                               | 282        |
| 5.4.1.   | <i>Elementos da composição fundamentados e descritos no projecto.....</i>                            | 282        |
| 5.4.2    | <i>Descrição e análise da obra arquitectónica na sua parte exterior.....</i>                         | 283        |
| 5.4.3.   | O interior do edifício na planta e depois de executado.....                                          | 292        |
| 5.4.3.1  | Aspectos formais.....                                                                                | 293        |
| 5.4.3.2  | <i>Representações da escultura religiosa .....</i>                                                   | 296        |
| 5.4.3.3. | <i>O simbólico nas pinturas das da capela de altar subpedante.....</i>                               | 304        |
| 5.4.3.4. | <i>Aspectos alegóricos de certos elementos da composição.....</i>                                    | 308        |

#### **CAPÍTULO IV - PRINCIPAIS RUAS CASAS NOBRES E ESPAÇO DE MERCADO OU PELOURINHO..... 314**

|          |                                                                                             |            |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1.       | <b>Significado histórico e consolidação das principais ruas ....</b>                        | <b>314</b> |
| 2.       | <b>Contexto do aparecimento dos edifícios nobres da Cidade..</b>                            | <b>319</b> |
| 3.       | <b>Antiga rua do Quartel-general depois rua Corvo e Casa Cor-de-rosa .....</b>              | <b>321</b> |
| 3.1      | Principais características.....                                                             | 321        |
| 3.2.     | O exemplar de habitação senhorial identificado na rua do Corvo.....                         | 323        |
| 3.3      | Leitura dos aspectos arquitectónicos da obra.....                                           | 325        |
| 4.       | <b>Rua do Sá da Bandeira e exemplares de residências nobres</b>                             | <b>330</b> |
| 4.1.     | Ligação histórica da rua uma personalidade de Sá da Bandeira.....                           | 330        |
| 4.2.     | Aspectos gerais que reflectem o passado e o presente da rua.....                            | 331        |
| 4.3.     | O palacete .....                                                                            | 333        |
| 4.3.1    | <i>O palacete recuperado como palácio da Cultura.....</i>                                   | 335        |
| 4.3.2.   | <i>Duas das casas nobres da família SERBAM: análise comparativa.....</i>                    | 340        |
| 4.3.2.1  | <i>Conteúdo dos aspectos marcadamente descritivos.....</i>                                  | 341        |
| 4.3.2.2  | <i>Diversidades simetrias das características formais nos dois edifícios.....</i>           | 345        |
| 4.3.2.3. | <i>Elementos representativos do simbolismo presente nas duas obras arquitectónicas.....</i> | 346        |
| 4.4.     | <b>Casa FEBA.....</b>                                                                       | <b>348</b> |
| 5.       | <b>A Antiga rua do Lencastre e exemplo de resistência de</b>                                | <b>350</b> |

|      |                                                                                                                                 |            |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
|      | <b>uma casa nobre .....</b>                                                                                                     |            |
| 5.1. | <b>Relação entre a rua e as edificações que se afirmaram com o estatuto casas nobres.....</b>                                   | <b>351</b> |
| 5.2. | <b>Uma casa nobre a necessitar de restauro e reabilitação.....</b>                                                              | <b>353</b> |
| 5.3. | <b>Reflexão sobre a necessidade do restauro e reabilitação da obra .....</b>                                                    | <b>355</b> |
| 6.   | <b>Aspectos da decoração interna e mobiliário da casa nobre..</b>                                                               | <b>357</b> |
| 7.   | <b>A antiga rua <i>de D. Luís</i> e do Pelourinho: o espaço de mercado e a sua função de sociabilidade e difusão cultural..</b> | <b>361</b> |
| 7.1  | <b>Aspectos históricos da rua.....</b>                                                                                          | <b>361</b> |
| 7.2. | <b>Do primitivo ao moderno pelourinho: relação com o desenvolvimento da cidade.....</b>                                         | <b>363</b> |
| 7.3. | <b>Descrição e análise de aspectos arquitectónicos do mercado enquanto património histórico edificado.....</b>                  | <b>366</b> |

## **CAPÍTULO V - OS LARGOS DO EIXO CENTRO/NORTE E EDIFÍCIOS EDUCATIVOS HOSPITAL E IGREJA DO NAZARENO..... 373**

|        |                                                                                                           |            |
|--------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| 1.     | <b>Largo do Guedes actual praça Luís de Camões.....</b>                                                   | <b>374</b> |
| 1.1.   | <b>Caracterização geral .....</b>                                                                         | <b>374</b> |
| 1.2.   | <b>Aspectos da ornamentação e proficiências da pequena praça.....</b>                                     | <b>376</b> |
| 1.3.   | <b>As edificações.....</b>                                                                                | <b>380</b> |
| 1.3.1. | <b><i>Perspectiva histórica da evolução do ensino primário em Cabo Verde...</i></b>                       | <b>380</b> |
| 1.3.2. | <b><i>A herança arquitectónica da antiga Escola Principal .....</i></b>                                   | <b>384</b> |
| 1.4.   | <b>Antiga Biblioteca e Museu.....</b>                                                                     | <b>392</b> |
| 2.     | <b>O antigo Hospital da Misericórdia de Santa Isabel e actual Hospital Agostinho Neto.....</b>            | <b>397</b> |
| 2.1.   | <b>Condicionantes específicas da implantação de uma estrutura sanitária na Praia.....</b>                 | <b>392</b> |
| 2.2.   | <b>O antigo hospital da Misericórdia e a nascente estrutura de pessoal de saúde.....</b>                  | <b>399</b> |
| 2.3.   | <b>Estruturas sanitárias e quadro de saúde de Cabo Verde.....</b>                                         | <b>404</b> |
| 2.4.   | <b>Remodelações no antigo hospital da Misericórdia e edificação da primeira enfermariam barraca .....</b> | <b>407</b> |
| 2.5.   | <b>O complexo arquitectónico: sua localização descrição e análise do seu aspecto actual.....</b>          | <b>411</b> |
| 5.     | <b>O simbolismo no hospital da Praia e na sua ligação à Santa Isabel.....</b>                             | <b>417</b> |
| 3.     | <b>Antigo largo do Chapuzet e as edificações do Liceu Adriano Moreira e da Igreja do Nazareno.....</b>    | <b>419</b> |
| 3.1.   | <b>Aspectos gerais do largo.....</b>                                                                      | <b>419</b> |
| 3.2.   | <b>A componente ornamental da praça .....</b>                                                             | <b>421</b> |
| 3.3.   | <b>O Liceu Adriano Moreira e o contexto educativo onde se insere .....</b>                                | <b>423</b> |
| 3.4.   | <b>Análise simultânea com a construção idêntica do palácio da justiça ..</b>                              | <b>426</b> |

|                   |                                                                                                      |     |
|-------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.5.              | Decoração do interior do liceu através de painéis pintados em azulejo.....                           | 432 |
| 4.                | Edifício da igreja do Nazareno da Praia.....                                                         | 439 |
| 4.1.              | <i>Dos primórdios da história da Igreja Evangélica em Cabo Verde à edificação da obra sacra.....</i> | 439 |
| 4.2.              | A obra analisada do ponto de vista estético.....                                                     | 444 |
| 4.3.              | <i>Contributos da Igreja do Nazareno na vertente social.....</i>                                     | 448 |
| Conclusão.....    |                                                                                                      | 449 |
| Bibliografia..... |                                                                                                      | 466 |

**Nota:** foi preparado um corpo documental sob a forma de um Volume II que contém um acervo considerável de documentação primária utilizada.

## Resumo

O valor simbólico do Centro Histórico da Praia é reportado neste trabalho, através da leitura e crítica da arte, baseadas na descrição e análise metódica de um conjunto de elementos, com valor histórico cultural, correspondentes ao leque variado de criações artísticas, representadas por edificações, inseridas nos diferentes eixos urbanos da cidade tradicional.

Revela um contexto que evidencia, por um lado, o quadro teórico-conceptual do estudo, relativo aos conceitos e paradigmas relevantes no âmbito da arte, da história da arte e da arquitectura, salientando a problemática da cidade e do centro histórico. Por outro, contempla a preocupação de enquadramento do tema, nos âmbitos geográfico e histórico. Destaca, neste último, factos a partir dos quais, decorreu a formação da urbe estudada e a que se relacionam os primeiros momentos da história de Cabo Verde, tais como: a *descoberta* ou *achamento* e a formação da sociedade cabo verdiana, condições prévias, para a sua emergência como povoado, ascensão a vila, na segunda década do século XVI e a cidade, em 1858.

O trabalho mostra que o valor simbólico do centro histórico em estruturação, até atingir o aspecto que ostenta na actualidade, associa-se ao passado, que remonta aos tempos primitivos da formação do povoado da Praia e é consagrado nos eixos urbanos e respectivas edificações. Em essência, quer o urbanismo, quer a arquitectura, espelham estéticas construtivas locais e exógenas, ostentando soluções decorativas em evolução, sobrepostas ao longo do tempo. Expressam igualmente, o desenvolvimento de técnicas de construção, bem como, sistemas de relações humanas estabelecidas na sociedade emergente, envolvendo hábitos de vida, progresso material e afirmação de práticas de culto religioso, que acompanharam a vida da urbe desde a instalação dos seus primeiros habitantes

## Abstract

The symbolic value of *The Historical Centre in Praia* is stated in this work, through the reading and the art of judging artistic Works, based on the description and methodological analysis of a number of elements with a cultural value. Those correspond to a wide range of artistic Works of art, depicted in buildings inserted in different urban lines within the traditional town.

This reveals a context showing on one side the theoretic-conceptual structure of the study; concerning the concepts and relevant patterns in the art; the history of art and architecture, stating the problems of the town and its historical centre. On the other side it contains a special concern about the theme framing, in the geographic and historical sphere. It states facts from which the development of the studied urbe has taken place related to the origin of the History of Cabo Verde such as: its *discovery or finding* and the development of the so called *cabo-verdiana* society, its previous conditions, ranging from a hamlet, then becoming a country-town in the second decade of the 16<sup>th</sup> century and now becoming a town in 1858.

The work shows, that the symbolic value of the historical centre from its beginning to the appearance displayed now, is associated to the past, going back to the ancestral period of time when of the formation of the hamlet called Praia and is perceived now in the urban pivot with its peculiar buildings. In summary, both the town planning and architecture display local imaginative aesthetics and exogenous points, exhibiting solutions in development imbricated along the time. They also show development of building-site constructions, as well as systems of human relationship established in a new society, involving habits of life, material progress and determination of religious worship, which have accompanied the town life from the settlement of its first inhabitants.

## Introdução

O trabalho ora elaborado sob o título, *Valor Simbólico do Centro Histórico da Praia* tem como domínio científico específico a história e crítica da arte. Baseia-se em sínteses históricas e análises iconográficas de eixos urbanos que compõem este centro histórico e de elementos arquitectónicos, bem como, da gramática decorativa associada aos mesmos, quer inserida sobretudo aquelas integradas na arquitectura enquanto *síntese* das outras disciplinas das belas artes.

Tal como realça José Manuel Fernandes para o seu estudo, *Cidades e casa da Macaronésia*, o nosso objecto de estudo situa-se, por conseguinte, dentro da vasta área de História da Arte e põe em análise os campos do urbanismo e da arquitectura<sup>1</sup>.

Não estará em causa apurar a legitimidade de considerar o estudo e a interpretação do objecto cidade ou do elemento arquitectónico como totalmente incluído no campo artístico. Como sublinha Fernandes há que referir que, a cidade constitui uma das mais complexas invenções humanas, envolve para a sua compreensão global a intervenção de muitas outras disciplinas como a Economia, a Sociologia, a Urbanística, que contribuíram desde cedo, para o seu conhecimento e fundamentação<sup>2</sup>. Tal como Fernandes, ao assunto refere Chueca Goitia, com o entendimento de que pode estudar-se a cidade sob um número infinito de ângulos, assumindo o da história, mais concretamente, da história universal, como história das cidades que, por sua vez, engloba os seguintes prismas: o da geografia, destacando que *a natureza* prepara o local tal como referenciamos para o caso do pequeno planalto, onde viria a nascer o Centro Histórico Praia, talhada naturalmente e incorporando as suas próprias barreiras defensivas, sobre a qual o homem organiza o espaço de maneira a satisfazer as suas necessidades e desejos. No prisma da economia mostra o autor que, em nenhuma civilização a vida das cidades se desenvolveu independentemente do comércio e da

---

<sup>1</sup> Destacadas por Winckelmann (1764) e Hegel (1820) como estando relacionadas directamente com um dos ramos especializados daquela da história da arte, inicialmente definida como disciplina autónoma e científica.

<sup>2</sup> Fernandes, José Manuel - *Cidades e casas da Macaronésia*. Porto: FAUP Publicações, 1996, pp. 20-24.



*indústria*, o que para nós no último caso, encerra a ideia alguma polémica dado que o nosso objecto de estudo como cidade, desenvolveu-se apenas com base no comércio e serviços, como de resto aconteceu com muitas das cidades periféricas do mundo ocidental. No ocidente sim, o papel da revolução industrial foi relevante no desenvolvimento das cidades. Estaremos de acordo com outros prismas sob as quais se pode estudar a cidade tais como o da política e o da sociologia e neste último aspecto, o simbólico aparece na relação social integrada, evidente ainda hoje no centro histórico em estudo. Em fim, o prisma da arte e arquitectura revelam que a grandeza do elemento arquitectural, está ligada à cidade e a solidez das instituições avaliada em tudo o que diga respeito ao homem, visível sobretudo nas obras humanas como são as edificações, e por conseguinte, do seu grau de atracção de forças estranhas como acontecerá com a vila da Praia bastantes vezes acossada por acções de corso e pirataria<sup>3</sup>.

Um outro sentido em que podemos entender a cidade e a arquitectura indubitavelmente é a sua percepção como partes da história da cultura, não podendo eventualmente ser reduzidas apenas à leitura como objectos de arte. Discute-se no entanto a ideia da história do urbanismo ou da cidade defendida enquanto campo do conhecimento da história da cultura<sup>4</sup>, dentro da área da História da Arte, como refere Maria João Madeira Rodrigues, no sentido em que o conceito de cidade enquanto objecto de uma História de Urbanismo é entendida como disciplina no âmbito da História da Arte, implica a aceitação do objecto cidade como algo percepcionável e, como forma existencial, cujo percurso e grau de significação o definirá como obra<sup>5</sup>.

Este objecto de estudo que reporta à descrição e análise dos diferentes eixos urbanos e principais edificações erigidas no pequeno planalto que constitui o centro histórico em análise, tem como ponto de partida as suas raízes num sítio que viria a integrar uma realidade geográfica muito mais abrangente na actualidade. Neste lugar,

---

<sup>3</sup> LOPES FILHO e APARICIO, João Paulo – O Forte do Príncipe Real e a Defesa da ilha de S. Nicolau. Cascais: Editora Patrimónia. 1998, pp.21- 23

<sup>4</sup> A este propósito a história da arquitectura é apresentada e defendida como disciplina autónoma por Paul Franckl em 1914 para quem constituiu-se também como campo fundamental, emergente da História da Cultura. E mais recentemente, (meio século depois), após a *recusa da História* gerada pela teorização desenvolvida à volta do movimento moderno, tem a História da Arquitectura sido defendida de forma polémica como saber globalizador e totalmente autónomo em relação à própria História da Arte por autores como Leonardo Benévolo, para quem o que tem de mudar não é só a orientação mas também a definição de história da arquitectura que não pode ser entendida como secção da *história da arte* mas sim pelo contrário como um exame global da paisagem como humanas e sociais.

<sup>5</sup> Rodrigues, Maria João – Fundamentos da Teoria do Urbanismo Colonial Português, S/I, p. 165.

cuja significativa designação de Praia de Santa Maria merece ser esclarecido, nasceu o povoado da Praia que durante muito tempo, depois da sua elevação a cidade não ultrapassou as barreiras naturais do pequeno planalto, exceptuando as suas leves extensões na faixa litorânea. Aí se formou o centro histórico que é objecto deste trabalho que se tornou Vila ainda na segunda década do século XVI e depois cidade em 1858.

Na procura de esclarecer o significado da designação de Praia de Santa Maria a que nos referimos acima, importa realçar que o sítio é apresentado nas descrições oitocentistas como o principal fundeadouro, entre as três, da Ilha de Santiago, para navios de alto bordo. Ofereceu boas condições de abrigo aos navegantes portuenses na rota transatlântica e nesta condição deve estar a sua denominação ligada à tradição de fé e acção de graça que envolvia os empreendimentos portugueses desde o tempo da reconquista e formação de Portugal.

É assim que, desde de a origem de Portugal como nação, eminentes personalidades lusas ligadas aos grandes feitos da História de Portugal, imbuídos do fervor religioso, sempre tiveram a Santa Maria como padroeira. Desta forma edificações sacras foram erguidas em honra da virgem Maria. Foi o que aconteceu com D. Afonso Henriques que, de harmonia com os votos que fizera ao iniciar a sua campanha de reconquista cristã, mandou construir conventos e oratórios dedicados a Santa Maria e a Nossa Senhora dos Mártires.<sup>6</sup> O mesmo terá sucedido com, entre outras personalidades, o Infante D. Henrique que ao iniciar os empreendimentos marítimos africanos, escolheu como sua estrela a Maria Santíssima e mandou edificar na praia do Restelo a ermida de Santa Maria de Belém. Este tipo de acção de graça, habitualmente feita em honra de Santa Maria, quer na esperança de resultados felizes, quer em cumprimento de promessas feitas, quer ainda em acção de graças por sucessos obtidos, também se estendia à designação de localidades, como Santa Maria de Alcobaça, Santa Maria de Sintra etc., o que de certa forma, explica a importância simbólica desses locais por terem sido objecto de comprometimento sagrado ou de celebração de feitos.

---

<sup>6</sup> Artigo de Santa Rita Vieira intitulado terras de Santa Maria inserido em Fragmentos: Revista de letras artes e cultura nº 9-10, Maio de 1993. p.p. 23

Nestes contextos parece provável a ligação de Vasco da Gama, em escala no porto da Praia a caminho da Índia à Ermida de Nossa Senhora, localizada no sopé do monte do sítio, planura na designação de Travassos Valdez que refere ao mesmo antes de 1850, dado que por essa altura, em lugar da ermida, encontrava-se o depósito de água do Monteagarro para apoio aos navios. Segundo António Correia e Silva existe uma menção num relato da passagem de Vasco da Gama por Cabo Verde, em 1497<sup>7</sup> reportando a esse facto a que corrobora Santa Rita Viera, revelando que esse navegador terá estado fundeado no Porto de Santa Maria da Ilha de Santiago entre 27 de Julho e 3 de Agosto do mesmo ano. A este propósito questiona também esse último investigador se terá sido o mesmo navegante quem deu o nome de Praia de Santa Maria ao porto e ao sítio que lhe serviu de abrigo na sua viagem à Índia.

A ermida aparece, segundo Santa Rita, localizada numa planta da Vila da Praia de 1778, existente no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa. Ao povoado, incluindo a ermida, refere nestes termos: *está a povoação (da Praia de Santa Maria) sobre a achada de uma rocha que antigamente se chamava da Esperança, do nome de uma ermida em que se venerava a Santa Virgem com essa invocação e que ainda em princípios do século XVIII se via no sopé do monte do sítio em que por volta de 1850 se encontrava o depósito de água do Monteagarro para os navios.*<sup>8</sup>

O nosso interesse por este tema da cidade expressa no Centro Histórico da Praia nas suas componentes urbanísticas e arquitectónicas constituem oportunidade que nos permite o alargamento do campo de investigação na produção do conhecimento histórico, proporcionado por fontes materiais do tipo monumentos, o que vem responder aos postulados da História Nova e propiciar um maior aprofundamento da investigação histórica, num domínio que vimos trabalhando enquanto docente de História da Arte.

Há efectivamente cerca de meia dúzia de anos que passamos a interessar pela investigação na área do património construído do Centro Histórico da Praia e da observação e estudo dos aspectos ligados à morfologia da cidade e certos elementos arquitectónicos aí implantados, permitiu-nos tomar consciência que poderíamos levar

---

<sup>7</sup> CORREIA E SILVA, António – Espaços Urbanos de Cabo Verde, o tempo das Cidades Porto Lisboa: CNCDP, 1998, p. 48

<sup>8</sup> Fragmentos: Revista de letras artes e cultura nº 9-10, Maio de 1993. p.p. 26

avante o desafio de descrever e analisar os diferentes eixos urbanos e as principais edificações situadas na envolvente dos mesmos, seguindo um esquema explicativo que havia de partir dos mais antigos aos mais recentes eixos, do extremo Sul ao extremo no Norte. Apercebemo-nos da existência de construções estratégicas para o progresso económico futuro da urbe, nos momentos iniciais da sua estruturação, de obras arquitectónicas com função administrativa e religiosa mas também edificações expressivas das preocupações de defesa do porto e do burgo bem assim, construções de índole sócio-educativa e distintos modelos de edifícios residências. Ao aprofundarmos as nossas reflexões na perspectiva exposta, mentalizamo-nos da importância de um estudo procurando evidenciar o valor simbólico deste centro histórico que, seguramente, será um contributo valioso para o aprofundamento da história local em Cabo Verde e uma possibilidade de aproveitamento desse espaço e da sua riqueza urbanística e arquitectónica enquanto recurso passível de ser explorado na perspectiva do património e desenvolvimento.

Os objectivos desta tese bem como a problemática que impõe ser levantada, traduzem-se por um lado, na análise crítica de cada eixo urbano e de obras modelares dos diferentes tipos de ambientes que constituem a herança histórica edificada da Praia, seja de cariz civil oficial, seja de índole religiosa, seja ainda de carácter particular, como são as residências senhoriais e tradicionais. Por outro, expressam-se no esforço em evidenciar uma questão que, à partida, é rodeada de perplexidades e ambiguidades das perplexibilidades, apreendidas na relação entre o objecto de estudo e as bases da investigação.

Assumimos claramente neste estudo o objectivo de mostrar, através de análises dos contextos onde se inserem os eixos urbanos e edificações, bem como dos estilos construtivos e hábitos de vida que representam, assinalam e evocam no seu sentido de memória colectiva da urbe em referência e todo o interesse histórico-cultural dessas obras arquitectónicas. Veremos pois, que cada eixo e cada obra arquitectónica envolvente encerra valor simbólico porque, dessas obras emana-se uma essência intangível, uma vez que registam um passado enquanto testemunhos históricos vivos que permite reconstituir formas de vida que ficaram no passado e ideais de cultura não perceptíveis sem que haja o empenho do seu estudo. Esse valor não tem preço porque se perder a memória que *carrega* jamais será. Partimos assim para este estudo adoptando

como desafio mergulhar no passado da urbe oitocentista da Praia através da análise da herança histórica edificada para demonstrarmos o padrão de grandeza que a mesma consagra à posteridade pelas obras arquitectónicas representativas de novas estruturas económicas, políticas, sociais e culturais, que se afirmam no século XIX no contexto de uma nova estrutura mental, que vai contribuir para um aprofundamento da historiografia e do património cabo-verdianos.

Mostraremos que o valor simbólico dos diferentes eixos urbanos em estruturação, desde os tempos primitivos da formação do povoado da Praia, até a onda regeneradora do século XIX vai ser reconhecido nas respectivas edificações que, em essência, espelham estéticas construtivas locais e exógenas em evolução ou sobrepostos, o desenvolvimento de técnicas e estilos construtivos, um sistema de relações humanas estabelecidos na sociedade emergente e hábitos de vida.

Para além do estudo da obras arquitectónicas sob ponto de vista estético, o nosso trabalho proporcionará o ensejo para a análise de obras respeitantes a outras disciplinas artísticas, visto que na análise histórica e crítica das obras arquitectónicas normalmente, se observa uma síntese de outras disciplinas das belas artes passível de ser evidenciada na decoração de interiores do edifícios e nas suas partes externas. Dado que muitas vezes também os criadores da estética urbana, os fecundos difusores da arquitectura, projectam para largos e praças, monumentos comemorativos sob as mais diversas formas da arte pública de acesso livre, tal como realça José Pedro Regatão<sup>9</sup>. A estas obras daremos ao labor de fazer o seu levantamento e estudo nos diferentes eixos urbanos em que estejam implantadas.

Desta forma, os nossos objectivos centrar-se-ão, à partida, em jeito de remate, em comprovar que a chamada arte colonial produziu um núcleo histórico específico, reconhecido no contexto da cidade oitocentista da Praia, identificado pela demarcação natural e assumido pelas autoridades municipais como *Plateau ou Platô*<sup>10</sup>, com elevado valor sob ponto de vista artístico-patrimonial decorrente da sua forte carga simbólica,

---

<sup>9</sup> A arte pública e os novos desafios das intervenções nos espaços urbanos. Coimbra, Quimera Editores, 1996, pp. 61-65

<sup>10</sup> Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.

pelo passado da urbe e pelo seu interesse histórico-cultural. Veremos que envolve um património artístico bastante expressivo, representado por edificações isoladas o por conjuntos arquitectónicos integrados nos vários eixos urbanos, que se afiguram como sendo de elevado valor cultural por se tratarem de elementos do património urbano histórico cujo valor deriva da sua preservação, o que de certa forma é mantida até hoje e como tal, se afirmam com potenciais objectos de investigação.

Parece ter sentido realçar a problemática, tal como enunciamos anteriormente assente na relação entre o objecto de estudo e as bases da investigação em que salientamos as fontes materiais na forma gráfica, seja textos, seja desenhos, seja ainda outras formas de registo como a fotografia e os próprios monumentos em si que serviram de base para a elaboração da segunda parte desta tese, mas que também impôs que reflectíssemos um pouco sobre as fontes para o estudo da história de Cabo Verde em geral onde se insere a problemática evidenciada.

No que toca ao contexto geral e às complexas questões que se levantam à volta das fontes para o conhecimento dos primeiros momentos da história de Cabo Verde e sobre a organização da sociedade<sup>11</sup>, abordados na primeira parte deste trabalho, parece ser evidentes os esforços da investigação histórica realizadas até hoje, traduzidos nas tentativas de resposta a certas questões, ainda que nem todas estejam clarificadas, como é o problema de quem primeiro aportou as ilhas.

Na verdade o problema documental, mesmo para a estrutura temática da primeira parte, que não é o foco principal deste trabalho, suscita atenção especial dado ao carácter ambíguo de certas informações sobre conhecimentos ou reconhecimentos das ilhas de Cabo Verde<sup>12</sup>. O problema associado às fontes coloca-se nas suas

---

<sup>11</sup> BRANDÃO Fernando de Castro – *História da Expansão portuguesa (137-1580), uma cronologia* editada na Póvoa de Santo Adrião pela Heuris em 19 pp. 32-39; outros grandes nomes portugueses da historiografia da expansão quatrocentista e mais recentemente autores cabo-verdianos tais como Daniel Pereira, António Correia e Silva, entre outros.

<sup>12</sup> Ai, o problema da crítica documental vai levar à indagação de algumas fontes de que se dispõe por que certos relatos como o do navegador henriquino, o veneziano Luis de Cadamosto (extractos mais `frente destacados com anexo documental nº 3) parece contrapor-se no que respeita a alguns pormenores a diplomas oficiais e a narrativa de Diogo Gomes aparenta contradições, ainda que parciais, ao texto italiano. Acrescenta-se ainda que a documentação das chancelarias e uma carta geográfica de Andreia Bianco (anexo documental nº1 daqui a pouco apresentado) podem introduzir no problema novos dados que, a serem tidos como correctos deitariam por terra todas as hipóteses alicerçadas na restante documentação.

deficiências mais objectivais, tais como, quando são incompletas ou de certa forma mudas a possíveis questões que lhes possam ser colocadas no âmbito da crítica, ou ainda, em face de limitações mais subjectivas. Em qualquer dos casos, para o estudo dos primeiros momentos da história de Cabo Verde estaremos quase sempre perante a classe de documentos voluntários<sup>13</sup>, com todas as suas limitações, como são as crónicas, relatos, ou mesmo fontes oficiais. Como documentos de chancelaria, todos têm uma finalidade implícita, ou seja, tal como refere Bloch, a respeito desse tipo de fontes, [...] *a fim de que não apaguem com o tempo as coisas que os homens fizeram e para que não percam a sua glória, as grandes e maravilhosas acções levadas a cabo* [...] <sup>14</sup>.

Para este tipo de documentação disponível para o estudo da história de Cabo Verde, é função do investigador questioná-lo, usando todos os recursos da crítica documental e do mesmo ser tirado o maior proveito, em prol duma síntese histórica, o mais credível<sup>15</sup> e na lógica de Bloch, quebrando barreiras da credulidade e fazer do cepticismo uma atitude intelectual. Pensamos que este tipo de questões se coloca também ao objecto de estudo que encontramos na segunda parte deste trabalho.

Daí que uma relação do tema da História da Arte, no caso concreto da arquitectura e cidade, com o estudo do tipo de fontes com valor dos documentos materiais, como são os monumentos tenha merecido *um olhar de historiador* que esteve na base da colocação de questões aos próprios monumentos sobre: a sua idade, o seu criador, o material utilizado na sua concepção, as correntes estéticas que estiveram por detrás da sua construção, a função para que foi edificado entre outras.

Aqui reside a importância que possui no presente trabalho, a utilização dos documentos materiais escritos, fundamentalmente, os não escritos, ou seja o elemento arquitectónico, onde a observação directa da cidade e da obra arquitectónica se revelaram como suportes primordiais de investigação. Igualmente, muito utilizados no âmbito desta tese foram as diversas plantas relativas aos vários momentos da evolução do centro histórico da Praia ou *documentos registados*, do tipo fotografia antiga ou actual.

---

<sup>13</sup> BLOCH, Marc – Introdução à História. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987, p. 57

<sup>14</sup> BLOCH, Marc – Introdução à História... 198. pp. 56-57.

<sup>15</sup> MAUROU, Henri-Irinée – Do conhecimento Histórico Lisboa: Rei dos Livros, 1991, pp. 207-225.

Documentos materiais como os referidos transformaram-se em ponto de partida e suportes de prossecução do trabalho, bem sólidos para a nossa investigação como fontes primárias analisadas sempre que necessário, *no local*. Em certos casos se afiguraram como vestígios e testemunhos, com graus de voluntarismo ou de intencionalidade relativa.

Foram também importantes neste trabalho, informações contidas em periódicos, fundamentalmente, da época e literatura específica a que socorremos como complemento aos dados da documentação.

Nesta relação entre o tema centrado na obra arquitectónica e urbanismo com o tipo de fontes acima referido não descuramos o recurso simultâneo a documentos escritos, como os ofícios da Secretaria Geral do Governo (SGG) existentes nos arquivos nacionais e uma variedade de documentação escrita originária dos fundos arquivísticos da antiga Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar-Direcção Geral do Ultramar (SEMU-DGU) existentes em Portugal, enquanto valiosos suportes de pesquisa. Na sua quase totalidade aparecem na forma de manuscritos, são autênticas fontes primárias e muitas vezes acompanham projectos construtivos. Este tipo de documentação é apresentado como anexo no formato de um segundo volume onde, exceptuando os documentos impressos, cada documento foi transcrito, sumariado e integrado como anexo ao capítulo correspondente, na forma transcrita juntamente com a respectiva versão manuscrita e são apresentados de acordo com a sequência da respectiva indicação no primeiro volume.

A organização desta apêndice documental obedeceu ao procedimento normalmente na investigação tendo-nos apercebido da importância das fontes e do seu resumo em trabalhos de elevado rigor científico, onde é desejável a aplicação de modo claro das regras paleográficas e diplomáticas<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> TEDIM, José Manuel Alves – Apresentação de documentos: subsídios para o estudo da ourivesaria privada em Portugal – um dote do século XVIII. In: Revista de ciências Históricas. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1988, pp. 359-368.



A citação da base documental escrita deste trabalho compreendendo os documentos (impressos e manuscritos) e bibliografias complementares, a que recorreremos, obedeceu aos padrões fixados pela instituição reguladora da qualidade ao nível da elaboração de trabalhos de investigação científica em Portugal, fixados na Norma Portuguesa (NP) 405-1 a 405-4, destacando-se os aspectos relativos a informação e documentação referentes a livros e tudo o que seja impresso, documentos não publicados (cartas, relatórios...), entre outros<sup>17</sup>.

Mais do que o valor da base documental escrita procedemos tal como também assume José Manuel Fernandes, associando a especificidade deste estudo ao recurso à base heurística sólida da pesquisa em monumentos materiais<sup>18</sup>, tal como já que, a nosso ver, compensaram a eventual fragilidade dos inúmeros documentos escritos primários e secundários utilizados, porque esses monumentos estão no sítio para serem observados e mais do que qualquer fonte escrita, em si mesmos, enquanto monumentos vivos o que faz dos mesmos elementos com potencialidades para serem classificados como património histórico passarem, na plenitude dos respectivos valores simbólicos, serem entendidos sem equívocos como herança<sup>19</sup> e, como tal, testemunhos do passado que quisemos e outros quererão, fazer perdurar na memória através do estudo dos mesmos.

O carácter inédito que para nós reforça a especificidade deste trabalho reside no facto de antes nunca ter sido tratado na perspectiva aqui apresentada. A descrição e análise dos eixos urbanos do centro histórico da Praia e das respectivas edificações com recurso às ferramentas da História da Arte, de modo a enfatizar o valor simbólico da urbe oitocentista da Praia é, com efeito, tomente original. As abordagens relativamente ao espaço urbano da Praia, na via do conhecimento da cidade tradicional, ainda que tenham sido trabalhos de reconhecido mérito, têm confinado apenas a análises de carácter global como fez Sena Barcellos no âmbito dos seus subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné, ou Travassos Valdez, nas sua notícias e considerações sobre a *Africa Occidental* entre outros autores clássicos, onde se foi buscar subsídios que

---

<sup>17</sup> Norma Portuguesa – NP 405-1 e NP 404-3. s/L: Instituto Português da Qualidade, 1995. Acessível na Biblioteca da Universidade Portucalense *Infante D. Henrique*, Porto – Portugal.

<sup>18</sup> FERNANDES, José Manuel – Cidades e casas da Maronésia. Porto:FAUP, Publicações, 1996, pp 29-30.

<sup>19</sup> CHOAY, Françoise – L'Alégorie du Patrimoine. Paris: Édition du Seul, 1992, pp. 76-95.

serviram inclusivamente para a redacção da História Geral de Cabo Verde, sendo esta também, por natureza, abrangente. As obras parcelares sobre a ilha de Santiago de António de Paula Brito e Ilídio do Amaral, respectivamente, sobre *Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens* e *Subsídios para o estudo da corographia da ilha de S.Thiago*, publicadas, no primeiro caso, em finais de oitocentos e meados do século XX, no segundo, apesar do elevado valor que lhes é característico, apresentam-se mais como literaturas de carácter geográfico do que histórico. O trabalho de António Correia e Silva intitulado, *Espaços Urbanos de Cabo Verde, o tempo das Cidades Porto* editada em 1998, de Correia e Silva também de reconhecido mérito enfatiza a perspectiva abrangente da história da cidade, tocando muito levemente questões ligadas à história do urbanismo e da arquitectura.

A metodologia traçada levou em consideração os objectivos inicialmente traçados a estrutura prevista e a natureza do trabalho, que requereu uma exaustiva pesquisa, recolha sistemática de dados e uma aturada reflexão sobre os mesmos, de modo a que pudessemos demonstrar com rigor os fundamentos e os pressupostos básicos que serviram de referência para a investigação. Neste estudo os dados relativos aos monumentos quer seja obtidos através de fontes de arquivo, quer seja por meio de observação no local são também cruzados com factos, donde se pode retirar mais elementos informativos que permitem uma análise mais exaustiva e rigorosa.

Daí que foi necessário, todo um processo metodológico que permitiu, passo a passo, uma orientação objectiva dos propósitos que quisemos alcançar. Assim sendo, o trabalho que ora apresentamos seguiu um conjunto de procedimentos que passaram por levantamentos bibliográficos sucessivos, leituras e fichamentos de dados que viriam a ser utilizados quer na primeira, quer na segunda parte.

Porém devido ao esquema explicativo previsto para o segundo momento desta tese, concernente à descrição e análise dos eixos urbanos e das principais edificações nas suas envolventes planeamos visitas de terreno e observação rigorosa e sistemática acompanhada do levantamento de todos os elementos observados.

Previmos genericamente os dados a pesquisar e a recolher, com base em informações obtidas através da memória oral respeitante a alguns dos objectos de estudo

através de conversas exploratórias com personalidade bem identificadas, procedimentos normalmente aconselhados como pertinentes por investigadores de renome das ciências sociais e humanas como são os casos de BOGDAN E BIKLEN<sup>20</sup>. Tais diálogos produziram pistas de pesquisa para este trabalho e nos conduziram a fontes de arquivo manuscritos e periódicos encontrados nas bibliotecas e arquivos nacionais e portugueses.

No quadro das acções prévias de pesquisa relativa aos eixos urbanos e às edificações seleccionadas, clarificamos previamente um conjunto de elementos que deveriam ser recolhidos e que iriam desde a evolução toponímica, construções preexistentes, plantas ou outro tipo de imagens de localização dos eixos urbanos, bem como, projectos originais ou de continuidade, acompanhados de respectivos desenhos, localização no tempo e autoria dos projectos de edificações reconhecidas para efeitos de estudo, o quadro institucional de surgimento da obra, etapas construtivas e conclusão.

No caso particular das edificações definimos e fixamos previamente como dados passíveis de serem observados e recolhidos, para qualquer espécie de obra arquitectónica, os relacionados com a sua localização, destacando-se a sua implantação em determinado eixo urbano ou proximidade com elemento arquitectónico de grande referência e as suas confrontações. Tivemos ainda o cuidado de definir antecipadamente os elementos de caracterização tais como: a base da edificação, as paredes o revestimento, as aberturas, os acessos internos ou externos do tipo escadarias a presença ou não de varandas externas ou internas com ou sem parapeitos abalaustrados, torres, cobertura, forradas ou não, com ou sem platibanda, pavimentação entre outros<sup>21</sup>, especialmente os elementos decorativos de interior e exterior.

A recolha de imagens no local constituiu-se também num importante procedimento no âmbito deste trabalho, complementado com a utilização de reproduções de monumentos feitas em momentos que antecederam à realização deste trabalho. Revelaram de grande interesse para este estudo reproduções fotográficas e em forma de plantas encontradas não só no Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde e

---

<sup>20</sup> BOGDAN, R. E BIKLEN, S. Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora, 1997, p. 136.

<sup>21</sup> Vide anexo único a esta introdução,

em arquivos portugueses, como também num gabinete que durante muito tempo se ocupou da salvaguarda do Centro Histórico da Praia, ou ainda, certas imagens fotográficas gentilmente cedidas para esta tese. Um importante acervo desse gabinete reporta a estados de vários elementos urbanos e arquitectónicos de interesse para este trabalho num estado anterior e posterior a uma acção de restauro.

O trabalho de investigação que ora apresentamos procedeu-se com efeito em vários arquivos e bibliotecas, a saber: em Cabo Verde, Instituto do Arquivo Histórico Nacional (IAHN) de Cabo Verde, Biblioteca Nacional de Cabo Verde, (BNCV), arquivos do Antigo Ministério das Infra-estruturas de Cabo Verde, Arquivos do Antigo Gabinete do Plano de Salvaguarda do Centro Histórico da Praia, Arquivos do Instituto de Investigação e Património Culturais (IIPC). Em Portugal, Biblioteca da Universidade Portucalense, Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP), Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Arquivo Histórico Militar (AHM) de Lisboa, Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML), Biblioteca Municipal de Lisboa (BML), Biblioteca Municipal de Belém (BMB), Biblioteca de Artes da Fundação Calouste Gulbenkian, bem como, a Biblioteca e Arquivo das Obras Públicas (BAHOP) e a Biblioteca da Faculdade de Belas Artes do Porto.

Graças à metodologia traçada e ao trabalho de recolha realizado nas bibliotecas e junto de cada obra arquitectónica no respectivo eixo urbano, esboçamos a organização temática do trabalho de modo coerente com os nossos objectivos e com o tema.

Assim, a estrutura de conteúdos abrange duas partes, sendo a primeira de contextualização, reporta ao enquadramento teórico do objecto de estudo e geográfico-histórico de Cabo Verde, onde se vai desenvolver a urbe da Praia no século XIX.

A primeira parte é organizada em três capítulos. O capítulo I é dedicado ao enquadramento teórico com realce para os conceitos e paradigmas relevantes no âmbito da arte da história da arte e da arquitectura, bem como a problemática da cidade e do centro histórico, conceptualizados no âmbito da história e da estética. O II, faz o enquadramento geográfico e o último desenvolve uma contextualização histórica da sociedade nascente no arquipélago de Cabo Verde.

A segunda parte é estruturada prevendo para se debruçar sobre a descrição e análise dos eixos urbanos e das principais edificações da urbe oitocentista e é composta por cinco capítulos a saber: o capítulo I, evidencia a zona costeira o porto e outras instalações inerentes à actividade portuária; o II, alude aos antigos eixos urbanos e edificações representativas dos núcleos primitivos; o III se organiza para debruçar sobre a outrora praça do pelourinho e edifícios indicativos da função dos poderes civil e religioso; o IV, aborda as principais ruas casas nobres e um edifício secular importante pela sua especificidade, o espaço de mercado ou pelourinho; e, por último, o capítulo V que vai dedicar descrição e análise dos largos do eixo centro/norte e edifícios educativos, sócio-sanitário como o Hospital e Igreja do Nazareno.

Na parte final apresentamos a conclusão, onde realçamos a essência da tese depois as nossas principais constatações e, finalmente, uma reflexão onde reafirmamos o valor simbólico do Centro Histórico da Praia, que a nossa ver é, inequivocamente, demonstrado ao longo de toda a segunda parte do trabalho.

**PRIMEIRA PARTE**

***ENQUADRAMENTO TEÓRICO DO OBJECTO DE ESTUDO  
E GEOGRÁFICO-HISTÓRICO DE CABO VERDE***

Esta primeira parte dá relevo ao quadro teórico-conceptual do objecto de estudo, mais concretamente aos conceitos ligados a arte, história da arte e património com realce para a herança patrimonial edificada, mas também ao contexto geográfico e histórico onde se insere o Centro Histórico da Praia. Sobre este último, apresentamos os aspectos essenciais do contexto geográfico das ilhas de Cabo Verde cuja capital Praia na sua feição antiga constitui o nosso objecto de estudo, salientando a localização espacial das ilhas de Cabo Verde e alguns aspectos do seu quadro natural tais como: o relevo, o clima, fauna, a flora, entre outros. Num momento subsequente, evidencia uma reflexão em torno do primeiro grande momento da história de Cabo Verde e aos factos que englobam a descoberta ou achamento das ilhas, bem como, o processo que correspondeu à instalação dos primeiros agregados humanos e a organização da sociedade nascente. Em essência estas constituem as condições prévias para o nascimento do povoado da Praia e sua posterior evolução em, entre outros planos, no do desenvolvimento urbano.

# CAPÍTULO I

## ENQUADRAMENTO TEÓRICO

O quadro teórico conceptual realçado em seguida vai evidenciar alguns conceitos e paradigmas relevantes para a percepção da noção de arte da relação entre a Arte e Historia, bem como o a essência do tipo de disciplina que é História da Arte no seu objecto de estudo e nos seus métodos. Procuraremos esclarecer ainda as problemáticas ligadas às noções de cidade, de arquitectura e de centro histórico no âmbito da história da arte e da estética, sendo o coração da cidade analisado na perspectiva da sua reabilitação.

### 1. Conceitos e paradigmas relevantes da arte

Do latim *ars* admitido como equivalente ao grego *teknê*, significa o conjunto de processos que serve para produzir determinado resultado. Arte, neste sentido, opõe-se a ciência quando esta é concebida como conhecimento puro e independente das aplicações decorrentes desse conhecimento. Supõe uma ligação profunda com a vida, quer individual, quer social conferindo-lhe valorações. No início da aplicação do termo, *ars* reduz-se apenas ao conjunto de processos e, neste sentido, usam-se as expressões artes mecânicas e artes de engenharia, formas envelhecidas de valoração<sup>22</sup>. As produções artísticas numa acepção mais contemporânea são, assumidas como componentes da cultura extremamente amplas e variadas, nas quais encontramos expressões de ideias e emoções, dimensões do desejo e do imaginário (individual e colectivo), representações da realidade natural e social, concepções do mundo e da vida.

No âmbito deste trabalho situamo-nos mais nas *belas artes*, isto é, aquelas em que a finalidade principal é a produção do Belo plasmando a forma e o espaço. As artes, particularmente, a arquitectura e urbanismo, mas também, a escultura, a pintura e a gravura têm em comum a dominante finalidade estética, conferindo valores estéticos e artísticos ao mundo material. No valor artístico inclui-se, naturalmente a mediação de

---

<sup>22</sup> RODRIGUES, Maria João Rodrigues – Vocabulário técnico e crítico da arquitectura. Coimbra: Quimera Editores, 1996, p. 47.



pressupostos estéticos e ontológicos. A função do artista cumpre-se quando a representação. As ideias são transmutadas na apresentação de uma visão interior do mundo. Do ponto de vista da *ciência da arte* de expressão empregue na filosofia alemã contemporânea opõe-se ao termo estética e tem características redutoras, contradizendo-se no entanto a esta concepção, nos tempos de hoje, a perspectiva fenomenológica, que enquadra a Arte na complexidade do total do universo do belo.

A arte na sua expressão de arquitectura e urbanismo organiza-se com base num sistema técnico-construtivo e têm como referência fundamental o espaço vivido, incorporando, simultaneamente, as dimensões funcionais e simbólica. *Embora não haja como escapar ao facto de ser importante, o modo como um edifício serve a sua função, os melhores edifícios são elogiados e admirados pelo menos na mesma medida pela sua aparência. Por outras palavras, as pessoas não se preocupam só com o modo como se satisfazem as suas funções, mas também com a aparência da composição edificada na sua dimensão estética.*<sup>23</sup>

O termo arte mostra-se, todavia, extremamente problemática, na medida em que não existem critérios absolutos que permitem estabelecer uma distinção nítida entre o que é autenticamente arte e aquilo que não o é, o que nos remete para o problema da definição da arte.

Incidindo-nos nalguns paradigmas que servem de base para a análise do problema da definição da arte realçamos que, o problema de saber como definir um conceito, tem sido uma das tarefas de muitos pensadores. O mesmo acontece na concepção da arte, onde o problema de definir *arte* tem tido um lugar privilegiado. Entre as abstracções procurando explicar este conceito, iniciamos pelo paradigma da *arte como imitação*, uma das mais antigas tentativas de percepção da categoria mental em apreço, durante muito tempo aceite pelos artistas como inquestionável. Essa teoria tinha como fundamento a ideia da imitação da natureza. Platão tinha uma opinião desfavorável à arte, ao considerar que as obras de arte imitavam a natureza por via das obras como imagens imperfeitas dos seus originais. *Aqui entre nos todas as obras dessa espécie se me afiguram ser a destruição da inteligência dos ouvintes*<sup>24</sup>. Para, esse

---

<sup>23</sup> GRAHAM, Gordon. *Filosofia das Artes*. Lisboa. Edições 70. 1997. Pag. 210.

<sup>24</sup> PLATÃO. *A Republica*. (9 Edição). Lisboa. Editora Calouste Gulbenkian. s/d. Pag.449

filósofo da Grécia antiga qualquer imitação era digna de censura, pois afastava-nos da verdade, além de que quando, no seu entender, os próprios objectos naturais eram por sua vez cópias de outros seres mais perfeitos. Para Platão, o belo não é uma dádiva ao nível da vida. Pois, procurou o modelo da arte no belo universal, perfeito e eterno. Neste ponto de vista, a arte é tido como um conhecimento feito através da participação das ideias no mundo supra-sensível. Nesta perspectiva a origem de toda a beleza existe numa primeira beleza que torna bela todas as coisas que designamos belas. Portanto, a essência da arte está no paradigma do belo universal, absoluto e eterno que ilumina o mundo estético como o sol ilumina o mundo sensível. No entender de Platão, o belo é uma descoberta e não uma imitação, na medida em que as imitações nos fazem ver as coisas de forma emocional, o seu resultado não pode ser, senão, algo de intocável e pouco racional. Assim sendo, ao apelar a comportamentos imitativos e emocionais, a arte afasta-nos do bom senso e da verdade.

Um segundo paradigma que define a *arte como expressão* que começou a pôr em causa a noção de arte como imitação no final do século XVIII e muitos artistas começaram a utilizar a arte como forma de expressão das suas experiências individuais. Procuravam através das suas obras exprimir os seus sentimentos e subjectividade. A arte tornou-se um veículo para exprimir emoções. Assim, o interesse das manifestações artísticas passa a residir no interior e não no exterior do sujeito. Nietzsche escreve: *o nosso conhecimento exterior da arte é, no fundo, absolutamente ilusório, porque ao possuímos tal conhecimento, não nos sentimos unidos e identificados, com esse princípio essencial de criador único e espectador único. Desta comédia da arte, reserva para si o prazer eterno. Só no acto da produção artística, e na medida em que se identifica com o artista primordial do mundo e que o génio poderá saber algo da essência eterna da arte; o génio será então objecto e sujeito ao mesmo tempo, será simultaneamente poeta, actor e espectador*<sup>25</sup>. No sentido Neitzschiano, a eterna essência da arte é a do génio que voltando os olhos a si mesmo contempla-se, tornando ao mesmo tempo actor, poeta e espectador trágico. Para esse pensador nós somos a significação da obra de arte. A arte é para nós, tal como somos para a arte, isto é, a arte é vida. E nisto consiste a liberdade de criação artística.

---

<sup>25</sup> NEITZSCHE. *A Origem Da Tragedia*. Guimarães Editores. 1872 Pag. 66.

Em fim o último paradigma aqui trazida à discussão o da *arte como forma significativa* é baseado numa teoria supostamente mais elaborada e mais recente, num contexto em que um crítico da arte, o inglês, Clive Bell, apresenta na sua obra *Arte*, publicado em 1914, e expõe a tese assente na teoria formalista da forma significativa. Para Bell, não se deve começar por procurar aquilo que define uma obra de arte na própria obra, mas sim no sujeito que a aprecia. Isso não significa que não haja uma característica comum a todas as obras de arte, mas que podemos identificá-las apenas por intermédio de um tipo de emoção peculiar, a que ele chama *emoção estética*<sup>26</sup>, que as obras e só elas, provocam em nós. De acordo com a teoria de Clive Bell, uma obra é arte se e só quando provoca nas pessoas emoções estéticas.

Bell assume que as obras de arte exprimem emoções, se não estaria a defender o mesmo que a teoria da expressão. Assim, no seu entender, provocam emoções nas pessoas. Se o paradigma da imitação estava centrado nos objectos representados e o da expressão no artista criador, a teoria da *arte como forma significativa* atinge parte do sujeito sensível que aprecia obras de arte. É importante frisar *parte do sujeito* e não centrado nele, caso contrario não seria coerente considerar esta tese como forma significativa, segundo a qual, *a obra artística não pode ser identificada com o estado de espírito do seu autor nem com nenhum dos estados de espírito que evoca nas pessoas que a percebem: é patente que cada estado subjectivo da consciência tem algo individual e de momentâneo que faz indescritível e incomunicável no seu todo, enquanto que a obra artística se destina a servir de intermediário entre o autor e a colectividade. Fica, porem, essa ‘coisa’ que é obra de arte, num mundo sensorial e que é acessível a percepção de toda a gente sem distinção.*<sup>27</sup>

Se tal como considera um dos mais proeminentes filósofos da arte, o Americano, Morris Weitz toda a evolução do pensamento no sentido de se encontrar uma definição ao conceito de *arte* exposta, continua insatisfatória, revelando insuficiências, simplesmente abandonou Weitz a ideia de que a arte pode ser definida, mostrando que qualquer tentativa de defini-la arte está condenada ao fracasso. Pelo que defende o autor

---

<sup>26</sup> Emoção Estética é entendido como o tipo de sensação que só a as obras de arte conseguem provocar em nós. Clive Bell utiliza este conceito para referir as emoções provocadas por aquela propriedade que apenas existe nas obras de arte e a que chamam “ forma significativa.”

<sup>27</sup> MUKARŮVSKÝ, Jean. Escritos Sobre estética e Semiótica da Arte. Editorial Estampa. Lisboa. 1988. pág. 12.

um conceito aberto, reajustável e corrigível sempre que apareça uma situação ou um caso novo. A partir daí, na lógica de Weitz, podemos alargar o uso do conceito para o incluir a nova possibilidade de conceptualização. É neste sentido que Weitz defende que tanto o conceito da arte como os seus sub conceitos (arquitectura, Pintura, escultura, etc.) são abertos, pois estão sempre a surgir novas formas de arte que escapam a aplicação das categorias estabelecidas. É neste sentido que Umberto Eco vai defender ideia de que *a obra de arte, embora na sua significação inicial deva ter um só sentido como indicador do significado particular do seu autor, não deixa de ser aberta, pois podemos interpretá-la de mil maneiras sem que a sua irreproduzível significação seja alterada.*<sup>28</sup>

Pela natureza das abstracções descritas impõe-se aqui salientar as afinidades e contradições entre *arte* e *estética*, partindo-se do princípio que tradicionalmente a estética era o ramo da filosofia que tratava da beleza ou do belo, especialmente, na arte do gosto e critérios de valores para julgar a obra de arte. Recentemente constituiu-se em ciência autónoma com o seu método próprio, significando ciência do conhecimento sensível - tudo aquilo que pode ser percebido pelos sentidos. Sendo assim, a estética não pode ser confundida com a arte, nem com filosofia da arte, nem tão pouco com a história da arte. Enquanto que a história da arte tem como campo de estudo a arte em si *a estética alarga a sua análise à natureza e talvez a um contexto mais vasto da percepção e da consciência sensorial.*<sup>29</sup>

A obra de arte é um produto da criação artística concebida para ser entendido esteticamente. É concebida pelo homem para comunicar e a percepção e o juízo estético são as formas de conhecimento e apreciação. Um juízo estético é sempre, naturalmente, um juízo de valor, por isso, gostar ou não gostar de uma obra de arte é sempre um juízo em termos individuais, logo um juízo estético. É necessário fazer a leitura e questionar a cerca das informações que uma obra de arte nos possa oferecer. A leitura é feita através de uma recriação estética de um objecto. O objecto apresenta-se-nos na sua materialidade e é preciso reconstitui-lo mentalmente, dando-lhe a sua verdadeira dimensão estética. Assim sendo dois aspectos parecem ser relativamente na percepção do produto que é a obra de arte. Um primeiro, em que o artista inscreve-se num quadro

---

<sup>28</sup> ECO, in: CALABRESE, Omar. A linguagem Da Arte. Editorial Presença. Lisboa. 1986.pag.28

<sup>29</sup> TAWNSEND, Dubney. Introdução a Estética. Edições 70. Lisboa. s/d pag.13

complexo da relação com a sociedade, com o mundo e com a história; um segundo, o plano da função estética implicando o espectador a relacionar-se com o processo complexo de observar ler a obra de arte e encontrar a sua significação. Ao realizar a sua arte, o artista faz uma apresentação do mundo e o espectador liga-se a obra por via estética não utilitária ou pragmática exclusivamente, mesmo quando se trata de um objecto artístico que também tem a sua dimensão funcional, e não pode ser excluído a capacidade de a obra de arte acumular, de forma intrínseca, estes aspectos com a expressão estética. Estão neste caso a arquitectura que é a forma de arte em estudo, para além da descoberta das qualidades e da mensagem intencional, o espectador, pode projectar novas significações e sentidos que enriquecem o próprio acto fruição e do conhecimento. Podemos, pelo exposto, considerar que a obra de arte é concebida para ser fruída esteticamente.

## **2. Arte Historia e a essência do tipo de disciplina que é a da História da Arte no seu objecto de estudo e nos seus métodos**

A arte desenvolve-se segundo a história de uma sociedade que constituiu reflexo. É tão antiga quanto o homem e como tal, as primeiras formas artísticas surgem na pré – história pois resultam de uma atitude espontânea como foram muitos comportamentos do homem pré-histórico e teve o papel que desempenhou ao longo da vida do homem.

A história e a arte posicionam-se como duas ciências complementares pois o antigo se actualiza muitas vezes no moderno, figurando-se como exemplo mais vivo deste paradigma a expressão da arte clássica noutras correntes estéticas não sendo imitada ou copiada, ou pelo menos admirada pelos artistas, serve como inesgotável de inspiração. Na idade média a arquitectura românica e gótica mantêm a grandiosidade e a opulência da arquitectura romana e buscam alguns recursos técnicos e arquitectónicos nas estruturas construtivas da arte grega tais como o arco e a coluna. Na idade moderna o renascimento, na sua matriz global, é sempre um retorno ao mundo clássico em todas as esferas, sendo provavelmente, a arte a maior fonte de inspiração.

Na idade contemporânea a Arquitectura Neoclassicismo como o próprio nome indica de forte influência do classicismo o Romantismo Arquitectónico, em essência

uma corrente eclética que também integra na mescla de estilos soluções arquitectónicas clássicas, são identificadas como Escolas de possível enquadramento das edificações estudadas no âmbito deste trabalho. Estas correntes integram o chamado *Estilo Colonial* identificada, frequentemente, como estando reflectido nas construções que de um modo geral se difundiam para fora da Europa, após afirmação nesse continente. Este pressuposto inscreve-se na lógica de René Rémond, que considera estarmos perante a europeização do mundo<sup>30</sup>, processo que seguramente terá proporcionado o transplante de estilos artísticos e formas construtivas já consolidadas na Europa.

É assim que o Brasil e as ilhas atlânticas, no contexto do mundo português, foram campos das mais variadas e ricas realizações da urbanística portuguesas de além-mar<sup>31</sup>. Daí, parece ter fundamento a constatação segundo a qual, as construções erigidas no Centro Histórico da Praia e nos principais núcleos urbanos de Cabo Verde, exceptuando-se a antiga Ribeira Grande, poderem estar inscritos no fenómeno da expansão duma arte colonial, inscrita na época contemporânea.

Por um lado, o *Neoclassicismo* assume-se como movimento artístico que surgiu em meados do século XVIII como reacção ao Barroco<sup>32</sup> e aos excessos do Rococó<sup>33</sup>. Propugna um regresso ao cânone estético da antiguidade greco-romana<sup>34</sup>. A composição acentua as linhas horizontais e uma decoração com certa sobriedade, tendo grande predominância, no nosso caso nas construções oficiais e religiosas bem como nas habitações particulares com carácter de residência senhorial, tal como é a linha de muitas obras arquitectónicas difundidas mais no norte de Portugal entre 1742 e 1836<sup>35</sup> que igualmente chegou em Cabo Verde e vai manifestar-se em várias construções, nomeadamente aquelas que foram edificadas no centro histórico em estudo.

---

<sup>30</sup> RÉMOND, René. Introdução à História do nosso tempo. Lisboa: Gradiva, 1992, pp.22-276

<sup>31</sup> VÁRIOS. História da Arte Portuguesa. Lisboa:1995. p. 284.

<sup>32</sup> Termo inventado pelos historiadores de arte do século XIX para designar o estilo que prevaleceu, na arte Europeia Ocidental, entre 1580 e inícios do séc. XVIII, tendo em conta que este estilo artístico foi essencialmente caprichoso e florido.

<sup>33</sup> Uma versão do Barroco mais leve e divertida, associado ao reinado de Luís V, em França, e tipificado pelas assimetrias, utilização de floridos e motivos naturalistas inspirados em conchas, pedras e plantas. O Rococó é talvez melhor identificado nas artes decorativas do que na arquitectura ou na pintura. A designação só começou a ter um uso generalizado a partir de 1830, tendo permanecido durante algum tempo, num sentido pejorativo.

<sup>34</sup> Grande Dicionário Enciclopédico Verbo. Lisboa/S. Paulo. 1997. p. 19

<sup>35</sup> VASCONCELOS, Flório. A Arte em Portugal. Lisboa: Verbo Juvenil, 1984, pp.52-56.

Sobrepondo ao neoclassicismo, o romantismo também se expressa nalgumas obras estudadas como teremos a oportunidade de demonstrar na segunda parte deste trabalho. Esta corrente, que se assume como revivalista, continua a ser a antítese da pompa barroca, mas distingue-se de outros classicismos anteriores, pelo facto de ser ainda mais natural, o que é expresso nas paredes completamente lisas e na expressão de outros estilos, sendo comum o neogótico presente na utilização de soluções construtivas do tipo arco quebrado, para exprimir maior projecção em altura, ao lado do arco redondo de inspiração clássica. Com base no espírito revivalista, os arquitectos românticos mantiveram, a tipologia de construções inspiradas em cânones clássicos, onde sobressaem toda a harmonia geométrica dos interiores e das suas fachadas. É exemplo desta constatação para as construções residenciais a arquitectura palladiana<sup>36</sup>, reflectida nas casas senhoriais europeias que terão sido, mais nuns espaços que noutros, transplantadas para as zonas de influência do velho continente.

Através da arte podemos conhecer fenómenos e factos artísticos que deixam transparecer com factos estéticos com interesses históricos que assumem a função de factos históricos autênticos. A arte e a história podem fazer parte de um sistema cultural. Para o estudar e explicar a arte como reflexo e um produto da história, bem como, um aspecto criativo e activo das épocas, nasceu a história da arte. Pois a realidade histórica de uma determinada época pode ser analisando a partir dos objectos com valor artístico que proporcionam conclusões válidas ou não sobre um facto histórico.

Procurando revelar um pouco mais a natureza da disciplina que é a História da Arte o seu objecto de estudo e método ou métodos que utiliza para se construir a obra de Ana Lúcia Pinto que vê na História da Arte *a disciplina que estuda as produções artísticas, isto é as obras de arte produzidas pelos homens ao longo dos tempos. Estuda-as com um duplo objectivo: conhecê-las e explicá-las, salientando a sua relevância na vida e na condição humana*<sup>37</sup>. De acordo com a autora, o trabalho do investigador da Arte inclui sempre duas tarefas distintas complementares: Por um lado, requer investigação e pesquisa de dados e factos, para que possa ler de forma exaustiva

---

<sup>36</sup> Palladio (1508-1580) cujo nome dá à *arquitectura palladiana* foi o grande arquitecto italiano que, apoiando-se em ensinamentos de Vitruvius fez resistir à actualidade as tipologias das casas clássicas onde destaca-se uma organização, regulada por leis matemáticas harmónicas, tendo projectado fachadas em função da planimetria e volumetria internas das respectivas casas.

<sup>37</sup> PINTO, Ana Lúcia e outros, História da Arte Ocidental e Portuguesa – Das origens ao final do século XX. Porto: Porto Editora, 2ª edição, 2006, pp. 4-10.

e rigorosa todos os elementos informativos, contidos nas obras de arte: materiais, técnicas, formas, conteúdos, significados e funções, autor e suas subjectividades, contexto sócio-cultural, *época histórica*. Sustenta que este levantamento de informações, indispensável a uma boa leitura e recriação estética das obras de arte, exige uma objectividade científica e rigor metodológico, o que implica o recurso à utilização de fontes documentais autênticas e de métodos analítico-explicativos e críticos próprios. Nestes últimos apontam Jane Mahler e outros<sup>38</sup> para os métodos de leitura da obra de arte que englobam a descrição iconográfica e análise simbólico ou expressiva<sup>39</sup> e formal como grande inter-relação entre o simbólico e o formal dado que muitas vezes um elemento formal da obra encerra em si mesma o carácter expressivo da obra pelo que se torna difícil distinguir a fronteira entre estas duas dimensões de leitura da obra de arte. Este problema pode ser porém atenuado ao percepcionarmos também na obra uma maior compartimentação das dimensões de análise simbólica, recorrendo tal como recomenda Chalumeau, à aplicação dos métodos fenomenológico, psicológico, sociológico, estrutural entre outros<sup>40</sup>.

De acordo com Ana Lúcia Pinto, para grande parte do trabalho de investigação, o historiador da Arte recorre e apoia-se em conhecimentos e métodos de outras disciplinas científicas que, tendo igualmente por objecto e campo de estudos o Homem e as suas actividades, complementam-se, encontrando-se nessa situação a Arqueologia, a Antropologia, a História, a Sociologia, a Filosofia entre outras. De igual modo, cabe-lhe, sublinha a autora a interpretação criativa e crítica das obras de arte, procurando relacioná-las ao contexto individual, sócio-cultural e histórico em que foram produzidas e, com isso, explicar a sua função e o seu sentido ou sentidos na existência e na essência do Homem, ponto em que se aproxima e contribui para a afirmação da percepção da Arte. Este constitui, realmente, a tarefa mais rica e profunda do historiador e também aquela que melhor contribui para a mais completa fruição estética das obras de arte. Assim, como *ciência humanística*, a História da Arte possui o método próprio, acima escrito, em parte aproveitado das ciências afins e complementares, noutros aspectos adaptados à especificidade dos conteúdos que trata.

---

<sup>38</sup> MAHLER, Jane e outros – História Mundial da Arte. Lisboa, Bertand, 1992: p.8-10.

<sup>39</sup> O carácter expressivo em arquitectura é a evidenciação do destino ou função, dum edifício, através do seu aspecto. Veremos pois como se exprime a espiritualidade nesta igreja e como a sua estética, harmonia das formas, sobriedade e outros aspectos formais concorrem para transmitir o misticismo que deve conter.

<sup>40</sup> CHALUMEAU, Jean-Luc – As teorias da arte, Filosofia, Crítica e História da Arte de Platão aos nossos dias. Lisboa s/d pp. 1, Instituto Piaget, 1997, pp. 5-24.



### **3. A cidade a arquitectura e o centro histórico: conceitualização no âmbito da história da arte e da estética**

Neste ponto, abordaremos as concepções de cidade ao longo do tempo e na sua realização como Arquitectura, enquanto campos de estudo da História da Arte e faremos uma investida à conceitualização do centro histórico e à problemática da sua revitalização.

#### **3.1. Concepções de cidade ao longo tempo**

Existe uma dificuldade na definição sobre o que é uma Cidade. Já foi dado um grande número de definições, algumas das quais, mesmo não sendo contraditórias, pelo menos, não têm nada a ver com outras igualmente respeitáveis. Por exemplo a *polis* grega não tem muito a ver com cidade medieval; uma vila cristã e uma Medina muçulmana são distintas uma da outra, da mesma maneira que uma cidade-templo como Pequim é para uma metrópole comercial como Nova Iorque.

Ficou consagrado na idade antiga que uma cidade é um certo número de cidadãos, pelo que devemos considerar, a quem há de se chamar cidadão e ao que há de ser chamado cidade. Na lógica clássica chamamos pois cidadão de uma cidade àquele que possui a faculdade de intervir nas funções deliberativa e judicial da mesma e cidade em geral ao número total desses cidadãos suficientes para a necessidade da vida urbana. Esta é, segundo Chueca Goitia uma definição que corresponde a um conceito político da cidade e que se adapta ao tipo de cidade-estado da Grécia. O Estado e a cidade e a cidade, o Estado – sublinha o autor, para quem o problema da cidade como tal translada-se para o problema da situação ou estado político dos seus habitantes ou cidadãos<sup>41</sup>.

Na concepção medieval, prossegue Goitia, a cidade define-se como todo o lugar encerrado por muralhas, com os arrabaldes e edifícios que elas defendam da ameaça exterior. Esta concepção projecta-se no tempo e alcança o século XVIII, não se

---

<sup>41</sup> GOITIA, Fernando Chueca – Breve História do Urbanismo. Lisboa: Editorial Presença, 1989.p.8.

concretizando a lógica segundo a qual durante o Renascimento, com o mundo em expansão, na ânsia de novas realizações, quando o homem se liberta de tantos vínculos tradicionais, quando a crítica dá novas asas ao pensamento e quando tantos costumes do passado são revistos, se produzisse uma profunda transformação nas cidades dos homens. Por conseguinte, no campo do urbanismo as primeiras contribuições do renascimento são insignificantes se compararmos à arquitectura do mesmo período. Com efeito a transição dá-se não só de forma lenta e contínua, mas para a ordem barroca que se projecta a partir de finais do século XVII e ao longo do século XVIII na Europa, com reflexos nas zonas de influencia europeia.

Para Cantillon, citado por Goitia, a cidade barroca que se estrutura, a partir do século XVIII, com base pressuposto, segundo o qual, se um príncipe ou um senhor fixa a sua residência num lugar agradável e se os outros senhores aí acorrem para se verem e conviverem em agradável sociedade, este lugar converter-se-á numa cidade. Aqui o carácter senhorial e eminentemente consumidora, onde reina o luxo é que esteve na origem das grandes cidades do ocidente, antes do começo da era industrial. Sucede à urbe Barroca a cidade industrial e a esta a cidade a do presente que se revela com um urbanismo em expansão.

A noção de cidade se assume como algo muito complexo e revela uma dificuldade em resumir numa única definição caracteres tão diferentes que se perfilam para configurar o conceito. Em primeiro lugar, cidade pode ser de tipo pública, na concepção clássica, onde se evidencia a ideia de *sivitas* romana, concebida como uma cidade exteriorizada, onde o verdadeiro habitat é o exterior, a rua e a praça, que, embora não tenha tecto, tem paredes (fachadas) que a segregam do campo circundante. É muito mais urbana, se entendermos assim como uma entidade oposta ao campo. Em segundo lugar, o outro carácter de cidade, assumido como urbe doméstica ou íntima, tem o seu habitat na casa defendida por tecto sem paredes. Não tem necessidade de segregar-se do campo já que este, no fundo, é isolador e contribui poderosamente para a intimidade. É menos urbana que a cidade pública.

Por uma razão obvia, para o homem latinizado e mediterrânico, que mais influencia os espaços extramuros europeus, como é o caso de Cabo Verde e outras possessões ultra marinas que enformam o *mundo português*, o essencial e definitivo da

cidade é a praça e o que esta significa, a tal ponto que quando esta falta, não entende que se possa chamar cidade a uma tal aglomeração humana.

No seguimento do autor, existe um outro tipo de cidade, a chamada urbe privada e religiosa do Islão, que revela o carácter privado do modo de vida muçulmano, cujas características podem revelar no caso da Península Ibérica, onde as estruturas urbanísticas de períodos precedentes à reconquista cristã revelam muitos aspectos a cerca da vida íntima do mouro<sup>42</sup>.

Como vimos, uma única definição para tipos de cidades tão diferentes, é difícil de ser concebida. Por exemplo, não é o carácter da vida pública que pode definir uma cidade, uma vez que existem algumas que o não têm.

É assim que, o estudioso Spengler, citado por Goitia, procurando um conceito mais amplo que possa englobar as espécies diferentes de cidades sublinha que, o que distingue a cidade da aldeia não é a extensão, nem o tamanho, mas sim a presença de uma alma da cidade. Para esse autor, o verdadeiro milagre acontece quando nasce a alma de uma cidade.

Para Spengler, quando uma colecção de casas forma um corpo visível convertido num todo conjugável, e, este conjunto vive, respira, cresce, adquire um rosto peculiar, uma forma e uma história internas. A partir deste momento, além da casa particular, da catedral e do palácio, a imagem urbana, na sua unidade, constitui o objecto de um idioma de formas e de uma história estilística que acompanha no seu curso, todo o ciclo vital de uma cultura.

### **3.2. A cidade e a Arquitectura enquanto campos de estudo da História da Arte**

A estética urbanística, ou seja, a cidade concebida como obra de arte para ser apreciada não constituiu antes da época barroca um campo de grandes realizações e,

---

<sup>42</sup> GOITIA, Fernando Chueca – Breve História do Urbanismo... pp.9-10.

salienta Goitia, as primeiras contribuições do renascimento neste sentido são insignificantes, se compararmos à arquitectura do mesmo período.

Todavia, a nível do campo puramente abstracto, a cidade barroca é a herdeira dos estudos teóricos do renascimento, daquelas cidades ideais, que, como exercício da abstracção, ocuparam os cérebros dos tratadistas e dos comentadores de Vitruvius. Segundo um critério nitidamente Albertiniano o valor desses esquemas baseava-se na pura harmonia geométrica, independentemente da percepção visual. Foi precisamente este o *achado* ou *testemunho* do barroco: criar uma cidade como obra de arte de percepção visual imediata. Para o conseguir, a arte barroca contava com o instrumento adequado, um instrumento igualmente herdado do renascimento, mas só mais tarde valorizado no que se refere ao traçado e composição das cidades. Este instrumento, segundo Goitia, não era outro, senão a perspectiva.

Efectivamente os pintores renascentistas tinham renovado profundamente a representação do espaço, passando da imagem plana à tridimensional. Com a descoberta da perspectiva geométrica abriu-se um campo novo e imenso, e não houve pintor do *Quattrocento* que não se deleitasse a pintar em perspectiva grandes fundos arquitectónicos que impulsionaram as grandes criações dos arquitectos. Mas, realça Goitia, o que para a pintura e para a arquitectura já eram conquistas maduras, não tinha chegado ao campo do urbanismo. Só mais tarde, como vimos, no século XVIII, que a arte barroca da composição das cidades atingirá todo o seu apogeu. Este século assistirá à maturação da música e do urbanismo, manifestações finais da grande cultura europeia que é transplantada para as diversas zonas de influência dos diversos estados europeus.

De acordo com Goitia, a grande arquitectura do século XVIII se ultrapassa a si própria, e, na sua mais valiosa dimensão, transformar-se-á em arte urbana.

É neste contexto que Pierre Lavedan, citado pelo autor que temos vindo a referir, fixa em três os princípios fundamentais do urbanismo clássico<sup>43</sup>. Estes três princípios na lógica desse investigador são os seguintes:

- a) a linha recta, que fixa a perspectiva

---

<sup>43</sup> LAVEDAN, Pierre – Histoire de L'Urbanisme. Renaissance et Temps Moderns. 2ª Ed. Paris., 1959 pp 33-34

- b) a perspectiva monumental, que pressupõe a contemplação do mundo a um único ponto de vista, com um único olhar a abarcar todo o panorama. Isto pode ser entendido como uma manifestação do poder do príncipe e esta visão focal ou centralista coincide com a organização monárquica do estado, que é apanágio da época. Todas as residências reais da Europa do Sec XVIII correspondem a este tipo de organização perspectiva, que se vai implantar em certos casos nas regiões atlânticas ultramarinas. No ponto focal ou central de tais residências reais ou governativas se encontra o palácio da realeza ou do governador. Nesta óptica da perspectiva urbanística a cidade converte-se na expressão duma realidade política.
- c) o programa ou, por outras palavras, a uniformidade que subordina o particular à lei do conjunto, se afigura como a única forma de manter o predomínio da perspectiva. A uniformidade faz com que nada perturbe a continuidade das linhas que correm em perspectiva, provocando uma forte impressão de estética

No entender de Fernando Chueca Goitia, esse três princípios enunciados podem reduzir-se a um só: a perspectiva, ou àquilo que a perspectiva trouxe consigo: a cidade concebida como vista. Neste particular, o Barroco vai até ao ponto de comparar o mundo como uma *vista*. Até aí, estava-se dentro do mundo, no meio das coisas, mas não se tinha a distância, nem a visão em profundidade para que estas coisas se organizassem como uma vista, como um panorama.

Nesta óptica, Barroco forma e ordena o mundo como panorama. É por esta simples razão que devia fatalmente descobrir o urbanismo como arte e encontrar um instrumento que facilitasse a possibilidade de criar o panorama onde ele até aí não existia. Daí o urbanismo se ensaiasse primeiro nos jardins ou praças, cujos traçados influíram tão decisivamente nos das cidades e conjuntos urbanos.

O centro histórico da cidade da Praia que é objecto deste estudo, em essência, evolui-se segundo uma estética urbana do século XIX assente na pura harmonia geométrica das suas ruas, que por volta de 1812, já estão relativamente estabilizadas a ponto de já revelarem um tipo de traçado *urbano* de tipo ortogonal ou hipodâmico

caracterizado pela *combinação de intersecções ortogonais cuja denominação é inspirada na obra de Hipodamus de Mileto*<sup>44</sup>. Esse esquema, que recorre ao instrumento da perspectiva é herdeira do Barroco, fora aplicado na época renascentista apenas na pintura e arquitectura e só no primeiro século da época contemporânea atinge o campo do urbanismo<sup>45</sup>.

Tal como nas cidades da Europa Ocidental, e as diversas regiões de influência do velho continente, à excepção da concepção francesa, o traçado urbanístico da cidade da Praia obedeceu, a nosso ver, a três princípios fundamentais: a linha recta evidenciada no traçado relativamente longo das ruas paralelas e nas vias transversais; a perspectiva monumental que nos é dada a perceber em face de uma observação a distância das diversas linhas paralelas que configuram os arruamentos e a uniformidade que diz respeito a um todo coerentemente programado, que à vista, causa uma impressão de beleza e harmonia.

A arquitectura, por seu turno, como actividade humana, existe desde que o homem passou a se abrigar das intempéries. As primeiras obras arquitectónicas estão associadas a ideia de abrigo, com construção predominante nas sociedades primitivas e aparece como principal elemento espacial de diversos povos.

Do ponto de vista da sua definição existem autores que a definem como sendo *«arte de levantar c construções de toda as espécies; disposição de um edifício; método empregue para construir. Na acepção primitiva constitui uma das belas artes e forma, dentro delas, juntamente com a pintura, a escultura e as artes decorativas, o grupo denominado artes plásticas ou de e desenho»*<sup>46</sup>. Envolve todo o ambiente habitado pelo homem. Aliás o arquitecto trabalha com a edificação do espaço. Manifesta-se de dois modos diferentes: actividade (arte, campo de trabalho do arquitecto) e o resultado físico (o conjunto construído de um arquitecto, de um povo e da humanidade como um todo). Aparece como uma actividade multidisciplinar incluindo na sua base a matemática, as artes, a tecnologia as ciências sociais (política, história, filosofia) entre outros.

---

<sup>44</sup> RODRIGUES, Maria João Madeira (Coord.) – Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura. Lisboa: Quimera, 1996, p. 153

<sup>45</sup> GOITIA, Fernando Chueca – Breve História do Urbanismo. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p.135

<sup>46</sup> PINTO, Ana Lúcia e outros, Cadernos de História da Arte 1, Porto: Porto Editora, p.28.

A arquitectura expressa-se muitas vezes a cultura e o modo de vida de uma colectividade. Podemos clássica - lá quanto ao material empregue de arquitectura de madeira , de tijolo ,de ferro de pedra e de cimento armado; quanto ao seu carácter de arquitectura civil (pública ou particular), religiosa e militar.

### **3.3. O centro histórico e a problemática da sua revitalização**

O centro Histórico é entendido como o coração de uma cidade que deve ser preservada, aplicando-se aí a noção de que este tipo de património imóvel liga-se intrinsecamente à cultura de um povo e à sua história e por conseguinte, pode ser representativo da sua memória colectiva.

Ultimamente, tem havido um grande debate sobre a questão da revitalização dos centros históricos, estando as discussões situadas em pólos opostos. Segundo Cristina Meneguello, de um lado, o assunto é visto como estratégia de preservação e revalorização de tecidos degradados das cidades; de outro, é encarado como processo de expulsão dos habitantes historicamente enraizados e a transformação de centros históricos em simulacros da vida tradicional, voltados aos turistas<sup>47</sup>.

Conforme ainda a autora muito também se tem inferido sobre um suposto conflito entre, de um lado, os centros preservados por lei e, como dizem os seus detractores, *congelados* no seu desenvolvimento, e, de outro, as necessidades prementes de moradia em áreas centrais, inviabilizadas pela adição de valor de uso e de consumo trazida pela revalorização das mesmas áreas.

Sobre essas estratégias, a autora acima mencionada preconiza o estabelecimento da diversidade de usos e frequências na moradia, nas compras, no lazer e na cultura e, como tal, na atracção de actividades comerciais e culturais; a união de uma cultura popular jovem com a atracção de visitantes e o uso dos prédios para fins comerciais nos andares térreos e habitação nos andares superiores, o que em essência, no caso do Centro Histórico da Praia seria uma espécie de reposição das funções de vários edifícios particulares de carácter senhorial e de dois pisos, construídas quando os *senhores da terra* acharam que deveriam acompanhar a fixação do poder temporal e espiritual nessa

---

<sup>47</sup> <http://www.revista.iphan.gov.br/matéria.php>, aceso em Maio de 2007.

urbe, no momento em que já ostentava o título de cidade depois de 1858<sup>48</sup> e como veremos na segunda parte deste trabalho conferia o estatuto de alguma nobreza dos seus habitantes mais ilustres. De acordo com o raciocínio de Meneguello a revitalização do centro histórico assim concebida, proporcionaria a circulação de pessoas durante o dia e a noite, evitando o esvaziamento nocturno, evitando, a nosso ver, aquilo que é visto como a fase morta do coração da cidade depois da azáfama do dia.

Cristina Meneguello enfatiza a ideia de *bom urbanismo*, associado ao dinamismo dos centros históricos, apontando os exemplos das cidades europeias de Bolonha, Barcelona e Londres, nos últimos anos da década 70 e ao longo de toda a década de 80 do século XX, que multiplicaram iniciativas para a reconfiguração de seus núcleos históricos, considerados decadentes e estrategicamente localizados. Sustenta a autora, que foram revalorizados por meio de projectos desenvolvidos por arquitectos de grande nomeada, através da inclusão dessas áreas nos trajectos turísticos, reconfigurando imagens que se fizeram desses centros numa espécie de *cartão de visita* das suas respectivas cidades.

A literatura consultada mostra-nos que cedo as autoridades e os grupos civis organizados em torno da protecção dos antigos centros urbanos deram-se conta que a viabilidade de projectos com esta finalidade dependia de uma complexa rede de relações físicas e não físicas e que sem a conjunção entre as políticas oficiais, investimentos, regulamentações de tombamento e zoneamento, controle do comércio e da expansão imobiliária, divulgação de valores históricos sem a participação da população local, se tornavam bem mais difíceis as intenções da preservação.

Realça Meneguello com certa segurança, que a própria conceituação de *centro histórico* possui uma genealogia bastante recente, mostrando que só depois da Segunda Grande Guerra Mundial é que os centros passaram a receber a atenção de arquitectos, urbanistas e planeadores urbanos. Sublinha igualmente que, nesse período, os países europeus tiveram que encarar simultaneamente a destruição de tecidos urbanos historicamente densos e a necessidade de criar novos espaços de moradia e convivência.

Efectivamente, tal como reporta Cristina Meneguello em Julho de 1951, o *Centro*, definido como *Coração da Cidade*, foi o tema do Oitavo CIAM (Congresso

---

<sup>48</sup> B. O. da Província de Cabo Verde nº 20/1858. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1858, p. 154.



Internacional de Arquitectura Moderna), na pequena cidade de Hoddesdon, próxima a Londres, tendo – se evidenciado nesse evento os casos das cidades inglesas, suecas e holandesas, onde se criaram zonas centrais para pedestres, uma iniciativa que na mesma linha da conjugação da actividade comercial com a habitabilidade desses centros dão importância aos centros históricos para as respectivas comunidades. O centro urbano passava assim a ser o elemento caracterizador da respectiva comunidade, consagrando nos seus habitantes, o repositório da memória da colectividade e o local que possibilita entender o aspecto comunitário da vida humana nesse tipo de aglomerados humanos.

Encarado na perspectiva acima descrita o núcleos históricos que no passado tiveram funções semelhantes ao *Plateau* da Cidade da Praia, passam a ser identificados como *centros* o que não correspondia mais à ideia espacial de centralidade, dado que com o crescimento das cidades, diluiu-se a localização do *Centro* como coordenada espacial podendo ser sim, um centro cívico, comercial e, especialmente, de repositório e expressão física de experiências colectivas.

Por fim, importa salientar que a definição e preservação do tecido histórico urbano, na lógica da UNESCO saiu duma recomendação de Nairobi em 1976, que se afigura como a primeira carta patrimonial a falar claramente da preservação de *conjuntos* e a buscar compatibilizar a preservação a as exigências contemporâneas, apoiada pela administração local e municipal, associações de moradores e de bairros e de órgãos técnicos. A recomendação que incide nos conjuntos históricos ou tradicionais, (sítios pré-históricos, cidades históricas, bairros urbanos antigos, aldeias e lugarejos, bem como conjuntos monumentais homogéneos) muitas vezes ameaçados quer pelas tentações de uniformização e de despersonalização dos mesmos na nossa época, é nestes termos, definidos: (...) *constituem a presença viva do passado que lhes deu forma, asseguram ao quadro da vida a variedade necessária para responder à diversidade da sociedade e (...) constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais (...)*<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> <sup>49</sup> <http://www.revista.iphan.gov.br/matéria.php>, aceso em Maio de 2007.

## CAPÍTULO II

### ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

Neste capítulo abordaremos a situação geográfica e meio natural, do Arquipélago de Cabo Verde, destacando-se Importância das ilhas sob ponto de vista geológico, relevo e hidrologia, a flora e fauna.

#### 1. Situação geográfica

O Arquipélago de Cabo Verde é apresentado na vasta documentação consultada como um território localizado na zona tropical do Atlântico Norte, a cerca de 450 - 500 km do promontório africano donde lhe veio o nome, mesmo em frente ao Senegal entre os paralelos 17° 13' e 14 ° 48' de latitude norte e os meridianos 22° 42' e 25° 22' a Oeste de Greenwich.<sup>50</sup>

Francisco Xavier Faria<sup>51</sup> descreve-o, com referência à sua localização, de modo muito próximo da descrição apresentada por vários estudiosos entre os quais Manuel Múrias que, referindo-se de modo mais preciso, sustenta que fica a 455Km da costa ocidental da África<sup>52</sup>.

A posição relativa do Arquipélago, a 1400Km a SW das Canárias e suficientemente afastado da costa terá certamente condicionado o alcance destas ilhas por parte de populações africanas, como teremos a oportunidade de discutir no segundo capítulo. Mas fica, convenientemente, próximo, para facultar uma localização que viria a conferir a Cabo Verde o carácter de área estratégica, com variantes ao longo dos tempos, conforme salientaram Iva Cabral e Maria Emília Madeira Santos.<sup>53</sup> O arquipélago constituiu assim, área estratégica no que toca à relação Europa-Africa, na qual desempenhou um papel de entreposto comercial. Nesta ligação se entrelaçavam

---

<sup>50</sup> Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Vol. V. Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lda S/D, p. 282.

<sup>51</sup> FARIA, Francisco Xavier - Os solos da ilha de Santiago, Lisboa: Tipografia. Imprimarte 1970 p. 21.

<sup>52</sup> MÚRIAS, Manuel – Cabo Verde: memória breve. Lisboa: Agência Geral da Colónias, 1939. p. 9.

<sup>53</sup> CABRAL Iva e SANTOS, Maria Emília Madeira – *Localização geográfica e formação de sociedade*. In VARIOS – Cabo Verde, gente e paisagem. Bilbao: Agencia Espanhola de Cooperação internacional, 2000, p. 27-55.

três grandes circuitos comerciais: o euro-africano (entre a Península Ibérica e Cabo Verde); o africano (entre Cabo Verde e a Costa da Guiné); e, o Afro-americano (entre costa da Guiné e a América Espanhola).<sup>54</sup>

São dez ilhas e alguns ilhéus de origem vulcânica, como o são todas as *ilhas atlântidas*<sup>55</sup> e do conjunto: a de Santiago, com 991 Km<sup>2</sup>, é a maior de todas. Santa Luzia, com 35Km<sup>2</sup>, é menor e a única desabitada até hoje. Apresentam-se distribuídas pelos dois grupos tradicionais, de Barlavento (2239 km<sup>2</sup>) e de Sotavento (1803, 37 Km<sup>2</sup>).

Sublinha Ernesto Vasconcelos<sup>56</sup>, as ilhas que compõem o grupo de Barlavento, ao Norte, dispõem-se segundo uma linha recta, orientadas no sentido W/NW e compreendem: Santo Antão, S.Vicente, Santa Luzia, S.Nicolau, Sal e Boa Vista e os ilhéus Raso e Branco, sendo estes últimos já representados na época quinhentista com a designação de ilha *Raza* e ilha de *Má Sombra*, respectivamente.

Este conhecimento, chegou até nós, graças ao trabalho de Valentim Fernandes,<sup>57</sup> cuja compilação de cartas geográficas, que exhibe o conjunto que forma o arquipélago, constitui fonte importante para o estudo da história da cartografia das ilhas<sup>58</sup>, nos primeiros tempos em que entram para os anais do conhecimento histórico.

---

<sup>54</sup> É importante realçar que a noção de posição estratégica decorre das funções que o território desempenhou em cada momento. Segundo as autoras a cima referidas, o valor estratégico do Arquipélago aumentou, na medida em que as carreiras transcontinentais se estabeleceram e se intensificaram. Embora não constituindo escala sistemática, tendo sido Cabo Verde ponto de apoio para muitas aflições nas rotas atlânticas, tais como as carreiras da Mina e de S<sup>o</sup> Tomé ou ainda nas carreiras transatlânticas para a Índia ou para América.

<sup>55</sup> RIBEIRO, Orlando – A Ilha do Fogo e as suas erupções, Junta de Investigação do Ultramar (memórias, Série geográfica I) Lisboa, 1960. p 31.

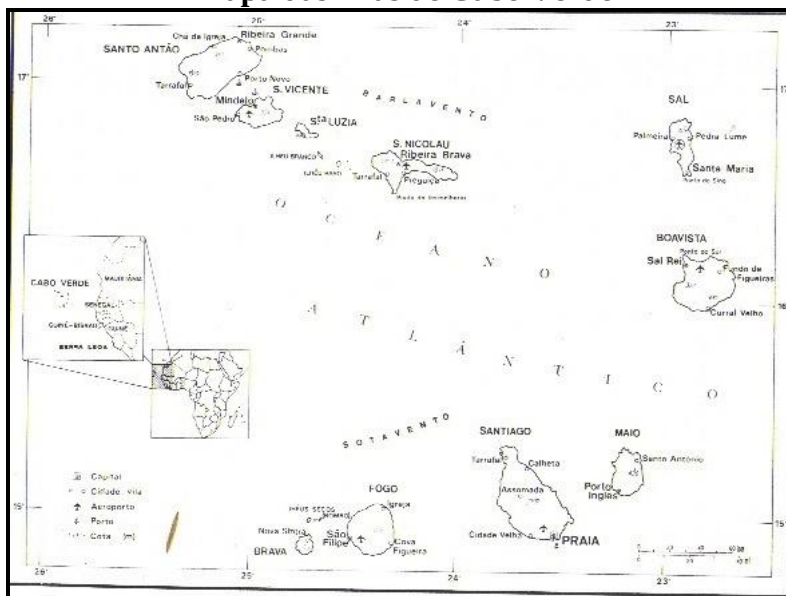
<sup>56</sup> VASCONCELOS, Ernesto J. - As Colónias Portuguesas: geografia física, económica e política. Lisboa: Livraria clássica Editora, p. 15.

<sup>57</sup> FERNANDES, Valentim – Cartas das ilhas de Cabo Verde (1506-1508), publicação por António Fontoura da Costa. Lisboa: Agencia Geral das Colónias, 1939, p. 22 e seguintes.

<sup>58</sup> FONTOURA DA COSTA, António - Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes. Lisboa: Agencia Geral das Colónias em 1939, p. 56 e seguinte. Este autor revela num documento de inícios do século XVI, as primeiras configurações das ilhas cabo-verdianas de 1468 a 1502. Referem-se às cartas das ilhas de Cabo Verde que Valentim Fernandes pôde compilar entre 1506 e 1508 a partir tais configurações, elaborados por cartógrafos régios. O primeiro, entre 1468 e 1480 por BENINCASA, depois por SOLIGO em 1486 e, mais tarde (1502), por CANTINO, com base nos traçados sobre o mar que começaram a fazer, os navegadores portugueses, nos finais do Século XV e inícios do Século XVI. FONTOURA DA COSTA, António - Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes. Lisboa: Agencia Geral das Colónias em 1939, p. 56 e seguinte.

O grupo de ilhas de Sotavento e descrito por Vasconcelos, como sendo dispostas também, sensivelmente, em linha recta, mas orientadas na direcção E/NE, onde se evidenciam: Santiago, Maio, Fogo e Brava; ilhéus desabitados de Luís Carneiro, Sapado, Grande e de Cima (junto a Brava). Existem outros pequenos ilhéus nomeadamente, o dos Pássaros, junto a Mindelo (S. Vicente) e Ilhéu de Santa Maria, junto à actual Cidade da Praia. Ilustra de modo mais claro a descrição acima exposta, na única figura integrada neste capítulo, a seguir apresentada, que corresponde a um mapa actual inserida nas primeiras páginas do Volume I da História Geral de Cabo Verde editada nos anos noventa do século passado.

### Mapa das ilhas de Cabo Verde



**Fonte:** AMARAL, Ilídio do – *Cabo Verde: Introdução Geográfica* – In: ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira – *História Geral de Cabo Verde*, vol. I. Lisboa/pPraia: Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal/Direcção Geral do Património de Cabo Verde, 1991, p. 2.

Este arquipélago é mencionado em toda a literatura consultada, nomeadamente pelo geógrafo Ilídio do Amaral<sup>59</sup> com a designação de Cabo Verde, por se situar frente ao promontório com o mesmo nome. Este facto é também evidenciado, por Ernesto de Vasconcelos<sup>60</sup>, com base numa descrição feita por esse estudioso, sobre a Costa Ocidental da África do Senegal ao Cabo do Monte, datada do século XVI que passamos a citar: [...] *Deste Cabo verde no mar oceano côtra ocidente jaze as ilhas que se chamã*

<sup>59</sup> AMARAL, Ilídio do – *Cabo Verde: Introdução Geográfica* – In: ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira – *História Geral de Cabo Verde*, vol. I. Lisboa/pPraia: Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal/Direcção Geral do Património de Cabo Verde, 1991, p. 2

<sup>60</sup> VASCONCELOS, Ernesto J. - *As Colónias Portuguesas*. ... p. 54

*ilhas do Cabo Verde. Aynda que ellas nã sejam verdes, pore tomam ho nome deste Cabo que he sempre verde das quaes ilhas se hirá no quaderno das ilhas do mar perderam oceano [...]*<sup>61</sup>.

De forma muito pormenorizada cada uma das ilhas de Cabo Verde é descrita por Chelmicki,<sup>62</sup> que realça diversos aspectos do meio físico de cada uma, não deixando de trazer dados históricos importantes passíveis de serem utilizados ao longo deste trabalho. Atítulo exemplificativo, começa por caracterizar a ilha de Santiago, expressando de seguinte forma: *é uma das que fica mais ao sul do arquipélago, tem 18 léguas de comprido, sobre oito na sua maior largura*<sup>63</sup>.

Vem explícito em estudos mais recentes a superfície total do arquipélago, como sendo de 4033 Km<sup>2</sup>, como se pode constatar no quadro único inserido neste capítulo, que apresenta de forma detalhada a superfície de cada uma das porções que constituem o território em referência.

#### **Dimensões máximas das ilhas e dos Ilhéus que constituem o arquipélago**

| Ilhas e ilhéus      |                     | Dimensões máximas (m) |         |          | Superfícies<br>(em Km) |
|---------------------|---------------------|-----------------------|---------|----------|------------------------|
|                     |                     | Comprim.              | Largura | Altitude |                        |
| Grupo de Barlavento | Santo Antão         | 42 750                | 23 970  | 1 979    | 779                    |
|                     | São Vicente         | 24 250                | 16 250  | 725      | 227                    |
|                     | Santa Luzia         | 12 370                | 5 320   | 395      | 35                     |
|                     | Ilhéu Branco        | 3 975                 | 1 270   | 327      | 3                      |
|                     | Ilhéu Raso          | 3 600                 | 2 770   | 164      | 7                      |
|                     | São Nicolau         | 44 500                | 22 000  | 1 304    | 343                    |
|                     | Sal                 | 29 700                | 11 800  | 406      | 216                    |
|                     | Boa Vista           | 28 900                | 30 800  | 387      | 620                    |
| Grupo de Sotavento  | Maio                | 24 100                | 16 300  | 436      | 269                    |
|                     | Santiago            | 54 900                | 28 800  | 1 392    | 991                    |
|                     | Fogo                | 26 300                | 23 900  | 2 829    | 476                    |
|                     | Brava               | 10 500                | 9 310   | 976      | 64                     |
|                     | Ilhéu Grande        | 2 350                 | 1 850   | 95       | 2                      |
|                     | Ilhéu Luís Carneiro | 1 950                 | 500     | 32       | 0,22                   |
|                     | Ilhéu de Cima       | 2 400                 | 750     | 77       | 1,15                   |
|                     | Arquipélago         | -                     | -       | -        | 4.033,37               |

**Fonte:** AMARAL, Ilídio do - Cabo Verde: Introdução Geográfica. In: História Geral de Cabo Verde... p. 2.

VASCONCELOS, Ernesto J. - As Colónias Portuguesas...pp. 53-55.

<sup>62</sup> CHELMICKI, José Conrado Carlos e VARNAGHEN, F.A. – Corografia e descrição geográfico-histórica da província das ilhas de Cabo Verde e Guiné Tomo I. Lisboa Edição do Autor, 1841 p. 60

<sup>63</sup> CHELMICKI, José Conrado Carlos e VARNAGHEN, F.A. Corografia e descrição geográfico-histórica da província das ilhas de Cabo Verde... pp. 60-79.

O espaço marítimo exclusivo, ultrapassa os 600.000 km<sup>2</sup> e o seu controlo e exploração económica sempre constituíram desafios importantes.

Segundo Amaral, pela sua posição geográfica, Cabo Verde marca a extremidade ocidental da faixa do Sahel, onde as condições naturais são caracterizadas por aridez e semi-aridez, na dependência dos fenómenos que acompanham as migrações anuais e seculares da convergência intertropical e seus efeitos desastrosos quando, nos movimentos para norte, tal faixa pluviogénica da circulação atmosférica não alcança as ilhas.

Assim, secas e crises, a que nos reportaremos mais demoradamente ainda na primeira parte deste trabalho têm sido acontecimentos constantes no arquipélago, constituindo, só por si, os maiores desafios para a população, que, desde sempre, viveu.

## **2. Meio natural**

### **2.1. Importância das ilhas sob ponto de vista geológico, relevo e hidrologia**

Informações recolhidas na Enciclopédia Luso-brasileira mostram que a importância das ilhas de Cabo Verde sob ponto de vista geológico é extremamente notável porque, salienta-se na mesma documentação, tais ilhas são os únicos testemunhos visíveis da crosta terrestre, numa vasta extensão submersa de cerca de 5 milhões Km<sup>2</sup><sup>64</sup>.

Segundo escreveu J. Bacelar Bebiano, *estes minúsculos marcos podem ser considerados vértices de triangulação primária do levantamento geológico do mundo.*<sup>65</sup> Conforme o autor atrás mencionado, as ilhas erguem sobre uma base submarina em forma de ferradura, com 3000m aproximadamente, de profundidade. Desta base profunda emergem três pedestais distintos: ao Norte, o que compreende as ilhas de Santo Antão, S. Vicente, S. Nicolau, Santa Luzia e ilhéus; a Leste e Sul, as ilhas do Sal,

---

<sup>64</sup> Enciclopédia Luso-brasileira Vol. V. Lisboa /Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia limitada, s/d, p. 264.

<sup>65</sup> J. Bacelar Bebiano, A geologia do Arquipélago de Cabo Verde. Lisboa: S/d. p. 275.

Boavista, Maio e a ilha de Santiago; a Oeste, o Fogo e a Brava com os seus ilhéus. Entre S. Nicolau e o Sal existe um pedestal secundário que chega quase a atingir a superfície do oceano com uns 80 metros de profundidade. Formam as ilhas formidáveis projecções eruptivas que, forçando a base submarina, ejectaram grandes massas basálticas ao longo de fendas diversamente orientadas e que o rumo das mesmas testemunham.

Nos grandes maciços assim ejectados abriram-se crateras, fracturaram-se vales, correram mantos de lava, depositaram-se aluviões de produtos vulcânicos, escórias e cinzas, sob as ondas, primeiro e depois, acima delas, à medida que as ilhas se foram levantando. Em suma, as ilhas de Cão Verde são os pontos mais altos e emersos duma larga superfície vulcânica de cerca de 165.000 quilómetros quadrados.<sup>66</sup>

Com efeito, o arquipélago apresenta um relevo, em grande número de casos, extremamente acidentado e caprichoso, sendo raras as regiões planálticas e frequentes cones vulcânicos, com crateras ou caldeiras mais ou menos conservadas<sup>67</sup>. Durante séculos tem sido submetidas a erosão provocada pela acção das águas as chuvas e do vento, que, lentamente, vão corroendo os seus solos provocando, com frequência, a formação de desfiladeiros inacessíveis e o escavamento de ravinas profundas por onde circulam os cursos de água em regime torrencial temporário. A maior altitude do território situa-se na ilha do Fogo, no principal cone vulcânico que atinge 2.829 metros, datando as últimas erupções de 1951 e, mais recentemente em Abril de 1994<sup>68</sup>. O topo de Coroa, na ilha de Santo Antão, com os ses 1.979 metros, o Pico de Antónia na ilha de Santiago, com 1392 e o Mote Gordo em S. Nicolau com 1304, são as mais importantes alturas que se encontram no arquipélago depois da do Fogo.

A hidrologia, sublinha-se na obra atrás referenciada, é pouco importante, caracterizada por vales muito ravinados, localmente conhecidos por ribeiras, em alguns casos com cursos de água em regime temporário, existindo contudo nas ilhas de Santo Antão, Santiago e S. Nicolau e Brava, abundantes nascentes de água, cujo caudal aumenta muito na época das chuvas. Muitas delas já são aproveitadas com trabalhos de captação de água e levadas para a irrigação do solo.

---

<sup>66</sup> Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Vol. V, p. 284.

<sup>67</sup> AGENCIA GERAL DO ULTRAMAR - Cabo Verde pequena monografia. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar 1961 p.8.

<sup>68</sup> AGENCIA GERAL DO ULTRAMAR, Cabo Verde pequena monografia. p 9.

## 2.2. O clima

Embora o clima de Cabo Verde tenha definido as características físicas e humanas das ilhas, ocasionando tipos particulares de solidariedade entre as diversas ordens de fenómenos, como a evolução das formas topográficas, dos solos da vegetação do regime hídrico e dos tipos de ocupação humana, não são as condições térmicas, de temperaturas geralmente elevadas, em média 25°C<sup>69</sup>, em todo o ano, as que mais contam. São sobretudo as de precipitação que constituem o principal desafio, o mundo cabo-verdiano. Os seus totais anuais mantêm-se relativamente fracos e de distribuição muito irregular no tempo e no espaço. Mas, mais do que isso, é a sua irregularidade, situação que ocorre de modo sistemático, que funcionou no passado e em certa medida até hoje, como condicionalismo relevantes da privação económica do território.<sup>70</sup> Por tal facto, a vegetação natural e as plantas cultivadas, os animais e o homem sofrem constantemente os efeitos de adversidades relacionadas com as situações de secura meteorológica anuais e seculares.

Duas estações distintas, já identificadas em documentação mais antiga, como é o caso do trabalho de Joaquim Lopes de Lima<sup>71</sup> caracterizam o clima do arquipélago. Estação seca ou «tempo das brisas» de Dezembro a Junho e estação das chuvas ou «tempo das águas», de Agosto a Outubro, muito irregular, pois são frequentes os anos de valores mínimos quase nulas da precipitação atmosférica. Os meses de Julho e Novembro podem ser considerados de transição.

Lopes de Lima revela os contrastes climáticos relativos às duas estações nestes termos: [...] *E é então no tempo das agoas que o aspecto desse paiz, meio inculto, fica risonho e pitoresco, contrastando alegremente o viçoso vedôr das seáras e o verde*

---

<sup>69</sup> AMARAL, Ilídio do – Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens. Lisboa, Memória da Junta do ultramar, 1964, p. 17.

<sup>70</sup> Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Vol. V, p. 287.

<sup>71</sup> LOPES DE LIMA, Joaquim – Ensaio sobre a *Statistica* das *Possessões Portuguezas* na *África Occidental* e *Oriental* na *Ásia Occidental* na *China* e na *Oceânia*, *Scriptos* de ordem do Governo de Sua Majestade Fidelíssima a Senhora D. Maria II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, pp.101-103.



*variegado da vegetação agreste dos baldios com cor cinzenta dos rochedos forrados de urzela [...]*<sup>72</sup>.

Segundo Ilídio do Amaral, na caracterização das condições meteorológicas de Cabo Verde, a chuva é o elemento dominante da diferenciação estacional e também o mais caprichoso do clima, pois a um ano de chuvas regulares, por vezes abundantes, pode suceder um ano muito seco; num determinado mês o seu valor pode variar do simples ao triplo, correndo as águas tumultuosamente sobre as vertentes e leitos das ribeiras geralmente secos; duas áreas vizinhas muito embora possam ter condições geográficas semelhantes, podem registar valores pluviométricos diferentes. E, não raras vezes, os habitantes das ilhas vêm com grande tristeza, chover no mar, sem que uma gota de água venha desventrar a terra seca, onde culturas começam a esgotar-se.

As chuvas concentradas numa única estação e caindo num pequeno número de dias, muito irregulares, inter-anualmente, criam um contraste vigoroso com os outros elementos climáticos. É muito difícil utilizar o conceito de valor médio das precipitações, por quanto os totais são muito variáveis, quer os mensais, quer os anuais. Nisso reside um dos grandes desafios postos ao planeamento do ponto de vista agrícola ou hidrológico<sup>73</sup>.

O problema das adversidades do clima de Cabo Verde não se coloca somente com a ausência, irregularidade ou violência dos aguaceiros na época das águas. Constitui sim, uma realidade atmosférica desastrosa para os seres vivos em geral, perante a qual nada pode fazer o cabo-verdiano, perante o ar tropical continental proveniente de um centro anticiclónico centrado com certa permanência no Norte de África e que acaba mesmo por se ligar com o centro oceânico do mesmo tipo. O ar que atinge as ilhas é seco, arrastado na circulação e Nordeste e Este, carregado de poeiras; é a *lestada*, que provoca grandes prejuízos nas culturas e tem efeitos prejudiciais sobre o

---

<sup>72</sup> LOPES DE LIMA, José Joaquim – Ensaio sobre as possessões portuguesas na África Occidental... pp.101-103.

<sup>73</sup> Convém notar que os fortes aguaceiros da estação das águas; embora descontínuos e irregulares, muitas vezes provocam graves prejuízos, arrastando os solos superficiais e elementos da vegetação. Nos fundos dos vales as águas aí concentradas chegam a constituir frentes de torrentes violentas, que transportam cargas elevadas de materiais, alguns deles, blocos de grandes dimensões. Com isto destroem pontes e aterros, culturas e casas.

homem, pois exacerba certos males da circulação e das vias respiratórias, sobretudo quando as suas características são mais intensas.

### **2.3. A Flora e fauna**

Cabo Verde caracteriza-se na sua generalidade por uma flora pobre<sup>74</sup>, sobretudo nas ilhas planas (Sal, Boavista, e Maio), fundamentalmente constituída por um estrato de gramíneas anuais de pequeno porte esparsas e efémeras e uma percentagem relativamente elevada de espécies xerofíticas, por vezes saarianas e arábicas, com predomínio das espinhosas, no caso concreto da ilha do Maio.<sup>75</sup>

Estão identificadas cerca de seiscentas espécies (sem pteridófitas), das quais 92 são endémicas, sendo portanto a maioria de aclimação, importadas pelo homem ou proveniente de sementes introduzidas fortuitamente.

Além dos produtos alimentares como o milho, diversos feijões, batata doce, mandioca e inhame, amendoim, cana sacarina, algumas frutas e outros, que constituem boa parte da vegetação das ilhas montanhosas, sobretudo quando se caminha para o interior onde se predomina melhores solos e melhor clima,<sup>76</sup> encontram-se ali diversos arbustos e árvores entre os quais se contam, a purgueira, o rícino, o tambarindeiro, a amendoeira da Índia, a mangueira a fruta-pão, a goiabeira, a ananoeira, a azedinha ou groselheira, a tamareira, o coqueiro, o cajueiro etc, etc e em povoamentos florestais onde se sobressai o eucalipto, o magno da Guiné, e introduzidas, mais recentemente as acácias em mais que uma variedade.

Também a fauna de Cabo Verde é, em grande parte resultante de importação. Com excepção de algumas aves, lagartos insectos, e pouco mais todas as espécies que ali se encontram foram trazidas pelos descobridores, salientando-se entre os vertebrados as cabras, burros, perus, galinhas, cães gatos porcos, pombos codornizes pombos, macacos (ilha de Santiago e Brava), galinha do mato etc.

---

<sup>74</sup> NUNES, Mateus – Os solos da ilha de São Nicolau. In: *Revista de Estudos, Ensaios e Documentos* n° 94. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962, p. 25.

<sup>75</sup> FARIA, Francisco Xavier – Os solos da Ilha do Maio. In *Revista de Estudos, Ensaios e Documentos* n° 147. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1987, p. 19.

<sup>76</sup> FARIA, Francisco Xavier – Os solos da Ilha de Santiago. In *Revista de Estudos, Ensaios e Documentos* n° 124. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1970, p. 31.

### **CAPÍTULO III**

## **DA DESCOBERTA DO ARQUIPÉLAGO À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE NASCENTE**

Neste capítulo assumimos como foco de enquadramento histórico das ilhas de Cabo Verde o primeiro grande momento da história do arquipélago, um horizonte temporal que cobre fundamentalmente os factos que englobam a sua descoberta ou achamento, que constitui uma problemática ainda hoje em discussão e processo subsequente, bem como o processo que correspondeu à instalação dos primeiros agregados humanos e organização sociedade nascente. Essas foram as condições prévias que estão nas origens da formação do povoado e urbe da Praia, o objecto de estudo deste trabalho, visto que na sequência da estruturação da sociedade que nasce na antiga Ribeira Grande, o primeiro espaço urbano de Cabo Verde e a primeira cidade fundada pelos portugueses nos trópicos ocorre a transferência de toda a estrutura económica social e política consolidada para o sítio da Praia que vão constituir o seu motor de desenvolvimento e afirmação como cidade vila e cidade capital.

### **1. Descoberta ou achamento das ilhas**

O problema do achamento ou redescobrimento do Arquipélago de Cabo Verde na era de quatrocentos, tal como é colocado pela maioria dos investigadores<sup>77</sup> reveste-se de enorme complexidade por várias razões, nomeadamente, os relacionadas com a possibilidade colocada por Senna Barcelos.<sup>78</sup> De acordo com esse autor, existe uma probabilidade das ilhas de Cabo Verde terem sido conhecidas desde a Antiguidade, ou de serem frequentadas por navegadores árabes ou africanos muito antes do Século XV, que, no entender de vários autores, até agora não passaram de especulações. De igual modo, existe uma discussão sobre existência ou não de indícios da presença de povos Jalofos (da zona da Guiné) que pudessem já estar no arquipélago ou algumas das ilhas,

---

<sup>77</sup> BRANDÃO Fernando de Castro – *História da Expansão portuguesa (137-1580), uma cronologia* editada na Póvoa de Santo Adrião pela Heuris em 19 pp. 32-39.

<sup>78</sup> SENNA BARCELOS, Christiano José de Senna – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné Vol. I (Partes I e II, 2ª Edição, com comentários e notas de Daniel Pereira. Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, pp. 21-22.*

antes da chegada dos portugueses, tese sustentada em lendas não provadas, defendida por autores tais como: Brandão,<sup>79</sup> Serrão<sup>80</sup>, Múrias<sup>81</sup> e Teixeira da Mota<sup>82</sup>

São evidentes os esforços de certos investigadores nas tentativas de se ir mais longe nas considerações sobre datas e protagonistas que se envolvem na descoberta de uma ou outra ilha com base em documentação, coligida com muita diligência, mas suspeita por revelarem, por vezes, fortes limitações.

Em todos os casos o problema documental suscita particular atenção dado ao carácter ambíguo de certas informações sobre conhecimentos ou reconhecimentos das ilhas<sup>83</sup> que nunca deram lugar a ocupação, ou que provavelmente caíram no esquecimento ou terão sido remetidos ao silêncio pela sua importância relativa na época ou ainda por razões desconhecidas, mas cuja curiosidade pode levar às mais variadas especulações<sup>84</sup>.

Assim sendo, o problema associado às fontes para o estudo do descobrimento das Ilhas de Cabo Verde coloca-se perante, não só a ameaça de armadilhas que possam estar escondidas nas suas deficiências mais objectivais, tais como quando são incompletas ou de certa forma mudas, a possíveis questões que lhes possam ser colocadas no âmbito da crítica, mas também, em face de limitações mais subjectivas.

---

<sup>79</sup> ALBUQUERQUE, Luís de – O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde. In SANTOS, Maria Emília Madeira e Albuquerque Luís de (Coordenação) – História Geral de Cabo Verde Vol. I Lisboa/Cidade da Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal /Instituto de Investigação Cultural de Cabo Verde, 2001, pp. 23-39.

<sup>80</sup> SERRÃO, Joel SERRÃO – Cabo Verde. In: Dicionário de História de Portugal Vol. I/A-C Lisboa: Iniciativas Editoriais S/d, p. 413.

<sup>81</sup> MÚRIAS, Manuel - Cabo Verde memória breve. Lisboa: Agencia Geral das Colónias em 1939 p. 17-28

<sup>82</sup> TEIXEIRA DA MOTA – Cinco séculos de cartografia das ilhas de Cabo Verde. In: *Revista Garcia da Orta* vol nº 9 (nº 1-166). Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1961, p 11.

<sup>83</sup> Ai, o problema da crítica documental vai levar à indagação de algumas fontes de que se dispõe por que certos relatos como o do navegador henriquino, o veneziano Luís de Cadamosto (extractos mais `frente destacados com anexo documental nº 3) parece contrapor-se no que respeita a alguns pormenores a diplomas oficiais e a narrativa de Diogo Gomes aparenta contradições, ainda que parciais, ao texto italiano. Acrescenta-se ainda que a documentação das chancelarias e uma carta geográfica de Andreia Bianco (anexo documental nº1 daqui a pouco apresentado) podem introduzir no problema novos dados que, a serem tidos como correctos deitariam por terra todas as hipóteses alicerçadas na restante documentação.

<sup>84</sup> Por exemplo, uma especulação que aqui pode ser feita relaciona-se com a problemática o sigilo na época em face das rivalidades entre as duas potências ibéricas envolvidas no processo expansionista. Não teria seguramente interesse para Portugal que a sua rival Castela estivesse informado dos empreendimentos na costa a Guiné e muito menos de possíveis descobertas inesperadas como teriam sido as ilhas de Cabo Verde e como veio a ser o Brasil.

Em qualquer dos casos estaremos quase sempre perante a classe de documentos voluntários<sup>85</sup> com todas as suas limitações como são as crónicas, relatos, ou mesmo fontes oficiais, como documentos de chancelaria, todos têm uma finalidade implícita, ou seja, tal como refere Bloch, a respeito desse tipo de fontes quanto ao seu intuito, esclarecendo, [...] *a fim de que não apaguem com o tempo as coisas que os homens fizeram e para que não percam a sua glória, as grandes e maravilhosas acções levadas a cabo [...]*<sup>86</sup>.

É este tipo de documentação que está disponível e a nossa função é questioná-la, usando todos os recursos da crítica documental e dela tirarmos o maior proveito, em prol duma síntese histórica, o mais credível<sup>87</sup>. Alias alerta-nos Marc Bloch, o cepticismo como princípio não é atitude intelectual mais estimável nem mais fecunda que a credulidade.

No estado actual dos conhecimentos sobre a problemática do achamento das diversas ilhas de Cão Verde, a tendência é para admitirmos que há um contexto na época moderna, muito bem estudado na perspectiva europeia, com início ainda na primeira metade do Século XV. Aí, no nosso ponto de vista, se inscreve todo o esforço em atingir novas terras no âmbito da expansão do velho continente e no caso português, no quadro da primeira etapa da exploração da costa africana.<sup>88</sup> É com base em documentos relacionados com este quadro histórico, que tentaremos contribuir para um maior esclarecimento da problemática do descobrimento das ilhas de Cabo Verde.

Os navegadores mais modernos que, de modo expresso se incluem como possíveis descobridores de algumas das ilhas de Cabo Verde, referem-se, na ordem cronológica, aos nomes de Vivente Dias, Luís de Cadamozo, Diogo Gomes, António da Noli e Diogo Afonso, sobre os quais se coloca a questão de se saber qual deles foi na realidade o primeiro. Pesa as mais variadas razões e contra argumentos a favor de uns e de outros.

---

<sup>85</sup> BLOCH, Marc – Introdução à História. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987, p. 57

<sup>86</sup> BLOCH, Marc – Introdução à História, pp. 56-57.

<sup>87</sup> MAUROU, Henri-Irinée – Do conhecimento Histórico Lisboa: Rei dos Livros, 1991, pp. 207-225.

<sup>88</sup> CHAUNU, Pierre - Expansão Europeia do século XIII ao XV. S. Paulo: Pioneira, 1978 p. 113.

São várias hipóteses explicativas sobre a descoberta do arquipélago de Cabo Verde. As diferentes teses não só são discordantes relativamente à data ou datas, como também na identificação dos prováveis descobridores, prevalecendo até hoje a ausência de opinião unânime sobre esta matéria entre todos os investigadores que à mesma se têm debruçado.

De acordo com Senna Barcelos, existe uma probabilidade das ilhas de Cabo Verde terem sido conhecidas desde a Antiguidade, ou de serem frequentadas por navegadores árabes ou africanos muito antes do Século XV.<sup>89</sup>

Existe também a hipótese de um descobrimento em 1445 por Vicente Dias, colocada por Fontoura da Costa em Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes,<sup>90</sup> tese que também se assenta em referências escritas disponíveis, a respeito Vicente Dias, destacando-se a crónica da Guiné de Gomes Eanes de Azurara.<sup>91</sup> Esse cronista dá conta que o mercador/marinheiro acima mencionado, participou na grande expedição organizada por Lançarote e Álvaro Freitas à costa da Guiné no ano de 1445, de seguinte modo: *[...] E foi assim: que sendo com estes ambos Vicente Dias, aquele que já dissemos que o guinéu feriu na praia de Nilo, por acerto se partiu na companhia dos outros; e por quanto era de noite não poute tão cedo tornar a sua companhia. Mas entretanto ele assim anda só [...]*<sup>92</sup>

De acordo com as descrições do cronista, Vicente Dias terá navegado isoladamente e de modo involuntário, durante um lapso de tempo não explícito. Não alude Azurara a que nessa navegação tenha, o navegador, avistado qualquer ilha. Os defensores desta tese associam este facto a dados da cartografia da época que revelam o traçado de uma linha de terra lançado sobre o atlântico, na aparência incompleta e com

---

<sup>89</sup> SENNA BARCELLOS, Christiano José de – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné Vol. I (Partes I e II, 2ª Edição, com comentários e notas de Daniel Pereira. Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, pp. 21-22.

<sup>90</sup> GODINHO, Vitorino Magalhães – Documentos sobre a expansão portuguesa Vol III, Lisboa: Edições Cosmos S/d. p.p. 271-276. Segundo. GODINHO, esta exposição funda-se no exame que fez Wieder à Carta de Andreia Bianco, de 1448, e em passagens de Azurara, de Cadamosto e de Damião de Góis.

<sup>91</sup> AZURARA, Gomes Eanes de – Crónica do descobrimento e conquista da Guiné, Capítulo LXIV, segundo o manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, Modernizada com notas, glossário e uma introdução de José Bragança. Lisboa: Textos de História nº4 s/d, pp.97-99.

<sup>92</sup> No extracto acima destacado da Crónica da Guiné de Gomes Eanes da Azurara escrita até o ano de 1466, a dado passo alude aos dois capitais mais Vicente Dias nos seus feitos nas costa da Guiné mas não faz nenhuma referência às ilhas de Cabo Verde.

defeituosa localização, legendada como *ixola otinticha* (ilha autentica),<sup>93</sup> que teria sido avistado por Vicente Dias. Daí o esforço em ressaltar que esse navegador terá passado à vista pelo menos uma ilha cabo-verdiana durante o seu afastamento dos navios de Lançarote e Freitas em 1445 e como tal, devia ser considerado como o verdadeiro descobridor do arquipélago, nesse ano, apesar da crónica de Azurara<sup>94</sup> como vimos, não fazer nenhuma referência às ilhas de Cabo Verde, mostrando Fontoura da Costa, não haver conhecimento de um único documento coevo de D. Henrique, quer nos arquivos nacionais, quer nos estrangeiros, referente ao descobrimento dessas ilhas atlânticas, por parte Vicente Dias<sup>95</sup>.

Um outro provável protagonista no descobrimento das ilhas é Luís de Cadamosto que, atribui a si mesmo o descobrimento das primeiras ilhas<sup>96</sup>, na sua segunda navegação em 1456. Estes dados trazem ao debate o conteúdo da Relação (ou narração) das Navegações, publicitada em italiano e em português, onde consta: [...] *Il terzo giorno vista di terrae gridando tuti Terra, Terra molto si maravigliammo perchè no sapevamo che aquella parte fosse terra alcuna, e mandando due uomini d'alto, discoverirono due grandi isole[...] mandai dieci uominiben in punto d'arme e belestre, che dovessono montar la detta isole de una parte dove era montuosa e alta per veder se trovamono cosa alcuna, o se vedevamo alte isole: perilché andarono altro sennonchè l'era desabitata [...]*<sup>97</sup>

---

<sup>93</sup> Esta ilha aparece na Carta Geográfica de Andreia Bianco de 1445 ou 1448 em que é possível notar o traçado de uma linha de terra lançado sobre o atlântico, legendado como *ixola otinticha* (ilha autentica). Faz parte das Cartas das Ilhas de Cabo Verde que Valentim Fernandes pôde compilar entre 1506 e 1508 a partir dos desenhos elaborados, primeiramente, por cartógrafos da época. Neste caso Andreia Bianco, terá baseado em traçados sobre o mar sugeridos navegadores quinhentistas portugueses. Essa carta foi modernamente dado a conhecer por António Fontoura da Costa, cuja obra Carta das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes 1506-1508 foi editada pela Agencia Geral das Colónias em 1939, p. 56 e seguinte.

<sup>94</sup> Publicada sob a direcção de José de Bragança. Lisboa: Texto Editora, s/d, pp.249-250. Neste texto que reporta às investidas na costa da Guiné em 1445, na parte final revelam-se os nomes dos navegadores Vicente Dias, Lançarote e Álvaro de Freitas, sem contudo ser mencionado, em nenhum momento, qualquer ilha de Cabo Verde.

<sup>95</sup> FONTOUTA DA COSTA, A. – Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes 1506-1508, Lisboa: Agencias geral das Colónias, 1939, p. 7.

<sup>96</sup> CADAMOSTO, Luís de – Navegações de Luís de Cadamosto. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura MCMXLIV, pp. 70-74.

<sup>97</sup> Inserido nas *Relação das Navegações* de Luís de Cadamosto, editada pela primeira vez em 1507 por Francesco Montabolo, Cadamosto revela na sua segunda navegação à costa da África em 1456 ter descoberto duas grandes ilhas a que chamou Boavista e Sant'Iago, sobre as quais, deixa entender, não havia notícia em Portugal. Dá igualmente, o navegador, a perceber na sua relação que a maior ilha se encontrava desabitada quando nela se aportou. O texto em referência é uma separata de *Descobrimientos portugueses: documentos para a sua história*, publicados e prefaciados mais modernamente por J. Martins da Silva Marques em 1944.

Nas descrições de Cadamosto caracteriza as ilhas, onde aportou, com pormenores, aparentemente, absurdos, que levaram Fontoura da Costa<sup>98</sup>, corroborado por Luís de Albuquerque,<sup>99</sup> a considerá-los *absolutamente inverosímeis*, realçando que se as ilhas orientais tivessem sido descobertas em 1456 D. Henrique as teria mandado povoar imediatamente, pelo menos a maior (ilha de Santiago), o que efectivamente ele não ordenou, mas que apesar de tudo foram sua pertença, conforme carta de doação de 3 de Dezembro de 1460, na fase final da sua vida (entre fins de Agosto ou Setembro de 1460). A este documento de chancelaria reportaremos mais à frente. Pelo que expôs Fontoura da Costa inclina-se pela dedução de que Cadmosto e seus companheiros não descobriram as ilhas orientais e Cabo Verde.

Diogo Gomes é outro navegador que reúne defensores a favor da tese assente em como, ele terá sido o descobridor das ilhas orientais de Cabo Verde<sup>100</sup>. Duas narrativas desse navegador referem-se ao descobrimento da Guiné, e ao das ilhas Canárias, Açores, Madeira e Cabo Verde. Ele terá contado essas viagens e aventuras a Martinho de Boémia, e este escreveu-as em latim. Valentim Fernandes transcreveu-as na sua colecção de notícias sobre os descobrimentos e estabelecimentos dos portugueses na África e na Ásia, que formam um códice existente na biblioteca Real de Munique.

Na relação desse viajante<sup>101</sup> o narrador teria afirmado, que ao navegar pelo largo a partir do Rio dos Barbacins, (13° 50' N) na companhia de António da Noli, cada um em sua caravela, avistaram ilhas no mar, depois de dois dias e meio de viagem; decidiram aproximar-se, citamos a parte que interessa às de Cabo Verde: [...] *e como a minha caravela era mais veleira do que a outra cheguei primeiro a uma daquelas ilhas. Vi areia branca e pareceu-me um porto, onde fundeei, e o mesmo fez António. Disse-lhe que queria ser o primeiro a ir a terra e assim fiz. Não vimos aí sinal algum de homens, e chamamos a ilha de Santiago; assim se chama até hoje [...] vimos em seguida uma das ilhas Canárias, chamada Palma, e, depois desta fomos à ilha da Madeira. Bem que eu estivesse impaciente por ir a caminho de Portugal, um vento contraio levou-me para os açores. António de Noli porém deixou-se ficar na Madeira; e aproveitando-se*

---

<sup>98</sup> FONTOURA DA COSTA, A, Cartas das ilhas de Cabo Verde... p. 13.

<sup>99</sup> ALBUQUERQUE, Luís de, O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde. In: História Geral de Cabo Verde Vol. I, pp. 31-35.

<sup>100</sup> FONTOUTA DA COSTA, A, Cartas das ilhas de Cabo Verde.... p. 16

<sup>101</sup> PEREIRA, Gabriel - As Relações de Diogo Gomes. In: *Boletim de Geografia de Lisboa*, 17ª Série, nº 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, pp.272-28.



*do vento mais favorável chegou a Portugal antes de mim. E pediu a el Rei a Capitania da Ilha de Santiago, que eu tinha descoberto e el Rei lha deu e ela conservou-a desabitata até morrer [...]*<sup>102</sup>

Os relatos de Diogo Gomes, revelam que terá sido ele quem descobriu em 1460, possivelmente em 1 de Maio a primeira das Ilhas de Cabo Verde, a qual com os seus companheiros, denominou Santiago. Na opinião de Fontoura da Costa, Diogo Gomes chegou a Portugal antes do falecimento de D. Henrique, o qual teve lugar a 13 de Novembro de 1460, pelo que, uma vez mais somos forçados a reportar à carta de doação de 3 de Dezembro de 1460, que não refere ao feito de Diogo Gomes, sendo por isso discutível a probabilidade de ter sido ele o verdadeiro descobridor<sup>103</sup>.

E, pelo que ficou expresso nos relatos do navegador atrás mencionado, Da Noli chegou a Portugal, antes de Gomes, apresentou-se ao rei, naturalmente como o descobridor e por isso obteve a capitania de Santiago. Em contraponto às narrativas de Diogo Gomes, temos o relato de João de Barros, inserido na obra de Magalhães Godinho e cujo extracto aponta para o seguinte: [...] *Neste mesmo tempo achámos também que se descobriram as ilhas a que ora chamamos do Cabo Verde por António de Nolle, genovez de nação e homem nobre, que por alguns desgostos da pátria veio a este reino com duas naus e um barinel, em companhia do qual vinha um Bartolomeu de Nolle seu irmão e Rafael de Nolle seu sobrinho. Aos quais o Infante deu licença que fossem descobrir e no dia que partiram da Cidade de Lisboa a 16 dias foram ter à ilha de Maio: à qual puseram nome por que a viram em tal dia e no seguinte que era de Sant'Iago e Sam Felipe descobriram duas que ora têm o nome destes santos [...]*.<sup>104</sup>

---

<sup>102</sup> Retirado da Relações de Diogo Gomes acerca dos descobrimentos da Guiné, ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde, publicadas por Gabriel Pereira, consta que as narrações de viagens e aventuras terão sido contadas por Diogo Gomes a Martinho de Boémia, e este escreveu-as em latim. Valentim Fernandes transcreveu-as na sua colecção de notícias sobre os descobrimentos e estabelecimentos dos portugueses na África e na Ásia.

<sup>103</sup> É curioso o comentário de Gabriel Pereira a respeito da personalidade de Diogo Gomes: considerando-o um tanto *blasonador* de seus méritos apresentando-se sempre em primeiro lugar e até em único lugar e grande tendência de deprimir os companheiros. In: PEREIRA Gabriel, As Relações de Diogo Gomes... p. 269.

<sup>104</sup> O relato de João de Barros contrapõe as narrativas de Diogo Gomes. Temos o relato de João de Barros, publicado por Magalhães Godinho Magalhães Godinho - Documentos sobre a expansão portuguesa Vol. III. pp. 288-289.

Perante os dados expostos parece ser lícito, até prova em contrario, considerar António da Noli descobridor oficial da ilha de Santiago e das restantes ilhas do grupo oriental do arquipélago de Cabo Verde,<sup>105</sup> tal como temos referido, que fez na companhia de Diogo Gomes.

Para as ilhas ao grupo ocidental a documentação régia, também retira quaisquer hesitações acerca do protagonista e consagra esse feito ao escudeiro do Infante D. Fernando, Diogo Afonso entre 1461 e 1462, visto que não foram achadas todas no mesmo ano. As ilhas que compõem este grupo a saber: S. Nicolau e os ilhéus (Branco e Razo), S. Vicente e Santo Antão são citados juntamente, com o nome daquele escudeiro, como descobridor, na carta de doação de 29 de Outubro de 1462 e do seguinte modo indirecto no excerto seguinte: *[...] A quantos esta carta virem fazemos saber que o Ifante Dom Fernando, meu muito prezado e amado irmão, nos disse que um Gonçallo Fernandes, morador em Tavira, em vyndo elle das pescarias do Rio do Ouro [...], houve vista de uma ilha, e que lhe o tempo seer contraíro não podera a ela chegar a qual o dito meu irmão ia mandar buscar por certos sinaees que lhe delladeram e nom lha acharom; e que, por quanto elle a queria ora outra vez mandar buscar, nos podia por mercê que lha dessemos, assi e pela guisa que lhe temos dadas as outras sete ilhas que Diogo Afonso, seu escudeiro, achou através de cabo Verde [...].*<sup>106</sup>

## 2. Povoamento e organização da sociedade

Neste ponto analisaremos a questão levantada, acerca do eventual povoamento das ilhas antes da chegada dos portugueses, o povoamento das ilhas de Santiago e Fogo e as dificuldades iniciais, bem como a tardia ocupação das restantes ilhas. Reportaremos ainda à forma como se estruturou a sociedade na antiga Ribeira Grande, cujas características viriam a ser semelhantes nos restantes pontos do arquipélago.

---

<sup>105</sup> Consoante o texto da carta de privilégio de D. Afonso V, datado do 12 de Junho de 1466, onde entre outros aspectos, se constata as dificuldades no povoamento nos primeiros quatro anos bem com as medidas adoptadas pelo rei visando ultrapassar tais constrangimentos. In: Brásio, António – Monumenta Missionária Africana (África Ocidental) 2 Série Vol. I, pp.431-435.

<sup>106</sup> De acordo com a carta de doação de 29 de Outubro de 1462 que, de modo indirecto, atribui a descoberta das ilhas que compõem o grupo Ocidental incluído provavelmente a ilha Brava a Diogo Afonso, publicada por Senna Barcellos, Subsídios para a História de Cabo Verde ....p. 31.

## 2.1. A questão do povoamento das ilhas antes da chegada dos portugueses

Existe uma discussão sobre existência ou não de indícios da presença de povos jalofo (da zona da Guiné) que pudessem já estar no arquipélago ou em algumas das ilhas, antes da chegada dos portugueses, tese sustentada em lendas não provadas, defendida por vários autores tais como: Brandão,<sup>107</sup> Serrão<sup>108</sup>, Múrias e <sup>109</sup> Teixeira da Mota<sup>110</sup>.

Sendo evidentes os esforços de certos investigadores nas tentativas de se ir mais longe nas considerações sobre a questão da ocupação das ilhas a quando da sua descoberta com base em documentação que possam conter certas imprecisões o problema associado às fontes para os estudos desenvolvidos no âmbito desta temática, colocam-se perante, algumas artífícios que possam estar escondidos nas suas deficiências mais objectivais, tais como quando são incompletas ou de certa forma mudas a possíveis questões que lhes possam ser colocadas no âmbito da crítica, como também em face de limitações mais subjectivas.

No caso concreto, é necessário comparar o tipo de documentação, como as fontes lendárias com a classe de documentos voluntários<sup>111</sup> visando conclusões que mais se aproximem da realidade, apesar das limitações dos dados das as crónicas, dos relatos, ou mesmo das fontes oficiais, que têm uma finalidade implícita. Ou seja, tal como refere Bloch. *[...] a fim de que não apaguem com o tempo as coisas que os homens fizeram e para que não percam a sua glória, as grandes e maravilhosas acções levadas a cabo [...]*.<sup>112</sup>

---

<sup>107</sup> ALBUQUERQUE, Luís de – O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde. In SANTOS, Maria Emília Madeira e Albuquerque Luís de (Coordenação) – História Geral de Cabo Verde Vol. I Lisboa/Cidade da Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal /Instituto de Investigação Cultural de Cabo Verde, 2001, pp. 23-39.

<sup>108</sup> SERRÃO, Joel SERRÃO – Cabo Verde. In: Dicionário de História de Portugal Vol. I/A-C Lisboa: Iniciativas Editoriais S/d, p. 413.

<sup>109</sup> MÚRIAS, Manuel - Cabo Verde memória breve. Lisboa: Agencia Geral das Colónias em 1939 p. 17-28.

<sup>110</sup> TEIXEIRA DA MOTA – Cinco séculos de cartografia das ilhas de Cabo Verde. In: *Revista Garcia da Orta vol nº 9 (nº 1-166)*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1961, p 11.

<sup>111</sup> BLOCH, Marc – Introdução à História. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987, p. 57.

<sup>112</sup> BLOCH, Marc – Introdução à História. pp. 56-57.

Infelizmente, nem todos os investigadores se precavam perante este tipo de fontes usando todos os recursos da crítica documental e dela se tirar o maior proveito em prol duma síntese histórica, o mais credível<sup>113</sup>.

No que toca à existência ou não de aglomerados humanos antes da chegada dos navegadores portugueses que tem suscitado a curiosidade de alguns investigadores as referências constantes de textos quinhentistas sobre as ilhas de Cabo Verde, particularmente, feitas por quaisquer dos supostos descobridores das primeiras ilhas do arquipélago, como é o caso do veneziano Luís de Cadamosto,<sup>114</sup> são no sentido de apontar para ilhas desertas à chegada dos primeiros navegadores tal como reporta o mesmo veneziano no extracto seguinte: *Enviei dez homens bem providos de armas e bestas, que subissem à dita ilha por uma Marte onde era montuosa e alta para ver se achavam alguma coisa [...] nada acharam senão que era desabitada [...]*<sup>115</sup>

Igualmente, as relações de Diogo Gomes, datadas de 1502-1508, na mesma perspectiva deixam perceber a mesma constatação no excerto que a seguir revelamos. *[...] Chamamos Santiago à ilha, e até agora assim se chama. Havia ali grande pescaria. Em terra porém, achámos muitas aves estranhas e rios de água doce. As aves esperavam-nos sem fugir, assim as matávamos com paus. Havia ahi muitos patos. Também era grande a fartura de figos, mas não estão dispostas nas arvores do mesmo modo que as nossas figueiras; por que os nossos estão perto de folha e estes por todo o tronco, desde o pé da arvore e d'ahí para cima por toda a casca de ramos. Destas figueiras há um grande número; e ali também vimos farta pastagem [...]*<sup>116</sup>

Tal como as narrativas de Cadamosto, as de Diogo Gomes também são omissas em relação à existências de seres humana à sua chegada e tais textos são do conhecimento da maioria dos investigadores.

---

<sup>113</sup> MAUROU, Henri-Irinée – Do conhecimento Histórico Lisboa: Rei dos Livros, 1991, pp. 207-225.

<sup>114</sup> CADAMOSTO, Luís de - Navegações de..., pp. 70-74.

<sup>115</sup> Confrontar os relatos de Luís de Cadamosto, propósito das constatações feitas pelo navegador veneziano, em como as ilhas se encontravam desabitadas quando nelas aportou.

<sup>116</sup> PEREIRA, Gabriel - As Relações de Diogo Gomes. In: *Boletim de Geografia de Lisboa, 17ª Série, 1898-1899. nº 1*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, pp.272-28, cujo texto foi apresentado agregado em 4º lugar, para ilustrar que Diogo Gomes no seu encontro com as ilhas não tece nenhuma consideração a respeito de presença humana.

Não obstante isso, tem havido suspeições quanto à veracidade desses relatos, com alguns investigadores a basearem numa tradição, segundo a qual Santiago terá sido refúgio de um pequeno grupo de náufragos (Jalofos ou outros habitantes da costa africana) em épocas anteriores à descoberta ou achamento das ilhas, apoiando-se em, António Carreira,<sup>117</sup> que esclarece porém a questão, assumindo que a tradição sobre a presença de Jalofos no arquipélago, que nos pareceu ter sido tomada de forma ambígua, refere à provável recordação que terá ficado na mente dos povoadores, por conseguinte após o início do povoamento pelos europeus e africanos, quando chegou à ilha de Santiago, trazido por Pêro Vaz, do reino de Caior (costa africana), já no tempo de D. João II (1445-1495)<sup>118</sup>, um núcleo de Jalofos, depois do início do povoamento pelos portugueses<sup>119</sup>.

De acordo com Ilídio Baleno<sup>120</sup> a tese, segundo a qual, os portugueses teriam encontrado em Santiago uma população de origem jalofa surge já nos finais do Século XVIII pela pena de um anónimo de 1784<sup>121</sup>.

Contudo, parecem, mesmo assim dúbios, os fundamentos que tem por fim último, justificar uma possível ocupação das ilhas antes da chegada dos portugueses. Por exemplo evoca Feijó, que aventou, com base no anónimo referido que, à data dos descobrimentos das ilhas de Cabo Verde se tinha unicamente encontrado povoada, a ilha de Santiago de Negros Jalofos<sup>122</sup> Também António Pusich,<sup>123</sup> vem no mesmo

---

<sup>117</sup> CARREIRA, António – Cabo Verde: Formação e extinção duma sociedade escravocrata. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1993, p. 320.

<sup>118</sup> SERRÃO Joel (Dir. de) – Dicionário de História de Portugal, Vol III. Lisboa: Iniciativas Editoriais s/d. p. 37.

<sup>119</sup> Os factos em que aparece Pêro Vaz envolvido no tempo de D. João II, têm a ver segundo António Carreira, com uma tentativa de estabelecimento de relações entre a coroa portuguesa e os reinos da costa africana, como era costume, em que Pêro Vaz com a alcunha de Bisagudo foi encarregue comandar uma armada que se deslocou ao Senegal onde se envolveu em desavenças que o impeliu a partir rumo a Santiago com um núcleo de Jalofos que teriam, avolumado o contingente de povoadores africanos no arquipélago trazidos pela via do resgate de escravos que já se fazia na costa da Guiné.

<sup>120</sup> BALENO, Ilídio – Povoamento e formação de sociedade. In SANTOS, Maria Emília Madeira e Albuquerque Luís de (Coordenação) – História Geral de Cabo Verde Vol. I Lisboa/Cidade da Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal /Instituto de Investigação Cultural de Cabo Verde, 2001, p. 125

<sup>121</sup> ANÓNIMO de 1784 – Notícia corográfica e cronológica do Bispado de Cabo Verde. In revista Diogo Cão, Inéditos Coloniais, Série A nº III, Lisboa, 1937, pp. 8-19.

<sup>122</sup> FEIJÓ, Joaquim – Ensaio económico sobre as ilhas de Cabo Verde – 1997. Tomo V das Memórias Económicas da Academia de Ciências de Lisboa 1815. In: Patriota Jornal Literário do Rio de Janeiro nº 5 Novembro de 1813 artº 1º parágrafo 1º.

<sup>123</sup> PUSISH, António - Descrições hidrográficas das ilhas de Cabo Verde. In CARREIRA António descrições oitocentistas das ilhas de Cabo Verde. Lisboa: Presidência da República de Cabo Verde, 1987.

sentido, referir à presença Jalofa e vai mais longe, dizendo, que quando foram descobertas as ilhas de Cabo Verde, acharam-se somente povoadas por negros Jalofos, as ilhas de Santiago e Fogo.

António Brásio é outro dos diversos autores que encontram na tradição, bases para lançar uma discussão em torno da problemática do início do povoamento das ilhas de Cabo Verde.<sup>124</sup> É, no entanto, refutada esta ideia por Lopes de Lima que, considera ser a tradição, a que pretendem associar a precedência jalofa, uma fábula pouco engenhosa e vaga que é de todo infundada<sup>125</sup>, para explicar os primórdios da ocupação do arquipélago.

Todavia parece fraca a sustentação destas posições, por carecerem de justificação com base documental credível e passível de confirmar os dados da tradição que, ao caso, bem poderiam ser indícios de presença humana, mas omissas como vimos por viajantes quinhentistas.

## **2.2. Povoamento das ilhas de Santiago e Fogo e as dificuldades iniciais**

A expressão [...] *queremos que elle haja livremente as ditas jlhas e senhorio e povoradores (povoadores) d'ellas* [...] constante da carta de doação de 19 de Setembro de 1462<sup>126</sup>, passada pelo rei ao Infante D. Fernando, simboliza a vontade de D. Afonso V, em que fosse desencadeado imediatamente o povoamento das ilhas.

Da Noli teve como recompensa pelos seus feitos, a parte sul/oeste de Santiago cuja carta de doação não chegou até nós. Mas, segundo o Pe. António Brásio aquele genovês chegou a Santiago nesse ano de 1462 acompanhado de alguns membros da sua família e de portugueses do Alentejo e do Algarve<sup>127</sup>. Por sua vez Diogo Afonso, a quem foi doado a capitania norte da citada ilha, cuja a sede viria a ser transferida para o povoado da Praia por volta de 1516 e assim marcar a sua entrada na história de Cabo

---

<sup>124</sup> BRÁSIO António – Descobrimento, Povoamento evangelização do Arquipélago de Cabo Verde. In *Revistas Stúdia* nº 10 Julho de 1962. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, pp. 49-97.

<sup>125</sup> Lopes de Lima - sobre a Estatística as possessões *portuguezas* na *Africa Occidental* e oriental, na *Ásia Occidental*, na China e na Oceânia *scripos* por ordem do Governo de de sua Majestade D. Maria II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1844, p. XI.

<sup>126</sup> Vide anexo documental, anteriormente indicado e cujo excerto, a que ao mesmo remete, traz na parte final a expressão da vontade de D. Afonso V em proceder ao povoamento imediato da ilhas.

<sup>127</sup> BRÁSIO, António - Descobrimento, Povoamento evangelização..., pp. 83-97.

Verde, ao que parece, está na posse da mesma, antes de 29 de Outubro do mesmo ano<sup>128</sup>. Pelo que se passaram cerca de dois anos entre a descoberta da primeira ilha, a de Santiago e o início do seu povoamento efectivo.

Logo no início, as primeiras tentativas para encetar o povoamento não foram fáceis, na opinião de Orlando Ribeiro.<sup>129</sup> Testemunha esta constatação, o conteúdo da carta de privilégio de D. Afonso V, datado do 12 de Janeiro de 1466, onde se diz que Santiago se começara a povoar *haverá quatro anos*, pelos cuidados do Infante D. Fernando, seu irmão e senhor da ilha; mas [...] *por ser tão alongada de nossos reinos a gente não quer em ela viver senão com mui grandes privilégios e franquezas e despesa sua* por isso, e a rogo do Infante, considerou o rei *que os moradores da dita ilha que daí em diante para sempre hajam e tenham licença para cada vez que lhes prouver poderem ir com navios a tratar e resgatar em todos os nossos tratos das partes da Guiné [...]*<sup>130</sup> reservando apenas para a coroa o trato de Arguim.

Com base ainda em Orlando Ribeiro, o resgate na costa da Guiné constituía o monopólio real e apenas por privilégio expressamente concedido, poderia ser exercido por estranhos. Deste tráfico pagariam o trato à coroa que, por intermédio dos seus oficiais o fariam arrecadar. Também ficariam isentos da dízima pelos produtos das suas herdades que daí trouxeram ao reino e de todos os direitos de comércio que exercerem *em todas as outras ilhas do mar oceano*. Tais privilégios consideráveis, na óptica de Ribeiro, fariam com que o comércio de escravos, não tardasse a transformar Santiago num entreposto.

Efectivamente, sublinha o autor, até esse ano de 1466, nos quatro que haviam transcorrido desde o início do povoamento não parece que a ocupação tivesse tomado qualquer importância. Uns religiosos que se estabeleceram em Santiago acharam a terra como desejavam, *destituída de povos, excepto alguns genoveses* que mais tratavam de

---

<sup>128</sup> ALBUQUERQUE, Luís de – O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde. In: SANTOS, Maria Emília Madeira e Albuquerque Luís de (Coordenação) História Geral de Cabo Verde.... p. 39.

<sup>129</sup> RIBEIRO Orlando – Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde. Lisboa: Faculdade de letras da Universidade de Lisboa. 1955, pp. 8-9

<sup>130</sup> A obra de Brásio traz na íntegra o texto da carta de privilégio de D. Afonso V, datado do 12 de Junho de 1466, onde entre outros aspectos, se constata as dificuldades no povoamento nos primeiros quatro anos bem com as medidas adoptadas pelo rei visando ultrapassar tais constrangimentos. In: Brásio, António – Monumenta Missionária Africana (África Ocidental) 2 Série Vol. I, pp.431-435; In: HGCV-CD, pp.19-22.

colher algodão pelo mato<sup>131</sup>. Viveram os frades em grande retiro e já por isso, pela pouca caridade dos vizinhos, sustentavam-se principalmente de algum peixe que pescavam.

Passados os primeiros anos em que se experimentou as dificuldades mencionadas no povoamento o infante D. Fernando vê o seu empreendimento ganhar um impulso com os incentivos dados, pelo que ao mesmo tempo, as famílias do Algarve e do Alentejo estabelecidas intensificaram o comércio e a relação com as negras da terra e da Guiné e assim, o povoamento se foi propagando pela via da miscigenação. Valendo-se do exclusivo que lhes fora conferido de resgataram na Guiné grande número de escravos para o arroteamento das terras e do processo de miscigenação inicial, se originaram logo as três espécies de castas, que se proliferam no território: brancos de descendência pura europeia, pretos de linhagem pura africana (dos escravos negros da Guiné), promovida pelos senhores em proveito próprio e mulatos resultantes do cruzamento dos brancos da Europa com as negras da Guiné. Sublinha o autor, esta casta aumentou significativamente quando no século XVI começaram a ser enviados para o arquipélago degredados a cumprir sentença, não tendo parado a introdução de escravos da costa da Guiné.

Faz notar Carreira, o recurso à mão-de-obra do continente fronteiriço justificou-se, devido à necessidade de fixação humana e exploração da terra numa segunda fase. Segundo Artur Teodoro de Matos,<sup>132</sup> veio modificar as características do povoamento das ilhas a Carta de Limitação de Privilégios de 8 de Fevereiro de 1472. É que inicialmente o povoamento esteve ligado às necessidades de acostagem, pelo papel decisivo no comércio e da navegação. A carta régia acima referida declara e delimita as prerrogativas concedidas aos moradores de Santiago quanto ao resgate na Costa da Guiné, revelando o trecho referente à ordem do rei de seguinte modo: *[...] Dizemos que o dito capitão e moradores da dita ilha nom mandem nem vãao a outras alguuas partes resgatar, saluo aaquellas que já emtam ao tempo que o dito priuilegio outorgam em as*

---

<sup>131</sup> BARCELOS, parte I – Subsídios para a História de Cabo Verde... p. 28.

<sup>132</sup> MATOS, Artur Teodoro de (Coordenação de) – A colonização Atlântica. Lisboa: Editorial Estampa, 2005, p. 15.



*quaes se já por alguus começara de ratar e resguatar, tyrando arguim com suas demarcaçooes [...]*<sup>133</sup>.

Esta carta régia veio segundo Matos, modificar as características do povoamento de Cabo Verde na medida em que estando os moradores condicionados o acesso aos produtos não originários da ilha de Santiago, para sustentar a sua economia tiveram que procurar nas actividades agro-pastoris e artesanais produzidos ou recolectados localmente, para ultrapassar os constrangimentos impostos por tais limitações. Reforçaram o cultivo de milho, legumes, hortícolas, cana do açúcar, algodão, passaram a explorar mais intensamente o gado bravo, por excelência para a extracção de peles de caprinos, criação de cavalos entre outros e produtos artesanais (panos de terra, fabrico de aguardente, açúcar mascavado) bem como a maior procura de plantas e moluscos tintureiros. Assim dotaram-se de produtos locais de exportação e abastecimento de navios bem como participar no comércio da Guiné. Esta nova realidade permitiu que as populações se fixassem e alastrassem mais rapidamente dada à necessidade de mão-de-obra para o arroteamento das terras<sup>134</sup>.

Refere Teodoro de Matos, o povoamento da ilha de Santiago no primeiro século de colonização era bastante irregular, distinguindo-se, desde logo, duas capitánias separadamente. Provavelmente, sustenta o autor, a partir de 1466 foram entregues para povoar: a zona Sul/Oeste com sede em Ribeira Grande, a António da Noli e a área Norte/Leste, com sede em Alcatrazes, todas na forma de gestão directa. A ribeira Grande, era a região que melhores condições tinha, designadamente, maior abundância de água, como de resto se pode comprovar hoje.

A ilha do Fogo, a segunda ilha a ser povoada entre 1480 e 1593 por acção dos moradores de Santiago, de forma semelhante e como uma espécie de apêndice desta<sup>135</sup>. Fogo foi então povoado devido à expansão da actividade comercial na costa da Guiné que lhes exigiu cada vez maior quantidade de bens de troca, produzidos localmente. Aí

---

<sup>133</sup> A Carta de Limitação de Privilégios de 8 de Fevereiro de 1472 publicado in História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental (HGCV-CD) declara e delimita as prerrogativas concedidas aos moradores de Santiago quanto ao resgate na Costa da Guiné que gerou uma situação que impulsionou os moradores a encontrarem saídas à sua frágil economia internamente, o que veio a lançar as base para um povoamento mais acelerado.

<sup>134</sup> MATOS, Artur Teodoro de, A colonização Atlântica... p. 16

<sup>135</sup> MATOS, Artur Teodoro, A colonização Atlântica... p. 18.

passou a ter grandes propriedades e para essa ilha se deslocou uma grande quantidade de escravos, mão de obra para o trabalho nos campos algodoeiros, tendo-se criado uma capitania semelhante ao da Ribeira Grande e tendo sido um dos seus primeiros detentores, Fernão Gomes, para a partir de 20 de Abril de 1520 passar para as mãos de D. João de Vasconcelos, conde de Panela<sup>136</sup>, por doação do rei D. João III.

### **2.3. A tardia ocupação das restantes ilhas**

As outras ilhas do arquipélago foram ocupadas de forma bem diferente e em épocas significativamente desfasadas, em relação ao que se passou em Santiago e Fogo, conforme reporta António Correia e Silva. No fim do primeiro século de presença humana, no arquipélago podiam mesmo verificar-se duas áreas geo-económicas, a que correspondiam duas formas de povoamento: de uma lado as ilhas do Oriente e do Norte do arquipélago mais a Brava, onde predominava a pecuária extensiva e a fraca ocupação populacional, do outro, as de Santiago e Fogo, onde dominava a agro-pecuária intensiva, ligada aos mercados externos, e o povoamento se consolidava e alargava ao interior<sup>137</sup>.

Para Artur Teodoro de Matos, até o inícios do século XVI as restantes ilhas eram consideradas, em fontes da época, como *povoradas de cabras e nam de gente* e algumas porções do território (Santa Luzia e Ilhéus) nunca chegaram a se povoadas<sup>138</sup>.

O autor acima referido sustenta que S. Nicolau e sobretudo Santo Antão parecem, ter sido as ilhas a povoar-se após as pioneiras de Santiago e Fogo.<sup>139</sup> Mas apesar das suas condições climáticas, geológicas e hidrográficas serem favoráveis à agricultura, a ocupação efectiva terá iniciado tardiamente, em relação às primeiras, como de resto aconteceu com as demais ilhas, apesar dos esforços da coroa, concedendo isenções ao pagamento de impostos em certos casos como foi aquele concedido ao donatário D.

---

<sup>136</sup> TORRÃO, Maria Manuel Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. O Algodão da Ilha do Fogo...In: *Revista Studia* 50, Lisboa 191, pp. 157- 176.

<sup>137</sup> CORREIA E SILVA, António Leão – Espaço ecologia e economia interna. In: SANTOS, Maria Emília Madeira e ALBUQUERQUE Luís de (Coordenação) – História Geral de Cabo Verde Vol. I Lisboa/Cidade da Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal/Instituto de Investigação Cultural de Cabo Verde, 2001, pp.180 – 183 e 227-236

<sup>138</sup> MATOS, Artur Teodoro de – A colonização Atlântica. 2005... p. 21.

<sup>139</sup> MATOS, Artur Teodoro de – A colonização Atlântica. 2005... p. 22

Luís Pereira em 1582, cujas referências até nos chegaram através da relação de Francisco de Andrade sobre as ilhas de Cabo Verde.<sup>140</sup> Santo Antão foi detida inicialmente por Diogo e João Teive, depois por Fernão Teles e D. Maria de Vilhena e foi comprada em 1504 por João da Fonseca. Nessa época, com o seu senhor a transferir para lá muitos animais, de que se retiravam peles, a carne, o sebo e alguns escravos dava-se início à recollecção do sangue de dragão e ao cultivo de algodão e esboçando-se uma agricultura muito rudimentar<sup>141</sup>.

Quanto a S. Nicolau depois do enquadramento em sucessivos domínios senhoriais,<sup>142</sup> como era comum para as restantes ilhas, foi integrada na casa do Conde de Portalegre D. Diogo da Silva e Menezes, a 30 de Março de 1498, cedido como única capitania, com interesse exclusivo, tendo o seu donatário apostado, essencialmente, na exploração do gado bravo e na extracção de riquezas naturais,<sup>143</sup> pelo que o seu senhor podia explorar os produtos bravos existentes em seu proveito, sem ter de estar sujeito a muitas obrigações e investimentos.

Uma vez mais fica claro, no seguimento de Teodoro de Matos, a adopção da pecuária extensiva e da recollecção como forma de exploração económica de S. Nicolau e Santo Antão resulta do carácter absentista dos respectivos donatários. Para estes, a criação do gado em liberdade dava bons proventos económicos, sem grandes custos e exploração, obrigação de vigilância e a consequente necessidade de permanência.<sup>144</sup>

Em Santo Antão foi particularmente relevante o processo desencadeado pelos capitães Pedro e Gonçalo de Sousa Fonseca, em meados de quinhentos, altura em que se estabeleceu a primeira povoação da Ribeira Grande. Mas nesta fase, assegura De Matos, o povoamento era algo débil e circunscrito.

---

<sup>140</sup> Conforme consta da Relação de Francisco de Andrade sobre as ilhas e Cabo Verde de 26 de Janeiro de 1582 que anota a, entre outros aspectos, a pertença da ilha de S. Nicolau ao Conde Portalegre In: Brásio, MMA, 2ª Série III, pp. 97-98.

<sup>141</sup> MATOS, Artur Teodoro de – Diversidade e complementaridade na formação da sociedade colonial cabo-verdiana. A Arqueologia da Sociedade de Santo Antão (1504-1732). In: Em Louvor da Linguagem - Homenagem a Maria Leonor Carvalhão Buesco, Lisboa: 2003, pp. 259-270.

<sup>142</sup> LOPES FILHO, João – A Ilha de S. Nicolau Cabo Verde formação da Sociedade e Mudança Cultural Vol I. Lisboa: Secretaria-geral do Ministério da Educação, 1996, p. 31.

<sup>143</sup> TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias – A Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV-XVIII. Lisboa: Centro de História Além-mar, 2004, p. 102-105.

<sup>144</sup> Esta situação terá sido constrangedora para aquelas ilhas já que adiou o início do povoamento poderia ter começado mais cedo dado que recursos naturais básicos como solo arável e água não faltavam.

No caso de S. Nicolau, aparentemente o povoamento sistemático e duradouro ter-se-á iniciado com a garantia de propriedade da terra aos habitantes, com o fim do regime de donatária em 1696 e com o procedimento básico para o incremento do espaço habitado que foi o de criação de Concelho se ter realizado por volta e 1731, como refere André Teixeira. Nessa altura, sustenta o autor, dá-se a transferência do bom ancoradouro que é o Porto da Lapa, provavelmente o primeiro povoado da ilha, para a bem irrigada Ribeira Brava. Contudo contribuem para explicar que, antes dessas datas já se pode falar de fixação humana na ilha, evidências que dão conta que em 1696 a população já estava em crescimento e explorava-se, entre outras culturas de subsistência, o milho<sup>145</sup>.

As ilhas da Boavista e Maio foram doadas inicialmente a Rodrigo Afonso, sobrinho e herdeiro do primeiro capitão donatário de Alcatrazes que apenas abasteceu e reforçou a ilha de gado bravo sobretudo caprino.

No caso do Maio que, foi vendida por Rodrigo Afonso a João Baptista que a transferiu depois em duas capitánias separadas a seus genros Egas e João Coelho, acabando os Coelho por se tornarem os mais sólidos e duradouros donatários da dessa ilha, o seu povoamento foi ainda mais lento que Santo Antão e S. Nicolau.

No que se refere Boavista, se no final do século XVI não a ocupavam mais que um feitor e alguns escravos, encarregues de assegurar a única actividade económica lá desenvolvida: a criação do gado bravo concentrados no lugar de Rabil, que terá substituído a Povoação Velha<sup>146</sup>.

Quanto às ilhas da Brava, Sal, Santa Luzia e ilhéus, a doação deste conjunto disperso de ilhas, maioritariamente pobres do ponto de vista agrícola, não terá ocasionado qualquer estabelecimento humano nem terá produzido grandes proveitos económicos. Apenas na Brava, a mais fértil e habitável deste grupo se terá ensaiado a cultura do algodão, introduzindo-se, para o efeito, escravos e engenhos, sob concessão

---

<sup>145</sup> TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias, A Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde ... pp. 111-114.

<sup>146</sup> MATOS, MATOS, Artur Teodoro de— A colonização Atlântica. Lisboa: Editorial Estampa, 2005. pp 26-27.

real de licença a Francisco da Fonseca que punha condições nos termos em que deixa perceber o seguinte excerto da carta de mercê régia de 10 de Julho de 1509: [...] *ffazemos saber que querendo nos ffazer mercê a Francisco D'Afonseca nosso gyuiteyro temos por bem e nos praz de ilha dar a nossa ilha Brava em sua vida nesta maneira [...]*<sup>147</sup> A propósito desta carta sugere Teodoro de Matos, ficou explicito que em qualquer tempo que a coroa achasse que algum dano causado ao gado da ilha que era seu monopólio, reverteria a mesma à sua posse.

O povoamento definitivo arrancou nesta ilha após 1680, quando uma erupção do vulcão do Fogo levou muitos dos habitantes desta ilha a transferirem-se para a pequena ilha vizinha.

Resta acrescentar que no fim de três séculos de colonização de Cabo Verde, o povoamento do arquipélago não se encontrava ainda concluído. O desenvolvimento económico não estimulava ainda o avanço dos novos espaços, havia a consciências de que faltava fazer muito para se aproveitar as potencialidades das ilhas ocupadas. Assim, em meados do século XVIII, São Vicente Sal e Santa Luzia permaneciam inabitadas, além dos pequenos ilhéus. Eram as ilhas que apresentavam condições geográficas mais desfavoráveis à fixação humana, pelo que esta só se justificava com a precaução da coroa portuguesa contra a presença indesejável de navegadores estrangeiros. Os primeiros esforços para a ocupação de S. Vicente, onde despertava interesse, sobretudo o seu excelente porto natural, datam de 1734, quando João de Távora propôs povoá-la a troco de direitos de exploração durante dez anos. Falhou este empreendimento, como iniciativa de 1781, fomentada pela coroa, nos últimos anos de setecentos, novamente impulsionada por um privado e a da década de 1820, patrocinada pelo Governador António Pusish. Só em meados do século XIX, com a instalação pelos ingleses de estruturas de apoio à navegação, se iniciou verdadeiramente a ocupação de S. Vicente, nomeadamente, da povoação de Mindelo. Também, o Sal visitado na primeira metade de setecentos por diversos piratas só conheceu um verdadeiro processo de povoamento já bem adiantado no século XIX, ao passo que Santa Luzia, não obstante as tentativas de um privado em explorá-la nos anos de 1790, quedou-se até o presente, deserta.

---

<sup>147</sup> Conforme Carta de mercê de 1º de Julho de 1509, que expressa uma tentativa de povoamento da ilha Brava antes de 1680. ANNT, Chancelaria de Dom João III, Doações. In: HGCV – CD.

## 2.4. Estruturação da sociedade

Parece pertinente, num primeiro momento da estruturação da sociedade cabo-verdiana considerarmos ser ela constituída com base no factor étnico ou racial, tal como refere Ilídio Baleno. Nesta perspectiva, concorreram os grupos que definitivamente se fixaram em primeiro lugar na ilha de Santiago: europeus (livres) e africanos (escravizados).<sup>148</sup> Entre os primeiros compostos, conforme António Carreira, por portugueses e estrangeiros. Projecta-se esse grupo no tempo com base em elementos das famílias nobres, religiosos<sup>149</sup> e plebeus ligados a várias classes<sup>150</sup>.

Quer o primeiro, quer o segundo grupo, se foi engrossando à medida que ia crescendo uma terceira casta constituída por naturais compostas.

O grupo composto por brancos europeus delineia-se no tempo englobando mais tarde entre os mesmos, como terá acontecido no Brasil, com jesuítas, aventureiros, náufragos marinhos desertores, alguns funcionários, prostitutas, órfãs, camponeses oriundos de várias regiões de Portugal, Madeira e Açores<sup>151</sup>.

O grupo de negros africanos que na época tiveram no início como foco de resgate toda a costa ocidental africana, isto é do Rio Senegal à Serra Leoa, restringindo-se posteriormente à região da Guiné no seu sentido mais moderno, se vai estruturando com o passar do tempo, integrando no seu seio Mandingas, Balantas, Bijagós Felupes, Beafadas e Manjacos<sup>152</sup>.

---

<sup>148</sup> BALENO, Ilídio – Povoamento e formação de sociedade. In: SANTOS, Maria Emília Madeira e Albuquerque Luís de (Coordenação) Op. Cit. p. 158.

<sup>149</sup> A actividade dos religiosos produziu uma grande herança. Mesmo aquela, ainda que interpretada subjectivamente, podendo induzir a várias leituras não deixa de ser evidente a sólida implantação da igreja católica em Caco Verde, tendo deixado um património cultural, especialmente de carácter material correspondem às obras da arquitectura sacra cujos elementos mais representativos, sobretudo a igreja matriz da Cidade da Praia, de apreciável valor estético e simbólico e absorverá um pouco da nossa curiosidade na segunda parte deste trabalho.

<sup>150</sup> CARREIRA, António - Cabo Verde: Classes sociais, estrutura familiar, migrações. Lisboa, Biblioteca Ulmeiro nº 9, 19977 p. 296

<sup>151</sup> CARREIRA, António – Cabo Verde: Formação e Extinção duma sociedade escravocrata. Op. Cit p. 297.

<sup>152</sup> BRÁSIO, MMA, 2ª Série, Vol. I... p. 88.

Perante o quadro acima descrito vê-se que a sociedade insular evolui-se para a formação de três grandes grupos sociais distintos: O primeiro constituído pelos brancos, o segundo pelos africanos livres e forros e o terceiro pelos escravos. Esta é uma classificação feita em função dos direitos individuais dos elementos que compõem essa emergente sociedade e também do grau de mobilidade social verificado no seio de cada grupo. Forma-se, nos primeiros tempos, uma sociedade baseada na velha tradição escravocrata e, por conseguinte estratificada, estruturalmente de tipo piramidal com os brancos, grupo minoritário e detentor de poder, no topo. Na base estava uma grande massa de escravos, a imensa maioria,<sup>153</sup> intermediando-se os dois grupos os forros.

De acordo com Carreira com o decurso do tempo e com a fuga continuada de escravos para o interior das ilhas (e não recapturados) fixando-se em locais de difícil acesso<sup>154</sup> e com a concessão de alforria a escravos bem comportados ou com os bons serviços prestados e a escravinhos (em geral filhos dos *senhores* ou de seus filhos, ou parentes havidos de suas escravas ou escravas alheias), alforrias cuja concessão iniciou muito cedo, esboçou-se como referimos, a formação de grupo intermediário dos forros (mestiços e pretos), sendo os pretos resultantes da continuada relação entre negros.

No interior de cada grupo é difícil por exemplo enquadrar todos os brancos numa mesma camada social visto que persiste toda uma estratificação no seu seio, quer decorrente da transplantação para as ilhas da estrutura existente no reino, quer resultante do jogo de interesse vivido no seio da mesma. Um fidalgo transita nessa situação e é tratado como tal, um plebeu e tem tratamento adequado a tal estatuto.

A legislação da época previa e salvaguardava essa estratificação, sendo de referir que ela também foi transplantada, com uma ou outra adequação, para a sociedade insular. Assim um mesmo crime podia ser punido de várias formas, variando as penas de acordo com a condição social do infractor, como se pode ver nos regimentos dados aos corregedores ou outros agentes da justiça. Podemos apontar como exemplo que as pessoas de *mor qualidade* (fidalgos escudeiros e alguns mais) não cabiam nas penas

---

<sup>153</sup> Segundo António Carreira na sua obra Cabo Verde: Classes sociais, estrutura familiar, migrações, já citado p. 12 ainda na segunda metade do século XVI a massa de escravos situava-se em 87,3% dos habitantes na Ilhas de Santiago e Fogo.

<sup>154</sup> Esta realidade do passado, no caso concreto da ilha de Santiago é visível hoje quando se penetra para o interior desta ilha em que se nota que vários assentamentos dos locais de refúgio (cutelos) dos escravos fujões transformaram-se hoje em povoados a desafiarem qualquer um que pretenda lá chegar.

aviltantes os açoites públicos.<sup>155</sup> Os valores a que estão ligadas as preocupações da coroa em demarcar a posição dos diversos elementos que constituíam o grupo da população branca desempenham um papel importante na ordenação da hierarquia social no seio dos brancos, embora não sejam decisivos. Como fez notar Ilídio Baleno, ao nobre é dispensado um tratamento diferenciado e o rei, pedia, inclusivamente, aos seus funcionários e a quase todos que tratassem com toda a *honra e favor e todo o bom amparo*<sup>156</sup>.

Já entre os escravos a característica dominante é a da horizontalidade, não existindo qualquer espécie de estratificação mas sim, uma diferenciação individual da forma como o senhor utiliza os serviços de escravo: *doméstico*, cujo serviço era menos penoso e com o cativo, a ter uma relação de maior confiança com o seu senhor; e, *rural*, a quem eram destinadas apenas tarefas em que só força é exigida, ligadas aos trabalhos agro-pecuários. Contudo, escreve Baleno, em Cabo Verde foi preponderante a escravidão doméstica, dadas às relações estabelecidas entre o senhor, seus descendentes e parentes, com a escrava, permitindo assim o surgimento duma massa de mestiço que veio, com o passar do tempo, a constituir a maioria da população.

Reportando-nos aos forros (mestiços e pretos libertos) sustenta-se na literatura consultada que apesar de haver a tendência a se colocar o mestiço num escalão hierárquico superior parece todavia incorrecta tal atitude dado que ambos estavam privados de certos direitos devido aos seus antecedentes ou evidencias raciais.

Dado aos esforços de ambos no sentido da sua ascensão social surgem, lado a lado, a reivindicarem à coroa para poderem exercer cargos no conselho.<sup>157</sup> Ganham importância à medida que se ia multiplicando as alforrias e ia verificando mais auto-libertação de escravos pela fuga.

Os grandes proprietários rurais, de Santiago e Fogo, com a falta de escravos, vêm-se forçados a fragmentar as suas fazendas em pequenas parcelas dando-as de

---

<sup>155</sup> Referenciados no regimento dado ao Bacharel Estevão de Lagos de 1534. In: Brásio MMA, 2ª série, vol. II, pp. 270-272. No mesmo se alude à questão das penalizações dos indivíduos consoante a sua condição social.

<sup>156</sup> BALENO, Ilídio - BALENO, Ilídio – Povoamento e formação de sociedade... p. 159.

<sup>157</sup> BALENO, Ilídio - BALENO, Ilídio – Povoamento e formação de sociedade... p. 161.



arrendamento a dinheiro, ou em regime de parceria, aos forros recém libertados, que pouco a pouco vão crescendo e virão a constituir a maioria da população, ganham poder com consequências muito profundas na sociedade em fase consolidação e que irá marcar as maiores rupturas nos séculos seguintes em relação ao passado. Juntamente com um outro grupo oriundo daqueles que vão ser os primeiros impulsionadores do surto migratório iniciado com a pesca da baleia<sup>158</sup>, irão formar uma espécie de pequena burguesia que vai passar a fazer reivindicações junto dos senhores, acabando-se em conflitos que se projectarão no tempo.

Nas ilhas de Barlavento, observa Carreira, sobretudo após a reversão à coroa das respectivas posses por morte dos donatários das ilhas de Santo Antão e S. Nicolau mas especialmente pela aplicação das provisões régias do século XVIII regularizadoras da vida administrativa do arquipélago) se vai seguir o sistema de concessões, segundo a lei das sesmarias, dando-se a cada agregado familiar uma parcela para a satisfação das suas necessidades e por forma a garantir a sua fixação. Aí as camadas equivalentes àquelas que em sotavento, especialmente em Santiago e Fogo, viram menos dificultado o seu processo de alforria e puderam obter as suas terras em regime de foreiro bem como fugir à tirania e às exigências dos morgados, o que, no seguimento de Carreira, vai projectar para períodos posteriores ao século XVII, três grupos sociais demarcados, muito mais pelo índice de riqueza e privilégios sociais do que verdadeiramente pela cor<sup>159</sup>. Por um lado, prefigura-se um extracto constituído por escassos reinos, por muitos *brancos de terra* (sargentos, capitães-mores, padres, morgados etc) bem como, um outro mestiço ou preto que, circunstâncias várias permitiram ascender. Detinha as melhores terras e o sistema económico – bens patrimónios e privilégios. Por outro lado outro estrutura-se grupo intermediário na sua maioria localizado em Barlavento, e uma minoria em Santiago, Fogo e na Brava que se compunha de sesmeiros e/ou seus descendentes, de rendeiros e parceiros dos senhores das terras, de profissionais de ofícios, de pequenos negociantes do interior e do povo em geral.

Toda a realidade histórica apresentada acima, configura as condições prévias que estão nas origens da formação do povoado e urbe da Praia, o objecto de estudo principal

---

<sup>158</sup> CARREIRA, António – Cabo Verde: Formação e extinção duma sociedade.... p. 19.

<sup>159</sup> CARREIRA, António – Cabo Verde: Classes sociais, estrutura familiar, migrações. Lisboa, Biblioteca Ulmeiro nº 9, 1997, p 14.

deste trabalho. Na sequência da estruturação da sociedade que nasce na antiga Ribeira Grande, o primeiro espaço urbano de Cabo Verde e a primeira cidade fundada pelos portugueses nos trópicos e da sua decadência, ocorre a transferência de toda a estrutura económica social e política consolidada para o sítio da Praia. Aí tais estruturas vão constituir o motor de desenvolvimento e afirmação do povoado como vila e cidade capital. É a esta urbe que vamos debruçar na segunda parte, estudando-a na perspectiva da História da Arte, mais concretamente do urbanismo e da arquitectura.

## **SEGUNDA PARTE**

### ***DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS EIXOS URBANOS E DAS PRINCIPAIS EDIFICAÇÕES DA URBE OITOCENTISTA***

Abrimos a segunda parte deste trabalho que vai ocupar-se da descrição e análise dos eixos urbanos do Centro Histórico da Praia incidindo nas edificações com interesse artístico-cultural na medida em que a cultura material a que corresponde o património arquitectónico e histórico em estudo constitui um testemunho consistente para a construção da história da cidade. Nesta segunda parte para além de estudarmos os vários eixos urbanos e construções de elevado valor patrimonial, dedicaremos a nossa atenção ainda ao exame crítico de obras de arte respeitantes a outras disciplinas artísticas, quer sejam monumentos com carácter de arte pública integradas nas praças e largos, quer sejam peças com valor estético do tipo painéis pintados de vária natureza, objectos da arte sacra integradas como adornos de construções religiosas e de outro tipo de edificações. Nesta perspectiva a análise histórica e crítica da estrutura urbana da cidade e das obras arquitectónicas proporcionará uma síntese de todas as artes tal como se reconhece na literatura da especialidade, o que resulta de essência da arquitectura. Segue-se o capítulo I que vai realçar a zona costeira, o porto e outras instalações inerentes à actividade portuária, cujo fundamento para um estudo que antecede os demais eixos urbanos, resulta do facto de na qualidade de zona baixa e portuária ter sido o local a receber as primeiras marcas da presença humana no centro histórico que iria estruturar-se no pequeno planalto que lhe é sobranceiro.

# CAPITULO I

## A ZONA COSTEIRA O PORTO E OUTRAS INSTALAÇÕES INERENTES À ACTIVIDADE PORTUÁRIA

Este capítulo é dedicado ao estudo da zona costeira, por excelência, o pólo impulsionador do núcleo urbano primitivo e da estruturação do Centro Histórico da Praia. Neste eixo urbano foram erigidas construções estratégicas para o progresso económico futuro da urbe. Algumas dessas edificações com valor histórico-cultural são apresentadas na literatura consultada, designadamente, em Senna Barcellos<sup>160</sup>, como obras de primeira necessidade, *em andamento ou interrompidas*<sup>161</sup>, no momento em que o burgo era elevado à categoria de cidade por decreto nº 94 de 29 de Abril de 1858<sup>162</sup>, o que atesta que as mesmas foram executadas por etapas. Nesta área litorânea<sup>163</sup> concentram-se as tradicionais obras arquitectónicas ligadas à actividade portuária, tais como: as instalações portuárias, propriamente ditas, o edifício da alfândega, o lazareto para os quarentenários, vítimas de epidemias que grassavam nos portos de origem dos navios e o farol de iluminação marítima.

A imagem seguinte, identificada como *figura 1*, ilustra não só o espaço na sua fisionomia primitiva, estando identificados os locais onde viriam a ser erguidas as edificações a que teremos a oportunidade de estudar, mas também, a expressão do que é hoje, estando também assinaladas as obras arquitectónicas que constituem o nosso objecto de estudo.

---

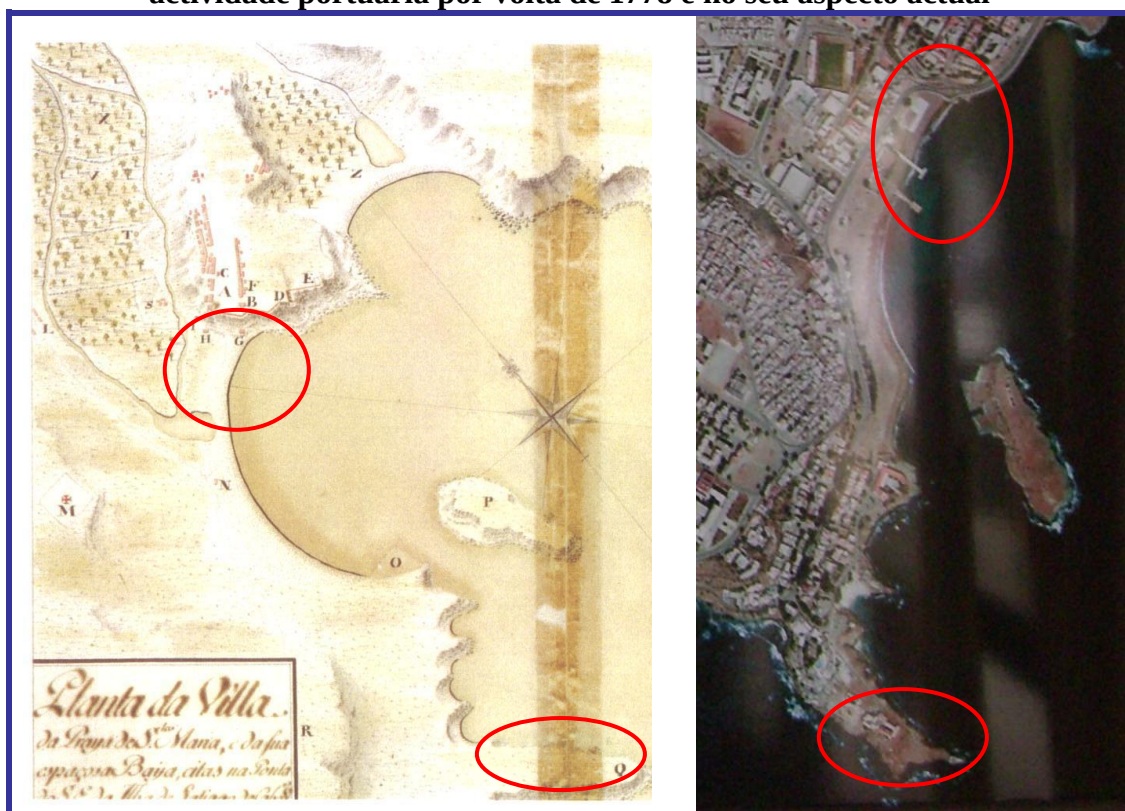
<sup>160</sup> Autor considerado clássico no âmbito da historiografia que enfatiza a realidade cabo-verdiana e que deixou uma importante obra de consulta obrigatória sobre a história de abo Verde e Guiné.

<sup>161</sup> SENNA BARCELLOS – Christiano José de – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira, Vol. IV. II Praia: Instituto da Biblioteca Nacional, 2003, p. 109

<sup>162</sup> Boletim Oficial (B.O.) da Província de Cabo Verde nº 20/1858. Praia, Imprensa Nacional, 1858, p. 154.

<sup>163</sup> Este espaço que envolve o *centro histórico* e prolongando-o na direcção sudoeste, desenvolveu com o *mesmo centro* uma relação muito intensa nas épocas mais recuadas, mantendo esta ligação hoje com toda a urbe. Na actualidade acrescenta às tradicionais actividades aí realizadas, o maior evento cultural da cidade.

**Figura 1 - Zona costeira onde foram edificadas as tradicionais instalações ligadas à actividade portuária por volta de 1778 e no seu aspecto actual**



Fonte: AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens. Lisboa. Edição de Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, 1964. p. 333 - lado esquerdo e quadro correspondente a uma fotografia aérea da Cidade da Praia - lado direito, exposto no átrio do Hotel Trópico na mesma cidade, cujo acesso, foi gentilmente cedido pelo gerente deste estabelecimento hoteleiro, Sr. Jorge Xavier.

## 1. Antigos portos

Neste ponto analisaremos duas instalações portuárias que serviram no passado a Cidade da Praia: o antigo cais de S. Januário localizado nas proximidades da Praia Negra e a nova ponte-cais oitocentista, bem como, a sua sucessora, que veio a situar-se defronte ao antigo edifício da alfândega da Praia, hoje a construção que alberga do Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (IAHN-CV). Antes porém de entrarmos no estudo desses antigos portos debruçemos um pouco sobre o contexto do surgimento das instalações portuárias em estudo.

### ***1.1. Primeiras referências do porto de abrigo da Praia de Sta Maria***

O surgimento das instalações portuárias na urbe em referência está ligado a centros urbanos típicos das zonas de influência europeia que se desenvolveram nos mesmos moldes das cidades cabo-verdianas da Praia e Mindelo. Tais urbes se estruturaram no quadro da expansão europeia seguindo as dinâmicas das várias fases do processo expansionista do velho continente<sup>164</sup>. Assim, o crescimento natural da população da Praia se deveu à sua ligação com o exterior, tornando-se num importante pólo de atracção de populações de zonas periféricas. Nas colónias, como foi o caso do Arquipélago de Cabo Verde, enfatiza Frédéric Mauro, a urbanização, ganha maior força no século XIX. O fenómeno urbanístico neste caso deveu-se mais ao sector terciário e o porto funcionou como mola impulsora do sistema.<sup>165</sup> O povoado da Praia que se estrutura à semelhança das urbes costeiras do império colonial português, começa a crescer ainda muito antes do Século XIX por causa do seu porto que envolve todo um esquema de prestação de serviços e desenvolvimento do comercio referenciados como o negócio de variados produtos com a tripulação dos navios que o escalam<sup>166</sup>.

De acordo com Senna Barcelos a primeira notícia do Porto da Praia de Sta Maria data-se de 1515 com a chegada da caravela Sta Catharina que para ali foi descarregar escravos<sup>167</sup>, ficando o desenvolvimento posterior do povoado a dever-se a este facto.

Escreve António Correia e Silva que em 1517, ou talvez até um pouco antes, foi criado o almoxarifado da vila da Praia, tendo como objectivo a captação dos rendimentos comerciais. Sustenta o autor que esse facto marca o início da especialização de uma nova armadura institucional. Em 1527, A igreja, e o Estado, é atraída pela dinâmica do porto. Todo este processo que é simultaneamente portuário, económico e administrativo, vai ter tradução espacial.

---

<sup>164</sup> MAURO, Frédéric – A Expansão Europeia. Lisboa Editorial Estampa, 1998, pp.69-142 e 143-168

<sup>165</sup> A realidade europeia contrata-se com a especificidade das cidades ultramarinas, cujo desenvolvimento tem lugar no século XIX como foi o caso da Praia. Naquelas por essa época, o desenvolvimento das cidades ocorre a partir do fomento do sector secundário e por conseguinte o contexto propiciatório é o da revolução industrial.

<sup>166</sup> CORREIA E SILVA, António – Espaços Urbanos de Cabo Verde, o tempo das Cidades Porto Lisboa: CNCDP, 1998, pp. 51-52.

<sup>167</sup> SENNA BARCELLOS – Christiano José de– Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira, vol. I Praia: Instituto da Biblioteca Nacional 2003 p. 80

Ainda no século XVI após se verificarem os primeiros assentamentos vocacionados para um futuro desenvolvimento urbano com 30 fogos e 447 almas de confissão fruto de uma rápida e expressiva actividade portuária, o porto adquiria uma certa importância no contexto atlântico com os navios que para São Tomé e Brasil deslocavam, nesse porto fazendo escalas, existindo mesmo por volta de 1549, mesmo uma certa preferência por parte dos mercadores pelo porto da vila da Praia relativamente ao da Ribeira Grande.<sup>168</sup>

O fundeadouro da Praia ganha assim o estatuto de porto inserido no grande movimento de embarcações que escalavam o atlântico e participa dessa actividade marítima. Entre outras razões, tal como para outros portos do atlântico, era procurado (...) *para fazer aguada e carnagem, para breve descanso e cura dos homens depauperados pelas longas viagens*<sup>169</sup>(...) Desta forma, Navios de diferentes nacionalidades procuravam o fundeadouro da Praia para transaccionarem mercadorias, trocando-as com frequência pelos produtos mais necessários oriundos do interior da ilha de Santiago. Este processo constituiu a face interna da inserção da Praia num sistema transatlântico de circulação de mercadorias e gentes, transformando a vila e depois cidade numa das placas giratórias do comércio marítimo de longa distância.

De acordo com José Silva Évora a posição estratégica do porto da Praia foi favorável no sentido em que contribuiu para uma crescente expansão do povoado. Teve por isso, apesar das actividades de corso e pirataria referidas anteriormente, uma relativa influência a sua procura por parte de embarcações das mais diversas nacionalidades que vinham tomar água e víveres, seguindo depois para outras paragens<sup>170</sup>. Só no ano de 1788, sustenta o autor, entraram no porto da Praia 202 navios, sendo 32 portugueses, 19 franceses, 62 ingleses, 74 americanos, 8 holandeses, 3 dinamarqueses, 3 espanhóis e um sueco. Prossegue Évora, em todo o século XVIII a afluência de navios não sofre aumentos sensíveis, embora a instabilidade no Atlântico não fosse tão conturbado como no século anterior. A crescente procura do porto da Praia justificou que fosse edificado a ponte-cais mais antiga, primeiramente, em sítio bem próximo do planalto, com

---

<sup>168</sup> CORREIA e SILVA – Espaços Urbanos de Cabo Verde. Lisboa, CNCDP, 1998 pp. 59-50

<sup>169</sup> BRÁSIO, António – Cabo Verde, escala imperial. In: Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação nº 121/1859. Praia: Imprensa Nacional, 1959, p.9.

<sup>170</sup> ÉVORA – José Silva. A Praia na primeira década da segunda metade do século XIX: o porto, o comércio e a cidade. Porto: Universidade do Porto, 2007, pp. 23-25.



posteriores melhoramentos por volta de 1858. Depois foi construído noutra local na procura de melhores condições de embarque e desembarque, como veremos nos pontos seguintes.

O antigo porto revelou-se importante nas comunicações no arquipélago, tornando-se escala obrigatória para a navegação entre as ilhas e para distintas latitudes segundo documentação da época<sup>171</sup>. A correspondência citada acompanhava um mapa de navios que se encontravam ancorados no porto da *Cidade da Praia de S. Thiago de Cabo Verde* na data de 28 de Maio de 1859 e identificava-se como as seguintes procedências: S. Vicente, Ilha do Sal, Bóston, ilha da Boavista, Ilha de S. Vicente, Angola e *S. Thomé com generos d' Africa*. No mesmo mapa apresentava-se como destinos a ilha do Maio e Lisboa, tal como pode melhor ser constatado no *quadro 1*.

**Quadro 1 - Mapa dos Navios ancorados no porto da Cidade da Praia de S. Thiago de Cabo Verde na data de 28 de Maio de 1859**

| Navios        | Denominações  | Nações     | Procedências                                   | Dia de entrada |    | Destino                   | Dia e de saída                 |
|---------------|---------------|------------|------------------------------------------------|----------------|----|---------------------------|--------------------------------|
| Corveta       | Caçador       | Americana  | Pertence á Estação Naval – vinda de S. Vicente | Maio           | 10 | No cruzeiro               | Em 27 do corrente, ao meio-dia |
| Brigue Escuna | Vincennes     | Portuguesa | da Ilha do Sal – arribado                      | —              | 10 | Condennado por inavegável |                                |
| Escuna        | Caçador       | Idem       | dos portos da costa d'esta ilha                | —              | 16 | A' ordem                  |                                |
| Patacho       | Amélia        | Americana  | de Bóston com carga, pelas Ilhas de Barlavento | —              | 17 | Para a ilha do Maio       |                                |
| Escuna        | Eatern State  | Portuguesa | da ilha da Boavista                            | Junho          | 17 | A' ordem                  |                                |
| Escuna        | Joven Crioulo | Idem       | Da Ilha de S. Vicente                          | —              | 25 | As' Ordens do governo     |                                |
| Vapor         | D. Estephania | Idem       | De Angola e S. Thomé com generos d' Africa     | —              | 28 | Para Lisboa               |                                |

**Fonte:** Ofício nº 126 do Governo-geral da Província de Cabo Verde datado de 25 de Novembro de 1859 dirigido ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, acompanhado do mapa dos navios ancorados no porto da Praia.

<sup>171</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 [Ofício nº 126] 1859 Novembro 25, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1859. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 80.

## 1.2. A velha Ponte cais de S. Januário: surgimento e características

A Ponte-caes em referência é-nos apresentada na documentação de arquivos como um porto que era um dos mais frequentados de todo o arquipélago na época, devido à sua importância do ponto de vista comercial<sup>172</sup>.

No entanto, as péssimas condições de desembarque nesse antigo porto estiveram na origem do realce dado ao velho cais pelo engenheiro da província Januário de Almeida, no relatório que apresentou ao Governador Geral dias depois de assumir o seu cargo de Director do Serviço de Obras Públicas da Província, a 9 de Abril de 1858. Na desenvolvida relação sobre as obras de primeira necessidade a executar na Praia figurava as reparações projectadas para o velho cais. Mereceu importância, por ser o porto de bastante *movimento commercial* e ser muito *custoso*, arriscado e dispendioso, o modo como embarcavam e desembarcavam pessoas, géneros e mercadorias<sup>173</sup>.

Para as obras desse cais e outras relevantes para o desenvolvimento da urbe tinha sido criado em 1855 um imposto especial de 3% *ad valorem*<sup>174</sup> sobre todos os objectos importados com destino à ilha de Santiago ou dali exportados, cobrado na Alfândega e arrecadado pela câmara Portaria nº 162-A de 27 de Agosto de 1855<sup>175</sup>.

Os trabalhos de melhoramento desse porto<sup>176</sup> já tinham iniciado em 3 de Março de 1858, como consta dos dados inseridos no *quadro 2*, elaborado pelo serviço de obras públicas onde se vislumbram os trabalhos em curso na Província de Cabo Verde por essa altura, designadamente, as obras do *caes* no porto da Praia de S. Thiago.

---

<sup>172</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [relatório] 1878 Outubro 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 86f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

<sup>173</sup> SENNA BARCELLOS – Christiano José de– Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira, vol. IV Praia: Instituto da Biblioteca Nacional 2003 p. 109.

<sup>174</sup> Receita especial destinado às construções municipais.

<sup>175</sup> B. O. da Província de Cabo Verde nº 178/1855. Praia: Imprensa Nacional, 1855, pp. 755-756.

<sup>176</sup> Referências sobre a sua localização apontam para a uma edificação num dos extremos do planalto da cidade, junto a orla do mar, no recôncavo da baía onde se ergue o planalto onde se assenta a cidade da Praia cuja altitude sobre o nível médio do mar, tinha sido determinada pela direcção das obras públicas em 36,91m. Aí prosseguem tais referências há muito foi construído sobre uma restinga de rocha que segue a direcção de Noroeste para Sudeste, a uns 400 metros do local da nova alfandega, um cais com quebra-mar de pouca extensão, formando uma pequena bacia de resguardo.

**Quadro 2 - Mappa das obras Publicas em construção na Província de Cabo Verde durante o último trimestre de 1858 e 1º de 1859**

| <b>Qualidade das obras e lugares onde, ellas são construidas</b> | <b>Numero dos operarios empregados</b> | <b>Dias de trabalho</b> | <b>Despeza feita com cada uma das obras</b> | <b>Observações</b>                                                            |
|------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|-------------------------|---------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| Alfandega da ilha de S. Vicente                                  | 40                                     | 80                      | 2:3111\$510                                 | Começou em fins de Setembro e interrompendo-se o trabalho em fins de Dezembro |
| Igreja na mesma ilha                                             | 22                                     | 20                      | 147\$420                                    | Começou em Janeiro e interrompido em princípio de Fevereiro                   |
| Forno de Cal na mesma ilha                                       | 12                                     | 25                      | 239\$170                                    | Começou em Janeiro e acabou em Fevereiro                                      |
| Caes no Porto da Praia de S. Thiago                              | 76                                     | 22                      | 265\$390                                    | Começou em 3 de Março e continua no seguinte trimestre                        |

**Fonte:** Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 [Oficio nº 114] 1858 Maio 25, Ilha de São Vicente [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1859. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 80.

Em 1859, a essa obra se mencionava no Relatório das Obras Publicas da Província de Cabo Verde, referente ao segundo Trimestre do mesmo ano. Mostra o mesmo documento que nessa altura tinha-se concluído o corte da rocha basáltica sobranceira ao lugar destinado a mesma obra, obtendo-se assim todo o material necessário a essa construção. A mesma documentação citada expunha algumas dificuldades encontradas na excussão desse cais na forma como destacamos no trecho seguinte:

*[...] Esta parte da obra não póde desviar d'appresentar bastante dificuldade, porque estreictando-se succesivamente o canal entre o enrocamento e a restringa a violência das vagas nesta passagem contraria o bom andamento da obra; contudo nas grandes marezias só uma parte do entulho em que assenta o caminho tem sido deslocada, reformando-se facilmente e conservando-se inabalável o grosso do enrocamento [...]*<sup>177</sup>

<sup>177</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 [Oficio nº 274] 1859 Julho 22, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1859. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 80.

Na sequência da execução das obras, o cais foi baptizado com o nome que chegou até à actualidade, isto é de S. Januário, seguramente, em homenagem ao ilustre engenheiro das Obras Públicas atrás mencionado que se empenhou na aplicação dos trabalhos da sua reconstrução e consequente valorização do *movimento commercial* que detinha. Está esse velho cais evidente na imagem que corresponde à *figura 2*

**Figura 2 - Imagem do cais de S. Januário antes da passagem duma estrada no local nos anos 90 d0 século XX**



Fonte Arquivos do LAB PRAIA COLOR- imagem gentilmente cedida em Julho de 2008

Numa breve caracterização dessa obra arquitectónica importa referir que, o cais de S. Januário foi construído, como já sublinhamos, sobranceiramente a uma falésia de rocha basáltica, *quazi a um dos extremos de plan'alto da cidade, junto a orla do mar, onde existe de ha muito construído um caes sobre uma restinga de rocha, que segue a direcção de N.O. para S.E. distante uns 400metros do local da nova Alfandega*<sup>178</sup>, edifício a que o próprio documento apresenta como estando em vias de conclusão. Sublinha-se no documento que a construção foi feita sob a forma de um terraplino na margem da *bahia* com recurso às extracções feitas na rocha acima referida donde se obteve toda a camada de pedra e entulhos necessários à respectiva construção. Salienta-se ainda na fonte consultada, *com todo esse material fez-se o enrocamento do caes seguindo da margem da bahia para a restinga que lhe deve servir d'apoio e avançando na altura do terraplino e na extensão de 30m sobre 15 de largura,*

---

<sup>178</sup> Projecto da nova ponte-cais defronte da Alfândega da Cidade da Praia datado de 9 de Abril de 1878, indicado adiante na parte que mais interessa como anexo a este capítulo.

*formando assim um volume de 1080m<sup>3</sup>, no qual a cubagem das primeiras pedras do fundamento é ordinariamente de 1m<sup>179</sup>.*

Segundo a documentação referida, ficou com uma área de 80 m<sup>2</sup> elevando-se 3,70m sobre o nível do baixo-mar. Para a mesma assentaram-se 130 m de caminho de madeira e construíram-se 3 *vârras* para condução material. Para depósito da ferramenta e utensílios da obra construiu-se um espaçoso telheiro e casa de madeira. Conforme ainda a documentação consultada este cais tinha um quebra-mar de pouca extensão, formando uma pequena bacia de resguardo. Apresentava no entanto constrangimentos vários e as grandes reparações tinham custado ao governo *quantiosas sommas*, além do custo anual para a sua conservação e para a desobstrução bastante dispendiosa da bacia de resguardo, pelo que passados vinte anos após a sua excussão, ou seja em 1878 já se colocava a necessidade da construção duma nova ponte cais.

Apesar de tais constrangimentos, esta edificação projectou o desenvolvimento da Vila e Cidade da Praia e por consequência não deixa de ter um elevado valor histórico-cultural. Perdeu porém alguns dos seus traços originais em virtude da passagem duma nova estrada pelo sítio onde se localizava. Os trabalhos implicaram a remoção de parte da sua estrutura, mantendo contudo, alguns dos seus elementos e uma réplica adaptada às novas condições do local, tal como é visível na *figura 3*, seguidamente indicada.

**Figura 3 - Memória do cais de S. Januário depois de removido por causa da passagem da nova avenida marginal depois de 2001**



**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.**

<sup>179</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 [Relatório das Obras Publicas da Província de Cabo Verde, no segundo Trimestre de 1859] 1859 Julho 22, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1859. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 80.

### **1.3. A nova ponte-cais: projecção e características da edificação**

Iniciamos este subtítulo pela justificação da construção da nova ponte-cais. Em seguida, apresentaremos a obra em projecto e revelaremos todo outros processos que antecederam à sua construção, incluindo o parecer da Junta das Obras Publicas e Minas sobre o mesmo projecto apresentado bem como o percurso dos trabalhos até a sua inauguração. Finalmente, dedicaremos à descrição e análise da obra arquitectónica enquanto património edificado.

#### **1.3.1. Justificação da obra**

Uma das justificações que sustentava a necessidade de se edificar uma nova ponte-cais na Praia em 1878, reportada nos textos coevos a que tivemos acesso, refere a grandes massas de areia e outros materiais, à volta do velho cais bem como uma enorme quantidade de pedras de diversas grandezas que se depositavam ali devido à arrebentação do mar naquele local. Tais materiais, sustenta a documentação, obstruíam a bacia a ponto de dificultar e muitas vezes impedir, principalmente, nas mares baixas o embarque e desembarque de pessoas e mercadorias.

Outros condicionalismos que criavam imensos problemas ao bom desempenho dessa instalação portuária vão, despertar o interesse pela edificação duma nova ponte cais. Por esta razão antes da apresentação do respectivo projecto um ofício saído da Secretaria do governo-geral da Província de Cabo Verde informava que se estava procedendo com uma secção de trabalhos e estudos de sondagem no local em que se projectava construir a nova ponte-caes<sup>180</sup>. Referia-se igualmente que os trabalhos de levantamento da planta e nivelamentos estavam adiantados no campo e no gabinete<sup>181</sup>.

Refere ainda os textos de arquivo que por causa dos condicionalismos destacados, o comércio da cidade lutava com as maiores dificuldades para o embarque e

---

<sup>180</sup> Secretaria do governo-geral da Província de Cabo Verde 1877 [ofício nº33] 1877 Dezembro 29, Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1877. 10f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

<sup>181</sup> Vide anexo nº 1 - Ofício nº33 da Secretaria do governo-geral da Província de Cabo Verde 1877 [datado de 29 de Dezembro reportando que se estava procedendo com uma secção de trabalhos e estudos de sondagem no local em que se projectava construir a nova *ponte-caes*.

desembarque de géneros e mercadorias. A entrada da baía do ancoradouro formada por duas pontas, a da Temerosa e a das Bicudas que se estende duma ponta à outra era, durante *quasi todo o anno, violentamente açoitada pela calêma ou marezia (desaguação local, significando grandes rolos de mar e alterosas vagas que açoitam e alagam as praias)*<sup>182</sup>.

Prosseguindo a exposição dos inconvenientes acima referidos reporta-se ainda na documentação citada nestes termos:

*[...]As grandes reparações d'este único caes têm custado ao governo quantias as sommas, alem do custeamento annual para a sua conservação e para a desobstrução bastante dispendiosa da bahia de resguardo. Grandes massas de areia se envolta com enorme quantidade de pedras de diversas granduras, obedecendo á acção das contas ruinantes, e enorme arrebentação do mar n'aquelle local, assi se depositam, obstruindo a baia a ponto de diffcultar, e muitos vezes impedir, principalmente na maré baixa, o embarque de pessoas e mercadorias[...]*<sup>183</sup>.

Sustenta-se, rematando no relatório acima mencionado, a construção de uma nova ponte-cais junto ao local da nova alfandega era pois um melhoramento indispensável ao desenvolvimento do comércio na ilha, uma necessidade a que era forçoso atender sem demora.

### **1.3.2. A nova ponte cais em projecto**

No seguimento do que se expôs acima como justificação para se edificar a instalação portuária oitocentista o Governo-geral da Província de Cabo Verde, obedecendo à lei, remeteu o ofício nº 157 de 14 de Abril de 1878, acompanhado do projecto da nova ponte-cais prevista para ser edificada defronte da nova alfândega da cidade da Praia. No mesmo ofício realçava-se que o projecto seguia acompanhado da

---

<sup>182</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [relatório] 1878 Outubro 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 86f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

<sup>183</sup> Vide relatório da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde datado de 1 de Outubro 1878 dirigido à sua Majestade reportando entre outras obras da província à necessidade de edificação de uma *ponte-caes* no porto da Praia, parte integrante do corpo de anexos ao capítulo V desta segunda parte.

memória justificativa e descritiva, o respectivo caderno de encargos, orçamento e desenho.<sup>184</sup>

O projecto da edificação em apreço foi da autoria de Celestino Augusto Carvalho de Souza e Faro, como consta dos diversos desenhos elaborados. Este projectista que era o então director das obras públicas fez constar do projecto as peças acima mencionadas num projecto estruturado em duas secções, com a 1ª a corresponder às considerações gerais, incorporadas como memória justificativa e a 2ª secção indicada como a descrição geral da obra e caderno de encargos<sup>185</sup>.

Nas considerações gerais do projecto retomavam-se os constrangimentos destacados no relatório citado, relacionados com os avultados custos de conservação, os problemas resultantes da presença de muita areia em volta e as dificuldades de embarque e desembarque.

Justificava-se ainda que a construção duma nova *ponte-caes* junto à nova Alfândega dado que seria um melhoramento indispensável ao desenvolvimento do comércio na ilha de Santiago e uma necessidade a que era preciso atender sem demora.

Na descrição geral que correspondia à 2ª secção do projecto, composta de 25 artigos e quadros de preços – orçamento, vê-se que foi projectado uma ponte cais de seis metros de largura, medindo 125 metros de extensão a contar da linha do encontro à linha exterior do plano da testa, toda ela de madeira, assente sobre estacas. Estas, afora o encontro e a plataforma de cabeça da ponte, seriam em número de 14. Foi previsto que *o encontro junto à orla do mar fosse construído de alvenaria hydraulica, revestida de cantaria e com uma linha exterior do encontro no prolongamento da muralha de suporte marginal, paralela à frente da nova Alfandega e distante desta uns 60,90m*<sup>186</sup>.

---

<sup>184</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde 1878 [ofício nº 157] 1878 Abril 14, Cidade da Praia [a] Director Geral das Obras Publicas – DGU [manuscrito] 1878. 1f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

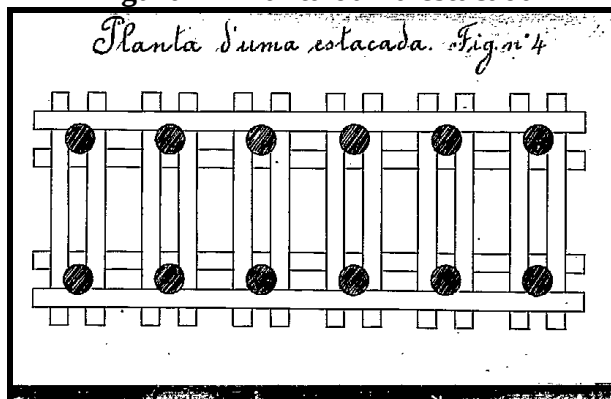
<sup>185</sup> Secretária das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [Projecto da ponte Cais defronte da Alfândega da Cidade da Praia] 1878 Abril 9, Cidade da Praia [a] Director Geral das Obras Publicas – DGU [manuscrito] 1878. 26f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

<sup>186</sup> Vide Anexo nº 2 – Projecto da ponte Cais defronte da Alfândega da Cidade da Praia datado de 9 de Abril de 1878.



Defendeu-se a possibilidade das fundações assentarem-se sobre um embasamento de *beton*. Previa-se também que a distância do encontro do eixo da 1ª estacada seria de 11,60m. As demais estacadas deviam guardar entre si de eixo, a distância invariável de 8,0m. Delineou-se cada estacada composta de duas linhas de seis estacas, ligadas entre si na linha de *etiage* ou das mais baixas águas, como representa a *figura 4* infra, que corresponde à planta duma estacada.

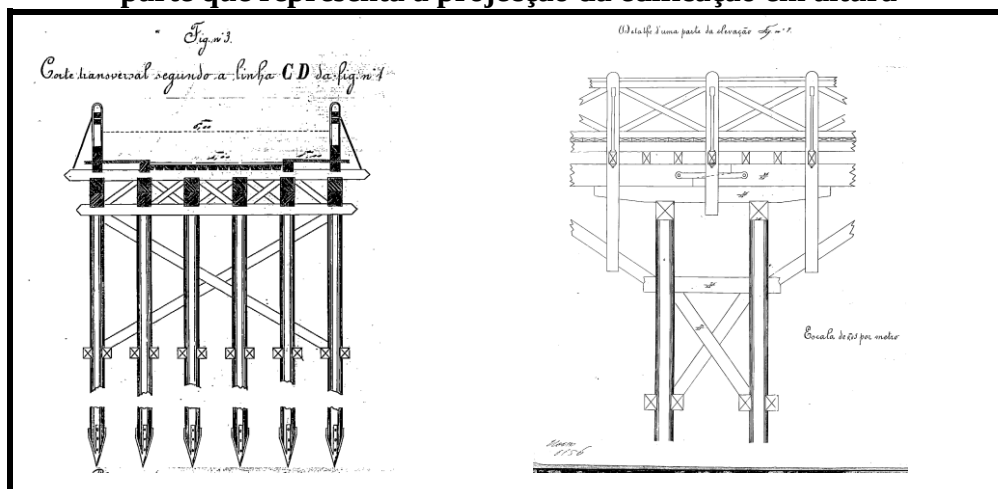
**Figura 4 - Planta duma estacada**



Fonte: Secretária das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [Projecto da ponte Cais defronte da Alfândega da Cidade da Praia – desenho nº 4] 26f. Autografado. Acessível no AHU. Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163.

Projectou-se a ligação no sentido vertical, por meio das cruces de S. André e de cruzetas nos topos, conforme representam as imagens constantes da *figura 5*, referentes ao corte transversal segundo a linha de elevação e o detalhe duma parte da altura.

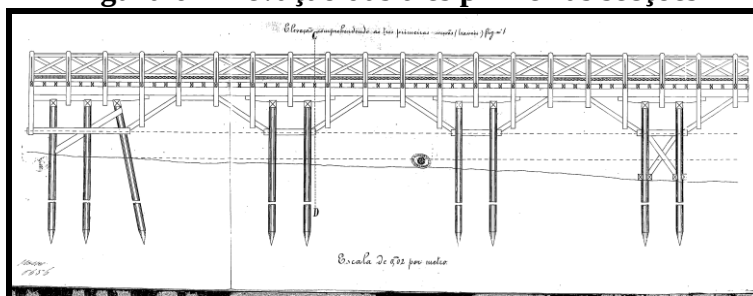
**Figura 5 - Corte transversal segundo uma linha de elevação e detalhe duma parte que representa a projecção da edificação em altura**



Fonte: Secretária das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [Projecto da ponte Cais defronte da Alfândega da Cidade da Praia - desenhos nº 3 e 9] 26f. Autografado. Acessível no AHU. Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

Mencionou-se que a ligação superior dos esteios devia ser por meio de cinco peças longitudinais (*aldramas*) sobre as quais deviam assentar as madres e que a ligação destas com as estacadas seria fortalecida por meio de tábuas, formando um sistema com as *submadres* como representam a *figura 6* – elevação das três primeiras secções e *figura 7* – planta do encontro.

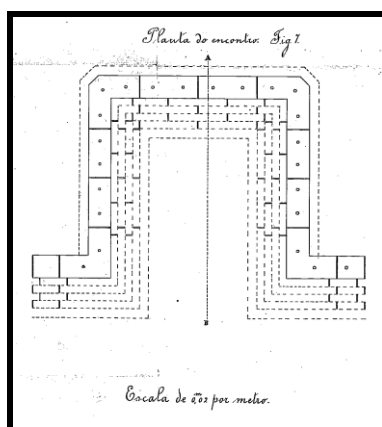
**Figura 6 - Elevação das três primeiras secções**



Fonte: Secretária das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [Projecto da ponte Cais defronte da Alfândega da Cidade da Praia - desenho nº 1] 26f. Autografado. Acessível no AHU. Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163.

A análise do traçado abaixo em comparação com o desenho nº 2, do projecto destacado logo a seguir correspondente a toda a composição parece referir ao encontro da plataforma com a margem litoral, dado que se trata da parte mais estreita do porto que se previu abrir em duas alas no encontro com o mar<sup>187</sup>.

**Figura 7 - Planta do encontro**

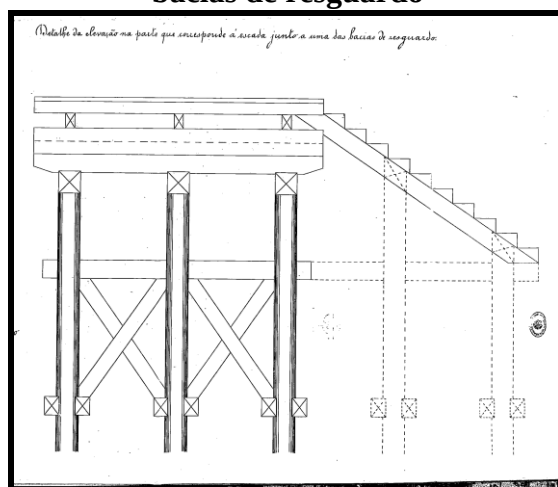


Fonte: Secretária das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [Projecto da ponte Cais defronte da Alfândega da Cidade da Praia - desenho nº 7] 26f. Autografado. Acessível no AHU. Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163.

<sup>187</sup> Um problema foi identificado: a diferença de nível do encontro sobre o plano em que assentava o edifício da Alfandega era de 1, 50 m sendo desejável para o projectista do porto esta cota fosse negativa, mas já nada podia ser feito dado que o edifício já estava em construção. Por outro lado, o encontro não podia descer mais, visto que se tinha constatado que a arrebentação do mar naquele local era enorme, sendo por isso indispensável deixar-se o preciso respiradouro à vaga.

Das duas bacias de resguardo mencionadas, evidenciadas no desenho nº 2 que representa a planta das três últimas secções compreendendo a cabeça da ponte antes e depois da colocação do tabuleiro condizente em essência à estrutura da ponte-cais projectada e executada, apresentada mais adiante para efeitos de comparação com a obra que veio a ser edificada. A imagem a seguir indicada como *figura 8* constitui uma destas bacias de abrigo e refere-se ao detalhe da elevação na parte que corresponde à escada junto à mesma.

**Figura 8 - Detalhe da elevação na parte que corresponde à escada junto a uma das bacias de resguardo**



Fonte: Secretária das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [Projecto da ponte Cais defronte da Alfândega da Cidade da Praia – desenho não numerado] 26f. Autografado. Acessível no AHU. Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163.

Determinou-se que sobre os extremos da plataforma, devia-se preparar para acolher dois guindastes, e uma linha de caris de ferro com vagonetes para conduzir as mercadorias para os armazéns da Alfandega.

Foi previsto todo o material a saber: madeiras, ferragem, o *beton* para o *embasamento*, água, pedras, bem como, o revestimento de cantaria do encontro, as formas de transporte de materiais, a base e série de preços, constante nos quadros do orçamento que integram o documento original.

### **1.3.3. Parecer da Junta das Obras Publicas e Minas sobre o projecto**

Na sequência do envio do projecto da ponte-caes em frente da Alfandega nova da cidade da Praia à metrópole o mesmo foi objecto de parecer da Junta das Obras

Publicas e Minas Série de 1878, que resultou da consulta datada de 29 de Maio de 1878, relativa aos seus pressupostos, onde ficaram identificadas as circunstâncias da sua aprovação. O parecer foi remetido pelo Director geral da Marinha, Joaquim Simões Monteiro Guedes, ao Governo da Província de Cabo Verde a pedido de Sua Excelência o Ministro das Obras Publicas. Juntamente com o parecer se juntou ofícios de cobertura e o mesmo projecto foi devolvido com referências abonatórias a seu favor, e se reafirmou nos termos seguintes a necessidade da construção de outro cais:

*[...]A junta julga a maneira conveniente que se construa outro caes no porto da Praia, visto que o actual está em más condições e a muita distancia do edificio da Alfandega se porem o cães projectado tem capacidade correspondente ao commercio d'aquelle porto, e se a altura da agua na sua extremidade, é a sufficiente para que possam ali atracar as embarcações que transportam passageiros e marcadorias.. [...]*<sup>188</sup>

Mais se acrescenta que a junta entendia que o mesmo projecto está elaborado em condições aceitáveis, pois que *nelle* se adoptou o *systema* geralmente em uso nas pontes-cães de madeira.

Entre outras apreciações, constantes do parecer foram feitas considerações a respeito de melhor material a ser utilizado e a respeito do orçamento total estimado em 27:000:000.<sup>189</sup>

No mesmo documento a Junta reconheceu igualmente que o orçamento, havia de forçosamente ser *elevado*, visto que a madeira tinha de vir da Guiné, e da América, para além de julgar uma percentagem em excesso geralmente previsto. Entre outros aspectos a Junta observou finalmente que, na avaliação do custo de cada um dos *tramos da ponte-cães*, se adoptaram um *systema differente* do que se costumava seguir, mas que se demonstrou, como convinha, ser semelhante à obra d'arte que se pretendia levantar.

---

<sup>188</sup> Vide anexo nº 3 – Parecer da Junta das Obras Publicas e Minas Série de 1878, resultante da consulta, relativa ao projecto da *ponte-caes* em frente da Alfandega nova da cidade da Praia, datado de 29 de Maio de 1878.

<sup>189</sup> Junta das Obras Publicas e Minas Série de 1878 [ofício nº 917 (a)] 1878 Maio 29, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 14f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163

### 1.3.4. Percurso da obra e respectiva inauguração

Com referência ao percurso dos trabalhos da construção da nova ponte-cais que já se tinham iniciado referia-se em Novembro de 1879 que estavam bastante adiantados. Já havia uma extensão de 15 metros contada do encontro de cantaria, com as ligações completas dos tramos entre si. Os trabalhos decorriam com rapidez e regularidade.<sup>190</sup> No mesmo ofício aludia-se que embora essa obra estivesse ainda longe do seu término, esperava-se *comtudo dentro de muito pouco tempo, proporcionar um desembarque provisório na ponte com uma atracação fácil e segura em substituição do que se tem no velho cáes desta cidade, onde muitas vezes o desembarque é difficil e perigozo*<sup>191</sup>

Insistindo na urgência do prosseguimento dos trabalhos o Governador Geral da Província de Cabo Verde António de Nascimento Sampaio expressava aquela alto magistrado a sua opinião no Ofício nº 227 de 1879, informando ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar das obras que se deviam preferir entre tantas *que n'este archipelago são indispensáveis*<sup>192</sup>. Lembrava aquelas que julgava de absoluta necessidade, e referia à necessidade da continuação da *ponte-caes* em frente da nova alfândega destacando-se que estava *ella* em andamento e em vias de conclusão<sup>193</sup>.

Em 1880 voltava o Governo-geral da Província de Cabo Verde a informar do estado de andamento das obras da *ponte-caes* em frente da alfândega<sup>194</sup>. Ressaltava no mesmo ofício que já tinha 7 tramos completos, perfazendo uma extensão de mais de 60 metros e que havia grande quantidade de *materiaes* aparelhados para a sua construção.

---

<sup>190</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 609] 1879 Novembro 14, Ilha de Santiago [a] Majestade (DGU) [manuscrito] 1879. 16f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

<sup>191</sup> Vide anexo nº 4 Ofício nº 609 da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1879 datado de [1879 de 14 de Novembro do mesmo ano reportando entre outros aspectos ao estado de andamento da construção da nova ponte cais na cidade da Praia

<sup>192</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 227] 1879 Abril 15, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1879. 4f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

<sup>193</sup> Este documento figura como um dos anexos ao Capítulo V desta segunda parte no qual que entre outras obras, além dessa ponte-cais reportava-se a construções tais como o edifício da biblioteca/museu em andamento no eixo urbano correspondente ao antigo largo do Guedes.

<sup>194</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Ofício nº 114] 1880 Janeiro 20, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1880. 3f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

Em 19 Agosto de 1880 através do ofício nº 441 da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde participava o Director das obras públicas da província *Claudino Augusto Carneiro e Souza e Faro* ao Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar por intermédio Conselheiro Director geral dos Negócios do Ultramar que estava concluída e inaugurada no dia 15 de Agosto, a obra da *ponte-caes* no porto da cidade da Praia<sup>195</sup>. Informava-se que o projecto e orçamento elaborados por aquela direcção, com parecer favorável da junta consultiva das obras públicas do reino foram mandados executar pela Régia Portaria de 21 de Junho de 1878<sup>196</sup>. Na altura também se fazia a inauguração e *benzimento* de uma outra obra importante na faixa costeira junto ao porto - o aterro junto à orla do mar ocupando uma área de 6.500 metros quadrados, e a muralha marginal de suporte numa extensão de 125 metros. A *ponte-caes* foi baptizada como o nome do grande impulsor português dos descobrimentos *o sábio Infante D. Henrique, de gloriosa recordação na História do velho Portugal*<sup>197</sup>. Para a posteridade ficou o seguinte registo relativo à inauguração do porto, destacado no excerto adiante destacado.

*[...] Com tanta satisfação quanto orgulho, me cabe a honra de comunicar a Vossa Excelência que hontem pelas 5 horas da tarde, e durante grande numero de auctoridades, funcionários representantes conculares e povo, foi inaugurado a ponte-caes d'esta cidade, approvada e mandada executar pela portaria Régia nº 130 de 21 de Junho de 1878, obtendo a approvação da junta consultiva de obras publicas do [...]*<sup>198</sup>

Pelas referências que temos da nova ponte-cais em projecto e perante a imagem do edificado a unir-se à muralha marginal de suporte com aparência de um todo integrado na figura 9, a seguir evidenciada, vê-se que se trata de uma construção em madeira como de resto era hábito na metrópole há 200 anos atrás, imponente nessa baía,

<sup>195</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Ofício nº 441] 1880 Agosto 19, Ilha de Santiago [a] Majestade (DGU) [manuscrito] 1880. 4f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 164.

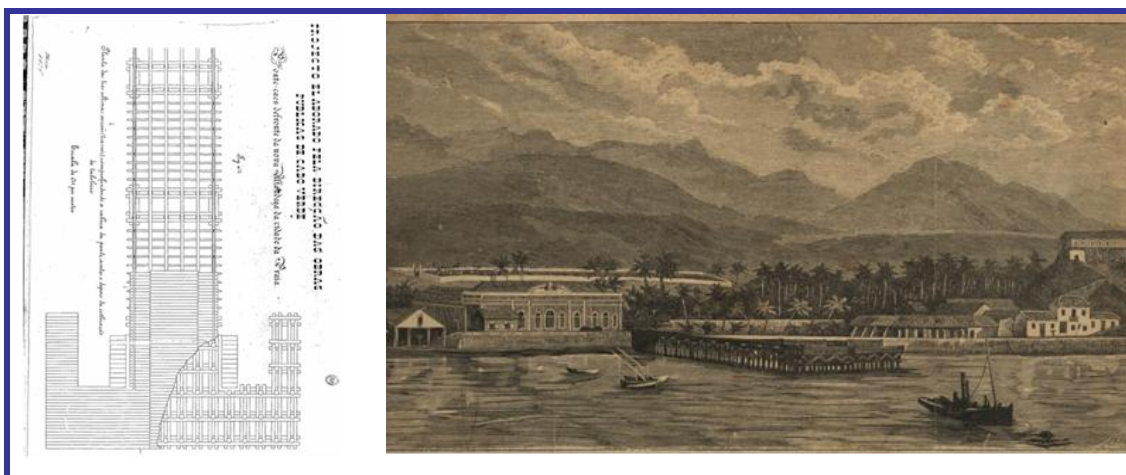
<sup>196</sup> Suplemento ao B. O. da província de Cabo Verde nº 33/1880. Praia: Imprensa Nacional 1880.

<sup>197</sup> Vide anexo nº 5 - Ofício nº 441 da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde datado de 19 de Agosto de 1880 participando a conclusão e inauguração no dia 15 de Agosto a obra da *ponte-caes* da cidade da Praia e do aterro junto à orla do mar sendo o porto baptizado com o nome *Infante D. Henrique*

<sup>198</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Ofício nº409] 1880 Agosto 16 [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1880. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 164.

situando-se no alinhamento do edifício que já ostenta uma certa dignidade – o da alfândega que será nosso objecto de estudo no ponto seguinte e que viria a concluir-se também na mesma época.

**Figura 9 - A nova ponte-cais em projecto e imagem da obra edificada**



Fonte: Secretária das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [Projecto da ponte Cais defronte da Alfândega da Cidade da Praia - desenho nº 7] 26f. Autografado. Acessível no AHU. Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163 e MARTINS, João Augusto – Madeira Cabo Verde e Guiné. Lisboa: 1891, p.124.

A imagem do lado direito do conjunto acima indicado, datada de 1891, ou seja, cerca de dez anos após a sua construção elucida-nos da obra resultante do projecto anteriormente apresentado.

### **1.3.5. Descrição e análise da edificação**

*Esta obra d'arte*<sup>199</sup>, tal como foi assumida na altura em que era planeada, insere-se na zona costeira, onde foram erigidas as tradicionais instalações directamente ligadas à actividade portuária. Veio a localizar-se no prolongamento marginal, à frente da nova Alfandega e distante desta uns 60,90m, destacando-se na faixa costeira onde foi implantada.

Algumas características desta edificação que tinham sido idealizadas nos desenhos aparecem explicitadas no parecer da Junta das Obras Publicas e Minas datado de 29 de Maio de 1878, resultante da consulta, relativa ao respectivo projecto. Assim imaginou-se um cais com 3,45m de altura sobre a estiagem. Essa altura foi prevista

<sup>199</sup> Assim é mesmo designado na literatura da época que serviu de base para sua edificação.

como já explicamos acima, devido à grande arrebentação do mar naquele local. Veio, por isso, apresentar uma cota superior em 1,50m, em relação ao paramento da alfândega. Isto constituiu um inconveniente, pois o desejável era que fosse a alfândega a ter uma cota superior.

Refere-se no mesmo documento que a *ponte-caes* foi projectado com 125,00m de comprimento, 6,00m de largura, e 16,00m de extensão na plata-fórma desta e para ter forma de **T**, bem como, duas espaçosas escadas *laterais*. Estas condições possibilitavam, na altura da sua construção, fácil embarque e desembarque de pessoas e mercadorias, restando apenas completá-la com uma luz que fora encomendada. Também foram pedidos um guindaste com os respectivos *rails* e vagonetes para facilitar carga e descarga de mercadorias<sup>200</sup>.

A obra em referência impôs-se no seu meio e naquela época como uma obra magnífica toda ela feita de madeira, assente sobre catorze estacas solidamente reforçadas, sendo o encontro junto à orla do mar construído de alvenaria hidráulica revestida de cantaria. De seis metros de largura e cento e vinte e cinco de extensão a contar da linha exterior do encontro.

Por causa do problema da diferença de nível do encontro sobre o plano em que assentava o edifício da Alfandega, que ao contrário se desejava que fosse negativa. A plataforma da cabeça da ponte a medir 49,0m e extensão de 125 metros fixada para a ponte cais veio ater dois fins: e primeiro lugar, obteve uma altura de água que permitisse o embarque e desembarque de pessoas e mercadorias em todas as marés. Em segundo lugar, teve como propósito permitir que a plataforma com as duas bacias de resguardo, estivesse fora da linha de maior arrebentação<sup>201</sup>.

Do ponto de vista simbólico foi reconhecido como um novo grande melhoramento capaz de beneficiar todas as classes sociais e por isso foi recebido com grandiosíssimo jubilo, reconhecidos todos dos bons e relevantes serviços que a nova

---

<sup>200</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Ofício nº409] 1880 Agosto 16 [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1880. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

<sup>201</sup> Em resultado dos estudos e da sondagem que se procedesse era esperado obter junto à testa da ponte na baixa-mar, uma altura de água de 3,90m.



*ponte-caes* era chamada a desempenhar na província e em cuja execução se tornou digna dos maiores louvores da direcção das obras publicas e muito especialmente o seu director o capitão Claudino Augusto Carneiro e Souza e Faro.

O valor simbólico que acabou a edificação por incorporar traduziu-se também na sua denominação, ostentando o nome do Infante D. Henrique, a juntar-se a uma incontestável solidez e maior elegância da obra arquitectónica recém edificada.

De se realçar que na altura em que se preocupava com a edificação da nova ponte cais para Praia também se pensava em obras da mesma natureza para as outras ilhas como testemunha o ofício nº 227 de 1879 do Governo Geral da Província de Cabo Verde. Neste ofício deixava expresso que pequenos cais nos portos da Furna da ilha da Brava, Porto Inglês da ilha do Maio e na Preguiça na ilha de S. Nicolau eram obras muito necessárias e alertava-se que não poderiam ser muito dispendiosas porque em quase todas *ellas*, havia apenas a melhorar e aproveitar o que a natureza apresentava<sup>202</sup>.

Investigando sobre o que resta desse porto oitocentista nada foi evidente para que pudéssemos identificar alguma herança material desse elemento do património cultural, a não ser que tivéssemos tido neste trabalho uma preciosa ajuda de um arqueólogo sub-aquático, dado que em lugar desse cais oitocentista e no mesmo sítio foi edificado, no século XX, uma ponte cais em betão. Sendo assim, a existirem restos da antiga ponte cais só o fundo do mar pode ostentar pelo menos a sua estrutura de base. A nova ponte cais de cimento armado possui 130 metros de comprimento e é apresentada como *figura 10*.

---

<sup>202</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 227] 1879 Abril 15, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar e (DGU) [manuscrito] 1879. 4f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 164.

**Figura 10 - O moderno porto datado de finais da década 1930 revelando a inexistência de qualquer instalação portuária ao seu lado<sup>203</sup>**



Fonte: Gonçalves M. Henriques – Roteiro do ultramar... Lisboa: 1958, p. 17

De acordo com a documentação a que tivemos acesso foi construída em finais da década de 1920 e inaugurada em 1930<sup>204</sup>. Em discurso da sua inauguração proferido pelo Eng. João Gomes da Fonseca, responsável da obra, deixou saber esse técnico que essa nova infra-estrutura portuária levou três anos e meio a ser construída entre 1927 e 1930.

Ao compararmos a imagem acima com a realidade do local hoje notamos que foi edificado mesmo ao seu lado uma ponte cais que hoje tem aparência rústica e velha capaz de induzir a pensar que possa ser mais antiga e mesmo a forçar uma presunção que poderá ter sido essa a ponte cais oitocentista que tratamos demoradamente nas páginas antecedentes. Na verdade a imagem referente ao porto construído em finais da década de 1920 não evidencia que havia outra instalação portuária nesse local. Todavia cremos que apesar de publicada em 1958 terá sido recolhida em data muito anterior porque em 1953 já aparece edificado ao seu lado o pequeno porto de aparência rústica e velha<sup>205</sup>.

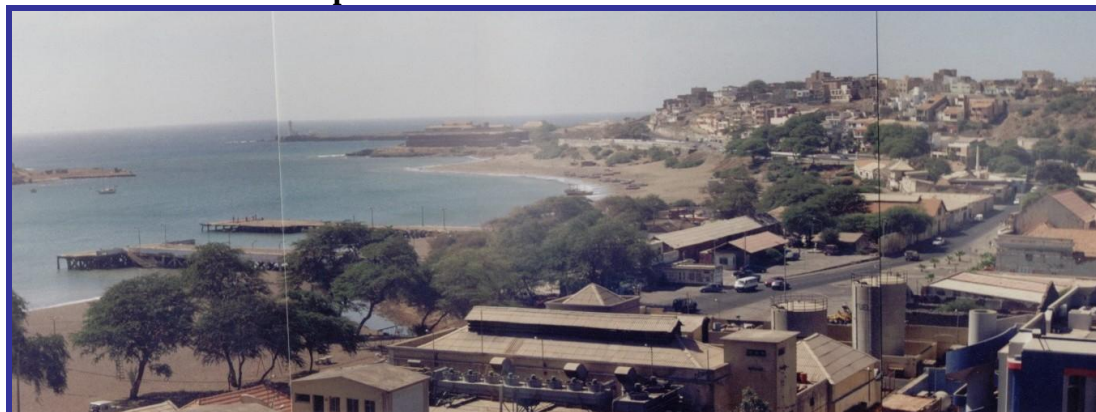
A imagem seguinte indicada como *figura 11*, ilustra a realidade actual dessa zona e aprecem lado a lado os dois portos do século XX completamente desactivados porque foi edificado um moderníssimo porto após a independência nacional na mesma baía mas distante da área onde se implantaram os velhos portos.

<sup>203</sup> Imagem publicada em 1958 mas recolhida em momento muito anterior.

<sup>204</sup> Suplemento ao B.O. da província de Cabo Verde nº 40/1930 da Colónia de Cabo Verde. Praia, Imprensa Nacional, 1930, p. 3.

<sup>205</sup> Boletim CABO VERDE Informação e Propaganda nº 44/1953. Praia, Imprensa Nacional, p.22.

**Figura 11 - Vista panorâmica da faixa costeira onde se inserem as duas instalações portuárias datadas do século XX**



**Fonte: Imagem de arquivo particular, gentilmente cedida para esta tese.**

Encontram-se em completo estado de abandono pelo que clama por obras de reabilitação mesmo que seja para fins sócio-culturais na linha do que foi feito para o velho cais da alfândega em Mindelo S. Vicente, transformado em barra da marina da Cidade.

## **2. Antigo complexo da Alfândega e actuais instalações do IAHN**

Neste ponto abordaremos o contexto do aparecimento da instituição Alfândega e da construção oitocentista tida como uma das obras de primeira necessidade da província. Em seguida, faremos a descrição e análise da componente estética do edifício, destacando-se as partes exteriores e interior, bem como a cobertura. Na parte final, em traços gerais, faremos uma análise daquilo que representa o edifício em estudo do ponto de vista das suas funcionalidades e importância simbólica.

### **2.1. Primórdios da Alfândega em Cabo Verde**

Como referenciamos na primeira parte deste trabalho, após o achamento de Cabo Verde, no ano de 1460, houve a necessidade de levar a efeito a sua ocupação efectiva, aproveitando os recursos naturais como meio de obtenção de lucros e, por conseguinte, a sua gestão através de um modelo administrativo institucional<sup>206</sup>, incluindo a cobrança de dízimos, da inteira responsabilidade do capitão-donatário<sup>207</sup>.

A carta de 1466 cujo fundamento foi também referenciado na primeira parte desta tese permitiu-nos constatar o impulso dado pelas prerrogativas concedidas nesse documento aos moradores de Santiago fortaleceu o comércio de Cabo Verde com a Costa africana. Entre privilégios então dados destacamos: “ (...) ficaram autorizados a tratar e resgatar em todas as partes de Guiné, à excepção de Arguim, levando para isso todas as mercadorias que tivessem e quisessem, salvo armas, ferramentas, navios e seus apetrechos, tudo mediante o pagamento do quarto. Uma vez pago o quarto devido ao rei os moradores podiam negociar os restantes produtos como: escravos e géneros vendidos

---

<sup>206</sup> DOMINGUES, Ângela. Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento. In: ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (coords.). História Geral de Cabo Verde vol. I. Lisboa/ Praia. Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) /Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde INIC-CV) 2001. pp. 41-49 e 68-72.

<sup>207</sup> Capitão-donatário, como vimos na primeira parte desta dissertação é o senhor a quem o donatário concedia uma parte do seu património. Este exercia os seus poderes sobre as terras e os colonos, tinha a incumbência de cobrar impostos e o direito de jurisdição civil e crime, salvo as penas de morte ou talhamento de membros. Detinha a exclusividade sobre os moinhos e fornos de pão, a primazia na venda do pão e a dízima sobre a produção agrícola e sobre qualquer engenho que viesse a construir, excepto utensílios de metais. Os seus direitos e receitas reflectiam sobre uma parte do rendimento senhorial.

nas ilhas ou fora delas (...)»<sup>208</sup> O rei, para melhor controlar este tráfico comercial e usufruir dos lucros obtidos pelos moradores das ilhas, instituiu em Cabo Verde, no ano de 1471, o almoxarifado, tendo à frente um almoxarife<sup>209</sup>. A ele competia o controle do movimento comercial, através da nomeação de escrivães, que escoltavam os navios à Costa Ocidental da África, afim de inspeccionar e registar os intercâmbios comerciais efectuadas neste local. Também, tinha a função de cobrar o quarto devido à Coroa e o tributo sobre a entrada e saída de mercadorias, arrecadar a dízima para a Ordem de Cristo e o imposto sobre a produção agrícola.

É neste contexto que o almoxarifado e a alfândega surgem simultaneamente no arquipélago de Cabo Verde, nesta fase que podemos considerar como primitiva do serviço aduaneiro nestas ilhas.

Nos primórdios do povoamento o aparelho económico-social encontrava-se instalado na Ribeira Grande<sup>210</sup>. Posteriormente, na capitania do Norte (Alcatrazes<sup>211</sup>), instalou-se um outro também encarregue de accionar o controlo o movimento comercial, inspeccionar e registar os intercâmbios comerciais no local. Entretanto, esse aparelho foi transferido para a povoação da Praia de Santa Maria, nas primeiras décadas do século XVI na sequência da mudança da câmara a que nos referimos no primeiro capítulo desta segunda parte. O bom porto de que dispunha a o povoado da Praia, favoreceu o estabelecimento aí desse elemento do aparelho económico-social, a funcionar mediante a existência de livros de rendimento e de gasto que testemunhavam o movimento de entrada e saída de capital<sup>212</sup>. Além de registarem o movimento alfandegário, os livros determinavam os dízimos devidos à coroa e fiscalizavam os rendimentos agrícolas.

Nessa altura, em que a economia cabo-verdiana era basicamente mercantil com principal suporte na actividade portuária, o termo alfândega era utilizado para designar

---

<sup>208</sup> CARREIRA, António. Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878). Praia. Instituto de Promoção Cultural. 2000. pp. 34-35.

<sup>209</sup> Agente fiscal que tinha sobre a sua inteira responsabilidade a cobrança de certas rendas.

<sup>210</sup> Como vimos na primeira parte desta dissertação a Ribeira Grande, era a sede da capitania do Sul, que foi o primeiro espaço cabo-verdiano a ser povoado, em 1462.

<sup>211</sup> Com o seu declínio na segunda década de quinhentos, a povoação da Praia de Santa Maria passou a ser a sede da capitania do Norte e, na mesma época, ascendeu à categoria de vila.

<sup>212</sup> ÉVORA, José Silva. *A Alfândega da Praia (Ilha de Santiago) – Um Modelo de Administração Colonial portuguesa em Cabo Verde*. In: Revista de Portugal. Nº 2. 2005. p. 28.

espaços dirigidos pelos almoxarifes, onde eram feitas as arrecadações dos impostos. Estes espaços, tinham como objectivo primordial a angariação de receitas, tanto para a coroa como para os nobres. “ (...), as alfândegas tinham como função a orientação do comércio e da economia em geral mediante a aplicação de diferentes taxas alfandegárias. (...), além de funcionarem como fontes de receita serviam como instrumentos de uma política económica,(...).”<sup>213</sup> É essa estrutura que se projecta no futuro e acompanha as vicissitudes da evolução da vila da Praia até a sua ascensão a Cidade.

No que se refere às estruturas internas das alfândegas, nessa época podemos dizer que elas se seguiam, em grande parte, o exemplo do aparelho metropolitano. Assim sendo, encontramos no topo da administração o oficial principal (feitor), que apoiado pelos seus guardas exercia o serviço de vigilância da fronteira; os juizes, por sua vez, avaliavam as causas referentes aos direitos alfandegários. Ainda existiam outros oficiais auxiliares que colaboravam no funcionamento das alfândegas, tais como: os escrivães das alfândegas, os guias, os alcaides das sacas, os seladores, os procuradores da alfândega, os almoxarifes e recebedores, os porteiros e meirinhos.

## **2.2. Espaço físico e realidade da alfândega na segunda metade do séc. XIX**

Até à segunda metade do séc. XIX, a vila da Praia não dispunha de um espaço físico próprio para a instalação da instituição alfandegária. José Évora justifica esta situação como sendo consequência de uma conjuntura económico-financeira desfavorável vivida em Cabo Verde, nesta época<sup>214</sup>. Esta conjuntura dificultava as construções de obras públicas que exigiam grandes investimentos de capitais, pelo que durante várias décadas, as principais repartições públicas funcionaram em casas arrendadas e às vezes oferecidas por alguns proprietários. É o caso do edificado que existia na Praia Grande, onde *há também a Alfândega, uma casinha que ofereceu o Sr.*

---

<sup>213</sup> ÉVORA, José Silva. *A Alfândega da Praia (Ilha de Santiago) – Um Modelo de Administração Colonial portuguesa em Cabo Verde*. In: Revista de Portugal. Nº 2. 2005. p. 28.

<sup>214</sup> ÉVORA, José Silva. *A Alfândega da Praia (Ilha de Santiago) – Um Modelo de Administração Colonial portuguesa em Cabo Verde*. In: Revista de Portugal. Nº 2. 2005. p. 30.

*Manuel A. Martins por não haver nenhuma que seja do Governo.*<sup>215</sup> Devido a esta situação, as alfândegas estavam constantemente a mudar de um sítio para outro.

Nos inícios dos anos 50 do século XIX, década em que a vila da Praia iria ser elevada à categoria de cidade, como já vimos no ponto 1, iniciaram-se importantes trabalhos públicos, com a ajuda dum imposto especial de 3% ad Valorem, também referido e explicado anteriormente criado pelo governador Arrobas<sup>216</sup>, sobre todas as entradas e saídas de mercadorias. De entre os trabalhos efectuados importa salientar a ampliação de um edifício no ilhéu de Santa Maria que servia de alfândega, à qual reporta António de Paula Brito nestes termos:

*[...]n' elle existe um pequeno deposito de carvão de pedra, que (...) fornece os vapores com tanta regularidade e asseio (...) ha no ilhéu alguns armazens, uma boa casa de habitação e dois pharoes, um vermelho e outro branco, , que illuminam todas as noites e que muito auxiliam a entrada do porto*<sup>217</sup>*[...]*

Prossegue a documentação consultada, assiste-se à remodelação do edifício da alfândega que, até à data, funcionava numa das casas pertencente à Companhia de Grão-Pará e Maranhão. A respeito das repartições a funcionarem nestas casas confirma António de Paula Brito, sustentava por volta de 1890 que, *na Praia desta cidade temos a repartição marítima e oficina das obras públicas, que funcionam n'umas casas onde esteve a alfandega, e que pertenceram à Companhia do Grão Pára e Maranhão*<sup>218</sup>. Prossegue referindo-se ao edifício em estudo de seguinte modo: *a pouca distância está o moderno e bello edificio da alfandega, em frente do qual ha uma ponte de madeira, denominada do Infante D. Henrique*, em alusão à nova ponte cais estudado no ponto anterior. Também sobre a alfândega escreve Travassos Valdez como a seguir indicamos:

---

<sup>215</sup> CHELMICKI, José Conrado Carlos de. Corografia Caboverdiana ou Descrição Geographico – Histórica. Da Província das ilhas de Cabo-Verde e Guiné. Tomo I. Lisboa. Typ. de L.C. da Cunha. 1841. p. 72.

<sup>216</sup> O governador António Maria Barreiros Arrobas exerceu a sua magistratura em Cabo Verde entre 1854 e 1858.

<sup>217</sup> BRITO, António de Paula. Subsídios para a corographia da ilha de S. Thiago de Cabo Verde. Lisboa. Imprensa Nacional. 1890. p 48.

<sup>218</sup> BRITO, António de Paula. Subsídios para a corographia da ilha de S. Thiago ... 1890. p 47.

[...] Na sequência da crise que se alastrou em Lisboa, nos finais de 1857, o governador (...) para receber e beneficiar as cargas dos géneros de importação mandou construir uma espécie de alfandega de depósito com três grandes divisões, feita de alvenaria com telhado amovível, com os portões e janellas de cantaria e grades de ferro, grande pe direito e muito espaço em todas as dimensões; basta dizer que cada armazém ficou tendo cinco grandes janellas bem rasgadas. Esta obra ... fez-se em sessenta dias, e parece incrível que só custasse 7:000:000 réis ao estado!<sup>219</sup>.

A descrição acima dá-nos uma ideia de que se está a referir ao edifício aduaneiro cuja documentação primária depositada nos arquivos chegou em boa quantidade às nossas mãos. Tais textos, como veremos mais adiante, reforçam a premência desse espaço físico para o prosseguimento das actividades aduaneiras em Cabo Verde, também expressa em periódico da época que reafirma a *necessidade de se proceder à construção d'uma nova alfandega nesta cidade*<sup>220</sup> que pelas suas condições e capacidade melhor pudesse satisfazer as necessidades mercantis d'esta praça e que mais corresponda à sua importância e desenvolvimento. Fundamentava-se no mesmo documento que, tomando na devida consideração *as diversas representações que por diferentes vezes, tinham subido à presença do governo geral, acusando a falta de um edifício que reunindo aquellas circunstancias, melhor pudesse garantir a boa guarda e conservação dos vários géneros e artigos ali recolhidos, e facilitar a sua inspecção e movimento. Tinha-se por conveniente aprovar o orçamento da despesa a fazer com a construção dum novo edificio em que pudesse funcionar a alfandega d'esta capital, na importância de 30:000:000 reis*<sup>221</sup>. Devia esta verba, na conformidade do art.º 1.º do decreto de 26 de Setembro de 1872, sair do cofre do imposto dos 3% *ad-valorem*. Alertava-se no documento saído do quartel-general do governo da província na cidade da Praia de S. Thiago em 12 de Novembro de 1873, assinado pelo então governador Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque, que as autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento da *presente* competir, assim o teriam entendido e cumprido.

---

<sup>219</sup> VALDEZ, Francisco Travassos. *África Occidental: Notícias e considerações*. Lisboa. Imprensa Nacional. 1864. p. 194.

<sup>220</sup> B. O. da província de Cabo Verde nº 46/1873.... pp. 447-448.

<sup>221</sup> B. O. da província de Cabo Verde nº 46/1873....pp. 447-448.



Pelo exposto acima, ficou claro que ao entrarmos na segunda metade do séc. XIX, a vila da Praia não dispunha, de um espaço físico próprio para a instalação da instituição alfandegária. Se por um lado é hábito justificar, com certo fundamento, esta situação como consequência de uma conjuntura económico-financeira desfavorável vivida em Cabo Verde, nessa época, a realização de grandes investimentos grandes investimentos em obras oficiais levando a que durante várias décadas, as principais repartições públicas tivessem funcionado em casas arrendadas e às vezes oferecidas por alguns proprietários, como é o caso das instalações da alfândega em estudo que primitivamente a Alfândega, era uma casinha oferecida pelo Sr. Manuel A. Martins por não haver nenhuma que fosse do Governo<sup>222</sup>, por outro lado, é importante referir, tal como explica Niole Tufelli, até ao século XIX não existia a tradição de construção de edifícios públicos com características definidas consoante as respectivas funções<sup>223</sup>.

*No que às obras da edificação da nova alfândega, na verdade os trabalhos da sua construção são-nos apresentado em Fevereiro de 1870 como obras a cargo dos cofres da Fazenda e no caso em referência dizia respeito à construção d'uma casa adequada e própria para alfandega n'esta cidade, uma obra de urgente necessidade.*<sup>224</sup> Sublinhava-se na altura na documentação citada que o edifício em que *actualmente funciona aquella importante repartição, não só não tem a necessária capacidade que o movimento commercial hoje reclama, mas offerece apparencia do mais humilde e pobre albergue*<sup>225</sup>.

O do movimento alfandegário tinha-se acelerado entre 1860 e 1870, nas ilhas tinha-se sentido a necessidade da criação de estruturas capazes de acompanhar esse desenvolvimento. Assim sendo, determinou-se em portaria de 12 de Novembro de 1873 a construção da alfandega na Praia e por portaria régia de 28 de Novembro de 1874 foi

---

<sup>222</sup> CHELMICKI, José Conrado Carlos de. Corografia Caboverdiana ou Descrição Geographico – Histórica. Da Província das ilhas de Cabo-Verde e Guiné. Tomo I. Lisboa. Typ. de L.C. da Cunha. 1841. p. 72.

<sup>223</sup> TUFELLI, Nicole – A arte no século XIX. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 96

<sup>224</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1870 [Ofício nº 081] 1870 Fevereiro 14, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1870. 11f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

<sup>225</sup> Vide a parte apensa ao ofício nº 081 do Governo-geral da Província de Cabo Verde datado de 14 de Fevereiro de 1870, destacado como anexo ao capítulo V desta segunda parte. Referia, entre as obras mais urgentes a empreender nesta província, ao edifício aduaneiro na cidade da Praia ou seja, a construção de uma casa adequada e própria para alfandega na cidade da Praia uma obra de urgente necessidade, e cuja realização se não devia protelar por mais tempo. Escrevia-se no mesmo documento que o edifício em que na altura funcionava aquela importante repartição além de não ter a necessária capacidade que o movimento comercial na época reclamava, oferecia aparência do mais humilde e pobre albergue.

auctorisado o referido governador a contrahir um empréstimo de 30 contos de réis com aplicação a essa obra, sendo o respectivo contracto aprovado por decreto de 20 de Maio de 1875<sup>226</sup>.

Por volta de 1877, entre as construções que continuavam em execução, figurava as do edifício da nova alfândega. Referia-se às obras nestes termos: *Estes trabalhos estão bastante adiantados. O edifício com as modificações que soffreu, afim de se accomodar melhor as necessidades e exigências do commercio, está composto de alvenaria e de madeiramento de cobertura. Esta obra deve ficar concluída por todo o mez de Janeiro e março*<sup>227</sup>. Alusões que podem ser inscritas nessa etapa que decorre até a primeira conclusão da obra da nova alfândega encontradas no ofício da secretaria do governo-geral da Província de Cabo Verde expressavam, em 1877, que os trabalhos estavam bastante adiantados.<sup>228</sup>

Pouco tempo antes de 1878, temos indicações que se encontrava em construção pela pena do então Director das obras públicas que refere nestes termos: *quando assumi a direcção das obras públicas d'esta província o edificio da Alfandega apresentava-se com as paredes erguidas acima dos fechos das portas e janellas*<sup>229</sup>. Enfatizava-se em periódico da época que *esta edificação ficou concluída em 1879, tendo entrado em funcionamento no mesmo ano – A contar do dia 12 de maio próximo futuro em diante as repartições da alfândega desta cidade começarão a funcionar no novo edificio que para esse fim foi construído*<sup>230</sup>, havendo no menções que apontam para término da sua construção o ano de 1880 tal com adiante se expressa (...) *a nova alfândega foi acabada em 1880 com o cais de madeira.*<sup>231</sup>. Parece no entanto mais credível a primeira versão

---

<sup>226</sup> SENNA BARCELLOS, Christiano José de. Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné. Parte VI. Lisboa. Imprensa Nacional. 1912. p. 291.

<sup>227</sup> Secretaria do governo-geral da Província de Cabo Verde 1877 [ofício nº33] 1877 Dezembro 29, Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1877. 10f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

<sup>228</sup> Vide o documento já indicado como anexo nº 1 ao presente capítulo, o ofício nº33 da Secretaria do governo-geral da Província de Cabo Verde 1877 datado de 29 de Dezembro reportando entre outros aspectos às modificações que sofreu o edifício da alfândega afim de se adaptar melhor às necessidades e exigências do comércio.

<sup>229</sup> Secretária das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [ofício nº 157ª - Projecto da ponte Cais defronte da Alfândega da Cidade da Praia] 1878 Abril 9, Cidade da Praia [a] Director Geral das Obras Publicas – DGU [manuscrito] 1878. 26f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

<sup>230</sup> B.O. nº 17. 26 de Abril de 1879. Portaria nº 129.

<sup>231</sup> FAZZINO, Enzo (coord.). Cidade da Praia, Plano de salvaguarda do centro histórico. Comissão das Comunidades Europeias e Delegação da Comissão na República de Cabo Verde. Cabo Verde. Janeiro 1991. p. 13.

do término das obras da segunda fase de construção da alfândega ano de 1878 comprovada em ofício da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde desse ano dirigido à sua Majestade<sup>232</sup>. Por esse ofício dava-se conta dos trabalhos e despesa relativos ao 1º trimestre do mesmo ano incluindo a Nova Alfandega da Praia, indicando que esta já estacava concluída<sup>233</sup>. Os trabalhos executados por essa altura também constam do respectivo *mappa* de trabalho e *despeza* que foi remetido para a Direcção geral do Ultramar no qual mostrava-se que o edifício *soffreu* completa transformação nas divisões interiores, tendendo não só a melhorar as condições de serviço e fiscalização, mas também a satisfazer às exigências da cidade. O projecto de coroamento da frente principal foi apresentada pela então direcção com o fim de melhorar a aparência exterior do edifício, procedendo *aprovação* em conselho de serviço *techcnico* foi levado a execução<sup>234</sup>, deixando a edificação nesta fase com as características visíveis na *figura 12*.

**Figura 12 - O edifício da Alfandega de Santiago quando recebeu o coroamento da frente principal em 1878**



**Fonte:** Imagem de arquivo particular, gentilmente cedida para esta tese.

O edifício atinge os finais do século XIX com este aspecto revelado também por João Augusto Martins na sua obra *Madeira Cabo Verde e Guiné* editada em 1891, a que

<sup>232</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1878 [Ofício nº 540] 1878 Dezembro 15, Cidade da Praia [a] Majestade (DGU) [manuscrito] 1872. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 164.

<sup>233</sup> Vide anexo nº 6 Ofício nº 540 de 15 de Dezembro de 1878 da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde dirigido à sua Majestade dando conta, entre outros, dos trabalhos de conclusão Nova Alfandega da Praia.

<sup>234</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [relatório] 1878 Outubro 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 86f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163.

reportamos anteriormente. Afirmou-se desde essa altura nessa baía com imponência revelando grande primor construtivo e situando-se com conexão à Nova Ponte Cais, obra de não menos elegância, como viu acima.

Nessa altura já se pensava em dotar as outras ilhas de respectivas instalações físicas pela sua importância na arrecadação de receitas alfandegárias. Por esta razão em 1879 o Governador Geral da Província de Cabo Verde António de Nascimento Sampaio pelo ofício nº 227 de 1879 referia à necessidade de casas para alfandegas no porto da Preguiça na ilha de S. Nicolau, na Ponta do Sol da ilha de Santo Antão e na ilha da Boa Vista<sup>235</sup>. No caso da alfândega de S. Vicente a sua ampliação que se tinha iniciado em 1880 estava quase concluída, faltando apenas a *collocação* de vãos e caixilhos nas portas e *janellas*<sup>236</sup>.

Durante décadas a alfândega da Praia desempenhou um papel importante no desenvolvimento da economia das ilhas. Mas em 1949 foi vítima de um incêndio que causou danos numa das suas dependências. *A ala esquerda, com cerca de 40 metros de fundo ficou totalmente destruída pelo violento incêndio ocorrido em 27 de Julho último com prejuízos, para o Estado e particulares, que ascenderam a mais de, dois mil contos.*<sup>237</sup> Numa imagem datada de meados século XX notamos que a coroa oitocentista foi retirada e em seu lugar elevou-se a parte central e assim se estruturou um segundo piso que não abrangeu o edifício em toda a sua extensão, configurando-se o aspecto que a construção chegou aos nossos dias, tal como podemos observar na imagem seguinte indicada como *figura 13*.

---

<sup>235</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 227] 1879 Abril 15, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar e (DGU) [manuscrito] 1879. 4f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

<sup>236</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Ofício nº 114] 1880 Janeiro 20, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1880. 3f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

<sup>237</sup> **Fogo.** In: *Boletim de Propaganda e informação*. Nº1. Cabo Verde. s/Ed. 1949.

**Figura 13 - O edifício na sua configuração antes da restauração para ter novas funções depois da independência nacional**



Fonte: Imagem de arquivo particular, gentilmente cedida para esta tese.

### **2.3. A alfândega e o quadro aduaneiro vigente enquanto funcionou no edifício**

Com a construção de edifício condigno para o exercício das actividades alfandegárias em Cabo Verde o Governo-Geral da Província fez sair para a metrópole, a 30 de Junho de 1883, um projecto de reorganização das alfandegas, quando era *Governador-geral, José Guedes de Carvalho, visando impulsionar melhor os serviços aduaneiros no arquipélago.*

O documento continha vinte artigos e uma disposição transitória e versava sobre: a constituição da alfândega da província em círculos, com cada círculo a ter o seu respectivo quadro. Era fixado que a alfândega de Santiago, o nosso caso de estudo por agora pertencesse ao círculo de sotavento<sup>238</sup> e a de S. Vicente, do círculo de Barlavento passavam a funcionar como sedes dos respectivos círculos e era proposto para que fossem considerados de primeira classe. Estipulava-se também que os directores das alfândegas de 1ª classe (Santiago e S. Vicente) seriam os inspectores das alfândegas do seu respectivo círculo correspondentes às várias ilhas a funcionarem como alfândegas de 2ª classe. Nesta qualidade competia a esses inspectores superintender e fiscalizar

---

<sup>238</sup> Governador-geral da Província de Cabo Verde 1883 [Projecto de reorganização das alfandegas da Província de Cabo Verde] anexo ao officio nº 133, 1883 Junho 30, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1883. 15f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 161

todo o serviço dessas alfândegas, pelo modo como posteriormente foi ordenado nos respectivos regulamentos.

Entre outros aspectos relativos ao pessoal, para os lugares de guardas-fiscais estipulava-se provisões, com preferência em praças de Compainhas militares, que tivessem completado com boa nota o respectivo serviço, desde que soubessem bem ler e escrever e não estivessem impossibilitados para bem servir. Todas as alfândegas eram previstas para serem de despacho geral, mas somente tinham funções de deposito as alfândegas das ilhas de S. Thiago e de S. Vicente<sup>239</sup>. Igualmente, eram obrigadas a se colaborarem articulação dos direitos e mais impostos directos e indirectos, venda de papel selado e de estampilhas, e serviço do correio. No que tocava aos emolumentos eram previstos ser pagos aos empregados na proporção dos seus ordenados, não tendo os empregados direito a mais algum que não fosse aqueles que os regulamentos aduaneiros tinham estipulado para as transgressões fiscais.

Em fim, previa nesse dispositivo o estabelecimento de postos fiscais em todos os pontos aonde fossem absolutamente necessário competindo ao governador-geral da Província sob proposta dos chefes dos círculos, ouvida a Junta da Fazenda, cerar e classificar esses postos fiscais bem como nomear o respectivo pessoal.

O sistema aduaneiro que viria a vigorar no século XX coma base no regime pautal aplicado em entre 1927-29 na província de cabo verde era o decretado por Ferreira do Amaral com as seguintes alterações às leis anteriores<sup>240</sup>. Por exemplo em relação às leis que vinham de 1895 foram reduzidos os direitos de importação nas colónias de África aos vinhos; nacionais comuns ou ordinários e licorosos e aumentados os das aguardentes e alcois. Decretou-se como isentos do pagamento de direitos de tonelagem vários navios e embarcações nacionais e estrangeiros. Outros exemplos reportam ao decreto de 17 de Agosto de 1901 onde foram alterados os direitos de importação do milho, pagando 0,08 por kilograma e em 7 de Maio de 1902 foi modificado o regime administrativo e aduaneiro nas colónias respeitantes às bebidas

---

<sup>239</sup> Vide anexo nº 7 - Projecto de reorganização das alfândegas da Província de Cabo Verde datado de 30 de Junho de 1883, submetido pelo *Governador-geral José Guedes de Carvalho* à consideração do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar a partir da Cidade da Praia.

<sup>240</sup> Ministério das colónias – Anuário colonial de 1927-1929. Lisboa, Imprensa nacional, 1930 p. 197

espirituosas e fermentadas. Ainda em 13 de Agosto de 1902 providenciou-se sobre o regime do sal e dos sacos de tecido ordinário e na lei de 25 de Setembro do mesmo ano estabeleceu-se o regime aplicado às águas minerais e medicinais estrangeiras. Em fim, por decreto de 21 de Dezembro de 1910 foram estabelecidos os direitos de importação aplicáveis ao açúcar e decretou-se em de 25 de Março de 1911, fixando-se os direitos dos automóveis e da gasolina.

Os serviços da alfândega funcionaram neste edifício suportados pelo quadro aduaneiro acima apresentado até 1992, altura a partir da qual foi remodelado por completo para adaptar às exigências das suas novas funcionalidades.

#### **2.4. Componente estética funcionalidade e aspectos simbólicos do edifício**

A fisionomia da edificação com base na qual analisamos a sua componente estética, funcionalidade e aspectos simbólicos é aquela que ostenta desde 1992, altura em que os serviços da alfândega deixaram de aí funcionar. Naquela época a *casa* da ex-alfândega foi remodelada com o apoio da Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO) que veio apoiar a ideia de aí ser instalado o então Arquivo Histórico Nacional<sup>241</sup> que tinha sido criado por decreto-lei nº 128/88 de 31 de Dezembro de 1988.<sup>242</sup>

O edifício em si constitui uma verdadeira obra da arquitectura portuguesa no ultramar (por ainda conservar na sua quase totalidade os traços arquitectónicos originais), mas também pelo facto de o mesmo ser considerado um dos mais antigos monumentos históricos da cidade da Praia que surge no mesmo contexto de desenvolvimento da Cidade, em que é edificado no cimo do pequeno planalto a majestosa construção para época da Câmara Municipal a ser estudado no capítulo III desta segunda parte.

Ainda que relativamente afastado, do pequeno planalto onde se desenvolveu o centro histórico da Praia, a nosso ver, do mesmo faz parte o edifício da ex-alfândega por várias razões. Por um lado, pela sua contemporaneidade com muitas das construções

---

<sup>241</sup> A ideia surgiu quando se pensou na criação de uma estrutura capaz de preservar o acervo documental que permaneceu dos arquivos da administração colonial e administrar aquilo que vinha sendo produzido.

<sup>242</sup> Publicado no 4º Suplemento do B.O nº 53/1988.

erigidas nesse pequeno planalto. Por outro, pelas suas funções no momento em que o povoado melhor se estruturava na sequência a sua elevação a cidade. Mantinha assim uma relação com esse centro, enquanto parte integrante do conjunto de instalações de apoio à actividade portuária tão importante para o desenvolvimento da cidade.

O edifício situa-se, como pudemos deixar expresso acima na zona costeira que corresponde à faixa litorânea onde foram estabelecidas as tradicionais instalações ligadas à actividade portuária, sendo uma das tais instalações, nas proximidades da nova ponte cais. Esta construção abrange na sua totalidade uma área de 1843,92m<sup>2</sup>, sendo a área edificada de 1,463,22m<sup>2</sup> e a não edificada de 380,70m<sup>2</sup>. No conjunto dos seus pisos totaliza uma área bruta de 2.202,47m<sup>2</sup>.<sup>243</sup>

É uma obra arquitectónica com características que podemos encontrar na arquitectura colonial portuguesa de cariz neoclássica em certos aspectos corrente estética que se afigura ter sido provavelmente fonte inspiradora de várias obras arquitectónicas que emergiram na segunda metade de oitocentos na cidade da Praia em Cabo Verde de um modo geral. Consolidou-se na arquitectura como corrente estética que, no último quartel do século XVIII e algum tempo depois de entramos no século XIX, onde sobressaem toda a harmonia das fachadas e pesada sobriedade da composição de paredes lisas, numa clara geometrização evidente nas linhas e faixas horizontais e verticais e nos arcos redondos situados nas partes superiores das portas e das janelas.

Noutros aspectos encontramos reminiscência de um estilo ainda mais recuado no tempo que consideramos amaneiradas e como tal passível de ser interpretadas como uma espécie de lembrança maneirista<sup>244</sup>. O Maneirismo se afirmou como tendência artística do século XVI e inícios do século XVII. O termo provém do italiano *maniera*, usado como sinonimo de estilo por Giorgio Vassari (1512-1574). Por toda a Europa

---

<sup>243</sup> MONTEIRO, Raquel. A Experiência de Cabo Verde em matéria de arquivos. In: *Africana*. Nº Especial. Porto. Universidade Portucalense e Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. 1993. p. 20.

<sup>2</sup> O Maneirismo é, no seguimento do autor atrás referido, uma tendência artística do século XVI. O termo provém do italiano *maniera*, usado como sinonimo de estilo por Giorgio Vassari (1512-1574). Por toda a Europa neste período, há uma certa incompreensão das normas clássicas. O despontar do maneirismo situa-se cerca de (1510-1520) e dilui-se cerca de 1590-1600/1650. Caracteriza-se genericamente por uma meditada transgressão das regras codificadas durante o renascimento clássico do século XIX



neste período, há uma certa incompreensão das normas clássicas. O despontar do maneirismo situa-se cerca de (1510-1520) e dilui-se cerca de 1590-1600/1650<sup>245</sup>.

Este revivalismo pode ser observado no modo como o edifício se alonga de forma acentuada no eixo do solo, desde a entrada até fundo, com um pátio interior muito característico em construções maneiristas, embora posteriormente ocupada em parte uma construção moderna. Esta corrente estética difunde-se pela Europa no século XVII. O alongamento a que referimos pode ser constatado na imagem seguinte previsto como *figura 14*.

**Figura 14 - Vista do edifício depois de restaurado mostrando como se estende em alongamento no eixo do solo e existência de pátio interior**



**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.**

Se atendermos que a realidade arquitectónica como a que acabamos de descrever induz-nos a pensar que estamos perante uma mescla de estilos (maneirista e neoclássica) e que notamos ainda uma preocupação em ter deixado uma certa naturalidade expressa nas paredes aparentemente lisas, interrompidas nos alçados laterais como podemos observar na figura acima, repetindo-se as mesmas aberturas no alçado oposto, por olhos de boi ovais ferrados para permitir a mais a entrada de ar do que de luz. Em face destas características observadas no edifício da ex-alfândega da de Santiago somos forçados a admitir que esteve na base da concepção do edifício um arquitecto imbuído de espírito romântico, apesar de haver uma maior acentuação do revivalismo clássico, remetendo o analista menos atento ao neoclassicismo<sup>246</sup>, expresso na sobriedade da composição como já nos referimos e na tendência para a geometrização evidente nas linhas e faixas horizontais e verticais bem como nos arcos redondos situados nas partes superiores das

<sup>245</sup> JANSON, H.W – História Mundial da Arte. Lisboa: Gulbenkian, 1992, p. 464-466.

<sup>246</sup> O Neoclassicismo designa uma revalorização dos valores estéticos do classicismo, e como tal um retorno ao passado, em consequência de descobertas arqueológicas. Inicia-se no fim do século XVIII e prolonga-se pelo século XIX.

portas e das janelas, típicos das construções clássicas, como podemos verificar na *figura 15*, correspondente ao alçado do edifício na forma como se apresenta hoje.

**Figura 15 -Alçado do edifício da ex-alfândega no seu aspecto actual**



**Fonte:** Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/07.

Verificamos que a fachada principal ostenta cinco altas portas que lhe dão aparência mais nobre, três das quais ao centro se destacam pela sua largura mais acentuada e por ligeiros aumentos em altura em relação às outras situadas nas alas. Tais entradas localizadas ao centro da construção diferem também das outras por exibirem lumieiras com a função de aumentar a luminosidade dos interiores do edifício. Uma dessas portas do centro a que fica mais à direita do observado dá acesso àquele que é hoje o espaço mais nobre do edifício, ou seja, compartimento que no passado serviu com sala de cargas e descargas e que hoje desempenha as funções de auditório. Ainda no primeiro piso evidenciam-se janelas altas em número de seis dispostas, duas a duas, sempre de modo equidistante em relação às portas na parte central e nas alas, revelando a ideia de um equilíbrio simétrico, e uma evidente harmonia.

A nível do soco aplicado na parte inferior e em toda a extensão do piso térreo desenvolve-se a aplicação de acabamento à tirolês (técnica de reboco texturado) interrompido por pelas pilastras que descem até à base no alçado principal. O facto deste soco ser pouco visível revela a fraca elevação da base do edifício referido na documentação de arquivo ao reportar que a plataforma da ponte cais oitocentista, estudada anterior, estaria acima do nível da base da casa da alfândega, o que acarretaria problemas no transporte de materiais em vagões para as suas instalações.

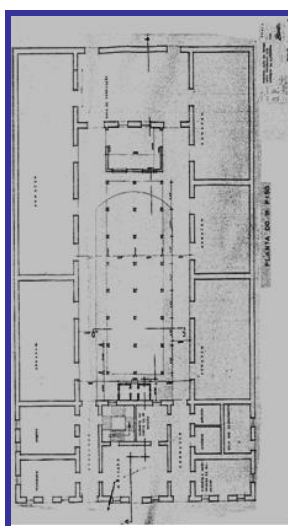
No piso superior o edifício ostenta cinco janelas, observáveis de modo mais explícito na imagem anterior, estruturadas de forma regular. Embora mais pequenas que as aberturas do mesmo tipo, no primeiro piso, transmitem ao edifício o efeito de beleza que ostenta de forma imponente.

O telhado da construção corresponde uma cobertura de telha marselhesa a duas águas no espaço central do edifício e a quatro águas nas restantes partes da composição, sendo as coberturas dos dois lados sobranceiros da zona central a aparecerem cortadas pela parede que se ergue quebrando assim a harmonia e a nobreza deste tipo de cobertura na cimalha da obra.

### **2.5. O interior do edifício**

O interior dessa construção, no rés-do-chão, apresenta os seus compartimentos distribuídos como observamos na planta do piso térreo, a estruturarem-se em torno de um pátio central. Neste pátio no qual se acha edificada uma composição moderna deixou-se dois estreitos espaços descobertos, para os quais se acede através de duas portas de entrada, que também confluem com corredores internos de ingresso em compartimentos do bloco principal. A imagem seguinte indicada como *figura 16*, elucida melhor como esse interior tal como ao mesmo nos referimos.

**Figura 16 - Planta do 1º piso do Edifício**

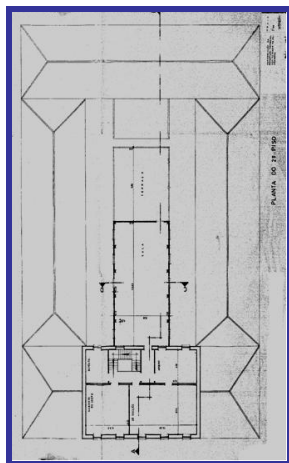


**Fonte:** Planta da reconstrução do edifício da Alfândega da Praia datada de 1950. Integrante do conjunto de orçamentos e memórias descritivas para pequenas reparações nos imóveis do Estado na colónia de Cabo Verde Julho-Setembro de 1950. Acessível no IAHN, Fundo Arquivístico do MIT, Cxa. nº 1866.

Numa análise das funcionalidades da obra enquanto desempenhou as funções de alfândega vemos através da planta do 1º piso do Edifício que a mesma foi projectada para ter três partes: duas laterais e uma central. Do lado esquerdo, para quem esteja de frente do edifício, foram previstos espaços para serem instalados a tesouraria e o arquivo. Do lado direito, foram estruturados quatro espaços. O primeiro logo à entrada destinada ao serviço de piquete e verificação de bagagem, hoje a desempenhar as funções de auditório. Na parte central está uma sala ampla dos despachantes, e dois outros espaços que serviam de arrumo. Havia ainda um outro espaço à entrada onde estava instalada a primeira secção e o gabinete do chefe da primeira secção. Este compartimento espaçoso tem hoje a função hoje de sala da leitura do Instituto do Arquivo Histórico Nacional, e recebeu a designação de sala de António Carreira.<sup>247</sup> As restantes partes internas do primeiro piso foram concebidos como cinco armazéns. Hoje servem esses armazéns como depósitos, espaços de tratamento e conservação de documentos. Em alguns dos antigos espaços funcionam salas de investigação e de exposição, dispondo-se num eixo longitudinal, pronunciado, da entrada até aos fundos.

A estruturação dos compartimentos no segundo piso, que corresponde ao prolongamento na vertical da parte central do rés-do-chão, se evidencia de acordo com a respectiva planta, a seguir indicada como *figura 17*.

**Figura 17 – Interior do 2º piso**



**Fonte: Planta da reconstrução do edifício da Alfândega da Praia datada de 1950. Integrante do conjunto de orçamentos e memórias descritivas para pequenas reparações nos imóveis do Estado na colónia de Cabo Verde Julho-Setembro de 1950. Acessível no IAHN, Fundo Arquivístico do MIT, Cxa. nº 1866.**

<sup>247</sup> Isto constitui uma homenagem àquele grande investigador da historia de Cabo Verde que publicou mais de uma dezena de livros sobre os mais variados aspectos da realidade histórica cabo-verdiana cujo acervo foi doado a Cabo Verde e se encontra depositado no edifício em apressa na sal qualidade de arquivo.

Como se vê na planta acima destacada foi projectada uma escadaria que dá acesso ao piso superior. O desenho reflecte uma distribuição dos compartimentos com o maior espaço a corresponder na altura ao gabinete do chefe da Alfândega, hoje com as mesmas funções, tendo como seu ocupante o presidente do IAHN. Foi delineado também um amplo espaço que funciona na actualidade como sala de reunião da cúpula do arquivo. Ainda consta deste piso um compartimento que tinha as funções de depósito, bem como um outro, que servia de arquivo.

## **2.6. Das funcionalidades à importância simbólica da edificação**

Nas suas funcionalidades de edifício condigno para o exercício das actividades alfandegárias na ilha de Santiago e enquanto desempenhou tais funções o edifício fora projectado com espaços para serem instalados desde os serviços tesouraria passando aos espaços reservados ao expediente verificação de mercadoria e sala de despachantes, de arrumo para funcionarem as descintas secções e gabinetes a armazéns. Durante décadas a alfândega da Praia desempenhou um papel importante no desenvolvimento da economia das ilhas e funcionou como um sistema concebido à base do respectivo quadro aduaneiro. Albergou os serviços da alfândega até a altura em que foi remodelado para se adaptar a novas funcionalidades.

Hoje na qualidade de instalações do Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde se revela-se de grande importância e a sua salvaguarda de documentos que são testemunhos do passado. Para o efeito todo o espaço foi aproveitado prevendo-se um auditório, sala da leitura depósitos de documentação, espaços de tratamento e conservação de documentos salas de investigação e de exposição e diversos gabinetes

Instituto do Arquivo Histórico Nacional, assume-se por isso como defensor do valor histórico-cultural do próprio edifício dado que valoriza-o promovendo a sua conservação e acima de tudo, como guardião dos elementos que testemunham boa parte do passado do arquipélago.

A obra subsidiária de uma realidade histórica que reporta à evolução da instituição alfândega em Cabo Verde desde o período quinhentista, porque herda a tradição aduaneira dessa época, recoloca as suas bases na segunda metade do século

XIX e faz um percurso até que protagoniza a passagem para as funções de arquivo que resgata a memória colectiva do povo cabo-verdiano. Em si esta obra, tal como evidenciamos anteriormente foi tida no século XIX como uma das construções de primeira necessidade para urbe da Praia. Hoje se afigura como um bem herdado do passado por conseguinte um património artístico-arquitectónico, que se enquadra no património material imóvel das ilhas<sup>248</sup>. Tem relevância do ponto de vista estético e elevado valor histórico. Como tal, representa aquilo que entendemos como manifestações de arte expressas pelo homem em convivência plena com o meio em que vive, ao nível de diversos contextos.<sup>249</sup> Evoluiu acompanhando a marcha da evolução do Centro histórico da Praia e por conseguinte constitui também um dos elementos de resgate do passado da urbe em referência. Esta edificação possui por conseguinte, um simbolismo de inegável valor para a Nação cabo-verdiana pelo que merece ser preservado. Em essência simboliza no passado mais remoto o controle do comércio enquanto estrutura ligada à actividade portuária com forte influência no desenvolvimento da urbe da Praia e hoje o seu valor simbólico é reforçado ao assumir-se como local de depósito da memória colectiva.

### **3. O Lazareto: espaço de alojamento dos quarentenários**

O Lazareto primitivamente existiu no ilhéu de Santa Maria por volta de 1858, tal como reporta ao mesmo Senna Barcellos e enquadrava-se no conjunto de obras *que o engenheiro da província Januario de Almeida, considerou no seu relatório, dias depois de assumir o seu cargo, em 1858 como obras de primeira necessidade a executar na Praia e inserida no grupo de e obras interrompidas*<sup>250</sup>.

As instalações achavam-se divididas em três grandes armazéns bem ventilados, destinado para o depósito e benefício de fazendas. De acordo com Senna Barcellos foi bem construído e muito bem situado. A imagem seguinte, indicada como *figura 18*,

---

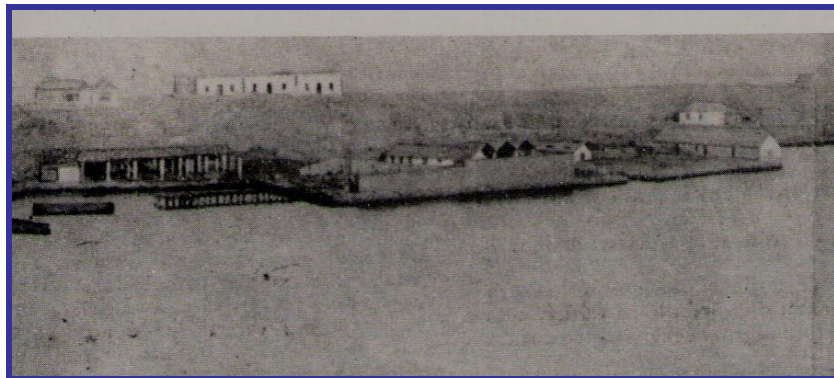
<sup>248</sup> Este tipo de bem enquadra na categoria de património cultural. Não é possível levar a cabo a sua movimentação do espaço onde foi edificado (conjuntos, sítios e monumentos).

<sup>249</sup> LOPES FILHO. Introdução à cultura cabo-verdiana. Praia. ISE. 2003. p. 26.

<sup>250</sup> SENNA BARCELLOS – Christiano José de – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira, vol. IV ... 2003, p. 109

deixa perceber a existência de armazéns no sopé do Ilhéu de Santa Maria que julgamos serem os acima mencionados.

**Figura 18 - Primitivo Lazareto existente no Ilhéu de Santa Maria - Praia**



Fonte: Imagem de arquivo particular, gentilmente cedida para esta tese.

De acordo com a documentação consultada o Lazareto viria a ser transferido para a ponta da temerosa para um edifício ainda hoje existente, com funções que mais se adequavam a um espaço que servisse de *alojamento dos quarentenários*.

Ao mesmo alude o relatório da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde datado de 1 de Outubro de 1878, sublinhando os melhoramentos importantes de que necessitava o serviço do Lazareto da Praia, situado numa pequena península conhecida pelo nome de Ponta da Temerosa, que consistiram *na edificação d'caza de guarda, com a capacidade interior de 9m x 5m e situada á distancia d'uns 60m da casa que serve de lazareto, n'um fosso e muralha de vedação atravessando a pequena península de leste a oeste – n'um pequeno deposito e comducta de agua potável por meio de tubos de ferro n'uma extensão de oitenta metros, e em alguns importantes arranjos, tendentes a melhorar as condições de alojamento dos quarentenários*<sup>251</sup>.

A esse espaço de quarentena de doentes contagiosos reporta ainda o ofício ofício nº 227 de 15 Abril de 1879, mais concretamente na sua parte final, mostrando que reconhecia o Governador Geral António de Nascimento Sampaio a necessidade de se continuar com as obras no Lazareto da cidade Praia, de modo a torná-lo mais completo e

---

<sup>251</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [relatório] 1878 Outubro 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 86f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

no caso de satisfazer mais eficazmente no seu fim. Salientava que as obras que nele haviam sido feitas correspondiam aos poucos recursos de que se tinha podido dispor pela verba ordinária. Dizia que, *tem sido apenas as indispensáveis para elle funcionar para uma quarentena e receber os quarentenários, tornando-se difficil e dispendioso sempre que necessário proceder a beneficiações de cargos*<sup>252</sup>.

Usava os seus argumentos de seguinte maneira para convencer a metrópole da necessidade de se continuar com as obras desse Lazareto:

*[...] Como único Lazareto que há n'este archipelago é de absoluta necessidade continuar ali trabalhos de modo a tornal-o mais completo e nos casos de satisfazer cabalmente sempre que haja de se proceder a quarentenas, e de applicar rigorosamente as disposições do regulamento de sanidade[...]*<sup>253</sup>.

Sobre os melhoramentos acima referidos realçava-se uma vez mais em 1880 o Officio nº 480 da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde, as reparações e arranjos de que precisava o Lazareto da Praia, que merecerem ser participadas pelo então Director, *Claudino Augusto Carneiro e Souza e Faro* ao Conselheiro Geral do Ultramar em 1880,<sup>254</sup> explicando: *para fins convenientes, tenho a honra de participar a Vossa Excelência que em sessão do conselho de serviço technico foi approvedo o orçamento da despesa com as reparações e arranjos de que precisa o Lazareto da Praia na importância de reis 240:000 reis, devendo proceder-se aos*

---

<sup>252</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Officio nº 227] 1879 Abril 15, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1879. 4f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

<sup>253</sup> Vide documento correspondente ao officio nº 227 de 15 Abril de 1879 do Governador-geral da Província de Cabo Verde dirigido ao Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar inserido como anexo nº 2 no capítulo II para documentar a forma como era descrita a primitiva igreja de Nossa da Graça, anteriormente existente no antigo largo da Igreja. Daí o seu estudo inserindo-a nesse largo que serviu de base da estruturação do capítulo III. A descrição do estado dessa igreja foi uma forma encontrada para se alertar as autoridades da metrópole acerca da necessidade da construção do novo templo da Praia, abordado no capítulo IV.

<sup>254</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Officio nº 480] 1880 Setembro 16, Ilha de Santiago [a] Conselheiro Geral do Ultramar [manuscrito] 1880. 1f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.



*trabalhos indispensáveis a pouco e pouco conforme o permittirem os recursos ordinários da província*<sup>255</sup>.

Parece que mesmo por volta de 1890 o referido Lazareto ainda necessitava de reparos ou que *precisava ser estabelecido n'outro lugar mais distante da cidade*<sup>256</sup>, tal como aludia António de Paula Brito. Deixa entender a sua localização na Ponta Temerosa e o facto de insistir na necessidade do seu estabelecimento em lugar mais distante vem revelar o carácter perigoso das possibilidades de propagação das moléstias que afectavam as pessoas em quarentena. A finalidade deste edifício visava proteger os restantes membros da comunidade dos perigos de contágio de epidemias que grassavam não só na cidade mas também que estavam disseminados nas zonas de origem dos navios que escalavam o porto da Praia. Tais doenças eram muitas vezes originárias de outros espaços onde ocorrem epidemias. Chegavam no arquipélago no quadro do movimento portuário da urbe da Praia, através dos navios que escalavam o respectivo porto.

O edifício que serviu de Lazareto na Ponta que chega aos nossos dias chegou a funcionar como parte das instalações do Seminário S. José da Praia.<sup>257</sup> O primeiro ano de funcionamento seminário reporta-se a 1952<sup>258</sup> e edificação que o nosso objecto de estudo serviu de dormitório dos seminaristas é a seguir apresentado como *figura 19*, onde destacamos a sua vista panorâmica e o seu elegante alçado principal.

---

<sup>255</sup> Vide anexo nº 8 - Ofício nº 480 série de 1880 da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde de 16 Setembro.

<sup>256</sup> BRITO, António de Paula - Subsídios para a corographia da ilha de S. Thiago .... p. 47.

<sup>257</sup> O Seminário Diocesano de S. José da Praia nasce dentro duma tradição que mergulha as suas raízes nos primeiros tempos do esforço missionário português em Cabo Verde. Surgiu de uma necessidade de por cobro à falta de uma instituição cujo objectivo é formar jovens que mais tarde pudessem ingressar ou seguir a vida eclesiástica, sob o protagonismo do Bispo D. José Colaço, que antes da sua tomada de posse como responsável máximo da igreja em Cabo Verde, iniciou contactos antes da sua chegada a Cabo Verde junto das entidades da Igreja em Portugal na sequência do encerramento de Seminário-Liceu de S. Nicolau.

<sup>258</sup> Relatório de Viagem de Estado às ilhas de Cabo Verde no ano de 1952. Acessível no Instituto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IANTT) – Arquivo de Salazar, AOS/CO/UL – 36, Pasta 1.

**Figura 19 - Imagem panorâmica do Lazareto da Ponta da Temerosa - Praia conjugada com a vista do alçado seu principal**



**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Maio/05**

Este complexo tido como uma construção do tipo palacete está situado em frente ao conjunto mais modernamente edificado para o seminário, no enfiamento duma faixa interna calcetada. Foi construído a partir duma estrutura semelhante às bases concebidas, para edifícios revivalistas do classicismo. Coberta de telha a quatro águas, possui um alpendre no alçado lateral esquerdo que lhe confere uma certa dignidade, associada à fisionomia da sua frente principal com características que lembram edificações clássicas com uma escadaria, a anteceder a entrada ainda que simples impõe-se com certa magnificência, um pódio, e colunas, muito simplificadas na sua forma construtiva. Estes últimos elementos são sobrepostos por uma belo beiral que evita que a água que escorre da cobertura não caia sobre a entrada no alçado principal. Quer a porta central quer as janelas envidraçadas que a ladeiam de modo bem equilibrado são enquadradas por elegantes molduras. A entrada com porta simples mas almofada de duas bandeiras possui lumiera para melhorar a iluminação interna. A nível do soco nota-se que foi aplicado uma solução decorativa à base de revestimento do reboco com lâminas pedras de igual espessura. As influencias a que nos referimos anteriormente demonstram que o arquitecto, ou ter-se-á inspirado na arquitectura clássica e feito emergir em pleno século XIX na Ponta da Temerosa uma obra de cariz neoclássica, estilo que já se tinha difundido pela Europa em finais do Sec XVIII e boa parte do séc. XIX e zonas de influência, incluindo as possessões portuguesas como foi o caso de Cabo Verde.

De acordo com, Nicole Tuffelli, referindo-se a arquitectura dessa época, no plano urbanístico, as cidades de uma forma geral são equipadas com todo de uma série

de edifícios públicos com características de palacetes readaptados para outras funções tal como aconteceu com o edifício em causa que depois de ter funções de espaço que albergou leprosos foi readaptado tendo em conta as novas funções direccionadas para o primeiro seminário da ilha de Santiago.

Dum modo geral na sua edificação obedeceu-se a um programa arquitectónico progressivamente definido que, normalmente, tem em conta a função de cada edifício e como refere a autora atrás referida, este tipo edifícios com a aparência evidenciada, remete-nos para o passado através de imitações<sup>259</sup> que ostenta. Embora, possamos observar tratamentos específicos que são da própria época.

#### **4. O Farol D. Maria Pia**

O Farol D. Maria Pia surge no mesmo contexto em que apareceram os outros faróis de Cabo Verde. Analisaremos os contributos desse farol para o apoio à navegação marítima na sua área de abrangência. Realçaremos o momento da sua construção e inauguração e apresentaremos uma leitura iconográfica da obra. Finalmete descaremos as suas potencialidades enquanto monumento histórico que guarda aspectos da memória colectiva do povo de Cabo Verde relacionada com aspectos da história da actividade marítima envolvendo estas ilhas.

##### **4.1. O Farol D. Maria Pia e o aparecimento de outros faróis em Cabo Verde**

Mergulhando um pouco na história dos faróis nas ilhas de Cabo Verde se nos afigura salientar que neste Arquipélago, os primeiros faróis só apareceram nos fins do séc. XVIII, princípios do séc. XIX. Espalharam-se um pouco por todas as ilhas<sup>260</sup> com objectivo evitar ou tentar minimizar os sucessivos naufrágios e indicar as áreas de risco, nomeadamente as zonas baixas do litoral. Foram normalmente construídos nas encostas e em posições úteis para a navegação. Existem faróis de grande e de pequeno alcance, e os farolins que servem para indicar a entrada nos portos, docas e nas baixas.

---

<sup>259</sup> TUFFELLE, Nicole – A Arte do séc. XIX (1848-1905). Lisboa, Edições 70, 2000, pp. 96-98).

<sup>260</sup> Oliveira, Emanuel Charles de – Cabo Verde na rota dos naufrágios. In: *Jornal A Semana* n° 5/2006. *Suplemento sobre a Cidade da Praia* p. 28.

Importa salientar que *a penúria em que se vivia no final do séc. XIX, associada às limitações tecnológicas e ainda a uma administração e burocracia retrógradas, adensam os obstáculos e dificuldades impostos pela natureza, transformando em heróis todos os intervenientes na edificação dos faróis. Tal estatuto abarca a difícil e onerosa decisão superior, inclui igualmente a ousada e provada engenharia na modelação de perigosas vias por onde deviam passar gente e material para a construção, equipamento e manutenção dos faróis.*<sup>261</sup>

De acordo com a literatura consultada, os faróis classificam-se em faróis marítimos, destinados exclusivamente à navegação marítima, têm um feixe luminoso com uma pequena abertura angular vertical; faróis aéro-marítimos, vocacionados para apoiar a navegação marítima e aérea, sendo o seu feixe de grande abertura angular e vertical; e, barcos-faróis, fundeados em locais onde não é possível a instalação normal de um farol, construídos com acento de argamassa perante a falta de condições naturais.

Conforme o alcance da luz, o farol está directamente relacionado com a sua altura, com a sua potência luminosa, sistema óptico e também com a transparência atmosférica. No entanto, é a característica do feixe luminoso, sua cor e intensidade o que mais interessa para a identificação de um farol. Os faróis em Cabo Verde desempenharam e continuam a desempenhar um papel importante no que diz respeito a navegação nas perigosas encostas desse arquipélago, uma vez que as ilhas caboverdianas careciam de portos totalmente seguros. No passado era necessário um grande esforço para evitar os sucessivos naufrágios e acidentes que se registavam principalmente, nas entradas dos portos e das baixas.

Com pouca divulgação histórica, os faróis desempenharam um papel relevante na navegação europeia no período pós descobrimento, nas águas do atlântico deste espaço arquipelágico tendo em conta que Cabo Verde funcionou como uma ponte de escala obrigatória para os navios que circulavam no atlântico.

Em Cabo Verde existem cerca de 70 faróis, distribuídos pelas ilhas, sendo 5 de aterragem destinada ao apoio do tráfico aéreo, os restantes exclusivamente marítimos

---

<sup>261</sup> Oliveira, Emanuel Charles de – Fontes Pereira de Melo, a memória que precisa ser preservada. In: *Jornal A Semana* n.º 5/2006. Suplemento sobre a Cidade da Praia p. 28.

para indicarem a aproximação dos portos docas e baixas. O *quadro 3*, que se segue, corresponde à lista dos faróis existentes nestas ilhas.

**Quadro nº 3 - Lista dos faróis existentes nas ilhas de Cabo Verde**

| <b>Ilhas</b>             | <b>Quantidade</b> |
|--------------------------|-------------------|
| Santo Antão              | 6                 |
| São Vicente              | 8                 |
| Santa Luzia              | 3                 |
| Ilhéu Branco             | 1                 |
| São Nicolau              | 7                 |
| Ilha do Sal              | 10                |
| Ilha da Boavista         | 8                 |
| Ilha do Maio             | 5                 |
| Ilha de Santiago         | 13                |
| Ilha do Fogo             | 5                 |
| Ilha da Brava            | 3                 |
| Ilhéus secos ou do Rombo | 1                 |
| <b>Nacional</b>          | <b>70</b>         |

Fonte: Direcção Geral de Marinha e Portos, Delegação do Mindelo, São Vicente, Cabo Verde.

#### 4.2. Construção e inauguração das instalações

Em 15 de Abril de 1879, estando consciente o Governador Geral das obras de primeira a necessidade para a província de Cabo Verde dirigiu um Ofício ao Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar a propósito das obras indispensáveis à província de Cabo Verde. No mesmo exortou para as edificações que julgava prioritariamente necessárias. No mesmo ofício destacava a necessidade absoluta *de prover a iluminação da archipelago*<sup>262</sup>, começando por estabelecer e construir alguns *faroës*, especialmente que tivessem por fim auxiliar a navegação para o porto grande da ilha de S. Vicente, onde a concorrência de navios era extraordinária e aumentava consideravelmente.

Relativamente ao meio de iluminação previsto para Praia, o *Pharol de luz fixa, systema lenticular de 4ª ordem na ponta da Temerosa da ilha de S. Thiago*, tal como é referido na documentação por volta de 1880, previu-se que fosse assente sobre uma torre

<sup>262</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 227] 1879 Abril 15, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1879. 4f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 164.

em alvenaria de secção octogonal e compreendendo alojamento para o pharoleiro. Nessa altura a Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde justificava a premência desse farol nestes termos:

*[...] Tem a experiência demonstrado a instante necessidade que há de alumiar a entrada do porto da Praia, cujo movimento marítimo de há muito reclama este beneficio. Não cabendo nos recursos da província a collocação simmultanea de pharoes nas duas pontas que formam a bahia do ancoradouro, não podia deixar de merecer preferêcia nas duas pontas que formam a bahia do ancoradouro, não podia deixar de merecer preferêcia a da Temerosa, pois no prolongamento da pequena península deste nome há uma restrinja de rocha, obrigando os navios que demandam o porto da Praia a darem um grande resguardo, sendo portanto este o ponto que primeiro convêm assignalar [...]*<sup>263</sup>

O projecto e orçamento desta obra, cuja execução e da máxima vantagem para a navegação e para o commercio desta ilha, foram approvadoas pela portaria do governo-geral nº 36 de 22 de Janeiro do corrente anno.

Reportando-nos ainda ao farol D. Maria Pia<sup>264</sup> nosso principal objecto de estudo neste momento, constamos que num trabalho de Daniel Pereira veio mostrar igualmente que esse meio de iluminação do arquipélago, particularmente da zona da Praia, e vários faróis de Cabo Verde emergiram durante o reinado de D. Luís I. Eram necessários para dar resposta à problemática da insegurança dos portos. A sua construção iniciou a 7 de Novembro de 1880 e foi inaugurado do dia 13 de Junho de 1881.<sup>265</sup>

Efectivamente, constatamos no officio nº 31/1881 de 20 de Junho o Governo-geral António de Nascimento Sampaio informava que, a 13 do mês referido Daniel Pereira,

---

<sup>263</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Officio nº 299] 1880 Maio 18, Ilha de Santiago [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1880. 19f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 164.

<sup>264</sup> A Rainha D. Maria Pia (1847-1911), era filha da arquiduquesa Maria Adelaide de Áustria e de Victor Manuel do Piemonte, rei da Sicília (1849) e de Itália, depois da unificação em 1869. Casou com 15 anos de idade com o rei de Portugal, D. Luiz I.

<sup>265</sup> PEREIRA, Daniel A. O Farol da minha infância. In: *Praia Santa Maria* n.º2/2002. Praia. Fernando R.T. Ortet/02. p. 42.

pelas 7 horas da tarde se inaugurava na Cidade da Praia e Ponta da Temerosa, o primeiro *pharol* da província de Cabo Verde e comunicava-se também que em homenagem a Sua Majestade a Rainha, se lhe deu a designação de Pharol Maria Pia<sup>266</sup>.

Explicava aquela autoridade máxima no arquipélago que se acabava-se assim de responder a uma clara necessidade, dado que o *archipélago* não tinha única luz, que a navegação nacional e estrangeira *instantemente* reclamava, e que naquele dia teve o a satisfação de ver concluído esse farol. Expressava a sua satisfação da forma como a seguir transcrevemos:

[...]tive a satisfação de o ver concluído e de o inaugurar no dia em que completava o terceiro anno da minha administração n'esta província, (...) devo confessal-o a Vossa Excelência, encontrei em torno a mim, por parte da junta da Fazenda e da Direcção das Obras Publicas o mais decedido apoio e boa vontade [...]<sup>267</sup>

No mesmo officio se assegurava ao Ministro e Secretario d'estado dos Negócios da Marinha e Ultramar que estava já encomendada a lanterna e torre de ferro para o farol do Ilhéu dos Pássaros, na ilha de S. Vicente, e que estava empregando os seus esforços e ardente desejo em dotar a província de Cabo Verde de alguns *pharoes e phrarolins* de porto.

Verificamos ainda na literatura consultada um reconhecimento da função deste farol enquanto luz que tem guiado os marinheiros e pescadores que navegam pelas águas do Atlântico, nas proximidades da ilha de Santiago, destacando-se igualmente que o farol em estudo tem muitas histórias de vidas que foram salvas, sendo hoje um lugar tranquilo e aprazível para bons momentos de contemplação mar oceânico e de divagação sobre os mais diversos acontecimentos gloriosos ou macabros que possa a nossa imaginação fantasiar.

---

<sup>266</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1881 [Oficio nº311] 1881 Junho 20, [a] Ministro e Secretario D'Estado da Marinha dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1891. 3f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

<sup>267</sup> Vide anexo nº 9 - Oficio nº311/1881 do Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1881 dirigido ao Ministro e Secretario D'Estado da Marinha dos Negócios da Marinha e Ultramar.

### **4.3. Descrição e análise do monumento**

O Farol D. Maria Pia localiza-se na Ilha de Santiago, no extremo Sul da Cidade da Praia, na localidade da ponta Temerosa (Prainha). A Norte confronta-se com o Seminário de S. José, a Sul com o Mar, a Este com a praia balnear de “Quebra canela” e a Oeste com praia balnear de “Prainha”. Ele é avistado de quase toda a cidade, sobretudo do lado Sul, em particular do platô, Achada Santo António e Achada Grande.

Este farol é considerado um dos marcos da cidade capital, a sua inauguração coube ao Governador, Capitão-de-fragata António do Nascimento Pereira Sampaio, ascendente do ex. Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio. Esteve também presente na cerimónia o presidente da câmara de então, o senhor Henrique Vasconcelos.

Desempenha a função de aterragem, assim como de aproximação do ilhéu de Santa Maria e do actual porto da Praia. O anexo deste, durante sete anos serviu como residência do faroleiro Senhor Malaquias e sua família mas, essa função é habitual em quase todos os faróis de Cabo Verde, talvez não só como objectivo de garantir uma habitação ao faroleiro e a sua família, como também uma forma de garantir a presença permanente no farol que em certos casos se situa em locais distantes da comunidade e de difícil acesso.

Noutros tempos, como vimos acima este espaço serviu também de miradouro e aí foi instalado primeiro ponto deste capítulo, dado que desse ponto era possível observar bem o oceano e se poder alertar dos perigos vindos mar.

Do ponto de vista formal observamos uma composição à mesma anexada a torre faroleira. Este edifício é uma construção de pedra e argamassa, coberto de betão, com as paredes laterais lisas, salientadas por um remate em forma cornijas contínuas onde se salientam dois finos um frisos paralelos. Do lado direito apresenta três janelas expostas de modo regular sendo as duas primeiras ligeiramente maiores sendo todas rematas por lintel em arco, talvez uma forma encontrada para enfatizar a estética construtiva em voga na época, de resto características que observamos em muitas edificações erguidas um pouco por toda urbe da praia em finais do século XIX. Eisem seguida, a imagem



que mais se destaca desse edifício quando observado de longe ou seja o seu alçado lateral apontado como *figura 20*.

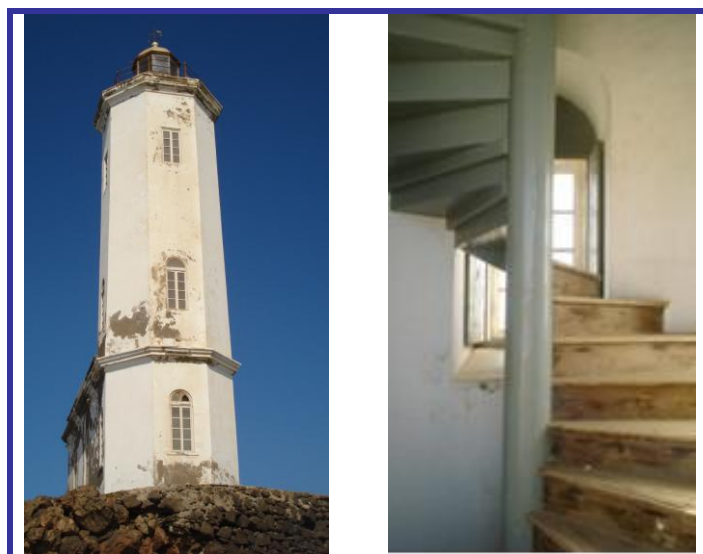
**Figura 20 - Alçado lateral esquerda - imagem do farol D. Maria Pia que mais se destaca quando observado de longe**



**Fonte:** Exposição 150 anos da Cidade da Praia organizada no ISE entres 15 e 30 de Maio de 2008.

Como podemos observar o edifício foi delineado com uma porta principal que dá acesso ao complexo, ostentando a torre do farol dois anexos, sendo um logo na entrada, separado da torre e, um outro colado ao farol propriamente dito. O primeiro anexo é coberto de telha marselhesa, a duas águas, o segundo é de betão. A torre é octogonal e ostenta onze janelas. Essa torre contém um varandim de ferro suportado por uma cornija e termina por cúpula também de forma octogonal com o pináculo arredondado rematado por quatro pontos cardiais como consta da figura 21

**Figura 21 -Torre octogonal do farol e escadaria interna em forma de caracol**



**Fonte:** Exposição referida na figura anterior e imagem recolhida no local no âmbito deste trabalho.

Como vemos na figura acima essa escadaria projecta-se em direcção à cúpula em forma de caracol até ao cimo do farol.

O edifício possui um interior, não exibido por falta de espaço, que ostenta um pavimento concebido à base de argamassa e uma cobertura revestida de madeira pintada e tecto falso. O interior da torre cuja imagem é evidenciada na figura acima é estruturado como uma coluna alta, onde se ressalta uma escadaria de ferro e madeira que vai desde o chão até o candeeiro existente no cimo da torre. Este candeeiro faz parte de uma complexa estrutura em ferro e vidro bem resistente, por sua vez enquadrada por uma espécie de cabine, rematado pela cúpula a que já nos referimos, donde irradia a luz que guia a navegação. Esta estrutura é a seguir apresentada como *figura 22*.

**Figura 22 - Estrutura em ferro e vidro de protecção do candeeiro emissor de luz que guia a navegação**



**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Março/08**

A cúpula é igualmente octogonal, estruturada por sua vez em de metal tendo no seu interior a lâmpada que funciona hoje à base de electricidade, tendo anteriormente funcionado através do gás. Trata-se de candeeiro é de vidro com uma complexa protecção de ferro que serve para a sua preservação.

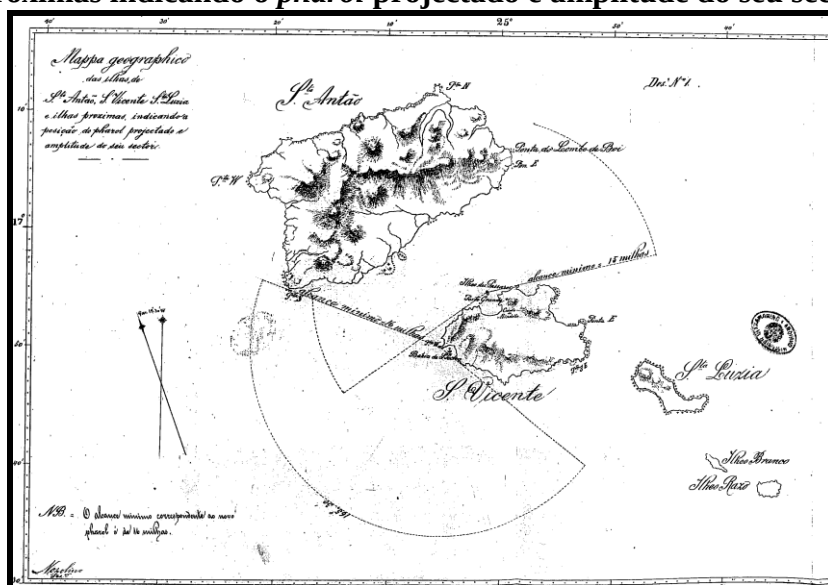
Este farol possui dois tipos de anexos, sendo o primeiro logo à entrada separada da torre e um segundo anexado a mesma torre. O primeiro serve de residência do faroleiro é coberto de telha marselhesa, a duas águas, e o segundo, dependência da habitação é coberto de betão.

Os faróis podem ser vistos como potenciais monumentos históricos tendo em conta a memória colectiva que guardam para a posteridade e as possibilidades de estudo que abrem sob ponto de vista estético ou seja os estilos construtivos que os suportavam bem como a sua função de orientação para os homens do mar e do ar.

Salientamos por fim, a relação existente entre este farol e demais guias luminosos que integram todo o complexo de apoio à navegação marítima concebido para o arquipélago de Cabo Verde. Constatamos na documentação consultada que, o farol em referência e os demais faróis existentes na ponta Oeste da ilha do Sal, na ponta leste da ilha d S. Nicolau e no ilhéu do Porto de Sal Rei na ilha da Boavista, complementam o conjunto de faróis que formam o eixo mais importante de apoio à navegação nestas ilhas que é o situado no zona do canal entre S. Vicente e Santo Antão, tal como é referido nos textos de arquivo.

Dada importância que reveste o desenho relativo à localização dos faróis projectados para a mais importante zona de apoio à navegação transatlântica encontrado no meio de documentação avulsa, numa das caixas que integram o acervo da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar - 3ª Repartição, relativa a Cabo Verde no AHU em Lisboa, que apresentamos abaixo como figura 23.

**Figura 23 -*Mappa geographico* das ilhas de Sto. Antão, S. Vicente Sta. Luzia e ilhas próximas indicando o *pharol* projectado e amplitude do seu sector**



Fonte: Desenho avulso Acessível no AHU. Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 169.

Nessa altura destacou-se a importância que já revelava o Porto Grande em S. Vicente, como ponto de escala obrigatório das grandes linhas de navegação que cruzavam o atlântico, no relatório<sup>268</sup>. Nesse documento referia-se também que o principal melhoramento de que a ilha, a par de outras carecia era a colocação de alguns faróis para facilitar a navegação. Referia-se no caso do eixo que envolve as ilhas de S. Vicente e Santo Antão ao canal que separa as duas ilhas e à entrada de navios durante a noite no seu porto principal que era o de Mindelo. Esse melhoramento foi realçado como sendo de um alcance incalculável para o desenvolvimento da ilha e um valioso serviço que se prestaria à navegação transatlântica.

Oficialmente era reconhecido que a embocadura leste do canal era a mais importante para a grande navegação, pelo que tornava-se indispensável a colocação de um farol na ponta leste da ilha de Santo Antão, pelo que se delineou o raio de acção que deveria ter esse complexo como vimos acima que tinha que ter um alcance não inferior a 20 milhas e para um navio que avistasse o farol das ponta leste da ilha de Santo Antão poderia facilmente demandar o porto grande da ilha de S. Vicente. Por isso era indispensável que a entrada deste porto fosse indicada por outro farol, que pudesse ter menor alcance que o primeiro e que, de preferência, fosse colocado no ilhéu dos pássaros, como veio a acontecer, e assim, a luz do ilhéu passou a iluminar as duas entradas do canal que liga S. Vicente e Santo Antão complementado com uma luz com alcance mínimo de três milhas no desembarcadouro da Vila de Mindelo.

Estudada da zona costeira, que constitui uma extensão do cento histórico no extremo sul, por excelência, o pólo impulsionador do núcleo urbano primitivo e da estruturação da urbe oitocentista, em virtude das estratégicas edificações erigidas para o progresso económico futuro da urbe, seguimos em direcção ao *Plateau*, onde prosseguimos com a descrição e análise dos antigos eixos urbanos e edificações representativas dos núcleos primitivos.

---

<sup>268</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [relatório] 1878 Outubro 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 86f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163.

## **CAPÍTULO II**

### **ANTIGOS EIXOS URBANOS E EDIFICAÇÕES REPRESENTATIVAS DOS NÚCLEOS PRIMITIVOS**

Neste capítulo estudaremos, os primitivos eixos urbanos localizados nos extremos sul/sudeste onde se erigiram edificações representativas dos primeiros núcleos urbanos do povoado da Praia. Referimo-nos ao largo da Igreja que também ostentou o estatuto de praça como veremos mais à frente, quando passou a designar-se Praça Sá da Bandeira, com todas as características duma praça moderna, exibindo inclusivamente, o seu coreto ostentando por volta de 1921; ao largo da Bateria, expressão das preocupações de defesa do porto e da futura cidade; e, a um antigo bairro da cidade oitocentista, o da Ponta Belém, situado mais a ocidente que se começa a estruturar-se também a partir da mesma época nas proximidades dos largos mais antigos, constituindo por conseguinte um dos espaços primitivos do Centro Histórico da Praia.

Aproveitamos o ensejo que se nos apresenta, para salientar que o conceito de praça está ligado à ideias de espaços públicos historicamente estruturados nas cidades europeias e que se formaram de forma natural como eixos urbanos livre de edificações, a partir dos planos de construções importantes que foram sendo erigidas em seu redor, como igrejas, e edifícios públicos oficiais. No século XIX, afirmaram-se através do desenho urbano promovido por defensores do urbanismo como Haussmann em Paris. Na concepção dessa época uma cidade é entendida como uma casa e a praça seria uma espécie de *hall*, adornado com mobiliário urbano, tal como alude, a este propósito, Pedro Babiano Braga às peças de arte pública, entre muitos outros móveis, para animar as zonas lúdicas e de lazer<sup>269</sup>. Igualmente na mesma lógica evidenciada pelo autor a ornamentação com espaços verdes estaria inserido nesse novo gosto decorativo, atraente e passível de propiciar uma vivência social nova. Segundo Babiano Braga este gosto tornou um modelo oferecido e copiado em França e por todo o mundo ocidental que abrange Portugal e deste, a nosso ver, transplantado para as suas colónias como é o caso em estudo. Estes pressupostos estariam na base de todo o esforço de decoração dos largos e praças do Centro Histórico da Praia com peças da arte pública incluindo o

---

<sup>269</sup> BRAGA, Pedro Babiano – Mobiliário urbano: o coreto em Lisboa. In: Actas das Jornadas inter e pluridisciplinares sobre a Cidade. Lisboa: A universidade aberta, 1993, pp.222-234.

ajardinamento urbano, que teremos a oportunidade dar realce ao estudarmos os vários eixos urbanos com as características acima enunciadas ao longo desta segunda parte.

Após estudarmos o eixo urbano em referencia bem como as principais obras arquitectónicas aos mesmos associados, incluindo as que já não existem que dedicaremos a nossa atenção ao largo da Bateria, que lhe é contemporânea na estruturação<sup>270</sup>.

## **1. Contexto espacial dos largos da Igreja e da Bateria**

Quer as construções desaparecidas, quer as que se mantêm intactas nestes dois largos tiveram o privilégio de representar, quando Praia era vila e após a sua elevação a cidade, os três poderes essenciais na estruturação de um núcleo urbano a saber: o religioso, cujo testemunho é a primitiva igreja de Nossa Senhora da Graça, demolida na passagem do século XIX ao século XX e substituída, noutro local, na outrora praça do Pelourinho; o administrativo, evidenciado pela presença da sede do governo-geral primitivamente localizado entre os largos da Igreja e da Bateria; e, o poder militar dependente do governo-geral, traduzido pela presença dos estabelecimentos militares principais da vila mais confinados ao largo da Bateria<sup>271</sup>. Entre edificações oficiais contemporâneas aos já referidos não mencionamos as mais relevantes como o porto e a alfândega já estudados no capítulo I a casa da câmara localizada no largo imediatamente a seguir que será analisado no capítulo seguinte, bem como a escola principal e o hospital erigidos em largos do eixo norte e nordeste do centro histórico.

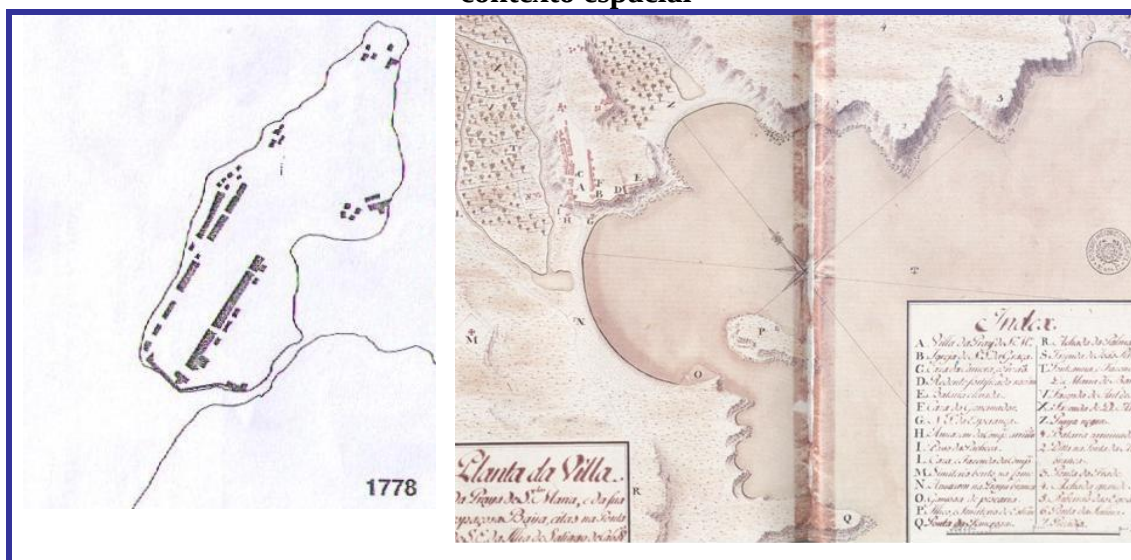
---

<sup>270</sup> A anterioridade destes dois eixos urbanos e das respectivas obras arquitectónicas em relação às demais praças ou largos e ruas da cidade tradicional explica o seu tratamento em capítulo que antecede os demais eixos urbanos e as respectivas edificações. Na aplicação deste esquema conceptual, procuramos consagrar alguma coerência na evolução histórica do povoado da Praia, no tempo e no espaço a partir da evolução dos diferentes eixos urbanos seguindo um desenvolvimento que partiu da parte sul em direcção a norte e se quisermos, antecedida provavelmente, da ocupação da zona litorânea, cujo tratamento foi dado em capítulo inicial, embora estejamos conscientes de que a formação dos eixos urbanos em crescimento no sentido sul/norte não terá ocorrido de modo linear como salientamos na introdução deste trabalho.

<sup>271</sup> Uma vez que o largo da bateria é referenciado na documentação como muito antigo, optamos por nesse eixo, inserir o estabelecimento militar de maior porte, o Batalhão e Companhia de Caçadores da Praia, embora o alçado principal desse quartel esteja voltado para rua do Corvo. O largo em referência ostenta esse nome por, tradicionalmente, ter sido estado o primitivo elemento de defesa do burgo do tipo fortificação aí implantado.

As obras arquitectónicas inseridas num contexto espacial mais abrangente e que compõem o núcleo urbano primitivo em estudo são referenciadas num mapa da vila da Praia, cujo recorte é apresentado em seguida na *figura 1* para uma melhor elucidação.

**Figura 1 - Planta da vila da Praia datada de 1876 e da sua inserção no respectivo contexto espacial**



Fonte. Fonte: FAZZINO, Enzo (Coordenação de) - Plano de Salvaguarda do Centro Histórico da Cidade da Praia, Edição da Comissão das Comunidades Europeias Cabo Verde 1991, p. 18 e AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens. Lisboa. Edição de Memórias da Junta de Investigação do Ultramar.1964. p. 333.

Com a ajuda dos dados acima evidenciados nas cartas e no índice do mapa do lado direito na figura, tem-se uma ideia do local onde estariam situadas algumas das edificações em estudo por volta de 1778.

Com efeito, pela planta e respectiva legenda verificamos que nos largos dos extremos sul e sudeste do pequeno planalto que correspondiam a um núcleo urbano em formação e onde se começou a estruturar o Centro Histórico da Praia, ou nas suas proximidades estavam: a antiga igreja de Nossa Senhora da Graça identificada pela B, os estabelecimentos militares de defesa do porto (D) e casa do Governador (E). Esta, na sua construção moderna como palácio dos Governadores gerais veio a ser implantado na parte central do largo da igreja e mais próxima do edifício sacro, embora esta se tenha transferido logo depois para outro local, mas no enfiamento da mesma rua onde foi edificado o palácio.

Para a melhor apreensão e estudo dos dois eixos urbanos e respectivas obras recorreremos à toponímia que evidencia as várias designações desses espaços, a outras referências escritas coevas e posteriores, bem como a imagens antigas e actuais dos mesmos. Por um lado, no que tange à toponímia destacamos um *mappa*, incluído no Edital da Câmara Municipal, referindo-se às denominações antigas e modernas desses eixos em 1876<sup>272</sup>. O mencionado mapa contém designações, incluindo aquelas que têm mais interesse neste capítulo ou seja as que vigoraram antes de 1876<sup>273</sup>. Ajudar-nos-á também, no labor da caracterização geral de cada área em análise um documento cartográfico disponibilizado pelo serviço competente da Câmara Municipal da Praia, que permite fazer o levantamento dos edifícios em diversos eixos urbanos da urbe<sup>274</sup>.

## **2. Antigo largo da igreja e o simbolismo das suas edificações**

No largo em estudo evidenciaremos uma caracterização geral, a sua funcionalidade e ornamentação, as edificações mais representativas do núcleo urbano primitivo em referência destacando-se a obra arquitectónica que foi a outrora residência oficial dos governadores. Não propriamente, uma construção dos tempos mais antigos, mas surge como herdeira da sua antecessora e modesta casa do governador cujas referências físicas não chegaram até nós.

### **2.1 Caracterização geral**

As denominações do largo em referência reportam a vários momentos da história da Praia. De acordo com dados recolhidos no Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação, nº 145/1961, a designação mais antiga – *Largo da Igreja* é anterior a 1876 e remonta à época em que nesse eixo urbano havia a antiga Igreja de Nossa Senhora da Graça.<sup>275</sup>

---

<sup>272</sup> *Boletim Oficial (B.O) da Província de Cabo Verde nº 7/1876*. Praia, Imprensa Nacional, pp. 36-37.

<sup>273</sup> Vide anexo nº 1, para uma visualização do *mappa* a que refere o artigo 1º do Edital datado de 1876 dessa data e o conteúdo do próprio edital.

<sup>274</sup> Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.

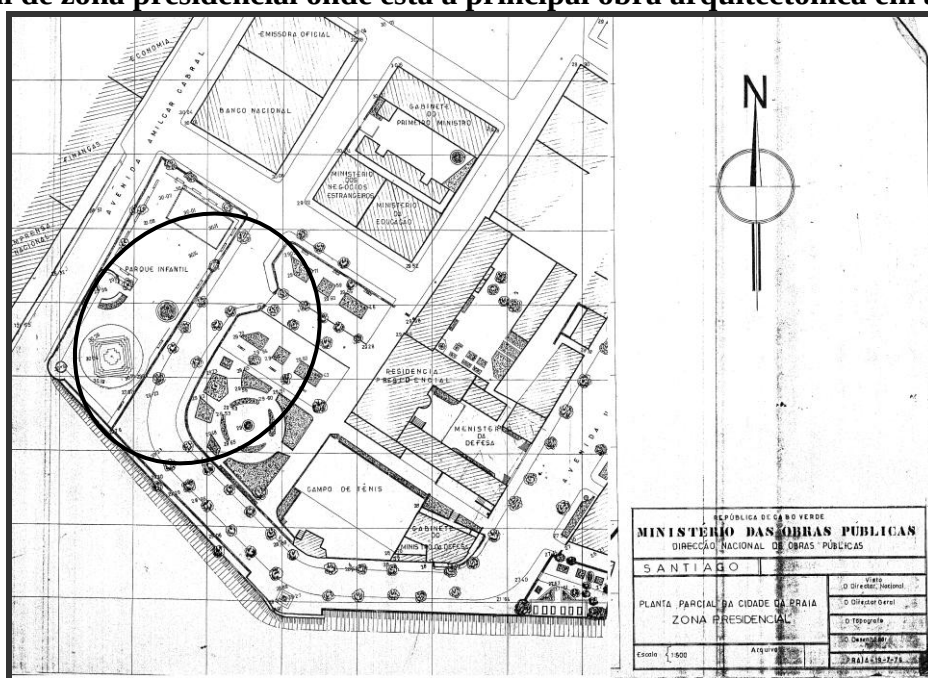
<sup>275</sup> Dada à importância dessa obra da arquitectura sacra, enquanto precursora da actual Igreja que conservou o nome da mesma santa padroeira e por que pudemos recuperar uma imagem dessa *igrejinha*, como é muitas vezes referenciada na literatura mais moderna, dar-lhe-emos o devido destaque como obra edificada nesse largo, embora já desaparecida.



*Esta primeira praça da cidade era o largo fronteiro ao edifício donde estão hoje instalados os serviços da fazenda e contabilidade, abrangendo a rua que passa em frete do edifício do Banco Nacional Ultramarino e parte do terreno hoje ocupado pelo parque infantil, «Praça D. Luís Primeiro (...)<sup>276</sup>*

A imagem seguinte, destacada como *figura 2*, corresponde à zona de localização deste largo. Na mesma está assinalada a principal obra arquitectónica em análise, isto é a antiga residência dos governadores, actual palácio da presidência. Tem como referências toponímicas as antigas ruas do Banco e Pedro Álvares Cabral.

**Figura 2 - Zona do antigo largo da Igreja na planta parcial da cidade na fisionomia actual de zona presidencial onde está a principal obra arquitectónica em análise**



**Fonte: Direcção Geral das Obras Públicas de Cabo Verde - Planta parcial da Cidade da Praia (Zona Presidencial) datada de 1976. Acessível nos antigos arquivos do MIT Gaveta nº 16.**

Referências contidas no documento que mencionamos anteriormente e que são posteriores a 1876 atinentes a este largo, dão-nos conta duma nova designação: *Largo Sá da Bandeira*. Terá sido, uma homenagem a Sá da Bandeira (1765-1876), notável estadista com relevantes serviços prestados na sua qualidade de Ministro de Estado, marechal de campo e director da Escola do Exército, tendo-se destacado como defensor

<sup>276</sup> Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação, nº 145, imprensa Nacional de Cabo Verde. Praia, Outubro de 1961, p. 34.

da causa da liberdade na altura em que se vivia numa sociedade escravocrata e valoroso militar.<sup>277</sup> Foi também Presidente do Conselho Ultramarino.<sup>278</sup> Esta atitude sobre a qual, refere a literatura consultada, visava tornar célebres para a posteridade homens como esse.

Perante a notabilidade de Sá da Bandeira somos levados a inferir da importância do largo em apreço na época. Ostentar na sua história o nome de tão ilustre figura da vida portuguesa de então só vem confirmar o seu valor enquanto primeiro largo da Cidade. Apesar disso não passava de um medíocre espaço urbano, cuja aparência estava em sintonia com a urbe da Praia em em estruturação confinada ao *Plateau* e que ostentava características de *um burgo pobre e desordenado*,<sup>279</sup> na sua função de capital que herdada da grandiosa e anterior Ribeira Grande<sup>280</sup>.

É também sintomático da importância atribuída ao largo em estudo, o facto da Câmara Municipal, em 1871, no tempo da sua antiga designação e altura em que era presidente era *Pedro Ricardo Sabino Lucas de Vasconcellos*. Na época foi tornado público em edital, uma postura destinada a vedar o trânsito aos *vehiculos* e *cavalgadas* pelo largo da *Egreja*.<sup>281</sup> A mesma postura fixava uma pena de *quinhentos reis* de multa pela primeira vez, e o dobro pelas reincidências dos infractores.

António da Paula Brito, apresenta esse largo, por volta de 1890, como o espaço que se nos depare ao subirmos as duas rampas do sul do *Plateau*. Segundo o autor ostentava um muro *donde se desfrutca a vista do porto e grande porção do oceano*.<sup>282</sup> E

---

<sup>277</sup> Revista *Contemporânea* n.º 4/1855. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855, p. 28.

<sup>278</sup> Este órgão de Administração do império Português foi criado e regulamentado por Regimento de 14 de Julho de 1642, para se ocupar de todas as matérias e negócios de qualquer qualidade que fossem relativos à Índia, Brasil, Guiné, ilhas de São Tomé e Cabo Verde e todas as mais partes ultramarinas. No conjunto das suas competências destacam-se a administração da Fazenda, a decisão sobre o movimento marítimo para a Índia, definindo as embarcações, a equipagem e as armas, o provimento de todos os ofícios de Justiça e Fazenda e a orientação dos negócios tocantes à guerra. Passavam, ainda, pelo Conselho Ultramarino os requerimentos de mercês por serviços prestados no Ultramar.

<sup>279</sup> CORREIA e SILVA – Espaços Urbanos de Cabo Verde. Lisboa, CNCDP, 1998, p.54

<sup>280</sup> A cidade da Ribeira Grande foi a primeira urbe portuguesa construída nos trópicos. Já tínhamos referido à mesma na primeira parte deste trabalho. No entanto dada à sua importância para ajudar a perceber o contexto do aparecimento de certas construções na cidade da Praia da mesma natureza e sequentes às que apareceram nessa cidade quinhentista voltaremos á mesma ao longo do desenvolvimento desta segunda parte.

<sup>281</sup> B. O. da *Província de Cabo Verde* n.º24/1871. Praia, Imprensa Nacional, 1871, p. 121.

<sup>282</sup> BRITO, António de Paula. Subsídios para a corographia da ilha de S.Thiago de Cabo Verde. Lisboa. Imprensa Nacional. 1889. p. 44. Acessível no AHU-Lisboa, p 43.

dando realce a esta vista reafirmamos que a partir desse largo tem-se uma visão panorâmica do eixo urbano correspondente à zona litorânea onde estão inseridas as edificações estudadas no capítulo I desta segunda parte.

O mesmo largo ficou também conhecido como *Praça dos Governadores*, não assumido oficialmente, mas que terá tido essa designação popular por aí estar o palácio do governo cuja referência vem expressa num postal antigo datado de 1921 como se pode ver na imagem seguinte indicada como *figura 3*.

**Figura 3 - Antigo largo da Igreja e Praça Sá da Bandeira - imagem datada de 1921**



Fonte: Álbum nº 8 - fotografias da ilha de Santiago, foto nº 21- Museu do IAHN-CV. Acessível no IAHN, Cidade da Praia Cabo Verde.

Neste antigo largo transformado em Parque Infantil ainda existente por volta de 1961 foi implantado na época do Estado Novo duas obras da arte pública: um obelisco e uma imponente estátua de Diogo Gomes<sup>283</sup> que estudaremos mais em detalhe ao abordarmos a sua decoração urbanística.

Em fim, na descrição deste largo concorrem para a sua melhor localização, como vimos anteriormente, a Travessa do Banco, onde foi o edifício do antigo Banco

<sup>283</sup> Aproveitamos a oportunidade que se nos oferece a ornamentação urbanística do largo, com de resto o faremos sempre que se tem essa possibilidade, para descrevermos e analisarmos, a obra escultórica, enquanto elemento de uma outra disciplina das belas artes. Neste caso, mais à frente dedicaremos as nossas atenções à estátua, que dá mais brilho ao espaço urbano em apreço e lhe confere mais dignidade, devido à importância da figura de Diogo Gomes no contexto da história da expansão portuguesa e de Cabo Verde.

Nacional Ultramarino. Esta travessa que aparece na toponímia anterior a 1876, veio posteriormente, a mudar-se de nome para atravessa do Salgado,<sup>284</sup> conservando-se no entanto na actualidade o antigo nome. Tem no seu enfiamento, o antigo edifício do correio, também identificado no mesmo documento como edifício da Junta do Comercio Externo. A leste está o imponente Palácio dos Governadores, como vimos, actualmente Palácio da Presidência da República, cuja importância justifica um estudo bem detalhado e com destaque em relação às outras edificações desse largo.

Ficaram ligados à estruturação do largo em referência no seu primitivo arranjo e posteriores melhoramentos, os governadores António Lencastre (1808 – 1813) e João da Matta Chapuzet (anos 20 do século XIX). O primeiro chega a definir um plano de estruturação urbanística, contendo arruamentos, largos e praças, onde se inclui seguramente o antigo largo da Igreja e delineou o desenvolvimento futuro da povoação. O segundo, que está ligado aos empreendimentos dos anos 20 do mesmo século, dá um novo impulso ao crescimento da urbe possibilitando o prosseguimento da extensão da vila para o norte.

A este largo foi também atribuída a designação desse Praça D. Luís, que não terá no entanto passado do papel, dado que as referências à mesma só constam da proposta feita pelo então Presidente da Câmara, Pedro Ricardo Sabino Lucas de Vasconcelos, em Fevereiro de 1873, em homenagem ao respeito ao monarca de então D. Luís, como podemos constatar no anexo já referido<sup>285</sup>.

A improbabilidade da efectivação da mudança da toponímia desse largo pode ser alvitrada a partir do mapa a que referia o artigo 1º do Edital, datado de 10 de Fevereiro de 1876, assinado pelo Secretário Geral do Governo da Província de Cabo Verde Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão Nesse mapa não constava esta nova designação.<sup>286</sup>

Ostenta hoje este largo um conjunto de obras arquitectónicas de elevado valor patrimonial, destacando-se a outrora residência oficial dos Governadores-Gerais da

---

<sup>284</sup> B.O. da Província de Cabo Verde Nº 7 de 1876. Praia, Imprensa Nacional 1876 p. 36.

<sup>285</sup> Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação nº 145/1961. Praia. Edição da Imprensa Nacional, 1961, p. 31

<sup>286</sup> B.O da Província de Cabo Verde Nº 7 de 1876... p.96.

Província, actual palácio da Presidência da República. O efeito de conjunto que se quis dar a este espaço urbano revela uma atitude imaginativa de quem o planeou, projectando para a posteridade um efeito visual que, faz atirar no observador a ideia de se estar perante um espaço nobre e onde os edifícios aí implantados, outra coisa não conferem à urbe, senão o correspondente prestígio.

Para além da noção de conjunto e a respectiva harmonização das diferentes construções ainda existentes neste largo outros aspectos são têm realce como o estatuto de centro cívico que já teve no passado enquanto passeio público. São ainda elementos que fazem com que as pessoas se aproximem dessa zona do centro histórico, o próprio antigo edifício do Banco Nacional Ultramarino, actual BCA, que tem para o largo a fachada principal.

Hoje é talvez a função de miradouro que mais desperta a curiosidade das pessoas para visitarem este largo, cujo valor simbólico, no nosso ponto de vista, reside mais na sua antiguidade, apesar de todos os seus atractivos acima referidos. Pela forma como foi estruturado, sem se esquecer a jardinagem e algum trabalho artístico no seu pavimento, parece que o seu modelo de planta centrada terá inspirado a organização dos outros largos ou praças que lhe sucederam.

É de se destacar que hoje é também corrente denominá-lo, zona da Presidência, como consta na planta acima mencionada porque aí está instalado no antigo Palácio dos Governadores a Presidência da República.

## **2.2. Funcionalidades e decoração urbanística**

A análise dos aspectos relativos às funcionalidades de um eixo urbano como é o caso em estudo corresponde na acepção mais corrente deste tipo de espaço público urbano a zona livre de edificações de forte pendor geometrizarante, neste caso trapezoidal, para onde confluem várias ruas.<sup>287</sup> Esta área, pôde no passado propiciar a convivência e/ou recreação para seus frequentadores. Tem uma funcionalidade parecida com a de

---

<sup>287</sup> Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001, p. 2229.

*praça*, sabendo-se que esta significação varia de população para população, de acordo com a cultura de cada lugar.

No caso do Largo da Igreja, de certa forma, foi estruturado segundo os padrões da cultura urbanística portuguesa, reflectida, no centro histórico da Praia que, durante muito tempo, viu os seus limites a coincidirem com os da própria cidade. Assim, na organização do espaço urbano em apreço espelha-se a herança da cultura europeia revelando o mesmo características típicas presentes em muitos largos surgidos em Cabo Verde, a começar pelo largo do Pelourinho na antiga Ribeira grande e em outros espaços do tipo espalhados pelos pequenos burgos do Arquipélago em alguns casos conhecidos como a designação de terreiro, como é o das Vilas da Ribeira Brava, em S. Nicolau e da Povoação, em Santo Antão.

De todo o modo o largo da igreja ostentou no passado características próprias relacionadas, provavelmente, com a sua função de primeiro largo duma urbe em desenvolvimento, que dada à sua função de centro de aglomeração de pessoas, tinha nas o mercado ou pelourinho dele muito próximo<sup>288</sup> e trás do edifício da Câmara Municipal.

Evidenciando um pouco mais os aspectos relativos à decoração urbanística realçamos um dado da documentação relativo a este largo que nos primeiros anos da década de 1870 parece estar associado à ornamentação desse largo em 1871<sup>289</sup> quando o governador Caetano Alexandre de Almeida de Albuquerque aludia na portaria nº 186 ao orçamento da arborização que se destinava ao mesmo e ao largo da Boavista na importância de 5000:000<sup>290</sup> reis. A este propósito chamou-nos a atenção os elementos vegetalistas de ajardinamento que aparecem muito bem cuidados em épocas posteriores como se pode ver na imagem referente à imagem datada de 1921 e acima exibida na figura

Por outro lado, parece igualmente ter havido uma preocupação em melhor valorizar o largo em referência na época do Estado Novo ao ser ornamentado com obras

---

<sup>288</sup> *Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação*, nº 145... p. 34

<sup>289</sup> Parece também essa alusão indicar que o primitivo quartel-general se situava nesse mesmo largo não se sabendo ao certo se no mesmo sítio onde veio a ser edificado o moderno palácio dos governadores em finais do século XIX, como veremos mais adiante.

<sup>290</sup> *B.O. da Província de Cabo Verde* nº 22/1871. Praia, Imprensa Nacional 1871.

da arte pública<sup>291</sup> como é o caso da estátua de Diogo Gomes implantado no seu extremo sul, cuja imagem seguinte, que equivale à escultura urbana em apreço, é destacada como *figura 4*.

**Figura 4 - Visão geral e pormenor da expressão facial da escultura monumental de Diogo Gomes tendo todo o monumento 5.15m de altura e só a estátua 3.30m**



**Fonte: Exposição comemorativa dos 150 anos da Cidade da Praia, ISE 15-30 de Maio/08; imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.**

O monumento acima exibido, concebido em ferro fundido é um exemplar da escultura monumental cuja execução pertence ao escultor Português Joaquim Correia<sup>292</sup> e é datado de 1956, tal como aparece indicado na própria obra. Trata-se de um exemplar da escultura monumental com forte sentido decorativo impregnado de idealismo e alguma palpitação anímica como uma das marcas do estilo do mestre em apreço<sup>293</sup>, espelhado no queixo levantado, no traje nobre, um olhar contemplativo do horizonte e do mar infinito. Este monumento tem valor intangível pelo seu interesse histórico - cultural que visa idealmente evidenciar a ligação entre Diogo Gomes e o

---

<sup>291</sup> REGATÃO, José Pedro – A arte pública e os novos desafios das intervenções nos espaços urbanos. Coimbra, Quimera Editores, 1996, pp. 61-65

<sup>292</sup> Joaquim (Correia ou mais merecidamente, o Mestre Martins Correia (1910-1999) artista escultor e detentor de uma obra que marca várias décadas da escultura, que o torna num dos maiores escultores portugueses do século passado. Para além de trabalhos produzidos em vários contextos em Portugal, com várias obras, nomeadamente a estatua de Bartolomeu Dias (1973), contribuiu para ornamentação de edifícios e eixos urbanos nas antigas colónias portuguesas como foi o caso do antigo largo da Igreja na cidade da praia com a sua estátua de Diogo Gomes mas também, na decoração escultórica da Capela do Pacote de Vera Cruz em Lourenço Marques, actual Maputo, as estátuas de Dada Vaidia e as dos quatro evangelistas, em pedra, para a Catedral de Bissau.

<sup>293</sup> PAMPLONA, Fernando – Dicionário de pintores e escultores portugueses vol I (ANJOS TEIXEIRA, Artur – 1880/1935). Barcelos: Distribuição Euro-Libris, 1991, pp.86-87.

empreendimento que proporcionou o achamento do arquipélago de Cabo Verde, como vimos na primeira parte deste trabalho.<sup>294</sup>

Um outro pormenor curioso na *figura 5* a abaixo apresentada, relacionada com esta obra escultórica e que revela o espírito idealista do autor é a representação do alma guerreira e atributo de um verdadeiro comandante expressos na espada que trás na mão esquerda e a figuração daquilo que pode ser tomado como livro de bordo, a mostrar que estamos perante um navegante e explorador que tem o cuidado de anotar as ocorrências da viagem.

**Figura 5 - Escultura monumental de Diogo Gomes ressaltando pormenores iconográficos curiosos**



**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.**

Os pormenores acima evidenciados, ligados à postura do queixo levantado mais evidente nesta imagem revelam uma personalidade firme e decidida de um homem convicto de ter conseguido alcançar os seus propósitos.

---

<sup>294</sup> Se nos afigura recordar, que na primeira parte deste trabalho, mais concretamente no ponto 1 - *Descoberta das ilhas de Cabo Verde* - inserido no capítulo II as narrações de viagens e aventuras que Diogo Gomes fez acerca dos descobrimentos da Guiné, ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde. Tais narrações foram publicadas por Gabriel Pereira e pelas mesmas, parece ser lícito aceitar o protagonismo de desse navegador, cuja estátua erguida no extremo sul do centro histórico da Praia o imortaliza em Cabo Verde.



Um outro elemento da ornamentação urbanística desse largo também implantado na época do Estado Novo é o obelisco<sup>295</sup>, cuja imagem apresentamos em seguida como *figura 6*.

**Figura 6 - Imagens panorâmica e de pormenor do obelisco com mais de 10 m de altura implantado no antigo largo Sá da Bandeira**



**Fonte: Imagem recolhida no âmbito deste trabalho em Fevereiro de 2008**

Trata-se de uma estrutura construída com o fundamento comemorativo para assinalar o triplo centenário da restauração de Portugal ocorrida em 1640 associada à ideia de nacionalidade que esteve por detrás desse facto histórico após 60 anos de monarquia dualista<sup>296</sup> e ao mesmo tempo, como era apanágio do Estado Novo, simbolizar a glória, a fé e o trabalho dos portugueses de Cabo Verde no momento em que para o sistema vigente era necessário criar um ambiente de auto-estima no povo das ilhas e gerar simpatias para com a ordem instituída<sup>297</sup>.

O obelisco cuja designação resulta do latim *obeliscus* ou *espeto* tem a sua origem no Antigo Egipto, tal como o apresenta Janson na sua *História da Arte*, visível na imagem que representa o templo de Luxor, no Egipto, à entrada do mesmo<sup>298</sup>.

---

<sup>295</sup> O valor comemorativo inerente a este obelisco é expresso em vários monumentos deste tipo que só aparecem em urbes que exprimem um paradigma do urbanismo e arquitectura de grande valor patrimonial.

<sup>296</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal Vol II*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 176

<sup>297</sup> Mais do que duma utilização de ordem funcional, o monumento como é o caso do obelisco em apreço para além de comemorar um acontecimento, simultaneamente, constitui um objecto artístico que melhora o aspecto do largo em estudo. A nosso ver a sua notabilidade hoje resulta mais da sua monumentalidade do que do significado histórico devido à ordem instituída que representa – a ditadura salazarista com toda a carga psicologia que envolve, o que acaba por ofuscar muito a sua importância histórica e de certo modo o seu valor estético.

<sup>298</sup> JANSON, H.W. – *História da Arte*. Lisboa, Fundação Caloust Gulnkian 1992, p. 66.

Alguns centros cívicos portugueses de reconhecida importância histórica edificadas em solo português e no ultramar, tal como a Cidade da Praia ostentam este tipo de monumento. Apresentam-no para entre outros fins melhorar a fisionomia desses centros. No caso do obelisco do antigo largo Sá da Bandeira pode ser descrito como um monumento que emerge de uma sistema construtivo de quatro lados que parece fazer parte do próprio artefacto, colado por meio duma estrutura intermédia a uma base octogonal de quatro degraus. Em essência corresponde a um pilar de argamassa em forma quadrangular alongada e que subtilmente se afunila em direcção a sua parte mais alta, ganhando a fisionomia piramidal que é acentuada ao terminar na sua ponta mais alta. Possui, de forma bem vincada, uma decoração nas proximidades da parte superior que corresponde às armas da república portuguesa e um pouco mais a abaixo numa face contígua a inscrição 1939 gravada em letras garrafais, bem visíveis na imagem de pormenor. Do ponto de vista da sua beleza melhora de modo significativo a imagem deste largo embora pareça faltar um gosto estético capaz de gerar uma continuidade do belo no largo unindo com harmonia este artefacto à escultura de Diogo Gomes e à obra arquitectónica de maior monumentalidade que é o palácio, tornando o largo mais atractivo.

### **2.3. As edificações representativas dos poderes religioso e temporal**

A primitiva igreja de Nossa Senhora da Graça, já desaparecida figura como a edificação representativa do poder religioso neste largo. Do ponto de vista cronológico precede às restantes construções, o que dá alguma coerência na primazia de estudo deste eixo urbano em relação aos demais que se lhe seguem. Tinha nas suas proximidades um cemitério, a que faremos referências e a antiga residência oficial dos mais altos magistrados da província que será objecto de análise.

#### **2.3.1. A primitiva Igreja de Nossa Senhora da Graça da Vila da Praia**

O quadro contextual do aparecimento do espaço sacro em apreço é o que é apresentado, ao abordarmos a nova Igreja de Nossa Senhora da Graça, uma das principais edificações de culto de Cabo Verde, hoje com funções de sé catedral. Este contexto relaciona-se com a expansão marítima europeia, época que tinha como uma das molas propulsoras o desejo de expansão da fé, concretizado desde a Idade Média,

agindo os estados como instrumentos da obra divina<sup>299</sup> e que constitui o quadro histórico mais abrangente a que se liga a ordem estabelecida de inícios da época moderna.

Há possivelmente, uma ligação entre a primitiva Igreja de Nossa Senhora da Graça e a Ermida de Nossa Senhora, erguida esta última, segundo Santa Rita Vieira<sup>300</sup> no sopé do monte correspondente ao planalto onde iria se afirmar a urbe em estudo. A edificação da Ermida estará, por sua vez, relacionada com a passagem de Vasco da Gama, em 1497 pelo Porto da Praia, a caminho da Índia<sup>301</sup> e à tradição de fé reinante entre eminentes personalidades portuguesas, quer nos tempos da reconquista cristã, quer na época da expansão marítima portuguesa. No quadro dessa tradição e em acção de graça, terá Vasco da Gama mandado erigir esse antiquíssimo espaço sacro em honra de Santa Maria, possivelmente, em cumprimento de promessa feita e/ou pelo almejado feito de ter escalado o porto da Praia a caminho da Índia<sup>302</sup>.

Seguramente, nessa tentativa de ligar a Ermida à primitiva igreja de Nossa Senhora da Graça, é lícito presumir por um lado que, depois de algum tempo de existência da Ermida no sopé do burgo, faria sentido existir no seio da povoação um espaço religioso, até, para justificar o estatuto de vila que já ostentava e perpetuar a tradição que estaria na base da construção da obra de culto mais antiga. Por outro lado, será também legítimo, admitir que, sendo Nossa Senhora da Graça a santa padroeira da freguesia, a devota de fé dos senhores da Vila, celebrada na época e ainda hoje, a 15 de Agosto, é natural que também mandassem erigir um espaço de culto invocando a sua santa a quem estavam afeiçoados.

Várias são as alusões sobre a data da sua construção. Retivemos no entanto duas, não coincidentes. A primeira referida por António Correia e Silva que elucida no sentido de que por volta de 1550, a Vila da Praia já ostentava esse edifício religioso ainda coberto de colmo para cerca 22 anos depois o burgo do qual fazia parte contar

---

<sup>299</sup> CRIMAL, Pierre e OUTROS – História Geral da Europa. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996, p. 458.

<sup>300</sup> Fragmentos: Revista de letras artes e cultura nº 9-10, Maio de 1993. p.p. 26

<sup>301</sup> CORREIA E SILVA, António – Espaços Urbanos de Cabo Verde, o tempo das Cidades Porto Lisboa: CNCDP, 1998, p. 48

<sup>302</sup> Como vimos no capítulo I, este hábito era extensivo às designações das localidades e à mesma baseamos para explicar, no primeiro capítulo, a possível origem da designação de Praia de anta Maria.

com cerca de 30 fogos e 447 almas. Conforme o autor, fora erguido em 1526 e contou como criador, o célebre engenheiro português Pedro Nunes.<sup>303</sup> O professor Pedro Dias por seu turno baseia-se na carta de el-rei D. Filipe a D. Frei Lourenço Garro, para salientar a data da construção da antiga Igreja de Nossa Senhora da Graça da Praia nestes termos: (...) *a igreja matriz da Vila da Praia havia sido feita pelo padre Gaspar Vogado de pedra e cal mas cáíra, e antes desse ano de 1646, ergueu-a de novo à sua custa, estando completamente pronta para o culto divino*<sup>304</sup>.

A *igrejinha*, como ficou conhecida, figura-se entre os edifícios vizinhos do antigo largo da Igreja que desapareceram. A literatura consultada aponta para essa edificação situada no cimo da achada de Santa Maria da Praia por volta de 1776 e que é novamente referida na segunda metade do século XIX, quando se fundamentava da necessidade de uma nova igreja devido ao estado em que se encontrava. Através da portaria Provincial nº 131/1870<sup>305</sup>, alertava-se que na capital havia um só templo que, pelas suas dimensões e outras circunstâncias, estava longe de satisfazer as necessidades de culto. Salientava-se, ainda no documento acima referido que, a *Igrejinha* não tinha aspecto de um templo e não era mais recomendada: *nem pela sua architectura, nem pela sua grandeza, nem pelas suas imagens, nem pela austeridade e primor das suas decorações*.

Pudemos verificar no ofício nº 227 de 15 Abril de 1879 do Governador Geral dirigido ao Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar que, entre outros aspectos realçados, se caracterizava essa primitiva igreja como sendo pequena, chegando-se mesmo a apelidá-la de ermida e edifício de irregular *estructura*<sup>306</sup>. Refere a documentação consultada que, na maior parte das vezes, grande número dos fiéis que concorriam aos actos religiosos, tinham de ficar de fora dessa

---

<sup>303</sup> CORREIA e SILVA – Espaços Urbanos de Cabo Verde... p. 49

<sup>304</sup> DIAS, Pedro – História da Arte Portuguesa no Mundo. (1415-1822). Navarra-Espanha, Círculo de Leitores, 1999, p.118

<sup>305</sup> B. O. da Província de Cabo Verde n.º 22/1870. Praia: Imprensa Nacional 1880. Assecível no Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde.

<sup>306</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 227] 1879 Abril 15, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1879. 4f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

igreja porque realça-se, *ella* não tinha espaço para os conter<sup>307</sup>. À mesma edificação sacra existente na vila da Praia alude CHELMICKI, descrevendo-a como muito mesquinha, e mostrando que nela apenas cabiam duzentas pessoas<sup>308</sup>.

Numa representação esquemática datada de antes de 1900, destacada como *figura 7* aparece indicada com a identificação tradicional das edificações sacras, através duma cruz. Revela esse esboço de planta a sua localização no largo que, pela sua presença, lhe deveu a indicação toponímica, que viria a ser substituído em 1876, quando passou a designar-se praça Sá da Bandeira, como vimos anteriormente.

**Figura 7 - A primitiva Igreja de Nossa Senhora da Graça da vila da Praia inserida no antigo largo da Igreja numa planta do século XIX**



**Fonte:** Imagem de arquivo particular de pessoa amiga, gentilmente cedida para esta tese

A pequena igreja situava-se pois nas proximidades do edifício dos Paços do Conselho onde veio a ser edificada a residência do dos Governadores Gerais, junto do parque infantil, ao qual refere Ilídio do Amaral na sua obra *Santiago de Cabo Verde a terra e os homens* editada na década de 60<sup>309</sup> como sendo uma das obras arquitectónicas,

<sup>307</sup> Vide anexo nº 2 Ofício nº 227 de 15 Abril de 1879 do Governador-geral da Província de Cabo Verde dirigido ao Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar a este capítulo para documentar a forma como era descrita a primitiva igreja de Nossa da Graça, anteriormente existente no antigo largo da Igreja. Daí o seu estudo inserindo-a nesse largo que serviu de base da estruturação do capítulo III. A descrição do estado dessa igreja foi uma forma encontrada para se alertar as autoridades da metrópole acerca da necessidade da construção do novo templo da Praia, abordado no capítulo IV.

<sup>308</sup> CHELMICKI, José Conrado Carlos de, *Corografia Cabo-Verdiana. Ou Descrição Geográfica-Histórica. Da Província das Ilas de Cabo Verde*, Tomo I, Typ. DE L. C. DA CUNHA, Lisboa, 1821, p. 70, 71, 72

<sup>309</sup> AMARAL, Ilídio do. *Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens*. Lisboa. Edição de Memórias da Junta de Investigação do Ultramar. 1964, 327

que já não integram este largo, tal como aconteceu com outras designadamente e antigo cemitério<sup>310</sup>.

De acordo com o saudoso Padre Pimenta, era primitivamente, uma construção térrea, de pedra e barro e coberta de palha.<sup>311</sup> Salienta o autor, esse espaço de culto sofreu uma intervenção na época do Governador, João da Mata Chapuzet, na segunda década do século XIX que mandou remodelá-la, substituindo o colmo pela telha, como de resto ordenou para as casas da Vila da Praia. Atitudes deste tipo dos governadores em melhorar a imagem da vila prosseguiram depois da elevação da Praia a Cidade. Uma destas actuações concretizou-se, particularmente, numa ordem que saiu Secretaria Geral do Governo em 1 de Março 1878, dada à Câmara da Praia quando era Presidente da edilidade Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto Balsemão<sup>312</sup>.

Entre várias referências encontradas sobre a administração dessa primitiva igreja destacamos um registo onde em carta régia datada de 1850, baseada no Decreto de 25 de Novembro de 1845 em que Sua Magestade a Rainha D. Maria indicava-se a nomeação e apresentação do Vigário da Igreja de Nossa Senhora da Graça da *Villa da Praia*, Roberto Fernandez. Nesse registo reportava-se que, se levou em consideração, na nomeação do *presbytero*, as informações dadas a respeito do mesmo e pelo louvável desempenho dos seus deveres nomeadamente, *durante o tempo que foi Capellão da Cathedral da Província de Cabo Verde*<sup>313</sup>. Anunciou-se na referida carta os benefícios, honras e distinções que legalmente o dito padre teria direito e ao mesmo tempo ficou registado que Reverendo Bispo faria expedir ao agraciado as competentes Letras de confirmação.

---

<sup>310</sup> A justificação da presença do cemitério nas proximidades da do espaço religioso primitivo erguido na vila da Praia, advém da tradição antiga de enterramentos junto à igreja.

<sup>311</sup> PEREIRA, Padre Pimenta. Paroquia de Nossa senhora da Graça (1983-1993). Edição do grupo paroquial João Paulo II. Praia. Marco de 1995. p. 20.

<sup>312</sup> *B. O. da Província de Cabo Verde nº 10/1878*. Praia, Imprensa Nacional 1878.

<sup>313</sup> Registo da carta de mercê do Vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Graça da *Villa da Praia*, Roberto Fernandez datada de 22 de Julho 1846 e de confirmação em 1º de Maio de 1850 pelo Governador Geral João Fontes Pereira de Melo. Acessível no Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (IAHN-CV), Secretaria Geral do Governo (SGG) Livro A1 (R), A1/0025, fls. 108v – 109, doc. 128

### 2.3.2. Outras obras outrora edificadas e já desaparecidas no largo da igreja

No largo cuja denominação esteve inicialmente associada à existência do espaço sacro em apreço, havia também uma construção não propriamente dito de carácter religioso mas era costume na época edificá-la junto à igreja. Referimo-nos ao antigo cemitério que, de acordo com António Correia e Silva, era adjacente à Igreja<sup>314</sup>. Acerca do local mais preciso onde se situava esse espaço funerário existe uma referência em acta da sessão de 6 de Agosto de 1874 do Concelho da Praia que induz a pensar na sua localização no terreno por trás da câmara, por conseguinte, nas proximidades do largo da Igreja, mais concretamente nas sua traseiras a confrontar-se com esse largo. Nessa, sessão visando a continuidade da ampliação do edifício dos paços do concelho, a edilidade pedia ao governo a concessão desse terreno, onde primitivamente situava o cemitério e depois o antigo mercado, como indemnização à cedência feita à câmara de quase metade de um outro espaço, onde já estava estabelecido o novo mercado. Em dado momento da sessão, como pode ser testemunhado pela acta, o senhor vereador Ferreira em atitude prudente e chamando atenção aos cuidados que se deveria ter nos trabalhos das fundações, pediu que se levasse em consideração a *medida das covas no antigo cemitério e a maior vigilancia sobre a medida das mesmas*.<sup>315</sup> Sobre esse antigo monumento funerário existe uma referência de CHELMICKI que não o aceitando como cemitério, associava-o no entanto, a um sítio aberto, próximo da igreja onde se enterravam os mortos<sup>316</sup>.

Nas proximidades deste largo havia também um mercado ou *pelourinho* conforme foi já referenciado n. Esta na vila que, segundo um estudo de Casimiro que parece coevo dado que veio, posteriormente, a ser condensado com notas por Fernando Tristão e publicado no Boletim CABO VERDE de Propaganda e Infirmação e em 1961, *devia ser a que tem hoje o nome de Pedro Álvares Cabral, que passa junto ao edifício da Junta do Comercio Externo e Banco Nacional Ultramarino e o da Câmara*

---

<sup>314</sup> COREIA e SILVA - Espaços Urbanos de Cabo Verde...p 53.

<sup>315</sup> Acta da sessão de 6 de Agosto de 1874 do Concelho da Praia Acessível no IAHN, Câmara Municipal da Praia (CMP) Livro B2 – (R), A1/7 (1871 – 1900), fls. 46 – 46v.

<sup>316</sup> CHELMICKI, José Conrado Carlos de, Corografia Cabo-Verdiana. Ou Descrição Geográfico-Histórica. Da Província das Ilhas de Cabo Verde, Tomo I, Typ. DE L. C. DA CUNHA, Lisboa, 1821, p. 70, 71, 72.

*Municipal*.<sup>317</sup> Efectivamente no documento de arquivo anteriormente citado, mencionase ao ofício nº 1022 da Secretaria Geral de 3 de Agosto referia-se, em 1871, ao terreno onde estava o antigo mercado que, a câmara confirmava na mesma fonte ser contíguo aos edifício do Paços do Concelho.

## **2.4. Antiga residência dos Governadores-Gerais actual Palácio da Presidência**

No estudo da antiga residência dos Governadores-Gerais actual Palácio da Presidência antecedemos a apresentação dos argumentos e factos que haviam de desencadear os trabalhos da sua edificação com realce ao contexto do aparecimento de edifícios com funções de residência dos governadores em Cabo Verde. Em seguida tentaremos fixar uma referência temporal mais próxima da data da construção do edifício. Finalmente, entraremos na descrição e análise do obra arquitectónica e incidindo nos aspectos simbólico-formais observáveis ou à mesma associados.

### ***1.4.1. Contexto do aparecimento da residência de governadores em Cabo Verde***

O contexto onde se inscreve o tipo de edifícios com funções de residência da mais alta autoridade no arquipélago de Cabo Verde revela pelo menos dois grandes períodos da história político-institucional de Cabo Verde. O tempo dos capitães-gerais,<sup>318</sup> e a da época Governadores-Gerais, no caso concreto coincidente com o período dos governos-gerais de província.

O primeiro momento, que corresponde à administração com base no sistema de capitánias, semelhante ao dos Açores e Madeira e implementado logo após o início do povoamento, como evidenciamos na primeira parte desta dissertação e ao qual refere Senna Barcelos. Este eminente estudioso sobre Cabo Verde no século XIX alude à nomeação de vários capitães-gerais. Tomamos como exemplos: o ano de 1587, quando foi provido Duarte Lobo da Gama, bem como o período entre 1609 e 1640, em que se

---

<sup>317</sup> TRISTÃO, Casimiro – Toponímia da Cidadesda Praia. In: Boletim CABO VERDE de Propaganda e Infirmação nº 145. Imprensa Nacional da Praia 1961, p. 34

<sup>318</sup> SENNA BARCELOS, Christiano José de– Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Praia. Instituto da Biblioteca e do Livro. vol. I, p.186.



refere a um grupo de sete dessas autoridades, nomeadas no quadro do sistema referido, sendo o ultimo capitão geral desse grupo, João Serrão da Cunha. Deste grupo fez parte também António Martins de Serqueira que foi nomeado em 1609 por Filipe II<sup>319</sup>. Esse período correspondente à autoridade dos capitães gerais decorre até 1835, altura em que segundo De Paula Brito<sup>320</sup> *o governo da metrópole houve por bem acabar com estes potentados, enviando em lugar d'elles outros com o nome de governadores geraes*<sup>321</sup>.

Em 1836, prossegue o autor acima referido, é criado o conselho do governo e, de então em diante, se foi minguando o poder dos governadores, de sorte que por volta de 1889 em certos assuntos tinham pouca autoridade. Brito manifesta no seu livro estar de acordo com a redução da autoridade dos governadores-gerais porque se abusassem, o que sucedia amiudadas vezes. Sublinha que o abuso não era de grave consequência, porque havia o direito do recurso ao governo central apesar dos limites impostos limites, por que não poucas vezes era contida tal possibilidade, dado que da metrópole nem sempre procedia à reparação de injustiças, o que colocava as autoridades supremas do arquipélago em posição melindrosa.

Quer num, quer noutro período, é sentida a necessidade de uma casa condigna para servir de residência da mais alta autoridade no Arquipélago e com o aproximar de finais do século XVIII. Continuava a residir numa casa térrea, coberta de palha e de que muito murmuravam os estrangeiros. Sublinha Senna Barcelos a premência da edificação de uma nova residência do mais alto magistrado nas ilhas de Cabo Verde era então reconhecida pelo próprio governador, António do Valle de Sousa e Menezes, nomeado em 3 de Março de 1777. Nas palavras de Barcelos, *este continuava a pedir casa para residência, tanto na cidade*<sup>322</sup> *como na villa, igual à do bispo e á custa da fazenda.*<sup>323</sup>

O que é facto é que essa reivindicação não foi satisfeita e as diferentes construções oficiais, que serão objecto de estudo no âmbito deste trabalho, incluindo a

---

<sup>319</sup> SENNA BARCELOS – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné... p. 159 e pp. 186-219.

<sup>320</sup> António da Paula Brito foi Director do Serviço dos Correios da província de Cabo Verde por volta de 1889, altura em que escreveu aquilo que considerou um esboço corográfico que ofereceu à Sociedade de Geografia de Lisboa que considerava um ilustre foco de propaganda civilizadora luso-africana.

<sup>321</sup> BRITO, António de Paula. *Subsídios para a corografia da ilha de S. Thiago*. 44.

<sup>322</sup> A alusão a cidade feita por Barcelos reporta à Ribeira Grande de Santiago a única povoação, em Cabo Verde, com esse estatuto no século XVIII e a menção a vila diz respeito ao burgo da Praia ainda antes de atingir a categoria de cidade.

<sup>323</sup> SENNA BARCELOS, Christiano José de. – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Praia. Instituto da Biblioteca e do Livro. vol. II, p. 73

nova casa do Governador, só vão aparecer no quadro da onda de fomento de obras públicas na província e de modo particular na Praia, prosseguida de modo a dar maior dignidade à cidade da Praia recém consagrada na segunda metade do século XIX, pelo decreto de 29 de Maio de 1858. Esta onda regeneradora inspirada seguramente no *fontismo* com reflexos no domínio das obras públicas em fomento na metrópole por essa época.<sup>324</sup> Terá tido essa onda de fomento efeitos nas cidades e vilas do império português. Esse movimento libertou receitas na metrópole bem como nas províncias quando por exemplo no tempo do Governador Arrobas em que as receitas do imposto *ad valorem* referido no capítulo anterior serviram para custear despesas relacionadas com obras municipais e terá contribuído para o surgimento no Arquipélago de Cabo Verde, mais concretamente no Centro Histórico da Praia, do edifício com aparência nobre, e de certa forma sumptuosa, para a realidade local, destinado a alojar um personagem importante, como era o Governador Geral.

É de se destacar ainda que o empenho no sentido de se dotar a província das mais diversas obras públicas, na segunda metade do século XIX, em que várias foram as construções que fizeram a Vila da Praia ostentar depois o estatuto de cidade, teve por objectivo último, responder aos desafios lançados na Conferência de Berlim, tal como reporta Rui Pereira da Silva, dado que *as potencias coloniais viram-se compelidas a promover a ocupação efectiva dos seus territórios ultramarinos*<sup>325</sup>, significando, que uma forma de se revelar a ocupação efectiva era promover o progresso nas mesmas, o que não era evidente para as manter em exclusivo abandono. No nosso ponto de vista no caso Português, o fomento que levou ao aparecimento das várias edificações da época que ainda hoje ostenta o Centro Histórico da Praia demonstram as tentativas de afirmação de poder colonial, de resto, como salientamos, apanágio das restantes potências europeias durante a segunda metade do século XIX.<sup>326</sup>

Já nesse segundo período da história político-institucional da província de Cabo Verde mais concretamente na época governadores-gerais e de modo particular antes da construção do residência oficial dos governadores gerais na Vila da Praia várias são as

---

<sup>324</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de Oliveira – História de Portugal, vol III. Lisboa Editorial Estampa, 1998 p.106-113.

<sup>325</sup> PEREIRA DA SILVA, Rui - As colónias: da visão imperial à política integracionista. In REIS, António (Dir) – Portugal Contemporâneo, Vol. 4. Lisboa: Publicações ALFA, 1990 p. 101.

<sup>326</sup> DELOUCHE, Frédérique (dir)- Histoire de l'europe. Paris : Hachete, 1992, p. 307.

alusões ao carácter sazonal da permanência na capital, ao longo do ano, pelo mais alto magistrado na província. Várias causas são apontadas sendo a mais plausível as condições de salubridade desse burgo. Diversos documentos apontam às retiradas dos governadores para outras ilhas como S. Nicolau, para onde esteve instalado o Governador António Pusish em 1808, ilha da Boavista, onde foi editado o primeiro Boletim Oficial da Província de Cabo Verde em 1842, zonas do interior de Santiago como Achada Falcão em Santa Carina, S. Vicente para onde se previu a instalação definitiva da sede do Governo Geral que não chegou a concretizar-se entre outras situações. O caso da Brava é aqui citado como exemplo elucidativo enquanto local onde, estando instalado o Governador João Fontes Pereira de Melo e o seu quartel general em 1850 procedeu, entre outros actos à confirmação dos benefícios, honras e distinções legalmente atribuídos ao vigário da Igreja de Nossa Senhora da Graça da Villa da Praia, Roberto Fernandez, nomeado e apresentado em carta régia dirigida ao bispo da província de Cabo Verde<sup>327</sup>.

#### **2.4.2. Argumentos para a construção da residência oficial dos governadores**

Existe uma alusão, por volta de 1889, a uma casa do governador, a corresponder a um edifício particular, alugado pelo Estado, pertencente ao Sr. António Theodoro de Barros, acreditado e digno comerciante da praça de Lisboa, que foi adaptado para as funções de residência da alta autoridade em apreço, citado por António da Paula Brito nestes termos:

*Há muito que este edifício devia pertencer ao governo para assim evitar uma pesada renda de 600.000 réis por ano! O Exmo. Sr. Barros pede 6000.000 reis por ele, se fizermos conta à despesa feita com aluguer, veremos que é superior ao valor do prédio e talvez à despesa a fazer – se, para o tornar digno da residência do primeiro magistrado da província, pois nele residem os governadores há mais de vinte anos<sup>328</sup>.*

---

<sup>327</sup> Registo da carta de mercê do Vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Graça da Villa da Praia, Roberto Fernandez datada de 22 de Julho 1846 e de confirmação em 1º de Maio de 1850 pelo Governador Geral João Fontes Pereira de Melo. Acessível no Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (IAHN-CV), Secretaria Geral do Governo (SGG) Livro A1 (R), A1/0025, fls. 108v – 109, doc. 128.

<sup>328</sup> BRITO, António de Paula. Subsídios para a corographia da ilha de S. Thiago de Cabo Verde. Lisboa. Imprensa Nacional. 1889. pp. 43-44 Acessível no AHU-Lisboa

As alusões de Brito apontam para a necessidade de um digno edifício para a residência do primeiro magistrado na província, diferente dessa que foi a primitiva casa do governador referida por outros investigadores, nomeadamente Senna Barcelos e António Correia e Silva, mas que não chegou até nós.

Como referimos anteriormente cerca de vinte anos antes de 1889, em ofício do Governo-geral da Província de Cabo Verde datado de 4 de Abril de 1878 para a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, chamava-se a atenção ao facto do governo-geral de Cabo Verde ser excepção no conjunto dos governos ultramarinos de Portugal, visto que todos tinham as respectivas casas mais ou menos espaçadas, confortáveis e decentes<sup>329</sup>. Entre outros argumentos, justificava-se que se obrigava a viver em casas sempre acanhadas e deficientes, por uma renda exagerada e sujeitos aos caprichos do proprietário, a submeter-se a duras condições, por não ter outra casa onde pudessem recolher-se. Pedia-se autorização para que fosse edificada uma casa com funções de residência dos governadores em Cabo Verde, através de meios que pudessem ser disponibilizados. Informava-se ainda que o edifício projectado, ficava com acomodações para nela funcionar também a Secretaria do governo. A este propósito referia-se no ofício acima mencionado, na forma como abaixo destacamos:

*O governador carece amiudadas vezes d'ouvir o Secretario; precisa de consultar documentos archivados, tem finalmente se entrar em contacto permanente com o Secretario do Governo. Não é fácil, fazel-o, achamdo-se ella distante da sua residência. O secretário-geral é obrigado a repetido passeio entre a secretaria e a habitação do governador, com riscos na corrida, com grande encommodo e com uma considerável perda de tempo*<sup>330</sup>

<sup>329</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1878 Nº 74 [Ofício nº 142] 1878 Abril 4, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU) – Direcção Geral do Ultramar (DGU) [manuscrito] 1886. 5f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde Cxa. 163.

<sup>330</sup> Vide anexo nº 3 - Ofício nº 142 do Governo-geral da Província de Cabo Verde datado de 4 de Abril de 1878 chamando para às condições da casas desconfortáveis e pouco decentes onde residia a mais alta autoridade no arquipélago e pedindo a autorização para que fosse construído um edifício com funções de residência dos governadores gerais em Cabo Verde. que chama a atenção ao facto do governo-geral de Cabo Verde ser excepção no conjunto dos governos ultramarinos de Portugal. Todos os restantes governadores-gerais tinham as respectivas casas mais ou menos espaçadas, confortáveis e decentes. Entre outros argumentos, justificava-se também que o mais alto magistrado de Cabo Verde se obrigava a viver em casas sempre acanhadas e deficientes, por uma renda exagerada e sujeito aos caprichos do proprietário, a sujeitar-se a duras condições, por não ter outra casa onde pudesse recolher-se. Pedia-se autorização para que fosse edificada uma casa com funções de residência dos governadores em Cabo Verde

Na sequência do ofício nº 142 do Governo-geral da Província de Cabo Verde datado de 4 de Abril de 1878, acabado de ser citado chamando para as condições das casas onde vinham residindo a mais alta autoridade no arquipélago e pedindo a autorização para que fosse construído uma residência para os governadores gerais, foi apresentado o projecto em 1 de Maio de 1878, elaborado pela Direcção de Obras Públicas intitulado: Projecto duma nova residência para os Governadores-gerais, contendo as seguintes peças: Memória justificativa, parte descritiva, caderno de encargos, caderno de medições, bases e série de preços, orçamenta e desenho. O valor estimado para a construção do referido edifício foi orçamentado em 33:000:000 reis.

#### ***2.4.3. Procedimentos do governo-geral para a nova construção e seus efeitos***

Testemunha a firmeza do então governador geral em levar avante a ideia de construção de um novo edifício, para a residência do mais alto magistrado na província, um conjunto de procedimentos, a começar pela elaboração do projecto pelos serviços das obras publicas de Cabo Verde, cujo autor foi como consta do mesmo projecto, *Celestino Augusto Carvalho de Souza e Tavares*.

Da leitura do projecto constatamos que a memória justificativa e descritiva organizada em três secções, com uma primeira a corresponder às fundamentações, com 4 artigos, reportava nos 1º e 2º artigos, à determinação do governo geral da província em levar avante o empreendimento e ao projecto que nos artigos 3º e 4º, aludia-se à premência de se libertar das obrigações de casa arrendada, que custava ao Estado cerca 600:000 reis anuais, e sem indispensáveis comodidades bem como impróprio à categoria da província.

Ainda, como forma de expressar a vontade do governador-geral, bem como da intenção das autoridades ligadas às obras públicas da província, quanto às características do edifício, que retomaremos mais adiante, realçamos o conteúdo do projecto no que toca às restantes secções que se dedicavam à sua descrição, estruturando-se em 25 artigos, com explicações relativas a: localização e abrangência global do edifício, os alicerces, a caixa de ar, as paredes, o frontão, as características da entrada principal e das janelas no rés-do-chão e no andar nobre, destacando-se o acesso à varanda, a distribuição do interior, o pavimento as escadas, a cobertura bem como os materiais a serem empregues

na obra. Foram ainda incluídos os quadros de trabalhos de medição e cálculos e fixou-se a superfície total de 4.308, 69m<sup>2</sup><sup>331</sup>.

Dada à importância que parece encerrar a memória justificativa do projecto, destacamos abaixo na íntegra, o conteúdo dos seus artigos que correspondem à secção 1ª do mesmo, para uma melhor percepção da importância dessa construção para a província de Cabo Verde:

*Artigo 1º \_ Por determinação do governo-geral da província venho apresentar o projecto d'uma edificação para residência dos governadores geraes, tendo a indicação das cazas moldadas conforme as indicações dimanadas da primeira auctoridade local.*

*Artigo 2º \_ A edificação em projecto comprehende as cazas necessárias para o serviço da secretaria do governo-geral e suas dependências, a qual funcionam actualmente n'umas cazas que não tem as precisas accomodações.*

*Artigo 3º \_ A obra de uma nova residência para os governadores geraes justifica-se logo que disse que a actual, é uma casa arrendada que custa ao Estado cerca 600:000 reis annuaes, e não offerece as indispensáveis accomodadidades para o alojamento da primeira auctoridade da província, carecendo d'uma sala apropriada para as recepções officiaes, e de cazas onde possam reunir-se os conselhos do governo da província.*

*Artigo 4º \_ A necessidade d'esta obra é pois não somente determinada pela incomodidade de actual alojamento, impróprio cathegoria da província, mas também exigida pelo credito e prestigio da província aos althos do estrangeiro que visitam com frequência esta província<sup>332</sup>.*

---

<sup>331</sup> Secretaria das Obras Publicas e Minas Série de 1878 [ROCL 14 nº 133 (a)] 1878 Maio 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 31f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

<sup>332</sup> Vide Anexo nº 4 - Projecto duma nova residência para os governadores-gerais apresentado em 1 de Maio de 1878.

A necessidade dessa obra foi também realçada no relatório da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde datado de 1 de Outubro de 1878, mencionado no capítulo precedentemente e dirigida a Sua Majestade que, pela sua pertinência também neste capítulo, voltamos a citá-lo. No mesmo relatório constatamos que, a urgência de uma nova residência para os governadores da província estava relacionada, não somente com as *incommodidades* do actual alojamento, impróprio à *cathegoria* do primeiro funcionário da província, mas também exigida pelo *crédito e prestígio d'esta capital aos alhos estrangeiros que visita com frequência estas paragens*<sup>333</sup>.

#### **2.4.4. Referência temporal mais próxima da data da construção do edifício**

Na procura duma referência temporal próxima da mais provável data da construção deste edifício, já que a documentação que dispomos não aponta nem o ano e muito menos o mês e o dia da conclusão das obras, recorremos a uma combinação de dados visando aproximarmo-nos o máximo possível e de modo seguro ao esse momento, que no nosso ponto de vista e com apoio nos dados que evidenciamos em seguida, situa-se entre 1889 e 1894.

Em primeiro lugar, recorremo-nos à informação prestada por António da Paula Brito, que foi Director dos Correios na Cidade da Praia, por volta de finais da década de 1880 e que escreveu em 1889 a obra: *Subsídios para o estudo da Corographia da Ilha de S, Thiago*, já citado e onde reporta à cidade e aos seus principais edifícios. Segundo este autor, na data em que escreveu a pequeno livro ou seja, depois de cerca de 20 anos, após a aprovação do projecto da residência dos Governadores gerais de Cabo Verde, *em sessão do conselho tecnico da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde, de 11 de maio do corrente anno*<sup>334</sup>, ainda esses altos dignitários da província residiam em casa alugada, nas mesmas condições referidas pela documentação da Secretaria das Obras Publicas e Minas enviado a sua Majestade, isto é, *uma casa arrendada que custa ao Estado cerca 600:000 reis annuaes, e não offerece as*

---

<sup>333</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [relatório] 1878 Outubro 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 86f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

<sup>334</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [relatório] 1878 Outubro 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 86f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

*indispensáveis accomodidades para o alojamento da primeira auctoridade da província*<sup>335</sup>. Pelo exposto, em 1889, ainda não estava concretizado o projecto há muito elaborado.

Em segundo lugar, apoiamo-nos no ofício nº 55 de 1894, dirigido à secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, através do qual, o Governador Geral informa que se decidiu *mudar de novo o telhado da residência dos governadores n'esta Cidade da Praia*, deixando efectivamente, entender que o telhado deixava *passar quanta chuva lhe caia em cima*<sup>336</sup>. O mesmo ofício mostra que o governador procurou arrendar uma casa onde, *provisoriamente podia instalar*. Ao aludir expressamente à *residência official* leva-nos a presumir que, nessa altura, se reportava, não à primitiva casa do governador, alugada a um particular, a que já nos referimos, mas sim, ao construção correspondente ao palácio dos governadores. Nessa altura já estaria demolida a antiga igrejainha dado que a documentação consultada refere que em 1891, quando já estava em construção a nova Igreja Matriz da Praia, era previsto, por acordo entre as autoridades locais e o povo que, seria demolido o primitivo templo existente, para se applicarem os *materiaes*, de cantaria, na construção do novo edifício sacro.<sup>337</sup>

Pelo exposto, somos impelidos a aceitar como referência temporal mais precisa, acerca da data da construção do palácio em apreço, a corresponder a poucos anos depois de 1891 quando depois demolida o antigo espaço sacro e em seu lugar estava edificada a residência dos Governadores-Gerais.

#### **2.4.5. Localização e descrição do edifício**

O projecto a que tivemos acesso, nas suas secções dedicadas à memória descritiva do edifício indicavam que a obra iria localizar-se na praça chamada do Sá da

---

<sup>335</sup> Vide, o anexo nº 5 - Parecer elaborado pela Junta Consultiva de Obras Publicas, datado de 4 de Novembro de 1878, pedido por Sua Majestade, a propósito do ofício remetido pelo Ministério da Marinha e Ultramar, em Julho do mesmo ano, sobre o projecto de um edificio para residência dos governadores gerais da Província de Cabo Verde.

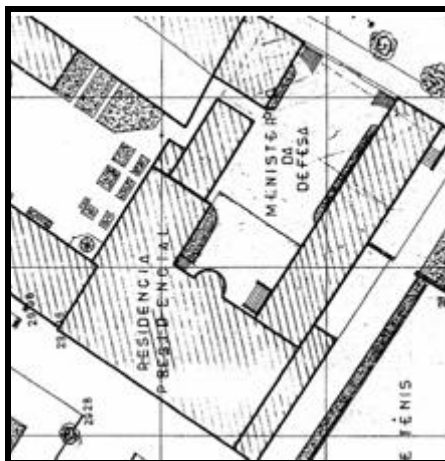
<sup>336</sup> Era Governador-geral da Província na altura o Visconde Alexandre Alberto da Rocha Serpa Pinto que governou de 1894 a 1897.

<sup>337</sup> Secretaria do Governo Eclesiástico de Cabo Verde [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU) – Direcção Geral do Ultramar (DGU) [Ofício de 25/4/1887] 15 de 10 de 1886, Cidade da Praia [manuscrito] 1886. 4f. Autografado. Acessível Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. 3ª Repartição – Cabo Verde Cxa. 167.



Bandeira no extremo oeste do planalto da cidade. Efectivamente, veio a ser edificada nesse local, como atesta a planta de localização destacada no início deste capítulo segundo um traçado em **U** do edificio principal como podemos verificar na *figura 8* abaixo indicada.

**Figura 8 - Esboço esquemático do antigo palácio dos governadores residencial presidencial após a independência de Cabo Verde em 1975**

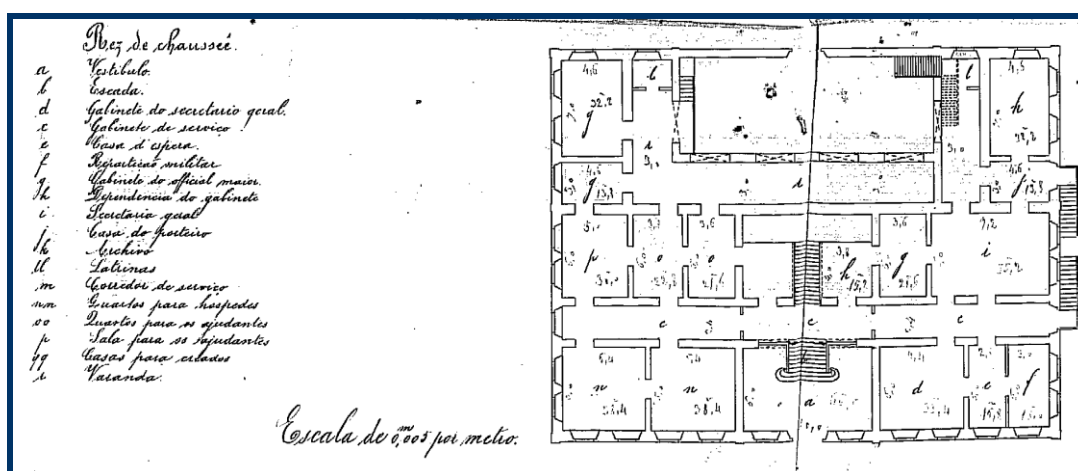


Fonte: Direcção Geral das Obras Públicas de Cabo Verde - Planta parcial da Cidade da Praia (Zona Presidencial) datada de 1976. Acessível nos antigos arquivos do MIT Gaveta nº 16.

Na altura referia-se que se tratava de um edifício isolado das demais edificações, com quatro faces dispostas em ângulo recto. Da frente principal poder-se-ia olhar para leste, tendo na frente, a rua em direcção à praça do Albuquerque e que a composição dispunham-se *d'um rez de chaussée*, como se reporta na documentação, referindo-se ao rés-do chão, assente sobre uma caixa de ar, e de andar nobre.

Com referência aos alicerces das paredes principais, incluindo sapatas, devido à natureza resistente do solo, previu-se todas as quatro faces com 1,20m de espessura, 0.80m em profundidade e, nas fundações das paredes internas e divisórias, com 0,20m. As divisões internas da obra que veio a ser edificada não corresponderam exactamente com o previsto na planta cujo esboço de rés-do-chão é adiante exibida como *figura 9*.

**Figura 9 -Traçado do rez-do-chão expressando o tipo de planta centrada**



Fonte: Secretaria das Obras Publicas e Minas Série de 1878 [ROCL 14 nº 133 (a)] 1878 Maio 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 31f. Autografado. Acessível no AHU Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

Tal como se previu no projecto a composição ostenta hoje uma entrada monumental não exibindo escadaria exterior, como muitos edifícios do século XVIII e XIX, mas sim com magníficos degraus no interior do vestíbulo assoalhados e abalaustrados, de madeira a dar acesso ao piso superior e amplos compartimentos, assumidos como sala de jantar e salão nobre, quando o projecto previa quartos para hóspedes, gabinetes de trabalho e demais dependências, como se vê na imagem acima e cuja transcrição é a seguir destacada no *quadro 1*.

**Quadro 1 – Indicação dos diferentes compartimentos do rés-do-chão do palácio dos governadores (transcrição destacada)**

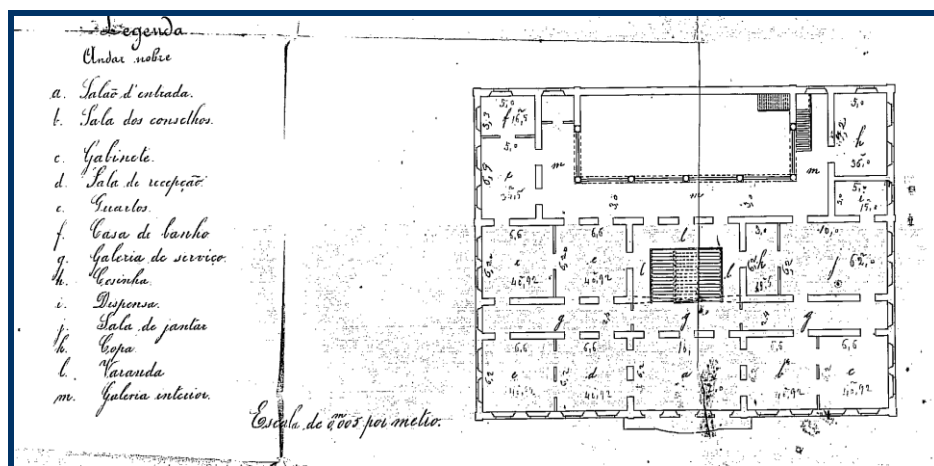
| Rez de chausée                  | j. Casa do porteiro        |
|---------------------------------|----------------------------|
| a. Vestíbulo                    | k. Arquivo                 |
| b. Escada                       | l. Latrinas                |
| c. Gabinete de serviço          | m. Corredor de serviço     |
| d. Gabinete do Secretário-geral | nn. Quartos para hóspedes  |
| e. Casa de espera               | oo. Quartos para ajudantes |
| f. Repartição militar           | p. Sala para os ajudantes  |
| g. Gabinete do oficial maior    | qq. Casas para escadas     |
| h. Dependência do gabinete      | r. Varanda                 |
| i. Secretaria geral             |                            |

Fonte: Secretaria das Obras Publicas e Minas Série de 1878 [ROCL 14 nº 133 (a)] 1878 Maio 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 31f. Autografado. Acessível no AHU Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

No piso superior, para além de observarmos hoje no edifício salas também espaçosas, como no rés-do-chão, destacam-se, quartos de dormir, sendo um quarto de

solteiro, e um outro de casal todos assoalhados, não correspondendo à essência do projecto como se vê na planta é indicada como *figura 10*

**Figura 10 - Planta do andar nobre**



Fonte: Secretaria das Obras Publicas e Minas Série de 1878 [ROCL 14 nº 133 (a)] 1878 Maio 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 31f. Autografado. Acessível no AHU Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163.

Como podemos observar na planta acima inserida, o projecto no andar nobre previu-se também espaços de trabalho a coabitarem com dependências, habitualmente previstas para uma residência como se vê na figura contendo a transcrição a seguir indicada das diferentes divisões delineadas.

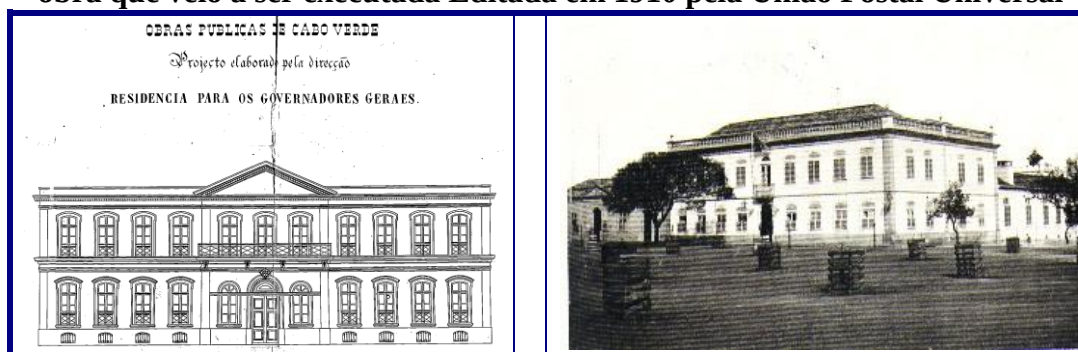
**Quadro 2 - Diferentes divisões (transcritas de modo destacado) projectadas para o andar nobre palácio dos governadores**

| <b>Andar nobre:</b>   |
|-----------------------|
| a. Salão de entrada   |
| b. Sala dos conselhos |
| c. Gabinete           |
| d. Salão de recepção  |
| e. Quartos            |
| f. Casa de Banho      |
| g. galeria de serviço |
| h. Casinha            |
| i. Despensa           |
| j. Sala de jantar     |

Fonte: Secretaria das Obras Publicas e Minas Série de 1878 [ROCL 14 nº 133 (a)] 1878 Maio 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 31f. Autografado. Acessível no AHU Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163.

Da excussão do projecto cuja representação do alçado principal previsto na planta é colocada ao lado da imagem da obra que veio a ser executada, constatamos pormenores arquitectónicos em ambas que merecerão, ainda um pouco mais da nossa atenção, na análise dos aspectos formais do edifício.

**Figura 11 – Planta do alçado principal do palácio dos Governadores e imagem da obra que veio a ser executada Editada em 1910 pela União Postal Universal**



Fonte: Secretaria das Obras Publicas e Minas Série de 1878 [ROCL 14 n° 133 (a)] 1878 Maio 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 31f. Autografado. Acessível no AHU. Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163 e Fonte: LOUREIRO, João – Postais antigos de Cabo Verde. Lisboa: Fundação Macau, 1998, p. 55

Esta construção, datada como vimos, de finais do século XIX, evidencia quatro alçados. Na frente principal mais concretamente no piso térreo, rasga-se uma porta rectangular emoldurada, com ombreiras, maineis e lintéis sobrepujada por uma varanda de betão, tal como é possível visualizar na imagem datada de inícios do século XX, concernente ao edifício já construído ao lado da respectiva face frontal na forma de planta.

O andar superior ostenta oito janelas, sendo quatro dispostas nas faces que ladeiam a janela central, com elementos ornamentais semelhantes aos das aberturas do rés-do-chão, por cima dos lintéis, moldados como trapézio na forma invertida. Na parte mais alta e em toda a extensão do edifício destaca-se uma platibanda, moldura chata e baixa em forma de balaustrada.<sup>338</sup> Esta solução decorativa é complementada com a presença de elementos decorativos exposto num nível mais elevado do edifício utilizado na arquitectura para fins ornamentais desde a época clássica, que pode encontrar-se em

<sup>338</sup> CORREIA, Ivone e FERNANDES, Carla – Dicionário fundamental de Arte visuais. Venda Nova: Editora Bertand, 1998, p. 142.

construções de estilo classicista em geral<sup>339</sup> assentes em pequenos pedestais designados por acrotérios, quando utilizado nos vértices dos frontões dos templos, ou denominados urnas quando se apresenta em forma de vaso nos cantos superiores do espaço sacro.

Do plano do rés-do-chão ao primeiro andar, o acesso foi fixado por dois lanços de degraus, que se estruturou em **T**, tal como foi previsto na planta.

Assim, a escada para o andar superior foi prescrita em lance duplicado, para vencer a diferença de nível. Segundo a memória descritiva do projecto, uma grade de ferro foi desenhada para acompanhar todos os lances da escadaria assoalhada, mas, depois substituída por balaustrada de madeira, sendo terminada exteriormente, por um corrimão previsto desde sempre em forma de madeiramento.

No plano do andar nobre, ao cimo da escada, a varanda foi idealizada para ter em volta, uma gradaria de ferro, mas que foi substituída depois por betão. Entre outras vias de passagem ao andar nobre, foi imaginada uma outra escada com dois lances em ângulo recto, a estabelecer a comunicação do interior do pátio com o primeiro andar.

As paredes, a evoluírem acima dos alicerces e guardando uma sapata, foram delineadas a se elevarem até a altura do edifício. As janelas foram igualmente estruturadas para serem revestidas de cantaria moldurada de lioz, abancado com sobrearcos de tijolo: *o plintho, a cimalha e o frontão são de alvenaria aperfeiçoadas*<sup>340</sup>. Não era esperado que se empregassem cantaria para evitar custos muito elevados.

Os espaços interiores, delineados para virem a corresponder aos diversos compartimentos, deviam equivaler, no rés-do-chão a: vestíbulo, escada, gabinete de serviço, gabinete do secretário-geral, casa de espera, repartição militar, gabinete do oficial maior, dependência do gabinete, secretaria geral, casa do porteiro, arquivo, latrinas, corredor de serviço, quartos para hóspedes, quartos para ajudantes, sala para os ajudantes, casas para escadas e varanda. Para o andar superior foram traçados os

---

<sup>339</sup> CALADO, Margarida, PAIS DA SILVA, Jorge Henrique, Dicionário de Termos da Arte e Arquitectura, Editorial Presença, Lisboa, 2005, ISBN 20130007.

<sup>340</sup> Como poderemos observar na obra edificada não se colocou o frontão previsto com argumentos que poderemos apresentar mais à frente. Este era previsto para ser no formato triangular com 10m de base e 2m de altura.

seguintes aposentos: salão de entrada, sala dos conselhos, gabinete, salão de recepção, quartos, casa de banho, galeria de serviço, casinha, despensa, sala de jantar. Foram ainda concebidos os diversos compartimentos a se comunicarem interiormente e de modo a que o ar pudesse circular levemente. Em vez de uma entrada central, que veio a ter o edifício, depois de construído, duas portas foram esboçadas na planta de modo a permitirem a entrada para as caixas-de-ar mais duas para a saída à varanda. Para as mesmas previu-se grades de ferro, chumbada em cantaria.

O excerto a seguir destacado, relativo à estrutura de portas e janelas, particularmente, no que toca à parte central do edifício, ilustra as maiores diferenças entre a obra projectada e aquela que viria a ser edificada. Vejamos o que se expõe nesse fragmento do texto de arquivo a que tivemos acesso:

*(...) As paredes e janellas são em arco abatido, excepto a parte principal e as duas janellas que correspondem ao vestíbulo, que são em arco de volta intera. As janellas têm peitorais formadas de grades de ferro, cuja altura é de 1,20m. As três janellas do centro do andar nobre corresponde uma varanda assente sobre suporte ou consolas de cantaria, tendo uma grade de ferro em em volta<sup>341</sup>(...)*

No que respeitava ao pavimento previu-se um soalho de *rez do chaussée* a situar-se acima do solo natural de 1, 70m. O vigamento foi delineado para se distanciar de 0,50m, contando de eixo a eixo, e a tabuada toda bem unida com uma largura uniforme de 0,15m. Iguais prescrições foram observadas no soalho do andar nobre. As Escadas por sua vez foram determinadas com um lance de nove degraus a dar acesso da entrada ao pavimento do *rez de chaussée*. Os degraus seriam de cantaria com 1,50m de comprimento, 0,175m de espelho ou altura e 0,30m de rasto. No que se refere à cobertura, o edifício foi projectado para ser coberto de telha marselhesa a quatro águas, revestida, no interior de tecto falso ornamentado.

O trecho abaixo, mostra como foi idealizado o sistema de cobertura, de modo a permitir o escoamento das águas:

---

<sup>341</sup> Estas alusões figuram entre outras da memória descritiva do projecto, onde se expõe as características do edifício que a ser construído.

*(...) O madeiramento de cobertura é simples pelo systema frequentemente usada nas construções. Compõe-se de frechaes, linha e thezura, reforçadas com pendural e escora e espaçadas de 4 metros contadas de eixo a eixo. A inclinação das agoas do telhado é de 45° e a cobertura de telha francesa procedente de Marselha ou de Haure. Os algeirares darão fácil escoamento as agoas por meio de telhas ou manilhas de grés mettidas na alvenaria das paredes de espaço em espaço<sup>342</sup> (...)*

De entre os materiais indicados para serem empregues na obra, destaca-se a alvenaria das fundações, a argamassa será feita a braços, pedra resistente e dura, inatacável pela humidade em perfeito travamento. Era esperado ser empregue nessa obra, cantaria moldurada para as portas e janelas, de lioz abancado da melhor qualidade<sup>343</sup>.

De acordo com o projecto iriam ser utilizados tijolos de cor vermelha escura, sonoro, de grão fino e massa homogénea nos arcos e sobre estes se prosseguia a obra segundo os preceitos ordinários de boa construção e madeiras de *picth-pine* de superior qualidade, precedentes da América, sem as suas folhas ou fendas, perfeitamente sãs dariam igualmente garantia duma boa qualidade da obra edificada. Era esperado que o edifício viesse a ocupar uma superfície total de 4.308, 69m<sup>2</sup>.

Como já nos referimos, existem assimetrias entre a obra projectada e aquela que efectivamente, viria ser executada. As diferenças resultam, em parte da recomendações que foram feitas numa avaliação fundamentada do projecto que integrou o processo, que se seguiu à sua elaboração, constantes do parecer elaborado pela Junta Consultiva de Obras Publicas, datado de 4 de Novembro de 1878. Esse parecer foi pedido por Sua Majestade, a propósito do ofício remetido pelo Ministério da Marinha e Ultramar, em Julho do mesmo ano, sobre o projecto de um edifício para residência dos Governadores-

---

<sup>342</sup> Secretaria das Obras Publicas e Minas Série de 1878 [ROCL 14 nº 133 (a)] 1878 Maio 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 31f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

<sup>343</sup> A referência à cantaria de Paço d'Arcos ou Caseais, da melhor qualidade e com todas as condições para que, depois de aparelhada, apresentasse um aparamento perfeito e regular testemunha não só a utilização de materiais desse tipo importado, mas também, a preocupação para com a qualidade dos trabalhos que iriam ser efectuados.

Gerais da Província de Cabo Verde<sup>344</sup>. Nesse parecer deixava a junta, entender de facto, a execução das obras não reflectiriam exactamente aquilo que estava projectado, com vermos, ao compararmos o edifício no desenho e a sua concretização. No parecer em apreço foi apresentado um resumo das memórias justificativa e descritiva do projecto, destacando-se: a localização do futuro edifício na Praça Sá da Bandeira a sua extensão ao nível do solo, com quatro frentes formando paralelogramo, a estrutura da composição e mais detalhes sobre a construção, incluindo, a forma como deveriam ser revestidas as portas e janelas, os materiais a serem utilizados e o orçamento de 33.000:000 reis.

Constatamos nesse documento que, a referida junta, constituída por Caetano Alberto Maia, Plácido de Abreu, Augusto da Souza Telles e Moraes, Hermenegildo Souza da Palma, João Joaquim de Mattos e Carlos Ribeiro, examinou os documentos e fez notar que o orçamento precisava ser convenientemente modificado. Ponderava a junta que, o autor do projecto tinha apresentado alguns custos de prestação de serviços acima das percentagens já fixados pelo Ministério das Obras Publicas. Ponderava também que, apesar de ser a aparência do edificio do agrado desse grupo que emitiu o parecer solicitado, aconselhava-se que fosse suprimido alguns detalhes de ornamentação e duas janelas do vestíbulo ao centro, o que de facto veio a acontecer na construção da obra como vimos acima. Persuadia que igualmente, fossem baixados os parapeitos de todas as janelas, entre outras supressões, expostas nestes termos:

*Quanto ao exterior do edificio parece a esta junta ser de agradar a aparência, sendo tudo de opinião que converia recortar, ou melhor, suprimir o friso das imprestas da portas e duas janellas do vestibulo do centro. Segundo como está no projecto, parece dividir o pavimento do rez do chão em duas, formando sobre loja, o que muito desseca a aparência. Também parece conveniente baixar os parapheitos de todas as janellas, que tendo 1.10m de altura serão inconvenientes a pessoas de media estatura; deverão elles ser de 0.90m a 1.00m quando muito (...)*<sup>345</sup>

<sup>344</sup> Junta das Obras Publicas e Minas Série de 1878 Nº 74 [ROCL 14 nº 133] 1878 Novembro 4, Cidade da Praia [a] Majestade – Direcção Geral do Ultramar (DGU) [manuscrito] 1878. 13f. Autografado. Acessível no AHU. Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ªRepartição - Cabo Verde Cxa 163.

<sup>345</sup> Junta das Obras Publicas e Minas Série de 1878 Nº 74 [ROCL 14 nº 133] 1878 Novembro 4, Cidade da Praia [a] Majestade – Direcção Geral do Ultramar (DGU) [manuscrito] 1878. 13f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ªRepartição - Cabo Verde Cxa 163.



Sugeria-se finalmente, que fosse ampliado a sala do andar nobre, para que fosse tão espaçosa de modo a cumprir cabalmente, as suas funções de espaço de recepção, alargando-se para a casa contígua de igual grandeza. Entre outros detalhes, dava a junta o parecer, favorável para que o projecto datado de 1 de Maio de 1878 referente a uma casa destinada à residência dos Governadores Gerais da Província de Cabo Verde, fosse aprovado na generalidade, ressalvando que, na execução das obras fossem atendidas as indicações expostas.

#### ***2.4.6. Análise dos aspectos simbólico-formais da obra***

A actual construção desempenhou as funções de residência dos Governadores-Gerais da província de Cabo Verde e de Palácio da Presidência da República, após a independência nacional em 1975. Verificamos que, tal como se fixou na no projecto da sua construção, situada na parte leste do Largo em estudo. Apresenta, de facto, característica de edifício de prestígio à semelhança da generalidade das edificações erguidas na sua envolvente como veremos num dos capítulos seguintes. A planta já exibida mostra que se previu um edifício de bela aparência, mas que o aspecto da sua execução datado de inícios do século XX, deixa perceber uma simplificação do seu alçado inicialmente projectado. Foi suprimido o belo frontão triangular, quatro janelas na parte central no edifício, no rés-do-chão e no andar nobre e foi comprimida a varanda, o que, de algum modo, retirou-lhe maior elegância.

Como podemos ver na *figura 12*, adiante evidenciada Estamos perante um palácio de dois andares, um piso térreo e um andar nobre, de resto, uma característica típica de obras arquitectónicas deste tipo, edificadas em séculos anteriores no reino português, como foi o caso do Palácio da Torre de Marca erguida no século XVII, fronteiro ao Palácio de Cristal no Porto.<sup>346</sup>

---

<sup>346</sup> CAMPOS, João (Org) – Porto: A dimensão intangível na cidade histórica. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2002, p. 77.

**Figura 12 - Antiga residência dos governadores em aparências posteriores a 1910 (1953 e actualmente)**



**Fonte: Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação n° 45/1953. Praia Imprensa Nacional, 1953, p. 36 (à esquerda); Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.**

Ao observarmos o edifício de fachada rítmica e simples, com duas pilastras encostadas ao extremo do muro do corpo principal, fica para nós evidente aparências de uma aproximação ao romantismo arquitectónico, apesar das marcas nítidas do estilo colonial, realçando linhas horizontais e toda sobriedade patenteada na parede lisa. Tais soluções arquitecturais aparecem associadas à estética romântica uma vez que há uma sobreposição a todo o aspecto classizante da obra, um remate de base ornamental barroca, correspondente à platibanda que se eleva acima da bela cornija que se estende a toda a cimalha da edificação. Esta platibanda assume a sua essência revivalista a partir da magnífica balaustrada formada à base de cerâmica vidrada, uma solução decorativa preparada à base de material nobre e em que os balaústres são ornados como folhagens. Estas, em si mesmas, constituem um aspecto que dá realce à mescla de estilos. Tais decorações com elementos naturalísticos que são na arquitectura oitocentista vão lhe dar carácter eclético.<sup>347</sup> O remate é por sua vez encimado por mais um elemento ornamental sobre os cunhais do edifício, composto por uma esfera-nundo e um mini obelisco em forma piramidal.

O alçado deste palácio exhibe uma varanda simples cujo peso é sustentado por mísulas ou consolas que, para além da função de suporte, acabam por conferir à obra

<sup>347</sup> RODRIGUES, Maria João Madeira (Coord) – Vocabulário Técnico e Crítico da Arquitectura. Coimbra: Quimera Editora, 1996,p. 235.

uma estética própria, devido ao trabalho de requinte aplicado às mesmas para lhes atribuir valor ornamental. O esforço de embelezamento do alçado desta obra arquitectónica representativa do poder e da autoridade máxima na província é expresso ainda na chave realçada, colocada sobre cada uma das janelas, a quebrarem a continuidade dos pequenos frisos aplicados à parte superior destas aberturas e nos peitoris das mesmas.

A cobertura bem visível nas duas imagens foi efectuada a quatro águas à base telha vermelha marselhesa e madeira, com o teto forrado. Nota-se com nitidez que a marcação do rincão, correspondente a cada uma das arestas salientes segundo as quais se interceptam as águas-mestras e as tacaniças do telhado<sup>348</sup>, que se arranca do vértice externo do cunhal.

Hoje na sua distribuição interna o edifício desempenha funções expressas nas utilidades atribuídas a cada uma das divisões interiores que começam por um corredor tapetado e que se projecta em direcção ao piso nobre segundo o aspecto evidenciado na *figura 13*, a seguir indicada.

**Figura 13 - Aspecto do interior actual do edifício correspondente à entrada evidenciando o acesso ao piso superior estruturado em T na planta do edifício**



Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Março/08

Este corredor ornamentado com tapete vermelho, a cor inspiradora do poder, fixado na parte central do piso térreo é ladeado de duas grandes salas: a sala de visitas e a sala de jantar. Na primeira, a presidência da república recebe actualmente as delegações mais importantes. É uma sala adornada com, entre outros ornamentos, entre os quais um tapete senegalês e obras de arte contemporânea de autores cabo-verdianos

<sup>348</sup> RODRIGUES, Maria João Madeira (Coord) – Vocabulário...p. 233.

como é o caso duma pintura de David Levy Lima datada de 1990 e trabalhos em relevo de Leonel Madeira, ex-professor da Escola Industrial e Comercial do Mindelo representando o quotidiano das ilhas. A sala de jantar ostenta todo um gosto da época colonial, com as paredes e tectos muito bem forrados, aparecendo aqui e ali imagens da flor de liz e um mobiliário bem requintado. Das peças de uso doméstico de épocas recuadas ainda se conserva exemplares de pratos e talheres de vários períodos, desde a instauração Governo-Geral, passando pela Monarquia e Primeira República Portuguesa, sendo já considerados relíquias até os próprios representantes do período pós independência de Cabo Verde. Estão também preservados castiçais de pratas bem cinzeladas maciças e originais.

No piso superior destaca-se na comprida varanda interna três painéis pintados em azulejo. Esta varanda de características semelhante aos balcões deste tipo que vamos encontrar nas residências senhoriais, vai reforçar a sua majestuosidade com este tipo de decoração, realçada com o tapete vermelho que exprime o poder da mais alta autoridade no arquipélago.

A aplicação deste tipo de ornamentação neste edifício está inserida no movimento de propaganda da autoridade vigente no Estado Novo através da reafirmação das glórias de Portugal na metrópole e nas colónias. Toda esta onda propagandista do regime ocorria nos momentos próximos e durante o ano de 1960, altura em que se comemorava o meio milénio das descobertas. São por isso contemporâneas à construção do antigo liceu Adriano Moreira na Cidade da Praia, que estudaremos no último capítulo desta segunda parte, edifício que, em si mesmo, é um dos elementos comemorativos dessa efeméride já que a sua construção coincide com a referida data. Na perspectiva da propaganda do regime a própria edificação do palácio dos governadores era objecto de ornamentação com painéis pintados em azulejo e apostos à parede celebrando o passado glorioso de Portugal como aconteceu nas escadas de acesso ao segundo piso do estabelecimento de ensino acima referido.

A par das pinturas revelando glórias de conteúdo acima referido como representando a restauração e a grande gesta que foi o empreendimento português das descobertas, encontramos um tema de cariz religioso, que também visava difundir na colónia o regime, associando-o à ordem religiosa então vigente. Na altura, o fanatismo

religioso, ainda que controlado, tinha levado a definição constitucional da religião católica como religião da Nação portuguesa.<sup>349</sup> Impunha-se por isso uma maior propagação dos princípios católicos através de uma decoração de edificações oficiais como foi o caso do Palácio dos governadores com expressões relacionadas com a religiosidade do império e da própria colónia de Cabo Verde.

É neste quadro que podemos entender a aposição do painel pintado em azulejo que representa um motivo da simbologia religiosa, tal como a esta antiga forma de revestimento da parede, de maior expressão no século XIX, é referida por Luísa Arruda<sup>350</sup>.

Segundo a autora, enquanto azulejaria de fachada de edifícios, em padronagem, esta forma de decoração mural dá uma fisionomia própria às cidades portuguesas imprimindo-lhes um carácter nacional e difundiu-se em Portugal, apontando como exemplo algumas igrejas do Porto bem como no Brasil, ao que acrescentamos também em Cabo Verde, tendo como exemplo o edifício situado na antiga rua Sá da Bandeira, hoje avenida Amílcar Cabral, no centro histórico em estudo, cujo passado está ligado à imprensa e que hoje alberga a sede da Associação dos Jornalistas Cabo-verdianos. O mesmo ostenta todo o seu exterior forrado de azulejo. No quadro abaixo indicado, intitulado *As Bodas de Caná*<sup>351</sup>, destacado como *figura 14*, ornamentando o interior do Palácio dos Governadores na época do Estado Novo representa um reviver do nacionalismo, que é próprio da *arte déco* pois é comum no tempo e nas origens (da mesma *Escola* revelado pela inscrição, *Fábrica C. do Carvalhinho*), com ornamentações deste tipo que voltaremos a observar no maior representante desta corrente estética do século XX em Cabo Verde, o Antigo Liceu Adriano Moreira a ser estudado no último capítulo desta segunda parte.

---

<sup>349</sup> Marques – António H. de Oliveira – História de Portugal vol III: Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 468.

<sup>350</sup> ARRUDA, Luísa – Decoração e desenho. Tradição e Modernidade: Azulejaria nos séculos XIX e XX. In: PEREIRA Paulo (Dir) – História da Arte Portuguesa Vol. 3. Barcelona: 1995, pp. 54407-408.

<sup>351</sup> O acto de Cristo no casamento ocorrido, segundo a tradição cristã, em Caná da Galileia serviu para a purificação dos Judeus.

**Figura 14 - Imagem representativa do simbolismo religioso das Bodas Caná (alt. 1.25m e 2.5.m em comprimento)**



**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Março/08**

Deparamos com este quadro ao subirmos as escadas para o primeiro piso do edifício bem destacado e em lugar de passagem obrigatória. O seu conteúdo nos remete para o campo da teologia e da cultura religiosa, que, no caso concreto, exprime a reconstituição de um acontecimento ligado à vida de Maria, mas sobretudo a Cristo que na ocasião faz o seu primeiro milagre, transformando a água em vinho<sup>352</sup>. Vamos encontrar de modo mais acentuado na Igreja Matriz da Praia, mais concretamente na sua decoração peças da arte sacra representando a imaginária religiosa associada a nomeadamente à vida de Nossa Senhora com todo o seu simbolismo capaz de ligar os crente à esfera do divino e reflexão sobre os mistérios revelados pela fé.

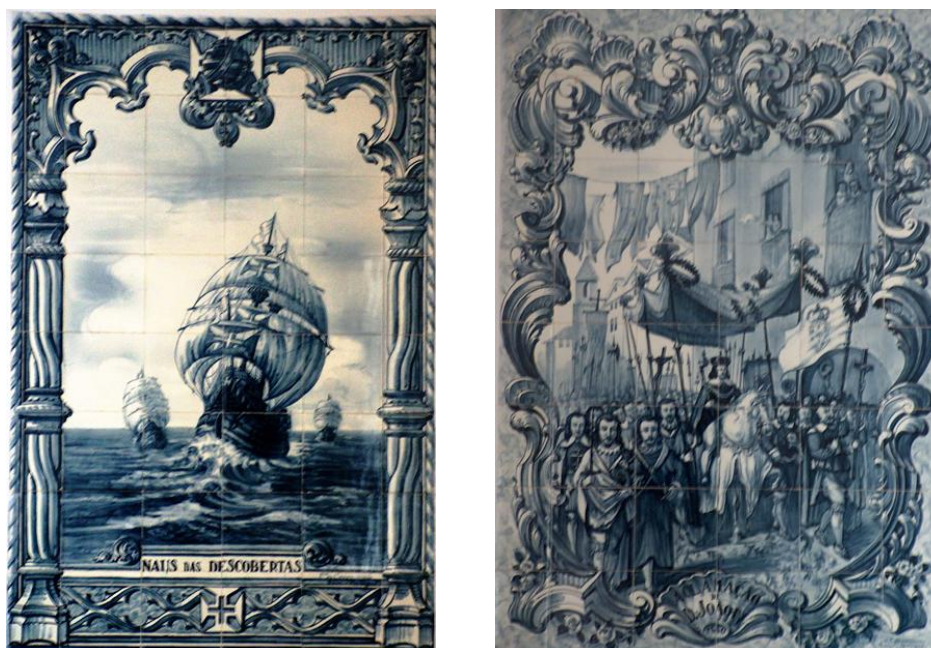
Nos dois lados de fundo desta varanda figuram, à esquerda, o painel representando a aclamação de D. João IV em 1640 e no lado oposto, uma imagem com três naus das descobertas, inseridos à frente num conjunto correspondente à *figura 15*.

---

<sup>352</sup> Novo Testamento. Cucujães. Editorial Missão, 1999, p. 161.



**Figura 15 - Painéis pintados em azulejo - aventura marítima portuguesa e a aclamação de D. João IV semelhantes em alt. (2.5m) e em comprimento (1m)**



**Fonte:** Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Março/08

A imagem do lado esquerdo simboliza os empreendimentos ligados aos descobrimentos, bem como a epopeia marítima e o ecumenismo português, a quando da explosão planetária da cristandade latina a partir da Europa, que viria a produzir uma grande mudança no diálogo dos homens e dos espaços.

A outra representação pictórica reporta à reposição da dinastia de Bragança após sessenta anos de união dinástica com a Espanha imperialista de Filipe II<sup>353</sup>. Exprime o testemunho deixado pelo momento de louvor à ascensão de D. João IV como rei de Portugal no momento em que se punha fim à monarquia dual, embora o semblante carregado dos seus apoiantes pareça ser o prelúdio dos acontecimentos subsequentes a esse acto. Estes iriam consubstanciar-se naquilo que viria a ser a guerra conta os vizinhos ibéricos, impregnada de acções corajosas e pertinazes que superaram as dificuldades desmesuradas na luta pela independência nacional.

Tal como nos painéis que foram exposto no antigo liceu Adriano Moreira, que vamos ter a oportunidade de analisar no capítulo V desta segunda parte, estes se

---

<sup>353</sup> Dicionário enciclopédico de História de Portugal. Lisboa: Alfa Publicações, 1990, pp. 165-166.

identificam com uma escola artística ligada F. Gonçalves, nos parece ser pintor português contemporâneo Fausto Gonçalves (1893-1946) referenciado por Fernando Pamplona<sup>354</sup> e cuja assinatura aparece aposta numa desses painéis bem como à *Fábrica C. do Carvalhinho*, sedeada em Vila Nova de Gaia por volta de 1959, como referimos acima, que aparece também inscrita numa das pinturas. Gonçalves é caracterizado por Pamplona como um pintor amante da paisagem, tendência visível sobretudo no cenário oceânico idealizado na pintura que expressa os *caminhos* das caravelas nas suas viagens de aventura marítima.

Do ponto de vista simbólico, o conceito de palácio na época em que foi essa construção erguida não corresponde àquela concepção subjacente às funções cortesãs que este tipo de edificação também desempenhou, ao destinar-se aos príncipes absolutos da época moderna. Refere-se, a nosso ver à designação de origem Italiana de *Palazzio*, que significa qualquer construção magnificente que possa ser ocupada por um senhor ou um príncipe mercador<sup>355</sup>.

Retomando os aspectos formais relacionados com o exterior do palácio, verificamos que este edifício evidencia uma configuração de aberturas que se conserva até hoje tendo a porta ao centro a projectar-se, na parte superior, numa janela central como se pode ver na gravura acima. Estas aberturas centrais dividem o alçado principal em duas secções com janelas dispostas regularmente, salientado o evidente ritmo cadenciado de aberturas na parte frontal da composição. O projectista quis evidenciar ainda mais uma certa ordem na obra ao prever séries de quatro janelas em cada secção do piso térreo, dispostas de modo equidistantes em relação à porta central numa e noutra secção, ocorrendo o mesmo esquema de quatro janelas em cada um dos dois segmentos, do piso superior, mantendo a mesma cadencia ritmada e os mesmos equilíbrios axiais ou simétricos em relação à abertura colocada a meio da construção.

Como vimos acima esta é uma obra que bem pode ser classificada como representante da arquitectura romântica em Cabo Verde, ainda que possa em certos aspectos confundir-se com o Neoclassicismo dado ao carácter interdependente dos dois

---

<sup>354</sup> PAMPLONA, Fernando de – Dicionário de Pintores e escultores Portugueses I. Barcelos: Distribuição Euro Libris, 1991, p. 58.

<sup>355</sup> MUNFORD, Lewis – A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. S. Paulo: Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1982, p410.



movimentos. Ambos possibilitaram a revivência de estilos do passado sendo o segundo, ou seja, o neoclassicismo arquitectónico, marcado exclusivamente, pelo revivalismo clássico. Enquanto que a arquitectura romântica não restringe os seus *revivalismos* a um só estilo, mas sim abre-se a um número potencialmente ilimitada de géneros artísticos no plano da arquitectura, tal como evidenciamos aos revelarmos a mescla de estilos que é possível observar.

Podemos inferir ainda que a geometrização, expressando uma forte união entre as diferentes partes da composição que corresponde ao palácio de planta centrada e a sua simplicidade podem traduzir, para além do revivalismo de carácter medieval expressa nas soluções estéticas inspiradas na natureza, a influencia de um estilo mais próximo da época da sua edificação, correspondente a um ressurgimento do Palladianismo. Este, a partir de 1720 se espalhou pela Europa, tendo como obra mais representativa do seu estilo a sua *Vila Rotonda*, em Vicenza<sup>356</sup> que, depois, veio a inspirar a residência de um rico amador, o inglês Lord Burlington e que aplicou na sua Chiswick House, o estilo *palladiano*.<sup>357</sup> Foi residência oficial dos governadores da província de Cabo Verde concebida como um edifício extremamente geometrizado, compacto e simples, à imagem das construções europeias de estilo inspirado no palladianismo.

No contexto, em referência, apercebemo-nos que apesar de tudo, a presença do arco redondo no cimo da porta principal do palácio pode constituir uma *revivalismo* da arquitectura clássica e que na expressão do neoclassicismo pode associar-se a uma forte geometrização do edifício, bem como o ritmo cadenciado de certos elementos construtivos, que não deixa de ser uma outra forma de revivalismo clássico.

Segundo várias referências que apontam para as diversas remodelações, de que foi objecto o antigo palácio dos governadores e actual palácio da Presidência da República, à sua aparência de casa nobre portuguesa de finais do século XVIII exemplificadas por Carlos Azevedo,<sup>358</sup> que se projectaram no ultramar no século XIX, se lhe foi acrescentando notas de bom gosto da nobreza colonial e mesmo depois da independência nacional, expressos no vários projectos de restauro encontrados.

---

<sup>356</sup> JANSON J. W. História Mundial da Arte. Lisboa: Gulbenkian, 1992, p. 474

<sup>357</sup> JANSON J. W. História Mundial da Arte .... 1992. 575.

<sup>358</sup> AZEVEDO, Carlos – Solares Portugueses. Mem Martins: Livros Horizonte, p. 58

São esses atributos, além da sua localização no largo principal de época remota e implantação no primeiro núcleo humano do centro histórico que fazem com que expresse e simbolize, em essência, a ideia do edifício de prestígio que, no fundo é, enquanto residência da dignidade da província e depois do mais alto magistrado da nação.

Alguns acréscimos, com funções mais que decorativas, foram integrados em vários momentos, nas remodelações destacando-se a varanda coberta incorporada ao seu alçado lateral direito que surge na sua aparência actual, patente na *figura 16*, adiante inserida e que não fazia parte do edifício nos inícios do século XX.

**Figura 16 - Alçado lateral direito do palácio ostentando uma varanda coberta**



**Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial – Antigo Palácio dos Governadores, indicado como quartelão nº 52. Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998**

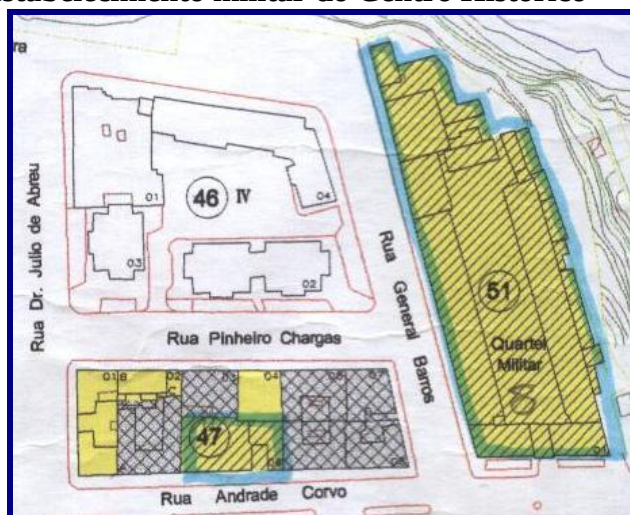
Esta varanda coberta constitui um elemento construtivo que acentua um volume leve do alçado onde está integrado, não só devido à aparente fragilidade da estrutura suporte, como também pelas aberturas que parecer ser contínuas apesar da sua subdivisão em secções, separadas por finas ombreiras para além de outras fragmentações menos relevantes.

### **3. Antigo largo da Bateria e representação da defesa da urbe**

O antigo largo da Bateria assim designado por causa da existência de uma pequena fortificação junto a uma falésia, situa-se nas proximidades do extremo sul do Centro Histórico, que por sua vez confina-se com a arriba fronteiriça à parte extrema oriental da Praia Grande. Foi nessa área do litoral marinho que circunda a parte leste do planalto

que se concentrou a actividade portuária da urbe durante muito tempo e nessa função tem coerente aí se concentrar os meios da sua defesa. Nesse antigo eixo urbano se localiza também quartel militar que aparece inserida evidenciada, na *figura 17*, que exprime a existência de um largo no lugar onde se destaca o quarteirão nº 51 edificado e em época mais moderna.

**Figura 17 – Largo da Bateria e eixo de localização do principal estabelecimento militar do Centro Histórico**



Fonte: Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial. Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.

### **3.1. Contexto do aparecimento dos estabelecimentos militares da Praia**

As circunstâncias históricas relacionadas com o aparecimento das instalações militares na Praia e dum modo geral em Cabo Verde relacionam-se com a necessidade da defesa das ilhas, face aos ataques de pirataria que cedo assolaram o arquipélago<sup>359</sup>.

Segundo Oliveira Marques, a coroa teve de imaginar um sistema mais eficaz de defesa, construindo-se ou reparando fortalezas<sup>360</sup>, já que no século XV as actividades predatórias alargaram as suas bases de acção para o Atlântico. A partir da década de vinte do século XVI, os domínios portugueses e espanhol do Atlântico passaram a ser

<sup>359</sup> O corso traduziu, ao longo dos tempos, em actos de violência no alto mar com o objectivo principal de pilhagem. Estas actividades profundamente enraizadas nos costumes e na vida quotidiana do mar eram, desde tempo antigos, utilizadas como forma económica lícita, apoiada pelos governos ou por particulares e também como meio para fazer a guerra.

<sup>360</sup> OLIVEIRA MARQUES, A H de – História e Portugal Vol. II. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p.270.

postos em causa por novos concorrentes. A exclusividade ibérica começou a ser contestada, em especial pelos Franceses, pela mão do seu monarca, Francisco I, pelo que a partir de 1530 a presença de corsários franceses na costa de África e no Brasil tornou-se uma constante.

A pirataria e o corso conheceram uma nova fase a partir da dominação filipina entre 1580 e 1640.<sup>361</sup> Nessa época piratas e corsários vão mais longe começando a executar ataques a portos e a povoações do arquipélago. No seguimento de Oliveira Marques, nas linhas de navegação directamente relacionadas com o golfo da Guiné e Brasil, os corsários escalavam quer a Ribeira Grande, quer a Praia, uma vez que esses pontos desempenhavam funções de feitoria donde advinha a sua prosperidade que acabou por atrair as pilhagens e saques, muitas vezes destruído quase tudo. Sublinha o autor, os franceses chegaram em primeiro lugar antes mesmo da crise portuguesa de 1578, que havia de conduzir ao domínio Filipino, depois os ingleses atacaram as ilhas por essa altura, sendo protagonista o famoso pirata Francis Drake, que por duas ocasiões voltou ao saque no arquipélago em 1582 e em 1585.

No arquipélago de Cabo Verde destacam-se os ataques devastadores de Jacques Maher e Sir Cordir em 1598, de Jacob Willekens que comandava uma frota holandesa com destino à Baía no Brasil e de Duguay Trouin em 1711 dirigindo-se este, em seguida, para o Rio de Janeiro. Saliente-se a acção de Jacques Cassard que depois de arrasas a Vila da Praia deslocou em Direcção à primeira urbe cabo-verdiana em 1712, *devastando a cidade da Ribeira Grande roubando haveres e incendiando casas.*<sup>362</sup>

A respeito desses ataques, Senna Barcelos reporta que, em setembro de 1598, tornaram os piratas à villa da Praia de Santa Maria e andaram pela ilha durante dez dias, saqueando-a.

Segundo ainda Sena Barcellos, o porto da urbe em estudo foi, inclusivamente, ponto de combate entre frotas estrangeiras, revelando nestes termos: No Porto da praia *estava fundeada em 16 de Abril de 1781, a fazer aguada, uma esquadra ingleza,*

---

<sup>361</sup> SARAIVA, José Hermano – História Concisa de Portugal. Lisboa, Publicações Europa-Amémrica pp-200-206.

<sup>362</sup> LOPES FILHO e APARICIO, João Paulo – O Forte do Príncipe Real e a Defesa da ilha de S. Nicolau. Cascais: Editora Patrimónia. 1998, pp.21- 23.

*composta de cinco naus e duas fragatas, commandada por Johnston. Uma esquadra franceza, de equal numero de navios, que sahira em 22 de março de Brest, sob o commando de Suffren, com destino ao cabo da Boa Esperança, para se bater com aquella, surphendeu-a no porto da Praia.*<sup>363</sup>

Muitos outros ataques ocorrem nas ilhas do arquipélago cabo-verdiano no decorrer dos séculos, de acordo com a literatura consultada, tal como alude o autor acima referido no trecho seguinte:

*(...) No ano de 1748 no porto da villa da Praia fundeou um navio de guerra inglez, desembarcando o commandante com gente armada. O capitão-mor António Mendes Leitão recebeu-os a tiro, causando-lhes cinco mortos e ferindo muitos. O commandante meteu-se na lancha com a sua gente, e depois de regressar ao navio bombardeou a praça, onde se achava muita gente a postos, com bastantes munições, respondendo-lhes como puderam. Depois de grande refrega rendeu-se o commandante do navio, dando plena satisfação ao capitão-mor*<sup>364</sup>.

Nesse mesmo ano de 1748, na esteira do que foi explicitado acima, Praia iria ser objecto de um novo saque.<sup>365</sup> Sublinham Lopes Filho e João Paulo Aparício que juntar-se-iam mais piratas de outras proveniências, nomeadamente norte-americanos, e argentinos, tal como podemos elucidar nestes termos: *em 10 de Março de 1815 fundeou no porto da Praia a fragata americana «Constitution» com duas corvetas inglesas que foram por ella apresadas.*

Em face desses ataques, que afectaram profundamente a vida dos moradores das ilhas, porque as pilhagens não poupavam nenhuma rota ou porto de resgate, especialmente Praia e Ribeira Grande, na ilha de Santiago, pela sua importância no conjunto das ilhas e passaram a ser frequentes, os apelos em especial dos funcionários

---

<sup>363</sup>SEENA BARCELLOS – Christiano José de Senna – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira, Vol. II ...p. 79-80.

<sup>364</sup>SEENA BARCELLOS – Christiano José de Senna – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira, Vol. I ... p. 472.

<sup>365</sup>Fundeou também no porto da Praia uma esquadra inglesa, composta de vinte e seis navios, para fazer aguada, e aparecendo muita gente do interior para negociar travaram-se renhidas lutas entre muitos marinheiros que foram a terra e os indígenas, por causa da pilhagem praticada pelos ingleses, de que resultou ser morto um dos piratas.

régios de Santiago para a ajuda no sentido de os proteger contra esses assaltos através de uma eficaz de defesa. Segundo Lopes Filho e João Paulo Aparício, as sugestões enviadas para o Reino iam no sentido de se criar firmas de defesa que se articulassem entre si: a defesa da terra e do mar. Para tanto, sustenta o autor, foi solicitado o envio de artilharia e munições em quantidades suficientes para poderem organizar um eficaz sistema de protecção.

É neste ambiente hostil que funciona a bateria da Praia que se vai revelando insuficiente para conter as investidas inimigas. Perante esse quadro que vai ser também erguido o quartel militar da Praia, a ser estudado a seguir à bateria, inaugurando um novo tempo para a defesa do Porto, contrastando com o período que chamou António da Paula Brito de remotas eras em que os soldados andavam rotos mal armados e pior alimentados e se lhes pagava o *pret* com fazendas e mantimentos.<sup>366</sup>

A este propósito, reporta a documentação consultada que por volta de 1780 o Governador *António do Valle de Sousa e Menezes*, nas suas funções de chefe máximo das tropas regimentadas na colónia tinha revoltado, protestando contra os administradores da companhia do Grão Pará, que continuavam a pagar aos soldados em géneros, o que prova que por essa altura o reino já tinha respondido ao apelo dos funcionários régios de Santiago, no sentido de se estabelecer e organizar um eficaz sistema de protecção do Porto da Praia, acontecera com a antiga Ribeira Grande.<sup>367</sup>

Reforça a ideia de que não só o reino tinha respondido às solicitações dos funcionários régios de Santiago, como também havia já um esforço maior por parte das autoridades locais o sentido da garantia de uma defesa mais consistente da burgo, o facto é que Governador *António do Valle de Sousa e Menezes* estabeleu as ordens

---

<sup>366</sup> BRITO, António – Subsídios para a Corographia da Ilha de S. Thhiago...p. 45.

<sup>367</sup> Francisco J. G. de Sousa Lobo, um estudioso da Fortaleza Real de S. Filipe edificada num local estratégico para a nossa *Cidade Antiga*, coincidente com o cume de uma ladeira íngreme e de acentuado declive, entre 1587 e 1593 realçou que só grandes ameaças catalisam o esforço necessário para se erguer grandes estabelecimentos militares com a dimensão da fortaleza acima referida. É crível que as mesmas condicionantes terão estado na origem da edificação da unidade militar que veio a designar-se Quartel e Batalhão de Caçadores d’Africa Occidental da Cidade da Praia de Cabo Verde, que em 1872 já tinha as características que tem hoje.

necessárias para a disciplina e bom regimento dos Corpos Militares da conquista de Cabo Verde.<sup>368</sup>

Tratava-se de um documento que serviu de norma militar e como tal base da ordem no seio dos regimentos de infantaria no arquipélago de Cabo Verde. Tornava-se convincente dado que era esperado com o mesmo, evitar a total confusão e desordem em que até a altura se encontravam as respectivas tropas e surgia em conformidade com a Ordem Regia de 9 de Julho de 1725.

Nesse documento que contemplava as praças da Vila da Praia, foram organizados 16 cláusulas (a clausula 12 aparece repetida), a seguir resumidas, destacando-se vários aspectos.

Das suas cláusulas salientamos em primeiro lugar aquela que refere ao dever de obediência hierárquica entre soldados oficiais inferiores e oficiais nestes termos:

*Todos os officiaes inferiores terão muito respeito e obediência aos seus officiaes e todos aos seus superiores executando prontamente sem demora nem repugnância todas as ordens que por qualquer dos ditos lhes forem determinadas ouvindo logo que tiver o avizo de alguns destes athé do ultimo Cabo de Esquadra conforme a criação de todas as tropas o que de sua magestade muito recomenda nas suas Reaes Ordens*<sup>369</sup>.

Também previa-se nessas ordens estabelecidas que sempre que as companhias entrassem de guarda eram submetidas a exercício por tempo de uma hora, a que deveriam assistir *indefestivelmente*, os seus respectivos *mores* e seus ajudantes, para instruírem e disciplinarem aos soldados; todos os oficiais dos referidos regimentos podiam prender qualquer oficial inferior ou soldado que faltasse a uma ordem determinada ou que não prontificasse para a sua imediata execussão;

---

<sup>368</sup> Ordens estabelecidas pelo senhor governador António do Valle de Souza Menezes para a boa economia disciplinam dos Regimentos de Infantaria desta Ilha de São Thiago de Cabo Verde em Alardo 7 de Janeiro de 1780, Acessível no IAHN, SGG Livro A1 (R), G1/0885, fls. 1 – 7.

<sup>369</sup> Vide o anexo nº 6 - Ordens estabelecidas pelo senhor governador António do Valle de Souza Menezes para a boa economia disciplinam dos Regimentos de Infantaria desta Ilha de São Thiago de Cabo Verde em Alardo 7 de Janeiro de 1780, Acessível no IAHN, SGG Livro A1 (R), G1/0885, fls. 1 – 7.

Uma outra cláusula nos chamou atenção ao revelar-nos um curioso conteúdo expresso no excerto que se segue:

*(...) algum official de qualquer dos Regimentos e Compainhas da Cavallaria e bem assim dos fortes ou Portos se ache emcarregdao de alguma diligencia ou de fazer executar alguma ordem do Real Serviço, achando-se precisado de se valer para esse effeito de alguns Officiaes inferiores ou soldados ainda que estes sejaõ de diferentes Regimentos ou Compainhas apoderá chamar dando parte depois ao Comandante da diligencia em como ocupou os ditos e os referidos officiaes inferiores e soldados verãõ prromptos em os seguir sob pena de serem loo presos.*<sup>370</sup>

Deixava-se exarado ainda no documento que temos vindo a analisar que, nenhum oficial inferior ou soldado estava autorizado a usar outro apelido que não fosse o que constava das listas novas, sob pena de serem severamente castigados e que nenhum soldado enquanto estivesse de sentinela podia estar sentado, nem deixar de segurar a sua Arma, nem tão pouco consentir adormecer ou afastar-se do seu posto que lhe fosse entregue. Não podia o soldado dar mais que cinco passos para cada lado quando quisesse passear e o que fosse encontrado em alguma dessas faltas por qualquer dos officias da guarda, ou de ronda, seriam rendidos para serem castigados.

O quartel militar que será mais à frente objecto de estudo viria a ser erigido devido ao crescente interesse por essa feitoria que era o porto da Praia que necessitava de protecção física adicional às pequenas fortificações, das quais daremos especial realce à bateria da Praia, colocadas em pontos estratégicos de defesa do porto à semelhança da Ribeira Grande de Santiago<sup>371</sup>. Esta última foi a primeira cidade cabo-verdiana e nela que se edificou a obra da arquitectura militar de maior porte no Arquipélago, Fortaleza Real de S. Filipe, para funcionar com o apoio complementar de várias pequenas

---

<sup>370</sup> Vide uma vez mais o anexo indicado anteriormente - Ordens estabelecidas pelo senhor governador António do Valle de Souza Menezes para a boa economia disciplinam dos Regimentos de Infantaria desta Ilha de São Thiago de Cabo Verde em Alardo 7 de Janeiro de 1780 Acessível no IAHN, SGG Livro A1 (R), G1/0885, fls. 1 – 7.

<sup>371</sup> LOBO, Francisco J. G. de Sousa – Técnica, Engenharia e Artilharia na Cidade Velha. In: VÁRIOS – Cabo Verde: Fortalezas, Gente e Paisagem p. 110.



fortificações. Foi construída em finais do século XVI, no mesmo contexto em que foi construído o seu contemporâneo Forte dos Três Reis Magos do Natal – Brasil<sup>372</sup>.

Importa realçar neste contexto a relação entre as funções militar e urbana associadas à hierarquias de traçados e espaços, da realidade urbana das zonas históricas portuguesas e quiçá na generalidade dos casos. Tal como reportam TEIXEIRA e VALLA, de um modo geral no caso português onde se insere em boa medida a realidade cabo-verdiana, em toda a actividade militar desenvolvida nos séculos XVI e períodos posteriores as preocupações de defesa coexistiam com a função urbana e desta relação se estabeleciam hierarquias de traçados e espaços. A estrutura viária projectava-se em função dum estabelecimento militar.<sup>373</sup>

O raciocínio dos dois autores conduz-nos à realidade da Praia, sendo notório que, aquela que é considerada como a primeira rua do centro histórico – Rua do Corvo, a ser estudada com mais detalhe no capítulo IV desta segunda parte, terá sido traçada a partir do estabelecimento de defesa, que viria a corresponder ao quartel militar, a que dedicaremos a nossa atenção após um estudo sobre a bateria da Praia, ainda bem destacado lá onde foi implantado, para mostrar, tal como sublinharam os estudiosos atrás mencionados, a função militar a coexistir com a função urbana.

### **3.2. O largo e a necessidade da defesa do porto**

Neste ponto apresentaremos uma breve caracterização desse eixo urbano e abordaremos o aparecimento da bateria da Praia, na linha do que foi expresso acima inserida no largo em apreço e uma descrição morfológica e funcional desta fortificação. Faremos referências a outras pequenas fortificações instaladas não só noutras partes do centro histórico como também em áreas da sua envolvente.

---

<sup>372</sup> Obra edificada em finais do século XVI, estudada numa análise comparativa com o seu contemporâneo Forte dos Três Reis Magos do Natal – Brasil e apresentada por nós ao Encontro Nordeste de História Colonial organizado pela Universidade Federal da Paraíba em Setembro de 2006 e publicada na revista científica *Saeculum* (Julho/Dezembro de 2006) do Departamento de História da referida Universidade.

<sup>373</sup> TEIXEIRA, Manuel e VALLA, Margarida – O urbanismo Português, Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Livros Horizontes, 1999, p. 163.

O largo em estudo corresponde ao espaço onde hoje está implantado o bloco residencial identificado como quarteirão 46, que aparece na imagem enquadrada pelas actuais ruas Julho Abreu a Norte, General Barros a Sul e a ocidente a actual rua Pinheiros Chagas<sup>374</sup>. A Oriente confrontava-se com o alto da falésia que desce em direcção ao mar e que serve de barreira natural defesa ante investidas vindas do oceano e do qual se tem uma grande visibilidade para a baía que se constituiu num importante porto de abrigo em torno do qual se desenvolveu a Cidade da Praia. Aí foi implantada a bateria da Praia.

Esse antigo terreiro, hoje ocupado pelo quarteirão 46, tinha por volta de 1876 a denominação de *largo da Bateria*<sup>375</sup>, por causa da existência do estabelecimento militar em referência implantado no bordo duma falésia a partir do qual se dominava completamente a observação sobre mar. A sua fixação obedeceu à tradição da maioria das fortificações deste tipo, sem nenhum objectivo que não fosse o mar. Tais características possibilitavam que se pudesse efectuar o tiro de curto alcance, capaz de alvejar as tentativas de aproximação do porto.

Apesar das particularidades acima descritas, as acções de corso e de pirataria de corso a que já nos referimos, não encontraram muita resistência para assolarem a vila da Praia e impelir os seus moradores para as terras do interior da ilha. A propósito da inoperabilidade dessa fortificação existem referências que reportam à necessidade de reactivar as baterias de defesa da baía quando, por exemplo, a Companhia Pombalina do “Grão Pará e Maranhão”, monopolista do comércio externo das ilhas, quis controlar o comercio clandestino de panos no Porto da Praia a partir de 1756<sup>376</sup>. Sustenta-se na bibliografia a que tivemos acesso que, foi nessa altura que se transferiu a residência do governador da Ribeira Grande para o cimo da Achada de Santa Maria, o que testemunha a importância que ia ganhando a vila da Praia. Nos anos 40 do século XVI as ameaças continuavam, tendo vários corsários franceses assaltado dentro do próprio porto navios

---

<sup>374</sup> O nome de rua Pinheiro Chagas deve-se ao espírito de preservar a ligação desta figura cujo nome sucedeu ao do largo da bateria imortalizando o seu nome dado que, conforme António de Paula Brito por foi um ilustre Ministro do reino. Esta grande figura mesmo tendo vários obstáculos dotou a ilha de Santiago de importantes melhoramentos. No seguimento do autor nessa praça do lado Sul, existiam por volta de 1890 as repartições de obras públicas, *thesouraria* e com frente para a rua do Corvo quartel da 1ª companhia de polícia civil e militar, obras essas mencionadas pela documentação de arquivo a que tivemos acesso e a que reportaremos no ponto 2 deste capítulo.

<sup>375</sup> AMARAL, Ilídio do - Santiago de Cabo Verde ... p. 334.

<sup>376</sup> CORREIA E SILVA, António - Espaços Urbanos... p. 52.

portugueses e castelhanos, lançando pânico nas rotas comerciais. A resposta portuguesa foi no sentido de apetrechar a vila de peças de artilharia nos meados de quinhentos.<sup>377</sup>

O aparecimento da bateria da Praia, na linha do que foi expresso acima resultou da necessidade de defesa do porto acossado por actividades de corso e pirataria que, a partir do século XV, alargaram as suas bases de acção para o Atlântico passando a por em causa os domínios português e espanhol do Atlântico, no caso do Porto da Praia na ilha de Santiago de Cabo Verde, vários corsários franceses assaltaram navios portugueses e castelhanos dentro da própria Baía, como reporta António Correia e Silva, a partir da década de vinte do século XVI, lançando pânico nas rotas comerciais. Sustenta o autor, a resposta portuguesa de apetrechar a vila de peças de artilharia nos meados de quinhentos, antes mesmo de tal acontecer na Ribeira Grande não estava à altura do desafio e por esta razão a partir da década de 80, corsários ingleses passam a flagelar a própria vila.

Convém no entanto ressaltar que em tempos recuados no mundo português, a estrutura urbana das cidades relacionava-se com muralhas<sup>378</sup> que definiam os espaços territoriais que confinavam os povoados. Esta foi aplicado em muitos pontos do reino, nos séculos XVI e XVII, incluindo nos espaços insulares como foram os caso de Madeira, Açores e o próprio arquipélago de Cabo Verde naquela que foi a antiga Ribeira Grande de Santiago com a sua *Muralha-Fortaleza Real de S. Filipe, já mencionada*. No caso da Praia o território foi definido pelo capricho da natureza, oferecendo aos primeiros moradores um espaço com condições que configuravam uma autentica fortificação por onde vai circunscrever a vila e depois cidade.

Porém, se a realidade concreta do planalto onde viria a se estruturar a vila e cidade da Praia, mostra que a sua altura em relação ao nível do mar, em si criava dificuldades de acesso aos seus contornos, naturalmente defendidos dada à altura do planalto em relação à cota do mar. Estas barreiras naturais no entanto, não foram suficientes para sustentar as investidas das forças inimigas, por causa dos pontos nevrálgicos e devido à fragilidade dos primitivos sistema defensivo existente.

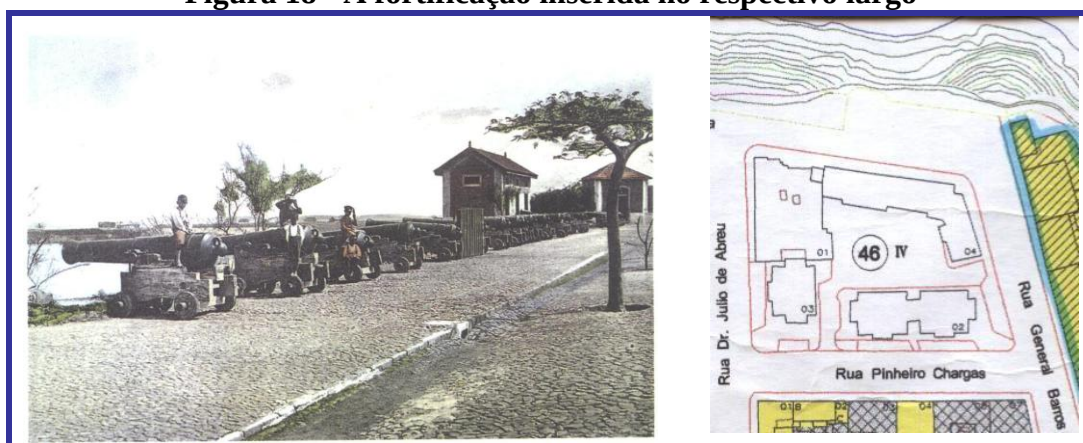
---

<sup>377</sup> CORREIA E SILVA, António Correia e Silva – Espaços Urbanos de Cabo Verde. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. 1998, p. 51

<sup>378</sup> TEIXEIRA, Manuel e VALLA, Margarida – O urbanismo Português, Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Livros Horizontes, 1999, p. 149.

Em face das vozes locais que se fizeram sentir junto das autoridades do reino no sentido de se criar *firmas de defesa* do burgo e do seu porto. Em carta de 9 de Janeiro de 1721 o Governador mostrando *a necessidade de se continuar a fortificação da Praia, principiada pelo engenheiro José da Rocha, e não terminada depois da morte d'este, de sorte que a villa estava aberta e sem defesa.*<sup>379</sup> Segundo Barcellos, indicava aquele magistrado que, como meio mais seguro se afigurava o acabamento do portão a entrada da villa por onde certamente tinham entrado os franceses na villa em 1712 mais concretamente, no pequeno planalto que constitui o Centro Histórico da Praia. Reportava-se à *necessidade da construção de um forte na planície na banda este do porto, exactamente onde viria a se implantar a bateria da Vila da Praia, cujas imagens são apresentadas na figura 18, revelam o local e o respectivo estabelecimento militar.*

**Figura 18 - A fortificação inserida no respectivo largo**



Fonte: Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor. Praia 1998 e LOUREIRO, João. – Postais antigos de Cabo Verde. Lisboa: Fundação Macau, 1998, p. 51.

Esta fortificação estaria em condições de, ao menos, obrigar o inimigo a capitular quando este se apresentasse. De acordo com o autor *El-rei aprovou a obra, bem como a construção de um armazém para arrecadar pólvora e munições.*

*De acordo com referências encontradas só em 20 de dezembro de 1736 é que El-rei resolveu o pedido do governador sobre a fortificação da Praia, feita em 20 de Junho de 1732, segundo o qual o produto da venda das vacas concedida ao povo e a*

<sup>379</sup> BARCELLOS – Christiano José de Senna – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira, vol. I Praia: Instituto da Biblioteca Nacional 2003 p. 421.

*câmara era destinada as fortificações*<sup>380</sup>. Prossegue a mesma literatura, *El-rei consultou primeiramente o ouvidor geral, officiaes da câmara, nobreza e povo, que opinaram pela construção de fortes com o rendimento das vaccas, e então em carta de 30 de janeiro de 1737 mandou que por conta da fazenda se vendessem as concedidas ao povo, bem como duas ou quatro pertencentes a câmara, e o producto d'ellas se applicasse as fortificações, com declaração de que a câmara, até agora com preferêcia de quatro vaccas em cada navio, ficaria tendo duas somente, a fim de supprir as necessidades publicas.*

Desta forma se procedeu à reedificação de fortalezas na Praia com verbas que arrecadassem da venda de vacas ao estrangeiros destacando-se nos termos seguintes que, *em 1755 mandou-se reedificar as fortalezas da Villa da Praia, que estavam incapazes, fazendo-se as despesas pelo producto das vaccas que se vendessem aos estrangeiros, e que para esse fim já se havia destinado 4:000 cruzados, que o syndicante Correia de Mattos obrigara a entrar nos cofres ao ouvidor Xavier Araújo, quantia que elle pagara dos seus ordenados, mas adiantados pelos fundos das fortificações.* Sobre o estado das fortificações da antiga Ribeira Grande e vila da Praia, nomeadamente a bateria da Praia reporta ainda Barcellos que, por volta de 30 de Julho 1778), *as fortificações da cidade e villa da Praia estavam em triste estado, por única culpa da compainha, que se obrigava a zelar pela sua conservação a das Praças de Guiné*<sup>381</sup>.

Todo o quadro descrito contribuiu para a afirmação da Bateria da Praia, que seguindo as reflexões de Teixeira e Valla,<sup>382</sup> estabelecimentos militares desse tipo resultaram da tradição de fomentar sistemas defensivos ao longo das costas marítimas portuguesas, que incluíam também fortes e fortalezas, transplantadas para os territórios ultramarinos portugueses, como foram os caso da Ribeira Grande de Cabo Verde, onde foi edificada paraalém fortaleza real de S. Filipe, pequenas baterias de acção

---

<sup>380</sup> BARCELLOS – Christiano José de Senna – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira, vol. I Praia: Instituto da Biblioteca Nacional 2003 pp. 421-451.

<sup>381</sup> BARCELLOS – Christiano José de Senna – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira, vol. II Praia: Instituto da Biblioteca Nacional 2003 p.73

<sup>382</sup> TEIXEIRA, Manuel e VALLA, Margarida – O urbanismo Português ...p. 180.

complementar à fortaleza e o forte dos Três Reis Magos edificado pela mesma época e com características semelhantes na região do Natal – Brasil.<sup>383</sup>

Das poucas menções coevas encontradas, relativamente a essa bateria destacamos as alusões feitas pelo ofício nº520 da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde em 28 de Agosto de 1879 enviado ao Conselheiro Director Geral do Ultramar<sup>384</sup>.

Neste ofício referia-se à aprovação do orçamento da despesa para a continuação da cortina em torno do largo da bateria na cidade da Praia, incluindo reparações provisórias no caminho que conduz do mesmo largo da bateria, à calçada da “Praia Negra” na importância de 130:000 reis<sup>385</sup>.

A bateria da Praia estava e ainda está instalada no espaço envolvente dum antigo largo, atrás referido e que lhe consagrou o mesmo nome, bem próximo do quartel militar, parte integrante da faixa sueste do pequeno planalto, coincidente, em parte, com a actual zona de Ténis do *Plateau*. O estabelecimento militar em causa serviu como primeira fonte de inspiração para toponímia desse terreiro, chamando-se por isso, primitivamente, Largo da Bateria.

Por volta de finais do século XIX já tinha outra designação, de acordo com descrições relativas ao mesmo espaço, datadas de 1890. Tais menções procuram localizar e descrever um pouco a bateria em apreço reportam à existência *a leste do Largo Pinheiro Chagas*,<sup>386</sup> (nova toponímia), *corre um muro de resguardo no sentido N.S; que serve de parapeito e plataforma a uma bateria de vinte e uma peças de grosso calibre*<sup>387</sup>. Prossegue o autor realçando que, tais peças eram venerandas relíquias dos velhos tempos da glória portuguesa que jaziam inutilizadas no arsenal da marinha de Lisboa e que foram mandadas a Cabo Verde quando se requisitou armamento novo.

---

<sup>383</sup> GOMES, Lourenço - O valor simbólico das Fortalezas Real de S. Filipe da Ribeira Grande – Cabo Verde e dos Três Reis Magos do Natal – Brasil. In: *Revista científica Sæculum* (Julho/Dezembro de 2006) do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

<sup>384</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº520] 1879 Agosto 28, [a] Conselheiro Director Geral do Ultramar (DGU) [manuscrito] 1879. 1f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 164.

<sup>385</sup> Vide Anexo nº 7 - Ofício nº 520 da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde em 28 de Agosto de 1879 aprovando o orçamento da despesa para a continuação da cortina da bateria na cidade da Praia.

<sup>386</sup> TRISTÃO, Fernando – Toponímia da Cidade da Praia: in: Boletim CABO VERDE de Informação e Propaganda nº 150/1962. Praia: Imprensa Nacional, 19962, p. 34

<sup>387</sup> BRITO, António da Paula – Subsídios para o estudo da corografia da ilha de Santiago, pp. 488-490.

Referencias anteriores à data acima mencionada, contidas num dos documentos de arquivo consultados, aludindo ao quadro de trabalhos realizados ou em execução e conclusão bem como da despesa feita durante o período decorrido de 16 de Novembro de 1887 a 30 de Junho de 1881 mostram que, *fizeram-se trabalhos de terraplanagem e arborização e procedeu-se à construção de uma bateria para salvas de cumprimentos offiaes.*<sup>388</sup>

Eis a aparência da bateria da Praia, na actualidade na imagem seguinte indicada como *figura 19*.

**Figura 19 - Bateria da Praia na época actual**



**Fonte: Exposição sobre os 150 anos da Cidade da Praia realizada no Instituto Superior de Educação de Cabo Verde entre 15 e 30 de Maio de 2008**

Pela imagem vê-se que há um esforço de conservação desse antigo estabelecimento militar da Praia, com as suas cortinas conservadas e nelas destacados os pesados canhões o que constitui uma forma de se manter vivo um dos aspectos da história da cidade através do património cultural material como é o caso.

Tal como outros elementos que enformam o património arquitectónico do Centro histórico da Praia do ponto de vista simbólico a obra em referência assume-se como um bem patrimonial com carácter único e raro, transmitido à geração actual. Esta

---

<sup>388</sup> Anexo ao ofício nº 426 de 13 de Dezembro de 1890 da Inspeção das Obras publicas de Cabo Verde. AHU. Secretaria de Estado da marinha e Ultramar, Direcção Geral do Ultramar – CABO VERDE. Cxa. 168 fls 4v-5.

obra é subsidiária de uma realidade histórica que reporta a história militar em Cabo Verde desde os primórdios da afirmação do povoado da Praia como espaço capaz de receber e instalar moradores de forma duradoura até aos tempos mais modernos. É esta uma obra, que se afigura hoje como um bem herdado do passado com um valor histórico-cultural inestimável que acompanha o evoluir do Centro histórico da Praia e por conseguinte constituir um dos elementos de resgate do seu passado.

Em essência simboliza a importância que o Porto da Praia sempre representou no contexto da navegação atlântica e como tal houve a necessidade da sua defesa face aos apetites vorazes de piratas e corsários, actuando em pleno atlântico no momento em que Praia dava os primeiros passos para a sua afirmação como um povoado digno de se instalar de assentamentos urbanos e projectar o seu desenvolvimento futuro.

Incidindo na descrição morfológica e funcional da fortificação se nos afigura realçar que conforme a literatura consultada a *bateria* da Vila da Praia constava de duas cortinas e foi construída num local estratégico para garantir o controle sobre os navios que chegavam do mar em direcção à baía. Segundo Senna Barcellos entre 1587 e 1593 o forte estava dotado dos seguintes apetrechos de guerra: dois barris de pólvora, com um *quintal* e duas *arroubas* de pólvora grossa, imprestável para fins militares, apenas para salvar; 700 balas de artilharia deixadas por holandeses; seis cunhetes de bala mosqueteira; 12 peças de artilharia, 9 peças de ferro descarregadas e inservíveis<sup>389</sup>. Fazia parte dum sistema defensivo constituído por outras pequenas fortificações do tipo baterias, colocados em pontos-chave como a Ponta da Mulher Branca, a Ponta temerosa e o Ilheu de Santa Maria, entre meios de defesa deste tipo.

Segundo António da Paula Brito, por volta de 1890 já não tinha plataforma e as *carretas*, estavam enterradas no chão, incapazes de darem um tiro sem que as peças *descavalgassem*. Conforme ainda o autor, a *palamenta* encostada a *ellas*, *cahia* em pedaços e as balas andavam dispersas pelo chão.

---

<sup>389</sup> Parece ser a este propósito que se descreveu a bateria da *Villa* da Praia com duas cortinas irregulares, que não podiam ser *offendidas* senão de frente salientando-se que essa bateria estava muito alta para bater os navios e o estado era deplorável; que o abandono em que se encontrava só se explicava pela falta de *officiaes* competentes; que não tinha *plata-forma*; que as *carretas*, enterradas no chão estavam incapazes de darem um tiro sem que as peças *descavalgassem*; e, que a *palamenta* encostada a *ellas*, exposta ao rigor das estações *cahia* a pedaços e as balas andavam dispersas pelo chão.



A documentação permitiu-nos verificar também que um meio seguro de defesa da vila se reportava ao portão a entrada para além da construção de pequenas fortificações na planície na banda este do porto, numa referência à bateria em estudo em condições de ao menos obrigar o inimigo a capitular quando este se apresentasse. Sustenta Senna Barcelos que em 23 de dezembro de 1723 comunicava o governador ter concluído o referido portão da villa, entre outras edificações a que menciona.

Em alusão ainda a outros pequenos elementos do sistema defensivo do porto da Praia refere Barcellos que em 1804 já é contemporânea do forte no Presídio guarnecido com seis peças, *que governador Basto concluiu em janeiro, na villa da Praia e denominou de Nossa Senohra da Conceição*<sup>390</sup>. No sistema defensivo concebido em torno do porto Praia também se enquadra a fortificação acima estudada em maior profundidade assentava-se na defesa da Praia baseada em três baterias: para além da bateria da Praia a da Temerosa e a da Mulher Branca. Chegou até nós também os restos da fortificação existente na ponta da temerosa, no local onde veio a ser erigido o Farol D. Maria Pia, estudado no capítulo anterior. A propósito dessa fortificação realça o autor citado que *volta de 4 de Novembro de 1664 o governador participou ter construído um forte na ponta Temerosa, perto da Praia, artilhando-o com quatro peças, e que estava também levantado um baluarte para ser guarnecido com seis peças, que requisitou e lhe foram enviadas.*

Chamou-nos também o facto de na toponímia da vila, se figurar nesse antigo bairro, a *rua do payol*, designada depois de 1876, por Rua António Mena, rua essa que constitui o coração do antigo bairro da Ponta Belém que estudaremos no último ponto desta capítulo. Esta informação toponímica pode ser tomado como demonstrativo de que terá sido nessa rua que se situava a casa da pólvora cujos vestígios não se conhecem hoje, referenciado por Ilídio do Amaral e que tinha nas suas proximidades, quando ainda Praia era Vila, o forte de S. José<sup>391</sup>.

Estes pontos estratégicos do centro histórico de fácil visibilidade em direcção ao mar, possibilitam contornar o perímetro da baía e o próprio Ilhéu de Santa Maria, onde

---

<sup>390</sup> BARCELLOS – Christiano José de Senna – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira, vol. II Praia: Instituto da Biblioteca Nacional 2003 p.146.

<sup>391</sup> AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde ... p. 329.

existiu também uma fortificação. O objectivo era o de dificultar o ataque inimigo que pudesse vir do espaço marítima envolvente.

## **2. Antigo Quartel e Batalhão de Caçadores da Praia: a obra e a vida organizativa das tropas**

O aparecimento do estabelecimento militar em referência, tal como referimos anteriormente, resultou em reacção às acções de corso e pirataria de que a vila da Praia a par da Ribeira Grande de Santiago foi vítima, colocando o reino português perante a necessidade de aumentar as instalações para regimentos, levando assim à construção de um elevado número de edifícios para fins militares. Assim, surgiu a instalação em apreço projectada, por engenheiros militares e destinada ao aquartelamento e armazenamento de armas.<sup>392</sup> Esta situação levou que os engenheiros militares participassem na estruturação urbana de muitas urbes como aconteceu na Praia, uma vez que as fundações do quartel em referência serviram de alinhamento da primeira rua urbe nascente ou seja a rua do Corvo a partir desta o traçado das ruas paralelas em que as principais serão estudadas no capítulo IV desta trabalho. O envolvimento desses engenheiros permitiu também o aparecimento de construções de carácter civil como palácios residenciais nobres igrejas, entre outras.

Confrontando as argumentações de Manuel Teixeira e Margarida Valla, citados anteriormente com as explicações de Ilídio Amaral é de se acreditar que apesar de haver antes de 1823 um aglomerado de casas cobertas de colmo, estruturado de modo desordenado, somos levados a perceber que o traçado da primeira rua guiado pelas fundações desse quartel, marca o início da estruturação da vila em direcção à cidade, cujo delineamento parte da localização do quartel militar.<sup>393</sup>

### **4.1. Localização e percurso da construção do edifício**

Sem ignorarmos a referencia em termos de localização da obra arquitectónica em estudo cuja fachada principal está voltada para a rua do Corvo, optamos identificá-la

---

<sup>392</sup> A função dos engenheiros militares não se limitava à construção de edifícios para fins só militares, como também com finalidade civil pública e religiosa.

<sup>393</sup> Quartel e Batalhão de Caçadores nº1 *d'Africa Occidental*. Cidade da Praia de Cabo Verde 15 de Abril de 1872 em que era comandante militar João Carlos de Sá Nogueira. Acessível no Arquivo Histórico Militar (AHM) – Lisboa FE 110 - B3-PQ –1.

também como uma construção integrada no antigo largo da Bateria de cuja envolvente faz parte e onde está o seu mais alongado alçado. Confronta-se a sul e sudeste com falésia sobranceira ao Velho cais da Praia a norte pelo outrora largo da Bateria depois Pinheiro Chagas, hoje confinado à rua General Barros Rua General Barros e a ocidente pela rua do Corvo.

O percurso da sua construção mostra que em 1811 se assistiu a um levantamento popular que teve por objectivo contestar uma nova contribuição imposta pelo governador António Coutinho de Lencastre a todos os habitantes de Santiago. Tal contribuição era exigida no quadro das necessidades de defesa provocada pela conjuntura internacional. O governador sentiu necessidade de reforçar a guarnição militar de Santiago e criar mais uma companhia cujos encargos seriam suportados por toda a população. Reporta que, para o efeito, sem consultar senão a sua vontade levantou um imposto cujo mínimo era de 1:600 reis por cabeça.<sup>394</sup>

Na sequência das diligências feitas pelo Governador Lencastre por volta de 1823 já estava o edifício em construção, com aspecto de um quartel da tropa, de pedra e cal, *sem soalho, nem janelas, nem portas*<sup>395</sup>, que ainda não estava concluída.

Barcellos alude a esse quartel como um edifício construído em várias fases. Para o autor, o estabelecimento militar estava, em 1826, *muito longe de preencher commodamente ao fim para que era destinado, porquanto não só lhe faltava as commodidades precisas, mesmo para uma pequena força, mas porque carecia de reparos*<sup>396</sup>. Em menção a alguns edifícios públicos em 1842, o autor referido mostra que um dos cuidados do novo governador geral, António Basto foi a construção de entre outros edifícios, públicos, que não os havia, fez deliberar em Conselho de Governo *dar 50:000 réis mensaes para as obras do quartel militar, e baterias da villa, ficando aquella importancia á disposição de uma comissão de tres officiaes, nomeados para dirigir aquelles trabalhos.*<sup>397</sup>

---

<sup>394</sup> BRITO, António de Paula. Subsídios para a corographia da ilha de S.Thiago de Cabo Verde. Lisboa. Imprensa Nacional. 1889. p 45. Acessível no AHU-Lisboa.

<sup>395</sup> AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens. Lisboa. Edição de Memórias da Junta de Investigação do Ultramar.1964, p.329.

<sup>396</sup> Senna Barcelos - Christiano José de Senna – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira, vol. IV Praia: Instituto da Biblioteca Nacional 2003 p 110.

<sup>397</sup> Senna Barcelos - Christiano José de Senna – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira, Vol. III Praia: Instituto da Biblioteca Nacional 2003 p. 251.

Menciona ainda o autor a esta edificação, com base num relatório do engenheiro da província Januário de Almeida, que dias depois de assumir o seu cargo, a 9 de Abril de 1858, apresentou ao Governador Geral as obras de primeira necessidade a executar na Praia e, para isso dividiu tais obras em três classes: obras em projecto, obras em andamento e obras interrompidas. O quartel militar foi classificado por aquele engenheiro como sendo uma das obras interrompidas e indicou os acrescentamentos a que deveriam ser feitos, mostrando que eram necessários: uma caserna para soldados, casa de arrecadação geral, quartos para sargentos, e algumas outras acomodações. Para aquela já existia alguma pedra e *quasi* toda de telha, podia aproveitar-se o serviço dos presos militares<sup>398</sup>.

Em 1872 o estabelecimento militar em referência já apresentava as características que ostenta hoje expressas na figura 20, abaixo apresentada, por sinal muito parecidas com a sua fisionomia actual.

**Figura 20 - Quartel e Batalhão de Caçadores d’Africa Occidental depois Quartel da 1ª Companhia de Polícia Civil e Militar hoje Companhia Jaime Mota- Praia**

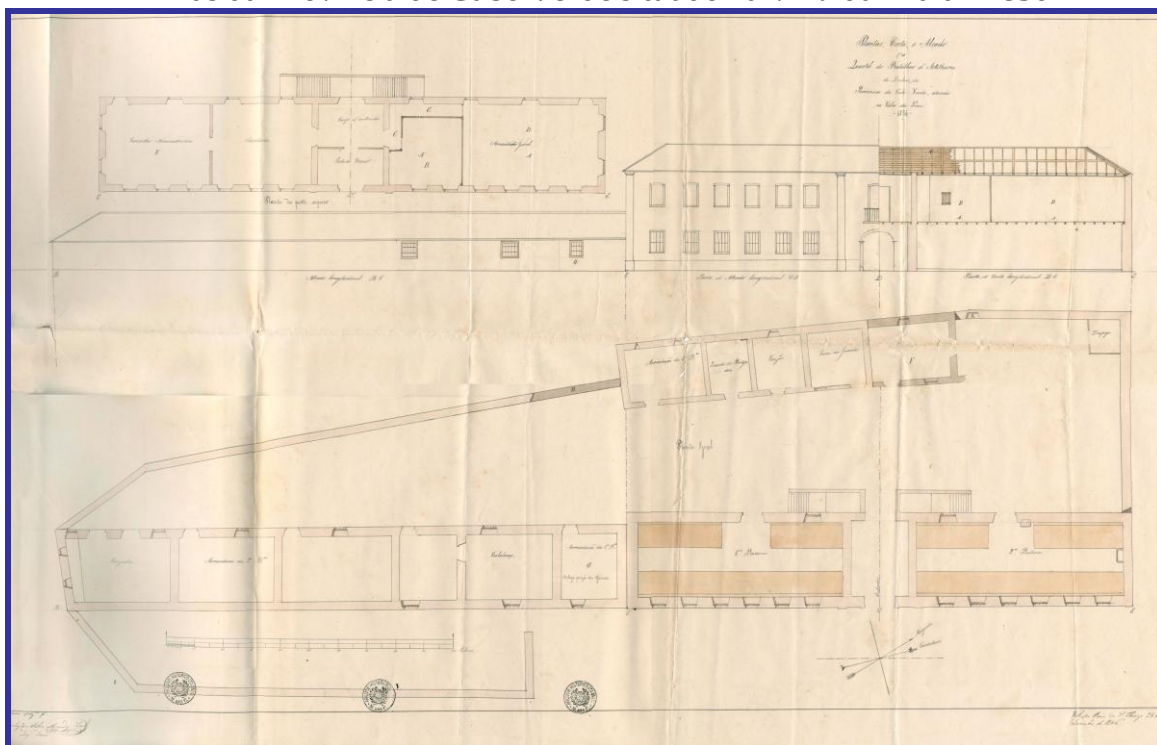


**Fonte: Quartel e Batalhão de caçadores nº 1, África ocidental – Cidade da Praia Cabo Verde 15 de Abril de 1872. Acessível no Arquivo Histórico Militar (AHM) - Lisboa, Fundo 110, Série B3, Caixa PO-1.**

<sup>398</sup> BARCELLOS – Christiano José de Senna – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira, vol. IV Praia: Instituto da Biblioteca Nacional 2003 p 110

Ao compararmos a imagem obra edificada como a planta que segundo informações constantes no próprio desenho ao mesmo reporta ficamos com a ideia que não foi edificada tal como foi projectada como pode ser observado na imagem seguinte indicada como *figura 21*.

**Figura 21 - Plantas, Cortes e Alçados do Quartel do Batalhão d'Artilharia de Linhas da Província de Cabo Verde situado na Villa da Praia - 1856**



**Fonte:** Plantas organizadas por Carlos da Silva Mendes Leal. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa - Portugal, SEMU-DGU, 3ª Repartição - Cabo Verde, Cxa. 77.

Parece ser este o esboço primitivo, que permitiu a edificação do edifício militar em apreço, pelo que é possível observar no portão de entrada, muito parecido com o que veio a ser construído e pela porta janela colocada na projecção do portão, no piso superior. Na sua designação inicial era *Quartel do Batalhão d'Artilharia de Linhas da Província* e foi previsto para se situar na Vila da Praia. À semelhança do palácio dos Governadores-gerais terá sofrido uma sensível redução nas medidas da composição delineada, a avaliar da quantidade de janelas previstas e as que vieram, efectivamente, a ser aplicadas, que presumimos, tendo em vista a redução de custos. Era hábito projectar-se edifícios e no momento da sua excussão suprimir alguns elementos construtivos, por ultrapassarem orçamentos normalmente previstos. Viria a estender-se em duas alas

cumpridas e estreitas, onde foram estruturados os vários compartimentos de aquartelamento das tropas que perduram até hoje.

Pelos sinais de degradação na obra edificada, espelhadas no seu alçado frontal, o essencial da composição já estava construído muito antes da Praia ter sido elevada à categoria de Cidade<sup>399</sup>, à excepção de uma caserna para soldados, casa de arrecadação geral, quartos para sargentos, e algumas outras acomodações, ainda por edificar em Abril de 1858.

Este edifício foi primitivamente destinado para *n'elle se accomodar* o extinto trem de artilharia que fora transformado em 1860 em quartel militar<sup>400</sup>. Na imagem do mesmo, acima exibida, apresenta-se como uma construção de aparência antiga e com a sua frente voltada para a Rua do Corvo. Vê-se uma unidade composta de sensivelmente 74 militares desfilando-se em parad, dos quais cerca de 18 formam a banda militar que se posiciona à frente dos pelotões. Toda a tropa é chefiada pelo Major Comandante Interino, João Carlos de Sá Nogueira. O estado das tropas parece contrastar ao remoto período considerado por António de Paula Brito, para quem o quartel então designado de 1ª companhia de polícia civil e militar tinha uma força composta por 115 soldados, 12 cabos, 7 sargentos, 2 alferes 1 tenente e 1 capitão<sup>401</sup>. Tudo leva a crer, pela inscrição aposta à própria fotografia que a mesma foi enviada por este chefe militar ao Exmo Senhor General de Reserva, Marquez de Sá da Bandeira na data de 15 Abril 1872<sup>402</sup>.

Por volta de 1877, do conjunto as obras que estavam em andamento constava os trabalhos da *accomodação* do quartel militar na cidade da Praia, uma construção que *comprehendia* oito casas das quais quatro destinadas para arrecadação das companhias, a quinta para arrecadação e deposito geral, a sexta para refeitório, a sétima para prisão dos officiaes inferiores e a oitava para aula. A *despeza* provável com a conclusão foi orçada em 2:626:000 reis, e o orçamento *approved* em conselho *technico* e mandado executar

---

<sup>399</sup> Quartel e Batalhão de Caçadores nº1 *d'Africa Occidental*. Cidade da Praia de Cabo Verde 15 de Abril de 1872. Era comandante militar João Carlos de Sá Nogueira. Cf. AHM – Lisboa FE 110 - B3-PQ – 1.

<sup>400</sup> Ofício nº 426 de 13 de Dezembro de 1890 da Inspeção das Obras Públicas de Cabo Verde e quadros anexos aludindo aos trabalhos realizados ou em vias de excussão e conclusão e da despesa feita durante o período decorrido entre 16 Novembro de 1877 e 30 de Junho de 1881. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição - Cabo Verde Cxa 268 fl. 4v-5.

<sup>401</sup> BRITO, António – Subsídios para a Corographia da Ilha de S. Thhiago de Cabo Verde. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890, p. 45.

<sup>402</sup> Quartel e Batalhão de Caçadores d'Africa Occidental Cidade da Praia de Cabo Verde 15 abril 1872. Acessível no Arquivo Histórico Militar – Lisboa: FE-B3-PO-1

por Sua Excelência, podendo-se despende no presente *anno* económico a quantia de 1:800:000 reis votada para esta obra na distribuição de fundos<sup>403</sup>.

A edificação, evidencia-se no meio de um conjunto de construções de carácter residencial já desaparecidas. É visível também na imagem o edifício em construção naquela época que chegou até nós como instalação onde foram albergados vários órgãos da cúpula militar no arquipélago, como foi o caso dos serviços do Estado Maio das Forças armadas de Cabo Verde após a independência nacional. Parece ser esta parte adjacente, uma das composições referidas no Ofício nº 426 de 13 de Dezembro de 1890, como as novas casas dispensadas como aposentos militares que foram acrescentadas como anexos independentes do resto do edifício.

No momento em que se projectava da ampliação quartel do batalhão de caçadores partiu-se duma construção primitiva que se serviu de trem do material d'artilharia. Este foi transformado em quartel militar durante os anos de 1860 a 1862 depreendendo-se a quantia de 8:290:152 reis. De acordo com a documentação de arquivo a que tivemos acesso não preencha o fim a que se destinava, porque *as casernas são pequenas, mas dispostas e carecem das necessárias accomodações para alojamento dos sargentos e de outras dependências indispensáveis*<sup>404</sup>. O edifício acabou por ter posteriormente importantes melhoramentos, *sendo a despesa effectuada de 3:259:004 reis, custeada por diversos orçamentos parciaes cuja cifra total ascende a 7:478:800 reis*. E o que ainda havia a fazer era muito, e a despesa com a sua execução bastante avultada. Prevvia-se a abertura de todas as casas da frente principal do quartel *n'um tal estado de ruína e deterioração que foi preciso amparar e escorar o madeiramento para evitar um desabamento infalível. Considerava-se ser indispensável uma completa reforma em todo o madeiramento da cobertura, logo que terminasse a estação das agoas*. Tinha-se em conta ainda que *a ampliação que se levou a effeito acrescentando o edifício com a edificação de mais seis casas espaçosas, estava comprehendida na citada distribuição de fundos para anno econommico findo. Ainda explicava-se que:*

---

<sup>403</sup> Secretaria do governo-geral da Província de Cabo Verde 1877 [ofício nº33] 1877 Dezembro 29, Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1877. 10f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

<sup>404</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [relatório] 1878 Outubro 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 86f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

[...] Por esta direcção foi apresentado o orçamento suplementar para o acabamento d'esta obra na importância de 2:626\$000 reis. Este orçamento aprovado em sessão do conselho de serviço tecnico de 3 de dezembro do anno económico findo, foi auctorizado por portaria do governo-geral, 283 de 14 do mesmo mez e anno [...] <sup>405</sup>

Porém em 1879, as grandes reparações no quartel militar que contemplavam as ditas *cazas* já estavam concluídas, a cobertura do corpo da parte principal já completamente reformada, foram modificadas as divisões interiores e já estavam instaladas a secretaria e outras dependências do coimando <sup>406</sup>. Ainda realçava-se que no primeiro e segundo andar do edifício fizeram-se os precisos arranjos para ali se *accomodar* o observatório meteorológico. *Sublinhava-se também que*, com a redução que sofreu a força militar da província e consequentemente a que se estacionava no referido quartel, ficou completamente disponível a parte nova que, havia pouco tempo, tinha resultado na ampliação do edifício. Na altura o Sr. Conselheiro governador-geral resolveu transferir para aquelas casas a repartição das obras publicas a cargo do então *Director Claudino Augusto Carneiro e Souza e Faro*, o que resultou numa economia de 27000 reis anuais, relativamente aos encargos do prédio arrendado <sup>407</sup>.

Na decorrência da redução que sofreu a força militar da província e consequentemente a que se estaciona no referido quartel, deixa-se de falar batalhão de caçadores, passando as referências a esse estabelecimento militar a incidirem em 1ª Companhia de polícia Civil e Militar, cuja homóloga que era a 2ª companhia que existia em São Vicente e era alvo pela mesma altura de alguns pequenos trabalhos de reparação e concerto. <sup>408</sup> Segundo a consultada em relação ao complexo militar em estudo ficou completamente disponível a parte nova com que se tinha acabado de ampliar.

---

<sup>405</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [relatório] 1878 Outubro 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 86f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

<sup>406</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 609] 1879 Novembro 14, Ilha de Santiago [a] Majestade (DGU) [manuscrito] 1879. 16f. Autografado. Acessível no AHU. Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

<sup>407</sup> Vide anexo nº 4 ao capítulo I - Ofício nº 609 de 14 de Novembro de 1879 da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1879 dando conta e das obras públicas em andamento na província de Cabo Verde e da distribuição do pessoal *technico*.

<sup>408</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 609] 1879 Novembro 14, Ilha de Santiago [a] Majestade (DGU) [manuscrito] 1879. 16f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.



Confirma o documento que se estabeleceu a repartição das obras publicas com a respectiva secretaria e suas dependências como foi a pagadoria da direcção de *thesouraria geral*, realizando assim uma economia de 540.000 reis annuaes que se pagavam pela renda das casas que occupava aquella repartição, além de melhor *accomodação* e segurança de todas as repartições anexas à *thesouraria geral*.

As grandes reparações e melhoramentos no corpo da frente principal do quartel militar da Praia, foram mencionadas na relação de obras previstas para várias ilhas do arquipélago no período decorrido desde 1 de Janeiro de 1880 a 18 de Maio do mesmo ano, a altura em era remetido o Officio nº 299 da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde ao Ministério e Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar<sup>409</sup>. No mesmo resumiam-se as obras que estavam na altura concluídas, em vias de execução na província, bem como das que tinham sido projectadas e aprovadas e começadas. Expunha-se no mesmo offício que a execução dos trabalhos previstos no projecto ao quartel, indicando-as como obras acabadas resultaram em melhor acomodações da força militar<sup>410</sup>.

Muitos traços originais desta construção conservaram-se até hoje. De planta rectangular, resalta a face nobre que ostenta a sua frente, voltada para a Rua do Corvo e cuja parte central se eleva em de dois andares. Aí se encontra a entrada principal ladeada de janelas sendo duas de cada flanco. No andar de cima para além da porta que comunica para o pátio interno. Dispõe de três janelões, sendo o mais evidente aquele que está no enfiamento em altura da entrada principal e donde emerge uma haste que serve para içar a bandeira.

A imagem que se segue apresentada como *figura 22*, corresponde ao estabelecimento militar em estudo no estado em que chegou até nós.

---

<sup>409</sup> Dado o interesse do conteúdo deste relatório para as obras que estavam na altura em vias de execução, iniciadas ou concluídas no conjunto do Arquipélago incluímo-lo como ao nexo ao ponto relativo a obras dessa época espalhadas pelas ilhas de Cabo Verde.

<sup>410</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Officio nº 299] 1880 Maio 18, Ilha de Santiago [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1880. 19f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 164.

**Figura - 22 - Imagem do estado actual da Companhia Jaime Mota antigo Quartel e Batalhão de Caçadores (1872) depois 1ª Companhia de Polícia civil e militar (1890)**



**Fonte:** Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial – Escola Central, indicado como quartelão nº Quartelão 51. Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.

Segundo Ofício nº 426 de 13 de Dezembro de 1890, atrás citado, em 1879 tinha sido preciso apelar todo o madeiramento de cobertura da frente principal do edifício cujo estado de ruína era inexcedível. Os compartimentos *soffreram* completa transformação da qual resultaram melhores *acomodações* para a secretaria do Batalhão e suas dependências. A nova cobertura passou a compor-se de três terraços destinando-se o primeiro do corpo central para o posto meteorológico que ficou assim em melhores condições de exposição entre outras, indispensáveis à regularização desse serviço.

#### **4.2. Descrição e análise dos aspectos formais da obra**

Do ponto de vista formal esta obra incorpora um estilo Neo-nacionalismo expressa num neo-manuelino, fruto de revivescência de várias formas até aqui colocadas de lado e que não vamos observar em mais edifícios na cidade da Praia e em Cabo Verde, exceptuando o edifício da capitania dos portos na ilha de S. Vicente tido como torre de Mindelo e réplica da Torre de Belém em Lisboa, edificado na época do Estado Novo no quadro do espírito nacionalista da época. Sustentando-nos num texto de Maria de Fátima de Matos apercebemo-nos que este quartel exibe um revivalismo que se tornou um princípio estilístico a revelar uma variedade de estilos no século XIX devido a valores associativos que eram os únicos valores em arquitectura acessível à classe

dirigente<sup>411</sup>. Segundo o professor Pedro Dias, este surto de revivalismos que se alastrou, criou uma visão romântica que encobria as novas estruturas dos equipamentos urbanos, criou um outro Manuelino, uma arquitectura mais fantasiada<sup>412</sup>.

A composição em estudo, tal como a generalidade das obras deste estilo acentua as linhas horizontais visíveis no edifício e sobriedade presente nas paredes lisas. A sua imponência sobressai não só na sua beleza e equilíbrio de formas, também típicos nas obras neoclássicas como também na sua entrada monumental concebida em arco de asa de cesto, muito usado na arquitectura clássica inspiradora das obras arquitectónicas de todas as épocas, tal como o exemplo mostrado por Edward Lucie-Smith.<sup>413</sup> Marcam o sentido de equilíbrio formando duas dependências a ela equidistantes, cobertas a quatro águas de telha marselhesa. A porta de entrada harmoniza-se com uma janela na parte superior, como se vê na *figura 23*, projectada na mesma direcção onde o arco é mais acentuado na sua aparência de um semicírculo. Exprime uma certa dignidade que é transmitida para a própria área onde se encontra edificada.

**Figura 23 - Pormenor do edifício exibindo a sua entrada principal**



**Fonte: Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial – Escola Central, indicado como quarteirão nº Quarteirão 51. Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.**

<sup>411</sup> MATOS – Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de – O Neo-Manuelino no Brasil: Da ideologia à arquitectura: um projecto além-mar. In: Anuais do VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Rio de Janeiro. UFRJ/CBAH, 2004, pp.515-124.

<sup>412</sup> DIAS, Pedro – Manuelino e Neo-Manuelino. In: O Neo-Manuelino e reinvenção dos descobrimentos. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPAAR), 1994, pp. 46-55.

<sup>413</sup> LUCIE-SMITH, Edward - Dicionário de Termos de Arte. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990, p. 29.

A construção no seu todo compõe-se de duas sub composições de cobertura simples de telha de barro a duas águas que correspondem aos espaços de aquartelamento expostas lado a lado, enquadradas por um pátio interno onde as forças formam-se em parada e donde se pode observar aspectos do lado de dentro da composição principal não visíveis do exterior e que expressam de modo mais acentuado a elegância dessa parte do edifício, que revela uma vez masi a parede lisa, como mostra a imagem a seguir indicada como *figura 24*.

**Figura 24 - A entrada do quartel vista do pátio interna**



**Fonte:** Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.

O carácter nacionalista da obra expressa-se na difusão da estética construtiva manuelina cujas características específicas são evidentes na inclusão de elementos relacionados com os grandes empreendimentos expansionistas no tempo de D. Manuel I no repertório decorativo das obras arquitectónicas, para celebrar a grande gesta portuguesa que foram os descobrimentos<sup>414</sup>.

O estilo manuelino tem efectivamente, a sua fase de maior amadurecimento a partir da segunda década de reinado de D. Manuel. Os arquitectos de Portugal

---

<sup>414</sup> De acordo com a literatura consultada, esta tendência artística era conhecida, na época, como a variante portuguesa da arquitectura *ad modum Yspaniae* (ao modo hispânico) que, por sua vez, estava incluída na corrente arquitectónica "ao moderno" - expressão, utilizada para o Gótico tardio onde também havia a variante, por exemplo, do *modo tudesco* ou *alemão* na então nova arquitectura nórdica.

definiram, neste contexto, um estilo de uma originalidade vigorosa que ainda hoje causa espanto entre todo o património artístico português.

Os motivos ornamentais que caracterizam esta tendência são de uma riqueza impressionante e, ao contrário do que se tornou vulgar dizer, não é caracterizada apenas pelos motivos marítimos, inspirados na Era das Descobertas, mas por um conjunto de símbolos de ordem diversa.

No que diz respeito à arquitectura propriamente dita, que é o caso em estudo, o estilo Manuelino não mascara a estrutura do edifício ao mantê-lo livre de ornamentação desnecessária: as paredes exteriores e interiores são nuas como já evidenciamos como se vê na imagem acima. Neste edifício a decoração concentrando-se em determinados elementos estruturais, neste caso em elementos construtivos característicos no friso descontínuo da pequena torre achatada aplicada ao centro na face frontal da composição e aquele elemento ornamental situado nos cantos da cimalha usualmente observáveis na torre de Belém.

A torre integrada nesta obra arquitectónica acentua o carácter nobre que representa. É um elemento construtivo que vai conferir mais dignidade à edificação, muito simbolismo que só vai aparecer em mais dois edifícios do centro histórico (casa da câmara e antigo Liceu Nacional a serem estudados nos capítulos subsequentes e vai lhe dar destaque entre outras composições.

#### **4.3. O Quartel e a nova organização militar das colónias a partir de 1901**

O quartel militar que chega ao século XX integra-se numa nova organização militar das colónias regulada pelo decreto de 14 de Novembro de 1901, na altura em que as diferentes colónias eram divididas em três grupos, situando-se Cabo Verde no primeiro, que compreendia ainda, a Índia e Macau.<sup>415</sup>

Com base nesse decreto, organizaram-se os quartéis, enquanto edifícios ou instalações especiais onde se alojam tropas, seja em serviço de guarnição, seja em

---

<sup>415</sup> Ministério das colónias – Anuário colonial de 1927-1929. Lisboa, Imprensa nacional, 1930 p.107-108.

campanha,<sup>416</sup> dotando-os de pessoal idóneo para o desempenho de múltiplos serviços que tinham de desempenhar, melhorando neste ponto e muito o que até então existia.<sup>417</sup>

De acordo com o anuário colonial atrás citado, depois de sucessivas alterações em 1926 foram elaboradas as bases para a reorganização do exército colonial, através do decreto nº 11: 746, que, para além de fixar as competências das forças militares do ultramar, estabelecia também a sua subordinação ao Ministério das Colónias, por intermédio dos respectivos governadores. Determinava-se também por esse decreto que a superintendência disciplinar e administrativa e técnica nas tropas coloniais continuava a cargo da Direcção geral Militar das colónias.

O exercito colonial compreendia, para além da Direcção Geral Militar das colónias, os comandos superiores das forças do Ultramar, com os seus quartéis gerais, importando-se destacar que da interpretação dos conceitos relativos a quartel e quartel general percebemos que este último encerra uma significação mais complexa. Pudemos apreender a noção de quartel-general no caso, concreto a referir-se ao meio de emanção das deliberações dos governadores da província, que exerciam o comando supremo das forças militares nas colónias. Por conseguinte, trata-se órgão dirigido pelos governadores de província e particularmente *um órgão de estudo e trabalho dos governador militar, por intermédio do qual esta entidade exerce a sua acção não só no comando das forças militares do espaço territorial sob a sua superintendência como também na organização geral da colónnia*<sup>418</sup> Para além do quartel general havia também, secretarias militeares, comissão técnica das forças coloniais, as tropas activas, incluindo as diversas armas e serviços, as tropas de reserva, as praças de guerra, fortificações militares e demais pontos fortificados, os estabelecimentos de instrução militar, os serviços de: material de guerra, de recrutamento, de saúde, de administração militar e das comunicações militares, de justiça e reformados<sup>419</sup>.

---

<sup>416</sup> Dicionário de Terminologia Militar editado por VARELA Soares V. H. - Tenente Coronel formado pela Escola Superior de Tenência de Paris e NEVES E. A. Adelino - Major do Corpo do Estado Maior – Professor Catedrático da Academia Militar - S/L.; Edição dos Autores 1962.63 p. 410.

<sup>417</sup> No caso de cabo verde, dois pelotões de policia rural, um em barlavento, outro em Sotavento.

<sup>418</sup> Dicionário de Terminologia Militar editado por VARELA Soares V. H. - Tenente Coronel formado pela Escola Superior de Tenência de Paris e NEVES E. A. Adelino - Major do Corpo do Estado Maior – Professor Catedrático da Academia Militar -. S/L.; 1962.63 p. 411

<sup>419</sup> Ministério das colónias – Anuário colonial de 1927-1929. Lisboa, Imprensa nacional, 1930 p. 113-114

Conforme a bibliografia em referência as praças eram de origens europeia possuíam várias classes e postos com excepção de sargentos ou indígena. Os contingentes, eram fixados anualmente pelo Ministério das colónias sendo por ordem de preferência, os voluntários, os compelidos, os refractários e os sorteados entre os apurados. O recrutamento e tempo de permanência de tropas indígenas obedecia às seguintes regras fundamentais: serviço de quinze anos nas tropas activas, no quadro permanente, incluindo cinco anos na reserva territorial, dois anos para os voluntários e recrutados, cinco anos para os compelidos e refractários, sete anos para os desertores.

#### **4.4. Vida quotidiana das tropas aquarteladas e sua organização**

Desde há muito tempo a vida do dia-a-dia no quartel militar em referência era regulada por regulamentos antigos. As questões disciplinares tinham sido reguladas pelas ordens conveniente e necessárias, evidenciadas anteriormente para a instituição da disciplina e bom regime dos Corpos Militares de Cabo Verde que devia ser levado ao conhecimento das obrigações e obediência daqueles que tinham a honra de se alistarem e empregarem no Real Serviço, debaixo da Bandeira portuguesa.

Na primeira metade do século XX, por volta de 1945, pudemos constatar um conjunto de informações sobre a vida quotidiana das tropas aquarteladas e acerca da sua organização através das ordens de serviço do comando da companhia, que eram emitidas com regularidade, isto é, diariamente. Estas ordens de serviço contêm informações sobre nomeações de oficiais, recrutamento de mancebos, punições de praças e oficiais, baixas e altas de oficiais e soldados no Hospital Milita e Civil da Praia. Referiam-se também entre outras actividades militantes a serviços de turno organizados para garantir o normal funcionamento e marcar o ritmo de vida da unidade. Para o efeito eram escalados diariamente: um oficial de dia, um sargento de dia, um cabo de dia, um corneteiro de dia, um cabo de dia à companhia, um plantão à cavalaria, quatro plantões (soldados) aos pelotões, onze faxinas (soldados) ao refeitório, elementos da policia militar (um cabo e três soldados) e plantões adstritos à guarda de polícia militar (um soldado). De acordo com a documentação referenciada, escalava-se ainda, diariamente, parte das praças para serviço no ilhéu de Santa Maria (um cabo e seis soldados) e dois soldados como ordenanças. Outros aspectos do dinamismo rotineiro do quartel diziam

respeito a: limpeza geral do aquartelamento e revistas (inspecções habituais aos soldados) bem como, limpeza de armamento<sup>420</sup>.

A formação de recrutas obedecia a um conjunto de actividades ao longo do dia que incluíam: num primeiro momento, banho normalmente às 5:30 horas e ginásticas das 6 às 6:45 horas; num segundo momento, das 7:00 a 7:30 horas, eram ministradas noções de tática com instruções com armas; num terceiro momento, das 9:30 às 6:45 horas ministrava-se aulas de tiro e armamento, destacando-se o uso de alça, limpeza e conservação da espingarda, bem como o manejo do fogo. Na sequência do intervalo do almoço, à tarde, das 14:30 às 15:30 era proporcionada a educação do soldado, destoando-se os deveres dos plantões e das faxinas, bem como noções de higiene. No 5º e último tempo, das 15:45 às 16:45 horas, ministrava-se novamente tática com conteúdo idêntico àquilo que fora abordado no período de manhã.

Aproveitamos a oportunidade que se nos oferece para trazer à luz a estrutura orgânica, ou quadros orgânicos tal como foi previsto para a Cidade da Praia, referenciado na documentação, das forças terrestres Ultramarinas em tempo de paz, em meados do século XX. Estes quadros abrangiam: comando militar, companhias de caçadores, as baterias de defesa da costa e depósito geral de material<sup>421</sup>. Para o comando militar era previsto um comandante militar (oficial superior) e ajudante. Junto ao comando militar funcionava um Estado Maior cuja chefia estava nas mãos de um major ou capitão, a 1ª Repartições, tendo à frente um capitão adjunto para o pessoal, e subalternos adjuntos para informações, recrutamento, serviço médico, amanuense e *operadores de cripto* a primeira, a 2ª Repartição tendo à testa um capitão auxiliado por subalternos e uma secretaria. Fazia parte ainda do comando militar o pelotão de comandos e serviços com o respectivo comandante e secção de atiradores, secção de serviços com quarteiro, enfermeiros, condutores auto e chefe de contabilidade tesoureiro e amanuense. Para as unidades elementares esses quadros orgânicos previam várias secções a saber, de atiradores, de lança granadas, de lança granadas anti-carro de metralhadoras, de morteiros, de canhões anti-ticarro de sapadores, de metralhadoras

---

<sup>420</sup> Companhia da Praia: Ordens de Serviço da 1ª companhia indígena de caçadores., referentes a 1945. Acessível no Arquivo Histórico Militar (AHM) de Lisboa, 2ª divisão, 3ª secção, Cxa 87.

<sup>421</sup> Quadros Orgânicos das Forças Terrestres Ultramarinas em tempo de paz – CABO VRDE, 1954. Cf. AHM – Lisboa, 2ª Divisão, 3ª Secção, Cxa. 71.



auto TT de metralhadoras pesadas AA. Dada à importância da sua estrutura orgânica da a companhia de caçadores reproduzimos em seguida o *quadro 1*, a seguir exibido.

**Quadro nº 3 - Quadros orgânicos das forças terrestres ultramarinas - Cabo Verde: ano de 1954 - Companhia de caçadores (tipo semi-motorizado)**

| Designações                           | Especialidades | Pessoal  |           |             |             |                 |         |            |
|---------------------------------------|----------------|----------|-----------|-------------|-------------|-----------------|---------|------------|
|                                       |                | Oficiais | Sargentos | Sargentos C | Sargentos U | Primeiros-cabos | Cabos U | Soldados U |
| <b>I – Comando</b>                    |                |          |           |             |             |                 |         |            |
| <b>A – Comandante</b><br>Capitão..... | 051            | 1        | —         | —           | —           | —               | —       | —          |
| <b>B - Secção de Comando</b>          |                |          |           |             |             |                 |         |            |
| Comandante.....                       | 090            | —        | 1         | —           | —           | —               | —       | —          |
| Observadores.....                     | 915            | —        | —         | —           | —           | —               | 2       | 1          |
| Telefonistas.....                     | 090            | —        | —         | —           | —           | —               | 1       | 3          |
| Telefonistas (rádio).....             | 090            | —        | —         | —           | —           | —               | 1       | 3          |
| Corneteiros.....                      | 940            | —        | —         | —           | 1           | —               | 1       | 1          |
| Condutor auto.....                    | 925            | —        | —         | —           | —           | —               | —       | 1          |
| <b>C - Secção de alimentação</b>      |                |          |           |             |             |                 |         |            |
| Comandante 1º Sargento.....           | 051            | —        | 1         | —           | —           | —               | —       | —          |
| Quarteleiros.....                     | 975            | —        | —         | —           | 1           | —               | 1       | —          |
| Cozinheiros.....                      | 935            | —        | —         | —           | —           | —               | —       | 4          |
| Faxinas.....                          | 915            | —        | —         | —           | —           | —               | —       | 6          |
| Condutores auto.....                  | 925            | —        | —         | —           | —           | —               | —       | 2          |
| <b>D - Secção de munições</b>         |                |          |           |             |             |                 |         |            |
| Serventes de munições.....            | 960            | —        | —         | —           | —           | —               | —       | 3          |
| Condutores auto.....                  | 925            | —        | —         | —           | —           | —               | —       | 3          |
| <b>E - Secção de manutenção</b>       |                |          |           |             |             |                 |         |            |
| Ajudante mecânico auto.....           | 856            | —        | —         | —           | —           | 1               | —       | —          |
| <b>F -Secção sanitária</b>            |                |          |           |             |             |                 |         |            |
| Ajudante de enfermeiro.....           | 763            | —        | —         | —           | —           | 1               | —       | —          |
| Maqueiros.....                        | 955            | —        | —         | —           | —           | —               | —       | 2          |
| <b>Soma</b>                           | —              | 1        | 2         | —           | 2           | 2               | 7       | 29         |

**Fonte: Quadros Orgânicos das Forças Terrestres Ultramarinas em tempo de paz – CABO VRDE, 1954. Cf. AHM – Lisboa, 2ª Divisão, 3ª Secção, Cxa 71.**

O quadro acima indicado corresponde a uma parte da orgânica das forças terrestres ultramarinas duma companhia do tipo regimentado naquele que fora no século XIX o Quartel e Batalhão de Caçadores d’Africa Occidental da Cidade da Praia, 1ª companhia de caçadores, por volta de 1954, tal como nos é apresentado na documentação, desdobrada em três por conveniência da sua melhor inserção no texto.

Como pode ser constatado no quadro acima, o mesmo apresenta as várias especialidades do ramo militar da companhia de caçadores devidamente codificadas e uma estrutura de pessoal constituída por oficiais sargentos cabo e soldados, como de

resto apresenta todo o documento onde foi extraído.<sup>422</sup> Incide particularmente na orgânica do comando da companhia. A tabela seguinte indicada como *quadro 2*, reflecte a estrutura dos pelotões de atiradores e de acompanhamento.

**Quadro nº 4 - Quadros orgânicos das forças terrestres ultramarinas - Cabo Verde: ano de 1954 - Companhia de caçadores (tipo semi-motorizado) - Continuação**

| Designações                            | Especialidades | Pessoal  |           |             |             |                 |         |            |
|----------------------------------------|----------------|----------|-----------|-------------|-------------|-----------------|---------|------------|
|                                        |                | Oficiais | Sargentos | Sargentos C | Sargentos U | Primeiros-cabos | Cabos U | Soldados U |
| PELOTÃO DE ATIRADORES                  |                |          |           |             |             |                 |         |            |
| A - Comandante Subalterno (d)          | 051            | 1        | —         | —           | —           | —               | —       | —          |
| B – Esquadra de Comando                |                |          |           |             |             |                 |         |            |
| Observadores                           | 915            | —        | —         | —           | —           | —               | 1       | 1          |
| Corneteiro                             | 940            | —        | —         | —           | —           | —               | —       | 1          |
| Estafeta                               | 915            | —        | —         | —           | —           | —               | —       | 1          |
| C – 3 Secções de atiradores            | (e)            | —        | —         | —           | —           | —               | —       | 18         |
| Soma                                   |                |          |           |             |             |                 |         | 21         |
| III – PELOTÃO DE COMPANHAMENTO         |                |          |           |             |             |                 |         |            |
| A - Comandante - Subalterno (f).....   | 051            | 1        | —         | —           | —           | —               | —       | —          |
| B – Esquadra de comando                |                |          |           |             |             |                 |         |            |
| Observador                             | 070            | —        | —         | —           | —           | —               | 1       | —          |
| Observador                             | 912            | —        | —         | —           | —           | —               | —       | 1          |
| Corneteiro                             | 940            | —        | —         | —           | —           | —               | —       | 1          |
| Estafetas                              | 912            | —        | —         | —           | —           | —               | —       | 2          |
| C – 2 Secções de metralhadoras         | (e)            | —        | —         | 1           | 1           | —               | 4       | 16         |
| D - 1 secção de morteiros.....         | (e)            | —        | 1         | —           | —           | —               | 3       | 10         |
| E - 1 Secção de de lança granadas..... | (e)            | —        | —         | —           | —           | —               | 3       | 6          |
| F – 1 secção de lança granadas a.c.... | (e)            | —        | —         | —           | 1           | —               | 3       | 6          |
| Soma                                   | ----           |          |           |             |             |                 |         | 42         |

Fonte: Fonte: Quadros Orgânicos das Forças Terrestres Ultramarinas em tempo de paz – CABO VRDE, 1954. Cf. AHM – Lisboa, 2ª Divisão, 3ª Secção, Cxa 71.

Ao desdobrarmos o quadro verificamos que um total de 21 efectivos estava ligado ao corpo de atiradores e 42 tropas, incluindo oficiais sargentos cabos e soldados estavam afectos ao pelotão de acompanhamento.

Finalmente, eis adiante destacado, um resumo da companhia no *quadro nº 3* que reporta aos totais das forças de comando e pelotões.

<sup>422</sup> Quadros Orgânicos das Forças Terrestres Ultramarinas em tempo de paz – CABO VRDE, 1954. Acessível no AHM – Lisboa, 2ª Divisão, 3ª Secção, Cxa 71.

### Quadro nº 5 - Resumo da companhia

| Designações                                   | Especialidades | Pessoal  |           |             |             |                 |         |            |
|-----------------------------------------------|----------------|----------|-----------|-------------|-------------|-----------------|---------|------------|
|                                               |                | Oficiais | Sargentos | Sargentos C | Sargentos U | Primeiros-cabos | Cabos U | Soldados U |
| <b>I – Comando.....</b>                       | —              | 1        | 2         | —           | 2           | 2               | 7       | 29         |
| <b>II – 3 Pelotões de atiradores.....</b>     | —              | 3        | 3         | 3           | 3           | —               | 21      | 63         |
| <b>III – 1 Pelotão de acompanhamento.....</b> | —              | 1        | 2         | 1           | 2           | —               | 14      | 42         |
| <b>Total</b>                                  | —              | 5        | 7         | 4           | 7           | 2               | 42      | 134        |
| <b>Total Geral</b>                            |                | 201      |           |             |             |                 |         |            |

Fonte: Quadros Orgânicos das Forças Terrestres Ultramarinas em tempo de paz – CABO VRDE, 1954. Cf. AHM – Lisboa, 2ª Divisão, 3ª Secção, Cxa 71

Revela o quadro acima um total de 134 militares a integrarem para além das forças de comando e os pelotões de atiradores e acompanhamento e a formarem com demais forças não integradas neste quadro um total geral de 201 efectivos.

Hoje, mantém-se aberto uma discussão sobre o destino a dar a este quartel no momento em que muito se tem falado da necessidade de uma reforma das Forças armadas que implicaria também a retirada destas instalações de aquartelamento do centro histórico. Esta discussão não é pacífica. Por um lado, embora em dificuldade para conseguir recursos para o restauro do edifício como requeria, dificilmente o Estado abrirá mão desse meio de defesa enquanto tiver nas suas proximidades a presidência da república. Por outro lado a comunidade científica e local não viria com bons olhos a transformação desse quartel num espaço hoteleiro como se chegou a ventilar devido ao simbolismo que representa. Em face destas contingências, assistimos com alguma angústia à sua degradação, a cada dia que passa, como vimos acima nas imagens.

## 5. O bairro oitocentista da Ponta Belém e habitações tradicionais

Neste capítulo daremos ao labor de apresentar o exemplo um dos antigos bairros do centro histórico, neste caso o da Ponta Belém e ao mesmo tempo dedicaremos à descrição e análise de modelos ainda intactos de habitações tradicionais enquanto elementos da cultura material que também correspondem à herança histórica da urbe.

## 2.1. Localização do bairro da Ponta Belém

O bairro da Ponta Belém dispõe-se em acentuado alongamento e, como tal, é um aglomerado comprido e estreito, localizado no lado ocidental do pequeno planalto para lá da antiga rua do Sá da Bandeira, actual avenida Amílcar Cabral, a qual já não integra. Estende-se desde as proximidades da antiga praça do Pelourinho até bem perto do extremo norte do Plateau. Ao longo da margem ocidental do bairro podemos avistar toda a parte sudoeste, oeste e noroeste da urbe actual e da mesma, temos a ideia da expansão da cidade nos tempos de hoje para novos bairros que foram surgindo, bem como o horizonte de projecção do interior da ilha de Santiago.

O pequeno bairro em referencia, adjacente ao primeiro núcleo do centro histórico ostenta ainda hoje, na fisionomia das suas ruas e casas uma aparência antiga, quer na estruturação das vias, quer no aspecto das habitações tradicionais que ainda no mesmo sobrevivem. O nome deste pequeno aglomerado humano relaciona-se com o eixo urbano que lhe corta no lado sul isto é a antiga via donde lhe adveio a denominação e que aparece na toponímia anterior a 1876 como rua da Ponta de Belém<sup>423</sup> e hoje assumido como travessa do Belém, depois de ter ostentado a designação de Rua do Eça, glorificando a figura do Governador Francisco da Silva Maldonado d'Eça que governou em 1793<sup>424</sup>.

O bairro é constituído por três ruas e quatro travessas. A artéria exterior é descontínua, dado que a meio é cortada por construções que ocupam toda a parte marginal. Praticamente no ponto onde começa a estruturar-se, parte uma das antigas rampas de ligação da cidade tradicional às primitivas fontes de abastecimento de água à urbe, como se pode visualizar na *figura 25*.

---

<sup>423</sup> B. O. da Província de Cabo Verde, nº 7/1876. Praia: imprensa Nacional, 1876, p.36.

<sup>424</sup> CARREIRA, António – Notícia *corográfica e chronológica* do Bispado de Cabo Verde (notas e comentários). Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1995, (apenso s/p).

**Figura 25 - antigas rampas de ligação da cidade tradicional às primitivas fontes de abastecimento de água à urbe**



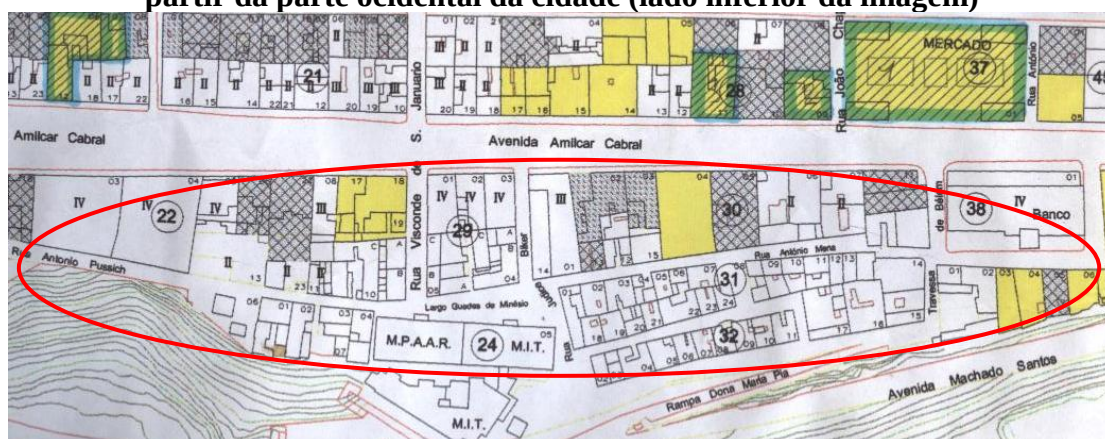
Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/06.

As três ruas estendem-se até mais ou menos a meio deste núcleo tão antigo quanto os primeiros aglomerados humanos da Vila d Praia. Entre as vias destaca-se aquela que é o coração de Ponta Belém, cuja designação primitiva de *rua do Payol*<sup>425</sup> foi, depois de 1876, substituída por *rua do Mena*. Chega até nós com a designação de rua António Mena<sup>426</sup>. Curiosamente, este bairro possui uma morfologia de ruas mais estreitas que a generalidade deste tipo de eixo urbano do Centro Histórico. Nas mesmas evidencia-se um razoável número de habitações tradicionais que serão adiante objecto de estudo. Tais edificações de carácter particular sobressaem no conjunto das construções mais modernas, pela sua simplicidade e reduzida dimensão. A imagem seguinte indicada como *figura 26*, corresponde planta de localização do bairro em apreço.

<sup>425</sup> B. O. da Província de Cabo Verde, nº 7/1876. Praia: imprensa Nacional, 1876, p.36.

<sup>426</sup> António Gomes Mena foi Governador Geral em 1696.

**Figura 26 - Zona de localização do antigo bairro da Ponta Belém observada a partir da parte ocidental da cidade (lado inferior da imagem)**



Fonte: Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor. Praia 1998.

Ao olharmos para a planta acima chama-nos atenção uma referência toponímica, acerca da existência *rua do payol* no mesmo, o que parece demonstrativo de que terá sido nessa rua, ou nas suas proximidades, no tempo em que Praia era ainda vila, que se situava a casa da pólvora cujos vestígios não se conhecem hoje. Segundo Ilídio do Amaral, havia nas suas imediações dessa rua o forte de S. José <sup>427</sup>, já referenciado anteriormente.

No eixo central do bairro deparamo-nos com um pequeno largo, o do Guedes de Meneses, não indicado na toponímia de 1876 e onde se destacam duas construções modernas. A partir daí prosseguem apenas duas vias em direcção a norte, continuando uma marginal. Afunilam finalmente as duas artérias numa só, a rua António Pusish <sup>428</sup> até se terminar nas proximidades do extremo norte. Dessa rua partem duas escadarias de construção recente e de acesso ao novo mercado do *Sucupira* e ao moderno eixo de ligação ao interior da ilha.

<sup>427</sup> AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens. Lisboa. Edição de Memórias da Junta de Investigação do Ultramar. 1964 p. 329.

<sup>428</sup> António Pusish foi governador da Província em 1818. Uma das notas curiosas da sua administração foi ter fixado residência ainda que de forma temporária na ilha de S. Nicolau, como era hábito os governadores procurarem zonas do arquipélago de melhores condições sanitárias, fugindo às epidemias que grassavam na Praia.

A imagem seguinte apresentada como *figura 27* é, talvez, a mais representativa deste bairro de características que a identificam, desde há muito, como o mais pobre da cidade oitocentista, tal como ao mesmo refere Maria Helena Spencer<sup>429</sup>.

**Figura 27 - Imagem actual da antiga rua do payol hoje rua António Mena**



**Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.**

Ilídio do Amaral reafirma a observação de Helena Spencer mostrando que no bairro em estudo vivia uma população pobre e tinha as piores casas da cidade. Esta realidade do passado parece ter alguma expressão nas habitações sobreviventes cujos exemplares ostentam o aspecto de habitações tradicionais.

## **5.2. Das origens à análise das habitações tradicionais erigidas na Ponta Belém e outros pontos da cidade**

Como ficou expresso na primeira parte deste trabalho, o povoamento do arquipélago processou-se com brancos da metrópole, das ilhas adjacentes e com pretos trazidos da Guiné. Ao consolidar o povoamento com povos de hábitos diferentes na ilha de Santiago, onde se erigiu a cidade oitocentista da Praia, certamente, cada um lançou mão das suas técnicas e conhecimentos para construir a sua moradia aproveitando os recursos locais. Assim, o formato das plantas das habitações tradicionais que apareceram no Arquipélago e particularmente no Centro Histórico da Praia está

<sup>429</sup> SPENCER, Maria Helena – Bairros da minha cidade. In: *Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação* n.º 47/1953. Praia, Imprensa Nacional, 1953, p. 18.



relacionado com a maneira como se processou o povoamento que deve ter influenciado bastante o tipo de casa que iria surgir<sup>430</sup>.

A tese assente na ideia de que existe um reflexo do povoamento, em vários aspectos da formação social cabo-verdiana nomeadamente na arte e particularmente na arquitectura do edifício residencial é defendida também por Verónica Freire que identifica as habitações tradicionais como formas construtivas da arquitectura, que nasceram com a sociedade cabo-verdiana e acompanharam a sua evolução<sup>431</sup>.

Dai a existência em Santiago de dois tipos fundamentais de plantas na habitação tradicional entre os quais se destaca o tipo rectangular que se difunde primeiro nos espaços rurais e depois nos centros urbanos<sup>432</sup>.

Com base num trabalho de António Pedro Bettencourt, apresentado no International Symposium on Economic Evolution and the Built Environment em Setembro de 1993, na Cidade de Lisboa<sup>433</sup>, os modelos de habitações tradicionais urbanas do tipo que aqui estudamos e que o mesmo também designa de *populares*, surgiram a partir das tradicionais rurais (de origem portuguesa) que, no fundo, na opinião do autor constituem o núcleo inicial daquelas<sup>434</sup>.

Salienta por seu turno Miguel Alves que a origem portuguesa da tipologia de construções rectangulares é aceite, talvez de influência madeirense mais directa<sup>435</sup>. Esta

---

<sup>430</sup> LOPES FILHO, João – Cabo Verde: Apontamentos etnográficos. Lisboa: Edição do autor, 1976. pp. 22-34.

<sup>431</sup> FREIRE, Verónica dos Reis - A Experiência Cabo-verdiana no domínio do Património. In: *Revista Africana, n.º especial*. Porto: Universidade Portucalense, 1993. pp. 65-72.

<sup>432</sup> O tipo de habitação circular de cobertura cónica, conhecido no meio cabo-verdiano por *funco* foi efectivamente pouco difundido em Cabo Verde e, segundo João Lopes Filho, parece não ter ligação às construções com as mesmas características disseminadas em Portugal mas sim, terão sido originários da costa africana, fronteira ao arquipélago, dado que o vocábulo *funco* é também usado para designar habitações parecidas nessa região do continente negro.

<sup>433</sup> Nesse trabalho publicado sob a forma de ensaio o Arquitecto BETENCOURT enfatiza a problemática da habitação tradicional, destacando a metodologia de concepção das mesmas, os materiais utilizados, a tecnologia empregue bem como o processo evolutivo conducente ao aparecimento das chamadas habitações populares.

<sup>434</sup> Os modelos de habitação tradicional urbana têm na sua forma a mesma origem da habitação tradicional rural. Desta constatação resulta que, se a habitação tradicional rural e urbana tiveram a mesma origem as expressões urbanas só vão aparecer quando as urbes ganharam uma textura condizente o estilo de vida urbano

<sup>435</sup> ALVES, Miguel. Cabo Verde, Ilha do Fogo São Filipe, sua evolução até a categoria de cidade, sobrado que sobrou. Edição do Autor. 1996 Gráfica da Praia. p.21.



noção de origem exterior do modelo básico é também assumida por José Manuel Fernandes que ao estudar as regiões da macaronésias em matéria de cidades e casas reconhece que, se por um lado as realidades das mesmas exprimem uma relativa adaptação ao novo meio insular, por outro, revelam *uma teimosa e arreigada ligação aos modelos exteriores e anteriores, transportados ou transpostos através da cultura e tradição das comunidades migrantes colonizadoras*<sup>436</sup>

Os exemplares exibidos acima, inseridos na rua António Mena evidenciam ser núcleos habitacionais com dimensões padronizadas, feitos de pedra solta e depois rebocada. Alguns são do tipo simples, com duas aberturas. Outras mais simples ainda que raros em toda a cidade exibem uma só abertura que normalmente é uma porta. Em todas as portas são de batentes simples e de duas bandeiras e não têm lumieiras<sup>437</sup>. Têm geralmente nas paredes cerca de 40cm de espessura e ostentam cobertura de telha e madeira a duas águas, com tecto de armadura com pares e tirantes.

A fisionomia com que chegaram até hoje de casas *telhadas* resultou da substituição gradativa das coberturas primitivas de colmo. Um morador do centro histórico revelou-nos que até a data de 50 do século passado, ainda era visível muitas casas cobertas de colmo no bairro de Ponta Belém. Esta realidade vinha de épocas anteriores e estendia-se um pouco por toda a cidade, como de resto atesta os incitamentos das autoridades no exemplo aqui reportado, referindo-se à portaria nº13 para a câmara municipal da Praia, no tempo do Governador Arrobas, (...) *para que sejam cobertas de telha de barro as casas que já existem no recinto da Villa que se acham cobertas de palha e as que de futuro se edificarem* (...) <sup>438</sup>. Vê-se que ainda eram muito comum a casa por receber melhor cobertura no século XIX. Os esforços das autoridades visavam dar mais dignidade à cidade.

Como pudemos verificar nas imagens acima, a composição que se apresenta em estado de boa conservação, ainda que não possua alguns elementos ornamentais como friso, pilastras, remates moldurados, nem qualquer elemento ornamental nas portas, só

---

<sup>436</sup> FERNANDES, José Manuel – Cidades e casas da macaronésia. Porto, FAUP Publicações, 1996, p. 237.

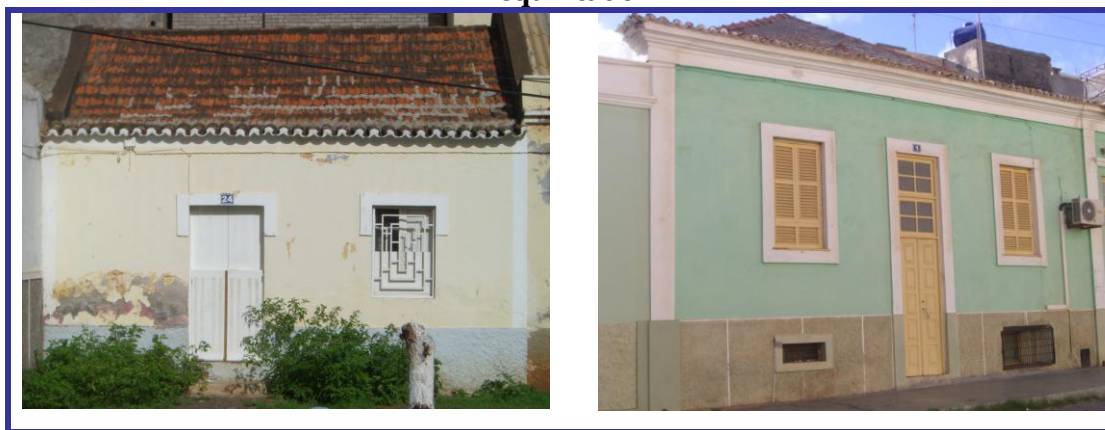
<sup>437</sup> Às vezes, para além das duas bandeiras aparecem com uma meia porta, por que vai até a altura média das bandeiras. Estando uma das bandeiras abertas e mantendo esta meia porta fechada permite, que estando vedada a entrada para o interior deixa passar luz e arejamento para dentro da habitação.

<sup>438</sup> B.O. da Província de Cabo Verde nº107/1853. Praia: Imprensa Nacional 1853, p. 446.

visíveis em residências que evidenciem um gosto estético mais apurado, exhibe a nível do soco um acabamento à tirolês, ou seja uma técnica de reboco texturado que lhe dá alguma distinção no seu meio envolvente e que as outras construções não ostentam.

As casas que vimos acima constituem pois autênticos exemplares de planta rectangular. Desta tipologia de habitações tradicionais urbanas ainda é possível encontrar no centro histórico sobretudo num outro bairro contemporâneo da ponta Belém, o da Madragoa onde existiam composições desta natureza com características semelhantes mas, segundo Maria Helena Spencer cedo as casas velhas foram dando lugar a outras que mantendo a linha tradicional ostentam algum gosto estético como podemos observar nas duas imagens inseridas na *figura 28*, adiante evidenciada.

**Figura 28 - Residências na linha tradicional ostentando um gosto estético mais requintado**



Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.

Reportando a estes modelos de habitação urbana Luís Araújo considera que têm na sua forma a mesma origem da habitação tradicional rural. Na verdade é possível observar nos núcleos rurais de Cabo Verde vários exemplares de habitações de características muito próximos das que se emergiram nos núcleos urbanos, como os casos evidenciados. A diferença reside segundo Araújo no facto de ter havido uma evolução do modelo rural para o tipo urbano com a introdução de novos gostos estéticos, proporcionados por técnicas modernas, pela necessidade de afirmação social de determinados grupos pertencentes à elite urbana e por imperativos de se conceder maior dignidade às cidades. Há por isso mais modernismos evidenciados em portas e

janelas mais altas, preocupação com ornamentação de exteriores, rebocos, caiação, pintura etc<sup>439</sup>, como pudemos observar numa das imagens anteriormente apresentada.

A observação das duas habitações acima patenteadas permite-nos verificar que apesar de uma delas ser mais simples construída sob a forma de uma casa de uma única porta e uma janela, comum nas habitações rurais mais antigas, denota-se algum sentido estético na fachada. Para além de ostentar uma decoração ao nível do soco com reboco texturado, sem contudo existir a preocupação de dividir esse soco em painéis que constitui um ornamento acrescido. Quer a porta quer a janela evidenciam igualmente ornamentos sob a forma de molduras aplicadas a baixarem até a mesma altura nas duas aberturas, transmitindo a intenção de se ter adicionado alguma coisa à fachada rebocada e pintada. O espírito decorativo evidenciado nesta casa fez com que apesar da mesma apresentar uma fachada simples é bela. Nas extremidades da parede foi pintada uma faixa vertical em lugar de pilastras que normalmente são colocadas nas residências nobres. A mesma intenção ocorreu ao ser aplicada uma nova faixa também pintada, desta feita horizontal em toda a extensão da parte superior da frente principal, como se fosse um friso, com a intenção de quebrar a monotonia desse alçado. Ostenta o edifício uma cobertura em que importa salientar que a estrutura concebida como uma armação de suporte, que consiste num entrelaçamento de vigas inclinadas com traves horizontais ligadas a uma asna simples, que é referenciada da literatura específica sobre estas questões.<sup>440</sup> Sobre esta estrutura é colocada telha de barro, como vemos neste caso, telha marselhesa vermelha a duas águas com beiral, *sub-beira* e telha de canudo.

O edifício do lado direito para além de possuir uma planta mais complexa, ainda que também rectangular, ostenta maior requinte ornamental com um alçado mais gracioso, exibindo pilastras elementares a esconderem as *cunhaleiras* e uma bela cornija sobre a qual assenta o beiral do telhado a quatro águas. Tem uma porta central bastante alta, de duas bandeiras e batentes simples como a maioria dos modelos de habitação em estudo, ladeado de duas janelas dispostas de modo simétrico em relação à imponente porta neste alçado. Ambos os tipos de abertura ostentam molduras rebocadas e caídas a encaixá-las sem jeito de ornamentação. A porta em referência ascende de tal modo em

---

<sup>439</sup> ARAÚJO, Luís – Espaços arquitectónicos cabo-verdianos (2ª parte). In: Revista Fragmentos nº2/1988. Praia, Movimento Pró-Cultura, 1988p. 85.

<sup>440</sup> KINDERSLEY, Dorling. Dicionário Visual da Arquitectura. Lisboa. Editorial VERBO. 1993. P.14-17.

altura para cumprir as funcionalidades de permitir a passagem à cave porque dá acesso ao mesmo e ao mesmo tempo possibilitar não só o ingresso para os aposentos do piso térreo e ao mesmo tempo de entrada de luz para o mesmo piso. Por causa dessa última função possui *lumieiras* concebidas em oito painéis envidraçados, na parte superior, capazes de introduzir bastante quantidade de luz para o interior. A nível do soco desenvolve-se a aplicação de acabamento a tirolês concebido em vários painéis, separados por finas ranhuras caídas o que representa, a este nível, uma ornamentação mais requintada em relação ao outro edifício. Nesta casa o soco é interrompido por duas pequenas aberturas rectangulares ligeiramente acima de solo com a utilidade principal de permitir a entrada de ar para a cave, capaz de manter alguma conservação de produtos armazenados, o que atesta uma condição de vida dos moradores, superior à da generalidade dos ocupantes das habitações tradicionais na cidade, em face da própria casa revelar características que deixam perceber que os seus antigos donos pudessem possuir excedentes na sua produção, o que explica uma condição de vida acima da posse dos habitantes das residências mais simples.

Sobre estes modelos de habitação anota Adriana Carvalho, estas casas normalmente de planta rectangular, ostentam uma cobertura inclinada feita a duas ou quatro águas (por caso nas imagens acima visualizamos os dois tipos de cobertura), com recurso a um madeiramento<sup>441</sup> às vezes com base em material local mas que se evoluiu de uma qualidade menor a material de superior resistência como foram as variedades de madeira<sup>442</sup>.

Estes modelos de habitação tradicional urbana sobreviventes ainda hoje são evidentes no *Plateau* devido aos esforços das entidades em manter alguma harmonia e traços do passado. Muitos exemplares ostentam no entanto características que representam modificações em relação às construções tradicionais mais antigas devido ao uso de materiais importados e à assimilação de conceitos estéticos e funcionais da habitação de origem externa<sup>443</sup>.

---

<sup>441</sup> CARVALHO, Maria Adriana Sousa. O Objecto e a Escrita. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro de Cabo Verde. 2004. P. 11.

<sup>442</sup> Quando ainda a cobertura era de colmo havia uma estrutura que suportava a cobertura à base de uma armação de suporte, que recebia, em certos casos, esteira de carriço atada por meio de bocados de madeira na parte exterior da cobertura, depois rematada por cima com bocados de corda.

<sup>443</sup> ARAÚJO, Luís – Espaços arquitectónicos cabo-verdianos (2ª parte). In: Revista Fragmentos nº2/1988. Praia, Movimento Pró-Cultura, 1988, p. 84

O espaço íntimo na maioria dos casos das casa mais simples é limitado a um único quarto de dormir, onde a intimidade nem sempre é individual por que normalmente serve para ser utilizado por vários membros da família.

As tipologias mais complexas como é o caso da habitação à direita na última figura reflectem, apesar de tudo, na sua concepção uma mistura de critérios de planificação da funcionalidade interna da casa em que ainda se podem identificar alguns dos elementos mais antigos tais como um pátio interior.

Na evolução havida na via da modernização verificamos que no plano construtivo o bloco de cimento importado e o betão armado tiveram reflexo, principalmente, na forma de cobertura que passou a ser horizontal originando terraços que substituíram o telhado inclinado. A introdução do betão produziu mais variedades de modelos, quebrando assim a harmonia dos alinhamentos em altura e a uniformidade das coberturas inclinadas que enformam princípios clássicos do urbanismo que constituem hoje a coerente urbanização herdada do passado.

Um outro aspecto que reflecte a evolução modelos construtivos da habitação tradicional refere-se à concepção do piso que se transformou em chão assoalhado ou cimentado consoante a apetência dos moradores para algum conforto, mas também com repercussões nas condições sanitárias da própria habitação, na melhoria aclimação do espaço habitacional e mesmo busca de algum luxo.

### **5.3. Habitações tradicionais urbanas e sua representação simbólica**

Do ponto de vista simbólico, habitações tradicionais urbanas, como são também designadas, enquanto elementos da cultura popular, no entendimento de João Lopes Filho, representam o testemunho de uma dada realidade histórica, e exprimem a vida quotidiana, os papéis sociais, e os níveis de desenvolvimento cultural dos actores, que incorporam o aglomerado humano a que dizem respeito<sup>444</sup>.

---

<sup>444</sup> LOPES FILHO, João. Cabo Verde: Subsídios para um levantamento cultural. Lisboa, Plátano Editora 1981, p. 88.

A casa tradicional/popular que se implantou no meio urbano como espaço residencial tem como finalidade de responder a uma necessidade básica das famílias, que é a habitação. Através deste tipo de construção, do seu grau de acabamento, dos seus compartimentos, da busca ou não de conforto, do material com que foi e é habitualmente construída entre outros elementos objectivos, nomeadamente o seu recheio, vamos poder reconstituir o quotidiano das respectivas famílias.

No caso concreto das habitações tradicionais urbanas erigidas no Centro Histórico da Praia como de resto aconteceu em demais centros do arquipélago, como foi o caso de S. Filipe na Ilha do Fogo, constatamos que, os seus primeiros habitantes faziam parte do estrato social da população menos favorecida. Pela forma como se apresentam denota-se que os moradores viviam em condições precárias de saúde, visto que as casas, nomeadamente algumas que visualizamos acima ofereciam um baixo nível de salubridade, o que concorria seguramente para a proliferação de doenças no seio das famílias que nelas habitavam<sup>445</sup>. Tais condições concorriam para criar situações de doença, principalmente durante a época das chuvas, pois, sempre havia infiltração das águas.

Torna-se evidente que, à medida que as condições de vida das pessoas foram melhorando ocorreram transformações que se espelham na diversidade de modelos deste tipo de edificações estudados. Os modelos foram variando consoante as condições de vida dos habitantes reflectindo-se no número de portas e janelas, de compartimentos, de dependências sob a forma de anexos, tais como: (despensa, cozinha, etc.),<sup>446</sup> e como tal, exprimindo, conforme os casos, o quotidiano e a função social, das pessoas nos mesmos domiciliados.

Os acabamentos e os tipos de materiais de construção, numa evolução que vai de pedra solta a pedra e cal e destes à utilização do cimento, para dar maior solidez e resistência na estrutura da casa também testemunham o nível de vida das pessoas e todo o dinamismo arrastado pelas evoluções posteriores. Outros aperfeiçoamentos que partiram da utilização do colmo para a telha, também espelham o progresso global em

---

<sup>445</sup> SOUSA, Henrique Teixeira. Será o cabo-verdiano indolente? In: Cabo Verde Boletim de Propaganda e Informação. Ano III. Novembro de 1952.p.25.

<sup>446</sup> BETTENCOURT, António Pedro Mendes. Auto-construção assistida na produção de habitação popular a baixo custo. In: *Revista Construção*. n.º 3, Semestral Ano II. Julho de 2000. pp. 35-39.

vários sentidos: evolução tecnológica,<sup>447</sup> com reflexo nas técnicas construtivas, utilização de melhores matérias de construção. A introdução de ornamentos nas fachadas das casas, reflectem os novos gostos estéticos dos seus moradores.

Em jeito de nota final, ocorre salientar que o facto da disposição das habitações tradicionais urbanas revelarem um alinhamento e uma harmonia bastantes vezes exigidas pelas autoridades camarárias, comprova estarmos perante um desejo e um esforço das autoridades no sentido de conferir uma urbanidade evidente na própria estrutura da cidade, mesmo nas áreas onde se evidencia de modo acentuado o tipo de habitação estudado. Estes são apenas exemplos que podem espelhar um pouco aquilo que representa a habitação tradicional no centro histórico da Praia que se evolui ao lado do modelo de residências senhoriais, no seu puro estilo colonial, e conhecido no nosso meio como sobrados, que abordaremos no capítulo IV desta segunda parte. Por agora, avançaremos para o capítulo III, que reporta à outrora praça do *Pelourinho* e edifícios indicativos da função dos poderes civil e religioso.

---

<sup>447</sup> Instituto de Fomento da Habitação (IFH). *Revista Construção - Concepção de Modelos Habitacionais/As Habitações Tradicionais/ Sua Evolução/Seus Aspectos Positivos e Negativos – Ensaio - Propriedade IFH*. Editor Alexandre Semedo. Cabo Verde.

### CAPÍTULO III

#### A OUTRORA PRAÇA DO PELOURINHO E EDIFÍCIOS INDICATIVOS DA FUNÇÃO DOS PODERES CIVIL E RELIGIOSO

O eixo urbano agora em análise equivale ao antigo arraial fronteiriço ao largo da igreja estudado no capítulo anterior, tendo-se estruturado os dois terreiros quase ao mesmo tempo. Primitivamente designava-se Praça do Pelourinho, é já bem evidente na planta da vila por volta de 1812 tal como podemos constatar na imagem a seguir indicado como *figura 1*.

**Figura 1 - planta da vila da Praia dada de 1812 onde aparece a antiga praça do pelourinho na continuidade do seu contemporâneo e primitivo largo da Igreja**



Fonte Fonte: FAZZINO, Enzo (Coordenação de) - Plano de Salvaguarda do Centro Histórico da Cidade da Praia, Edição da Comissão das Comunidades Europeias Cabo Verde 1991, p. 18

Depois de 1876 passou-se a chamar Praça do Albuquerque. A mudança de nome dos eixos urbanos do Centro Histórico da Praia no ano de 1876 resultou, tal como se escrevia na altura no edital imanado da secretaria geral do governo datado de 10 de Fevereiro de 18776, *attendendo a que não há actualmente razão de ser que possa justificar muitas das denominações porque são vagamente indicadas certas ruas da cidade, resultando d'ahi a falta que em todas se nota dos competentes letrados, uma dúvida e confusão de manifesta inconveniência para o serviço público*<sup>448</sup>.

<sup>448</sup> B. O. da Província de Cabo Verde nº 7/1876. Praia: Imprensa Nacional, 1876, p.35.



## 1. Porquê designação *Praça do Pelourinho*?

A designação das praças de pelourinho de um modo geral têm a ver com o facto de, outrora, as feiras e mercados realizarem-se na metrópole nas principais praças ou largos dos aglomerados urbanos e era costume nesses espaços serem erguidos os pelourinhos da justiça<sup>449</sup>.

Esse costume da metrópole teve os seus reflexos em Cabo Verde através do medieval pelourinho da antiga urbe da Ribeira Grande de Santiago.<sup>450</sup> Primeiramente esse artefacto foi levantado no largo central da Cidade Velha como é comum designar essa antiga urbe e a data da sua implantação está ligada ao sistema de aforamento que, por sua vez, se relaciona com a administração no reino português quando, como resultado da outorga de foral novo pelo Rei D. Manuel à Capitania da Ribeira Grande em 1511,<sup>451</sup> o povoado foi atribuído o estatuto de vila. Em consequência da elevação desse principal povoado a Vila, terá recebido o seu pelourinho.

Os pelourinhos do tipo que implantado na antiga Ribeira Grande de Santiago ostentam uma primeira parte correspondendo a plataforma ou base, inspirada na concepção de coluna clássica. O exemplar em referência é composto, por três degraus octogonais, que o ligam ao solo. Uma segunda parte diz respeito ao fuste que exhibe uma argola de ferro ao centro, com caneluras ou estrias, tal como ocorre nas ordens jónica<sup>452</sup> e coríntia<sup>453</sup>, mas com uma inovação: as estrias elípticas são torcidas, dando a ideia de contorção da própria coluna<sup>454</sup>. O fuste projecta-se em altura, a partir da base. Uma terceira e última parte, corresponde ao capitel, com elementos ornamentais sob a forma de relevos entrelaçados. O capitel é seguido de uma possível quarta parte que consiste numa estrutura que serve de remate onde estão fixados quatro ganchos de ferro, sobre o qual se apoia uma esfera armilar, no topo do pelourinho que testemunha a epopeia

---

<sup>449</sup> Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação, nº 145, .... p. 34.

<sup>450</sup> GOMES, Lourenço - O símbolo da autoridade na obra de arte colonial: o caso do Pelourinho da Cidade Velha – Santiago de Cabo Verde in: *Revista Ciências Humanas* vol 4, nº 2/2006 da Universidade Federal do Maranhão. S. Luís do Maranhão, 2006, pp. 169-181.

<sup>451</sup> RODRIGUES, Adriano Vasco - Pelourinho da Cidade Velha. In *Revista Africana* n.º 6 – especial. Porto: Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portuguesa (CEAO-UPT), 2001, p. 157.

<sup>452</sup> CONTI, Flávio – Como reconhecer a arte grega. Lisboa, Edições 70, 1995, p.p. 4-31.

<sup>453</sup> LUCIE-SMITH, Edward. Dicionário de História da Arte Lisboa, D. Quixote, 1990, p.143

<sup>454</sup> Esta solução decorativa evidenciada na torcedura das estrias, parecendo a própria coluna na forma de cordame dando a sensação de torção do próprio fuste, evoca a Ciência náutica

marítima e o ecumenismo português naquilo que foram os descobrimentos.<sup>455</sup> No alto da esfera armilar aparece a Cruz de Cristo que simboliza a participação da igreja, aliada do estado português no processo expansionista e a união entre o poder espiritual e o poder temporal nos empreendimentos no ultramar.

A grandeza que poderia ter conferido ao centro histórico da cidade oitocentista e dimensão histórica que teve a Ribeira Grande, ostentada na implantação do pelourinho do tipo aí edificado, que não terá chegado a existir na urbe da Praia, por que não lhe restam quaisquer marcas, viria a ser consagrado pelas obras arquitectónicas representativas de novas estruturas económicas, políticas, sociais e culturais que se afirmam a partir da segunda metade do século XIX<sup>456</sup>. Tais obras, como teremos a oportunidade de demonstrar, vão reflectir uma nova mental e esta vai contribuir para o aparecimento de uma estrutura urbana moderna.

A primeira designação de praça do Pelourinho a que esteve ligado esse largo pode ser explicado sob dois pontos de vista. Por um lado, devido à existência do primeiro mercado ou pelourinho que por volta de 1864 é reportado por Travassos Valdez, como um vasto paralelogramo. Referindo-se ao próprio largo em apreço, mostra o autor que, *correspondente à parte da cidade da Praia que se estende em roda do pelourinho onde se faz o mercado diário*<sup>457</sup>, e local em que, tal como menciona Fernando Tristão, *se extravasou o mercado primitivo e aonde durante muito tempo, se amarravam os burros que traziam as cargas do interior*<sup>458</sup>. Em 1871, conforme se alude em documentação da época, esse mercado só não era fronteiro à praça em referência porque se situava no local correspondente às traseiras da asa da câmara.<sup>459</sup> No nosso ponto de vista a proximidade desse mercado ou pelourinho à praça em apreço e a sua

---

<sup>455</sup> O modelo de obra de arte manuelina foi o que lhe serviu de inspiração deu-lhe uma certa identidade, monumentalidade e beleza suficientes para passar a imagem de uma dignidade que teve a Ribeira Grande e a autoridade então instituída.

<sup>456</sup> Temos que salientar que há um contexto diferente que leva ao aparecimento do pelourinho na Ribeira e que está ligado à estrutura mental da idade média portuguesa que é transposta para as áreas de influencia lisa nos primeiros tempos da expansão tendo aparecido artefactos do tipo noutras paragens como foi o caso do Brasil..

<sup>457</sup> VALDEZ, Francisco Travassos – *Africa Occidental: notícias e considerações*, Tomo I. Impressa por ordem do Ministro da Marinha e Ultramar. Lisboa: Imprensa Nacional, 1964, p. 219.

<sup>458</sup> Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação nº 150/1962. Praia: imprensa Nacional, 1962, p.34.

<sup>459</sup> Acta da sessão de 6 de Agosto de 1874 do Concelho da Praia Acessível no IAHN-CV, CMP Livro B2 – (R), A1/7 (1871 – 1900), fls. 46 – 46v

expansão enquanto área de concentração de pessoas e animais atraídos pelo comércio terá por si só justificado a antiga nomenclatura.

Por outro lado, há uma tentação nas palavras expressas por Luís Chaves, investigador que se tem dedicado ao estudo dos os pelourinhos do ultramar português em associar o vasto paralelogramo referido por Travassos Valdez a um espaço onde supostamente ter-se-á levantado um pelourinho das justiças municipais da cidade, no mesmo sentido em que se procedeu à implantação de um artefacto deste tipo na antiga Ribeira Grande, como evidenciamos acima. Por esta via tentou Chaves perceber as razões da antiga toponímia dessa praça. No entanto, ante a questão que ele mesmo levanta, ou seja, de se saber como era a coluna das justiças locais desta praça, explica, *nenhuma notícia o diz*<sup>460</sup>. Fundamenta a sua eventual existência associando-o à toponímia da praça, o que não parece suficiente para essa justificação dado que essa toponímia pode ligar-se apenas ao pelourinho na acepção de mercado e não de monumento propriamente dito.

O largo em estudo depois de ostentar a designação acima referida passou a denominar-se Praça do Albuquerque em 1876,<sup>461</sup> indicação toponímica que ostenta hoje em homenagem à personalidade que foi Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque (Governador pela segunda vez entre 1870 e 1876) e cuja figura é imortalizada através da implantação de um busto na praça em estudo reportaremos mais adiante.

## **2. Descrição genérica do terreiro**

A outrora praça do Pelourinho depois do Albuquerque está situada nas proximidades do extremo sul do Centro Histórico da Praia. Aparece enquadrada por duas das mais antigas ruas do *Plateau*, paralelas entre si e a saber: a antiga rua do Sá da Bandeira, hoje avenida Amílcar Cabral e a artéria que ostentava o nome do Governador António Lencastre (Governador Geral em 1803)<sup>462</sup>, hoje rua Serpa Pinto (Governador

---

<sup>460</sup> CHAVES, Luís – Pelourinhos do Ultramar Português. Lisboa: Agencia Geral das Colónias, 1948,p. 53.

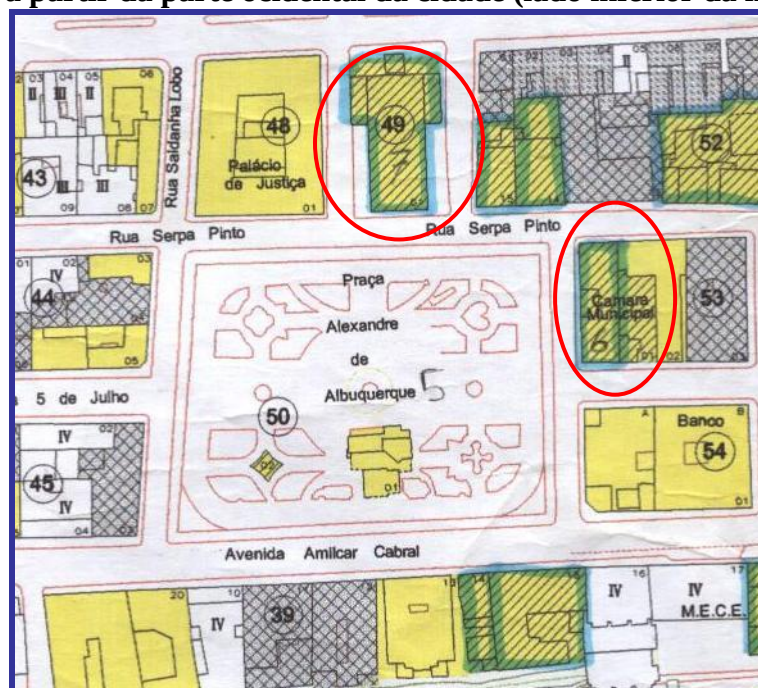
<sup>461</sup> B.O. da Província de Cabo Verde nº 7/1876. Praia: imprensa Nacional, 1876, p. 36

<sup>462</sup> CARREIRA, Antóno - Notícia corográfica e chronológica do Bispado de Cabo Verde. Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro 1995, (apenso s/p.).

por volta de 1894). António de Paula Brito descrevia este eixo urbano por volta de 1889 como um largo bastante espaçoso que *tem no centro um lago de mau gosto e está dividido em ruas arborizadas*.<sup>463</sup> O largo em apreço possui igualmente na sua envolvente obras arquitectónicas de prestígio que vão desde a construção representativa do poder municipal correspondente aos Passos do Conselho a sul, à construção de carácter sagrado que é a igreja matriz da cidade. Ambas as obras serão objecto de descrição análise neste capítulo. Ainda nas ruas próximas foram edificadas várias habitações com carácter de residências senhoriais, com a maioria das quais a evidenciarem-se na fronteira rua do Sá da Bandeira. Por constituírem um tipo de construção com características muito próprias serão estudas em capítulo próprio.

Através duma imagem da zona de localização do largo em apreço, onde também aparecem demarcadas as obras arquitectónicas a serem estudas neste capítulo, distinguida abaixo como *figura 2*, fica-se com uma ideia mais exacta das coordenadas deste eixo urbano.

**Figura 2 - Localização da antiga praça do Pelourinho e das edificações em estudo observadas a partir da parte ocidental da cidade (lado inferior da imagem)**



**Fonte:** Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor. Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.

<sup>463</sup> BRITO, António de Paula - Subsídios para a corografia da ilha de S. Thiago de Cabo Verde. Lisboa: 1890, p.44.

Como podemos observar na planta de localização acima exibida à semelhança do que ocorria na metrópole, o *terreiro* ou o largo da feira como era designada a sua congénere no reino<sup>464</sup>, passou a estar envolvido, em finais do século por um conjunto de edifícios oficiais como a Câmara. No caso da Praia este já estava construída pouco depois de meados do século XIX, depois a nova Igreja de Nossa Senhora da Graça veio a ser terminada em 1902, mas também muitas obras particulares, como sejam várias residências senhoriais com funções comerciais agregadas emergiram nas suas proximidades. Sobre estas últimas teremos a oportunidade de as estudá-las enquadrando-as, nas correspondentes ruas.

Mais do que o Largo da Igreja a praça do Albuquerque reflecte a significação típica do espaço público urbano, concebido para favorecer o convívio das pessoas e a discussão sobre assuntos da cidade. A sua afirmação como *praça* no sentido moderno representa também reforço da ideia de urbanidade que ficou arreigada nos moradores do Plateau que se expressou nas relações sociais que se estruturaram na sociedade praiense, a crer na função de alguns elementos de ornamentação urbanística e obras de arte de cariz público, traduzidos na presença de um coreto e, principalmente, na multiplicidade de assentos e espaços lúdicos conforme podemos observar na *figura 3*

**Figura 3 - Praça Alexandre Albuquerque, destacando-se a Igreja Coreto e Câmara Municipal da Praia - Imagem editada por: Levy&Irmãos – Praia e datada de 1915**



**Fonte: LOUREIRO, João – Postais antigos de Cabo Verde. Lisboa: Fundação Macau, 1998, p. 56**

<sup>464</sup> WALTER, Rossa – A cidade portuguesa. In: PEREIRA, Paulo (Dir) – História da arte portuguesa vol. III. Lisboa, 1995, p. 251.

### 3. A praça e elementos da arte pública decorativa

Localizada no centro da urbe a antiga praça do Pelourinho, desde sempre, teve uma função cívica, por concentrar na sua envolvente órgãos vitais da administração, o espaço sacro mais importante de toda a cidade e ilha de Santiago bem como os principais espaços comerciais do Centro Histórico. Aglomeram nas proximidades da mesma praça muitas residências urbanas, algumas das quais com carácter de casas senhoriais. Estas características provam a sua função de centro vital da urbe, que pela sua importância confere elevado prestígio aos edifícios aí implantados. Por volta de 1960, escrevia Ilídio do Amaral, *actualmente mesmo depois das funções laborais que ela desempenha, funciona como um importante centro de atracção*.<sup>465</sup>

No seu seio existe um espaço verde e outrora havia uma esplanada que, era também um importante meio de convivência social depois de um dia de trabalho.

O coreto no meio da praça servia nos finais das tardes de domingo e quintas-feiras, como alvo de animação proporcionada pela Banda Municipal, sob o comando de tantos maestros que a memória do tempo acabam por apagar. O último destes foi Manuel Clarinete, como era conhecido popularmente. A banda tinha a função de animar a tão pacata urbe que se desenvolveu sobretudo a nível da economia e da política.

Dentro das funções lúdicas, não devemos esquecer o passeio público que corresponde ao espaço marginal da praça que serve para as pessoas desfilarem nas suas horas de lazer ou quando nos fins de períodos laborais ou quando vão à missa aos sábados, deleitarem-se no prazer que dá ocupar os acentos e contemplarem a paisagem caracterizada pelo verde da jardinagem e os transeuntes que aí circulam para depois regressarem para casa.

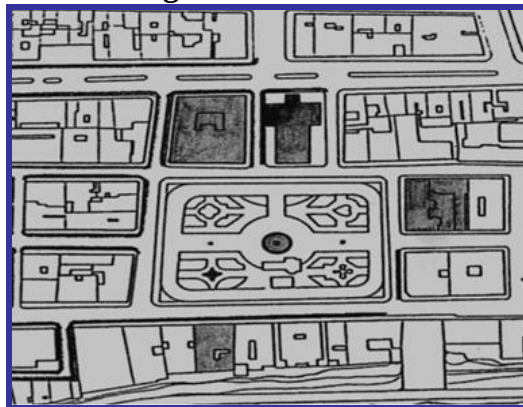
Na ornamentação de uma praça começamos por visualizar os traços da decoração, espelhados por uma estrutura antiga correspondente a todo o largo, já descaracterizada que aponta pela existência, no passado, de calcetamento artístico à base de figuras de um baralho de cartas em cada extremidade da praça, coincidente com

---

<sup>465</sup> AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens. Lisboa. Edição de Memórias da Junta de Investigação do Ultramar. 1964. p. 336.

a localização dos pontos cardeais nordeste, noroeste, sudeste e sudoeste. Verificamos que a igreja aparece como a representação estilizada de um homem deitado de braços abertos, tal como à mesma refere o Arquitecto Pedro Gregório Lopes<sup>466</sup>, ou seja, ostentando a imagem em forma de cruz que a é figuração tradicional das plantas das igrejas concebidas em cruz latina, tal como se vê na *figura 4*.

**Figura 4 - Estrutura de ornamentação da praça caracterizada pelo calcetamento artístico à base de figuras de um baralho de cartas**



Fonte: ENZO, Fazzino (Coord). Programa de Planeamento Urbano da Cidade da Praia: Plano Detalhado de Salvaguarda do Centro Histórico. Editorial Euro. Praia. Janeiro de 1991.

Na *figura 5*, abaixo apresentada evidenciamos o lado sul da praça e onde se nota nitidamente os principais objectos de estudo neste capítulo, a nova igreja matriz e o edifício da Câmara, no respectivo aspecto actual é também visível muitos dos seus elementos ornamentais.

**Figura 5 - Vista parcial da Praça do actual Alexandre Albuquerque, antiga praça do pelourinho**



Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/06.

<sup>466</sup> LOPES, Pedro Gregório - Uma leitura Simbólica não Forçosamente Arquitectónica. In: PEREIRA, Pe Pimenta. Paroquia de Nossa Senhora da Graça (1983-1993). Praia. Edição Grupo Paroquial J.P.II pp. 29-33.

De entre os aspectos tradicionalmente presentes na cidade portuguesa, nesta pequena urbe emergente no século XIX, em Cabo Verde, chama atenção particularmente, a presença de um centro de água, uma autêntica obra de arte pública de acesso livre, ao público, a que José Pedro Regatão para outros casos ao tentar definir este tipo de elemento de decoração urbana<sup>467</sup>. Aqui apresenta-se como um monumento edificado em mármore branco, sofreu várias remodelações até ter a fisionomia actual. É habitual em muitas praças das cidades lusas com inserção de luzes como se verifica e neste caso concreto, que fazem com que durante a noite os jactos de água, sejam projectados ostensivamente a partir de várias saídas para deleitem os frequentadores<sup>468</sup>.

A vista parcial deste lado da praça revela também a preocupação das autoridades em dotá-la com decoração através do embelezamento natural, sob a forma de ajardinamento em canteiros arborizados, dispostos de modo proporcional para conferirem uma certa harmonia. Este tipo de ornamentação já era hábito no passado, como mostra a imagem antiga desta praça datado de 1915, exibida acima.

Descaído para sul tem o busto de Alexandre Albuquerque de rosto voltado para o edifício da câmara municipal. O monumento parece deficientemente enquadrado na figura anterior, por causa do campo visual definido, mas perceptível enquanto silhueta a repousar sobre um suporte trabalhado em mármore branco e cuja imagem e respectivo pormenor é adiante indicado como *figura 6*.

---

<sup>467</sup> REGATÃO, José Pedro – A arte pública e os novos desafios das intervenções nos espaços urbanos. Coimbra, Quimera Editores, 1996, pp. 61-65

<sup>468</sup> Ajuda a associar este elemento à matriz urbanística portuguesa oitocentista ou mesmo de períodos mais recuados, no que toca à estrutura dos largos e praças, o facto de funcionalmente, centro da antiga praça do Pelourinho, por volta de 1890, como alerta o pesquisador oitocentista António da Paula Brito, um lago que seria, a nosso ver o primitivo centro de água desta praça que evoluiu posteriormente para o estádio em que se encontra hoje. Por conseguinte, constitui elemento caracterizador dos traços originais desse espaço urbano.



**Figura 6 - Vista de frente e de pormenor do busto de Alexandre Albuquerque com alt. 0,72m – bronze e 2.30m para todo o monumento**



Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.

Tanto esta obra escultórica como a bem próxima, que está no outro extremo da praça, atinente à ao busto de Serpa Pinto enobrecem esta praça. Como não trazem quaisquer inscrições indicando nomes de eventuais autores, presumimos que pertencem à corrente comemorativa que sucede à Segunda Guerra Mundial, onde se evidenciam artistas como Francisco Franco, escultor contemporâneo cujas obras evocam personagens repletas de grandeza natural e pose de herói<sup>469</sup> como é o caso. A estar este escultor ou algum dos seus discípulos ligados a estas obras deixaram nas mesmas as suas particularidades, espelhadas na forte expressividade na representação anatómica neste busto de Alexandre Albuquerque, particularmente, nos ombros largo e queixo pronunciado. Esta obra deixa perceber também uma densidade psicológica, que é típica das obras de Francisco Franco presente nas feições do rosto do governante que revelam um homem experimentado e de forte personalidade.

Este busto traz de forma destacada no suporte que o sustenta indicações de que foi implantado em 1926, homenageando aquele que foi um dos mais ilustres governadores da Província de Cabo Verde – o Vice-Almirante Caetano Alexandre d’Almeida e Albuquerque, como resultado da preocupação das autoridades da época em perpetuar nos espaços ultramarinos, figuras heróicas da História de Portugal<sup>470</sup> e, ao

<sup>469</sup> FRANÇA, José Augusto – História da Arte em Portugal: o modernismo. Lisboa Editorial Presença, 2004. p.56.

<sup>470</sup> SAIAL, Joaquim – Estuária Portuguesa dos anos 30 (1926-1940). Mirandela: Bertand Editora, 1991, p. 109.

mesmo tempo, levar os habitantes das colónias a associar essa figuras a um nacionalismo colonialista expresso no ideário defendido nas colónias revelando as mesmas aos olhos das populações locais como territórios tão sagrado quanto os da *mãe-pátria*,<sup>471</sup> e na procura de materialização de princípios novos de um Cabo Verde mais progressivo. Governou de 1869 a 1870 e pela segunda vez de 1870 a 1876<sup>472</sup>. Esta homenagem foi feita para perpetuar a figura de um daqueles que tanto deu do seu esforço para a dignificação da cidade e da sociedade praiense, tendo esse Governador como uma das preocupações a ornamentação e embelezamento da cidade ao proceder em 1871 aos expedientes necessários para a arborização de praças da urbe.<sup>473</sup>

Esta reprodução escultórica representa a importante figura da elite política local que foi Caetano Alexandre d Almeida e Albuquerque. Ostenta um realismo anatómico evidente, revelado através da expressão facial. Teve o autor a intenção de representar feições da individualidade próprias impregnadas de serenidade e semblante de concentração, característicos de uma grande força de espírito e ao mesmo tempo de comprometimento com a sua missão. Repousa-se sobre um suporte bem trabalhado em mármore, que aparenta algo mais, do que um simples plinto onde se apoia. Parece que na procura de que o modelo em bronze, representativo da figura de Alexandre Albuquerque tivesse o devido destaque na praça, procurou-se levantá-lo sobre uma coluna que evidencia um revivalismo clássico, mais larga na parte inferior que extremidade alta, mas que tendo um fuste bem achatado, dá mais visibilidade à base e ao capitel, assentando-se o busto directamente neste último. O elemento com aspecto de fuste achatado possui um pedestal que por sua vez repousa sobre uma base devidamente enquadrada por um canteiro circular, também trabalhado em mármore. O interior desse canteiro é preparado de modo a ser jardinado, tal como ilustra a imagem acima.

Foi preocupação das autoridades coloniais, por essa época, decorar outros centros urbanos e semi-urbanos com ornamentos desta natureza. Mas o monumento deste tipo que mais evidencia um revivalismo clássico em Cabo Verde pelo destaque do elemento coluna, onde se assenta é o busto da figura do Dr. Júlio José Dias também homenageado pelas populações locais. Foi implantado não no centro histórico em

---

<sup>471</sup> MARQUES, Oliveira – A Primeira República Portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte, 1980, pp.96-98

<sup>472</sup> ANÓNIMO. Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde. Lisboa. Edição do Instituto Caboverdeano do Livro. 1985. apenso nº 5 – lista dos governadores de Cabo Verde

<sup>473</sup> B.O. da Província de Cabo Verde nº 22/1871. Praia: Imprensa Nacional 1871.

estudo, mas sim, no da Vila da Ribeira Brava na Ilha de S. Nicolau no meio do maior largo desse burgo, o Terreiro, não exibido neste trabalho para não quebrar o esquema conceptual do mesmo que se centra no estudo do Centro Histórico da Praia.

O mesmo espírito de ornamentação que se teve para com o extremo sul da antiga praça do pelourinho prossegue no espaço descaído para norte. Aí encontramos outros monumentos ornamentais característicos de obras de arte de cariz público que foram assentados, seguindo a tradição da cidade portuguesa, tais como o coreto e um outro busto, o de Serpa Pinto como podemos observar na *figura 7* abaixo.

**Figura 7- Vista do conjunto ornamental metade norte da praça**



**Fonte:** Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.

O busto em referência tem o rosto no sentido oposto ao de Alexandre Albuquerque, ou seja para Norte, aparece atrás do belo coreto também visível na imagem. Nesta parte da praça aparece de forma imponente ao lado da Igreja Matriz - o palácio da justiça, um exemplar de estilo *art déco*, inaugurada 28 de Abril de 1961<sup>474</sup>, isto é, muito posterior às edificações em estudo neste capítulo. Teremos no entanto o prazer de analisar em comparação com um outro exemplar que lhe é contemporâneo de características semelhantes e que é o antigo liceu Adriano Moreira, que está situado num dos largos do centro/norte do *Plateau*.

---

<sup>474</sup> *Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação* n.º 141. Ano XII, Junho de 1961. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde. pp. 20-21 e n.º 140. Ano XII. Maio de 1961. pp. 27-31

Antes porém de passarmos ao estudo do busto de Serpa Pinto analisemos o belo coreto que lhe fica à frente, outro elemento da arte pública decorativa de grande valor simbólico para esta praça.

O coreto de uma praça, que para além do estatuto de arte pública que lhe pode ser atribuído, ou mobiliário urbano, tal como o designa Pedro Babiano Braga, entre muitos outros móveis destinados a animar as zonas lúdicas e de lazer<sup>475</sup>, surge no século XIX inserida na nova estética dos programas urbanísticos franceses indicado juntamente com as frescas áreas de recreação e sociabilidade ao ar livre. De acordo com o autor, esta nova estética que também incluiria uma mudança de escala no urbanismo aplicado à cidade de Paris sob a vontade de Geore Eugene Haussmann (1809-1891), prefeito da capital da *Cidade Luz*, tornaram-na no modelo oferecido e copiado em França e por todo o mundo ocidental que abrange Portugal e deste transplantado para as suas colónias como é o caso em estudo. Segundo Babiano Braga ainda, ao percebermos a cidade entendida como uma casa, a praça seria o hall e a avenida/rua, o corredor, mobilada segundo um novo gosto decorativo e propõe uma nova vivência social. O coreto surge, conforme as palavras do autor, nessa tradição urbanística como uma peça de arquitectura efémera, ligada às festividades cíclicas ou sazonais, ou ainda, em ocasiões especiais de comemoração. Só mais tarde, salienta Braga, este tipo de mobiliário urbano passa a ser uma peça necessária à vida dos habitantes de uma urbe nos passeios dos cidadãos, tornando-se fixo. Neste caso concreto do coreto da praça Alexandre Albuquerque na cidade da Praia que não é única em Cabo Verde, visto que aparece em outras praças, incluindo na antiga Praça Sá da Bandeira, como vimos numa imagem datada de 1921 inserida no capítulo anterior, mas também de várias urbes nas ilhas, como é o caso da sua congénere na antiga Praça Nova do Mindelo – S. Vicente. Tanto Ilídio do Amaral<sup>476</sup> como Helena Lobo<sup>477</sup>, reportam ao mesmo, como elemento propiciador de convívios, onde por volta de 1964, às quintas e domingos, ao entardecer, em que tocava uma banda acordes que eram misturados com gritaria das crianças, que brincavam e corriam entre os canteiros de flores, numa animação com ar bem festivo.

---

<sup>475</sup> BRAGA, Pedro Babiano – Mobiliário urbano: o coreto em Lisboa. In: Actas das Jornadas inter e pluridisciplinares sobre a Cidade. Lisboa: A universidade aberta, 1993, pp.222-234.

<sup>476</sup> AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens. Lisboa. Edição de Memórias da Junta de Investigação do Ultramar.1964. p.336.

<sup>477</sup> Residente do *Plateau* que gozava, em criança, dos prazeres propiciados pela existência desse coreto, o que deixou expresso num testemunho intitulado Praia, a minha cidade, enquanto moradora e professora do Instituto Superior de Educação de Cabo Verde, apresentado na cerimónia comemorativa dos 150 anos da Cidade da Praia neste Instituto em Maio de 2008.

O coreto exibido na figura anterior surge neste contexto. Apresenta um tom orientalizante com as suas linhas côncavas, sendo notória a sua preferência por linhas que acentuam uma sóbria decoração à maneira classizante, no fundo o esquema dominante na urbe estudo. Revela uma certa harmonia a projecção da linha côncava desde o solo até a sua parte elevada e abalaustrada, onde normalmente, está a banda a tocar, solução arquitectónica que se repete ao nível da cobertura a quatro planos.

O busto de Serpa Pinto, representa a personalidade cuja administração enquanto Governador-geral de Cabo Verde *foi das mais notáveis que aquella colónia tem tido*.<sup>478</sup> Outras referências a propósito da passagem desta personalidade por Cabo Verde como Governador evidenciam um novo incremento na vida da urbe, sendo umas das suas principais marcas a edificação da Igreja Matriz que deu grande impulso. Aí no extremo norte da praça foi colocado em 1927, quando a cidade da Praia quis honrar e perpetuar a figura desse que foi um dos mais ilustres dirigentes destas ilhas. O Governador, General, Alexandre Alberto da Rocha Serpa Pinto governou de 1894 a 1897.<sup>479</sup> O busto chegou à província depois de ter sido mandado executar na metrópole pela Câmara da Praia.<sup>480</sup> A *figura 8*, a seguir indicada, refere-se à obra escultórica em apreço.

**Figura 8 - Vista de frente e de pormenor do busto de Serpa Pinto com alt. 0.70m (bronze) e 2.81m para todo o monumento**



Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.

<sup>478</sup> CARVALHO, Moraes – O Visconde de Serpa Pinto. Lisboa: M. Gomes Editor, 1901, p.p. 14-15

<sup>479</sup> Segundo as inscrições na lápide.

<sup>480</sup> SAIAL, Joaquim – Estuária Portuguesa dos anos 30 (1926-1940). Mirandela: Bertand Editora, 1991, p. 104.

Como referimos acima estamos perante um exemplar de obra de arte pública que pertence à corrente comemorativa que na mesma linha do busto de Alexandre Albuquerque sucede à Segunda Guerra Mundial, com a imagem de Serpa Pinto a ostentar os seus brasões e as suas medalhas. Certamente esta obra está ligada à Escola de Francisco Franco. Apresenta algumas características evidenciadas no busto anterior, parecendo aí o expressionismo muito mais forte por estar intimamente ligado ao naturalismo com se vê na pose deste rosto, tal como reporta a esta característica na escultura, Rui Gonçalves<sup>481</sup>. Por isso é muito expressiva a representação de feições. Um rosto mais fino e com um pronunciado aspecto de fidalgo. Esta obra deixa também perceber também uma densidade psicológica, característica nas obras de Francisco Franco perceptível naquele semblante de completa naturalidade.

Parece ter havido aí a intenção de se dar maior destaque ao busto de Serpa Pinto. Esta observação justifica-se devido à sua maior projecção em altura do suporte que lhe sustenta. Isto é nos dado a perceber pelo facto de ser mais alongado e expressa mais a ideia daquilo que pode ser tomado como um fuste de uma coluna, impregnada de espírito classicista.

#### **4. Edificações representativas do poder local e da religiosidade do povo**

O espaço urbano onde foram erigidas as edificações representativas do poder local e da religiosidade do povo é mais completo do que o antigo largo da igreja estudado no capítulo II no que toca à diversidade de edificações. Obras arquitectónicas de grande prestígio como a casa da câmara, aquela que constitui um dos mais belos espaços sacros de Cabo Verde e uma variedade de residências urbanas e demais construções do largo formam o conjunto de edifícios que se evidenciam nesta parte da urbe pela sua harmonia e elegância. Por razões metodológicos as últimas construções referidas serão estudadas, em capítulo à parte inserindo-as nas respectivas ruas, pelo que concentraremos por agora, no estudo edifício dos paços do conselho e da nova igreja matriz.

---

<sup>481</sup> GONÇALVES, Rui – História da Arte em Portugal vol 12. Lisboa Alfa, 1993, pp. 148-150.

#### 4.1. Os Paços do Concelho da Praia e as origens do municipalismo em Cabo Verde

Fazer uma incursão ao contexto do municipalismo em Cabo Verde onde se inscreve o aparecimento da instituição Câmara Municipal da Praia e a respectiva edificação é o desafio que assumimos antes de tudo evidenciado que o aparecimento dos Paços do Concelho da Praia, insere-se com efeito na realidade do municipalismo e da administração local que tem como quadro histórico-cultural a estrutura medieval portuguesa que se mergulha em finais do século XII e se projecta pelos períodos subsequentes nas terras do reino português. As marcas da estrutura medieval portuguesa, no que toca à administração chegam até nós através do artefacto dessa época – o pelourinho, a que já reportamos e que é exemplo o implantado nos primórdios da ocupação do arquipélago na antiga cidade da Ribeira Grande – que mais representa a presença do poder local<sup>482</sup> e por consequência das câmaras e do municipalismo,<sup>483</sup> a que reporta Daniel Pereira, mostrando que existência do municipalismo da Ribeira Grande é associando esta realidade histórica traduzida naquilo que simboliza Pelourinho ou “Picota” aí implantado em 1512<sup>484</sup>.

Assim, podemos afirmar que o municipalismo cabo-verdiano vai ter a sua génese na Ribeira Grande, na sequência do transplante para Cabo Verde da estrutura político-administrativa medieval portuguesa que no século XIV já era mais complexa, funcionando a imagem das ilhas atlânticas da Madeira e Açores<sup>485</sup>, com magistrados eleitos nos municípios e as funções se restringirem, a se especializarem<sup>486</sup>. No início do século XVI essa estrutura vem exprimir-se na Ribeira Grande ainda que, com especificidades próprias de um espaço distante do reino e onde a mobilidade social numa sociedade mestiça cedo rompeu com certas formas instituídas de se chegar ao

---

<sup>482</sup> MAGALHÃES, Joaquim Romero – Algumas notas sobre o poder municipal no império português durante o século XVI. In: Revista de Ciências Sociais nº25-26/1880. Coimbra Colégio S. Jerónimo, 1888 pp.21-29.

<sup>483</sup> A palavra *municipium* prece segundo Alexandre Herculano ter continuado sempre a servir para designar as povoações de certo vulto. E a tradição municipalista que é transposta para Cabo Verde nas palavras de Herculano é herdada da doutrina romana posteriormente complementada com a experiência municipal dos vários povos que foram ocupando a Península Ibérica depois dos romanos com a instituição de concelhos através de cartas de foral.

<sup>484</sup> Este continua implantado no espaço de maior aglomeração humana da urbe ou seja do largo central da sua parte baixa.

<sup>485</sup> LOPES, Maria José. Surgimento das Câmaras Municipais das ilhas do Norte (Santo Antão, S. Nicolau e São Vicente). Arquivo Histórico Nacional. Praia. 2005. p. 28.

<sup>486</sup> MARQUES, A.H de Oliveira – História de Portugal Volume I. Lisboa, Presença, 1997, p. 163.

poder, quando o povoado foi elevado a categoria de Vila. Por esse estatuto pressupunha a existência de uma Câmara e a respectiva “casa”, quando ainda a cultura de edifícios públicos com características específicas para albergar a instrução oficial não tinha expressão nos diversos estados do mundo. A importância desse burgo levou a que prematuramente fosse elevada a cidade em 1533, altura em que se criou um bispado para Cabo Verde<sup>487</sup>.

O surgimento do municipalismo na Praia está associado à necessidade de fixação humana no próprio sítio que corresponde ao centro histórico e que é o nosso objecto de estudo. O povoado em referência atinge o estatuto de vila três quartos de século depois do povoamento iniciado pelas povoações da Ribeira Grande e Alcatraz, ou seja nas primeiras décadas do século XVI, mais concretamente por volta de 1516. A perda de importância da segunda povoação a transferência da Câmara ali instalada para a povoação da Praia promovendo-se desta forma a génese do municipalismo e do poder local nessa burgo.

A edificação de uma obra arquitectónica com características próprias de edifício, público como foi o caso da Câmara da Praia erguida no ultramar Português, em meados do século XIX pode também ter sido, uma das consequências da afirmação dos ideais iluministas que tinham atingido a sua fase de maturação na Europa em finais do século XVIII e um meio de promoção dos habitantes que vão se sentir orgulhosos de poderem apreciar uma obra arquitectónica com o valor estético erguido no seu próprio território, para além de poderem os seus serviços estarem mais condignamente instalados e dar melhor conta das suas obrigações junto dos habitantes desse território<sup>488</sup>. É na decorrência da maturação dos postulados iluministas que a ideia do edifício público e do seu papel na cidade se concretiza no caso em apreço. As referências que dispomos relativamente ao edifício primitivo da Câmara da Praia é que a mesma estava em estado lastimoso como também o era a aparência geral da cidade antes de 1840. O primitivo edifício foi descrito com certo exagero na arrogância demonstrada nas alusões à mesma pelo então Governador Marinho em exercício, como realça Senna Barcelos. O alto magistrado da província atrás mencionado de regresso de Bissau, em 13 de Maio de

---

<sup>487</sup> MARQUES, A.H de Oliveira – História de Portugal Volume II. Lisboa: Presença, 1997, p. 55.

<sup>488</sup> Postulam esses ideais, no que toca à valorização da cidade, estética que emerge a partir dos edifícios públicos uma das consequências do iluminismo no campo das belas artes.



1837, em alusão à inexistência de Casa da Câmara Municipal, informou o Ministro do Estado da metrópole, relativamente à construção nestes termos:

(...) Esta praça não tinha Câmara Municipal, e nem podia tê-la, na medida em que não havia gente bastante que soubesse falar português. (...) aqui viviam seis oficiais e dois soldados europeus e fora dela existiam quatro casas cobertas de telha e pertencentes a negociantes (...).<sup>489</sup>

A construção de uma obra com as características que viria a ter a nova casa da Câmara pode enquadrar-se ainda como uma das formas de afirmação do poder colonial, num período em que era necessário que cada império desse mostras do domínio nas respectivas colónias.

Viria a ser acolhida pela antiga Praça do Pelourinho, hoje praça Alexandre Albuquerque exibindo o um sóbrio alçado para esse terreiro e tendo confrontação a Leste, com a antiga Rua do Quartel-general, hoje um prolongamento da Rua Serpa Pinto, a Oeste, com a antiga rua Pedro Alvares Cabral, que a separa das instalações do outrora Banco Nacional Ultramarino actual Banco Comercial do Atlântico.

#### **4.2. História da construção do edifício**

As obras que haviam de levar à edificação da majestosa construção para época, destinada a melhor acolher os serviços da a Câmara Municipal, iriam incidir na remodelação e ampliação do edifício onde estava instalada a prefeitura da Praia. Seriam executadas no mesmo sítio onde estava a primitiva casa da câmara. Em relação a tais obras, no ofício do Governo-geral da Província de Cabo Verde de 1858, nº 267 de 22 de Dezembro o alto magistrado na província deixava expressa o seguinte: *em additamento ao meu offício nº 263 de 20 de Dezembro de 1858, enviado pelo vapor “Estephania” da carreira d’ Africa, tenho a ajuntar algumas reflexões sobre a importância relativa das obras a exceutar na ilha de S. Thiago com o imposto de 3% aprovada pelo Decreto de*

---

<sup>489</sup> BARCELOS, Christiano de Senna. Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Praia. Edição do Instituto Nacional da Biblioteca e do Livro. 2003, Vol. III, parte IV e V. p. 156

20 de Setembro de 1858, em quanto não faço em geral de toda as obras e disposições tendentes ao desenvolvimento material da província<sup>490</sup>.

Nessa carta referia-se às edificações propriamente *municipaes* da Praia, como era o caso dos Paços do Concelho. Reconhecia-se, que era necessário construir naves melhores e escadas rebocadas<sup>491</sup>. Salientava ainda o Governo Geral da Província que o rendimento dos 3% *advalorem* que tinha sido implementado pelo Governador Arrobas talcomo referenciamos nos capítulos precedentes era importante e tinha-se acumulado *umma avultada somma em cofre*, não inferior a averba de nove contos contados pelo que se devia empregar em *materiaes emcommendados* em Lisboa para entre outras obras de interesse geral nas obras propriamente municipais da Praia e reportavam à conclusão dos Paços do Concelho, que no momento consistia em construir naves melhores, escadas rebocadas, o acabamento do edifício exteriormente porque franca utilidade teria o Concelho e meios da ilha. Em face dos exíguos recursos próprios destinados a essa obra era de se prever utilizar *uns oitocentos mil reis* tirados dos cofres dos 3%<sup>492</sup>.

Senna Barcelos sustenta que tais obras foram iniciadas em Março de 1858<sup>493</sup> no momento em que curisamente se aproximava da data da elvação da vila a cidade e o conteúdo do relatório do Engenheiro da Província Januario de Almeida apresentava uma relação de *diferentes obras de primeira necessidade que deviam ser executadas estando umas em projecto, outras em andamento e outras ainda interrompidas. Todo este esforço* parece, no nosso ponto de vista, uma consequência directa da aproximação do momento da elevação da Vila a Cidade. Era necessário dar uma outra fisionomia à arquitectura urbana daquela que viria brevemente a ser cidade fazendo-a corresponder

---

<sup>490</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1858 [Ofício nº 267] 1858 Dezembro 22, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1858. 5f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 78.

<sup>491</sup> Vide anexo nº 1 - Ofício do Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1858, nº 267 de 22 de Dezembro, à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, onde se incluía algumas reflexões sobre a importância relativa das obras a executar na ilha de S. Thiago e se reportava a, entre outras construções nessa ilha, às obras propriamente municipais como era o caso da casa da câmara.

<sup>492</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1858 [Ofício nº 267] 1858 Dezembro 22, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1858. 5f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 78.

<sup>493</sup> O que parece uma consequência directa da elevação da Vila a Cidade, como de resto aconteceu com todo esforço construtivo havido neste contexto visando que a arquitectura urbana correspondesse no mínimo ao novo estatuto atribuído a Praia.

no mínimo ao novo estatuto, como viria a acontecer no decreto de 29 de Abril de 1858<sup>494</sup>. Para além do empenho em relação a melhoramentos ou construção de edifícios públicos também se previa o calcetamento das ruas que juntamente, com os trabalhos da câmara e outras referidas no relatório eram tidas como obras de primeira necessidade<sup>495</sup>.

Vimos a confirmar as referências de Senna Barcellos em como as obras do edifício da câmara tinham sido iniciadas em Março de 1858 e através do Ofício nº 114 do Governo-geral da Província de Cabo Verde de 25 Maio de 1859, onde se mostrava que tais obras já estavam em andamento no 1º trimestre desse ano<sup>496</sup>. Com esse ofício remetia-se o mapa das Obras Publicas em Construção na Província durante no ultimo trimestre de 1858, e 1º trimestre de 1859<sup>497</sup>, cujo conteúdo, apresentamos no *quadro 1*.

**Quadro 1 - *Mappa* das obras Publicas em construção na Província de Cabo Verde durante o último trimestre de 1858 e 1º de 1859**

| <i>Qualidade das obras e lugares onde, ellas são construidas</i> | <i>Numero dos operarios empregados</i> | <i>Dias de trabalho</i> | <i>Despeza feita com cada uma das obras</i> | <i>Observações</i>                                                            |
|------------------------------------------------------------------|----------------------------------------|-------------------------|---------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|
| Alfandega da ilha de S. Vicente                                  | 40                                     | 80                      | 2:3111.510                                  | Começou em fins de Setembro e interrompendo-se o trabalho em fins de Dezembro |
| Igreja na mesma ilha                                             | 22                                     | 20                      | 147.420                                     | Começou em Janeiro e interrompido em princípio de Fevereiro                   |
| Forno de Cal na mesma ilha                                       | 12                                     | 25                      | 239.170                                     | Começou em Janeiro e acabou em Fevereiro                                      |
| Abertura de poços na mesma ilha                                  | 2                                      | 34                      | 18.590                                      | Começou em Fevereiro em continua no seguinte trimestre                        |
| Caes no Porto da Praia de S. Thiago                              | 76                                     | 22                      | 265.390                                     | Começou em 3 de Março e continua no seguinte trimestre                        |
| Casa da Câmara na cidade de Praia de S. Thiago                   | 22                                     | 16                      | 218.960                                     | Começou em 15 de Março e continuou no seguinte trimestre                      |
| Casa da guarda na Praia negra de S. Thiago                       | 6                                      | 5                       | 12.600                                      | Começou em 25 de Março e continuou no seguinte trimestre                      |

**Fonte: Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 [Ofício nº 114] 1858 Maio 25, Ilha de São Vicente [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1859. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 80.**

<sup>494</sup> B.O. da Província de Cabo Verde nº 201858. Praia: Imprensa Nacional, 858, p.154.

<sup>495</sup> BARCELOS, Christiano de Senna. Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné vol. IV. Praia. Edição do Instituto Nacional da Biblioteca e do Livro. 2003, p. 109.

<sup>496</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 [Ofício nº 114] 1858 Maio 25, Ilha de São Vicente [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1859. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 80.

<sup>497</sup> Vide o anexo nº 2 - Ofício nº 114 do Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 de 25 Maio onde se em remetia anexo o *mappa* das Obras publicas em construção na Província durante o último trimestre de 1858 e 1º de 1859..

No segundo semestre de 1859 revelava-se também no respectivo relatório das obras publicas da Província de Cabo Verde, que o Governo-geral da Província apresentava um conjunto de obras durante esse período em construção nas diversas ilhas, entre as quais, se aludia às referentes à casa da Câmara<sup>498</sup>. Tais construções eram descritas de se seguinte modo:

*[...] Na obra da Caza da Câmara desta cidade coroou-se todo o edificio com um emtablamento toscano e platibanda, colocarão-se quatro gargulas de cantaria sob a cimalha, e situarão-se [quatro urnas sobre os pedestaes da platibanda para remate e ornato dos ângulos do edificio. Começou-se a construcção da torre do relógio elevando-se quatro metros acima da cimalha [...]]<sup>499</sup>.*

O documento em apreço evidencia que se começou a construção da torre elevando-se quatro metros acima da cimalha. Fizeram-se os três lanços de escada projectados e deu-se nova distribuição ao pavimento superior. Reforçou-se o madeiramento do telhado com asnas e pau de fileira e já no terceiro trimestre desse ano procedia-se à cobertura do telhado, guarnecimento e pintura no exterior do edificio, interrompendo-se porem os trabalhos da torre por não ter chegado a cantaria que se esperava de Lisboa.

Vimos novamente pelo anexo a esse relatório que os trabalhos referidos prosseguiram através de um mapa constante desse mesmo documento, onde pudemos verificar que as obras contaram com um número de operários muito próximo dos que já estavam envolvidos nestes trabalhos no ano de 1858. No entanto o número de dias de trabalho foi muito maior, a ultrapassar o triplo<sup>500</sup>, como se pode ver na tabela a seguir destacada como *quadro 2* que evidencia as obras Publicas em construção na Província de

---

<sup>498</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 [Relatório das Obras Publicas da Província de Cabo Verde no segundo Trimestre de 1859] 1859 Julho 22, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1859. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 80.

<sup>499</sup> Vide anexo nº 3 - Relatório das Obras Publicas da Província de Cabo Verde no segundo Trimestre de 1859, reportando entre outras obras em curso na Praia aos trabalhos do edificio dos passos do concelho.

<sup>500</sup> O aumento de dias de trabalho terá diminuído o carácter de sazonalidade das obras, passar a ocorrer com maior continuidade seguramente, tendo como objectivo alcançar o fim almejado que era o de concluir esse edificio tão importante no quadro da história do municipalismo na Praia.

Cabo Verde durante o último período correspondente entre as quais, as da casa da câmara na cidade da Praia ao segundo *trimestre do anno 1859*<sup>501</sup>.

**Quadro 2 - Mapa das obras públicas em construção na província de Cabo Verde durante o 2º trimestre do ano de 1859**

| <i>Qualidade das obras e lugares em que ellas são construídas</i> | <i>Nº médio dos operários em pregados diariamente</i> | <i>Dias de trabalho</i> | <i>Forraes pagos</i> | <i>Despeza feita em cada uma das obras</i> | <i>Observação</i>                                                                    |
|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|-------------------------|----------------------|--------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|
| Caes do Porto da Praia de S. Thiago                               | 76                                                    | 72                      | 5472                 | 1:734\$991                                 | Continuada do trimestre antecedente                                                  |
| Casa da Camara da Praia                                           | 24                                                    | 72                      | 1728                 | 2:193\$432                                 | Idem                                                                                 |
| Casa da Camara da Praia Negra                                     | 8                                                     | 31                      | 248                  | 210\$915                                   | Continuada do trimestre antecedente e concluída em 14 de Maio                        |
| Desecamento do pântano da Praia Negra                             | 92                                                    | 34                      | 3128                 | 850\$190                                   | Começou a 19 de Maio                                                                 |
| Estrada da Praia a Santa Catharina                                | 15                                                    | 26                      | 130                  | 161\$000                                   | Começou a 27 de Maio (...)                                                           |
| Calçetamento de caminhos na ilha da Brava                         | 15                                                    | 70                      | 312                  | 122\$825                                   | E' feita pelo respectivo município, sendo gratuito uma parte do trabalho             |
| Abertura de poço em S. Vicente                                    | 2                                                     | 73                      | 146                  | 39\$930                                    | Continuada do trimestre antecedente                                                  |
| Abertura e conserto de caminhos em Santo Antão                    | 13                                                    | 23                      | 293                  | 82\$520                                    | Caminho da <i>Villa</i> da Ponta do Sol começou a 16 de Maio, e o da Paul a 25 (...) |
| Construcção do Paiol, e reparos na Praça de Bissau                | 12                                                    | 34                      | 448                  | 327\$780                                   | Parte d'estas obras <i>forão</i> feitas nos trimestres antecedentes                  |

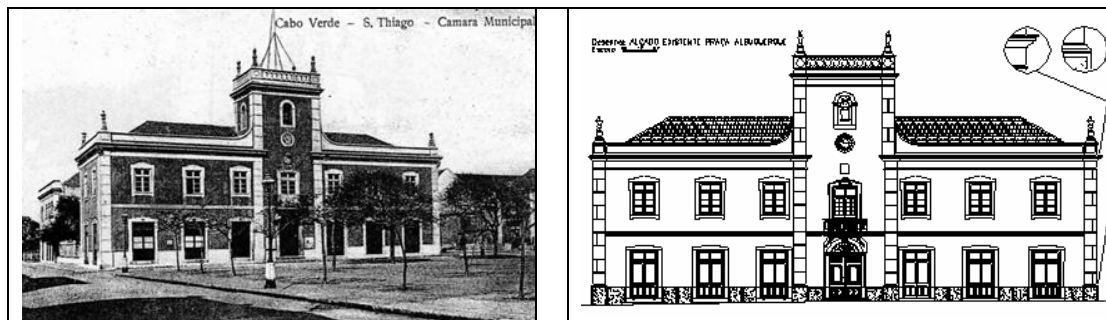
**Fonte:** Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 [Relatório das Obras Publicas da Província de Cabo Verde no segundo Trimestre de 1859] 1859 Julho 22, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1859. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 80.

Na altura em que o edifício destinado à Câmara Municipal e às audiências judicias, já estava quase concluído escrevia Senna Barcellos que faltava-lhe apenas alguns rebocos e pinturas, e a *collocação da escada principal* bem como pequenas alterações na distribuição do pavimento superior. É esse mesmo autor quem nos dá conta que as obras viriam a estar concluídas, depois de melhoradas em 1860<sup>502</sup>. Ao estar pronta, a construção passou a ter a aparência que tem na imagem identificada como *figura 9*.

<sup>501</sup> Vide uma vez mais o último anexo correspondente ao Relatório das Obras Publicas da Província de Cabo Verde no segundo Trimestre de 1859 no fim do qual apresenta, como era hábito, o mapa de obras públicas em construção na província de Cabo Verde. Aí são apresentados como no anexo acima referido o trabalhos de remodelação e ampliação no edifício em apreço.

<sup>502</sup> SENNA BARCELOS, Christiano de - Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Lisboa.1ª edição. Edição Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa. 1906, Vol. II.parte III. p. 162.

**Figura 9 – Paços do concelho no aspecto em que ficou depois da sua remodelação e ampliação em 1860 – imagem datada de 1910 ao lado da sua planta reelaborada**



Fonte: LOUREIRO, João. – Postais antigos de Cabo Verde. Lisboa: Fundação Macau, 1998, p. 50 e Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.

Em 1864 quando Praia já merecia um edifício digno da câmara da Cidade da Praia capital esta obra era descrita como um *edifício digno de elogio e elegante na sua construção, dispendo de um interior grandioso e decorado*<sup>503</sup>.

As obras da sua remodelação e ampliação prosseguiram posteriormente ainda no século XIX e às mesmas reporta a acta da sessão de 6 de Agosto de 1874 do Concelho da Praia mostrando que a edilidade pedia ao governo a concessão de um terreno, nas traseiras do edificio onde primitivamente situava o cemitério e antigo mercado, como indemnização à cedência feita pela câmara de quase metade de um outro espaço, onde já estava estabelecido o novo mercado<sup>504</sup>.

Chegou até nós com sucessivas remodelações introduzidas no século XX mas mantendo a matriz caracterizadora após a primeira remodelação e ampliação terminadas em 1850 presente na imagem acima exibida, destacando-se nesta a sua torre prevista para ter relógio, que recebeu o estatuto de ser a torre mais alta do ultramar e com elementos decorativos que podem ser analisados a partir duma leitura dos aspectos formais da obra a que dedicamos em seguida.

<sup>503</sup> TRAVASSOS VALDEZ, Francisco. Africa Occidental. Lisboa. Imprensa Nacional. 1864. p. 213.

<sup>504</sup> Acta da sessão de 6 de Agosto de 1874 do Concelho da Praia Cf. IAHN, CMP Livro B2 – (R), A1/7 (1871 – 1900), fls. 46 – 46v.

### 4.3. Aspectos formais e simbólicos mais evidentes na obra

Na apreciação da obra destacamos os aspectos simbólico-formais, tal com fornece subsídios para esse fim, o colectivo de autores da obra científica *História Mundial da arte*, em que se realça no volume I a subjectividade na leitura e a dificuldade na distinção dos aspectos relacionados com a forma e a função do edifício.<sup>505</sup> Em face desses pressupostos se nos impõe realçar que a nova edificação se apresenta como uma construção onde é notória a revalorização dos valores estéticos do classicismo e como tal um retorno ao passado que se inicia no século XVIII e prolonga-se pelo século XIX<sup>506</sup>. Notamos na construção, por oposição ao estilo barroco que é muito pouco observado em Cabo Verde, sugere uma pureza perceptível nas superfícies nuas, onde as paredes parecem totalmente despidas de ornamentação e nas linhas horizontais ininterruptas. Estas são observáveis, em primeiro lugar no nível equivalente à parte térrea na linha de demarcação do soco aplicado com acabamento à tirolês isto é recorrendo-se à técnica de reboco texturado. Depois a horizontalidade prossegue no traçado do fino friso que separa os dois níveis rés-do-chão e andar nobre e na faixa que antecede a cornija, transformada depois do restauro numa fina cinta, cuja presença contribui para quebrar a monotonia da frente principal no nível superior. A bela cornija e platibanda para além do efeito ornamental que produzem, despenham as suas respectivas funções. Por um lado, a cornija evita que a água do telhado escorra sobre a parede e por outro a platibanda que em essência acentua a simplicidade do edifício vai esconder a cobertura. No eixo vertical a casa da Câmara ostenta uma rigorosa compartimentação através de pilastras com silhares fingidos, encostadas em cada extremo do muro do corpo principal, repetindo-se estes elementos ao demarcarem a torre e a parte central do edifício fazendo com que sejam visualizados duas alas. Nesta torre se evidencia uma pequena varanda e a respectiva porta-janela e se exhibe relógio situado abaixo do sino. Da observação deste edifício ficamos com sensação de que, na linha da reflexão de Fernando Afonso Baptista sobre estas questões, o neoclacíssimo no edifício é bem acentuado na sua tendência racionalizadora do espaço e em si mesmo, enunciando a função de cidade por aquilo que representa<sup>507</sup>.

---

<sup>505</sup> UPJOHN e OUTROS – *História Mundial da arte*. Lisboa Bertand 1990 pp 8-13.

<sup>506</sup> CORREIA, Ivone - *Dicionário fundamental de Artes visuais*. Lisboa, Bertand Editora, 1998, p. 121.

<sup>507</sup> PEREIRA, Fernando António Baptista – *História da Arte Portuguesa (1500-1800)*. Lisboa, Universidade Aberta, 1992, p.91.

O elemento arquitectónico sob a forma de campanário só é aplicado ao edifício público de carácter civil ou militar para lhe conferir dignidade condizente com a sua importância. Observámo-lo no edifício destinado ao Batalhão e companhia de caçadores estudado no capítulo anterior, vamos enxergá-lo novamente no liceu Adriano Moreira, cuja importância se exprime no facto de ter sido a principal edificação inaugurada em Cabo Verde por ocasião da comemoração do meio milénio dos descobrimentos em 1960. Projectando-se em altura a torre dos paços do concelho da Praia exhibe um remate mais fino e mais trabalhado que a platina-banda que se estende em quase toda a cimalha do edifício, com balaustrada e exhibe elemento ornamental que se repete nos cantos da edificação sob a forma de urna referido em documento de arquivo de 1859<sup>508</sup>.

A cobertura dessa obra arquitectónica tal como todos os edifícios de prestígio da cidade é estruturada a quatro águas de telha e armação de madeira com teto forrado. Nos cunhais vemos a marcação do rincão, espelhada nas arestas salientes onde se interceptam as águas-mestras e as tacaniças do telhado, tal como é referido na literatura específica a esta solução técnica de cobertura<sup>509</sup>. Na parte exterior e na fachada também verificamos que na cimalha e extremidade dos cunhais, na cimalha, estão aplicadas gárgulas sob a forma de rostos humanos que conduzem a água para o exterior, o que é evidenciado num exemplo dessas gárgulas adiante apresentado como *figura 10*, em cima da qual aparece uma das urnas acima mencionadas a conferir efeito de beleza ao edifício.

**Figura 10 - Uma das gárgulas aplicadas em cantos superiores do edifício**



**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.**

<sup>508</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 [Relatório das Obras Publicas da Província de Cabo Verde no segundo Trimestre de 1859] 1859 Julho 22, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1859. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 80.

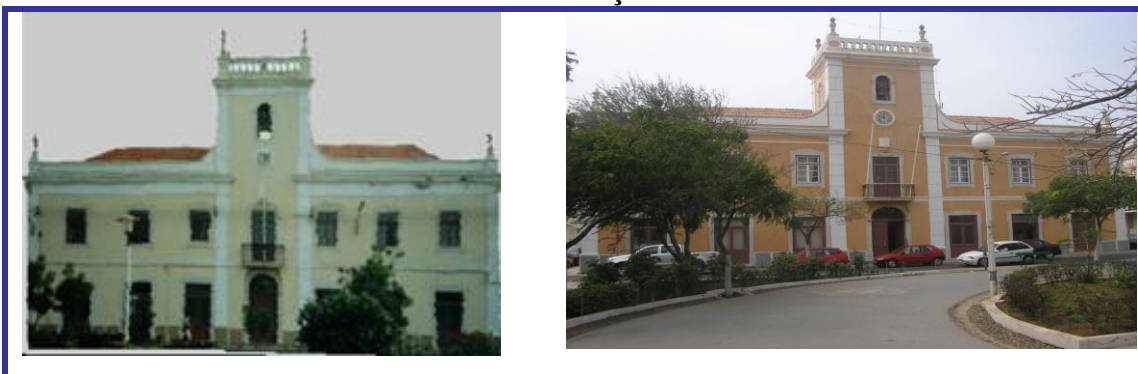
<sup>509</sup> RODRIGUES, Maria João Madeira (Coord) – Vocabulário Técnico e Crítico da Arquitectura. Coimbra: Quimera Editora, 1996,p. 233.



Realçando aspectos relativo a outras funções do edifício se nos afigura referi que uma das utilidades iniciais para além de passos do concelho, destinava uma ampla sala bela e espaçosa às sessões da Junta da Justiça, antes de se determinar que tais funções passassem a ser delegadas ao Conselho Supremo de Justiça Militar.<sup>510</sup> Previu-se igualmente o funcionamento nas instalações da câmara, o Liceu Nacional de Cabo Verde, que foi criado, no ano de 1860 mas que pouco tempo depois foi extinto.<sup>511</sup>

Na *figura 1,1* adiante destacada, temos o edifício que chegou até nós digno de referência e elogio em 1864 como um construção elegante, espelhado também na planta a cima exibida e dispendo de um interior grandioso, depois de várias remodelações.

**Figura 11 - Câmara Municipal da Praia na aparência antes e depois da última restauração**



Fonte Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial, indicado como quarteirão nº 53 Lote 001. Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998 (à esquerda) e Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.

Foi neste edifício iria ocorrer mais modernamente alguns dos momentos mais importantes nas vésperas e pouco tempo depois da independência nacional. Foi aí que ocorreu a posse do primeiro chefe do governo da república e local de funcionamento do gabinete do primeiro ministro do arquipélago, período durante o qual foi ampliado na parte traseira para alojar assessores do primeiro-ministro, como consta da projecto de remodelação elaborado em Dezembro de 1986 por um Gabinete de Projectos de Arquitectura e Engenharia, tendo sido arquitecto responsável Frederico Hopffer

<sup>510</sup> TRAVASSOS VALDEZ, Francisco- Africa Occidental... p. 213.

<sup>511</sup> B: O. da Província de Cabo Verde nº 313/1860. Praia, Imprensa Nacional, p. 392.

Almada<sup>512</sup>. Nesse projecto previa-se um hall de entrada, uma recepção, um espaço para o funcionamento da secretariado, três salas para assessores, uma sala de reunião e instalações sanitárias.

Com a abertura política dos anos noventa do século passado, passou novamente para das mãos da edilidade praiense, alojando o Gabinete do Presidentes da Câmara, e vereadores eleitos pelo sistema multipartidário depois de novas obras de restauração. Tais trabalhos mais modernos foram iniciados ainda antes da década de noventa do século passado quando a Chefia do Governo se transferiu para as instalações do novo palácio do Governo.

Sendo uma das instituições de poder local que sobreviveu ao longo das épocas resistiu ao tempo e ainda continua a regular a vida da comunidade à mesma circunscrita a cada câmara, funcionando através de varias normas e mecanismos institucionalizados. Inserida directamente na vida de sociedade praiense esta instituição desempenha, de acordo com a documentação oficial as suas várias funções a nível do saneamento e saúde pública bem como a regulação da vida da urbe no plano económico, social, cultural, entre outras.

Pelas ilhas se espalharam obras arquitectónicas com características que as fazem aparecer sempre destacas no conjunto das edificações de cada vila ou cidade e assim ostentarem a autoridade municipal e com as mesma funções na sua circunscrição a a edilidade da cidade da praia tina para com a respectiva área de actuação. Entre os quais destacamos o edifício da Câmara Municipal de S. Vicente, cujas obras para a sua construção começaram em Agosto de 1862<sup>513</sup> tendo ficado concluídas em 1873.<sup>514</sup> O edifício em referia, viria a albergar as instalações da Câmara Municipal, Tribunal Judicial, Cadeia Civil e escolas de instrução primária, bem como Delegação do Governo, Delegação Regional do Governo e o Secretariado Administrativo,<sup>515</sup> sendo esta última função depois da independência nacional em 1975. Actualmente mantém os

---

<sup>512</sup> Projecto de remodelação da ala direita da ex-câmara Municipal para a instalação dos serviços de assessoria do Primeiro-ministro. Acessível no Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (IAHN-CV), Fundo Arquivístico do Ministério das Infra-estruturas e Transportes (MIT) Cxa. 2º 2262, Dezembro de 1986.

<sup>513</sup> *B.O. da Província de Cabo Verde nº16/ 1873*. Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1873.

<sup>514</sup> *B.O. da Província de Cabo Verde nº16/ 1873*. Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1873.

<sup>515</sup> FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND). *Linhas Gerais da História de Urbanização da Cidade do Mindelo*. Praia. FND. 1984. p.115.

seus traços originais, fruto de restaurações realizadas. A última obra de restauro aconteceu no ano de 1996, procurando manter a fachada, embora com algumas adaptações na parte de dentro por causa dos serviços que funcionam neste.<sup>516</sup>

#### *4.4. Alguns traços da conservação do Edifício*

A edificação em estudo constitui uma obra arquitectónica de grande prestígio para a cidade, construída em meados do século XIX, e como tal tem merecido acções de restauro. Tendo procurado as autoridades manter alguns dos traços representativos do seu passado como podemos verificar na escudaria de acesso ao andar nobre destacada como *figura 12*.

**Figura 12 - Escudaria de acesso ao andar nobre restaurada quando a obra recebeu a última remodelação nos anos noventa do século passado.**



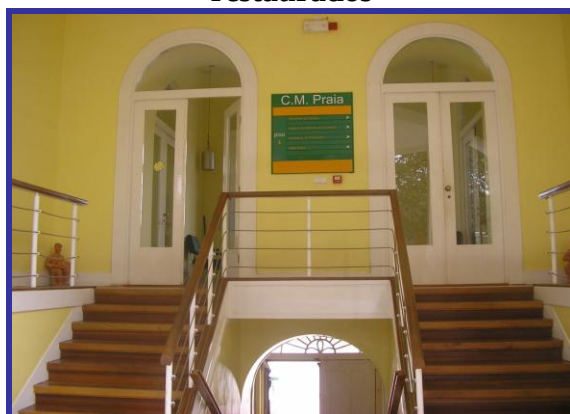
**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/07.**

A bela imagem que se perfilha em seguida, como *figura 13*, corresponde à parte superior onde prossegue o acesso ao salão nobre da câmara. Este também ilustra algum requinte das obras de restauro, conservando-se no mesmo traços do passado presentes nos arcos redondos na entrada com dupla escadaria para ao salão nobre, distintivos bem evidentes do neoclassicismo em associação com elementos da modernidade reflectidos nos novos materiais utilizados e que continuava a ostentar uma dignidade condizente com as funções da obra arquitectónica.

---

<sup>516</sup> CAMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE. Relatório das obras de Urbanismo e Planeamento (1995 – 1998).

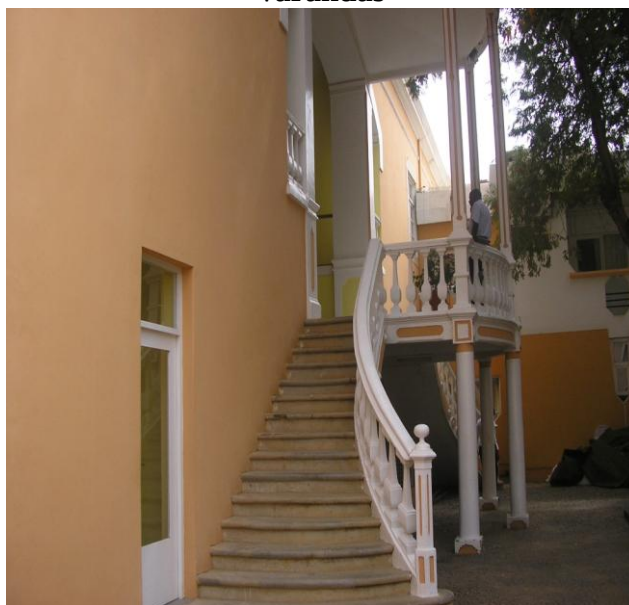
**Figura 13 - Imagem do acesso superior e entrada para o salão nobre depois de restaurados**



Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/07.

A parte traseira do bloco principal e anexos também foram alvo de restauração. Nesta parte do edifício salienta-se a escadaria balaustrada através da qual se acede ao interior do edifício e varandas. Estas são suportadas por finas colunas que conferem uma graça especial a esta parte do edifício. Foram objecto de uma boa conservação como vemos na *figura 14*, a seguir indicada.

**Figura 14 - escadaria balaustrada através da qual se acede ao interior do edifício e varandas**



Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/07.

Aproveitamos a oportunidade que se nos oferece para incidirmos um pouco na importância do restauro e reabilitação de obras arquitectónicas, embora esta nossa

reflexão possa ser retomada em capítulos subsequentes e, fundamentalmente na terceira parte deste trabalho para evidenciarmos que as qualidades estéticas duma construção constituem particularidades que importam ser tidas em conta nas intervenções do tipo que ocorreram na edificação em estudo. Correspondem assim aos princípios inerentes à atitude face ao património cultural compatível com a mentalidade contemporânea herdada das ideias de Viollet-le-Duc (segunda metade do século XIX)<sup>517</sup> que estiveram na base dos fundamentos da teoria da conservação do património arquitectónico elemento precioso da memória colectiva.

Este edifício depois de restaurado recebeu apenas o gabinete da presidência da Câmara Municipal, os serviços de poio ao presidente e espaços de trabalho do respectivo *staff*, bem como uma sala de exposições no piso térreo, expressando desta forma o seu simbolismo enquanto obra representativa do poder local tal como sempre perpassou a estrutura mental do passado mas reflecte hoje nos padrões culturais do nosso tempo.

---

<sup>517</sup>CORREIA, João Rosado - O património construído: reabilitação/revitalização arquitectónicas. In: Revista de Património – *Espaço e Memória*. Porto: Universidade Portucalense, nº1/96

## 5. Igreja matriz de Nossa Senhora da Graça

Neste ponto assumimos a descrição e análise da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça como um exemplo de edifícios que correspondem à arquitectura típica das igrejas que se espalharam pelas ilhas de Cabo Verde. Antes porém de entrarmos na descrição e análise deste elemento da arquitectura sacra no Arquipélago, tentaremos evidenciar o processo de difusão da instituição igreja universal nestas ilhas, como forma de clarificarmos o contexto das edificações cristãs aí surgidas, designadamente, a construção sacra estudada neste ponto.

### 5.1. A Igreja Matriz da Praia e o contexto geral da Cristandade e dos espaços de culto em Cabo Verde

O surgimento da Igreja matriz da Praia inscreve-se no contexto da implantação da Igreja universal em Cabo-Verde. Esta por sua vez, é inerente ao processo de Expansão Europeia do século XV e consequentemente, remonta primeiros tempos após a descoberta e início do povoamento do arquipélago, cujo processo analisamos de modo sucinto na primeira parte desta dissertação. Segundo Frédéric Mauro, as missões cristãs ao se envolverem no processo expansionista da centúria de quinhentos e séculos posteriores, pretenderam revolucionar as religiões pagãs.<sup>518</sup> No caso das ilhas de Cabo Verde, terá ocorrido uma experiência particular, que se inseriu, conforme Jaime Cortesão, num conjunto de causas, que ultrapassam a motivação religiosa<sup>519</sup>. Para este investigador, os factores económico e religioso caminhavam par a par. No seguimento deste raciocínio, a função económica do Arquipélago, enquanto entreposto do comércio de escravos, fazia com que o fluxo de navegação que escalava a ilha de Santiago fosse crescendo por razão da passagem pelas ilhas de *toda a navegação de Brasil e de Peru e das Antilhas e de S. Tomé*<sup>520</sup>. Salienta no entanto Cortesão, o zelo que se fez arder no espírito dos missionários, tinha como núcleo o fenómeno espiritual que acendeu no seio da igreja católica um grande desejo de difusão da fé cristã.

---

<sup>518</sup> MAURO, Frédéric - A Expansão Europeia. Lisboa: Editorial Estampa, 1993 p. 117.

<sup>519</sup> CORTESÃO, Jaime - Os descobrimentos portugueses Tomo I. Lisboa: Livros Horizontes, 1984, p.90.

<sup>520</sup> BRÁSIO, António Pe. - Monumenta Missionária Africana, 2ª Série, 1963 Vol II. Lisboa: Agencia Geraldo Ultramar, p. 395.

Sendo este, em essência, o quadro explicativo das origens da Cristandade em Cabo-Verde a história da Igreja no arquipélago, da sua afirmação e da difusão das edificações sacras está ligada desde os primórdios da ocupação das ilhas. Relaciona-se com a presença de missionários no arquipélago e com a criação da diocese em 1532, na sequência da solicitação feita por D. João III no mesmo ano à Santa Sé através do seu embaixador em Roma, D. Martinho de Portugal, no sentido da criação de quatro novas dioceses ultramarinas com as correspondentes catedrais<sup>521</sup>.

No seguimento da literatura acima referida, a administração religiosa e missionária em Cabo-Verde desde os primórdios e durante um longo período de tempo estiveram a cargo da ordem de Cristo. Cabo Verde estava portanto, no que respeita a assistência religiosa, dependente do administrador da ordem que tinha as seguintes incumbências: assistência religiosa à população, construção e suporte financeiro dos lugares de culto.

Assim sendo, muito cedo, para garantir a presença do cristianismo nas ilhas iniciaram-se as construções dos edifícios religiosos tais como igrejas e capelas, sendo primeiro na ilha de Santiago e posteriormente nas restantes ilhas. Com efeito, depois de nos inícios do século XVI se ter construído as primeiras igrejas da Ribeira Grande de Santiago, algumas décadas depois foi edificada a primitiva igreja de Nossa Senhora da Graça da Vila da Praia<sup>522</sup>, a que já nos reportamos no capítulo anterior, destacaram-se missionários nos primórdios da ocupação do arquipélago e a ilha de Santiago com realce para as povoações da Ribeira Grande e Praia.

Apesar das dificuldades e precariedades dos anos quatrocentos, a criação da diocese constituiu um marco importante na implantação da instituição católica em Cabo-Verde.

---

<sup>521</sup> SANTOS, Maria Emília; SOARES, Maria João - Igreja Missionação e Sociedade. In Historia Geral de Cabo Verde, Vol II. Lisboa/Praia, Instituto de Investigação Científica Tropical – Portugal/Instituto Nacional de Investigação Cultural-Cabo Verde 1995p, 371

<sup>522</sup> GOMES, Lourenço – Memória histórica da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça da Praia. Comunicação apresentada às Jornadas Luso/Cabo-verdianas de História Ciências Sociais e Relações Internacionais em Abril de 2004, organizadas pelo Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense Infante D. Henrique – Porto.

Com a criação da Diocese<sup>523</sup> e nomeação de Bispo instala-se no arquipélago a instituição que vai liderar a propagação da fé até aos nossos dias. Da mesma forma virá a promover a edificação de obras arquitectónicas ao serviço do povo, como o caso da Igreja Matriz da Praia.

A actuação da Diocese e da pessoa do Bispo foi sempre concretizada de acordo com os princípios da unificação do poder temporal e espiritual, com interferência da coroa, que entre outras formas de intervenção mandava nomear e apresentar prelados para o Arquipélago, como consta de várias fontes de arquivo, de que é exemplo a carta de nomeação e apresentação em 1866, pela qual, o rei D. Luís, nomeia e apresenta o presbítero Manuel de Figueiredo como Cónego da Sé de Cabo Verde.<sup>524</sup>

Sem dúvida que a fundação da Diocese em Cabo-Verde contribuiu muito para a difusão e o desenvolvimento da religião cristã e dos edifícios sacros neste espaço insular, particularmente na ilha de Santiago e na urbe nascente, que é nosso objecto de estudo, dando um valioso contributo na implantação da rede eclesiástica e o reforço do poder político-administrativo, abrindo à população nova vias de comunicação com as autoridades políticas e eclesiásticas reinóis. *Uma nova Diocese corresponde necessariamente uma nova Sé e outros conjuntos de edifícios que transfiguram as fáces da cidade.*<sup>525</sup>

A construção de edifícios religiosos monumentais, com funcionalidades próprias marca assim a paisagem dos espaços urbanos e rurais do arquipélago e, por isso, com valor simbólico por representar ao longo do tempo a vida religiosa do povo cristão destas ilhas. Assumem tais obras arquitectónicas maior importância para memória colectiva na medida em que a sua implantação projecta a estruturação da urbe e a vida das pessoas, reclama para junto de si as demais construções de prestígio, como sejam, os de carácter político, judicial e mesmo militar, bem como, as casas senhoriais representativas de um certo estatuto social. Esta proximidade da Igreja a outros edifícios

---

<sup>523</sup> Diocese significa porção do Povo de Deus confinada a um Bispo para que pastoreie em cooperação com o presbitério, decreto conciliar Chistus Dominus ) CD), sobre o Monus Pastoral dos Bispos na Igreja 28- 10- 1965.

<sup>524</sup> Carta de nomeação e apresentação em 1866 pelo rei D. Luís, de Manuel de Figueiredo como Cónego da Sé de Cabo Verde e da respectiva confirmação em 27 de Março de 1871, Cf. IAHN, SGG Livro A1 (R), A1/0027, fls. 6v – 8, doc. 5

<sup>525</sup> SANTOS, M. Emília; SOARES, M. João - Igreja Missionação e Sociedade... p, 371



de prestígio é visível no espaço urbano que constitui o Centro Histórico da Praia e tal como escreve Antónia Mota reportando a uma realidade brasileira semelhante ao caso em apreço<sup>526</sup>, mostra igualmente que *nas áreas afastadas do centro do poder civil e eclesiástico, encontramos as casas de menor valor*.

Sem negar a tese de que a implementação do cristianismo nas ilhas de Cabo Verde foi uma realidade que acompanhou o povoamento e o desenvolvimento das ilhas, a documentação consultada não afirma que a implantação da igreja no Arquipélago pressupôs um trabalho sem dificuldades junto de todos os residentes.

Desta constatação se pode depreender da precariedade da presença religiosa em algumas ilhas de Cabo Verde, assim como a fraca presença de padres e, mesmo alguma resistência por parte dos nativos à conversão ao catolicismo. Contudo, a tentativa de implementação da Igreja e o culto nas comunidades que se iniciou na Ribeira Grande de Santiago, requereu a edificação obras sacras na primeira urbe portuguesa nos trópicos, entre as principais destacamos aquelas que a seguir mencionamos, realçado alguns dados de interesse histórico-cultural às mesmas relacionados.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi construída em 1495. No começo terá sido uma capela gótica de estilo manuelino<sup>527</sup> e é apresentada enquanto obra de arte, como sendo *construída em duas fases, uma quando ainda vigoravam os modelos tardo-góticos e outra claramente maneirista, da segunda metade do século XVI*<sup>528</sup>. Segundo o Professor Pedro Dias, é muito simples de planta rectangular e nave única tem capela-mor com capelas laterais. A frontaria, prossegue este estudioso da arte portuguesa em geral e no mundo, está marcada por um belo portal maneirista, de cantaria magnificamente aparelhada, numa adaptação de Sérlio. As portas, mais simples, mas também de bom desenho abrem-se nas paredes de flanco. No interior destaca-se a capela lateral com arco de entrada ogival, chanfrando de claro recorte tardo-gótico e a abóbada de nervuras, claramente manuelina, ornamentada com chaves onde se podem admirar as armas régias, a esfera armilar e a cruz de Cristo. É nesta igreja que se pode

---

<sup>526</sup> Investigadora da UFPE, que apresentou ao artigo intitulado: *Aspectos da cultura material em inventários pós morte da capitania do maranhão, séculos. XVIII e XIX*.

<sup>527 527</sup> PEREIRA, Daniel - A importância Histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago de Cabo Verde).Praia: Instituto da Biblioteca Nacional, 2004, pp. XXII-XXIV.

<sup>528</sup> DIAS, Pedro. História da Arte Portuguesa no Mundo. Navarra (Espanha). Círculos de Leitores e Autor. 2000. p. 117.

ver a lápide feita em Lisboa da campa de Cristóvão Leitão Cabral e de sua mulher, datada de 1607. *Aliás, tudo quanto era de qualidade, em pedra mármore ou liós, tinha de ser mandado do reino, tal como os ornamentos, alguns dos quais se conservam na nova catedral e em algumas igrejas paroquiais.*<sup>529</sup>

À Sé Catedral cujas obras tinham sido iniciadas cerca de 1556, ao tempo do episcopado de D. Frei Francisco da Cruz, responsável pela edificação de vários outros edifícios como o Paço Episcopal, refere Pedro Dias revelando que em 1592 Filipe III pediu ao bispo de Cabo Verde informações sobre o local da sua construção, dado que tinha ouvido dizer que não só era grande, como também, ficava muito afastada e porque dada à sua situação, desembarcando corsários na ilha como já acontecera, a poderiam usar para se fortificarem e atacar a cidade. Sublinha o autor que em 1626 decorreriam obras nesta edificação e o rei mandava que a partir desse ano fosse o bispo a superintendê-las, continuando em obras em 1645 e que cinco anos depois os jesuítas tinham emprestado mil telhas para a sua cobertura, facto que, na opinião do autor, indicia o fim dos trabalhos essenciais<sup>530</sup>.

Entre outras obras sacras dessa antiga urbe, figura ainda a igreja convento de São Francisco mandada construir a partir de 1640 por uma rica proprietária natural da ilha de Santiago de nome Joana Coelha que doou os terrenos que permitiram a fundação e a sobrevivência do Convento<sup>531</sup>.

Em épocas posteriores processou-se pelas várias ilhas o alargamento dos espaços sacros, se nos afigurando pertinente apresentar aqui os exemplos das ilhas de S. Nicolau e S. Vicente para não sermos muito exaustivos.

No caso da ilha de S. Nicolau aí foram edificadas várias construções sacras como são os exemplos da Igreja de Queimadas, erigida em 1745 por D. Jacinto Valente e reconstruída por volta de 1853. Outra obra sacra dessa ilha é a capela de Santo António dos Navegantes mandada erigir no Porto da Preguiça por António Pusich em

---

<sup>529</sup> DIAS, Pedro. História da Arte Portuguesa no Mundo. Navarra (Espanha). Círculos de Leitores e Autor. 2000. p. 117.

<sup>530</sup> DIAS, Pedro. História da Arte Portuguesa no Mundo. Navarra (Espanha). Círculos de Leitores e Autor. 2000. p. 115

<sup>531</sup> PEREIRA, Daniel - A importância Histórica da Cidade Velha ... pp. XXII-XXIV.

1873 e a Igreja de Nossa Senhora de Sameiro construída no Monte de Centinha entre 1917 e 1919 por Monsenhor Bouças<sup>532</sup>. Mas a principal obra arquitectónica da ilha, a Igreja Matriz da Vila da Ribeira Brava, foi reedificada como Sé Catedral 1898 depois das obras se terem iniciado em 1888<sup>533</sup>. Antes da sua reedificação tinha como obra da mesma natureza que lhe era primitiva a antiga igreja de Nossa Senhora do Rosário, que não se sabe ao certo a que época remonta a existência. Mas, tem-se como seguro porém, que, com a passagem de residência para S. Nicolau por iniciativa do Bispo D. Fr. Pedro Jacinto Valente, entre Junho de 1754 e Fevereiro de 1755<sup>534</sup>, já se reconhecia a necessidade de uma igreja mais confortável. Nessa altura, a sua existência já era uma realidade e o rumo particular das ilhas de Cabo Verde, sobretudo da de S. Nicolau, tinha sido marcada de forma indelével pela presença da cúpula eclesiástica<sup>535</sup>. Naquela época tinha-se mandado reparar as igrejas do bispado incluindo a de Nossa Senhora do Rosário da S. Nicolau, dado que a maior parte delas eram cobertas de palha (...) *cobrimo-as de telha, fazendo-lhes altares e pondo-lhe imagens*<sup>536</sup> (...). Esta igreja viria a receber uma das mais valiosas relíquias que a Diocese de Cabo Verde já teve que é o seu grandioso cálice de ouro, referido pelo Professor Pedro Dias<sup>537</sup>.

Em S. Vicente a igreja de Nossa Senhora da Luz é uma das mais antigas obras arquitectónicas da cidade. Segundo consta, a fisionomia com que chegou até nós data-se de 1862 quando foi reedificada por invocação a santa padroeira da ilha – Nossa Senhora da Luz.<sup>538</sup> A sua construção resulta do facto de em 1795, quando se deu alvará a João Carlos da Fonseca Rosado para povoar a ilha, punha-se como condição ser construído uma igreja e sustentar o pároco, pagando a respectiva congrua por um período de seis

---

<sup>532</sup> LOPES, Filho João – Ilha de S. Nicolau - Cabo Verde: Formação de Sociedade e mudança cultural. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério da Educação 1998 p.185-186.

<sup>533</sup> Toda esta dinâmica havida tão cedo na igreja na ilha de S. Nicolau, no contexto de Cabo Verde, resulta da confirmação por parte do Bispo D. Frei Chistóvão de S. Boaventura, a partir de 1786, transformando a S. Nicolau em Sede de Diocese e passagem da residência definitiva e oficial da Sede do Bispado para a Vila da Ribeira Brava em 1866 e 1867.

<sup>534</sup> LOPES, Filho João – Ilha de S. Nicolau - Cabo Verde....p. 162.

<sup>535</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord) – História Geral de Cabo Verde Vol III. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) /Instituto de Investigação e Património Culturais (IIPC) 2006, p. 397.

<sup>536</sup> SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord) – História Geral de Cabo Verde ...p. 401.

<sup>537</sup> DIAS, Pedro. História da Arte Portuguesa no Mundo. Navarra (Espanha): Círculos de Leitores,2000. p. 114.

<sup>538</sup> FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND). Linhas Gerais da História de Urbanização da Cidade do Mindelo.Praia.FND.1984. p.115.

anos.<sup>539</sup> Atesta a documentação que essa obrigação tinha sido cumprida pelo facto de no ano de 1844 se reportar ao estado de degradação em que se encontrava a primitiva edificação sacra<sup>540</sup> Dado ao seu estado em que se encontrava no ano de 1857, carecendo de obras uma das prioridades das entidades públicas foi delinear como um dos objectivos principais a sua conclusão.<sup>541</sup> Mas só depois de passados alguns anos, em 1863 é que se privilegiam as construções do corpo do edifício, ficando então com as medidas que tem actualmente.

É com a noção deste quadro contextual que apresentaremos em seguida a nova Igreja de Nossa Senhora da Graça que é hoje uma referência em Cabo Verde, pois desempenha as funções de sé catedral, descrevendo-a e analisando-a do ponto de vista estético e enquanto herança histórica que reportamos de grande valor patrimonial, no conjunto arquitectónico do Centro Histórico da Cidade da Praia.

## 5.2 A edificação e a sua missão religiosa

O tipo de construção espelhada na Igreja Matriz da Praia, insere-se na época contemporânea, período em que *talvez as mentalidades e as sensibilidades mudaram mais do que durante os milénios anteriores*<sup>542</sup>. Este lapso de tempo, segundo o autor citado, é característico pelas sucessivas vagas de movimentos e contra-movimentos que vão permitir que diferentes soluções inovadoras em todas as esferas da vida, incluindo a arte, não raras vezes se fundem umas nas outras. As mutações são incessantes e nem sempre conseguem as novas correntes libertar-se do regresso ao passado.

A nova igreja, concebida segundo uma planta em cruz latina e como tal ostentando características que se mergulham no passado, foi construída, como teremos a oportunidade de confirmar nas páginas seguintes entre 1894 e 1902. Hoje o seu valor, enquanto património histórico construído, resulta da beleza estética que empresta ao centro histórico da cidade ou *Plateau*, inserindo-se de modo harmonioso no contexto de todo conjunto aí edificado.

---

<sup>539</sup> BRÁZIO, Padre António. Descobrimento, Povoamento, Evangelização do Arquipélago de Cabo Verde. Lisboa. Agência Geral do Ultramar. Julho 1962. p. 85.

<sup>540</sup> IMPRENSA NACIONAL DE CABO VERDE. Boletim Oficial. Praia. nº64/1844.

<sup>541</sup> FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND). Linhas Gerais da História de Urbanização da Cidade do Mindelo. Praia. FND. 1984. p. 117.

<sup>542</sup> René RÉMOND – Introdução à História do nosso tempo. Lisboa : Gradiva, 19994, p. 13.

A missão religiosa que vinha sendo cumprida até 1900 pelo primitivo espaço sacro com a mesma padroeira, pese embora o estado lastimável em que se encontrava iria ser prosseguida pela moderna Igreja de Nossa Senhora da Graça da Cidade da Praia, que tendo a mesma padroeira viria por conseguinte a prestar-se para o culto com a mesma devoção.

Afigurava-se pertinente, com o advento do novo templo, manter vivo o fervor religioso que em Portugal, no século XIX, era intenso sobretudo a Norte<sup>543</sup>. Neste sentido a arquitectura religiosa que já não era compatível com o acanhado espaço de culto e que vai incorporar a nova igreja com uma aparência completamente moderna surge carregada de simbolismo, próprio do trabalho espiritual sobre a qual viria ser encarregue e beleza, apesar da sua maior sobriedade em arrojado relação ao decorativo.

Era esperado que a nova edificação viria a impor-se como importante instrumento de propaganda e afirmação das ideias católicas, tal como se expressou na portaria provincial nº 131, segundo a qual, *entre os catholicos os templos são os monumentos próprios para se poder aquilatar o grau da sua civilidade*<sup>544</sup>. Além disso, previa-se um espaço de culto a nascer e a condizer com a grandeza da urbe elevada à categoria de cidade em 1858, através do decreto de 29 de Abril do mesmo ano<sup>545</sup>. E só por isso já requeria uma igreja com um porte que nada tinha a ver com o primitivo local de culto, que durante muito tempo teve a Vila da Praia. O então Secretário Geral do Governo alertava ao Governo Geral que se estava a pensar no levantamento dum templo na capital da província de Cabo Verde e não havia de ser com uma pequena quantia, para que a nova igreja fosse levado a efeito. Afirmava ainda não crer que os já grandes encargos que pesavam sobre a Direcção das Obras Públicas lhe permitiam pensar por enquanto numa obra de tanto vulto.

O processo de construção de modo decisivo da nova catedral seria ordenada no ano de 1870, tendo-se nomeado uma comissão que estaria a cargo de recolher os meios para a sua edificação<sup>546</sup>. Para tal, autorizou-se a compra de um terreno pertencente ao Banco Nacional Ultramarino, situado entre a rua do Corvo e a Praça do Albuquerque

---

<sup>543</sup> SARAIVA, José Hermano – História Concisa de Portugal. Lisboa, Publicações Europ-América, 1994: 329.

<sup>544</sup> B.O. da Província de Cabo Verde nº 22/1870. Praia, Imprensa Nacional, 1870.

<sup>545</sup> B.O. da Província de Cabo Verde nº 20/1858. Praia, Imprensa Nacional, 1858, p. 154.

<sup>546</sup> B.O da Província de Cabo Verde nº 22/1870. Praia: Imprensa Nacional, 1870. p. 131.

para nela se construir a igreja paroquial, efectuando-se a compra com o produto da subscrição promovida para esta construção.<sup>547</sup>

### 5.3. Primeiros passos para a construção da nova igreja

No momento em que as autoridades civis e a população já tinham a consciência do estado de degradação em que se encontrava a velha igreja de Nossa Senhora da Graça e da necessidade da edificação duma nova igreja, em 1879 considerava o Governador Geral da Província de Cabo Verde António de Nascimento Sampaio no Ofício nº 227 de 1879, enviado à sua excelência o Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar que, entre tantas obras indispensáveis no arquipélago figurava uma igreja na cidade da Praia. Lembrou que a edificação dessa igreja era um acto de justiça, realçando se tratar mesmo de uma necessidade a remediar. Mostrava que *a cidade da Praia, capital d'esta província tem apenas, uma pequena ermida a que se dá no nome pomposo de igreja, mas de tão acanhadas dimensões, que a maior parte das vezes grande numero dos fieis que concorrem aos actos religiosos tem de ficar de fora da igreja porque ella não tem espaço para os conter*<sup>548</sup>.

Alem disso, considerava o governador, o mau estado da primitiva igreja e a sua irregular *estructura*, concorriam muito para considerar que é *ella* era uma vergonha não só para o fim a que se destinava, como pela impressão desagradável que causava aos estrangeiros que frequentam esta cidade. Em jeito de reafirmação daquilo que evidenciamos acima, salientou o governador que o reconhecimento geral do estado desse antigo templo levou a que a população agisse de seguinte modo:

---

<sup>547</sup> B.O da Província de Cabo Verde nº 20/1885. Praia: Imprensa Nacional. 1885, p. 157.

<sup>548</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 227] 1879 Abril 15, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar e (DGU) [manuscrito] 1879. 4f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

*[...] várias senhoras, constituindo-se em comissão, e apellando para os sentimentos religiosos dos povos do archipelago promovem uma subscrição com o fim de adquirir meios com que se dê principio a um templo condigno para uma cidade e capital de província, e onde os actos religiosos se possam celebrar com a magestade e decência que lhe são devidas. [...] <sup>549</sup>*

Chamava no entanto a atenção que, por muito boas que fossem as intenções dos que pediam e os desejos dos que davam o seu apoio, uma subscrição nunca poderia atingir cifra importante que desse para um tal empreendimento<sup>550</sup>.

Mostrando a justeza da edificação dessa igreja na Praia o governador alertou que se nas ilhas de Santo Antão e do Fogo foram contempladas como meios para a edificação de suas igrejas, justo era que na capital da província não fosse negado esse auxílio para uma obra tão necessária. Conforme o Ofício nº 114 do Governo-geral da Província de Cabo Verde enviado em 20 de Janeiro de 1880 ao Ministério e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar nos casos das Ilhas do Fogo e Santo Antão as respectivas igrejas já estavam em estado avançado da realização em 1880. Para primeira a sua igreja matriz estava em vias de execução. No caso da segunda ilha a respectiva edificação sacra da Ribeira Grande estava quase concluída<sup>551</sup>. E mais, fundamentava que, em todas as ilhas do *archipelago* havia na altura igrejas decentes e boas, umas concluídas outras em *construcção*, e que só a da capital da província era a mais inferior porque era verdadeiramente uma ermida imprópria para uma cidade desta ordem.

Exactamente nessa altura em que se organizava a movimentação na Praia a favor da construção de um novo templo, o Bispo, D. Joaquim, da Diocese de Cabo Verde,

---

<sup>549</sup> Vide carta inserida como anexo nº 2 ao capítulo II, o Ofício nº 227, dirigido pelo Governo-geral da Província de Cabo Verde, datado de 15 de Abril 1879, dirigido ao Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar dando parecer acerca da preferência de obras a executar no ano de 1880.

<sup>550</sup> Na verdade a reduzida população da cidade, os fracos recursos de que dispunham as pessoas nunca dariam para ser edificado uma igreja com as características da obra que veio ser erguida como veremos mais à frente.

<sup>551</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Ofício nº 114] 1880 Janeiro 20, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1880. 3f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

sedeada em S. Nicolau, realizava uma visita pastoral às freguesias da ilha de S. Thiago em 1886.

A partir da sua visita o Bispo elaborou um relatório que seguiu a coberto de um ofício<sup>552</sup>, onde referia às *instantes necessidades d'aquella parte desta diocese*<sup>553</sup>, explicadas no mesmo relatório, que saiu da Secretaria do Governo Eclesiástico de Cabo Verde em 10 de Junho de 1866, para a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar em Lisboa.

De acordo com esse relatório, na altura dessa visita era Governador João Paes de Vaconcellos. Vê-se neste documento que o bispo partiu da ilha de S. Nicolau no dia 15 de Março de 1886 a bordo do vapor Bissau, com escalas nas ilhas do Sal, Boavista e Maio, tendo aportado no dia 17 do mesmo mês na cidade da Praia onde desembarcou pelas onze horas da manhã e visitou a igreja de N. Senhora da Graça<sup>554</sup>.

Ali observou todas as prescrições do *Pontifical Romano* e, em discurso familiar, exortou os fiéis ao cumprimento dos deveres religiosos, bem como, à observância e obediência às leis da Igreja e do Estado. Tendo ouvido o Bispo, o Governador *diligenciou* levantar um novo templo e participou à alta autoridade religiosa que já se tinha adquirido o terreno para a edificação do templo. Reportou o Bispo a outros aspectos da sua visita que não se cingiu ao espaço de culto da cidade da Praia. Relatou ter também visitado na urbe o hospital, a cadeia e o quartel militar e, nos dias seguintes, as freguesias do interior da ilha de Santiago bem como as respectivas igrejas.

Nesse mesmo relatório o bispo refere à igreja da Praia descrevendo-a nestes termos:

---

<sup>552</sup> Vide anexo nº 4 - Ofício nº 208/1886 ao relatório da visita pastoral em 1886 do Bispo de Cabo Verde, sedeado em S. Nicolau às freguesias da ilha de S. Thiago.

<sup>553</sup> Secretaria do Governo Eclesiástico de Cabo Verde Série de 1886 Nº 66 [Ofício nº 208] 1886 Junho 28, Ilha de São Nicolau [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU) – Direcção Geral do Ultramar (DGU) [manuscrito] 1886. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. Cxa. 167.

<sup>554</sup> Vide anexo nº 5- Relatório da visita pastoral de 10/06/ de 1886 do Bispo de Cabo Verde, às freguesias da ilha de S. Thiago.

Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU) – Direcção Geral do Ultramar (DGU) [a] Secretaria do Governo Eclesiástico de Cabo Verde [Relatório] 1886 Junho 10, Cidade da Praia [manuscrito] 1887. 2 f. Autografado. Acessível AHU. Lisboa, Portugal. Cxa. 167.



*(...) A igreja de N. Senhora da Graça é o único templo que há na cidade e de tão acanhadas dimensões, ordinária architectura e desprovido de ornamentação, que só é insufficiente para conter o povo da Praia, mas sim até impróprio para uma capital de província (...)*<sup>555</sup>

Entretanto há uma reacção ao relatório da autoridade máxima da igreja em Cabo Verde por parte de Lisboa em 25 de Abril de 1887. Em ofício dessa data da Direcção Geral do Ultramar dirigia-se ao Governo Geral de Cabo Verde e informava-se da recepção das propostas e pedidos do bispo de Cabo Verde sobre na construção da igreja para a freguesia de nossa Senhora da Graça. No mesmo ofício recomendava-se no sentido da utilização de material que pudesse ser aproveitado do antigo e arruinado edifício que foi *cathedral* situada na cidade da Ribeira Grande<sup>556</sup>, mas salientava-se no mesmo que convinha, antes de se tomar qualquer resolução, que o então governador informasse se o seu antecessor tinha mandado ou não organizar, na repartição das obras publicas da província, a planta e o orçamento do templo para a sua edificação, evidenciando o seguinte nesse relatório:

*(...) devendo no primeiro caso, remetter aquelles documentos a esta secretaria d'estado para serem examinados na repartição competente e no segundo, mandar elaborarl-os para o mesmo fim comportando-se no orçamento os materiaes da igreja existente e os da cathedral arruinada da cidade da Ribeira Grande, se se entender que vale a pena fazer as despesas da remoção*<sup>557</sup>.

Prosseguiu a troca de correio entre a província e metrópole, a propósito das questões religiosas da Diocese, levantadas anteriormente pelo bispo<sup>558</sup>. Neste ofício

---

<sup>555</sup> SEMU – DGU [a] Secretaria do Governo Eclesiástico de Cabo Verde [Ofício nº 287] 1886 Junho 10, Cidade da Praia [manuscrito] 1887. 2 f. Autografado. Acessível Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição - Cabo Verde, Cxa. 167

<sup>556</sup> Vide anexo nº 6 - Ofício de 25/4/1887 da DGU) ao Governo-geral de Cabo Verde reagindo às propostas e pedidos do bispo de Cabo Verde acerca da construção da igreja para a freguesia de nossa Senhora da Graça.

<sup>557</sup> DGU [Ofício] de 25/4/1887, [a] Governo-geral de Cabo Verde [manuscrito] 1887. 4f. Autografado. Acessível Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SGMU-DGU 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 167

<sup>558</sup> Vidê anexo nº 7- Ofício nº287/1887 que reporta à informação do Governador ao Bispo e à Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar segundo a qual do novo templo da Praia o seu antecessor tinha mandado elaborar a planta e orçamento.

reportava-se, nomeadamente, à construção do novo templo na Praia, onde o então Governador-geral João Cesário de Lacerda, fez expedir em Março de 1887 um ofício para a Direcção Geral do Ultramar, a informar que, quanto ao assunto da igreja, de que tratava o bispo na sua correspondência, o seu antecessor, *João Paes de Vasconcellos*, tinha mandado elaborar a respectiva planta e orçamento<sup>559</sup>.

Efectivamente, depois de se ter obtido o parecer favorável da Direcção de Obras Públicas foi remetido à metrópole, a coberto de um novo ofício<sup>560</sup>, o projecto (primeira versão) e orçamento elaborado pelos serviços técnicos da Direcção das Obras Públicas, mencionando-se nesse mesmo ofício que o referido projecto estava estimado no valor de 27.700.000 reis<sup>561</sup>.

As primeiras obras que consistiram nos trabalhos de remoção de pedras bem como escavações para os alicerces e exploração de pedras de alvenaria,<sup>562</sup> depois de se terem iniciado de Abril de 1886 a Julho do mesmo ano ainda antes da elaboração da primeira versão da planta e orçamento estarem elaborados, foram por vezes interrompidas por falta de verbas. Só a partir de 1891 viria definitivamente a ser dado corpo a edificação, quando se apresentou a última versão do projecto, a coberto do ofício datado de 20 de Abril do daquele ano<sup>563</sup>, com adaptações ao orçamento inicial e alterações na planta sugeridas pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar<sup>564</sup>.

---

<sup>559</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde [a] Rev.<sup>mo</sup>. e Ex.<sup>mo</sup>. Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negócios Marinha e Ultramar [Ofício nº287] 1887 Setembro 9, Cidade da Praia [manuscrito] 2 f. Autografado. Acessível Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição - Cabo Verde Cxa. 167.

<sup>560</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde [a] Ill.<sup>mo</sup>. e Ex.<sup>mo</sup>. Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios Marinha e Ultramar [Ofício nº67] 1887 Março 14, Cidade da Praia [manuscrito] 1 f. Autografado. Acessível Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição - Cabo Verde Cxa. 167.

<sup>561</sup> Vide anexo nº 8 - Ofício nº 67 do Governo-geral da Província de Cabo Verde ao Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup>. Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar de 14 de Março, de 1887 remetendo um projecto de orçamento para a construção de uma igreja na Praia.

<sup>562</sup> *B.O da Província de Cabo Verde nº 11/1887*. Praia: imprensa Nacional. 1887.

<sup>563</sup> Vidê anexo nº 9: Ofício do Governo-geral da província de Cabo Verde cobrindo o Projecto da Igreja Matriz da Praia com modificações e orçamento definitivo.

<sup>564</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde [a] Ill.<sup>mo</sup>. Ex.<sup>mo</sup>. Sr. Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar [Ofício nº115] 1891 Abril 20, Cidade da Praia [manuscrito] 2 f. Autografado. Acessível Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição - Cabo Verde Cxa 169.

#### 5.4. O edifício descrito e analisado a partir do desenho e após a execução

Neste ponto recorreremos ainda a documentação de arquivo e dados de observação recolhidos sob a forma de imagens fotografadas, a serem expostos para que possamos os vários desenhos e as respectivas execuções nas diferentes partes da composição.

##### 5.4.1. Elementos da composição fundamentados e descritos no projecto

Na memória justificativa, fundamentavam-se as alterações na nova planta delineando-se para o corpo central um aumento de 148,800m<sup>2</sup>, para 218,400m<sup>2</sup> para a capela-mor, um acréscimo à medida anterior de 80 m<sup>2</sup> para assim atingir os 88m<sup>2</sup>, para o coro um aumento de 23,200m<sup>2</sup> para 30m<sup>2</sup>. Mostrava-se que a existência de uma só torre era devido aos limites impostos pelas edificações limítrofes e à necessidade de se conservar as ruas transversais<sup>565</sup>.

Na memória descritiva 22 artigos explicitavam a localização da igreja e as diferentes partes do edifício, as respectivas medidas, o tipo de ornamentação de exterior e interior, bem como, os materiais a serem utilizados. Foram destacados: a capela-mor, com 9.30m x 12.00m; o arco, do cruzeiro com um raio do arco 2.50m; a altura dos pés direitos, com 6.0m; o corpo da igreja, com 17.70m x 3.00m; as capelas do baptistério, com 3.90m x 3.00m; a sacristia e casa do despacho, com 7.40m x 4.50m; a arrecadação, arquivo e anexos, com 4.50m x 3.50m; a torre, com 4.20m x 4.20m e jardins anexos, com 10.0m x 4.60m. Foram referidas também as medidas das fundações e das paredes exteriores, o madeiramento do telhado, a cobertura da igreja da sacristia e casa do despacho que se previu para ser disposta a 4 águas<sup>566</sup>. Foram também mencionados no citado documento, os vigamentos dos solhos, o barrotado do forro, os próprios soalhos, os tectos, as escadas de acesso à torre e ao coro, o embuço, reboco e guarnecimento, os estuques, as portas, a serralharia sob a forma de as grades de guarnecimento de vãos

---

<sup>565</sup> Vide anexo nº 10 - Projecto e orçamento definitivos referentes à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago.

<sup>566</sup> Direcção das obras pública de Cabo Verde [Modificação feita ao projecto e orçamento relativo à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago]: peças de que se compõem o projecto: memória justificativa e descritiva, caderno de medições, bases e composições de preços e desenhos. nº 1 planta de local destinado à construção; nº 2 planta da igreja ao nível das fundações; nº 3 alçado de frente e alçado lateral; nº 4 alçado da frente posterior; nº 5 corte transversal próximo ao arco do cruzeiro; nº 6 corte transversal na capela-mor, corte transversal junto ao coro; nº 8 corte transversal na sacristia; nº 9 corte longitudinal [manuscrito] - anexo [ofício nº 115] 1891 20 12f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 169.

interiores das janelas do baptistério da caixa da escada e do coro e as pinturas. Ainda, ficaram explicitadas possíveis deduções no que dizia respeito à natureza dos materiais e outros detalhes de construção que pudessem estar omitidos.

Como deixamos expresso acima, nesse ano de 1891, altura em que a versão definitiva do projecto já estava pronta, os alicerces também já estavam concluídos com recurso a verbas recolhidas no seio da população décadas antes, através de subscrições feitas<sup>567</sup>. A extensão ao nível do solo, em cumprimento, passou a ter alterações e prosseguiram-se as obras, com um orçamento também modificado, em harmonia com as transformações feitas no projecto e com a diferença de custo dos materiais.<sup>568</sup>

Uma bela catedral, traçada pelo desenhador Nazolino Azevedo e pelo Engenheiro Chefe do Serviço das obras publicas, Francisco Augusto Tavares tinha sido assim projectada e pudemos ver explicitados nos vários artigos da memória descritiva as diferentes partes do edifício com pormenores relativos a medições, materiais a serem utilizados entre outros aspectos, o que nos vai permitir visualizar a composição e os seus vários elementos antes da sua edificação.

#### ***5.4.2. Descrição e análise da obra arquitectónica na sua parte exterior***

Esta igreja está situada no lado oriental da Praça Alexandre Albuquerque, como se pode ver nas figuras adiante destacadas, que mostram dois planos de observação do desenho do edifício. Num, visualiza-se, no lado esquerdo, a planta de localização estruturada para ser observada no eixo Nascente/Poente. Os traçados foram elaborados na época da sua construção pelo desenhador que após a sua assinatura na parte inferior esquerda e pelo Chefe do Serviço das Obras Públicas da Província, Francisco Augusto Tavares<sup>569</sup>, cuja rubrica aparece no fundo direito do desenho. No outro plano (sentido oposto) o edifício aparece inserido no tecido urbano na respectiva planta de localização

---

<sup>567</sup> A planta inicial que veio a ser concebida depois dos alicerces feitos. Terá levado em consideração esta realidade e respeitado a existência da base já concluída a planta reformulada, excepto ao aspecto relativo à extensão do edifício em cumprimento que devia alinhar-se com as construções vizinhas.

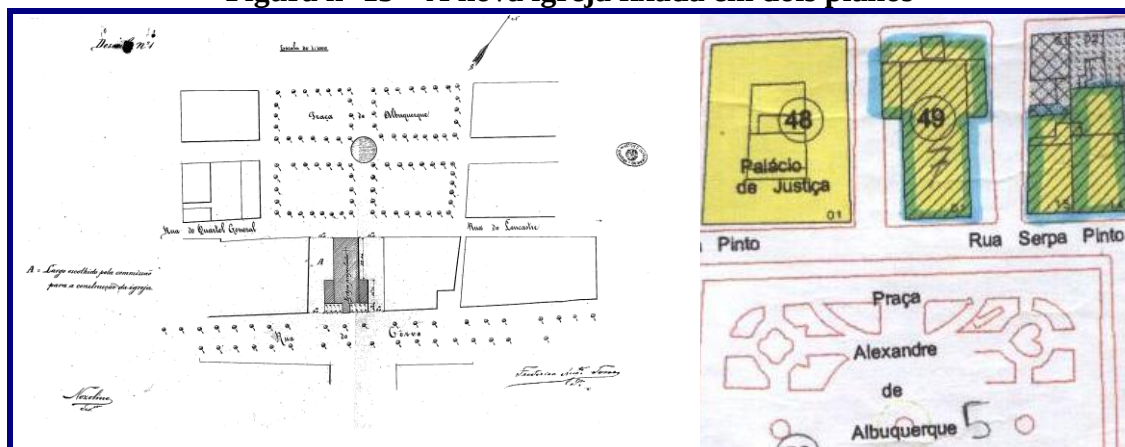
<sup>568</sup> Recordamos que haviam passados vinte e quatro anos que o Governador-geral João Pães de Vasconcellos tinha mandado elaborar do primeiro projecto e orçamento em 1867, pelo que teriam aumentado os custos de materiais.

<sup>569</sup> Normalmente o chefe do Serviço das Obras Públicas da Província era um engenheiro e era ele quem assinava os projectos elaborados nesse serviço, não só na qualidade de líder, mas também como técnico de construção civil, acompanhado da assinatura de um projectista como neste caso parece ter tido a assistência do desenhador Nazolino.

preparada nos anos 90 do século XX, por especialistas do Gabinete do Plano de Salvaguarda do Platô (GPSP) afecto à CMP coordenado pela a Arq<sup>a</sup>. Lúcia de Pina<sup>570</sup>.

O edifício projectado e que veio a ser construído possui as seguintes coordenadas: A Norte confronta-se com a Rua Dr. Júlio de Abreu, que separa a igreja do Palácio da Justiça; a Sul, com a Rua Fontes Pereira de Melo; a Oriente, corta-lhe a cabeceira, a rua Andrade Corvo; e, a ocidente, para onde está voltada a frente principal, tem a antiga rua do Lencastre depois Serpa Pinto e Praça Alexandre Albuquerque. No enfiamento dessa via em direcção sul assume-se como uma autêntica rua direita que dá acesso aos Paços do Concelho e ao antigo Palácio dos Governadores-Gerais A *figura 15* a seguir indicada, dá uma ideia mais exacta destas descrições.

**Figura nº 15 – A nova igreja fixada em dois planos**



Fonte: Direcção das obras pública de Cabo Verde [Modificação feita ao projecto e orçamento relativo à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago]: Chamamos a atenção para as peças de que se compõem o projecto, entre outras o desenho nº 1 - planta de local destinado à construção - anexo ao [ofício nº 115] 1891 20 12f. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 169. Do lado direito, Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial. Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.

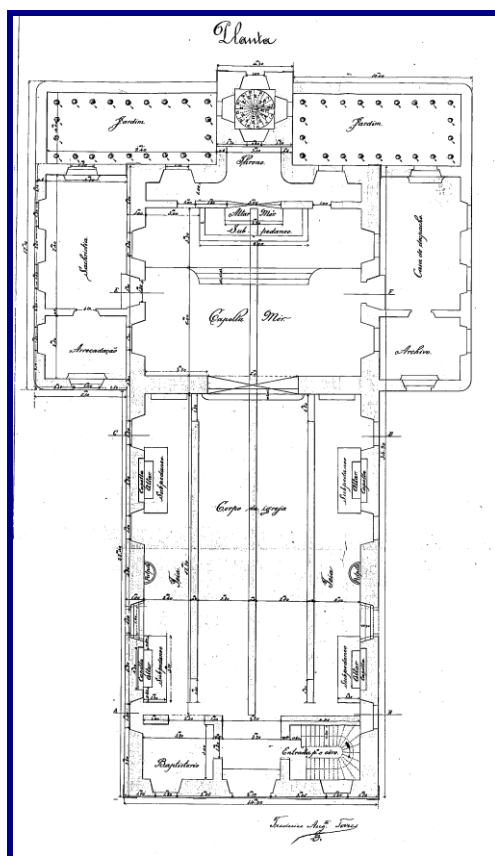
Prosseguindo com análise iconográfica do novo templo da Praia, se nos afigura antes de mais realçar que o labor de leitura da obra arquitectónica a que nos propusemos empreender segue a metodologia aplicada em, entre outras bibliografias de leitura e

<sup>570</sup> Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.

crítica da arte, aquela que é redigida pelo colectivo que redigiu o conjunto de volumes, UPJOHN e outros<sup>571</sup>.

Nesta linha a nossa análise vai evidenciar que a pequena, mas bela, catedral que viria a ser edificada no Centro Histórico da Praia é uma construção em forma de **T**, tal como constatou o Arquitecto Pedro Gregário Lopes.<sup>572</sup> Foi delineado sob o feitiço de uma construção a ocupar uma superfície aberta que, teve alterações constantes da planta definitiva. Previu-se para o corpo central um aumento de 148,800m<sup>2</sup>, para 218,400m<sup>2</sup><sup>573</sup>, expressa na planta ao nível das fundações indicada como *figura 16*.

**Figura 16 - Planta da igreja ao nível das fundações**



Fonte: Direcção das obras pública de Cabo Verde [Modificação feita ao projecto e orçamento relativo à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago]: Alertamos para as peças de que se compõem o projecto, entre outras, o desenho nº 2 planta da igreja ao nível das fundações - anexo ao [ofício nº 115] 1891 20 1f. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ªReplicação – Cabo Verde, Cxa. 169.

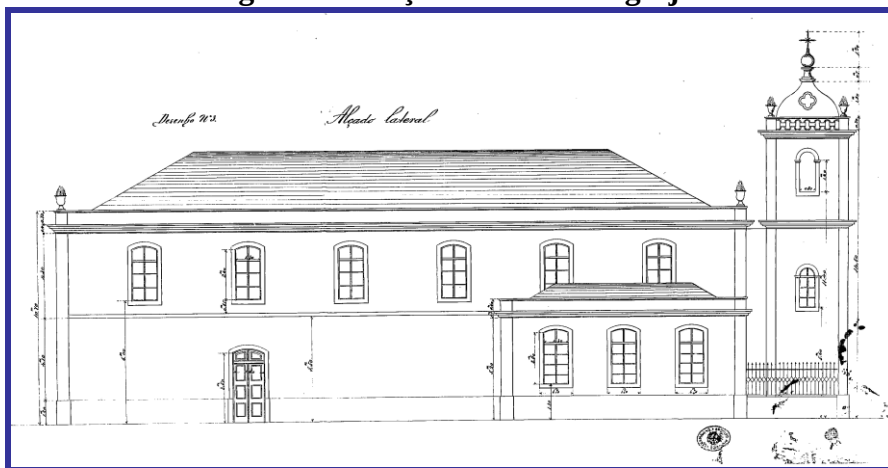
<sup>571</sup> UPJOHN e outros – História Mundial da Arte. Venda Nova: Bertrand Editora, 1992, p.8-10).

<sup>572</sup> LOPES, Pedro Gregário in PEREIRA, Padre Pimenta - Paróquia de Nossa Senhora do Graça 1983-1993. Praia : Grupo paroquial João Paulo II, 1995, p. 29.

<sup>573</sup> Direcção das obras pública de Cabo Verde [Modificação feita ao projecto e orçamento relativo à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago]. Chamamos a atenção para as peças de que se compõem o projecto, entre outras, o desenho nº 2 - planta da igreja ao nível das fundações; - anexo ao [ofício nº 115] 1891 20 1f. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ªReplicação – Cabo Verde, Cxa. 169.

Na mesma planta apresentava-se o desenho do alçado lateral da igreja em tudo simétrico lado oposto, em número de abertura, anexos e estrutura da torre como podemos observar na imagem seguinte indica como *figura 17*.

**Figura 17 - Alçado lateral da Igreja**



Fonte: Direcção das obras pública de Cabo Verde [Modificação feita ao projecto e orçamento relativo à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago]: Alertamos para as peças de que se compõem o projecto, entre outras, desenho nº 3 - anexo ao [ofício nº 115] 1891 20 1f. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 169.

Sobre a disposição da igreja e as suas principais dimensões, descreveu-se no artigo 2º da memória descritiva do projecto na maneira que se segue:

*(...)tem a forma rectangular e compõe-se d'uma capela mor separada do corpo da igreja pelo respectivo arco do cruzeiro de 4 altares dispostos ao longo de duas teias laterais, e d'um coro collocado superiormente a entrada cujo vão inferior é dividido em 3 partes, dispostas em arcada para o lado do corpo principal e as lateraes, a capella do baptistério e a caixa da escada do coro pelo lado exterior junto as faces lateraes, acham-se a sachristia e casa do despacho a torre dos sinos ligada a mesma face, pelas paredes lateraes que formam o vão do Altar-mor*<sup>574</sup>

<sup>574</sup> Direcção das obras pública de Cabo Verde [Modificação feita ao projecto e orçamento relativo à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago]: peças de que se compõem o projecto: memória justificativa e descritiva, caderno de medições, bases e composições de preços e desenhos. nº 1 planta de local destinado à construção; nº 2 planta da igreja ao nível das fundações; nº 3 alçado de frente e alçado lateral; nº 4 alçado da frente posterior; nº 5 corte transversal próximo ao arco do cruzeiro; nº 6 corte transversal na capella-mor, corte transversal junto ao coro; nº 8 corte transversal na sachristia; nº 9 corte longitudinal [manuscrito] - anexo [ofício nº 115] 1891 20 1f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 169.

Para além desses elementos da composição mencionados na memória descritiva, é visível na planta a localização do púlpito disposto em forma de dois semicírculos situados frontalmente a meio do corpo da igreja, o *Throno*, onde viria Cristo, coroado, a repousar na cruz, como ilustraremos na descrição e análise do interior da igreja. Aludiu-se também à textura das paredes, ao madeiramento do telhado e à cobertura da igreja, a que reportaremos mais adiante.

Como vemos na planta acima indicada, pode parecer também que foi traçada a partir de uma cruz latina ao ser observada de cima. Vendo-a desta forma sobressai a torre sineira, cujo esboço é evidente na planta das fundações, mais concretamente, na parte central da cabeceira, a provocar um ligeiro alongamento deste lado do edifício. Esta constatação é melhor ilustrada através da maquete do edifício indicado como *figura 18*, cuja imagem, esconde um dos braços do formato em T e da cruz latina.

**Figura 18 - Maqueta da Igreja da Praia**

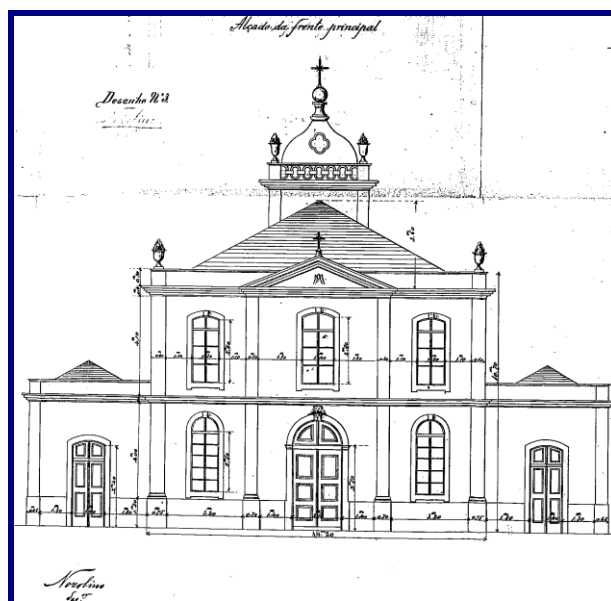


Fonte: Arquivos da Dioceses de Cabo Verde. - Imagem fotografada a partir da maqueta, Cidade da Praia.

Pela imagem vê-se que se trata de um edifício, com uma bem vincada cobertura a quatro águas, reproduzida não só no seu corpo central, como também nos espaços anexos. As paredes exteriores da igreja, torre, sacristia e casa do despacho, seriam guarnecidas por um soco de *cantaria escorada*. São igualmente de *cantaria escorada* os cunhais da igreja e torre, bem como, as pilastras da face principal. Esta é adiante evidenciada como *figura 19*.



**Figura 19 - Alçado de frente**



Fonte: Direcção das obras pública de Cabo Verde [Modificação feita ao projecto e orçamento relativo à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago]: Chamamos a atenção para as peças de que se compõem o projecto, entre as quais, o desenho nº 3 alçado de frente e alçado lateral - anexo [ofício nº 115] 1891 20 12f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 169.

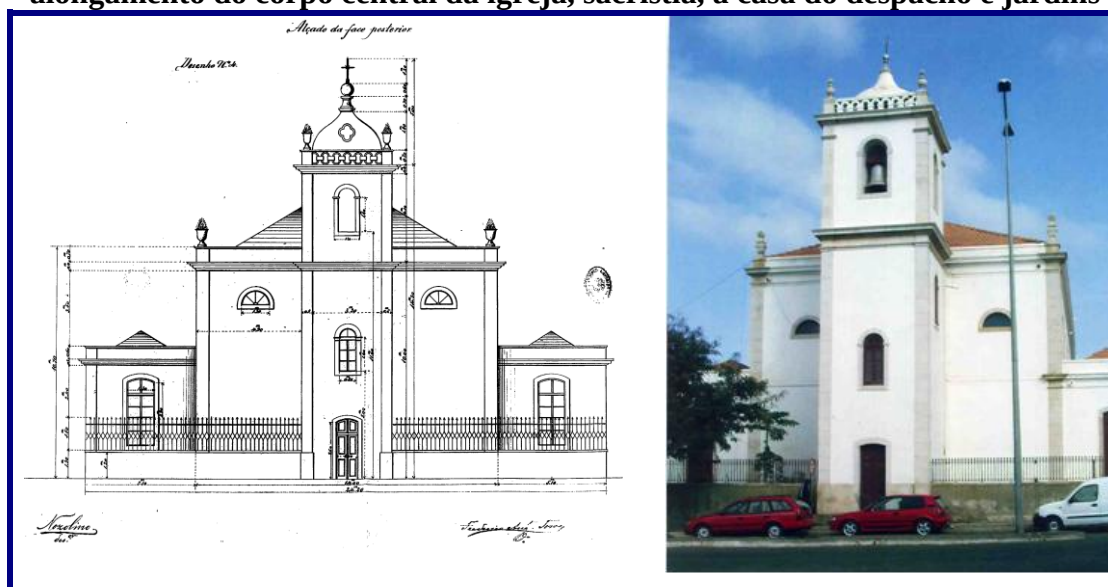
Além dos aspectos referenciados acima, parece bem evidente na planta, a intenção de se vincar bem a cobertura a quatro águas na igreja, na sacristia e na casa de despacho.

O alongamento ligeiramente proporcionado pela presença da torre sineira na frente posterior<sup>575</sup> é visível melhor nas duas imagens seguintes, onde se destacam: a cabeceira, a sacristia, a casa do despacho, jardins e torre<sup>576</sup>. A excussão desses elementos arquitectónicos é observável na imagem fotográfica, também integrada na *figura 20*, a seguir indicada.

<sup>575</sup> A memória justificativa fundamenta que a existência de uma só torre foi devido aos limites impostos pelas edificações limítrofes e à necessidade de se conservar as ruas transversais (Fontes Pereira de Melo e Dr. Júlio Abreu, já que duas torres implicariam uma maior extensão da edificação em largura).

<sup>576</sup> Direcção das obras pública de Cabo Verde [Modificação feita ao projecto e orçamento relativo à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago]. Chamamos a atenção para as peças de que se compõem o projecto, entre outras, o desenho nº 4 alçado da frente posterior - anexo ao [ofício nº 115] 1891 20 1f. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 169.

**Figura 20 -Torre sineira no desenho e na imagem fotográfica onde se realça o alongamento do corpo central da igreja, sacristia, a casa do despacho e jardins**



Fonte: Direcção das obras pública de Cabo Verde [Modificação feita ao projecto e orçamento relativo à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago]: Alertamos para as peças de que se compõem o projecto, entre outras, o desenho nº 4 - alçado da frente posterior - anexo ao [ofício nº 115] 1891 20 1f. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ªRepartição – Cabo Verde, Cxa. 169. e comunicação de Lourenço Gomes intitulada: *Memória histórica e valor patrimonial da Igreja Matriz da Praia*, apresentada às Jornadas Luso-caboverdianas de História, Ciências Sociais e Relações Internacionais organizadas pelo Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense Infante D. Henrique em Abril de 2004 no Porto.

Segundo dados recolhidos na memória descritiva da última versão da planta, foram traçadas para as paredes exteriores da igreja e para a torre, remates sob a forma de platibanda de alvenaria ordinária, assentes sobre uma cimalha de 0.40m, como se pode ver na imagem da torre acima indicada, sendo esta solução esperada também para a sacristia e casa do despacho. Fundamentou-se na memória justificativa que a previsão de uma só torre foi devido aos limites impostos pelas edificações limítrofes e à necessidade de se conservar as ruas transversais<sup>577</sup>.

A maior extensão do novo templo lê-se no sentido Leste/Oeste e os braços do transepto alinham o Norte com o Sul, com porta principal destacada no lado ocidental da igreja. Este traçado vem condizer, neste aspecto particular, com a linha das igrejas

<sup>577</sup> Direcção das obras pública de Cabo Verde [Modificação feita ao projecto e orçamento relativo à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago]. Chamamos a atenção para as peças de que se compõem o projecto, entre outras, o desenho nº 4 alçado da frente posterior - anexo ao [ofício nº 115] 1891 20 1f. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ªRepartição – Cabo Verde, Cxa. 169.

cristãs mais antigas como é o caso da Igreja Românica de St. Sernin de Toulouse – França, influenciou o delineamento de muitas igrejas católicas posteriores, tal como reporta autor de considerável idoneidade<sup>578</sup>, o que de resto podemos comprovar visualizando a imagem da igreja, esclarecido que está o Norte projectado a partir do alçado lateral esquerdo. A figura adiante identificada como *figura 21*, dá-nos uma visão geral da nova Igreja Matriz da Praia.

**Figura 21 - Vista Geral da Igreja de Nossa Senhora da Graça**



Fonte: Comunicação de Lourenço Gomes intitulada: *Memória histórica e valor patrimonial da Igreja Matriz da Praia*, apresentada às Jornadas Luso-caboverdianas de História, Ciências Sociais e Relações Internacionais organizadas pelo Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense Infante D. Henrique em Abril de 2004 no Porto.

Do ponto de vista construtivo, o edifício é uma estrutura de alvenaria de pedra e cal com cobertura de telha de cerâmica marselhesa. Esta, cobertura, repousa sobre uma estrutura de asnas de madeira, concebida para um telhado a quatro águas, entre outros planos de cobertura, a que refere Edward Lucie-Smith<sup>579</sup>, para as edificações como é o em apreço, assemelha-se neste particular, com a da Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Cidade Velha, antiga Ribeira Grande, construída no Sec. XVI.<sup>580</sup> O corpo da Igreja da Praia consiste: nave única, a fundir-se com transepto. Esta união forma um cruzeiro,

<sup>578</sup> JANSON, H W – História da Ate. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1992, p. 281.

<sup>579</sup> LUCIE-SMITH, Edward – Dicionário de termos de arte. Lisboa Círculo de leitores, 1990, p. 192.

<sup>580</sup> MATIAS, Cecília et al, Inventário do património arquitectónico da Cidade Velha (Santiago de Cabo Verde) in Revista *Africana* da Universidade Portucalense, nº6 especial 2001pp. 141-151.

no lado oriental do edifício. Na extremidade deste e ao centro emerge uma torre sineira que prolonga o edifício a nascente, e completa a cruz latina.

Na frontaria é notório um conjunto de características que normalmente são observadas nos edifícios neoclássicos, principalmente quando fixamos o nosso olhar na rigorosa compartimentação através de pilastras e na existência de faixas horizontais que se sobrepõem. Assim, no corpo inferior está a porta de entrada, coroada por uma figura alada, de um anjo protector. Sobre esta porta de múltipla almofada, semelhante a um dos exemplares revelados no dicionário visual da arquitectura<sup>581</sup> há uma curiosidade interessante evidenciada pelo saudoso padre Pimenta eminente figura da Igreja Católica cabo-verdiana e autor de alguns trabalhos sobre a história desta Igreja. Com esta personalidade mantivemos um contacto a título exploratório, do jeito como é classificado este procedimento por Bogdan e Biklen<sup>582</sup>, quando utilizado na fase preparatória da elaboração dum trabalho desta natureza. Na conversa livre especulou o reverendo padre um pouco sobre a hipotética participação de *Manuel Ramones*, um hábil canteiro e degredado, provavelmente de origem espanhola, conhecido do público por *Manuel Romão*. Este senhor terá, segundo padre pimenta, introduzido dentro duma das almofadas da dita porta pergaminhos com seu nome e de restantes trabalhadores.

Nos dois lados do portal figuram duas Janelas altas também coroados por pequenos frontões triangulares. No nível superior desta fachada observam-se mais três janelas altas com lintéis em arco. A do meio a fazer lembrar, pelas suas dimensões, a porta principal em baixo.

Este alçado é dividido em três secções verticais claramente distinguidos pela a presença de soluções arquitectónicas que também parecem motivos ornamentais, a definirem uma secção central. Esta é rematada por um frontão triangular, encimado pela grande cruz de mármore, ladeado de motivos que, a serem de inspiração clássica, lembram os acrotérios nos templos greco-romanos<sup>583</sup>, mas na obra sacra cristã em estudo aparecem sob a forma de fogaréus, uma vez que destes ornatos de remate nos

---

<sup>581</sup> Dicionário visual de arquitectura. Lisboa: editorial Verbo, 1997, pp.46-47.

<sup>582</sup> BOGDAN, R. E BIKLEN, S. Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1997, 136),

<sup>583</sup> LUCIE-SMITH, Edward. Dicionário de História da Arte. Lisboa Círculo de Leitores, 1990 p. 192.

cantos e nos vértices do frontão saem linhas onduladas que simulam fogo ou flama<sup>584</sup>, simbolizando a expulsão das forças do mal através do fogo, muito usados nos períodos barroco e rococó nas fachadas das igrejas, como é o caso da Igreja de Nossa Senhora da Graça. Os alçados laterais ostentam, no nível inferior, duas portas opostas, situadas mais próximas e à mesma distância da frontaria.

Enfim, uma descrição genérica do edifício, baseada em documentação de arquivo salienta as seguintes dimensões para os elementos desta igreja abaixo indicados; Capela-mor – 9.30m x 12.00m; Arco do Cruzeiro: Raio do arco 2.50m\_ altura dos pés direitos: 6.0m; Corpo da igreja: 17.70m x 3.00m; Capelas do baptistério: 3.90m x 3.00m; Sacristia e casa do despacho: 7.40m x 4.50m; Arrecadação e arquivo anexos: 4.50m x 3.50m; Torre 4.20m x 4.20m; e, Jardins anexos: 10.0m x 4.60m.

Destacam-se no edifício elementos exteriores que simbolizam a imaginária religiosa. É o caso do anjo que guarda a entrada do templo e o frontão que representa a imortalidade das soluções arquitectónicas de inspiração clássica, mas agora com conotação própria ligada à filosofia religiosa cristã. Outras componentes principalmente aquele que é o considerado o maior símbolo do cristianismo - a cruz e fogaréus bem evidenciados na composição aparecem distribuídos pela cimalha, nas extremidades da cobertura e nos vértices do frontão.

#### ***5.4.3. O interior do edifício na planta e depois de executado***

No interior do edifício dedicaremos a nossa atenção em primeiro lugar aos aspectos formais desse interior, em seguida tentaremos mergulhar na interpretação das representações da escultura religiosa não descorando certos aspectos de conteúdo e forma e finalmente analisaremos o simbólico nas pinturas das da capela de altar subpedante interligando esta faceta da obra pictórico com questões mais estéticas propriamente ditas.

---

<sup>584</sup> RODRIGUES, Maria João Madeira - Vocabulário técnico e crítico da arquitectura. Coimbra, Quimera Editores, 1996, p.137.

#### 5.4.3.1. Aspectos formais

Para o interior desta igreja previu-se um espaço religioso amplo, de uma só nave, com 4 altares dispostos ao longo de duas teias laterais, baptistério, coro, sacristia e casa do despacho, mas também com uma ornamentação capaz de impressionar minimamente o crente pelas soluções decorativas de inspiração bíblica mas também influenciadas por padrões estéticos clássicos, compreendendo a submissão a certas regras defendidas por artistas apologistas do classicismo como universais. Principalmente, certos elementos como pilastras que foram transpostas para as pilastras delineadas para o interior e o seu triunfal arco do cruzeiro. Toda esta ambiência decorativa dá um ar de serena dignidade e graça festiva, como em todos os edifícios que traduzem a criatividade imaginativa de estilos arquitectónicos que se assentam nas diversas formas de revivalismo clássico. Estas, tal como salientou Janson, nos encantam até hoje<sup>585</sup> e, por isso, não deixariam de fascinar os artistas de finais do século XIX como é o caso.

À entrada, já no interior, evidencia-se dois espaços com as respectivas portas de que ladeiam a entrada principal da igreja: uma, à direita para quem penetra no edifício, dá acesso ao coro colocado superiormente é evidenciado na *figura 22*.

**Figura 22 - corte transversal do coro e respectiva imagem depois da sua edificação**



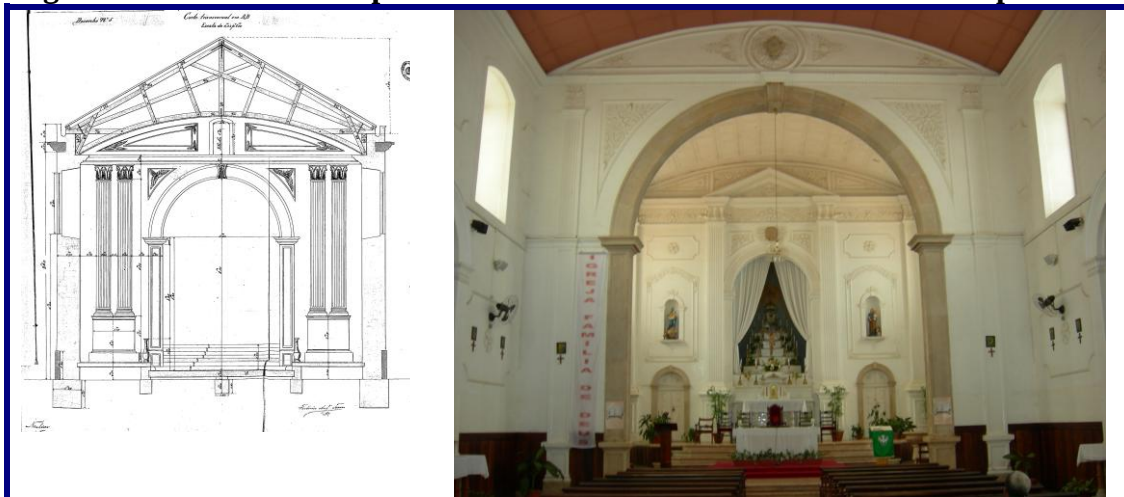
Fonte: Direcção das obras pública de Cabo Verde [Modificação feita ao projecto e orçamento relativo à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago]: Alertamos para as peças de que se compõem o projecto, entre outras, o desenho nº 7 - corte transversal junto ao coro - anexo ao [ofício nº 115] 1891 20 1f. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 169 e comunicação de Lourenço Gomes intitulada: *Memória histórica e valor patrimonial da Igreja Matriz da Praia*, apresentada às Jornadas Luso-cabo-verdianas de História, Ciências Sociais e Relações Internacionais organizadas pelo Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense Infante D. Henrique em Abril de 2004 no Porto.

<sup>585</sup> JANSON, H W – História da Ate. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1992 p. 475

A outra porta, à esquerda, para quem entra, serve para o ingresso ao espaço que serve de cartório. Nesta mesma zona foi prevista e construída uma caixa de escadas, perceptível na planta das fundações, cuja entrada se faz pela porta do lado direito como referimos acima. É a presença deste coro que reflecte a ideia de uma construção de dois níveis, para justificar a sua projecção transversal quando, na realidade, se trata de uma igreja do tipo salão, em que toda a nave única se eleva até à altura do edifício.

Ao visualizarmos todo o interior da composição, constatamos que a mesma dispõe de capela-mor, separada do corpo da igreja pelo respectivo arco do cruzeiro, cuja corte vertical é visível na *figura 23* adiante indicada. A evidenciação da imagem que veio ser a sua excussão colocada ao lado dessa parte da composição projectada, permite fazer comparações interessantes.

**Figura 23 - Corte vertical próximo do arco do cruzeiro e a sua excussão posterior**



Fonte: Direcção das obras pública de Cabo Verde [Modificação feita ao projecto e orçamento relativo à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago]: Alertamos para as peças de que se compõem o projecto, entre outras, o desenho nº 5 - Corte transversal próximo do cruzeiro- anexo ao [ofício nº 115] 1891 20 1f. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 169 e comunicação de Lourenço Gomes intitulada: *Memória histórica e valor patrimonial da Igreja Matriz da Praia*, apresentada às Jornadas Luso-caboverdianas de História, Ciências Sociais e Relações Internacionais organizadas pelo Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense Infante D. Henrique em Abril de 2004 no Porto.

As duas colunas duplas previstas na planta aparecem no edifício depois de executado apenas como elementos ornamentais e não com qualquer efeito de suporte. A mesma imagem reflecte a concretização da obra projectada. Mostra um espaço que se prolonga por um amplo salão de audiências com o seu mobiliário, colocado na tradicional disposição das igrejas cristãs. Ao fundo e no centro um sacrário evidencia,



num grande nicho, a presença de Jesus no trono, irradiando um resplendor, cuja imagem será mais adiante apresentada em pormenor e de modo muito bem visível. Este nicho tem na sua parte superior um rosto esculpido que pode bem ser dum bispo e que eventualmente, terá sido transportado da Sé da Cidade Velha, em ruínas desde há muito, para a nova Igreja Matriz da Praia. Aparece logo a seguir a esta imagem, a representação de um pombo símbolo do Espírito Santo, dentro de frontão fechado acentuando o simbolismo evidenciado no alçado principal em é suposto estar representado no *triângulo*, e em cada vértice do mesmo um dos três elementos da santíssima trindade.

O *amplo espaço* perceptível na figura acima é separado do transepto pelo grande arco do cruzeiro de volta perfeita que completa um semicírculo, erguido em intradorsos perfeitos, concebido por pedras talhadas em cunha até serem contraídas por uma pedra a funcionar como uma *chave*<sup>586</sup>. Ao fundo, o cruzeiro apresenta quatro portas, enquadradas por elementos ornamentais que se erguem revivendo pilastras e colunas clássicas. No seu todo este interior ostenta um trabalho requintado de estuque, do qual se depreende que o estucador ou modelador, mais do que a sua livre criação, parece ter querido fazer com que a sua arte posta ao serviço desta igreja, conferisse a este edifício sagrado uma intimidade misteriosa que transparece nesse interior. Exceptuando o tecto, toda a parte interna da igreja tem a cor branca para a realçar a pureza do espaço sacro.

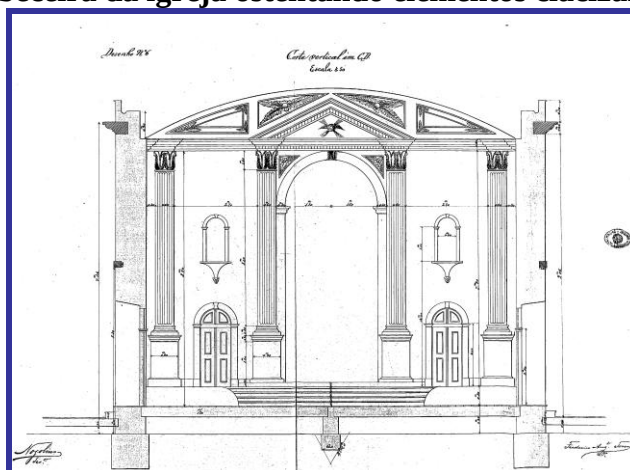
Prosseguindo a comparação entre o desenho e o interior da obra edificada e depois que vimos os *revivalismos* clássicos, expressos no trabalho de estuque elaborado para ostentar uma cabeceira na sua parte interna tão bela que parece no seu todo repetir a elegante fachada. Constatamos a presença neoclássica no desenho previsto nas pilastras projectadas para a cabeceira da igreja. Vemos que em cada um destes elementos é incorporado todo o esquema de coluna clássica com base, fuste canelado e capitel ornamentado. O cenário clássico é completado com arcos redondos e abatidos à maneira dos antigos, bem como, ante a presença uma vez mais evidenciada do frontão triangular que nasce a partir das duas pilastras formando um eixo central na cabeceira e enquadrando graciosamente o trono, como podemos observar no desenho a seguir indicado como *figura 24*.

---

<sup>586</sup> A chave é o elemento central que vai fazer o encaixe das diferentes pedras talhadas em cunha sobreposta até ter contornos dum arco.



**Figura 24 - Corte transversal correspondente ao desenho da parte interna da cabeceira da igreja ostentando elementos clacizantes**



Fonte: Direcção das obras pública de Cabo Verde [Modificação feita ao projecto e orçamento relativo à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago]: Chamamos a atenção para as peças de que se compõem o projecto, entre as o Desenho n.º 6 – Corte vertical próximo do Altar-mor e do Trono- anexo [ofício n.º 115] 1891 20 12f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 169.

Todos os elementos previstos no desenho foram concretizados como tivemos a oportunidade de verificar na figura que antecedeu este desenho.

#### 5.4.3.2. Representações da escultura religiosa

A imaginária religiosa possui uma história de louvor de veneração e devoção em que o crente sente um alento indescritível no coração, um ânimo acalentador que o revigora espiritualmente e conforta a alma.

Segundo o P. José do Vale Carvalheira o culto de imagens religiosas, particularmente da Nossa Senhora é anterior ao Concílio de Efeso (ano 431) e a iconógrafa mariana começo no oriente apresentando-se nossa Senhora na arte bizantina sob três formas. Virgem de Majestade (com o menino nos braços, abençoado); Virgem de ternura (apertando o menino ao peito); e, virgem protectora ou Intercessora (com o manto ou Pallium - tira de pano branco, largo e longo com franjas nas extremidades<sup>587</sup>. Prossegue o autor realçando que o Ocidente também apresenta Nossa Senhora de três

<sup>587</sup> CARVALHEIRA, José do Vale P. Nossa Senhora na história e devoção do povo português. S. Mamede de Infesta: Edições Salesianas, 1998 (Ano Mariano), p. 111.

formas: Virgens em Majestade (nos séculos XI e XII); Virgens coroadas (estilo gótico); e, Virgens de ternura<sup>588</sup>

Quanto ao material empregue na representação não só da Nossa Senhora como também de todos os temas da estatuária religiosa vão desde a dura pedra, considerado o material nobre da escultura até ao frágil barro passando por mármore, marfim, madeira entre outros bem como as duas espécies de balaústres o calcário, o gipsoso e ultimamente a polyrama.

Dirigindo-se a nossa atenção ao vestuário se nos afigura realçar que desde a mais remota antiguidade o vestuário de Nossa Senhora caracteriza-se pelo *véu*, que tem carácter sagrado e o modo de uso comum nas imagens de Maria que é aplicado umas vezes por cima do véu caindo até aos pés. Muitas vezes o *manto* é segurado por uma das mãos ou colocado sobre o antebraço, o que dá à imagem uma atitude atraente e elegante. O *Cinto* também é frequente. O *calçado*, quando usado, aparece na maior parte das imagens como sinal de recato. Porém sublinha o autor, muitas Nossa Senhora aparecem descalças quase sempre pelo mesmo motivo, com os pés em parte ou completamente escondidos sob o manto ou vestido. Acrescentamos que a *auréola* bem como a *coroa* eram objectos de adorno, mas em certas épocas faziam parte da imagem.

Partindo-nos do geral ao particular e chegando-nos na estatuária religiosa portuguesa somos a sublinhar com base nas reflexões do P. Carvalheira que Portugal assumiu Nossa Senhora desde os primeiros tempos da sua nacionalidade e ficou na mente dos crentes que ela nunca o abandonou, esteve sempre presente aparecendo muitas vezes como rezam as lendas e a história nas suas imagens milagrosas que se espalharam por todo o reino e terras do ultramar recebendo vários nomes.

É neste contexto de afirmação da mentalidade cristão portuguesa que se espalhou pelo mundo que chegamos a Cabo Verde e à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça da Praia e ao observarmos a parte superior das portas colocadas na parte interna da cabeceira desta igreja evidenciadas no desenho acima apresentado vemos que evidenciam dois pequenos nichos previstos para receberem peças a imaginária religiosa.

---

<sup>588</sup> O tem da Nossa Senhora foi tratado magistralmente por pintores de grande nomeada como Van Eyke (Séculos XIV e XV), Boticelli (Séculos XV e XVI) e muitos outros artistas cujos trabalhos estão espalhadas em várias obras de história e crítica da arte.

Do lado esquerdo veio a ser colocada a imagem de Nossa Senhora da Graça, padroeira da igreja e do lado direito, a representação de S. José, perceptíveis, enquanto detalhes, nas imagens a seguir apresentadas como *figura 25*.

**Figura 25 - Imagens de Nossa Senhora da Graça (Alt.1.20m) à esquerda do trono e de S. José (Alt.1,20m) à direita**



**Fonte:** Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.

Fazendo uma incursão à história e origem da Nossa Senhora da Graça no mundo português onde se insere Cabo Verde verificamos que entre os portugueses a invocação de Nossa Senhora da Graça, título que se junta ao de Anjo da Anunciação está ligada a um facto a que reporta o P. Carvalheira, segundo a qual no ano de 1362 um grupo de pescadores tinham sido bem sucedidos na sua faina numa das praias portuguesas. Querendo agradecer a Nossa Senhora este favor que, na sua fé e devoção Lhe atribuíam, foram lançar as redes na véspera da Assunção prometendo oferecer-lhe todo o peixe que naquele dia apanhassem. Quando recolheram as redes verificaram que a pesca tinha sido abundantíssima, mas o seu júbilo atingiu o auge quando verificaram que no meio do peixe, vinha nas redes uma linda imagem de Nossa Senhora com o menino nos braços. Prostrados diante dela, rezaram e homenagearam a bela imagem<sup>589</sup>. Sublinha o autor, tomaram como graça do céu tão inesperado presente e àquela senhora começaram logo a chamar-lhe da GRAÇA.

---

<sup>589</sup> CARVALHEIRA, José do Vale P. Nossa Senhora na história e devoção do povo português. S. Mamede de Infesta: Edições Salesianas, 1998 (Ano Mariano) – p. 178.

Prossegue o P. Carvalheira, hesitando sobre o destino a dar à preciosa imagem resolveram à voz de uma criança, conduzi-la ao mosteiro de Sto. Agostinho, em Lisboa. Ficaram os frades com isso muito satisfeitos e colocaram a imagem no altar-mor da sua igreja que a partir daí para sempre ficou a ser chamada Igreja da Graça.

Em Cabo verde a devoção de Nossa Senhora da Graça parece estar ligada como já referenciamos na introdução deste trabalho à tradição de fé e acção de graça que envolvia os empreendimentos e personalidades portuguesas desde o tempo da reconquista e formação de Portugal. E por isso indicado com estando associado à passagem de Vasco da Gama em escala no Porto da Praia a caminho da Índia, em 1497<sup>590</sup> que em gesto de acção de graça feita em honra de Nossa Senhora talvez na esperança de resultados felizes na viagem que ia empreender ou em cumprimento de promessa feita, ou ainda pelo sucesso de escalado bom porto, fundara a Igreja de Nossa Senhora da Graça junto no sopé do povoado da Praia em cujo porto terá tido a felicidade de fazer escala.

Numa breve incursão aos aspectos ligados ao culto relacionado com imaginária católica salientamos que do ponto de vista religioso e simbólico a imagem de Nossa Senhora da Graça colocado no seu nicho na Igreja matriz da Praia parece uma virgem de ternura apertando o menino nos braços, vestida de seu manto azul que é comum nas imagens de Maria caindo até aos pés, sob os quais aparecem cabeças humanas aparentando semblantes de veneração. Trás à cabeça uma peça de adorno, sob a forma de uma postiça de metal muito comum nas imagens de nossa Senhora desde o século XVI e períodos seguintes.

A devoção de S. José, uma das relíquias da Igreja em estudo segundo o P. José Leite desenvolve-se no povo cristão segundo leis maravilhosas, nas quais não é possível deixar de reconhecer a providência de Deus que rege a igreja<sup>591</sup>. Este santo é assumido pela igreja como o verdadeiro depositário da autoridade eterna do Pai revestido de poder paterno dentro da sagrada família. Por isso, S. José é proclamado como um dos santos mais populares da Igreja católica e prova esta constatação a sua presença na igreja de Nossa Senhora da Graça. Na imagem destacada acima é anunciado na sua pose de

---

<sup>590</sup> CORREIA E SILVA, António – Espaços Urbanos de Cabo Verde, o tempo das Cidades Porto Lisboa: CNCDP, 1998, p. 48

<sup>591</sup> LEITE, José S. J. - Santos de cada dia Vol. I. Braga: Editorial A. O., 2003, p. 261.

protector da Igreja Católica Romana e pela fidelidade à sua esposa Maria, expressa na sua proclamação ao seu lado da santa. Contudo está muito ligado a Cristo que está no seu colo e quem desperta mais veneração do que o próprio pai.

Mais peças da imaginária religiosa integram a gramática decorativa do interior da igreja como a Nossa Senhora de Fátima, cujo pormenor é exibido na imagem seguinte indicada como *figura 26*.

**Figura 26 - Pormenor revelador das feições de Nossa Senhora de Fátima -  
Alt.1.20m**



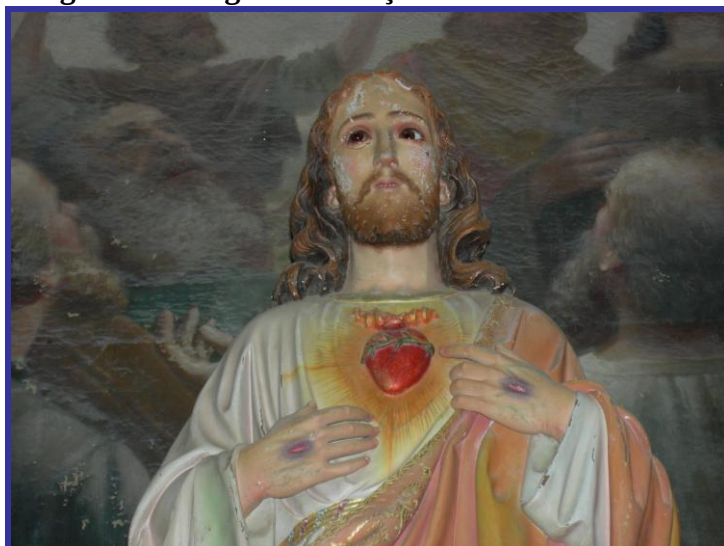
**Fonte:** Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.

Esta nossa senhora de Fátima do ponto de vista do conteúdo é uma peça de arte que aborda o tema bíblico da Santa Maria como uma Virgem Protectora ou intercessora com o seu manto branco longo e largo e com granjas nas extremidades. Do ponto de vista simbólico é que afasta um pouco dos cânones normais, ostentando um semblante muito vulgar voltado para o mundo sensível revelando um rosto muito ligado ao mundo terreno habitualmente. Em suma é desprovida de realismo cristão e por isso não possui qualidade artística que lhe possa conferir grande valor. Uma imagem santa normalmente não exhibe meios sorrisos com parece ser o caso.

A imagem seguinte indicada como *figura 27*, resulta da devoção ao sagrado coração de Jesus. De acordo com a literatura de inspiração bíblica o culto do sagrado Coração esteve presente já no início da igreja, desde a cruz, onde o divino Coração foi

aberto para os fiéis como um asilo inviolável, sacrário das divinas riquezas, que derrama sobre os homens as torrentes da misericórdia e da graça. Por isso é tido na tradição cristã como testemunho do amor de Cristo mesmo para aqueles que lhe deram ingratidão, pelas suas irreverências, sacrilégios, desprezo e titubiesas com que lhe tratam no seu sacramento de amor.

**Figura 27 - Sagrado Coração de Jesus - Alt.1.20m**



**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.**

A expressão do rosto embora pareça indicar uma dor interior perde a naturalidade das imagens de Cristo amargurado pelo sacrifício de ter estado pregado na cruz. A nosso ver o rosto firme e levantado não condiz com o ar sofrido de alguém que necessita de baixar o rosto em sinal de sofrimento e compaixão.

Bem que podiam estas imagens serem analisadas mais à frente dado que fazem parte do cenário patente nos painéis pintados, a que adiante debruçaremos. No caso da conjugação de Nossa Senhora de Fátima com a Nossa Senhora da Graça, representada na pintura em ascensão pode ser lida como um anacronismo litúrgico pelas razões acima expostas, acrescidas ao facto da imagem de Nossa Senhora de Fátima ter sido proclamado nesta igreja na sequência das profecias de Fátima em 1917. Terá sido aí colocado no momento da restauração da Igreja Matriz da Praia em 1952, década em que o fanatismo religioso, ainda que controlado, tinha levado à definição constitucional da

religião católica como religião da Nação portuguesa,<sup>592</sup> numa altura de maior difusão dos princípios católicos através de uma decoração das respectivas igrejas.

Não questionando o valor religioso dos elementos da estatuária sacra acima estudados já que exprimem fazem parte religiosa das igrejas cristãs católico-apostólico-romanas em geral e são portadoras de um conteúdo que tem suporte bíblico. No entanto revelam uma qualidade artística duvidosa, revelando as feições demasiadamente modernas e despidas de sentido intemporal. A falta dos atributos referidos lhes retira o estatuto de obras de elevado valor artístico.

Estes modelos de obras de arte sacra ligam-se seguramente, ao rol de criações da escultura sacra da época contemporânea, que surgiram no seio do movimento artístico sacro contemporâneo que se desenvolveu na França e Espanha no século XX.<sup>593</sup> Estamos conscientes que este movimento terá atingido Portugal e, consequentemente, abrangem as estatuetas religiosas que chegam às províncias ultramarinas, como é o caso de Cabo Verde e sua moderna Sé Catedral. Exemplos saídos desse movimento foram exibidos na primeira exposição de arte sacra moderna, realizada no ano de 1945 em Lisboa<sup>594</sup>.

De acordo com, Maria José Mendonça, na 1ª Exposição de arte sacra moderna organizada pela União Noelista Portuguesa no Palácio das Galveias em Lisboa de 15 a 30 de Maio de 1945, não houve aspecto da arte sacra, tanto nos outros domínios, como no das artes decorativas, que não tivesse despertado o interesse dos artistas. Este facto, por si só, mostra o dinamismo desse movimento e tais obras, em essência, trazem a matriz, das que se disseminaram pelo mundo, expresso nos padrões de devoção que representam e nos cânones artísticos seguidos pelos vários criadores.

---

<sup>592</sup> Marques – António H. de Oliveira – História de Portugal vol III: Lisboa: Editorial Presença, 1998, p. 468.

<sup>593</sup> MENDONÇA, Maria José – Catálogo da 1ª Exposição de Arte Sacra Moderna. Lisboa: União Noelista Portuguesa, 1954, pp. 5-7.

<sup>594</sup> Na 1ª Exposição de arte sacra moderna organizada pela União Noelista Portuguesa no Palácio das Galveias em Lisboa de 15 a 30 de Maio de 1945, não houve aspecto da arte sacra, tanto nos outros domínios, como no das artes decorativas, que não tivesse despertado o interesse dos artistas.

Parece que, o escultor de arte sacra portuguesa, Leopoldo Almeida dessa época<sup>595</sup>, que, por sinal, é autor de uma Nossa Senhora de Fátima, cujas dimensões atingem os 148 cm, exibida em Lisboa, na exposição acima referida, está ligado a esse movimento. Provavelmente, a autoria das obras que até hoje se encontram na Igreja Matriz da Praia, saiu desse movimento ou por ele influenciado. Apesar desta possibilidade, não de descurar também a hipótese de tais produções poderem estar ligadas à escola dos Santos de Braga, especializada na produção em série, o que poderá, em certa medida, explicar a qualidade duvidosa das obras do ponto de vista artístico, sendo possível que essas imagens tenham substituído outras em 1952, quando a igreja recebeu obras de remodelação.

Em remate as ideias acima expostas acerca das origens da devoção das imagens marianas, ou seja de Nossa Senhora, com base numa obra editada pelo Instituto Português do Património Cultural (IPPC), onde se integram as de Nossa Senhora da Graça, padroeira da Igreja Matriz em estudo, de Nossa Senhora de Fátima, também devota dos leigos dessa igreja ou de Nossa Senhora de Nazaré que constitui o essencial da obra editada pelo IPPC, constatamos a explicação que enfatiza as origens da devoção das mais antigas e culturais imagens marianas de Portugal. Reforça a bibliografia consultada a tese de que esse conhecimento é difundido através de lendas que se perdem nas brumas de tempos imemoriais, que correspondem aos esquemas estruturais mítico-imaginárias e com o espírito do cristianismo<sup>596</sup>. Assim, de acordo com a literatura consultada, o culto de Maria nascia a par da formação de Portugal e aumentava com o avanço da cristianização e fortalecia no crescente fervor dos portugueses nas sucessivas conquistas, inclusive, aquelas que resultaram do fenómeno expansionista para fora do continente europeu, promovendo assim difusão do culto mariano pelas diferentes zonas de influência dos estados europeus como foi o caso de Cabo Verde<sup>597</sup>.

---

<sup>595</sup> MENDONÇA, Maria José – Catálogo da 1ª Exposição de Arte Sacra Moderna. Lisboa: União Noelista Portuguesa, 1954, p. 13.

<sup>596</sup> IPPC – Nossa Senhora de Nazaré na iconografia mariana. Nazaré: Exposição comemorativa do VIII centenário de devoção de Nossa Senhora de Nazaré, 1982, p.13.

<sup>597</sup> A iconografia Mariana em Portugal e nas regiões de influência lusa, prestou grandes serviços a outras ciências conexas, destacando-se a História da Arte e a História em geral, dado que as promessas, “os milagres”, e os ex-votos, das mais variadas espécies são, tal como há centúrias, resultam em oferendas de multidões, quer gente pobre, quer gente abastada, que poderão subsidiar estudos sobre a evolução histórica de determinados grupos humanos e respectivos habitats.



#### 5.4.3.3. O simbólico nas pinturas das da capela de altar subpedante

No que toca aos painéis pintado referentes *A virgem e o menino* e a *Ascensão de Nossa Senhora que ostentam qualidade artística inegável ao contrário das imagens esculpidas* parece ser justo associá-las a obras de artistas que, depois do século XVIII, puderam ter tido alguma chama na sua arte.<sup>598</sup> De acordo com a bibliografia consultada, ao se inspirar o criador dessas obras nos mestres dos séculos XVI e XVII como parece ser o caso e não ter repudiado os esquemas e elementos iconográficos que se observam em trabalhos seiscentistas prolongando a mensagem doutrinária da contra-reforma em temas como juízo final, evidenciaram notabilidade<sup>599</sup>. Entre os pintores portugueses ousados, do século XIX, que conseguiram ter notabilidade, por esta via, salienta, figura Domingos António Cerqueira (primeira metade do século XIX), referenciado por Flávio Gonçalves. Todavia, parece que as pinturas religiosas da Igreja da Praia não foram da autoria de pintores portugueses pelo facto de trazerem a assinatura de um pintor italiano chamado MALDARELI revelando igualmente a datação de 1902, momento correspondente ao término da igreja e indicado como tendo sido feito em Milão, cuja escola artística na Europa na época é das mais fantásticas. Na verdade a qualidade das referidas pinturas ultrapassam a pintura portuguesa decadente de períodos posteriores em que já não há nenhuma relação os canones artísticos do passado. É que estando o autor das obras ligado a escolas de pintura italiana, mais possibilidade terá tido se inspirar nos grandes mestres de séculos passados ligados à pintura transalpina e europeia ocidental, para, na *Ascensão de Nossa Senhora* expressa um bom enquadramento espacial dos elementos figurativos. Esta pintura revela conhecimento por parte do artista das obras setecentistas, sugerindo um trabalho cuidadoso e um bom tratamento de materiais cromáticos, como podemos constatar na figura que corresponde ao retábulo da capela de altar subpedante-Norte à esquerda, evidenciado na *figura 28*.

---

<sup>598</sup> A pintura religiosa contemporânea portuguesa é reportada por Flávio Gonçalves, como sendo decadente, pelo facto dos artistas não obedecerem a parâmetros dos idos séculos XVI e XVII.

<sup>599</sup> GONÇALVES, Flávio – Breve Ensaio sobre a Pintura Religiosa em Portugal. Lisboa, S/d, 1973, pp.25-27.

**Figura 28 - Paineis pintados (alt. 3m e base: 1. 80m) com a Ascensão de Nossa Senhora enquadrando a imagem do Sagrado Coração de Jesus (alt. 1. 20cm)**



Fonte: Lourenço Gomes e Betinho, (Foto Pingo D'Oro, Abril de 2004, recolha no âmbito duma comunicação preparada para ser apresentada às Jornadas Luso-caboverdianas de História, Ciências Sociais e Relações Internacionais organizadas pelo Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense *Infante D. Henrique* em Abril de 2004 no Porto.

Trata-se de uma composição académica feita provavelmente a partir de um esboço previamente traçado e que ia desaparecendo à medida que a pintura fosse acabando.

No nosso ponto de vista é indiscutível o valor artístico desta obra que deixa transparecer pormenores de desenho expressos nas diversas expressões faciais dos doze apóstolos face à aparição de Jesus. Nota-se que houve um cuidado no acabamento da obra e um apurado sentido cromático, sobretudo no ton azul vivo, duma das vestes de Cristo, tendo ao fundo um amarelo luminoso parecendo anunciar a boa nova.

No Retábulo da *virgem e o menino* que serve de enquadramento para a imagem escultórica de Nossa Senhora de Fátima, à direita e que serve de fundo da capela de

altar subpedante<sup>600</sup> a Sul, constatamos igualmente um bom tratamento plástico, revelador de qualidade inquestionável desta pintura, onde se nota um tratamento delicado das feições do menino e da virgem com aquele semblante piedoso e uma vez mais, a presença decoreas vivas.

Estamos perante uma composição clássica na perspectiva de que se traçarmos uma linha a partir dos olhos da Nossa Senhora e que toque os dedos do menino Jesus temos um triângulo. Isto de certa forma condiz com o desenho arquitectural em que a imagem do triângulo é muito acentuada no edifício através dos vários frontões representados, a expressarem nos três vértices, como já nos referimos, os três elementos da Santíssima Trindade. A cabeça da Virgem está no centro, há uma horizontalidade perceptível em linhas imaginárias obliquas que passam pelos olhos da mãe e a respectiva mão direita a posição do filho e a direcção tomada pela plasticidade das suas vestes, revelando-se como uma Virgem protectora com o manto de côr verde, longo e largo aplicado por cima do véu amarelo.

A forte geometrização observada nesta pintura espelha uma filosofia de base neo-platónica, em que o artista procura a perfeição da sua obra em linhas regulares, em assumidas como elementos clacizantes e seguindo o dogma, segundo o qual, *Deus geometrizou o mundo ao criar tudo o que existe*<sup>601</sup>.

Apesar da aparente decadência da pintura portuguesa no século XIX as características evidenciadas nestas pinturas têm paralelo em obras de alguns pintores do século XIX em Portugal como Joaquim Rafael, (1783-1864), ou o Barão Castelo de Paiva que em 1884 tendo dado este último um impulso no Porto no sentido de aparecer obras de qualidade apesar da pouca repercussão que teve na comunidade de artistas do seu tempo<sup>602</sup>. A temática do retábulo pintado, adiante indicado como *figura 29*, obedece de modo muito convincente os esquemas e elementos iconográficos associados a

---

<sup>600</sup> Assim se alude a esta parte da igreja na planta das fundações, quer se situando a Sul, quer se localizando a Norte, apresentada como figura 2 deste capítulo.

<sup>601</sup> LOPES, Pedro Gregório - Uma leitura Simbólica não Forçosamente Arquitectónica. In: PEREIRA, Pe Pimenta. Paroquia de Nossa Senhora da Graça (1983-1993). Praia. Edição Grupo Paroquial João Paulo II pp. 29-33.

<sup>602</sup> GONÇALVES, Flávio – Breve Ensaio sobre a Pintura Religiosa em Portugal. Lisboa, S/d, 1973, p. -27.

trabalhos datados em séculos precedentes, o que prova inspiração em mestres dessas épocas mais recuadas.

**Figura 29 - Paineis pintados (alt. 3m e base: 1. 80m) representando a Ascensão da Santa Padroeira enquadrando a imagem de Nossa Senhora de Fátima (alt 1. 20m)**



Fonte: Lourenço Gomes e Betinho, (Foto Pingo D'Oro, Abril de 2004, recolha no âmbito duma comunicação preparada para ser apresentada às Jornadas Luso-caboverdianas de História, Ciências Sociais e Relações Internacionais organizadas pelo Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense *Infante D. Henrique* em Abril de 2004 no Porto.

Na pintura que o enquadra Nossa Senhora com as mãos carregadas das graças que derrama sobre aqueles que as suplicam. Pode ser lido nestes gestos um discurso da renovação ou o renascimento dos homens, representados pelos 11 apóstolos, quando deveriam ser 12<sup>603</sup>. num plano inferior a revelarem uma expressão facial de quem estava à espera desse dia. Todo o cenário da pintura enfatiza elementos da natureza à maneira romântica, também presentes na pintura do fundo do nicho da Virgem.

Esta imagem também expressa o seu classicismo no idealismo platónico espelhado na oposição entre um mudo sensível, o da Nossa Senhora e um mundo sensível inteligível o dos apóstolos. Na obra o artista aplica a técnica do *sfumatto* e assim revela um bom tratamento do claro-escuro, representando as nuvens com muita perícia e revelando nuances cromáticas muito bem trabalhadas.

---

<sup>603</sup> Terá querido o pintor algum protagonismo na própria cena pintada por ele, chamando a atenção para si próprio e fazendo passar pelo 12º apóstolo?

Da análise das duas pinturas conseguimos, sem equívocos notar em ambas as características que espelham a chama de pintores que se notabilizaram em Portugal na primeira metade do século XIX e que de forma indirecta contribuíram para que esse esplendor chegasse até a província de Cabo Verde através da igreja Matriz da Praia.

#### 5.4.3.4. Aspectos alegóricos de certos elementos da composição

Aprofundando um pouco mais a análise de aspectos menos objectivos ligados à iconografia da igreja em estudo seguimos a base metodológica aplicada normalmente no âmbito da leitura e crítica da arte, na linha dos critérios sugeridos nomeadamente por UPJOHN e outros<sup>604</sup> e levando também em conta os juízos críticos mais especificados nos métodos fenomenológico, psicológico, sociológico e estrutural, indicados por Jean-Luc Chalumeau<sup>605</sup>.

Podemos deixar expresso que, do ponto de vista simbólico, a construção da igreja em forma duma cruz vista do Céu, parece um homem deitado ou projectado de braços abertos na terra. Isto tem muito significado. Não se trata, como escreve o Arquitecto Pedro Gregório Lopes, de uma forma gratuita, ou de acaso: é antes um símbolo<sup>606</sup> Neste sentido encarna a essência das Igrejas Cristãs de todos os tempos, representando o suplício e a morte de Cristo.

Na óptica formal nota-se uma beleza e a uma estética nesta igreja carrega de ecletismos exprimindo um romantismo arquitectónico, onde se mistura a simplicidade e sobriedade próprias de edifícios que se proliferam por toda a parte a partir do Século XVIII e características representam o ambiente da classe burguesa que habitava a Cidade no Século XIX. A nova espiritualidade presente nesta solução arquitectónica das igrejas cristãs é própria da concepção do belo que emerge do ideário iluminista, mas que se traduz numa nova visão do mundo, *que não se exprime exclusivamente na escrita ou em formulações ideológicas e literárias, mas também visível nas artes da época*<sup>607</sup>.

---

<sup>604</sup> UPJOHN e outros – História Mundial da Arte. Venda Nova, Bertand Editora, 1992: p.10-29.

<sup>605</sup> CHALUMEAU, Jean-Luc As teorias da arte: crítica e história da arte de Platão aos nossos dias. Lisboa, Instituto Piaget, 1997, pp. 15-24.

<sup>606</sup> O carácter expressivo em arquitectura é a evidenciação do destino ou função, dum edifício, através do seu aspecto. Veremos pois como se exprime a espiritualidade nesta igreja e como a sua estética, harmonia das formas, sobriedade e outros aspectos formais concorrem para transmitir o misticismo que deve conter.

<sup>607</sup> ULRICH IM HOF – A Europa no Século das Luzes. Lisboa: Editorial Presença, 1995, p. 17.

Assim, apresenta esta Igreja, uma discreta decoração à semelhança de catedrais católicas neoclássicas europeias como a de Baltimore, Maryland, começada em 1805<sup>608</sup> e a da Igreja dos Mártires, de Lisboa a que já nos referimos, mas que deixa transparecer na decoração pouco expressiva alguma exuberância nos ornatos dos capiteis da pilastras e a profusa geometrização e apresentação de uma imaginária de inspiração bíblica em que alguns elementos não fogem totalmente à tradição barroca e rococó.

Contudo, a leveza da fachada principal contrasta-se com as ornamentações que normalmente alastram-se em aparente agitação decorativa evidenciadas em regra, nos edifícios tipicamente rococos<sup>609</sup> notórias por exemplo, no Portal da Igreja do Senhor das Barrocas de Aveiro. Os dois alçados laterais são simétricos e apresentam equilíbrio axial dado pela mesma quantidade de Janelas dum lado e de outro. A capela-mor, bem como as portas, os dois nichos<sup>610</sup>, distam de modo equidistante, do Altar-mor e da imagem de Cristo na Cruz situados num ponto central.

Evidenciamos aqui também o simbolismo da imagem escultórica corresponde à forma alada de um anjo protector, colocado na parte superior da porta da face frontal, que constitui, a nosso ver, um revivalismo barroco, abaixo apresentado como *figura 30*.

**Figura 30 - Imagem alada do anjo protector, colocado na parte superior da porta da face frontal da igreja**



**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.**

Do ponto de vista simbólico, a figura alada de um anjo protector colocado na parte superior da porta principal na face frontal tem significado de um Guardião

<sup>608</sup> JANSON – História da Arte. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1992, p. 579

<sup>609</sup> ALMEIDA de, José A. Ferreira (Coord.) – Tesouros Artísticos de Portugal. Lisboa: Selecções Reader's Digest, 1976: p. 632

<sup>610</sup> Restes trabalhos de perícia técnica terão sido também da autoria do hábil canteiro. Nos mesmos destacam-se elementos ornamentais tipicamente clássicos.

carregado de significado espiritual e por isso mesmo colocado exactamente à entrada. Simbolizam, de acordo com Pedro Gregório, a função deste espaço. *E o próprio anjo a dizer que aí não se deve penetrar como quem entra num cinema ou numa sala de reunião*<sup>611</sup>: é sagrado, por isso está guardado. Realçar no entanto a criação do anjo sob a forma de um *putti* como é o caso constitui um adorno da contra-reforma e por isso é uma criação do barroco, onde se populariza através do qual se vai buscar na criança a imagem angelical para educação dos fieis.

Ainda do ponto de vista simbólico a igreja ao ser tida como lugar de transformação, esta representação pode estar associada ao percurso da renovação do espírito que não é linear, mas sim feito por progressões, se afigurando cada acto de fé como uma etapa vencida até a salvação. Nota-se que, quanto mais se aproxima do Altar-mor, os planos são mais altos. Esta é uma espécie de reminiscência do aspectos expressivos associados aos templos pré-clássicos egípcios como os Templos de Hatshepsut de Amon-Mut-Khonsu – Luxor datado de 1390 a. C.<sup>612</sup>. Prosseguem neste sentido até acabar o conjunto que forma o Trono com o elemento resplendor que não deixa de evidenciar uma vez mais o ambiente clacizante na sua base, conforme a imagem seguinte indicada como *figura 31*. No centro do resplendor visualizamos a inscrição *JHS*, que significa *Iesus Salvatori Hominomi*, realçada pela presença dissimulada da cruz, a expressar o calvário que como caminho da salvação.

**Figura 31 - Throno**



**Fonte:** Lourenço Gomes e Betinho - Foto Pingo D'Oro - Abril de 2004, recolha no âmbito duma comunicação preparada para ser apresentada às Jornadas Luso-caboverdianas de História, Ciências Sociais e Relações Internacionais organizadas pelo Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense *Infante D. Henrique* em Abril de 2004 no Porto.

<sup>611</sup> LOPES, Pedro Gregório - Uma leitura Simbólica ...p. 30.

<sup>612</sup> JANSON – História da Arte. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 1992: p, 65-66.

Todo esse cenário envolve a convivência na Trindade simbolizado pela presença dos triângulos do Frontão. Como se pode ver na figura, esta dá ainda mais carácter espiritual ao interior deste santuário. O grande arco do cruzeiro com o seu espaço ricamente trabalhado com arranjos florais, rematados, por sua vez, por um triângulo tendo no centro o Espírito Santo em forma de Pomba.

Na perspectiva de análise formal, as janelas do andar superior, principalmente, as do alçado principal, destacam-se pela sua função de verdadeiros clerestórios, pois permitem a passagem da luz que ilumina o interior, e dá mais sentido de mistério à casa de Deus, possibilitado pela forma suave como penetram os raios de luz para o seu interior. Completa o jogo de misticismo a proliferação de cruzes por todo o edifício religioso.

A cobertura da igreja vista do interior lembra-nos os tetos das igrejas tradicionais pela sua forma abobadada forrada, de modo a fazer-nos perceber que ficou na memória, como continuidade, soluções arquitectónicas do passado ainda que de modo simbólico.

A forte geometrização destas diferentes formas, presente em toda a igreja, constitui um outro aspecto formal interessante e que importa ressaltar por que também encerra um aspecto expressivo ou simbólico que é muitas vezes referenciado na literatura. Esta é, para o Arquitecto Pedro Gregário, uma realidade ou antes uma actualidade, traduzida no sua própria explicação, *Deus geometrizou o mundo ao criar tudo o que existe*<sup>613</sup>, o que a nosso ver, pode ser interpretado como a expressão do neoplatonismo na arquitectura. Segundo JANSON, o neoplatonismo na obra artística, europeia e de zonas de influenciado velho continente, tem a ver com o emprego generalizado de assuntos clássicos na arte até aos nossos dias, como já sublinamos anteriormente e, *é fruto da fusão entre a fé cristã e a mitologia antiga, que exigia uma argumentação sofisticada e que ficaria a dever-se a filósofos neo-platónicos, cujo principal representante é Marcílio Ficino*.<sup>614</sup> Este simbolismo está expresso na projecção do edifício a partir de formas rectangulares presentes em primeiro lugar na obra como um todo, nos dois níveis horizontais e nas janelas; motivos quadradas na

---

<sup>613</sup> LOPES, Pedro Gregário - Uma leitura Simbólica ....pp. 29-33.

<sup>614</sup> JANON – História da Arte...p. 432.



torre sineira e nas capelas mor; sub-conjuntos triangulares, visíveis nos frontões e nas duas águas extremas da cobertura; e, configurações esféricas ou semicirculares salientes no círculo inserido no frontão que coroa todo o edifício, nos arcos (nas janelas do alçado principal, no arco do cruzeiro, interior, bem como no círculo acima desse arco, nos nichos, nas e portas ao fundo do cruzeiro.

As formas regulares, e o escudo continuam a predominar-se no interior ao lado de figuras bíblicas quer sejam imagens de Jesus Cristo, de Santos, quer sejam pinturas nichos, capelinhas, e relevos vários lembrando motivos clássicos como colunas com seus capiteis e entablamentos constituem uma gramática decorativa simples mas harmoniosa.

Em face de todos os elementos apresentados na descrição e análise da edificação em estudo, bem como, todos aspectos ligados aos valores iconográficos, simbólicos e formais situamo-nos perante um dilema na identificação da obra arquitectónica com um estilo artístico concreto. Podemos considerá-la inscrita no estilo neoclássico, como outros já o fizeram levando em conta aos elementos clacizantes que ostenta, nomeadamente, sua frontaria de rigorosa compartimentação através de pilastras, faixas horizontais, a presença do frontão fechado e arcos redondos que são traços que se repetem ao nível da ornamentação do interior. Hesitamos no entanto ante a evidência de uma gramática decorativa que inclui na porta de entrada a figura alada de um anjo protectora do espaço sacro na concepção barroca assumido como um putti, de criação da contra-reforma que se populariza e através do qual se vai buscar na criança a imagem angelical para educação dos fieis. Aparecem também sob a forma de fogaréus, ornatos de remate nos cantos da cimalha e nos vértices do frontão que sobressaem como linhas onduladas a simularem fogo ou *flama*, simbolizando a expulsão das forças do mal através do fogo, muito usados nos períodos *Barroco* e *Rococó* nas fachadas das igrejas.

Surge igualmente num dos frontões aplicados como ornatos do interior a representação de um pombo, símbolo do Espírito Santo, outra expressão do barroco reforçado com a ideia de que cada vértice desse e de outros elementos triangulares apostos na composição possam corresponder um dos três elementos da santíssima trindade outro elemento barroco herdado da tradição pagã. Podendo mesmo a profusa geometrização, na ideia de que no momento da sua criação, o mundo foi geometrizdo,

sendo este aspecto assumido como um aspecto do idealismo platónico que é reafirmado numa outra forma de expressão ao ser o crente colocado perante dois mundos presentes particularmente numa das pinturas bíblicas opondo a plano no mundo sensível da virgem com a realidade inteligível dos apóstolos, com todas as interrogações que o mistério do mundo extra terreno possa despertar nos fieis, outra realidade barroca. Em fim é também barroca a ideia passada pelo percurso até o trono de que a igreja é tida como lugar de transformação, representação que pode estar associada ao *caminho* da renovação do espírito que não é linear, mas feito por progressões, se afigura em cada acto de fé uma etapa vencida até a salvação.

Perante a constatação deste aspectos assumir sem qualquer matização a ideia de que esta igreja constitui um exemplar neoclássico pode ser um erro, pelo que estaremos mais inclinados ou a considerá-la uma obra de influencia tardo-barroca e neoclássica sem que seja excluído quer elementos de um estilo quer de outro, ou optar por identificá-la como uma obra que exprime o romantismo arquitectónico, tese que mais apoiamos, devido ao carácter eclético das soluções arquitectónicas e decorativas. Quanto mais não seja, para fugirmos ao anacronismo de considerar uma obra terminada na passagem do século XIX para o século XX como pertencente a um estilo mais remoto quando no passado está uma outra corrente estética que lhe é mais próximo no tempo.

No capítulo seguinte analisaremos as principais ruas, casas nobres e espaço de mercado, este último, um importante elemento do património cultural pelo seu carácter secular e pelo seu papel na sociabilidade dos habitantes da urbe.

## CAPÍTULO IV

### PRINCIPAIS RUAS CASAS NOBRES E ESPAÇO DE MERCADO OU PELOURINHO

Neste capítulo dedicamos ao estudo das principais artérias e assim demonstrar a forma como se consagrou o edifício particular da tipologia casa nobre no centro histórico da Praia. Através das análises vamos, desta feita, poder estudar estes elementos arquitectónicos não abordados noutros eixos urbanos da cidade oitocentista. Assumimos porém que nos outros espaços urbanos do centro em referência também podem aparecer, ainda que de modo menos frequente, exemplares deste modelo de edifício particular, que poderão ser apenas indicados a título exemplificativo. Dedicaremos particular atenção ainda no estudo da principais ruas à obra arquitectónica secular de maior destaque no *Plateau*, ou seja, o mercado público ou Pelourinho<sup>615</sup> que acompanhou o crescimento da urbe, situada na outrora denominada *rua direita do pelourinho*, posteriormente, *rua de Dom Luís*, mais tarde, *rua da República* e actualmente *rua 5 de Julho*.

#### 1. Significado histórico e consolidação das principais ruas

Um panorama geral sobre o centro histórico da Praia permite-nos enquadrar o significado das ruas da urbe em estudo bem como a consolidação das mesmas operada a partir dos primeiros alinhamentos com a afirmação dos edifícios nobres na Cidade da Praia. Este centro histórico durante muito tempo correspondeu à cidade oitocentista capital da colónia da de Cabo Verde. Embora originária do século XVI, como vimos no capítulo I desta segunda parte, começou a desenvolver-se apenas a partir de 1770, quando, segundo Paulo Azevedo, se tornou a sede dos governos civis e militares do arquipélago, por ordem do Marquês de Pombal<sup>616</sup>.

---

<sup>615</sup> Esta é a asserção corrente deste tipo de espaço, em essência um local de concentração de pessoas.

<sup>616</sup> Relatório da UNESCO da missão, de Paulo de Azevedo (consultor da UNESCO) sobre a *Preservação do património cultural e arquitectural histórico de Cabo Verde*, Praia: Direcção Geral da Cultura, 1981, pp. 6 – 7.

As ruas deste centro, vulgarmente conhecido por Plateau, tratadas neste capítulo são entendidas como espaços públicos nos quais há o direito de ir e vir, numa urbe assumida como uma casa, segundo o espírito urbanista aplicado à cidade de Paris por Geore Eugene Haussmann (1809-1891) revelado por Pedro Babiano Braga<sup>617</sup>, em que este tipo de vias, como também as avenidas, constituiriam uma espécie de corredor, que seria não só locais de passagem das pessoas nas suas idas e vindas, mas também, espaços propiciatórios de uma nova vivência social.

Os eixos urbanos em estudo neste capítulo são identificados com estas características, desde o momento da sua estruturação. Logo que foram delineadas integrou-se nas mesmas calçadas ou passeios destinadas ao trânsito de pedestres e leitos de tráfego, sendo estes últimos numa primeira fase destinada a veículos carroçáveis, mais tarde, utilizados por automóveis. Desde sempre foram circunscritos por construções presentes em cada um dos seus lados. Uma série de travessas e becos completam também o tecido urbano, construído para além dos eixos na forma de largos e praças. É o traçado das ruas que veio a conferir ao Centro Histórico da Praia o sentido de urbanidade e de identificação com os seus habitantes, assumindo-se não só como espaços de passagem, mas também como locais de permanência, ainda que efémera.

O desenvolvimento do burgo e consequentemente das suas ruas foi lento mas em finais do século XVIII na administração do Governador Marcelino António Bastos (1796-1802), *se começaram as casas na vila da Praia a serem cobertas de telha e alinhou-se a primeira rua (...) Tratou também este Governador de dar cumprimento ao alvará régio de 1612, que mandava encanar a água para á vila(...)*<sup>618</sup>

No entanto o grande renovador da Praia foi o Governador João da Mata Chapuzet (1822-26), que ordenou que se calcetassem e alinhassem as ruas à maneira de um tabuleiro de xadrez, que se cobrissem de telhas e caiassem as casas. Chapuzet transferiu igualmente *o passeio* mandado estruturar pelo Governador Pusich no vale do Noroeste da cidade. A 29 de Abril de 1858, a Praia recebe o título de *Cidade da Praia*

---

<sup>617</sup> BRAGA, Pedro Babiano – Mobiliário urbano: o coreto em Lisboa. In: Actas das Jornadas inter e pluridisciplinares sobre a Cidade. Lisboa: A universidade aberta, 1993, pp.222-234.

<sup>618</sup> SENNA BARCELOS, Cristhiano José de. – *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*. parte III, p. 134-136).

de *Santiago* pelo decreto promulgado na mesma data<sup>619</sup> e importantes obras são empreendidas com a ajuda de um imposto especial de 3% sobre todas as importações destinadas ao respectivo porto e exportações daí expedidas. A partir de 1862, os administradores municipais procuravam disciplinar as novas construções, definindo os materiais de construção, as alturas das fachadas, etc.<sup>620</sup>

Com efeito, depois da sua elevação do seu estatuto a cidade aquele que seria hoje o centro histórico em estudo viria a consolidar-se na sua estrutura urbanística e por volta de 1870 quando o então Governador Geral Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque comunicava à metrópole as obras mais urgentes a empreender na província de Cabo Verde, entre as quais algumas que tinham a ver com uma melhor apresentação das anteriores ruas da urbe<sup>621</sup>. Referia-se particularmente à necessidade de calçamento das ruas da cidade da cidade da Praia, obra que se considerava desde há muito *reclamada pelas exigências do acceio, limpeza e commodidade indispensáveis na principal povoação desta província*<sup>622</sup>.

A meio dessa década mais concretamente em 1876 assiste-se a mudanças de designação dos vários eixos urbanos da cidade a saber, largos, ruas travessas e becos<sup>623</sup>. A evolução toponímica das principais ruas que são nosso objecto de estudo neste capítulo aparece destacada no *quadro 1*, abaixo indicado<sup>624</sup>.

---

<sup>619</sup> B.O: da Província de Cabo Verde nº 14/1858. Praia: Imprensa Nacional, 1858, p. 154.

<sup>620</sup> CARVALHO, Carlos – *Formação dos primeiros centro urbanos de Cabo Verde: Ribeira Grande e Praia*. In: Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português (1415 – 1822). Lisboa. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2001, pp. 136 – 138.

<sup>621</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1870 [Ofício nº 081] 1870 Fevereiro 14, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1870. 11f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

<sup>622</sup> Vide anexo nº-- Ofício nº 081 de 14 de Fevereiro de 1870 do Governo-geral da Província de Cabo Verde Ministro e Secretario d’Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar reportando obras mais urgentes a empreender na província de Cabo Verde.

<sup>623</sup> B.O. do Governo-geral da Província de Cabo Verde nº 7/1876. Praia: Imprensa Nacional, 1876,p.35.

<sup>624</sup> Vide documento inserido em capítulo II como anexo inserido intitulado: Editaes da Secretaria geral do Governo da Província e *Mappa* a que se refere o artigo 1º datados datado de 12 de Fevereiro de 1876, referente às alterações feiras nas denominações dos nomes das praças, largos, ruas travessas becos e calçadas da Cidade da Praia.

**Quadro 1 - Evolução toponímica das principais ruas do Centro Histórico da Praia**

| Denominação antiga                     | Designação em 1876 | Outras designações                            | Designação actual      |
|----------------------------------------|--------------------|-----------------------------------------------|------------------------|
| Rua do Quartel-general                 | Rua do Corvo       |                                               | Rua Andrade Corvo      |
| Rua do Cofre                           | Rua Sá da Bandeira |                                               | Avenida Amílcar Cabral |
| Rua direita do Pelourinho, rua do Meio | Rua D. Luís        | Rua do Meio <sup>625</sup> e Rua da República | Rua 5 de Julho         |
| Rua do Lencastre                       | Rua do Lencastre   |                                               | Rua Serpa Pinto        |

Fonte: AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens. Lisboa. Edição de Memórias da Junta de Investigação do Ultramar.1964p. 334.

Convém sublinhar que a toponímia das ruas relaciona-se, de um modo geral, de acordo com a literatura consultada, com a tradição e o crescimento da cidade<sup>626</sup>. No caso concreto da Cidade da Praia a evolução dos seus eixos urbanos na forma de rua aparece associada a essas realidades. Por exemplo a actual rua 5 de Julho no passado ostentou o nome de rua do Pelourinho para assinalar a tradição de se realizar o mercado da cidade nessa rua. Por sua vez relacionado com o crescimento da cidade está a ligação de certas artérias a determinadas personalidades, como foi o caso da antiga rua do Lencastre em que se lhe associa a figura do Governador D. António Lencastre (inícios do século XIX) pelo impulso que deu à futura cidade quando mandou alinhar as ruas e por conseguinte os primeiros traçados da futura cidade quando ainda Praia era vila.

Tendo sido esse esforço seguido nos períodos posteriores, tais traçados se consolidaram na mesma senda dos desenvolvimentos urbanísticos portugueses. Vieram a configurar a estrutura urbana que segundo Walter Rossa, na decorrência da importância do terreiro ou largo principal na metrópole, a partir desse espaço nasceram as ruas de grande importância comercial<sup>627</sup>. De facto há alguma semelhança em relação ao caso da Praia porque exceptuando a rua do Corvo, a primeira rua e a que surge na sequência do delineamento das fundações do quartel militar estudado no capítulo II. As

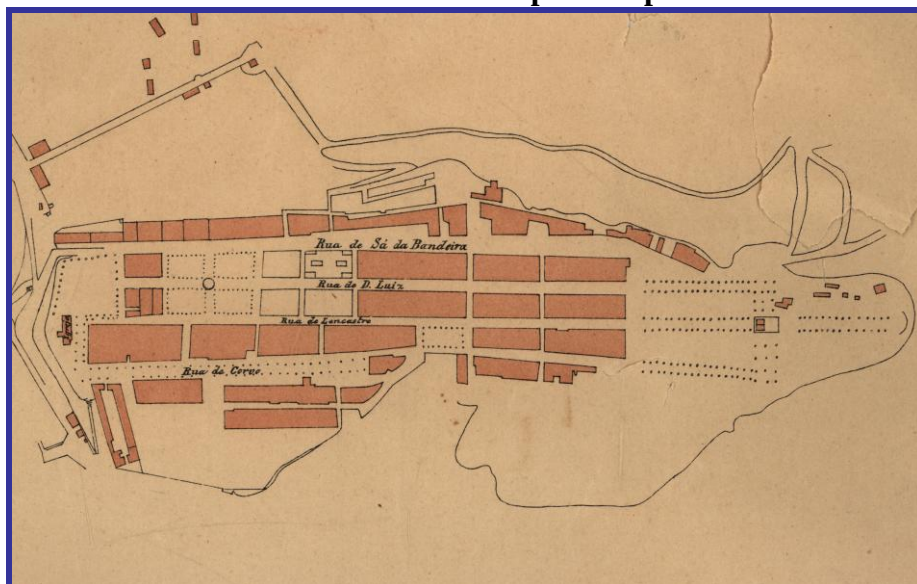
<sup>625</sup> Esta designação respeita a tradição de ter sido esta rua traçada exactamente no meio do pequeno planalto, estendendo-se desde a mais simbólica praça Alexandre Albuquerque situada nas proximidades do extremo sul até ao a parte final da cidade oitocentista a norte.

<sup>626</sup> LIMA, Luísa Reis – A rua do Campo Alegre. Revista de Ciências Históricas e da Educação. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique,1992, p.211.

<sup>627</sup> ROSSA Walter – A cidade portuguesa. In: PEREIRA, Paulo (Dir) – História da arte portuguesa vol III. Lisboa, 1995, p. 251.

restantes três ruas incluídas para efeito de descrição e análise partiram-se do primitivo largo, ainda hoje a principal praça da cidade, como vias vincadamente comerciais que passaram a ligar os elementos urbanos mais importantes da cidade. Da mesma forma como acontecia nas cidades da metrópole aí também foram erigidos os Paços do Concelho e a Igreja Matriz da cidade ligando uma edificação à outra uma à outra pela antiga rua do Lencastre que passa em frente à matriz e rasga um dos alçados do edifício camarário. Essas principais ruas do centro histórico estruturaram-se da forma como adiante são apresentadas na *figura 1*. São pois quatro longas vias paralelas entre si cortadas por pequenas artérias transversais onde foram levantados vários edifícios de prestígio que vão ser objecto de estudo neste capítulo.

**Figura 1 - Planta das mais nobres ruas do Centro Histórico cortadas por pequenas artérias transversais referente ao período posterior a 1858**



**Planta incompleta da Cidade da Praia na Ilha de S. Thiago. Acessível no AHM - Lisboa, DIV-3-46 AH2 5-18261.tf.**

Ao olharmos para o traçado da urbe ficamos com a ideia de que se organizou segundo a estrutura de ruas relativamente largas, seguindo linhas rectas, também alongadas, paralelas entre si como já referimos. A imagem em referência permite constatar que o alinhamento das ruas é realizado, a partir da primeira rua, ou seja a rua do Corvo. Todavia na orientação dessas estruturas viárias principalmente as ruas do Sá da Bandeira de D. Luís e do Lencastre, também participaram, tal com refere Rossa Walter, para contextos espaciais análogos em Portugal, construções civis, entre as quais, destacamos as obras arquitectónicas com carácter de residências nobres que se opõem às

construções mais modestas. Na perspectiva evidenciada na literatura acima referida, os edifícios de prestígio geralmente são construídos com materiais melhor elaborados e mais resistentes que os torna mais perenes e lhes proporciona a evidenciação de maior aparato.

## **2. Contexto do aparecimento dos edifícios nobres da Cidade**

De acordo com José Hermano Saraiva<sup>628</sup> as habitações de prestígio do tipo sobrados como é o caso da Casa Cor-de-Rosa, situada na rua do Corvo e outras que havemos de estudar neste capítulo, inscrevem-se no modelo de composições habitacionais que por volta de finais do século XIX se difunde em Portugal como sendo característico da chamada casa portuguesa<sup>629</sup>, virando por isso as atenções dos artistas para a tipologia de solares da província<sup>630</sup> cujas características se assemelham nalguns aspectos (beirais de telhados, pátio interno e utilização da ornamentação em azulejo ou não e outros elementos decorativos) às residências senhoriais que vieram a surgir na em Cabo Verde.

Esta constatação induz-nos a pensar que seguramente este tipo de habitação teria sido transplantado para as colónias incluindo o arquipélago em geral e particularmente para a urbe da Praia. É nosso entender que este processo de transplantação de modelos arquitectónicos, teria iniciado mais cedo, principalmente para o interior de Santiago e ilha do Fogo, onde se estabeleceram os grandes proprietários e construíram os seus *solares* já que os povoadores ao deslocarem-se introduziram não só a estrutura de habitação do seu meio nas terras do reino, como as técnicas construtivas usadas na metrópole, sempre adaptando-as às características específicas designadamente, orografia, clima, meios económicos locais e o recurso aos materiais endógenos<sup>631</sup>.

---

<sup>628</sup> SARAIVA, José Hermano. História Concisa de Portugal. Lisboa. Publicações Europa América. 1991. p. 329-332.

<sup>629</sup> Esta constatação é reforçada na obra de Carlos Azevedo um interessante estudioso da história da arquitectura civil do tipo residências de prestígio onde se revela que a casa nobre mais característica não é forçosamente o grande palácio, mas sim a casa despretensiosa da província.

<sup>630</sup> AZEVEDO, Paulo – Solares portugueses. Mem Martins: Livros Horizonte, 1988, pp. 9-17,

<sup>631</sup> FERNANDES, José Manuel – Cidades e casa da Macaronésia. Porto: FAUP Publicações, 1996 pp. 237-239.



O aparecimento deste tipo de construções está também ligado ao período que sucedeu ao momento em que o tráfico negreiro escasseou nas ilhas a partir de 1878<sup>632</sup> e em que a actividade agrícola veio a ganhar grande projecção, advindo então o sistema de grandes propriedades, o dos morgadios e as capelas. Os seus proprietários, grandes senhores latifundiários, puderam assim, obter recursos para nelas, construir residências assobradas, como são os casos da casa grande de *Telhal*,<sup>633</sup> residência senhorial edificada nos engenhos interior da ilha de Santiago, ou do sobrado rural da família Macedo no interior do concelho de S. Filipe, ilha do Fogo. Mas em muitos caso tais residências eram utilizadas apenas na época da ,<sup>634</sup> esses senhoras construíam também as suas casas urbanas e rurais no caso dos proprietários da área da Praia, no Centro Histórico em estudo como foi o antigo palacete que nasceu como casa senhorial ou sobrado, onde vivia o morgado,<sup>635</sup> seu primeiro dono.

Reproduziu-se uma habitação de funcionalidades muito corrente nas edificações rurais portuguesas. Tal como reporta Miguel Alves para o caso da ilha do Fogo, para quem os habitantes deste tipo de habitação eram homens dotados de alguns conhecimentos, procuravam residir em casas adequadas à sua posição social, pois, o seu grau de evolução não lhe permitia morar em casas de qualidade inferior.<sup>636</sup>

Tendo surgido as primeiras composições sob a forma de residência nobre como se lhes designa no prefácio da obra de Carlos Azevedo normalmente em redor da igreja matriz e nas mais nobres ruas. Disseminaram-se pela cidade da praia em Cabo Verde, enquanto zona de influência portuguesa à medida que a urbe foi crescendo. A constatação de que este tipo de edifício particular se difundiu também no Brasil é feita por uma investigadora desse país que muito se interessa por estas questões.<sup>637</sup> Para a

---

<sup>632</sup> B. O. da Província de Cabo Verde, nº 12/1869. Praia: Imprensa Nacional, 1869.

<sup>633</sup> Évora José – O Património arqueológico cabo-verdiano: situação actual da questão. In Revista Africana nº 24. Porto: Centro de Estudos Africanos e Orientais, da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2002, p. 59.

<sup>634</sup> Período das chuvas em que a família deslocava-se para o interior para cuidar da lavoura.

<sup>635</sup> Garcia de Horta – Revista do Instituto de Investigação Científica Tropical. Edição do Ministério da Ciência e Tecnologia. Lisboa. 1995. Volume 15. nº 1. pp. 52-53

<sup>636</sup> ALVES, Miguel, - Cabo Verde: Ilha do Fogo, S. Filipe, sua evolução até a categoria de Cidade, sobrado que em Cabo Verde como é o caso da Cidade de S. Filipe na Ilha do Fogo e sobrou. Praia. Edição do Autor, 1996. p.21

<sup>637</sup> MOTA, Antónia - *Aspectos da cultura material em inventários post-mortem da capitania do Maranhão, Secs. XVIII e XIX. Comunicação* apresentada ao Congresso internacional sobre o Mundo Atlântico no Antigo Regime: poderes e sociedade, realizada na Universidade Nova de Lisboa em Novembro de 2005.

mesma, tais edificações são consideradas construções aristocráticas que se destacaram pela qualidade geral da construção, pelos seus materiais mais nobres, pelas suas decorações mais ordenadas, pelos seus interiores mais enfeitados, em que a distribuição interna se especializa separando-se dos espaços de acolhimento e das partes mais íntimas da casa.<sup>638</sup>

Após a apresentação deste quadro geral, estudaremos separadamente cada uma das ruas e faremos a análise de exemplares de edifícios implantados nessas artérias que, no nosso ponto de vista, podem ter representatividade enquanto elementos do património cultural com relevância histórica para a urbe.

### **3. Antiga rua do Quartel-general depois rua Corvo e Casa Cor-de-rosa**

Neste ponto procuraremos antes de tudo situar a rua em estudo no tempo, realçando as suas principais características, fazendo uma breve apresentação do exemplar identificado para efeitos de descrição e análise e leitura dos aspectos arquitectónicos da obra.

#### **3.1. Principais características**

Como referimos num dos primeiros capítulos desta segunda parte o traçado da primeira rua do Centro Histórico da Praia foi guiado pelas fundações do quartel, que por tradição no reino marcava o início da estruturação de uma nova urbe<sup>639</sup>. Efectivamente a implantação das primitivas fundações daquele que viria a ser o Quartel e Batalhão de Caçadores d'Africa Occidental<sup>640</sup> depois Quartel da 1ª Companhia de Polícia Civil e Militar<sup>641</sup> cujos sinais, aparecem anotados nos primeiros delineamentos da vila, coincidem com o alinhamento da rua do corvo e por ser esta obra arquitectónica

---

<sup>638</sup> O mesmo terá acontecido no Brasil na mesma época, tal como escreve Mota, os *aspectos da cultura material em inventários post-mortem da capitania do maranhão, Secs. XVIII e XIX*.

<sup>639</sup> TEIXEIRA, Manuel e VALLA, Margarida – O urbanismo Português, Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Livros Horizontes, 1999, p. 180, p.163.

<sup>640</sup> Este edifício só não é analisado enquadrando-o nesta rua por imposição do nosso esquema conceptual que previu por excelência, estudar as principais ruas com o fim de mostrar que nas mesmas mais se proliferou as habitações assobradadas que acabaram por também incorporar a prestígio das mesmas vias.

<sup>641</sup> Quartel e Batalhão de Caçadores nº1 d'Africa Occidental. Cidade da Praia de Cabo Verde 15 de Abril de 1872 em que era comandante militar João Carlos de Sá Nogueira. Acessível no Arquivo Histórico Militar (AHM) – Lisboa FE 110 - B3-PQ –1.

seguramente o mais antigo edifício nobre da cidade presume-se que pelas razões expostas a rua do corvo terá sido a primeira via estruturada. A este propósito sustenta Senna Barcelos, quando em 1772, começaram as casas da Vila da Praia a serem cobertas de telha, alinhou-se a primeira rua a que foi sempre designada de rua do Corvo.<sup>642</sup>

A nossa preocupação em situar esta rua no tempo, constitui um procedimento que segue o hábito de alguns investigadores nesta área de conhecimento tal como o Professor Pedro Dias, ao estudar a rua Sofia no seu roteiro de Coimbra<sup>643</sup>. Esta atitude permitiu-nos perceber que de facto constitui uma das mais antigas vias da cidade e na época a mais importante para a urbe da Praia, sendo também a mais alongada. Estruturou-se como uma rua larga com característica que hoje faz-lhe parecer uma avenida<sup>644</sup>. Parte do lado sudeste da cidade, tomando como referência principal no seu ponto de partida o antigo quartel e Batalhão de caçadores e a cabeceira da igreja matriz da Cidade que lhe é contígua. Ostenta na actualidade características de avenida com duas faixas de rodagem bem delimitadas pela presença de um extenso canteiro onde emergem árvores conferindo-lhe um encanto e uma beleza rara. Todavia a estruturação na aparência de avenida é quebrada a meio do pequeno planalto ao se desdobrar em duas ruas paralelas: uma refere-se à rua do Moinho de Vento que expressa a tradição, tal com sustenta Luísa Reis Lima, reforçada por Ilídio do Amaral, que revela existência de um antigo engenho deste tipo em épocas recuadas no enfiamento dessa rua na direcção norte. A outra a outra via paralela é aquela hoje designada rua Miguel Bombarda. As duas são mais estreitas e separadas por vários quarteirões em fila até a extremidade norte.

Como uma das rua mais importantes no século XIX vai consagrar ainda mais o seu prestígio aos edifícios nobres que vão surgindo nas suas proximidades como é o caso da Casa Cor-de-rosa, exemplar que é por agora objecto de estudo vai ser objecto do nosso estudo, visível nas imagens representativas do passado e do presente dessa rua. Aparece identificável através do segundo e mais pequeno ponto de união entre o rincão

---

<sup>642</sup> BARCELOS – Cristiano José de Senna Op. Cit. Volume II - parte III p. 122 e 384.

<sup>643</sup> DIAS, Pedro – Roteiro de Coimbra 3. In: Revista Mundo da Arte nº 6.S/L: 1982, pp. 28- 34

<sup>644</sup> Apresenta bem delimitadas duas faixas de rodagem separadas por extenso canteiro onde emergem árvores que encantam e dão mais beleza a esta antiquíssima rua passível de ser observada ao ser a mesma percorrida.

da cobertura e a cumeeira do terceiro edifício escalonado a partir do quartel como mostra a *figura 2*.

**Figura 2 - Aspecto primitivo e aparência actual da rua do Quartel depois rua do Corvo indicando a casa cor-de-rosa no alinhamento de edifícios militares**



**Fonte: Quartel e Batalhão de caçadores nº 1, África ocidental – Cidade da Praia Cabo Verde 15 de Abril de 1872. Acessível no AHM-Lisboa, Fundo 110, Série B3, Caixa PO-1 e imagem recolhida no âmbito deste trabalho em Julho de 2008.**

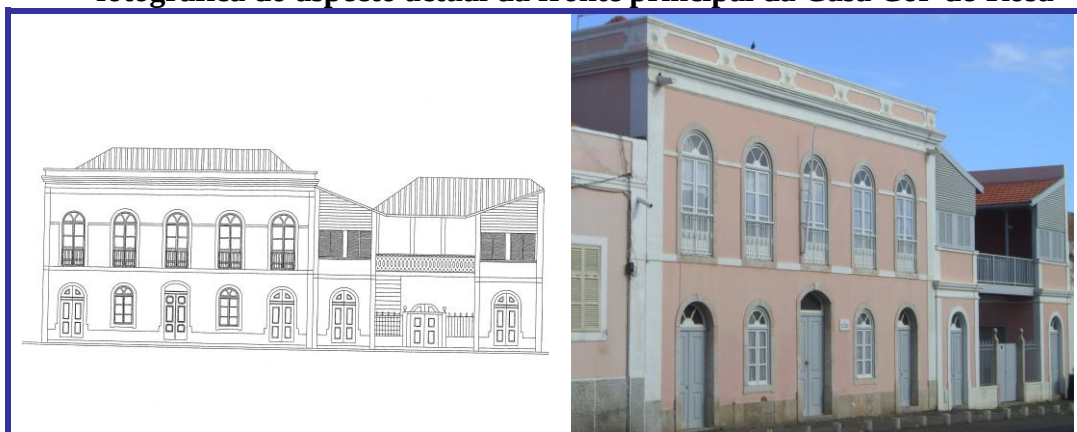
Ao observarmos a ilustração mais antiga da rua em apreço e compará-la com a imagem ao lado, verificamos que na continuidade do enfiamento do quartel evidencia-se um conjunto de edificações de carácter residencial já desaparecido<sup>645</sup> nascendo em lugar duma das mesmas a Casa Cor-de-Rosa.

### ***3.2. O exemplar de habitação senhorial identificado na rua do Corvo***

Se observarmos com atenção a imagem que aparece na figura anterior correspondente a uma obra em construção por volta de 1872, veremos que lhe segue no mesmo alinhamento uma casinha de aparência rústica, hoje inexistente e em seu lugar viria a ser edificada a Casa Cor-de-Rosa, cujas imagens referentes aos alçados são evidentes na *figura 3*, a seguir apresentada. Esta exhibe uma planta reelaborada para fins de restauro e a reprodução fotográfica do aspecto actual da parte frontal da composição acima mencionada.

<sup>645</sup> Esta imagem foi apresentada na totalidade no capítulo II desta segunda parte reportando-nos ao Quartel e Batalhão de caçadores nº 1, África ocidental edificado nesta Cidade da Praia.

**Figura 3 - Planta reelaborada para fins de restauro ao lado da reprodução fotográfica do aspecto actual da frente principal da Casa Cor-de-Rosa**



**Fonte: Arquivo do Instituto de Investigação e Património Culturais – Praia e Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.**

Trata-se esta edificação de uma obra arquitectónica construída, seguramente, em finais do Século XIX, depois de 1872 porque nessa altura a rua ainda ostenta o seu aspecto primitivo tal como aprece na imagem que antecede a esta. Representa o passado da rua onde se insere e ficou conhecida como casa cor-de-rosa erigida em lugar da primitiva habitação anteriormente observada.

Embora não seja nossa intenção esboçar aqui uma genealogia dos seus antigos proprietários que de resto não constitui apanágio dum trabalho no âmbito da História da Arte, como sustenta Carlos Azevedo, mostrando que são os edifícios que nos interessam acima de tudo<sup>646</sup>, confrontando informações sobre os seus possíveis donos verificamos não é de todo descabido que tenha sido pertença de um dos elementos da elite militar local até pela sua localização nas proximidades do quartel. Neste sentido a Senhora Laura de Pina que é apontada como proprietária do imóvel<sup>647</sup> na segunda metade do século XX, por uma octogenária que viveu muitos anos no centro da cidade pode muito bem ter sido herdeira.

<sup>646</sup> AZEVEDO, Carlos – Solares Portugueses. Mem Martins: Livros Horizonte, 1998. p.10.

<sup>647</sup> Obra em si muito semelhante a muitas edificações que lhe são contemporâneas algumas das quais inseridas nas restantes ruas mais importantes da urbe serão objecto de estudo neste capítulo.

### 3.3. *Leitura dos aspectos arquitectónicos da obra*

A edificação em apreço, do ponto de vista estético, representa um puro estilo colonial definido como uma arquitectura de inspiração *palladiana*<sup>648</sup>, mas assente em bases neoclássicas e, por isso, imponente pela sua sobriedade. Em essência este modelo de composição arquitectónica se enquadra na estética neoclássica que se assume como um movimento artístico surgido em meados do século XVIII como reacção ao Barroco<sup>649</sup> e aos excessos do Rococó propugnava um regresso aos cânones estéticos da antiguidade greco-romana.<sup>650</sup>

A Casa Cor-de-Rosa que temos na imagem acima caracteriza-se, por um lado, pela acentuação de linhas horizontais observadas através das fies marginais do soco, da delgada faixa que delimita os dois pisos, da borda que remata a primeira altura do edifício e da platibanda. Por outro lado, evidencia o predomínio da parede lisa com leves indicações ornamentais como as suaves decorações da moldura que completa altura final do edifício e as pilastras encostadas ao extremo do muro do corpo principal. Desta forma afirma-se como edifício particular com carácter de residência senhorial, tal como é a fisionomia de muitas obras arquitectónicas difundidas mais no norte de Portugal entre 1742 e 1836<sup>651</sup> e por outras terras de influência portuguesa.

Trata-se de um complexo arquitectónico de dois pisos, onde se destaca uma composição principal, ostentando no rés-do-chão três portas de acesso exclusivo em comunicação directa com a rua, enfatizando assim a função de loja habitualmente atribuída à parte térrea da casa. As portas de um modo geral foram concebidas em madeira com lumes<sup>652</sup> ou vãos delimitados por arcadas envidraçadas na parte superior e dividida em três secções para permitir a entrada de maior luminosidade ao interior e estruturadas em arco redondo. A porta que é mais alta localizada ao centro da edificação principal evidencia lumes fixados em única faixa não subdividida, ao contrário das restantes portas. Não exhibe um arco redondo na sua linha superior mas sim um arco

---

<sup>648</sup> LEGRAND, Gerard – A Arte Romântica. Lisboa, Edições 70, 2000, p. 8.

<sup>649</sup> Termo inventado pelos historiadores de arte do século XIX para designar o estilo que prevaleceu, na arte Europeia Ocidental, entre 1580 e inícios do séc. XVIII, tendo em conta que este estilo artístico foi essencialmente caprichoso e florido.

<sup>650</sup> Grande Dicionário Enciclopédico Verbo. Lisboa/S. Paulo. 1997. p. 19.

<sup>651</sup> VASCONCELOS, Flório. A Arte em Portugal. Lisboa. Verbo Juvenil. 1984. pp.52-56.

<sup>652</sup> RODRIGUES, Maria João Madeira – Vocabulário técnico e crítico de arquitectura. Coimbra, Quimera editores, 1996, p. 174.

abatido. Duas janelas envidraçadas formam também um arco redondo na parte mais alta e completam as cinco aberturas do piso térreo.

No piso superior salientam-se cinco janelas de sacada também envidraçadas projectadas de modo coerente na mesma direcção das aberturas do rés-do-chão e rematadas superiormente por arcos redondos.<sup>653</sup> Diferenciam das do piso inferior pelas suas funções e como tal ostentando guardas ou grades para permitirem que os moradores pudessem vir às mesmas assomar segurando-se no balcão de ferro e assim, em segurança, observar o ambiente exterior. Quer os arcos das portas quer os das janelas ostentam ao centro dos mesmos um elemento ornamental aplicado na forma invertida de um trapézio com se de uma chave se tratasse. Na sua lateral direita para quem observa a composição de frente tem um portão de entrada para um espaço aberto que forma uma espécie de quintal exterior, o qual dá passagem para duas pequenas dependências aparentemente autónomas também de dois pisos.

A imponência deste tipo de edifícios sobressai não só na sua beleza exterior e equilíbrio de formas, como também nas escadarias nobres nomeadamente, a que nasce a partir de um corredor interno e dá acesso ao primeiro piso da construção principal tal como é visível no bloco de imagens que compõem a *figura 4* adiante.

**Figura 4 - Escadaria nobre que nasce a partir de um corredor interno e dá acesso a primeiro piso da composição principal**



Fonte: Brochura Editada pelo Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP). Arquivos do IILP na Cidade da Praia.

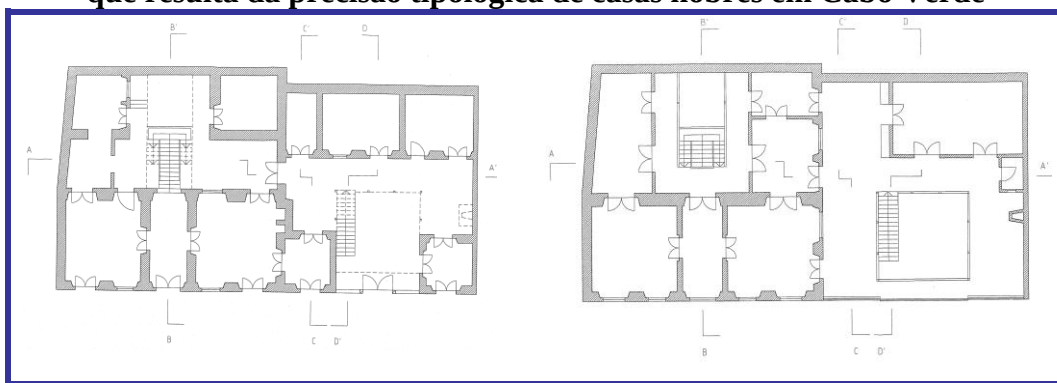
A organização interna da casa reflecte a sua estruturação geral que resulta do aprofundamento gradual da precisão tipológica em U da casa senhorial que se afirmou em Portugal não forçosamente como grande palácio tal é o entendimento de Carlos

<sup>653</sup> Funcionam os arcos a quer uma quer outra solução arquitectónica como expressão mais viva do neoclassicismo no seu regresso aos cânones estéticos antigos.

Azevedo mas sim, como residência despretensiosa provinciana da nobreza fundiária que de modo análogo se afirmou na cidade capital da província de Cabo Verde, a cremos nas alusões de Travassos Valdez<sup>654</sup>. As referências de Valdez que podem evidenciar a realidade concreta que relaciona a presença duma elite de origem agrária na cidade com o aparecimento de edifícios particulares de prestígio reportam ao seu antigo amigo e morador na Cidade da Praia o capitão dos portos Rodrigo de Sá Nogueira, apresenta-o como sendo de descendência nobre pois era irmão do nobre visconde de Sá da Bandeira. Realça Valdez que o amigo tinha uma bela casa para onde o convidou, quando visitou a urbe da Praia por volta de 1864. A testemunhar a origem fundiária da sua fidalguia desse capitão morador na cidade salienta uma vez mais Valdez que era possuidor de uma fazenda no interior da ilha de Santiago<sup>655</sup>.

A tipologia acima evidenciada difundiu-se durante o século XIX no arquipélago, ostentando uma planta em U formando alas ligadas à composição principal com varandas de madeira no primeiro e segundo piso bem como beiral na parte superior que circunscreve um pátio interno. O mesmo esquema repete nos compartimentos conexos abrangendo um quintal que dá passagem para o exterior. O bloco de imagens constituído pelas plantas do primeiro e do segundo piso, reelaborado com já referimos e integrado como *figura 5* ilustra a descrição acima apresentada.

**Figura 5 - Distribuição interna nos 1º e 2º pisos e esboço ilustrativo de um formato que resulta da precisão tipológica de casas nobres em Cabo Verde**



**Fonte: Nuno Portas e Ana Roboredo&Jardim Oliveira Lda. Projecto de Remodelação da Casa-Cor-de Rosa para instalação do Centro Cultural Luso Cabo-verdiano na Cidade da Praia. Porto: 1998. Acessível nos arquivos do Instituto de Investigação e Património Culturais com especial agradecimento ao Senhor Martinho Brito.**

<sup>654</sup> Travassos Valdez foi uma personalidade que visitou a cidade da praia por volta de 1864 e que entre outras funções desempenhadas foi Secretário da Comissão Especial de Colonização e Trabalho Indígena das Províncias Ultramarinas.

<sup>655</sup> VALDEZ, Travassos – *Africa Occidental: Notícias e considerações* Tomo I. Impressa por ordem do Ministério da Marinha e Ultramar. Lisboa, 1864, pp. 197-203.



Vários exemplares desta tipologia espalham-se pelo Centro Histórico da Praia interior de Santiago e pelos diversos espaços urbanos ou semi-urbanos de Cabo Verde destacando-se particularmente os casos da Cidade do Mindelo em S. Vicente, S. Filipe na ilha do Fogo, Vila de Nova Sintra na ilha Brava e Vila da Ribeira Brava na ilha de S. Nicolau. Foram inspirados nos bons exemplos arquitectónicos que se afirmaram em Portugal durante o século XIX<sup>656</sup> como solar das famílias nobres em geral associados à posse fundiária.

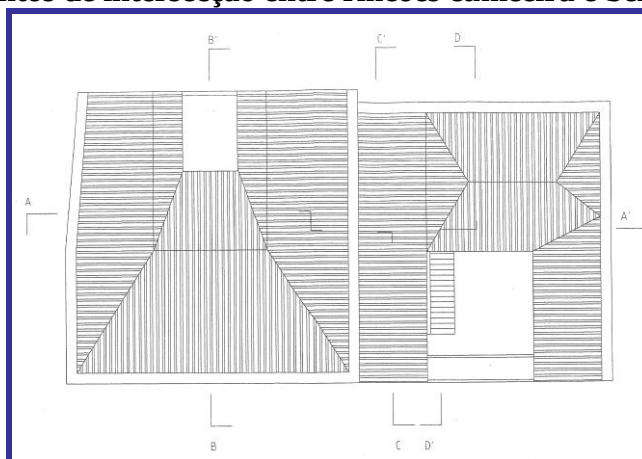
A cobertura da edificação em referência foi concebida de telha marselhesa a quatro águas, com tetos forrados em madeira que também garante o conforto da casa na sua utilização nos soalhos. O tipo de telhado mencionado é típica nas residências senhoriais como ocorre na Casa Cor-de-Rosa e confere à obra arquitectónica maior dignidade que lhe é também assegurada pela sua simples mas bela platibanda exibindo nos seus cantos neste caso uma gárgula simples criada à base de um tubo que tem a finalidade de permitir o escoamento das águas das chuvas para que não fiquem retidas na cimalha. Entre outras funções a platibanda visa esconder o próprio telhado e conferir mais elegância ao edifício. Normalmente há a tendência para a harmonização da cobertura com outras construções próximas sejam religiosas ou oficiais com o fito de conservar o carácter que lhes é comum. A nobreza da obra é igualmente revelada nos beirais que dão mais conforto e certa distinção aos corredores das varandas voltadas para os quintais.

A *figura 6* exibida seguidamente mostra o modo claro o tipo de cobertura da Casa Cor-de-Rosa com os rincões a intersectarem as cumeeiras e as extensões de telhado que representam os beirais. Põe em evidência uma vez mais o formato em formato em U que resulta do aprofundamento da precisão tipológica de casas nobres em Cabo Verde com características muito semelhantes.

---

<sup>656</sup> VÁRIOS História da Arte Portuguesa. Vol. 3 – Do Barroco à Contemporaneidade Lisboa. Temas & Debates. 1995. p.79.

**Figura 6 - Planta da cobertura a quatro águas da Casa Cor-de-Rosa ilustrando os pontos de intersecção entre rincões cumeeira e beirais**



**Fonte: Nuno Portas e Ana Roboredo&Jardim Oliveira Lda. Projecto de Remodelação da Casa-Cor-de Rosa para instalação do Centro Cultural Luso Cabo-verdiano na Cidade da Praia. Porto: 1998. Acessível nos arquivos do Instituto de Investigação e Património Culturais com especial agradecimento ao Senhor Martinho Brito.**

Do ponto de vista simbólico, se por um lado a presença física desta obra arquitectónica continua exprimir um estilo arquitectónico do passado e por conseguinte uma maneira de construir, por outro lado, é o espelho da forma de vida dos seus habitantes e expressão material da existência de uma elite local que no passado conduziu os destinos da cidade capital de província e do arquipélago.

Foi restaurada com apoio da cooperação portuguesa para instalação do Centro Cultural Luso Cabo-verdiano na Cidade da Praia, tal como se refere no projecto atrás citado, tendo sido feito um trabalho meritório a julgar-se pelo estado em que se encontrava antes da sua remodelação, como podemos observar nas imagens integradas na *figura 7*, a seguir exibida.

**Figura 7 - Composições da cor-de-rosa no estado em que se encontravam antes de receber obras de restauro**



**Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial – Casa Cor-de-rosa indicado como quarteirão nº Quarteirão 47 Lote 006. Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998**

Este edifício acabou por receber funções que a enobrece ainda mais condizendo com o seu valor histórico-cultural, isto é, passa a servir de sede do Instituto Internacional de Língua Portuguesa e por conseguinte o testemunho vivo do papel de Cabo Verde no contexto dos países unidos por laços históricos e culturais expresso não só nos aspectos que temos vindo a referir como também na utilização de uma língua comum.

#### **4. Rua do Sá da Bandeira e exemplares de residências nobres**

Na abordagem desta rua procuraremos em primeiro lugar estabelecer a ligação histórica dessa rua a uma personalidade de reconhecido valor, no contexto do mundo português, em seguida evidenciaremos os aspectos gerais que reflectem o passado e o presente da rua e só depois entrar na descrição e análise de antigas construções restauradas correspondentes ao palacete e a dois prédios ligados no passado à família SERBAM no passado. No fim estudaremos um exemplar de características quase que únicas nesta rua que é o conhecido edifício da casa FEBA.

##### **4.1. Ligação histórica da rua uma personalidade de Sá da Bandeira**

A antiga rua Sá da Bandeira afirmou-se muito cedo como a mais longa via suplantando aquela que foi a primeira artéria, a rua do Corvo. Com início na rampa S. Januário no extremo Sul da cidade prolonga até a rampa do Monte Agarro no extremo norte. É não só o principal eixo de ligação entre os diferentes bairros da cidade como também o acesso principal para o porto e para a saída ao interior da ilha de Santiago.

Ao analisarmos anteriormente o significado e consolidação das ruas do centro histórico referimo-nos aos primeiros traçados realçamos o papel dos governadores D. António Coutinho de Lencastre (1802) que mandou proceder aos alinhamentos das ruas, incluindo esta que é objecto do nosso estudo neste ponto e os melhoramentos introduzidos nas mesmas vias por João da Matta Chapuset (1822) cujos nomes foram invocados no B.O. do Governo Geral da Província de Cabo Verde publicado em 12 de Fevereiro de 1876.

Curioso é que quando em 1876 houve a tentativa de modificação do nome dessa via que na altura se designava rua do Cofre, para rua D'el Rei D. Fernando este empenho não chegou a ser efectivado. Viria a concretizar-se sim a denominação de Rua do Sá da Bandeira<sup>657</sup>. Esta ligação à personalidade que foi o então falecido Sá da Bandeira foi uma forma de reconhecer os feitos heróicos desse homem e as virtudes cívicas dessa ilustre figura que foi ao mesmo tempo homenageado na parte não oficial do B.O. do Governo-geral da Província de Cabo Verde acima referido. Nesse periódico sublinhava-se na altura a sua condição de apóstolo e legislador de ideias largamente democráticas e sublimemente humanitárias. Tais ideias tiveram realização prática no quadro português e dos territórios colonizados pelo reino luso, através do estímulo que resultaria na proibição da exportação de escravos, decretada por Sá da Bandeira em 1836<sup>658</sup> com reflexos nas próprias colónias, como foi o caso de Cabo Verde<sup>659</sup>.

#### **4.2. Aspectos gerais que reflectem o passado e o presente da rua**

Como já referimos muito cedo assume-se como principal via do Plateau, suplantando a rua do Corvo sobretudo por ser a mais alongada e por ali se concentrar o comércio em maior escala.

Foi esta rua que acolheu um palacete no verdadeiro sentido do termo edificado no século XIX que é nosso objecto de estudo. Aí também instalou boa parte das residências senhoriais da cidade marcadamente para fins comerciais, merecendo no âmbito deste trabalho a descrição e análise de três exemplares. É ainda para esta rua que se fixou um dos alçados do mais moderno pelourinho que será estudado inserido na actual rua 5 de Julho.

Numa alusão às boas condições dos traçados dos diferentes espaços públicos que enformavam a cidade em 1871, porque já tinha ruas largas e bem alinhadas, reclamava-se no entanto da falta de melhoramentos porque as ruas e praças estavam por

---

<sup>657</sup> B.O. do Governo-geral da Província de Cabo Verde nº 7/1876. Praia: Imprensa Nacional, 1876, p.35.

<sup>658</sup> O reflexo de acção legislativa de Sá da Bandeira produziu efeitos no contexto Cabo-verdiano levando a que circunstâncias locais, traduzidas essencialmente, em revoltas de escravos, desgastaram paulatinamente, o controlo do pessoal que os senhores necessitavam para viabilizar seu sistema económico, dando indicações claras de que a escravidão enquanto sistema caminhava a passos largos para a sua extinção.

<sup>659</sup> LOPES FILHO, João – Abolição da escravatura em Cabo verde: subsídios para o seu estudo. Praia: Spleen Edições, 2006, pp. 77-84.

calçar e não estavam arborizadas<sup>660</sup>. A imagem seguinte, datada de cerca de meio século depois, isto é 1910 e indicada como *figura 8* mostra que a reivindicação tinha sido satisfeita a julgar pelo aspecto que a já apresentava a rua do Sá da Bandeira.

**Figura 8 - Rua Sá da Bandeira (actual Amílcar Cabral) Editor: União Postal Universal 1910**



**Fonte: LOUREIRO, João – Postais antigos de C. Verde. Lisboa: Fundação Macau. 1998, p. 50**

De facto a rua possuía um aspecto bem apresentável e acolhedor sem as covas existentes na década de setenta do século XIX que, tal como salientavam no periódico acima referido, *na época das chuvas formavam tantos pequenos pântanos*<sup>661</sup>.

A principal actividade económica dessa rua foi e é ainda o comércio. Actualmente restam poucas das casas comerciais antigas, embora muitos dos respectivos edifícios se mantenham intactos, alguns já reabilitados, com novos proprietários e os mesmos já transformados em modernos espaços comerciais. Outros porém ainda aguardam por remodelações. Em certo sentido prevaleceu nas construções restauradas o desejo de preservação de muitos exemplares de edifícios particulares de prestígio principalmente no primeiro terço da rua do lado sul.

Os edifícios construídos nos dois lados da rua, mais concretamente para lá do seu eixo central em direcção a norte não seguiram a uniformidade quase mantida por exemplo na rua do Corvo. Se algumas habitações tipicamente senhoriais e tradicionais mantiveram os seus traços originais, outros porém já sofreram modificações, constituindo uma perturbação ao conjunto arquitectónico que forma o núcleo urbano em apreço.

<sup>660</sup> B.O. do Governo-geral da Província de Cabo Verde nº 4/1871. Praia: Imprensa Nacional, 1871, p.17.

<sup>661</sup> B.O. do Governo-geral da Província de Cabo Verde nº 4/1871. Praia: Imprensa Nacional, 1871, p.17

Com a imagem seguinte apresentada como *figura 9*, que integra duas vistas panorâmicas da artéria em estudo é nossa intenção ilustrar o que acima expomos revelando algumas características que reflectem o passado e o presente da rua.

**Figura 9 - Rua Sá da Bandeira. Imagem mais antiga editada por Levy&Irãos - Praia Data. Cerca de 1915**



**Fonte: LOUREIRO, João – Postais antigos de Cabo Verde. Lisboa: Fundação Macau. 1998, p. 59 e recolha fotográfica feita no âmbito deste trabalho em Julho de 2008**

Dos edifícios que no nosso ponto de vista conservam em boa medida os traços originais elegemos o único palacete da urbe, hoje restaurado com a designação de Palácio da Cultura, duas antigas casas da família Sérgio Barbosa Mendes (SERBAM) e casa FEBA.

#### **4.3. O palacete**

O palacete bem como as obras arquitectónicas em estudo neste ponto, são construções típicas do século XIX e localizam-se no centro Histórico da cidade da Praia, mais concretamente na antiga rua do Sá da Bandeira. Podem ser também descritas com estando situadas na praça Alexandre Albuquerque, dado que os alçados respectivos estão voltados para este espaço público da cidade<sup>662</sup>. Evidenciam-se no esquema representativo dessa via, abaixo indicado e datado de 1954. O palacete corresponde ao edifício maior e mais alto. Aparece separado de duas obras, mais adiante e também em estudo, por um primitivo edifício já substituído por construção marcadamente moderna e é visível mesmo encostada no lado direito do palacete. Para quem os observa de

<sup>662</sup> A nossa opção por também assinalar a localização dessas obras na rua do Sá da Bandeira prende-se com o facto dessa artéria as separar da praça e pelo facto de termos delineado um esquema conceptual que antecipadamente previa o estudo das residências de carácter senhorial enquadradas nas principais ruas da urbe.

frente, podemos verificar o moderno edifício mencionado com mais evidência na fotografia recolhida recentemente no âmbito deste trabalho – imagem do lado direito da *figura 10*. A casa FEBA, também identificada como exemplar de residências senhoriais situadas nessa rua, igualmente em estudo neste capítulo e designada na documentação consultada como o pequeno edifício com loja e dois andares, reportando-se ao pequeno edifício de três pisos visível logo a seguir à primeira composição no esquema representativo da via datado dos anos 50 do século XX.

**Figura 10 - O palacete situado na rua Sá da Bandeira**



Fonte: Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação n.º 60.1. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, Setembro de 1954 p. 4 e fotografia recolhida no âmbito deste trabalho.

As duas edificações ligadas no passado à família SERBAM são as mesmas que se perfilam do lado esquerdo da rua e ostentam o aspecto que tinham antes de receberem obras de restauro. Mal se vêem no alinhamento do palacete separados deste pelo edifício moderno identificado nas imagens anteriores, as na imagem adiante indicada como figura 11, são bem perceptíveis.

**Figura 11 - Rua Sá da Bandeira. Sem Editor referenciado. Data. Cerca de 1915, exibindo casas nobres situadas no alinhamento do palacete**



Fonte: LOUREIRO, J. – Postais antigos de Cabo Verde. Lisboa: Fundação Macau, 1998, p. 59



Estas duas habitações senhoriais serão estudadas mais adiante em simultâneo, para que possamos fazer uma análise comparativa das suas características.

#### **4.3.1. O palacete recuperado como palácio da Cultura**

Esta obra arquitectónica confronta-se, a norte, com o moderno edifício onde hoje está instalada a agência do *Plateau* do Banco Interatlântico, a sul com a Farmácia Moderna, a oeste com a zona baldia do Taiti, situada no vale da Várzea da Companhia num plano inferior em relação ao do planalto que constitui o centro histórico. A imagem a seguir indicada como *figura 12*, apresenta este palacete que se destaca pela sua imponente fachada.

**Figura 12 - Vista de frente do antigo palacete da Cidade hoje, restaurado e com a designação de palácio da cultura Ildo Lobo<sup>663</sup>**



**Fonte recolha fotográfica feita no âmbito deste estudo em Junho de 2007**

Este modelo impôs-se no conjunto de outras edificações de cariz particular, na urbe da Praia no século XIX. Destaca-se particularmente, na época, pelo raro crescimento em altura estruturando-se em três pisos visto que muito poucas edificações ultrapassavam o primeiro andar.

Foi adquirido ao Banco Nacional Ultramarino (BNU) que o obteve com era hábito, como doação em pagamento de dívida e diversas execuções *hypthecarias*, como

---

<sup>663</sup> A sua denominação constitui uma homenagem a um moderno vulto da cultura cabo-verdiana já falecido, o trovador que se destacou pela grande melodia da sua voz na interpretação dos ritmos mais representativos da música típica do arquipélago.



reporta o ofício datado de 1889<sup>664</sup> e foi comprado por Fernando J. Serra e Sousa, por arrematação em hasta publica uma vez que era hábito surgir oportunidades deste tipo, nas ocasiões em que o BNU, pela via referida, adquiria prédios particulares sedeados em diversas ruas largos e praças da Cidade da Praia.

Parece corresponder ao palacete em estudo a certidão referente ao prédio nº 2628 indicado como uma propriedade de dois andares e lojas, sito na praça do Albuquerque extraída dos registos da conservatória da comarca de sotavento referente a esse imóvel<sup>665</sup>. O mesmo integra um conjunto de certidões referentes a prédios diversos situados nos vários espaços públicos da Cidade da Praia detidas em 1889 pelo BNU, decorrente da informação fornecida pelo Governo-geral da Província de Cabo Verde em ofício nº 81 datado de 26 Fevereiro de 1889 satisfazendo o determinado pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar em 25 de Agosto de 1887. Auxiliou na prestação dos dados solicitados pela metropole *Luiz António Araújo Medina*, ajudante privativo da conservatória da comarca de sotavento de Cabo Verde, nomeado por sua Majestade Fidelíssima El-Rei, certificando que (...) *em face dos livros de registos d'esta conservatória, que as propriedades actualmente inscriptas a favor da agencia Banco Nacional Ultramarino, d'esta cidade são os seguintes (...)* indicando depois no rol das *propriedades (...)* o *prédio nº 2628 – uma propriedade de dois andares e lojas, sito na praça do Albuquerque*<sup>666</sup>.

Prova a posse desse imóvel por Fernando Sousa por volta de 1954 um requerimento dirigido ao senhor presidente da Câmara Municipal da Praia em que nesse

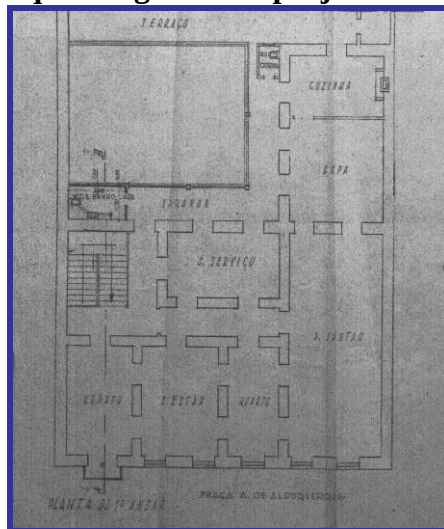
---

<sup>664</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1889 [ofício nº 81] 1889 Fevereiro 26 1889, [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar [manuscrito] 1889. 15f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 157.

<sup>665</sup> O conhecimento dessa certidão resulta cumprimento da determinação constante do ofício nº 1 pela 2ª repartição da Direcção Geral do Ultramar, datado de 25 de Agosto de 1887, onde se pedia ao Governo geral da província que fizesse acompanhar nota explicativa e certidões extraídas dos registos da conservatória da comarca de sotavento, referentes às propriedades detidas pelo Banco Nacional Ultramarino, incluindo prédios particulares sedeadas em diversas ruas largos e praças da Cidade da Praia em virtude de transacções efectuadas com esse banco.

<sup>666</sup> Vide anexo nº 1 - Ofício nº 81 datado de 26 Fevereiro de 1889 do Governo-geral da Província de Cabo, nota explicativa e certidões extraídas dos registos da conservatória da comarca de sotavento, referentes aos prédios particulares sedeados em diversas ruas largos e praças da Cidade da Praia adquiridas pelo Banco Nacional Ultramarino, por arrematação em hasta publica como doação em pagamento de divida e diversas execuções *hypothecarias*.

**Figura 13 - Planta do 1º primeiro andar do prédio de Fernando J. Sousa e Serra na Praça A. de Albuquerque integrante do projecto da respectiva casa**



Na planta e na imagem da obra edificada é visível a existência de várias portas num total de cinco no rés-do-chão exceptuando-se uma que dá acesso à caixa-de-ar. No alinhamento desta entrada projectam-se mais duas portas no primeiro e no segundo

<sup>668</sup> Entre os dois únicos prédios com mais de dois pisos referidos em documentação oitocentista, no século XIX, nesta via, o que parece ter mantido até por volta de 1954, as certidões são claras ao referirem a um prédio nº 2629, que merece uma abordagem mais à frente, mencionada como uma pequena propriedade de dois e andares e lojas, sito na Praça do Albuquerque. Uma vez referida nestes termos só pode ter sido aquela maior que foi adquirida por Fernando Sousa e que corresponde à planta anteriormente exibida, apresentada por esse senhor no momento em que requeria junto da Câmara a autorização para introduzir obras na casa.

337

andar dando acesso a duas varandas respectivas. As restantes dão passagem para o interior térreo composto por lojas. A observação atenta da planta permite-nos verificar que na distribuição interna do primeiro andar previu-se um espaço de serviço, dois quartos, salas de estar e de jantar, cozinha, copa e um compartimento que se pretendia por volta de 1954 instalar, para que servisse de quarto de banho com esgoto.

O segundo piso distribui-se por espaços de pequena dimensão em virtude de ganhar característica de um piso de águas furtadas na forma definida por Maria João Madeira Rodrigues e outros uma vez que apresenta uma área útil inferior aos restantes pisos a que sobrepõe <sup>670</sup>. O telhado não é bem visível devido à magnífica platibanda, feita à base de balaústres. Os tectos são forrados em madeira e o mesmo material é aplicado aos soalhos como era costume em várias edificações da época. As janelas envidraçadas seguem também o estilo do período <sup>671</sup>, não ostentando porém nem arcos redondos nem lumieiras.

Sendo um edifício com característica típicas de habitações nascidas nas proximidades dos portos, influenciada por esta especificidade que é comum a outras residências senhoriais da urbe, à mesa esteve associada muita inovação em termos de técnicas construtivas e materiais importados utilizados. Alguns desses tipos de materiais utilizados nesta edificação referem, como constatamos, terem sido assim discriminados: telha de barro tipo marselhês para a sua cobertura, massa de vidraceiro e vidraças para as janelas, madeira utilizada na confecção de portas, janelas, varandas e madeiramento de cobertura etc. Esses materiais de construção vêm expressos numa lista que um comerciante da Praia que habitualmente importava do reino e de certas partes do estrangeiro, incluía ainda: cal, determinados tipos de cantaria, cimento de polland, certas espécies de tijolo e de alvenaria, grudo da Bahia, tintas preparadas inglesas, entre outras. <sup>672</sup> Como expressamos acima, alguns desses materiais foram também observados neste e noutros edifícios estudados <sup>673</sup>.

---

<sup>670</sup> MADEIRA Maria João (Coord) – Vocabulário técnico e crítico da arquitectura. Coimbra, Quimera Editores, 1996, p. 21.

<sup>671</sup> Garcia de Horta, – Revista do Instituto de Investigação Científica Tropical. Edição do Ministério da Ciência e Tecnologia. Lisboa. 1995. Volume 15. nº 1. pp. 52-53.

<sup>672</sup> Ofício nº 047 do Governo da Província de Cabo Verde datado de 12 de Novembro de 1896. Cf. AHU, SEMU-DMU – CABO VERDE, Cxa. 170.

<sup>673</sup> O comerciante referido como sendo da Praia ganhou o concurso para o fornecimento de materiais de construção para o hospital de S. Vicente iniciado no último quartel do século XIX onde apresentou a lista de materiais mencionada.

Esta obra, tal como a outra estudada anteriormente, enquadra-se na estética neoclássica. Há um predomínio da parede lisa, linhas horizontais enquadrando as portas expostas de modo ritmado no primeiro piso. A mesma preocupação evidencia-se nas janelas altas que expressam certa nobreza. Notamos nos pisos superiores uma decoração sóbria através das molduras das portas e janelas, sendo mais ousado o trabalho de ornamentação das varandas bem como a leve elegante platibanda. A elegância das varandas é destacada pelas misulas ou consolas enquanto elementos de suporte das varandas projectados na vertical. Estas características têm normalmente predominância, nas habitações particulares com carácter de residência senhorial, seguindo a linha de muitas obras arquitectónicas difundidas pela metrópole.

Em certos aspectos não foge ao tipo de sobrado que se compõe de lojas no rés-do-chão, com quintal. Assim na sua parte traseira ostenta duas varandas de madeira expostas frontalmente aplicadas segundo uma precisão tipológica estruturada em U à semelhança da Casa Cor-de-Rosa e cobertos formando beirais de telha de barro marselhês conferindo a esta parte do edifício uma certa majestosidade, constatada adiante na *figura 14*.

**Figura 14 - Anexos à composição principal do antigo palacete do *Plateau***



**Fonte: Imagem fotográfica recolhida no âmbito deste trabalho em Julho de 2007**

Vários pontos dos anexos edificados nas traseiras do edifício funcionam como espécies miradouros voltados para a antiga Fonte Ana e outras áreas alcançáveis pela vista a partir daí.

Foi adquirido nos finais da década de noventa do século passado, por compra pelo Estado, para passar a ser utilizado na promoção cultural com as seguintes funções: No primeiro piso uma primeira porta de entrada dá acesso para: Livraria, Café, Pátio,

Auditório e Varanda do Miradouro. A partir de uma segunda porta no mesmo piso, sobe-se através de uma escada assoalhada para os restantes pisos e aceder a espaços tais como: recepção, arrecadação e uma casa de banho. No segundo piso encontramos salas de exposições, espaço áudio-visual, e três casas de banho. No terceiro piso deparamo-nos com mais salas de exposições de pequena dimensão WCs.

Toda a escadaria é decorada com obras de arte que reflectem o trabalho de pintores cabo-verdianos contemporâneos que se têm dedicado ultimamente a esta disciplina artística entre os quais chamou-nos atenção obras de José Maria Barreto.

O palacete acabado de ser analisado e descrito constitui um símbolo da moradia das classes mais abastadas da urbe, e da dinâmica sócio económica da cidade fruto das relações sociais estabelecidas primeiro, no contexto de uma sociedade escravizada podendo tais edificações sob ponto de vista das suas subdivisões, reflectir o quotidiano dos seus habitantes e assim revelar a realidade vivência dos estratos sociais existentes. Num segundo momento coincidente com uma sociedade de homens livres, as edificações com estas características terão contribuído para a dinâmica comercial da cidade. Hoje dispõe de uma utilidade que no quadro da sua reabilitação reveste-se de grande importância. O seu restauro e sua restituição à comunidade como pólo de difusão cultural constitui um marco importante na valorização do património.

#### ***4.3.2. Duas das casas nobres da família SERBAM: análise comparativa***

As edificações nobres, ligadas no passado à família Sérgio Barbosa Mendes (SERBAM) situadas no alinhamento do palacete que vão ser objectos de uma análise comparativa do ponto de vista arquitectónico, constituíram no passado tal como ainda hoje grandes pólos de actividade económica da rua onde se inserem. Mudaram-se os proprietários mas mantêm-se vivos enquanto elementos da cultura material. Continuam intactos conservando e com as mesmas finalidades para que foram edificadas, exceptuando a função residencial em virtude do comércio moderno tendencialmente ser propenso a ocupar mais espaços, incluindo todo o nível superior dos edifícios. Desta forma prevaleceu o espírito de preservação pelo menos nos alçados, que abonou a favor da valorização do centro histórico. Surgem, tal como o palacete, no lado esquerdo da antiga rua do Sá da Bandeira na zona mais nobre da cidade por que nas suas

proximidades se afirmaram construções com características semelhante típicas do século XIX. Um dos dois edifícios em análise exibe ainda a data de 1889, inscrita numa das suas portas como veremos mais adiante. A permanência dessa inscrição perpetua uma referência temporal importante para o seu estudo. A descrição e análise das duas obras vai evidenciar as características comuns e as diferenças.

Para a leitura das características que os dois edifícios evidenciam salientado diferenças e semelhanças ao nível de elementos descritíveis e objectivamente observáveis os aspectos que têm a ver com a forma serem passíveis de serem analisados bem como a interpretação do simbolismo que cada uma das construções possa conter baseamo-nos na *figura 15*, a seguir indicada.

**Figura 15 - Duas casas nobres ligadas no passado à família SERBAM antes da restauração neste inícios do século XXI**



**Fonte:** Imagem do arquivo pessoal de José Maria Semedo – docente do ISE

Nesta figura enxergamos à partida uma diferença que diz respeito ao facto da construção da extremidade possuir duas frentes, com uma das quais voltada para um beco que a separa de um outro edifício moderno. Este apesar de belo provoca distúrbios na harmonia que seria desejável nesta parte do centro histórico.

#### *4.3.2.1. Conteúdo dos aspectos marcadamente descritivos*

Consideraremos nos aspectos objectivamente caracterizáveis referências relativas à localização espacial de cada uma das obras a época das respectivas construções e os elementos que são inteligíveis nos alçados e nas respectivas coberturas.

Com efeito, do ponto de vista sua localização espacial importa antes de mais realçar que estão situadas na mesma rua onde foi edificado palacete estudado anteriormente e no seu alinhamento em direcção a norte. Ambas provavelmente fazem

parte edificações que já são referenciadas na década de oitenta do século XIX, mais exactamente entre 1884 e 1889, estando os dados mais precisos para casa da extremidade confrontada a norte pelo beco do Fontes, assim denominado por volta de 1889 identificada pela existência da inscrição SERBAM nas partes superiores dos expositores visíveis no rés-do-chão.

Por um lado, seguramente, reporta-se a esse edifício as alusões no ofício nº 81 datado de 26 Fevereiro de 1889 do Governo-geral da Província de Cabo Verde, que em nota explicativa e certidões extraídas dos registos da conservatória da comarca de sotavento, referentes aos prédios particulares sedeados em diversas ruas largos e praças da Cidade da Praia adquiridas pelo Banco Nacional Ultramarino, como pagamento de dívida e diversas execuções *hypothecarias que depois terão sido vendido*. Uma das certidões identificando como prédio nº 285 alude a *uma propriedade de casas, que se compõe de lojas e primeiro andar, com quintal, na praça do Albuquerque, d'esta cidade da Praia, tendo também frente para o beco do cônsul (hoje Rua do Fontes)*<sup>674</sup>. Ao observarmos com atenção a casa da extremidade notamos que efectivamente é a mesma que tem também frente para o beco referido, pelo que presumimos que essa certidão à mesma diz respeito. Por outro lado, é a própria porta casa senhorial voltada para o citado beco. Traz a inscrição 1889, a provar que nessa altura já estava edificada.

Relativamente aos elementos que são inteligíveis nos respectivos nos alçados notamos que ambas as composições são de dois níveis, ostentam no piso térreo características de lojas e o primeiro andar, particularidades que fazem delas parecer espaços residências. Ambas exibem platibandas e cobertura de telha marselhesa a quatro águas. A casa mais próxima do palacete tem maior número de portas expostas de modo ritmado e na mesma proporção em número de cinco, sem quaisquer lumes. No primeiro andar este edifício exhibe três portas-janelas envidraçadas delineadas na mesma direcção das três portas mais centralizadas com lumes enquadradas por arcos quebrados a exprimirem essa projecção em altura. Na função de abertura com passagem para o exterior, cada uma das portas janelas dá acesso à bela e cumprida varanda embebida na parede sem qualquer suporte com corrimão de ferro. Ladeiam essa grandes aberturas

---

<sup>674</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1889 [ofício nº 81] 1889 Fevereiro 26 1889, [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar [manuscrito] 1889. 15f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 157.

duas janelas mais simples, mas com semelhantes características no que toca à projecção das duas portas mais distantes da parte central da construção no rés-do-chão. A casa da extremidade possui no rés-do-chão três portas: duas próximas dos cunhais mais estreitas e mais baixas com as respectivas partes superiores a terminar em arco quebrado, sem lumes e a porta central, mais larga, mais alta, com a sua cimalha concebida em arco abatido, tal como a este tipo de solução arquitectónica reporta a literatura<sup>675</sup> e com a arcadas envidraçadas para permitir a entrada de maior luminosidade ao interior. Possui ainda vitrinas para exposição de produtos, evidenciando de forma mais marcante a função de espaço comercial. O primeiro andar deste edifício patenteia duas portas-janelas estreitos unidos por uma fina coluna. Terminam em arco redondo com lumes à semelhança da porta a que estão sobranceiros evidenciando assim uma certa harmonia e dão acesso a varanda aplicada com corrimão de ferro, mais curta e menos elegante do que na casa mais próxima do palacete, mas suportada por uma bela mísula ou consola<sup>676</sup>, cuja definição enquanto elemento arquitectónico é precisada por Ivone Correia<sup>677</sup>. Ladeiam essas aberturas centrais três portas-janelas de sacada com grades à frente e dotadas de duas bandeiras também com lumes em cada flanco, formando mais seis aberturas, dispostas de forma simétrica em relação ao eixo central do edifício.

Ao observarmos a imagem referente à construção da extremidade e com uma frente virada para o beco do Fontes notamos que a mesma exhibe, além de outros detalhes, duas inscrições, já referidas, importantes para a reconstituição de alguns aspectos da sua história, como se pode ver nas imagens de pormenor relativos a esse alçado e constantes da *figura 16*, evidenciada abaixo.

---

<sup>675</sup> SMITH, Edward Lucie. Dicionário de termos de arte. Lisboa. Círculo de leitores, 1990 p. 28.

<sup>676</sup> Elemento arquitectónico saliente e de apoio como ornato que ressaia de uma superfície geralmente vertical que sustenta, no caso em apreço uma varanda.

<sup>677</sup> CORREIA, Ivone – Dicionário Fundamental de artes visuais. Lisboa, Bertand Editora, 1998 p. 118.



**Figura 16 - Pormenores relativos à frente de um dos edifício voltada para o beco**



**Fonte: imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho**

Uma das inscrições como já tínhamos referido anteriormente reporta-se a uma data, 1889<sup>678</sup>, na parte inferior da arcada em forma de lume para permitir passagem de luz e arejar o soalho, onde se destaca uma solução de gradeamento de ferro em leque. A mesma porta, de duas bandeiras, evidencia decoração em pequenas almofadas quadradas e com lumieiras, para reforçar a luminosidade no interior, tal como, a este tipo de solução arquitectónica, refere Maria João Madeira Rodrigues na obra sob a sua coordenação intitulada: Vocabulário técnico e crítico de arquitectura. Tais aberturas foram previstas em forma de rendilhado de ferro exibindo uma figura humana com um instrumento musical ao peito. A outra inscrição em letras maiúsculas aparece na faixa que separa os dois níveis da casa por baixo duma das janelas de sacada com grades a referir a LICEU GIL EANES, na imagem do lado direito da figura, testemunha a funcionalidade de uma parte desse edifício como espaço educativo. Comprovamos também dados atinentes a esta utilidade educativa que teve esta que, foi uma das casas da família SERBAM, através de um artigo publicado num periódico local que foi editado desde a década de 1950. Tal publicação reportava em 1960 à uma secção do Liceu Gil Eanes sediado na Cidade do Mindelo, ilha de S. Vicente, a funcionar na Praia desde 1955<sup>679</sup>.

<sup>678</sup> Esta inscrição eterniza um acontecimento importante que pode relacionar-se com o arranque de alguma das funcionalidades que teve o edifício no passado que, necessariamente, pode não coincidir com a data da sua construção, mas acaba por ser referenciar a sua existência já por essa altura.

<sup>679</sup> *Boletim CABO VERDE de Informação e Propaganda* n.º 133. Praia, Imprensa Nacional, 1960, p. 1.

#### 4.3.2.2. *Diversidades simetrias das características formais nos dois edifícios*

No que toca às diferenças e similitudes nos aspectos formais, se por um lado, há semelhanças entre este dois edifícios ao nível da estética construtiva que não deixa de assentar-se no estilo colonial, realçando linhas horizontais e certa sobriedade reveladas pelas paredes lisas, por outro lado, são marcas de um neoclassicismo mais evidente na casa da extremidade dada à forte predominância de arcos redondos na porta central, nas das portas/janelas que lhe são sobranceiros. Aí, a harmonia é conseguida não só na projecção no mesmo espaço dessas aberturas, mas também na acentuação do arco de volta perfeita.

Parece haver na edificação mais próxima do palacete uma sobreposição aos elementos associados à estética neoclássica, soluções arquitectónicas que podem ser assumidas como um gosto neogótico, tal como a este cânone da arquitectura oitocentista refere Ivone Correia<sup>680</sup>, presente nos arcos quebrados das portas/janelas, revelando uma mescla de estilos ou um ecletismo que é próprio do romantismo arquitectónico. Esta corrente estética assume-se por isso também como fonte uma possível fonte inspiradora dos sobrados que se emergiram nas possessões portuguesas, como foi o caso de Cabo Verde nos séculos XIX e XX.

Trata-se de uma corrente mais revivalista, que se situa na antítese da pompa barroca e se distingue de outros classicismos anteriores. É, no entanto, ainda mais natural, o que é revelado nesta composição arquitectónica, pelo menos no seu piso térreo, remetendo-nos também a paredes completamente lisas. Com base no espírito revivalista, os arquitectos românticos mantiveram, a tipologia de casas inspiradas nos cânones clássicos, onde sobressaem toda a harmonia dos interiores e as suas fachadas. É exemplo disso a arquitectura palladiana<sup>681</sup> reflectida nas casas senhoriais europeias que terão sido, mais nuns espaços que noutros, transplantados para as zonas de influência do velho continente.

---

<sup>680</sup> CORREIA, Ivone – Dicionário fundamental de artes visuais. Lisboa: Bertrand Editora, 1998, p.158.

<sup>681</sup> Palladio (1508-1580) cujo nome dá à arquitectura palladiana foi o grande arquitecto italiano que, apoiando-se em ensinamentos de Vitruvius fez resistir à actualidade as tipologias das casas clássicas onde destaca-se uma organização, regulada por leis matemáticas harmónicas, tendo projectado fachadas em função da planimetria e volumetria internas das respectivas casas.

Uma análise cuidada permite também verificar que a busca de elegância em ambos os edifícios inspirou os seus criadores em mostrar, por exemplo, na outra obra arquitectónica, portas do rés-do-chão expostas de modo muito ritmado. Numa das composições vemos uma certa harmonia na forma como as portas-janelas estreitas e unidas no primeiro andar são projectadas a partir da porta central do rés-do-chão no mesmo espaço desta e a terminarem de igual modo em arcos redondos à semelhança das tais portas em outro edifício. Em fim, parece também que as portas-janelas estruturadas na mesma direcção das três aberturas mais centralizadas, com lumes, enquadradas por arcos quebrados na composição mais próxima do palacete exprimem maior projecção em altura para garantirem maior imponência ao edifício.

#### *4.3.2.3. Elementos representativos do simbolismo presente nas duas obras arquitectónicas*

Naquilo que cada uma das edificações pode representar do ponto de vista simbólico, se nos afigura salientar que a elegante varanda mais comprida, as janelas esboçadas em arco quebrado e a bela platibanda feita à base de balaustrada concebida de em cerâmica vidrada, e por conseguinte uma solução arquitectónica que se destaca pelo seu requinte, apesar desta última solução decorativa estar presente em ambas as edificações, conferem maior dignidade numa das composição do que na outra. No entanto, ambas exprimem a ideia de compatibilidade da função comercial com a residencial. E, se por um lado, a casa com frente para o beco do Fontes acaba por exprimir uma finalidade educativa numa das suas partes tendo funcionado como uma secção do Liceu Gil Eanes entre 1955 e 1960<sup>682</sup>, a par do uso comercial sendo este último de forma mais vincada neste edifício do que no outro pela presença de vitrinas para exposição de produtos, por outro, ostentam ambas pisos superiores com particularidades que fazem delas também espaços residências. Esta constatação decorre das portas-janelas terem sido concebidas para permitirem que os moradores pudessem, sempre que justificasse, vir à varanda observar o meio exterior e exhibir o seu estatuto social. Igualmente a cobertura de telha marselhesa a quatro águas, para além da função

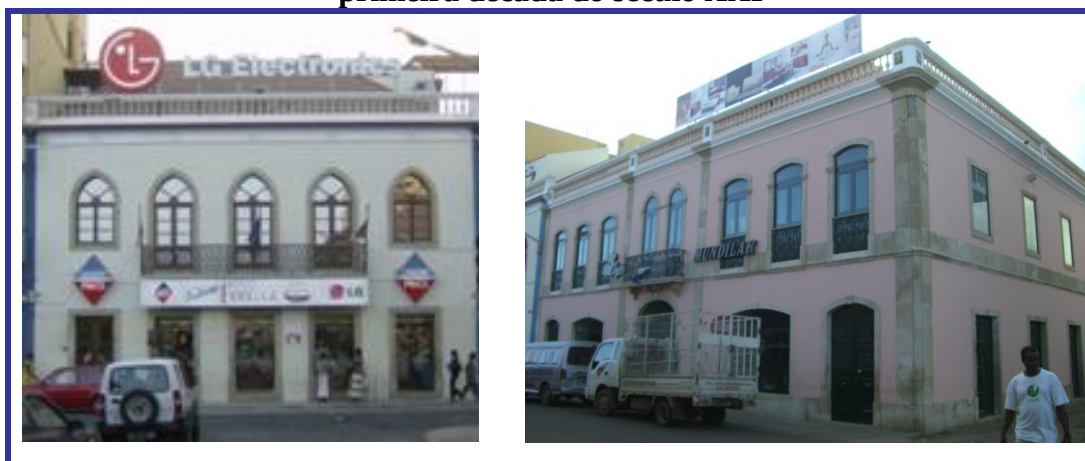
---

<sup>682</sup> Boletim CABO VERDE de Informação e Propaganda nº 133/1960. Praia, Imprensa Nacional, 1960, p. 1.

utilitária, constitui em ambas as construções uma das formas de se evidenciar maior dignidade das mesmas.

Eis em seguida apresentadas na *figura 17*, as duas obras revelando cada uma, o seu novo aspecto depois de estarem na posse de novos proprietários e restauradas nesta primeira década do século XXI.

**Figura 17 - O novo aspecto das duas composições depois de restauradas nessa primeira década do século XXI**



**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho**

As duas edificações restauradas como mostram as imagens acima exibidas continuam a impor a sua magnificência na actual Avenida Amílcar Cabral. Vê-se que se empreendeu um trabalho de restauro com algum cuidado, principalmente, na casa com frente voltada para o beco. Depois das obras de remodelação ficaram mais bem evidenciados os aspectos ornamentais, fundamentalmente a nível dos lintéis ombreiras, e soleiras das portas-janelas e portas concebidos em mármore nos alçados frontais das duas construções. Realçando também os restauros na edificação da extremidade pilastras que delimitam a parte central do edifício e os cunhais aparelhados também em mármore. Ambas ostentam os respectivos distintivos. Com efeito, numa está instalado o centro comercial Fenícia, depois de ter sido adquirido por um grupo de investidores estrangeiros originários do Líbano. Aparece assim identificada com o respectivo letreiro e por uma ostensiva propaganda da *LG electrónica*. Noutra, depois de comprada pela família Anjos e remodelada, foi aberta uma loja de móveis e de outros artigos do lar denominada *MUNDILAR*.

#### 4.4. Casa FEBA

A obra arquitectónica ora em estudo a qual vamos fechar a série de exemplares situadas na antiga rua do Sá da Bandeira que enunciamos no início deste ponto é o pequeno edifício de três pisos evidente no esquema representativo desta artéria datado de 1954. Anteriormente salientamos que nessa representação, exceptuando o palacete era o edifício com loja e dois andares situado na rua em referência, por sinal mencionado no ofício nº 81 datado de 26 Fevereiro de 1889 do Governo-geral da Província de Cabo, acompanhado de nota explicativa e certidões extraídas dos registos da conservatória da comarca de sotavento, referentes aos prédios particulares sedeados em diversas ruas largos e praças da Cidade da Praia adquiridas pelo Banco Nacional Ultramarino<sup>683</sup>.

Pelo que se expôs atrás, não é difícil de admitir que a certidão na altura emitida concernente ao *prédio nº 2629*, relativa a uma pequena propriedade de dois andares e lojas, sito na Praça do Albuquerque, querendo-se dizer também na rua do Sá da Bandeira, indicada como um prédio cujas *inscrições* datam-sede 28 de Novembro de 1881 corresponde a este que por agora é o nosso objecto de estudo.

A casa FEBA aparece situada na mesma rua, a do Sá da Bandeira, onde se evidenciam o palacete e as duas edificações pertencentes no passado à família SERBAM, mesmo em frente à praça Alexandre Albuquerque e fronteira à casa que funcionou como papelaria do Leão, também uma edificação que é contemporânea das obras arquitectónicas em estudo.

O recorte contendo a obra arquitectónica em referência, inserida no esquema representativo da rua do Sá da Bandeira em 1954<sup>684</sup>, onde foi edificada é agora confrontada com a imagem que chegou até nós deste desse edifício num conjunto perfilhado a baixo como *Figura 18*.

---

<sup>683</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1889 [ofício nº 81] 1889 Fevereiro 26 1889, [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar [manuscrito] 1889. 15f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 157.

<sup>684</sup> Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação nº 60.1. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, Setembro de 1954 p. 4

**Figura 18 - Imagem da casa FEBA que chegou confrontada com a sua representação gráfica em recorte de desenho datado 1954**



**Fonte: Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação nº 60.1. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, Setembro de 1954 p. 4 e Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial - Casa FEBA, indicado como quarteirão nº Quarteirão 39 Lote 014 Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.**

Na descrição e análise desta obra arquitectónica evidenciando outros aspectos com pouca carga de subjectividade e os de carácter formal e simbólico se nos afigura em primeiro lugar salientar que se trata de uma construção que se projecta mais em altura do que ao nível do solo com três pisos, isto é dois andares e loja. No piso térreo, a deduzir pela entrada que parece não ter sofrido alterações ficamos com a ideia que possui duas portas simples de madeira. Nos dois pisos superiores ostenta ainda duas portas-janelas, com balcões de madeira em cada modestamente decorados o que certamente simboliza menor dos seus antigos proprietários comparativamente com as obras anteriormente estudadas. As paredes apresentam-se rebocadas e pintadas em tonalidade bês, são extremamente lisas, pois não dispõem de qualquer ornamentação e se enquadram por pilastras simples nas extremidades da casa. A cobertura é como temos referenciado para as outras obras estudadas de telha vermelha marselhesa, a quatro águas. Na mesma vislumbra-se uma fila de rincões<sup>685</sup>, que interceptam as águas mestras. Não exhibe platibanda e ostenta um beirado arquitectado com telha de canudo ou *embrice*. A telha de canudo já era usando segundo, Maria João Madeira Rodrigues, pelos romanos<sup>686</sup>.

<sup>685</sup> Cada uma das arestas salientes segundo as quais se interceptam as águas mestras e as tacaniças do telhado.

<sup>686</sup> RODRIGUES, Maria João Madeira (Coord) Vocabulário Técnico e Crítico da Arquitectura. Coimbra, Quimera Editores, 1996- p. 257

Numa análise que evidencia mais os aspectos formais e simbólicos impõe ser destacada a máxima naturalidade imprimida a esta casa senhorial, pelo que mais que neoclássica parece de tendência romântica. O que nos leva a não assumi-la como neoclássica resulta pois de ser ainda mais natural do que os edifícios mais representativos dessa corrente estética. É por isso no nosso ponto de vista um verdadeiro modelo de casa despretensiosa da *província*<sup>687</sup> erigida em Cabo Verde, uma casa castiça<sup>688</sup>, baseando-nos nas descrições de edificações com estas características referenciadas por Carlos Azevedo

Apesar de tudo a imponência deste edifício é inegável. Exibe uma rara beleza que se esconde na sua simplicidade, proporcionada pela harmonia das formas que compõem o seu alçado, com destaque pelas aberturas que se projectam umas nas outras, do rés-do-chão ao último piso em perfeita coerência. Exprime com efeito uma certa dignidade presente na sua nobre cobertura, nas suas portas janelas que tanto se projectam em altura quanto o próprio edifício. Estas, da mesma forma como acontecia nas edificações de aparência mais faustosas com os seus balcões de ferro em si mesmos a expressarem ter como proprietários pessoas mais abastadas, permitiam que os seus donos também pudessem vir nesses balcões, de madeira, como nos outros casos, observar o ambiente exterior e serem vistos a ostentarem também o seu nobre estatuto social.

Este edifício encontra-se actualmente em avançado estado de degradação e levantou-se recentemente uma polémica à sua volta em virtude dos seus actuais donos pretenderem demoli-lo para a construção de um novo edifício. A acontecer constituiria um verdadeiro atentado contra este que constitui um elemento da cultura material ainda vivo o Plateau de grande valor histórico-cultural.

## **5. A Antiga rua do Lencastre e exemplo de resistência de uma casa nobre**

Neste ponto está em análise a antiga rua do Lencastre, onde procuramos evidenciar a relação que existe entre este espaço urbano, onde foram edificadas

---

<sup>687</sup> Aqui a referência a província remete-nos para as regiões de Portugal continental, sendo muito difundidas no norte mais concretamente em áreas de Guimarães.

<sup>688</sup> Azevedo, Carlos – Solares portugueses. Mem Martins: Livros Horizonte, 1998, p. 9.

construções que outrora se afirmaram com um estatuto decorrente da importância dessa rua no contexto da cidade. Na análise do exemplar da casa nobre que ainda resiste ao tempo e à fúria devastadora dos predadores do património apresentámos este edifício como exemplo de estudo. Num segundo momento dedicaremos a uma reflexão sobre a necessidade do restauro e reabilitação precedida de evidenciação das suas características do ponto de vista estético.

### **5.1. Relação entre a rua e as edificações que se afirmaram com o estatuto casas nobres**

A rua em apreço ostentou a designação acima referida durante muito tempo, antes e depois de 1876, conforme a *alusão patente no mapa a que refere o artigo 1º de edital da cidade da Praia publicado no periódico e não vigente*<sup>689</sup>. Por essa altura a toponímia de muitas das ruas da cidade sofreram alteração, tal como escreve Casimiro Tristão na sua série de estudos sobre a toponímia da Cidade da Praia em 1962. Revela-nos esse abnegado estudioso das questões relacionadas com a cidade em apreço que *em 1873 o vereador Alexandre José de Melo ao apresentar em sessão da câmara de 21 de Junho de 1873 várias proposta de mudança de designação de ruas conservou esta com o mesmo nome*<sup>690</sup>.

A ligação do nome da mencionada personalidade a essa rua, como já referimos em relação a outros casos, principalmente, os governadores na altura já falecidos, foi uma forma encontrada para se reconhecer os serviços e obras então ainda vivos na memória das pessoas, relativas aos contributos de tais personalidades, como a propósito de D. António Coutinho de Lencastre, a que se alude no B. O. do Governo Geral da Província de Cabo Verde data de 1876 e passamos a citar, (...) *recordando-lhe a cidade, dá ella um sympático testemunho da sua louvável gratidão* (...) <sup>691</sup>.

---

<sup>689</sup> B. O. do Governo Geral da Província de Cabo Verde nº 7/1876. Praia: Imprensa Nacional, 1876, p.36.

<sup>690</sup> Boletim CABO VERDE de Informação e Propaganda nº 150/1962. Praia: Imprensa Nacional, 1962, p.

30

<sup>691</sup> B. O. do Governo Geral da Província de Cabo Verde nº 7/1876. Praia: Imprensa Nacional, 1876, p.41.



Na verdade foi no governo de António Lencastre (1808 – 1813) que se chega a definir um plano de estruturação urbanística da vila da Praia contendo arruamentos, largos e praças, marcando por isso o delineamento do desenvolvimento futuro da vila<sup>692</sup>.

Outra figura a que ficou ligado o seu nome a esta rua e cuja denominação lhe é atribuído até aos nossos dias foi a do Governador, General Alexandre Alberto da Rocha Serpa Pinto que governou de 1894 a 1897, como atesta uma lápide destacada no pedestal que suporta o seu busto, já estudado, implantado na antiga praça do pelourinho depois do Albuquerque, distinguida na literatura como um dos mais ilustres dirigentes destas ilhas, considerando-o *uma das mais notáveis figuras que aquella colónia tem tido*,<sup>693</sup> sendo de referir que o seu nome ficou também associado ao novo incremento dos trabalhos que levariam à conclusão do edifício da Igreja Matriz da cidade, concluída em 1902.

Acrescentamos ao que é narrado acima, o facto dessa rua iniciar exactamente na zona mais nobre da cidade nas proximidades do extremo sul, junto ao antigo palácio dos governadores, passando ao lado de um dos alçados dos paços do concelho e entre a mais emblemática praça da urbe e a Igreja Matriz. No lado oposto está a antiga rua do Sá da Bandeira, como pudemos constatar no mapa apresentado no início deste capítulo.

Pelo exposto escusado será especular mais do que foi espelhado sobre a sua importância no tecido urbano do centro histórico da Praia. É a dignidade dessa rua que era conferida às habitações nela erigidas, embora muito pouco se tenha perdurado para testemunhar essa relação representativa do passado. Muitas das edificações deste eixo urbano foram substituídas por novas construções erigidas, enquanto que se mantém firme ainda que em estado de degradação a obra arquitectónica procuramos identificar imagem seguinte indicada como *figura 19* e que a seguir vais estar em análise.

---

<sup>692</sup> CORREIA E SILVA, António – Espaços Urbanos de Cabo Verde, o tempo das Cidades Porto Lisboa: CNCDP, 1998, p.54.

<sup>693</sup> CARVALHO, Moraes – O Visconde de Serpa Pinto. Lisboa: M. Gomes Editor, 1901, p.p. 14-15.

**Figura 19 - Aspecto da antiga rua do Lencastre hoje rua Serpa Pinto e novas construções erigidas encaixando uma resistente habitação senhorial**



**Fonte: Imagem do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho**

Se a edificação em apreço ainda hoje sobrevive à ânsia da sua demolição é graças à importância que ganhou, não só pela sua localização como também por incorporar muitos dos critérios que poderão servir de base para a sua preservação, restauro e reabilitação. Estes critérios se relacionam com suas qualidades estéticas que evidencia e que veremos mais adiante, à sua ligação ao meio envolvente onde mesmo sozinha, pode ser representativa da relação entre o espaço urbano onde está implantada e as edificações aí erigidas sendo a rua em estudo pela sua importância no contexto da cidade depositária da nobreza que ostenta a habitação no caso concreto. Por outro lado, trata-se de um exemplar autêntico uma vez que não sofreu qualquer intervenção, mantém características originais e é testemunho vivo de uma tipologia que tende a desaparecer na artéria onde se insere e por conseguinte, impõe-se como elemento da cultural material raro e único no seu contexto que é a antiga rua do Lencastre.

## **5.2. Uma casa nobre a necessitar de restauro e reabilitação<sup>694</sup>**

A obra em referência corresponde ao quarteirão 36 indicado no conjunto de edificações propostos para serem classificados como monumento histórico de elevado valor patrimonial e é visível no lado direito da rua para quem caminha no sentido norte-

---

<sup>694</sup> Propriedade pertencente, no passado, a Fernando J. Sousa e Serra de acordo com uma octogenária a quem alugou-a durante muito tempo. Era dono também do palacete estudado neste capítulo.

sul, tendo ao lado a parte traseira do edifício da companhia aérea nacional de bandeira os Transportes Aéreos de Cabo Verde TACV. Desta construção é separada pela rua António Salgado, o que pressupõe que se situa no ponto de cruzamento desta via com a antiga rua do Lencastre, actual rua Serpa Pinto.

Embora em estado de degradação é possível verificar que constitui um claro exemplo do estilo colonial, em si mesmo excepcional, em relação às obras antes apresentadas pois foi exclusivamente edificada com a funcionalidade residencial. Apesar de não possuir um piso superior que é habitual nas habitações senhoriais não deixa de revelar a sua nobreza. Propugna, enquanto representante da estética neoclássica, um regresso aos cânones estéticos da antiguidade greco-romana<sup>695</sup> presente no elemento iconográfico característico evidente nos arcos redondos, aplicados à porta central bem como às janelas da edificação como podemos ver na *figura 20*.

**Figura 20 - Um representante do neoclassicismo arquitectónico a clamar por restauro e reabilitação**



**Fonte:** Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.

A fachada é rítmica e simples, mas exhibe janelas com arcadas e com lumes ou lumieiras, envidraçadas para permitir a entrada de maior luminosidade ao interior como a maior parte das outras edificações estudadas até agora. As seis janelas altas (três de cada lado da porta principal), dispostas de forma simétrica em relação ao eixo central do edifício têm balcões metálicos de ferro e são dotadas de duas bandeiras. As respectivas grades de ferro têm função decorativa e utilitária.

---

<sup>695</sup> Grande Dicionário Enciclopédico Verbo. Lisboa/S. Paulo. 1997. p. 19.

Este alçado apresenta duas pilastras encostadas ao extremo do muro do corpo principal e mais dois elementos ornamentais da mesma natureza a enquadrarem a porta central. Ostenta uma platibanda aposta à cimalha em balaustrada, definida por Edward Lucie Smith, como parapeito suportado por pequenos pilares apelidados de balaústres<sup>696</sup> que, nestes casos, são de inspiração renascentista, período a que se datam este tipo de solução decorativa.<sup>697</sup> São raros porque, foram elaborados em material de qualidade superior – cerâmica vidrada que reforçam o seu requinte e nobreza aparecem em bastante quantidade ao longo de toda a parte superior do edifício e são alinhados de forma mais ritmada, conferindo especial elegância à obra arquitectónica.

Um outro pormenor da fachada que também se relaciona com a utilização de material invulgar, visível por causa do estado de degradação do edifício que não observamos nas construções estudadas, refere-se às aduelas feitas em tijolos, cortados em ângulo para se encaixarem no aparelho do arco<sup>698</sup>. São de cor vermelha, encontram-se por cima da porta central e formam uma estrutura de suporte do peso da parede daí para cima. Esta frontaria possui ainda pequenas aberturas para as caves com a função de refrescar estas partes do edifício onde eram guardados alimentos para não perecerem muito rapidamente. A existência desses espaços exprime uma condição de vida dos antigos moradores da casa que, para preverem espaços tão amplos de armazenamento de produtos que correspondiam certamente aos seus excedentes, é porque pertenciam à elite local, muito provavelmente ligada à propriedade fundiária. O telhado em madeira e barro marselhês cozido de cor vermelho, a quatro águas, reafirma a sua qualidade de edifício particular de prestígio devido à dignidade que lhe confere.

### **5.3. Reflexão sobre a necessidade do restauro e reabilitação da obra**

Ao estudarmos as qualidades estéticas do edifício em apreço percebemos as razões da sua resistência ao tempo e às tendências daqueles que revelam indiferença e hostilidade ao património histórico edificado. As suas particularidades impõem a sua salvaguarda através do restauro e reabilitação correspondendo assim aos princípios inerentes à atitude face ao património cultural, compatível com a mentalidade

---

<sup>696</sup> Pequena coluna ou pilar geralmente de secção circular com perfil curvo. Neste caso

<sup>697</sup> SMITH, Edward Lucie. Dicionário de termos de arte. Lisboa. Círculo de leitores, 1990 p. 34

<sup>698</sup> CORREIA, Ivone – Dicionário fundamental de artes visuais. Lisboa, Bertrand Editora 1998, p. 14

contemporânea herdada das ideias de Viollet-le-Duc (segunda metade do século XIX). Tais ideias de Viollet-le-Duc estiveram na base dos fundamentos da teoria da conservação e engendraram o moderno interesse pela arquitectura. Em face desse entendimento, assume-se hoje que não pode ser considerado a atitude de conservação do património arquitectónico como um capricho. Tais ideias despoletaram a curiosidade geral acrescida para as coisas do passado, que tinham demonstrado que não se pode explicar o presente nem o futuro sem estudar os processos da evolução<sup>699</sup>.

Somos a admitir que a difusão das ideias de Viollet-le-Duc nas zonas de influência portuguesa como foi Cabo Verde, estão na origem da tomada de consciência dos valores cognitivos e emocionais de um património cultural com as características do elemento arquitectónico em estudo. A nosso ver, todos os atributos evidenciados contribuíram para aclarar a percepção da necessidade de se assegurar a preservação deste que constitui um precioso elemento da memória colectiva. Por isso ainda está animado por que não foi demolido e a sua conservação, tal como sublinha Rosado para estes casos, inscreve-se hoje num campo de objectivos mais vastos que não apenas preservar por preservar<sup>700</sup>.

Para o autor atrás referido, o primeiro passo que conduz à conservação dos edifícios como é o caso em referência é a promulgação das indispensáveis proibições de demolição e de transformação das construções protegidas, entre outros o que presumimos ter sido garantido a partir do momento em que foi a proposta para ser considerado um dos monumentos históricos de alto valor patrimonial da cidade da Praia. A protecção *passiva* que foi alvo espera pela protecção *activa*, que consiste na sua valorização técnica, funcional, social e arquitectónica depois de devidamente restaurado. O seu restauro deve passar por trabalhos que visam enriquecer os seus valores arquitectónicos, eliminar defeitos da construção criados pela degradação e a sua modernização técnica. Ao mesmo tempo terá que levá-lo a assumir funções em resposta às necessidades contemporâneas dos seus donos ou da própria cidade, no último caso, se

---

<sup>699</sup>CORREIA, João Rosado - O património construído: reabilitação/revitalização arquitectónicas. In: Revista de Património – *Espaço e Memória*. Porto: Universidade Portucalense, nº1/96.

<sup>700</sup>Os valores arquitectónicos devem ser preservados na óptica da Carta de Atenas, (1933), segundo o princípio de que vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem a sua personalidade própria e dos quais emana pouco a pouco a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, em princípio pelo seu valor histórico ou sentimental, depois, porque trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do génio humano.

for adquirido pelo estado<sup>701</sup>. O seu restauro e reabilitação enquanto edifício histórico precioso constituirá um elemento da renovação urbana e de resgate da herança arquitectónica, associada à reconstituição de tradições construtivas e modos de vida de pessoas ligadas ao mesmo ou com um quotidiano semelhante no passado e no mesmo espaço onde se insere.

## **6. Aspectos da decoração interna e mobiliário da casa nobre**

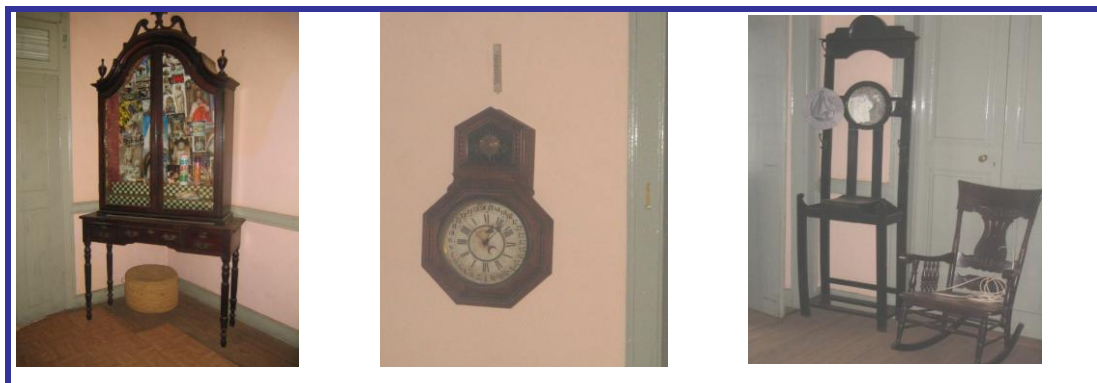
Teria interesse neste trabalho uma apresentação exaustiva sobre realidade decorativa das residências estudadas concernentes ao mobiliário, decoração mural e outros elementos de ornamentação interna. Esta pretensão tornou-se contudo inviável à medida que fomos constatando o recheio antigo, bem como as decorações internas desapareceram. Em face dessa realidade tornaram-se praticamente impossíveis as reconstituições nesta matéria.

Contudo, não querendo deixar passar em branco neste capítulo este pormenor da habitação nobre, evidenciávamos algumas das referências da realidade da vida privada dos moradores deste tipo de habitação, exibindo algum mobiliário, ornamentação e utensílios domésticos da época encontradas algures. Trazemos assim certos elementos iconográficos, correspondentes ao que era hábito ser adquirido pelas famílias abastadas para tornarem as suas casas mais confortáveis e cómodas. Num primeiro momento expomos como aspectos da decoração e conforto molduras com retratos de familiares, que era um hábito ostentar na parede imagens de antepassados, uma forma de guardar a memória dos mesmos em compartimentos de maior importância na casa como era a sala de estar. Exibimos igualmente dois exemplares de cadeira chamando a atenção à cadeira de baloiço pelo conforto que dava estar nela sentado o dons da casa, mas sobretudo pela sua raridade. O Mais curioso é a presença santuário testemunho do grau de devoção dos antigos moradores desta casa. Um relógio belo de parede também realça algum um gosto estético já requintado, como podemos observar na *figura 21*.

---

<sup>701</sup> O restauro na perspectiva do Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, 1964 é uma operação que deve ter carácter excepcional. Tem por objectivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitectónica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. O restauro será sempre precedido e acompanhado de um estudo arqueológico e histórico do monumento.

**Figura 21 - O santuário, relógio de características antigas, cadeiras de balanço**



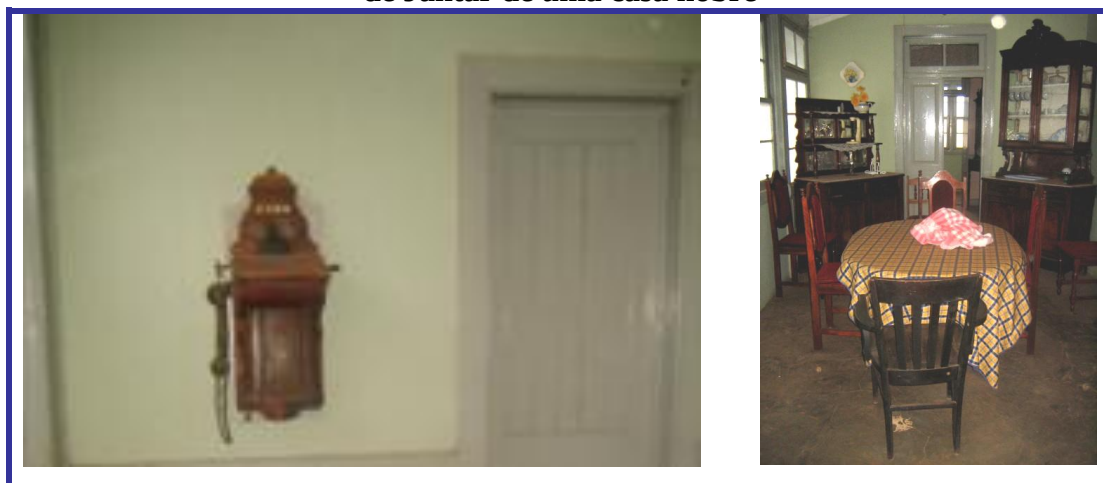
**Fonte:** Imagem do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Fevereiro de 2005.

O telefone que se vê numa das entras da casa, que evidencia uma preocupação nos seio das famílias nobres com os meios técnicos de comunicação confirma também as referências acerca do estado das comunicações no arquipélago no passado. De acordo com o anuário colonial Cabo Verde achava-se em 1927, ligado à rede dos cabos submarinos do atlântico através dos portos da Praia e de S.Vicente, tendo-se a 8 de Dezembro de 1884 inaugurado o cabo submarino entre as cidade da Praia e do Mindelo<sup>702</sup>. Salienta-se na documentação referida que este cabo ligou o arquipélago com outras províncias da América ocidental e com a colónia inglesa da Gambia em 1886. Voltando ao recheio da residência nobre vemos também pela forma como a sala de jantar se estruturava os moradores tinham nesse compartimento da casa o espaço onde a família se reunia para as refeições e funcionava como espaço por excelência, de comunicação entre membros íntimos da família, tendo como momentos privilegiados as horas em que se reunia para as refeições em volta de uma mesa. Quer a expressão do interesse pelos meios técnicos de comunicação, quer a importância da sala de jantar aparece seguir exibido para ilustrar tais cuidados *na figura 22*.

---

<sup>702</sup> Ministério das colónias – Anuário colonial de 1927-1929. Lisboa, Imprensa Nacional, 1930 pp. 192-193

**Figura 22 - Aspectos de uma entrada com telefone antigo apostado à parede e da sala de Jantar de uma casa nobre**



Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito desta tese em Março /05

Enfim, entre muitos utensílios domésticos como é o caso do objecto integrado num ambiente de maior privacidade que é o da higiene pessoal nas épocas recuadas é apresentado abaixo como *figura 23*.<sup>703</sup>

Realçamos aqui que para um edifício como o palacete, estudado neste capítulo, por sinal pertencente a uma das famílias mais abastadas da cidade só por volta de 1954 temos referências da intenção do dono em construir uma instalação sanitária com esgoto. As condições sanitárias daquela casa na altura são reveladas através do requerimento dirigido ao senhor presidente da Câmara Municipal da Praia pedindo autorização para introduzir esgoto no seu primeiro andar<sup>704</sup>, o que pressupõe que até essa altura os aspectos duma casa de banho não eram muito diferentes da realidade iconográfica evidenciada como *figura 23*.

<sup>703</sup> É de se realçar que para um edifício como o palacete, estudado neste capítulo, por sinal pertencente a uma das famílias mais abastadas da cidade só por volta de 1954 temos referências da intenção do dono em construir uma instalação sanitária com esgoto, o que pressupõe que até essa altura era esse elemento da cultura material anteriormente exigido

<sup>704</sup> Requerimento dirigido à Câmara Municipal da Praia solicitando autorização para fazer uma instalação do compartimento que serve de quarto de banho. Fundo Arquivístico do MIT, Cxa 139. Acessível no IAHN-CV na Cidade da Praia.



**Figura 23 - O espaço da casa reservado à higiene da família destacando-se o lavatório e o chuveiro**



**Fonte Imagens recolhidas no âmbito deste trabalho em Março de 2005.**

É de se realçar que para um edifício como o palacete, estudado neste capítulo, por sinal pertencente a uma das famílias mais abastadas da cidade, só por volta de 1954 temos referências da intenção do dono em construir uma instalação sanitária com esgoto, o que pressupõe que até essa altura as condições disponíveis nos momentos da privacidade na higiene pessoal e as correspondentes instalações sanitárias eram semelhante ao ambiente atrás evidenciado.

## **7. A antiga rua de D. Luís e do Pelourinho: o espaço de mercado e a sua função de sociabilidade e difusão cultural**

Assumimos o desafio de estudar esta rua que vai fechar este capítulo, estruturado obedecendo o esquema conceptual previsto para esta segunda parte como um eixo urbano que guarda alguns aspectos da memória colectiva do Centro Histórico da Praia, pela presença de um espaço de mercado cuja função de sociabilidade e difusão cultural será realçada mais adiante. Nesta perspectiva, é a nosso ver, inquestionável a importância da obra arquitectónica que é o Pelourinho na sua acepção de mercado na artéria em que foi implantada. Destaca-se no conjunto das edificações pelo movimentado comércio que proporciona e que tem raízes no passado desta via.

Apresentaremos em primeiro lugar uma síntese histórica da rua em estudo, ressaltando a sua localização. Num segundo momento, faremos do mercado público em referência salientando o contexto que envolveu a sua mudança do primitivo local para onde se encontra hoje. Na parte final dedicaremos à descrição e análise de aspectos da obra arquitectónica enquanto elemento da herança histórica com elevado valor patrimonial.

### **7.1 Aspectos históricos da rua**

A artéria aqui apresentada como rua de D. Luís como é indicada no mapa das ruas da cidade apresentado no início deste capítulo. Recordamos que essa rua foi objecto de alteração toponímica no artigo 1º de edital da cidade da Praia publicado no periódico oficial do Governo da Província então vigente em 1876 altura em que a denominação de muitas das ruas da cidade foi alterada <sup>705</sup>. Apesar das modificações introduzidas respeitando a tradição segundo a interpretação de Luísa Reis Lima que alude situações análogas em contexto diferente <sup>706</sup> a tradição persistiu na designação da via. Este eixo urbano afirmou-se não só como local de troca comerciais se afirmou como também pela sua função de um verdadeiro espaço de sociabilidade dos habitantes. Chegou a chamar-se rua do Meio no tempo em que o mercado ou pelourinho estava

---

<sup>705</sup> B. O. do Governo Geral da Província de Cabo Verde nº 7/1876. Praia: Imprensa Nacional, 1876, p.36.

<sup>706</sup> LIMA, Luísa Reis – A rua do Campo Alegre. In: Revista de Ciências históricas. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1992 pp. 211-226.

situado noutra local, designação essa que foi contestada no B.O. do Governo-geral da Província nº 7/1876, quanto a sua significação, com o argumento de que se situava num dos lados da cidade<sup>707</sup> e como tal, na lógica apresentada não lhe caberia bem esse nome. De acordo com Fernando Tristão em 1962 já ostentava outro nome – rua da república<sup>708</sup>. Actualmente ostenta o nome de rua 5 de Julho designação a que está ligado depois da independência nacional em 5 de Julho de 1975, como forma de perpetuar esse acontecimento de grande importância na vida dos cabo-verdianos.

Juntamente com a antiga via a que se chamou do Lencastre e actual rua Serpa Pinto, formam o eixo central da cidade oitocentista correndo paralelas umas à outra. A artéria em estudo tem a particularidade de ser a única que nasce na antiga praça do pelourinho e prossegue em direcção até a tingir o extremo-norte do centro histórico e exhibe o espaço de mercado à esquerda do observado da imagem seguinte indicada como *figura 24*. Na mesma, são visíveis quatro composições rectangulares dispostas simétrica e duplamente de cada lado.

**Figura 24 - Antiga rua do Pelourinho e de D. Luís hoje rua 5 de Julho destacando-se mercado público à esquerda**



**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito desta tese em Julho de 2008.**

Pelo aspecto que ostentam as edificações desta rua, notamos que, em geral, são marcadamente exceptuando alguns poucos casos de residências senhoriais contemporâneas às anteriormente estadas noutras artérias do Plateau. Realçamos que recentemente foram asfaltadas as ruas do centro histórico mantendo-se a via em apreço

<sup>707</sup> B. O. do Governo Geral da Província de Cabo Verde nº 7/1876. Praia: Imprensa Nacional, 1876, p.40

<sup>708</sup> Boletim CABO VERDE de Informação e Propaganda nº 150. Praia: Imprensa Nacional, 1962, p. 30

o seu pavimento antigo o nos leva a se presumir que no futuro pode tornar-se numa via pedonal.

## **7.2. Do primitivo ao moderno pelourinho: relação com o desenvolvimento da cidade**

A constatação de que o espaço de mercado da Praia não existiu desde sempre no mesmo local é baseada num estudo de Casimiro Tristão que parece coevo<sup>709</sup>. Nesse trabalho publicado posteriormente verificamos que o antigo pelourinho situava-se na via que ostentava o nome de Pedro Álvares Cabral que passava junto ao antigo edifício da Junta do Comercio Externo e da Câmara Municipal<sup>710</sup>.

Apuramos ainda que depois negociações com a Câmara, a Secretaria Geral do Governo através do ofício nº 1022 de 3 de Agosto de 1874 à pedia à edilidade que fosse concedido ao Governo o espaço do antigo mercado, depois que este saiu do primitivo local, como indemnização à concessão feita ao município *de quasi metade do terreno onde está estabelecido o novo mercado*<sup>711</sup>, tendo-se deliberado a câmara que, temporariamente, por causa do espaço acanhado do edifício dos paços do concelho, se podia ceder o terreno pedido visto ser contíguo aos edifício do Paços do Concelho<sup>712</sup>.

Pelo exposto acima, fica claro que em 1874 o novo espaço de mercado já estava no local onde se encontra hoje depois de ter sido retirado da área próxima da Câmara Municipal.

A transferência constituiu um sinal de acompanhamento da evolução da urbe que já tinha o estatuto de cidade e foi este procedimento, a nosso ver bem como no seguimento de Lewis Munford, a concretização de um maior abeiramento do

---

<sup>709</sup> Este trabalho veio ser posteriormente condensado com notas por Fernando Tristão e publicado no Boletim CABO VERDE de Propaganda e Infirmação em 1961.

<sup>710</sup> TRISTÃO, Casimiro – Toponímia da Cidadesda Praia. In: Boletim CABO VERDE de Propaganda e Infirmação nº 145. Imprensa Nacional da Praia 1961, p. 34

<sup>711</sup> Acta da sessão de 6 de Agosto de 1874 do Concelho da Vila da Praia, Cf. IAHN, CMP Livro B2 – (R), A1/7 (1871 – 1900), fls. 46 – 46v

<sup>712</sup> Acta da sessão de 6 de Agosto de 1874 do Concelho da Vila da Praia, Cf. IAHN, CMP Livro B2 – (R), A1/7 (1871 – 1900), fls. 46 – 46v

pelourinho aos moradores<sup>713</sup>, de resto espaço como foi habitual noutros contextos, onde o espaço de mercado aproximava-se dos locais onde as pessoas mais concentravam e congregavam<sup>714</sup>.

Importa sublinhar que estes desenvolvimentos estão relacionados com o aparecimento dos espaços de mercado como é o caso em apreço os progressos do que do comércio que constitui uma actividade económica que evoluiu ao longo dos tempos. Através dos meios de produção mais eficazes e dos condicionalismos agrícolas mais favoráveis a maior acumulação de excedentes é cada vez maior ultrapassando as necessidades de consumo das comunidades locais. Sucodem em consequência trocas comerciais entre diferentes regiões dando origem ao surgimento das feiras que se concentram em espaços do tipo como o em estudo e por isso vão facilitar o negócio de compra e venda de produtos<sup>715</sup>.

O comércio pode ter uma função social e política que permite reforçar os laços de solidariedade entre grupos sociais ou geográficos, tendo desempenhado um papel muito importante nos fenómenos de transferência de civilizações.<sup>716</sup> Dada à evolução desta actividade económica vamos encontrar vários tipos de mercados, bem como, as diversas maneiras de fornecimento dos produtos em que os primeiras expressões desta realidade surgiram com a troca directa, depois a troca indirecta implicando o intercâmbio entre um produto por um objecto equivalente até se chegar à forma de moeda.

Temos de ressaltar que mercado enquanto lugar público, coberto ou ao ar livre, na cidade ou aldeia, serve para se expor à venda géneros alimentícios ou quaisquer outras mercadorias. É centro que promove grande movimento comercial e é onde por consequências há facilidades para negociar. É com esta função que o pelourinho da urbe da Praia aparece, assumindo uma denominação que é atribuída aos primeiros mercados onde as pessoas iam expor os seus produtos para venda. Também adquiriu a aceção de

---

<sup>713</sup> Como vimos nos capítulos anteriores no local onde estava o primitivo pelourinho concentraram-se edificações oficiais.

<sup>714</sup> MUNFORD, Lewis – A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. S. Paulo: Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1982, p. 446

<sup>715</sup> Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XII. Lisboa – Rio de Janeiro Editorial Enciclopédia s/d, pp.234-244.

<sup>716</sup> Enciclopédia Einaudi, Imprensa Nacional. Lisboa, Casa da Moeda, 1986, Vol. 7, p. 278.

feira, a corresponder a encontros periódicos de mercadores de diversas regiões para negócios de compra e venda de produtos até se evoluir para um mercados fixos<sup>717</sup>. Há uma evolução posterior do pequeno mercador itinerante ao mercador sedentário que passou a ter um lugar específico para colocar os produtos. Com o mercador sedentário será necessário uma outra perspectiva em relação aos locais de venda dos produtos que se vão transformando de maneira quantitativa e qualitativa, aparecendo para além do pelourinho ou mercado as pequenas mercearias e casas comerciais. Destas últimas muitas se instalaram nas partes térreas das residências senhoriais existentes no centro histórico. Prossegue a evolução para mini e super mercados, e mais recentemente para hiper mercados<sup>718</sup>. Tudo isso permite-nos perceber que, de facto, houve um desenvolvimento significativo da cidade, assente no comercio, funcionando o espaço de mercado como pólo dinamizador desta actividade económica, como local de cavaqueira sobre os mais variados assuntos da vida da cidade e espaço de difusão de particularidades da cultural local, além da sua função de lugar público de venda de géneros alimentícios e outros, como se reporta literatura<sup>719</sup>.

O mercado da Praia prestou também um contributo ao o desenvolvimento da cidade uma vez que as trocas comerciais representaram um papel relevante no contexto da economia da urbe e os comerciantes e os fornecedores adquirem também papel de destaque, pois vão fazer parte da elite local que vai edificar ou adquirir por compra as várias construções particulares com características de habitações nobres que vão permitir a ostentação do estatuto superior dos grupos dominantes na sociedade praiense.

Além do acima exposto os comerciantes atraídos para os locais de concentração dos órgãos vitais e administrativos, vão influenciar o crescimento dos centros populacionais como é o caso em estudo Na urbe vão integrar também política, para ajudarem a garantir a ordem social interna, visto que há uma população mais numerosa, uma maior diversificação das actividades. Por reacção à cada vez maior aglomeração populacional aumentam-se as necessidades mútuas e interdependência, a procura de alimentos e produtos é cada vez maior e assim mais se vão afirmando os comerciantes e as actividades mercantis e artesanais.

---

<sup>717</sup> A pesar desta evolução esta forma de comercio não deixa de contudo de continuar a existir em certos locais como espaço de encontros periódicos de comerciantes.

<sup>718</sup> O último tipo de mercados ainda não constitui realidade em Cabo Verde.

<sup>719</sup> Grande Dicionário Enciclopédico. Lisboa, Editorial Verbo, 1997, pp. 801-802.

No caso da praia, o mercado era realizado diariamente, tal como ainda hoje, era abastecido com géneros alimentícios e mercadorias trazidas das propriedades agrícolas do interior da ilha de Santiago, constituindo-se num importante espaço de afirmação dos comerciantes da cidade que negociavam géneros frescos e o artesanato produzidos pela população camponesa.

O aparecimento de muitas lojas no espaço em volta do *Pelourinho* atraído pela possibilidade de se vender aos camponeses, vizinhos e todo o tipo de frequentadores bens importados, como vestuário, chapéus, enxadas, panelas, etc. Tudo isso serviu como impulso para a afirmação do principal espaço comercial e consequentemente desenvolvimento comercial que culminou com a criação da Associação Comercial da Praia, no ano de 1872.<sup>720</sup>

### **7.3. Descrição e análise de aspectos arquitectónicos do mercado enquanto património histórico edificado**

O mercado da Praia é um edifício que podemos enquadrar na arquitectura civil de cariz secular situado na antiga rua de D. Luís hoje 5 de Julho e com alçado também voltado para antiga Rua Sá da bandeira, hoje Avenida Amílcar Cabral. Confronta-se a Sul com a rua António Salgado e norte com a do Chapuset. Nas suas proximidades está o moderno edifício adquirido pelo banco de Cabo verde onde tem a sua sede.

De acordo com a documentação consultada em 1872, a Câmara Municipal da Praia pretendia construir um mercado no sítio chamado Montagarro de Baixo ao mesmo tempo que socorria a comodidade dos habitantes, enfeitando a cidade<sup>721</sup> com um edifício que viria a trazer maior graça à urbe, pelas soluções arquitectónicas aplicadas como veremos mais adiante. Sustenta as referências a que tivemos acesso que, o valor estimado foi cedido à Câmara em duas etapas, ou seja, um primeiro valor no montante de 8:200:000 réis que foi insuficiente para concluir a sua edificação, pelo que se pediu autorização para contrair um empréstimo suplementar de 5:000:000 réis.

---

<sup>720</sup> CORREIA E SILVA, António – Espaços Urbanos de Cabo Verde, o tempo das Cidades Porto Lisboa: CNCDP, 1998, pp. 48-52.

B. O. do Governo Geral da Província de Cabo verde nº 24 /1872 de 15 de Junho. Praia: Imprensa Nacional de 1872.

O moderno espaço de mercado viria ser edificado no local onde se encontra hoje e temos indicações que em 1874 ali já estava instalado embora não tivesse as características que ostenta hoje. Chegou a 1907 com o aspecto que tinha quando foi edificado como um espaço coberto, mas não vedado com telha de metal verde escura, como podemos observar na imagem a seguir destacada como *figura 25*.

**Figura 25 - Imagem do novo mercado da Praia edificado entre 1872 e 1874 datada de 1907**



**Fonte: Loureiro João – Postais antigos de Cabo verde. Acessível no IAHN-CV.**

Afirma-se hoje como um edifício de caris económico e segundo os seus responsáveis possui mais de 204 postos de venda e onde a Câmara Municipal consegue recolher uma receita considerável através da cobrança diária a cada vendedor.

Presentemente o mercado da Praia tem outra fisionomia, decorrente das obras introduzidas em 1924 e da evolução do seu comercio que até hoje resulta num movimento quotidiano que dá vigor à cidade e é visível na imagem que se segue destacada como *figura 26*.

**Figura 26 - Vista do mercado da Praia na sua fisionomia actual e inserida no tecido urbano do centro histórico**



**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito desta tese em Março/08.**



Acolhe na actualidade entre 400 à 500 pessoas e não se trata de um número fixo porque poderá aumentar ou diminuir conforme a afluência das pessoas.

Conforme o Sr. José Andrade um dos responsáveis pelo funcionamento do espaço de mercado em referência, este pelourinho, que tem em todo o piso cimentado, cinco módulos de balcões feitos em cimento que estão numerados de A à E com as respectivas numerações: A, B vão de 1 à 22, C de 1 à 32 e D, E de 1 à 64 que pfazem num total de 204 espaços para venda.

Observando o edifício do exterior através da imagem acima colocada nota-se que se trata de um espaço completamente aberto em formato rectangular. *Possui* quatro grandes portas de entrada localizadas em cada um dos respectivos alçados. Estes dão acesso ao seu interior a partir das ruas de D. Luís hoje rua 5 de Julho, António Salgado, do Chapuzet e do Sá da Bandeira com designação actual de Avenida Amílcar Cabral. São todas concebidas em ferro, assim como toda a protecção do edifício sobre um muro que circunda todo o espaço de cerca de 1,5 metros de altura que dá lhe da alguma graça, pois tem efeito ornamental. As partes que formam as ombreiras das portas são feitas em forma de colunas revestidas com mármore, rematadas por elementos de forma redonda que também conferem uma certa elegância aos portais do imóvel, como podemos observar na *figura 27*.

**Figura 27 - Um aspecto das ombreiras das portas feitas em forma de colunas revestidas com mármore, rematadas por elementos de forma esférica**



**Fonte: Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial – Mercado Municipal – fachada do lado da antiga rua do Sá da Bandeira, actual avenida Amílcar Cabral, indicado como quarteirão 37. Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.**

A vista completa deste pelourinho evidenciada na imagem anterior esta permite ainda observar dois dos alçados referidos que possuem os seus simétricos nos lados opostos exactamente iguais revelando uma certa harmonia que ostenta a obra arquitectónica. Possibilita também constatar que apesar de se ter previsto um espaço aberto, foram edificadas quatro composições nos extremos do edificio pintadas a uma única cor viva, sendo; duas peixarias, dois talhos todas cobertas de betão, obedecendo à estética da época espelhada nas portas altas de acesso directamente da rua, com arcadas revivendo o classicismo e com lumes para permitir a entrada de luz.

Em todas as quatro composições no ponto em que começa a moldura de remate da altura, corre um friso simples que marca um campo espacial quebra a monotonia da fachada de parede lisa. É também perceptível na imagem que para garantir algum conforto dos vendedores foram previstas seis espaços separados por armações de ferro, cobertos com telha de metal verde escura a quatro águas e onde correm balcões de cimento cobertos com placas de granito levantados sobre o cimentado, tal como podemos observar na imagem seguinte, indicado como *figura 28*.

**Figura 28 - Interior do Mercado Municipal revelando balcões de cimento cobertos com placas de granito**



**Fonte: Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial – Mercado Municipal (interior) indicado como quarteirão 37. Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.**

Um compartimento sanitário completa as dependências desta edificação secular. Para quebrar a uniformidade das coberturas a quatro água a que foram sujeitos, para os seis espaços existentes na parte central optou-se por uma solução em betão para um espaço erguido sob quatro finas colunas de cimento, com duas pequenas elevações

voltadas para a rua 5 de Julho e a para avenida Amílcar Cabral, onde aparecem inscrições como aquelas evidenciadas na *figura 29*, adiante realçada a testemunhar a data da aplicação de obras que lhe mudou a fisionomia antiga para o aspecto que ostenta hoje.

**Figura 29 - Imagem da parte central do pelourinho onde aparece uma pequena elevação com inscrições não muito perceptível dada à focalização da imagem**



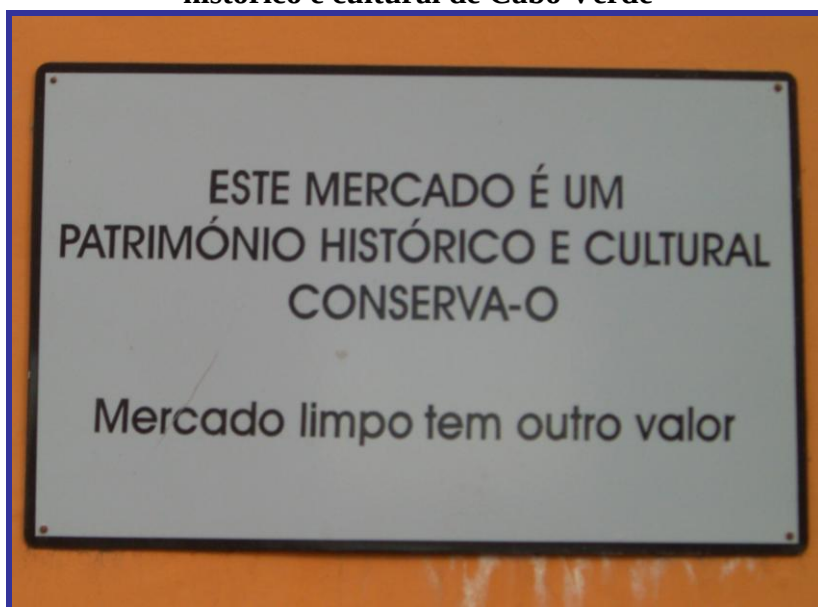
**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito desta tese em Março/08.**

Ao lermos os registos aplicados no remate da parte central do mercado, verificamos que a sigla *CMP* que aparece em primeiro lugar refere à Câmara Municipal da Praia estando também aposta a data da inauguração deste equipamento urbano depois de receber obras em 1924. Reporta ainda os letreiros que era na altura Presidente de Câmara Abílio Monteiro de Macedo e vogais: Joaquim Marques Ferreira, António Coelho Pereira Sena, José de Sousa Santos Júnior e João da Costa Ferreira.

O edifício veio a receber obras de restauro nos anos 90 do século passado, mais concretamente em 1999, estando também no alçado sul do mesmo uma inscrição a marcar a sua reabertura em 17 de Julho do mesmo ano, na altura em que era presidente de Câmara o Senhor Jacinto Abreu dos Santos.

Hoje está devidamente assinalado através de uma placa que corresponde à *figura 30*, como património histórico e cultural, apelando à sua conservação.

**Figura 30 - Placa indicativa do estatuto que detém o mercado enquanto património histórico e cultural de Cabo Verde**



**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.**

Desde há muito o mercado da Praia afirmou-se como um local utilizado para a sociabilidade entre os intervenientes no fornecimento e aquisição de alimentos (vendedores, consumidores, funcionários, visitantes etc). Na sua acepção de espaço público de aglutinação de pessoas desempenha um papel muito importante na difusão de hábitos costumes e tradições enquanto fornecedor de bens com valor cultural. Assim, associados a certos alimentos expostos sazonalmente para venda estão tradições gastronómicas que seguem ciclos festivos e religiosos ao longo do ano que exprimem especificidades culturais locais utensílios com valor cultural passíveis de serem transaccionados juntamente com os respectivos ingredientes capazes de confeccionar um determinado prato típico muitas vezes elemento fundamental de certas manifestações culturais. É também expressão de dinamização cultural passível de se ser difundida a partir do mercado em apreço a apresentação de produtos para venda ligados a certas prática e crendices de medicina tradicional, plantas e artigos diversos enraizados na cultura cabo-verdiana como sendo portadores de propriedades especiais.

Em face destas funções deve ser preservado pelo menos os traços originais do arquitectónico deste espaço de mercado, como também tudo o que o se associa à sua função de difusão cultural e do ponto de vista comercial o negócio dos produtos que estiveram na origem do seu aparecimento e assim ser garantido uma ligação ao seus passado. Por ser um espaço de grande atracção de pessoas, deve-se preservar o asseio, a

arrumação e organização e conforto a níveis aceitáveis quer no espaço interno, quer nas suas cercanias pois, toda a área à sua volta funciona como um grande eixo de encontro e interacção de pessoas, expresso na azáfama diária que é possível observar nessa área, sobretudo na antiga rua do pelourinho. Por causa da presença do mercado e toda a movimentação comercial desta via, parece ter a rua em estudo neste momento importância especial para as autoridades municipais, numa atitude merece o nosso aplauso, dado que deixa em aberto a possibilidade de uma futura intervenção que valorize a parte histórico-cultural deste via todo o centro histórico recebeu asfalto com excepção desta rua e algumas travessas. Caso futuramente venha a funcionar apenas como via pedonal terá melhores possibilidades de funcionar como eixo urbano que valorize o passado da urbe oitocentista da Praia.

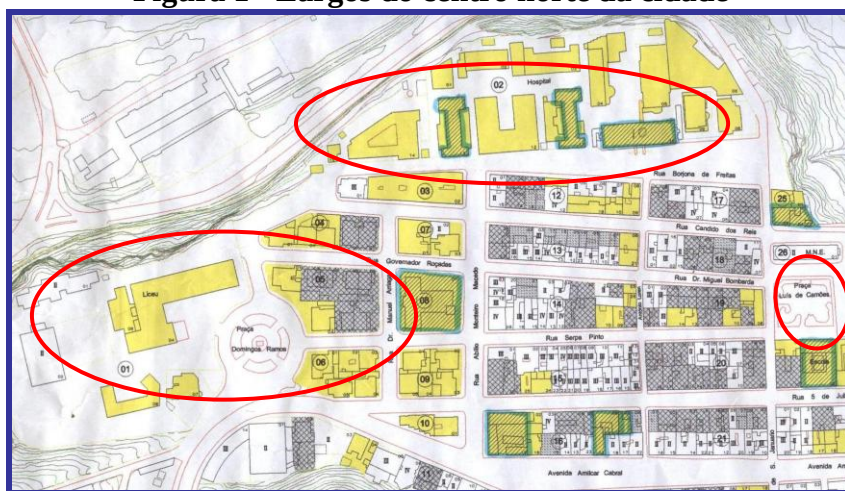
Finalizaremos esta segunda parte com o capítulo V que se segue e que incide sobre a análise de três eixos urbanos da zona centro/norte do Centro Histórico da Praia que ao longo do tempo e com o crescimento da urbe sofreram alterações bem com um conjunto de edificações de carácter sócio-educativo, sócio-sanitário e uma obra representativa da religiosidade protestante.

## CAPÍTULO V

### OS LARGOS DO EIXO CENTRO/NORTE E EDIFÍCIOS EDUCATIVOS HOSPITAL E IGREJA DO NAZARENO

Este capítulo incide sobre a zona centro/norte da cidade oitocentista da Praia, onde se evidenciam três antigos eixos urbanos que ao longo do tempo e com o crescimento da urbe foram sofrendo alterações. Referimos em primeiro lugar, ao antigo largo do Guedes, conforme referências de Maria Helena Spencer<sup>722</sup>, hoje Praça Luís de Camões<sup>723</sup>; em segundo lugar ao primitivo largo da Boavista<sup>724</sup> e do Hospital Velho, no ordenamento mais reduzido desse último terreiro restringindo-se, nos nossos dias, a uma artéria ainda que bem larga, a rua Borjona de Freitas e, por último, ao outrora largo do Chapuset, conforme toponímia de 1876<sup>725</sup>, actualmente praça do liceu Domingos Ramos. A imagem seguinte indicada como *figura 1*, evidencia os três espaços urbanos acima enunciados.

**Figura 1 - Largos do centro norte da cidade**



**Fonte:** Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial. Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.

<sup>722</sup> SPENCER, Maria Helena – Bairros da minha cidade. In: Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação nº 47/11953. Praia, Imprensa Nacional, 1953, pp. 16-19.

<sup>723</sup> Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial. Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.

<sup>724</sup> Designação que deve estar relacionada com os vários ângulos de visualização de várias áreas circundantes a saber: a zona da Fazenda, do Paiol e de Lêm Ferreira e demais paisagens observáveis em direcção ao interior de Santiago.

<sup>725</sup> B. O. da Província de Cabo Verde, nº 7/1876. Praia: imprensa Nacional, 1876, p.36

No largo primeiramente referido foram erguidas algumas edificações oficiais ligadas à vida socio-educativa, tais como a antiga Escola Principal da Praia, o primeiro edifício da biblioteca/museu da cidade, o cine-teatro local, entre outras. Foi construído na cintura nordeste no primitivo largo do Hospital Velho a obra de elevado valor patrimonial, que é o complexo hospitalar da cidade que reflecte a atenção das autoridades face à cobertura sanitária da urbe. Um imponente edifício que traduz a religiosidade protestante sobressai nas proximidades do extremo norte, local onde está edificado a majestosa obra do Estado Novo, o antigo Liceu Adriano Moreira que será objecto de uma análise comparativa na vertente estética como o edifício do palácio da justiça da mesma época e de características semelhantes mas construído noutra espaço urbano.

## **1. Largo do Guedes actual praça Luís de Camões**

### **1.1. Caracterização geral**

A denominação deste pequeno largo remonta ao século XIX é anterior a 1876<sup>726</sup>, assim designado como homenagem a Vasco Guedes de Carvalho e Meneses, Governador-geral da Província de Cabo Verde entre 1876 e 1878<sup>727</sup>.

Trata-se duma pequena praça, tal como à mesma é reportada, por toda a documentação consultada. Por volta de 1953 num texto de Maria Helena Spencer é identificada por Praça Luís de Camões,<sup>728</sup> seguramente, denominação atribuída com o espírito de homenagear figuras intemporais e abrangentes a todo o mundo português como foi o grande Camões.

Localiza-se na zona centro do *plateau* da Praia e ao mesmo largo confluem várias ruas nas suas designações actuais e indicadas no mapa correspondente à respectiva zona

---

<sup>726</sup> B. O. da Província de Cabo Verde nº 7/1876. Praia, Imprensa Nacional, 1876, p. 36.

<sup>727</sup> CARREIRA, António – Notícia corográfica e chronológica do Bispado de Cabo Verde (notas e comentários). Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1995, (apenso s/p).

<sup>728</sup> SPENCER, Maria Helena – Bairros da Cidade. In: Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação. nº 47/1953, Ano IV Praia: Imprensa Nacional, 1953, p. 18.

de localização, acima destacado, a saber: rua Cândido dos Reis e rua Dr. Miguel Bombarda, no sentido Norte-Sul; rua Andrade Corvo e rua Serpa Pinto, no sentido Sul-Norte. Esta última, prossegue ainda mais para o extremo Norte. O largo é ainda enquadrado pela rua transversal a estas vias, com a designação de rua Visconde de S. Januário<sup>729</sup>.

Segundo António da Paula Brito, este largo era enquadrado por volta de 1889 por um conjunto de obras arquitectónicas, entre as quais se destacam três edifícios<sup>730</sup>, sendo dois públicos, identificados por Maria Helena Spencer nos inícios da década de cinquenta do século passado como sendo: Escola e Biblioteca, a que dedicaremos uma análise iconográfica bem como, um edifício particular, o cinema. Reporta esta autora a um outro edifício, a central eléctrica, existente também nesse mesmo espaço urbano mas, já desaparecido que segundo a mesma autora situava em frente à escola. Fazia parte do leque de obras emblemáticas deste espaço urbano, a da mocidade portuguesa, mencionada por Ilídio do Amaral,<sup>731</sup> adjacente à Escola Principal com frente voltada para a actual rua 5 de Julho.

A imagem seguinte referenciada como *figura 2* corresponde à zona de localização da *Pracinha da Escola Grande* como é mais conhecida no meio, fotografado no âmbito deste trabalho, com o devido destaque às edificações de maior interesse neste estudo: a escola do lado esquerdo e a antiga biblioteca ao fundo, estando ao centro um elemento ornamental, o monumento erigido em homenagem ao médico António Lerenó, igualmente a ser estudado.

---

<sup>729</sup> O engenheiro Januário Correia de Almeida foi o grande renovador da Praia enquanto Chefe do erário das Obras Públicas no momento em que ascendia a cidade em 1858, tendo desempenhado as funções de Governador-Geral da Província entre 1860 e 1861.

<sup>730</sup> BRITO, António de Paula. Subsídios para a corographia da ilha de S. Thiago de Cabo Verde. Lisboa. Imprensa Nacional. 1889. p. 44. Acessível no AHU-Lisboa, p.46.

<sup>731</sup> AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens. Lisboa. Edição de Memórias da Junta de Investigação do Ultramar. 1964, p. 337



**Figura 2 - Zona de localização do antigo largo dos Governadores**



Fonte: Plano de Salvaguarda do Centro Histórico e imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho de 2008

Pelos aspectos conservados fica-se com a ideia da manutenção de alguma harmonia do conjunto e uma certa ordem das diferentes edificações ainda existentes neste largo, exceptuando a construção no enfiamento da antigo edifício da biblioteca na direcção Este do *pequeno planalto que corresponde ao centro histórico em estudo*, cuja edificação não obedeceu aos padrões de uniformidade que se impõe no sentido da conservação da traça urbana original do largo.

### **1.2. Aspectos da ornamentação e proficiências da pequena praça**

Do ponto de vista da ornamentação, observamos neste pequeno eixo urbano situado mais ou menos na parte central da cidade os seguintes elementos decorativos: espaços verdes, uma calçada bem trabalhada, assentos em bom estado de conservação e conjunto monumental implantado no centro da praça onde se destaca a o imponente busto, homenageando o médico António Lereno (30/9/850 – 22/9/1916)<sup>732</sup>, onde está também inserida a representação de uma senhora e um menino ao colo. É a este conjunto indicado na *figura 3* abaixo evidenciada que vamos dedicar uma especial atenção.

<sup>732</sup> Boletim CABO VERDE de propaganda e Informação nº 10/1850. Imprensa Nacional, 1950, pp.21-22.

**Figura 3 - Conjunto monumental da praça Luís de Camões (alt.10.50m) dedicado ao Dr. António Lereno e à causa de saúde em Cabo Verde**



**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08**

Como podemos observar as obras escultóricas estão assentes sobre uma estrutura construída em mármore branco, rodeada por um canteiro bem tratado, com senhora a olhar para o menino e ao mesmo tempo a apontar para o médico, cujo busto está posicionado num plano superior.

Trata-se de um exemplar da estatuária do Estado Novo que se enquadra provavelmente na corrente comemorativa adveniente da Segunda Guerra Mundial, a que está ligada a Escola de Anjos Teixeira. Pela forma como a senhora indica ao menino o médico revela uma atitude que pode ser traduzida numa elucidação de qualidades do facultativo, que podem igualmente ser interpretadas na sua expressão facial de forte realismo, como era o ponto forte de Anjos Teixeira e dos seus seguidores.<sup>733</sup> Nesse conjunto foi colocado todo o vigor interpretativo que é característico da Escola acima referida, mais evidente na imagem a seguir indicada na *figura 4* constitui um pormenor do monumento indicado de modo mais perceptível a expressão facial representado no rosto do Dr. Lereno.

<sup>733</sup> PAMPLONA, Fernando – Dicionário de pintores e escultores portugueses vol I (ANJOS TEIXEIRA, Artur – 1880/1935). Barcelos: Distribuição Euro-Libris, 1991, p. 113.

**Figura 4 - Busto do Dr. António Lerenó (30/9/1850 – 22/9/1916) –inserido em conjunto monumental - imagem de pormenor do (alt.0.80m)**



**Fonte:** Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08

Estamos perante um busto trabalhado em bronze, uma escultura heróica, dada a perceber pelo traje militar do médico a espelhar a sua condição de membro do da armada onde, de resto, se alistou em 5 de Janeiro de 1877 como aspirante a quadro de saúde de Cabo Verde<sup>734</sup>.

Os traços da personalidade passíveis de serem observados na face do deste busto revelam um homem simples e um *profissional de energia de carácter provado no seu trabalho*, como de resto é referido na bibliografia consultada e deixa transparecer um olhar que revela bondade e altruísmo, qualidades também referenciadas no texto publicado num texto publicado no Boletim CABO VERDE de propaganda e Informação nº 10/1850 em que se procura dar a conhecer os vultos de Cabo Verde. De acordo com a documentação citada, essa grande figura oitocentista, que deu 32 anos da sua vida à causa da saúde em Cabo Verde entre 1881 e 1913. Para além da sua *notabilidade e tenacidade na compreensão dos serviços médicos, dedicou também* um pouco de si ao estudo de *problemas sociais intimamente ligados ao destino torturante dos infelizes*

---

<sup>734</sup> Boletim CABO VERDE de propaganda e Informação nº 10/1850. Imprensa Nacional, 1950, pp.21-22.

*para quem a sorte foi avara e pródigos os sofrimentos e miséria*<sup>735</sup>. Fora da ilha de Santiago, sustenta a documentação a que tivemos acesso, esse médico colonial de carreira em Cabo Verde prestou serviços nas ilha de S. Vicente em 1884, onde pôs a sua energia e carácter à prova, contra a terrível epidemia de cólera-morbus que então grassava em alguns portos da Europa e de S. Nicolau em 1889 onde na mente das pessoas ficou o seu zelo revelado enquanto delegado de saúde no combate à epidemia de varíola.

O mesmo conjunto monumental exhibe uma senhora com um menino ao colo em jeito que nos lembra a escultura religiosa representativa da virgem e o menino, como podemos observar na imagem que se segue apontada como *figura 5*.

**Figura 5 - Outro pormenor conjunto monumental revelando uma mulher do povo e um menino ao colo (alt.1.22m)**



Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08.

A imagem é uma espécie de *pietá* popular a revelar características da mulher tradicional cabo-verdiana<sup>736</sup>, na representação de nossa senhora. Envolve o menino

<sup>735</sup> Boletim CABO VERDE de propaganda e Informação nº 10/1850. Imprensa Nacional, 1950, pp.21-22.

<sup>736</sup> Entre outros aspectos iconográficos que traduzem a condição dessa senhora, enquanto mulher típica cabo-verdiana evidencia-se o lenço que traz à cabeça e o seu semblante de uma mulher sofrida vítima do destino torturante dos infelizes para quem a sorte foi avara e pródiga de sofrimentos e miséria.

como se de Cristo tratasse, mas de feições mundanas, com piedade pelo sua doença cuja cura é transposta para plano terreno, com a indicação para o médico, deixando entender, estarmos diante de um homem disposto a ampara-la, com o seu menino, na qualidade de protector. Nesta imagem o escultor demonstra sua inclinação para a representação da mulher do povo com todo o seu realismo na reprodução da sua indumentária e na condição de se apresentar de pés descalços, também um aspecto particular à escola de Anjos Teixeira.

Se no passado fazia parte da ornamentação da praça o mobiliário público concebido como bancos de material muito resistente que se conservaram durante muito tempo e referenciados por Maria Helena Spencer, que recorda, *esta praça era o cantinho discreto dos namorados com os seus bancos de cimento e as suas flores*<sup>737</sup>, hoje, como vemos numa das imagens acima ostenta assentos de ferro e madeira mais confortáveis. Possui também na actualidade a proficiência de certa forma herdada da praça de maior atracção no passado, isto é a antiga praça do pelourinho depois Alexandre Albuquerque, no sentido em que o local de cavaqueira de muitos jovens na década de sessenta do século XX, tal como refere Ilídio de Amaral foi transferido para essa pracinha, mais pequena mas aconchegante com o café mais concorrido na cidade.

### **1.3. As edificações**

Abriremos este ponto apresentado uma perspectiva histórica do ensino primário em Cabo Verde onde se insere o aparecimento da principal edificação deste largo que é a antiga Escola Principal, actualmente mais conhecida por Escola grande para depois debruçarmos sobre esta obra arquitectónica. Daremos. Em seguida daremos o devido destaque a um outro edifício contemporâneo à escola mencionada que durante muito tempo funcionou como biblioteca e museu.

#### ***1.3.1. Perspectiva histórica da evolução do ensino primário em Cabo Verde***

Se levarmos em conta a gorada tentativa de criação de um seminário na antiga Ribeira Grande nos primórdios da ocupação das ilhas e a frustração pelos insucessos

---

<sup>737</sup> SPENCER, Maria Helena – Bairros da Cidade. In: *Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação* n° 47/11953, Ano IV Praia: Imprensa Nacional, 1953, p. 18.

nos esforços por parte do Estado português para implementar o ensino nas ilhas que remontam ao século XVIII (1740) quando o governo de Lisboa ordenhou o envio de um mestre de gramática para Cabo Verde<sup>738</sup>, temos que dar razão a João Nobre de Oliveira, quando afirma que todas as tentativas estatais de funcionamento de um ensino que começaria pelos rudimentos da leitura e escrita na Praia até finais do século XIX falharam<sup>739</sup>.

Entraram nesse rol de iniciativas falidas a iniciativa no sentido da cobertura escolar do arquipélago, que se principiaram a partir de 1847, na sequência do decreto de 14 de Agosto de 1845 publicado em Outubro do mesmo ano<sup>740</sup>. Era intenção das autoridades promover a instrução primária com a Escola Principal sedeadada na ilha Brava. Ao ser transferida para a Vila da Praia em 1856 por iniciativa do governador António Barreiros Arrobas, procurou-se com este acto, desenvolver a vila e capital da província<sup>741</sup>. Viria a ter algum êxito só no contexto de desenvolvimento da cidade capital, mais concretamente, no último quartel do século XIX, depois da construção do edifício respectivo em 1877, tal como indica João Nobre de Oliveira.

A nosso ver, a Escola Principal da Praia, depois Escola Dr. Oliveira Salazar, actual *Escola Grande* aqui estuda, levando em conta o seu valor do ponto de vista histórico-cultural e enquanto obra arquitectónica com valor patrimonial assume definitivamente a sua importância cultural para a urbe nascente e para o resto da ilha de Santiago é tomada uma decisão que se revelou irreversível pelo Governador Januário Correia de Almeida quando em 1861, depois de falhada uma iniciativa de desenvolvimento do ensino num dos espaços das instalações da Câmara da Praia em 1860,<sup>742</sup> ditou a concentração do ensino numa instituição própria, para dar início a uma instrução pública alargada que, seguramente, viria a corresponder ao quadro de funcionamento da referida escola plasmado no competente instrumento normativo, ou

---

<sup>738</sup> Uma iniciativa que por si só iria redundar em fracasso uma vez que as ilhas tinham sido na sua maioria povoadas alguns burgos estavam a estruturar-se depois do declínio da antiga cidade da Ribeira Grande, pelo redundaria como muito insuficiente para responder às demandas de ensino decorrentes do crescimento populacional.

<sup>739</sup> OLIVEIRA, João Nobre de – A imprensa cabo-verdiana (1820-1875). Macau: Fundação Macau – Direcção dos Serviços da Educação e Juventude, 1998, pp. 69-73

<sup>740</sup> B. O. da Província de Cabo Verde nº 112/1845. Brava, Imprensa Nacional, 1845, p.445

<sup>741</sup> OLIVEIRA, João Nobre de – A imprensa cabo-verdiana... pp. 69-73

<sup>742</sup> B.O. da Província de Cabo Verde nº 83/1860. Praia, Imprensa Nacional, 1860, p. 392.

seja, o regulamento para a Escola Principal da província de Cabo Verde publicado em portaria nº 321/1872<sup>743</sup>.

Por esse regulamento constituído de duas secções e quinze capítulos, verificamos que houve a preocupação de abarcar questões relacionadas com a instrução pública em Cabo Verde e por isso estruturava, na primeira secção, os *curriculas* de estudo, regulava a admissão de alunos, a frequência as aulas, seu encerramento e habilitações para exame<sup>744</sup>. Na secção segunda o documento evidenciava os aspectos ligados à administração e funcionamento da instituição salientando-se em primeiro lugar as normas de base para a constituição e exercício de funções de um conselho de escola os deveres dos professores as normas básicas para o serviço do secretariado da escola, bem assim como questões ligadas ao policiamento da escola na alçada dos contínuos<sup>745</sup>.

De realçar que o tipo de ensino previsto estava inclinado para uma instrução complementada com a aprendizagem de ofícios, prevendo-se por isso o plano de estudos a estruturar-se em três tipos de cadeira: uma que agrupava aspectos ligados à gramática da língua portuguesa, história geral elementar, história pátria, geografia, geografia pátria comercial e aprendizagem de rudimentos de línguas estrangeiras; uma segunda, que juntava assuntos relacionados com aritmética e geometria elementar e sua aplicação à *escripturação mercantil e agricultura*, bem como princípios elementares das *ciências physicas e naturaes e sua applicação à indústriã agricultura e ao commercio*; a terceira e última cadeira dava atenção a elementos de economia política e industrial elementos da agricultura e da economia rural e desenho linear.

No seguimento de João Nobre de Oliveira, o governo dava assim inicio à cobertura escolar do arquipélago 1847 com uma Escola Principal da qual era previsto ter a função de iniciar a instrução primária. Como se vê no entanto nos aspectos do regulamento respectivo acima expostos, pretendia-se que as escolas principais fossem

---

<sup>743</sup> B.O. da Província de Cabo Verde nº 37/1872. Praia, Imprensa Nacional, 1872, pp. 199-203.

<sup>744</sup> Os exames dos alunos da Escola Principal e estudantes externos à mesma, os prémios e as penas disciplinares também foram objecto de regulação.

<sup>745</sup> Vide anexo nº 1 Regulamento para a escola Principal da província de Cabo Verde, publicada sob a forma de portaria nº 321/1872, realçando aspectos da estruturação da instrução pública no Arquipélago de Cabo Verde.

não só industriais como também normal<sup>746</sup>. O que se depreende da evolução posterior é que não passou de uma escola normal com a função apenas de iniciar a instrução primária. Aliás, a este respeito sublinha António da Paula Brito, nos seus escritos de finais de oitocentos, que o estabelecimento na forma como projectado correspondia ao liceu que se quis criar na Praia. Dá a perceber de Paula Brito no seu trabalho que a repercussão positiva da escola principal e de várias iniciativas no intuito de aperfeiçoar a instrução publica na ilha de Santiago, particularmente na cidade capital cujo o centro histórico é o objecto deste trabalho, decorreu da opção por organizar um sistema de ensino em harmonia com as necessidades da província<sup>747</sup>.

O deficit em matéria de instrução e ensino em Cabo Verde, resultante da não implementação do ensino como previsto no regulamento da Escola Principal da Praia que era extensivo outros estabelecimentos de ensino com as mesmas características para a província, em parte, viria a ser colmatado, com a criação do Seminário Liceu de S. Nicolau criado pelo Decreto de 3 de Setembro de 1866<sup>748</sup>, embora para a cidade da Praia e para a região de sotavento em geral não tenha produzido tão bons frutos, como engendrou para S. Nicolau, S. Vicente e demais ilhas de Barlavento<sup>749</sup>. De facto o Seminário-Liceu estava preparado para responder aos objectivos da sua criação com equipamento adequado tanto no curso preparatório e fase complementar, como no curso eclesiástico com biblioteca, formação musical e profissional e por isso apresentava pouco tempo depois resultados já patentes ano lectivo de 1867-1868<sup>750</sup>. Depois de todo o seu esplendor esse estabelecimento de ensino viria ser encerrado 1917, através da lei nº 701 de 13 de Julho de 1917<sup>751</sup>. De acordo com a documentação consultada, no mesmo ano era criado o Liceu Nacional de Cabo Verde na ilha de S. Vicente que viria a

---

<sup>746</sup> O que se depreende da evolução posterior é que não passou de uma escola normal com a função apenas de iniciar a instrução primária.

<sup>747</sup> É corrente encontrar na literatura encontrar-se referencias reportando que a escola principal não se adequava aos interesses da província porque o grau de desenvolvimento dos alunos que a frequentavam era muito baixo, já que mal sabiam ler e escrever para começarem com as lides académicas de aquisição de conhecimentos de Geografia, Geometria e princípios de Matemática.

<sup>748</sup> LOPES FILHO, João –Ilha de S. Nicolau Cabo Verde, formação da sociedade e mudança cultural. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 1996, p 220.

<sup>749</sup> O desejo de instalar um seminário no arquipélago já vinha de longa data, nunca chegando a concretizar-se devido, nomadamente, à escassez de fundos para custear as suas despesas. Por isso a igreja propôs ao Estado a criação de um destes estabelecimentos com dupla finalidade: preparar os alunos para a vida eclesiástica, já que o número de sacerdotes vinha sendo insuficiente para cobrir as necessidades de Cabo Verde e suprir a falta de um liceu onde os jovens que não pretendiam dedicar-se ao sacerdócio, pudessem seguir estudos superiores ou, simplesmente, receber uma formação literária e científica

<sup>750</sup> B. O. da Província de Cabo Verde Cabo Verde n.º 31/1868. Praia: Imprensa nacional, 1868.

<sup>751</sup> LOPES DA SILVA, Francisco - História breve da educação em Cabo Verde até à independência V. In: Jornal Notícias nº 56/92. Mindelo - S. Vicente, 1992, pp. 14-15.



ter uma secção na Praia em 1960 depois erigida em liceu autónomo ostentando o nome do ilustre Ministro Adriano Moreira, o qual será objecto de estudo no ponto 3 deste capítulo.

Tendo sido o Seminário-Liceu de S. Nicolau o grande exemplo da implantação do ensino com sucesso em Cabo Verde, excluía, de certa forma, as regiões de sotavento dada à distância e vias de acessibilidade muito complexas. Esta situação só foi mesmo ultrapassada na segunda metade do século XX, com medidas tendentes a superar o estado de atraso em que se encontrava aquela que era a capital da província e toda a ilha de Santiago em geral. Contudo, os dados constantes do Anuário Colonial de 1927-1929 dão uma indicação de existência de 116 escolas primárias em toda a província com um movimento de alunos que rondava os 7.701 alunos 54 escolas oficiais, sendo 12 para o sexo feminino, 53 municipais, sendo 14 para o sexo feminino e 9 particulares sendo 4 para o sexo feminino<sup>752</sup>.

### ***1.3.2. A herança arquitectónica da antiga Escola Principal***

Situando-nos antes de mais nalguns aspectos da história do próprio edifício se no afigura realçar que a edificação construída no antigo largo do Guedes quando era governador o conselheiro Vasco Guedes de Carvalho e Menezes<sup>753</sup> para albergar a Escola Principal que passa depois a Escola Central Dr. Oliveira Salazar, designação a que é referida num documento de arquivo por volta de 1952<sup>754</sup>, depois que recebeu melhorias sob ponto de vista estético, ganhando a fisionomia dos edifícios do Estado Novo. É-lhe atribuído o estatuto de Escola Central como ficaram conhecidas todas as escolas sedes de conselho. Chega aos nossos dias com a função de Escola Primária nº1 da Praia, que lhe é reservado na hierarquia da delegação escolar do respectivo conselho, até lhe ser atribuído novas funções na década de 90 do século XX. As alterações na sua funcionalidade reflectem a correspondente evolução sob ponto de vista arquitectónico, que pode ser observada no conjunto de imagens apresentadas em seguida como *figura 6*.

---

<sup>752</sup> Ministério das colónias – Anuário colonial de 1927-1929. Lisboa, Imprensa nacional, 1930 pp. 192-193.

<sup>753</sup> Governador-Geral da Província de Cabo Verde entre 1876 e 1878.

<sup>754</sup> Relatório de viagem de estado às ilhas de Cabo Verde no ano de 1952. Arquivo Salazar, AOS/CO/UL-36 pasta 1. Acessível no IANTT – Lisboa Portugal.

**Figura 6 - Antiga Escola Principal da Província depois Escola Central Dr. O. Salazar e actual Escola Grande edificada no largo do Guedes em 1877**



Fonte: OLIVEIRA, João Nobre de – A imprensa cabo-verdiana (1820-1875). Macau: Fundação Macau – Direcção dos Serviços da Educação e Juventude, 1998, pp. 69-73 e Fonte: Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor. Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.

A edificação no seu aspecto primitivo foi edificada em 1877 no largo do Guedes<sup>755</sup>, exactamente, onde ainda está situada hoje. O antigo largo em referência que ostenta actualmente o nome de praça Luís de Camões, fica-lhe à frente a Oriente e confronta-se ainda, a Norte, com edifício particular onde está actualmente o café Sofia, a Sul, também com construção privada e a ocidente com a via que ostentava o nome de D. Luís, na sua denominação antiga, actual rua 5 de Julho.

Salvo muito poucas diferenças ao nível da composição como um todo que presumimos terem sido introduzidas posteriormente é crível que estamos perante o mesmo edifício.

Muitas construções civis públicas como foi o caso desta escola aparecem impregnadas de influências do Estilo Colonial que constituiu uma fonte inspiradora, na lógica de René Rémond, o resultado do fenómeno da europeização do mundo<sup>756</sup>. O século XIX é o momento em que as potenciais coloniais procuram cimentar a sua presença nas suas zonas de influência e na urbanização impunha-se a integração de obras arquitectónicas as que reflectissem uma presença colonial forte, com edifícios construído transplantado técnicas construtivas e elementos estéticos em voga nas respectivas metrópoles para as urbes das colónias como é o caso da Praia que tinha

<sup>755</sup> OLIVEIRA, João Nobre de – A imprensa cabo-verdiana (1820-1875). Macau: Fundação Macau – Direcção dos Serviços da Educação e Juventude, 1998, pp. 69-73.

<sup>756</sup> RÉMOND, René. Introdução à História do nosso tempo. Lisboa. Gradiva. 1992.pp.22-27.

ascendido a cidade havia pouco tempo. Também é importante destacar que modernidade já não compadecia com a instalação de instituições com a dignidade da Escola Principal de província em edifício improvisado como era hábito recorrer ao aluguer ou cedência temporária de construções adaptadas para o efeito mas sem as características que dignificassem uma instituição pública. Tinha nascido a ideia de edifício público e do seu papel na cidade desde o século XVIII, já estava difundido a partir de Paris e tal como já referenciamos noutras situações, Nicole Tuffelli mostra que os programas arquitectónicos já estavam sendo concretizados no século XIX, pelo que entre outras construções, as escolas já obedeciam a um programa progressivamente defendido.<sup>757</sup> Estes factos ocorrem em Cabo Verde e a antiga Escola Principal da Praia é apenas um exemplo, quando vemos, nas nossas investigações, outras obras arquitectónicas com funções semelhantes, espalhadas pelos diversos concelhos nas diferentes ilhas. Mesmo que tenha sido edificadas em épocas mais tardias, todas parecem condizer com um programa pré-definido, exibindo sempre grande imponência nos terreiros onde foram implantados.

Voltando à edificação em apreço e incidindo-nos na construção primitiva vemos na imagem, num primeiro lance de olhar, um realce de traços da arquitectura colonial expressos nas linhas horizontais e verticais, sendo as primeiras enxergadas através da simples e delgada faixa que separa os dois níveis da composição da cornija que separa o corpo da obra da platinanda. Num segundo golpe de vista destacam-se as linhas verticais que dividem o alçado principal em três secções e a culminarem em elemento ornamental *classizante*, sob a forma de um vaso, designado no âmbito das artes decorativas por uma<sup>758</sup>. Ainda como marca das linhas verticais evidencia duas pilastras na extremidade da parede do corpo principal.

A parede lisa predominante constitui outro aspecto distintivo do neoclassicismo com fracos sinais de ornamentação, exceptuando as molduras simples nas janelas e destacando-se um frontão triangular, sem qualquer quebra de continuidade na obra no seu antigo aspecto, como marca mais forte da arquitectura colonial, conferindo maior imponência ao edifício.

---

<sup>757</sup> TUFFELLI, Nicole – A arte no século XIX. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 96.

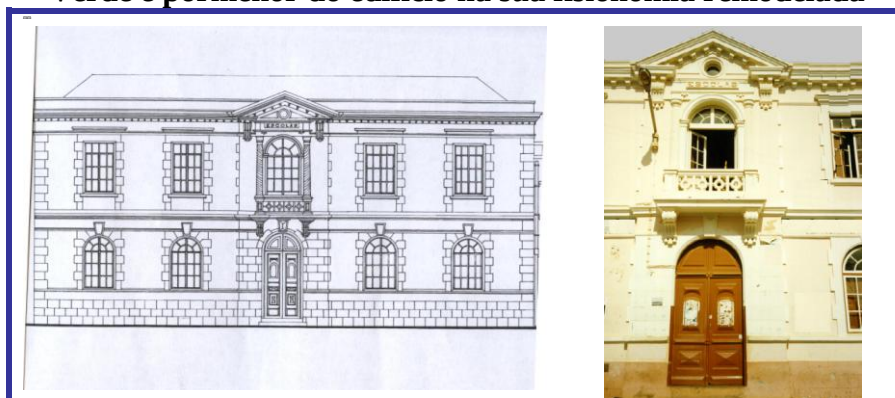
<sup>758</sup> CORREIA Ivone – Dicionário fundamental de artes visuais. Venda-nova: Bertrand Editora, 1998, p. 178.

Vê-se que se trata de uma construção de dois pisos com uma única porta de entrada no rés-do-chão, mais estreita e mais simples na construção primitiva ladeada por duas janelas formando três aberturas na parte central do piso térreo. Estruturam-se de modo equidistante desta parte central duas janelas bem despretensiosas de cada lado emolduradas para lhes conferir alguma elegância. No primeiro piso e no eixo central aparecem projectadas do rés-do-chão e na direcção das três aberturas dessa parte do edifício, três portas janelas iguais em altura e largura com varandins. A cobertura ostenta marcação do rincão do telhado que arranca do vértice extremo do cunhal e corre em direcção à cumeira.

Este edifício ostenta imponência fazendo sobressair a sua beleza estética e evidenciando um equilíbrio de formas nas suas janelas uniformes, na união entre o rés-do-chão e o primeiro andar. Ostenta mais ainda a sua grandiosidade, para a época, o seu telhado que lhe confere imensa solenidade enquanto edifício de grande prestígio na cidade.

Olhando para o mesmo edifício, mas já com as alterações introduzidas ainda na época do Estado Novo, conforme documentação existente nos arquivos do antigo ministério das obras públicas de Cabo Verde, notamos que parece ter havido um desejo de acentuar alguns aspectos revivalistas do classicismo no alçado principal. Este gosto está presente nos arcos redondos introduzidos em todas as aberturas do rés-do-chão e na única porta-janela que se manteve no primeiro andar, fruto do estreitamento desta parte central do edifício. Constatamos esses pormenores não só na imagem ao lado do primitivo edifício, que foi previsto como Escola Principal da Província de Cabo Verde, mas também no conjunto de representações abaixo indicadas como *figura 7*, onde se evidencia a planta de remodelação, onde também está integrado o eixo central do edifício na sua fisionomia remodelada e enquanto pormenor da figura anterior.

**Figura 7 - Planta de remodelação do antigo edifício da Escola Principal da de Cabo Verde e pormenor do edifício na sua fisionomia remodelada**



**Fonte: Planta de remodelação da Escola Central da Praia s/d. Acessível nos Arquivos do Antigo Ministério da Obras Públicas, gaveta nº 4, Cidade da Praia – Cabo verde e Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor – Escola Central, indicado como quarteirão nº Quarteirão 27 Lote 002. Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.**

Afora as alterações acima mencionadas, verificamos que o projectista quis acrescentar à obra elementos ornamentais em voga na arquitectura do Estado Novo, corporizando a essência da arquitectura *déco* que emerge no período posterior a 1925 e a que está associado Salazar em Portugal, quando, no seguimento de Raquel Henriques da Silva, responde positivamente aos pedidos de apoio às actividades artísticas ciente de que a arte, a par da literatura e da ciência na época, *constituem a grande fachada da nacionalidade*<sup>759</sup>. Este edifício no nosso ponto de vista, espelha na solução decorativa introduzida na época do Estado Novo, a da *Art Déco*<sup>760</sup>, a que retomaremos no ponto três de forma mais desenvolvida, aos estudarmos os edifícios mais representativos desta corrente estética irigidos no Centro Histórico da Praia.

Na perspectiva acima exposta, olhando para o edifício depois de introduzidas alterações cuja evidência mais se destaca ao nível das artes decorativas, constatamos em primeiro lugar o seguinte: mais que uma simples faixa horizontal a separar os dois níveis do edifício encontramos uma cornija intermédia que corre ao longo do alçado principal, a rematar o primeiro piso. Vemos arcos introduzidos nas janelas do rés-do-chão e, no portal central, chaves realçadas e unidas ao longo do alçado por um friso que

<sup>759</sup> SILVA Raquel Henriques da - Sinais de ruptura livres e humoristas. In: PEREIRA, Paulo (dir.) – História da arte portuguesa vol. III. Lisboa, Temas e Debates, 1995, p. 390.

<sup>760</sup> Nota-se uma propensão para a ordem uma estética nova com a sensação de do alcance de um mudo sensível muito próprio dos artistas a ponto de se admitir que só num contexto em que só eles mesmos faziam boa parte da obra com habilidade e sensibilidade passíveis de produzir elegantes imagens urbanas como é o caso.

serve para quebrar a monotonia da parede lisa no piso térreo. Figura-se também um friso idêntico no primeiro andar, mas agora unindo ornamentos salientes nos lintéis sobre os vãos das janelas. Previu-se na planta, mas não aposto na obra remodelada um soco adornado com silhares fingidos. Igualmente observamos nas janelas do rés-do-chão um ornamento fazendo-lhes parecer como as janelas veneziana<sup>761</sup>, a emoldurar as ombreiras figurando-se como reminiscências de espécie de silhares fingidos que formam o soco na planta, porém de forma dentada, tal como aparecem como ornamento das extremidades da parede, sem as habituais pequenas pilastras de enquadramento que foram no entanto previstas e colocadas na porta-janela do primeiro andar.

Ao olharmos ainda para o frontão constatamos que, diversamente do mesmo elemento arquitectónico no edifício primitivo, é mais pequeno e interrompido na base. Quer ali, quer na cornija inclinada, mais concretamente, nas partes inferiores das mesmas foi aplicado também uma decoração à base de modilhões (ornato dentado)<sup>762</sup>, como se servissem de apoio por onde corre toda a cornija que incorpora o pequeno frontão. Realçando uma harmonia evidente na parte central do edifício, a partir do vão do portal as duas mísolas ou consolas, em espiral aparecem como suporte da varanda bem trabalhada e surgem repetidas como apoio dos dois braços do frontão interrompido. No meio do frontão foi colocado o óculo aí saliente mais com função decorativa já que normalmente os telhados são forrados de madeira na parte interna como é o caso. Entre o óculo e a porta-janela, na parte central do nível superior está a inscrição *Escola*, que de um modo geral aparece nas construções deste tipo, exactamente para acentuar mais a sua função perante os olhares do observador.

Na parte mais alta desta obra arquitectónica, na sua fisionomia que temos vindo a analisar salienta-se a sua platibanda, que para além da função estética, visa esconder a cobertura. Não é ostensiva como normalmente se evidencia em outros edifícios já estudados. É bem mais delgada do que normalmente se apresenta e de certa forma é ofuscada pela bela cornija. Parece no entanto, que se quis associar estes dois elementos para simularem uma única solução decorativa em harmonia com as linhas horizontais aplicadas ao alçado frontal. Estruturadas assim transmitem uma concepção mais requintada do belo. Por sua vez a cobertura, mal visível numa das imagens acima por

---

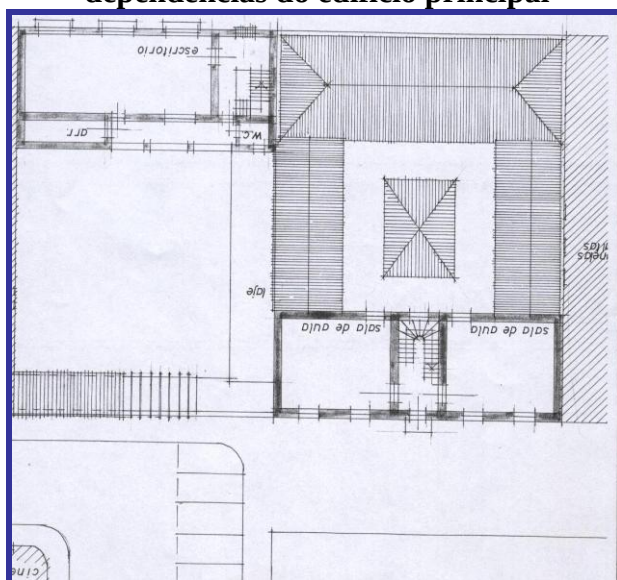
<sup>761</sup> LUCIE- SMIT, Edward - Dicionário de termos de arte. S/l, Círculo de Leitores, 1990, p. 113.

<sup>762</sup> Dicionário visual da arquitectura. Lisboa: Editorial verbo, 1997, p. 30.

causa da posição do observador, no momento da recolha da imagem, foi estruturada a quatro água de telha vermelha marselhesa e madeira.

Tal como em outras construções oficiais e muitas habitações senhoriais que foram edificadas no Centro histórico da Praia, o telhado assim concebido consagra maior dignidade a esta obra edificada para fins educativos. Na *figura 8*, a abaixo evidenciada, só é possível observar a cobertura das dependências do edifício principal cuja composição situada no lado oposto ao do bloco principal exemplifica a estrutura de telhado a quatro águas que visualizamos na obra edificada.

**Figura 8 - Planta 2º piso da escola central da Praia revelado a cobertura das dependências do edifício principal**



**Fonte: Planta de remodelação da Escola Central da Praia s/d. Acessível nos Arquivos do Antigo Ministério da Obras Públicas, gaveta nº 4, Cidade da Praia.**

Esta planta é também elucidativa relativamente à distribuição do interior do edifício em estudo. A representação de duas salas de aula no segundo piso corresponde à mesma configuração no primeiro, o que torna evidente a existência de uma escola composta por quatro salas de aula, sendo as dependências destinadas à biblioteca secretaria e serviços administrativos.

Os telhados, sejam de duas ou a quatro águas, como são os casos mais comuns em Cabo Verde, quando têm a dimensão de um edifício como é o da escola e estudo requerem uma madeiramento com recursos a asnas triangulares tal como a esta solução





Como vimos, as remodelações introduzidas no edifício na época de Salazar com toda a gramática decorativa já evidenciada, surgem associadas ao contexto do grande fomento de obras públicas iniciado nos anos trinta do século XX em Portugal em que o Estado Novo utilizou as obras públicas como um autentico meio de promoção da sua ideologia desempenhando a arquitectura um papel de destaque, seguindo assim os equipamentos públicos nas colónias, os modelos prestigiantes da metrópole<sup>765</sup>.

#### **1.4. Antiga Biblioteca e Museu**

Procurando tornar inteligível a história do edifício em apreço se nos afigura evidenciar que a edificação não aparece na extensa lista em que figuram várias obras consideradas de primeira necessidade identificadas pelo o engenheiro da província Januário de Almeida, num relatório mencionado por Senna Barcellos, dias depois de desse técnico assumir o seu cargo, como director do Serviço de Obras Públicas 9 de Abril de 1858<sup>766</sup>. O relatório de então reportava às seguintes edificações como em projecto, obras em andamento e obras interrompidas: o edifício da alfandega, o hospital o quartel militar, o edifício destinado à Câmara Municipal entre outras. Mas a sua alusão é subsequente ao lançamento dessas obras porque a documentação de arquivo a que tivemos acesso aponta para a contemporaneidade desse edifício em relação às restantes acima referidas. Nessa altura Praia aproximava-se do momento da sua elevação a cidade, como veio a acontecer com decreto de 29 de Abril de 1858<sup>767</sup> e a construção desse edifício público acompanha os primeiros passos do desenvolvimento da urbe nascente contribuindo para o progresso cultural dos seus habitantes.

Apesar de ter o edifício as portas abertas em 1871, ainda necessitava de melhoramentos porque normalmente estas obras eram executadas por etapas e previu-se a sua conclusão por todo o *mez* de Janeiro de 1877<sup>768</sup>. Terminada a edificação, era referido no relatório da direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde datado de 1 de Outubro de 1878 nestes termos:

---

<sup>765</sup> FERNANDES, José Manuel. In: Reis António – Portugal Contemporâneo. Lisboa, Alfa, 1990, p 283.

<sup>766</sup> BARCELLOS, Christiano José de Senna – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Praia. Instituto da Biblioteca e do Livro. vol. IV, p. 109.

<sup>767</sup> B. O. da província de Cabo Verde nº 20 /1858 . Praia, Imprensa Nacional, 1858, p. 154.

<sup>768</sup> Secretaria do governo-geral da Província de Cabo Verde 1877 [ofício nº33] 1877 Dezembro 29, Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1877. 10f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163.

*[...] Além d'estas duas obras cuja despesa é custeada pela verba extraordinária dos cem contos de reis, restada para esta província no anno económico próximo findo, tem sido projectadas e levadas a effeito por conta da verba ordinária, proveiniente do imposto dos 3% ad valorem, exclusivamente destinado para obras publicas, os seguintes melhoramentos que resumidamente passaria a descrever, como foi o caso de um edifício espaçoso com seis grandes cazas para Escolas, Biblioteca e Museu, onde já funcionam estes institutos. Foi projectada e lavrado a effeito pela actual direção .[...]*<sup>769</sup>

A obra architectónica que correspondia à edificação em apreço era descrita por António de Paula Brito, por volta de 1890, como um edifício acanhado para tanta *cousa*, já que tinha funções de Escola de Biblioteca e Museu. Segundo o autor a Escola para quem a ideia da sua criação na sequência da determinação os governos ultramarinos em 26 de Março de 1822 e que no caso de Cabo Verde foi auctorizados e que nenhum resultado surtiu da tão benéfica determinação, o que para o Brito não era de se causar estranheza, *se atetendermos ao estado de atrazo em que a província estava e às commoções politicas que agitavam a mão pátria e que de algum modo reflectiu n'esta província*<sup>770</sup>.

A escola a que refere António de Paula Brito, que pode estar ligada às funcionalidades do edifício em estudo, tem raízes nos idos anos de 1822, pelo que a funcionar neste espaço terá sido na sua fisionomia primitiva que não chegou até nós e terá enfrentado imensas dificuldades e ficado por afirmar-se como estabelecimento de ensino, a ponto de ser mencionado quase sempre apenas como Biblioteca e Museu. Paula Brito que recusa a falar da edificação como escola, sustentava por volta de 1890 que a biblioteca era razoável e possuía uma *collecção* de algum valor. No entanto, remata o autor, o museu *creado* em 7 de Fevereiro de 1859 só tinha nome. De acordo

---

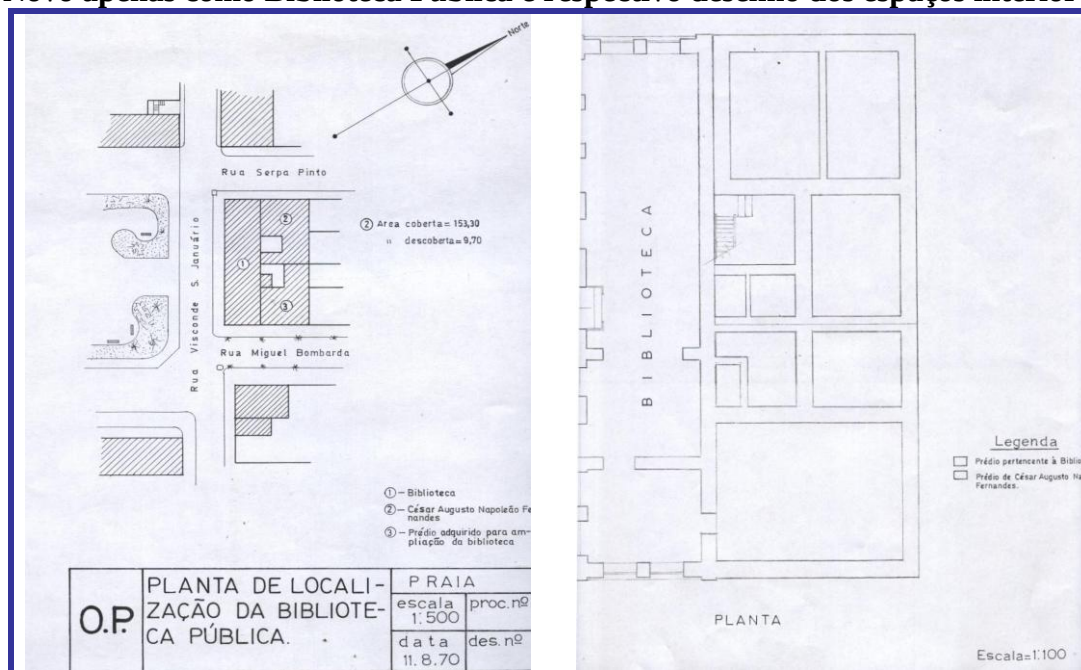
<sup>769</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [relatório] 1878 Outubro 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 86f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163.

<sup>770</sup> BRITO, António de Paula. Subsídios para a corografia da ilha de S.Thiago de Cabo Verde. Lisboa. Imprensa Nacional. 1889. p. 23. Acessível no AHU-Lisboa.

com Ilídio do Amaral, o edifício tinha aberto as suas portas em 1871, sublinhando, nas suas funções de biblioteca e museu nacional de Cabo Verde.<sup>771</sup>

De facto este edifício veio a estar situado no antigo largo do Guedes, tal como o localizou António da Paula Brito em 1890, reconhecido cerca de 60 anos depois por Maria Helena Spencer, quando a pequena praça já tinha outra designação reportando que na praça Luís de Camões estava dum lado a escola, referindo-se à obra arquitectónica da Escola Principal e do outro a biblioteca<sup>772</sup>. A planta de localização e desenho que mostra a distribuição interna dos vários compartimento dessa construção é exibida em seguida num conjunto como *figura 10*.

**Figura 10 - Localização da antiga Biblioteca e Museu designa na época do Estado Novo apenas como Biblioteca Pública e respectivo desenho dos espaços interiores**



**Fonte: Planta de Localização Biblioteca Pública datado de 1970. Acessível nos Arquivos do Antigo Ministério da Obras Públicas, gaveta nº 4, Cidade da Praia.**

Como podemos observar na planta de localização o edifício confronta-se a sul com a rua Visconde de S. Januário<sup>773</sup> que o separa do antigo largo do Guedes, actual

<sup>771</sup> AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde... p. 332.

<sup>772</sup> SPENCER, Maria Helena – Bairros da minha cidade. In: *Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação* nº 47/11953. Praia, Imprensa Nacional, 1953, p. 18

<sup>773</sup> Depois de desempenhar ter sido Director dos Serviços de Obras públicas por volta de 1858 desempenhou as funções de Governador Geral da Província entre 1860 e 1861.

praça Luís de Camões, a oriente pela rua Miguel Bombarda, a ocidente pela rua Serpa Pinto e a norte por edifício particular.

O desenho ao lado permite visualizar um espaço amplo à entrada que funcionou de biblioteca até cerca de 20 anos depois da independência nacional em 1975, sendo os restantes espaços reservados a serviços administrativos e de apoio.

A imagem que chegou aos nossos dias e no estado em que se encontra hoje depois de restaurado é apresentada em seguida como *figura 11*.

**Figura 11 - O edifício na Biblioteca Museu realçando a sua fisionomia restaurada**



Fonte: Imagem de arquivo particular de pessoa amiga gentilmente cedida para esta tese e do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho de 2008.

Enxergamos uma construção de características diferentes em relação aos demais que temos estudado, fundamentalmente, quanto à imponência. Talvez seja por esta razão que António de Paula Brito o tenha descrito como edifício acanhado.

No entanto, não deixa de seguir, em certo sentido, a estética da época ostentando as expressões artísticas duma obra arquitectónica marcadamente de estilo colonial pela clara sobriedade das paredes lisas, contudo sem marcas que possam quebrar a monotonia da sua fachada, até por que não tem um segundo piso. Exibe linhas rectas que formam o soco na base e molduras de remate da parede na cimalha, sendo estas últimas descontínuas e com variação ao nível da altura, conferindo uma discreta delicadeza à sua arquitectura.

A nível do soco desenvolve-se a aplicação de silhares fingidos, formam silharia ao longo da base, tal como refere Maria João Rodrigues a essa solução construtiva <sup>774</sup>, com acabamento à tirolês (técnica de reboco texturado). Ainda é visível no alçado principal de modo destacado, por cima, ladeada de janelas expostas simetricamente em relação ao eixo central do edifício um elemento arquitectónico em betão, suportado por um par de mísolas, conferindo-lhe alguma alguma nobreza.

Exibe como as outras edificações estudadas telhado a quatro águas para lhe conceder a dignidade de uma obra situada em frente a um espaço urbano tão prestigiante quanto que é a praça Luís de Camões.

---

<sup>774</sup> RODRIGUES, Maria João Madeira – Vocabulário Técnico e crítico da arquitectura Coimbra: Quimera Editores, 1996, p.243.

## **2. O antigo Hospital da Misericórdia de Santa Isabel e actual Hospital Agostinho Neto**

Neste ponto analisaremos em primeiro lugar as condicionantes específicas da implantação de uma estrutura sanitária no centro histórico em estudo. Apresentaremos em seguida uma síntese sobre a história da construção do antigo hospital na Praia, associando-a à actividade da instituição misericórdia e explicitando um pouco, a primitiva estrutura de pessoal de saúde prevista para o arquipélago. Finalmente, faremos uma descrição e análise dos aspectos simbólicos e formais do bloco central do moderno hospital com referências aos seus anexos.

### **2.1. Condicionantes específicas da implantação de uma estrutura sanitária na Praia**

De acordo com dados constantes dos relatórios sanitários publicados nos boletins oficiais do governo da província de Cabo Verde na segunda metade do século XIX, vários factores relacionados com o estado sanitário do arquipélago de Cabo Verde, da ilha de Santiago e particularmente da Praia, justificavam a construção do hospital que veio a ser edificado no Centro Histórico em apreço. Tais factores influenciaram desde sempre a fixação humana no povoado da Praia. São essencialmente de ordem natural, concretamente, ligadas às condições meteorológicas do espaço geográfico onde se insere Cabo Verde.

A propósito da necessidade do conhecimento destes factores que vinham condicionando o estado sanitário da província desde épocas mais recuadas, por volta de 1880<sup>775</sup>, em ofício nº 144 de 19 de Fevereiro de 1880 da Secretaria da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde, a ser apresentada como anexo ao capítulo II, reportando à história da construção do quartel de Caçadores da Praia, referia-se à *conveniência de se estabelecer o posto meteorológico*<sup>776</sup> no estabelecimento militar

---

<sup>775</sup> Por essa altura já havia passado cerca de quarenta anos após o início da construção do hospital, como teremos a oportunidade de ver mais à frente.

<sup>776</sup> Secretaria da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Ofício nº 144] 1880 Fevereiro 19, Cidade da Praia [a] Conselheiro Director geral do Ultramar e (DGU) [manuscrito] 1880. 3f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

atrás mencionado. Também a este respeito António da Paula Brito um dos clássicos da abordagem oitocentista da realidade da Praia mostra que por essa altura havia uma *torresinha* circular destinada para o observatório meteorológico<sup>777</sup>. Esta atitude das autoridades demonstrava que já estavam cientes da importância do controlo dos fenómenos naturais para, entre outros fins, prever o estado sanitário e serem adoptadas medidas de carácter preventivas, a bem da saúde pública da Praia e da província em geral<sup>778</sup>, uma vez que as variações climáticas em si mesmas constituíam factores de doença.

Assim, estavam também as autoridades convencidas que os efeitos produzidos pelas condições climatéricas na época mais quente e húmida, relativa aos meses de Agosto, Setembro, e Outubro, tinham reflexos no aparecimento de casos mórbidos vários como mostra o relatório sanitário do terceiro período de 1887<sup>779</sup>. Segundo este relatório, nesse período a humidade do solo despertava o elemento palustre, multiplicavam-se as dermatoses, conjuntivites, doenças das vias digestivas, a malária e algumas doenças infecto-contagiosas como a tuberculose pulmonar e muitas outras<sup>780</sup>.

Por seu turno, as crises alimentícias ligadas de certa forma aos fenómenos naturais, não obstante estarem também associadas à escassez dos recursos disponibilizados pela metrópole não se dissociavam das secas cíclicas que tantos autores cabo-verdianos abordam, como é o caso de António Carreira. Este no seu trabalho as secas e fomes em Cabo Verde recorre a uma correspondência datada de 1846 entre a província e o reino para mostrar que em tais comunicações eram recordadas as crises de 1831 e 1833 que ameaçavam voltar, acompanhadas como habitualmente de epidemias.

Outros factores sempre condicionaram o estado sanitário da cidade da Praia como nos deixa entender o código de posturas de 1894<sup>781</sup>, como os problemas da higiene, igualmente reportados nos vários relatórios sanitários a que tivemos acesso.

---

<sup>777</sup> BRITO, António – Subsídios para a Corographia da Ilha de S. Thhiago... p. 47.

<sup>778</sup> É que a salubridade ou a insalubridade do meio dependia em parte das condições meteorológicas de cada período do ano. Quer na estação mais quente e húmida, quer na estação mais fria e seca, verificavam-se várias doenças próprias do respectivo período do ano.

<sup>779</sup> B.O. de C. Verde nº 13. Praia: Imprensa Nacional 31-3-1887 P.56-59.

<sup>780</sup> Assim, vemos que quando ocorriam fenómenos meteorológicos de um determinado período do ano noutra época, desenvolviam não só certas doenças habituais, mas também outras moléstias chegando mesmo a verificar contrastes de salubridade em relação ao mesmo perigoso noutros anos.

<sup>781</sup> B.O. de C. Verde nº 22. Praia: Imprensa Nacional, 2-6-1894.

Ainda um outro condicionalismo que, embora não estando relacionado nem com as condições meteorológicas das ilhas, nem com outras situações contribui e que sempre para a mudança de estado sanitário da Praia, pesando na morbilidade das pessoas foi a existência de portos. No caso do Porto da Praia era, como vimos no capítulo I, ao abordarmos a problemática do estabelecimento de um Lazareto para alojamento de quarentenários, uma porta de entrada de epidemias que grassavam noutros pontos do globo. Sobre esta constatação atestam não só os vários relatórios sanitários como também muitos boletins de sanidade marítima apresentados em diversos boletins oficiais. A este respeito os relatórios sanitários do primeiro trimestre de 1891 reportam que na sequência do regresso de uma expedição de armada da Guiné, apareceram, dias depois, trinta pessoas afectadas, entre as mesmas vários enfermos que apresentavam moléstias venéreas, que se presume terem sido trazidos pelos tripulantes do navio acabado de chegar<sup>782</sup>. O hospital na forma como o apresentamos no ponto seguinte começa a responder às necessidades do burgo em matéria de cuidados de saúde.

Diversas endemias e epidemias reinaram desde sempre no arquipélago em geral e na Praia. Entre as doenças que mais atavam as pessoas figuram as febres palustres, as bronquites e distintas afecções venéreas, a tuberculose pulmonar, a pneumonia a enterite entre outras indicadas em diversos relatórios sanitários. Evidenciavam epidemias de sarampo e escarlatina de gripe ou «influenza» e varíola que geravam uma elevada mortalidade. Provavelmente o estado sanitário descrito era uma das condicionantes que fortemente implicava a diminuta população da vila que antes de meados do século XIX não atingia os 2.000 habitantes<sup>783</sup>

## **2.2. O antigo hospital da Misericórdia e a nascente estrutura de pessoal de saúde**

A história do antigo hospital da Misericórdia da Praia está ligada às actividades da Misericórdia em Cabo Verde que, por sua vez, se enquadra na acção dessa grande confraria em Portugal. De acordo com a documentação consultada, a Misericórdia

---

<sup>782</sup> B.O. da Província de Cabo Verde nº39/1891. Praia, Imprensa Nacional 1891, pp.222-225.

<sup>783</sup> AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens. Lisboa. Edição de Memórias da Junta de Investigação do Ultramar. 1964. p. 329.



Portuguesa tem raízes na idade média. Tal como sublinha Santa Rita Viera, esta instituição tinha a invocação de Nossa Senhora de Madre Deus Virgem Maria de Misericórdia, e neste âmbito decorre o aparecimento da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, com o compromisso confirmado por D. Leonor, viúva de D. João II enquanto regente do reino em 1498. No seguimento do autor, depois da Misericórdia de Lisboa fundaram-se outras na metrópole e no ultramar, situando-se a criação desta instituição em Cabo Verde cronologicamente, no ano de 1556, quando o Bispo D. Frei Francisco da Cruz mandou construir a igreja e hospital da misericórdia na Ribeira Grande de Santiago, consubstanciando a ideia de que os primitivos hospitais deviam estar próximos de catedral ou conventos. A justificação desta instalação hospitalar resulta das condicionantes acima explicitadas que, tendo raízes na longa duração, as mesmas condicionantes que se fizeram repercutir no estado sanitário da Praia no século XIX tinham contribuído para a insalubridade da Ribeira Grande nos Séculos XV e XVI. A par do hospital a documentação reporta ao pessoal para cuidar dos doentes, que sendo muito reduzido *presume-se que a assistência aos doentes fosse feita pelos iletrados e a cirurgia pelos barbeiros mais ou menos analfabetos, havendo também campo propício para o desenvolvimento do curandeiros como de facto aconteceu*<sup>784</sup>.

Por essa altura para além da existência do Hospital da Misericórdia na Ribeira Grande que estava a *cahir*, havia catorze igrejas, incluindo a Sé, um seminário que o último Bispo mandou continuar<sup>785</sup> e no fundo a bordo da ribeira estava o modesto convento de frades capuchos. Fazia parte ainda do conjunto edificado da Ribeira Grande por essa altura *choupanas d'uma lava negra e seus funcos com tectos de palha*.<sup>786</sup>

A transferência das actividades da misericórdia da Ribeira Grande para Praia e as respectivas instalações sanitárias e serviços de saúde realiza-se na sequência da importância que vai ganhando a Vila da Praia com a fixação definitiva da capital da província, concentrando-se aí as principais instituições oficiais, quando, em 1834 o

---

<sup>784</sup> VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – História da medicina em Cabo Verde. Edição patrocinada pelo Ministério da Saúde de Cabo Verde e Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, Lda. Mindelo: 1999, pp. 28-29.

<sup>785</sup> O edifício do Seminário de dois andares, e umas trinta janelas de frente, nunca ficou acabado.

<sup>786</sup> CHELMICKI, José Conrado Carlos de, Corografia Cabo-Verdiana. Ou Descrição Geográfico-Histórica. Da Província das Ilas de Cabo Verde, Tomo I, Typ. DE L. C. DA CUNHA, Lisboa, 1821, p. 67-68.

*Prefeito* tomou posse em presença da câmara da Vila da Praia<sup>787</sup>. Esse acto até a altura tinha lugar perante a câmara da Ribeira Grande.

A presença da instituição Misericórdia na Praia aparece documentada através de alusões à existência de doentes da misericórdia no hospital militar em 1839 que é provavelmente a mais antiga estrutura de saúde do burgo, contemporânea do primitivo hospital de Misericórdia. Pensamos que a essas estruturas sanitárias manteve-se ligado o cirurgião-mor Joaquim Martins Franco que esteve no arquipélago em 1835<sup>788</sup> ou seja, cinco anos antes do momento em se reportava a doentes da Misericórdia no Hospital Militar.

A instituição Santa Casa de Misericórdia da Praia atravessava por volta de 1839, alguns problemas organizativos com reflexos nas dificuldades de edificação de um hospital condigno para o burgo. Segundo Travassos Valdez, não tinha irmãos nem mesa, achava-se a cargo de uma comissão cuja regularidade legal era duvidosa<sup>789</sup>. E, se o Hospital Militar estava razoavelmente provido de camas e utensílios e bem montado o respectivo serviço interno, já o primitivo Hospital da Misericórdia, que funcionava em espaço arrendado, só gozava deste nome. Descreve-a assim o autor que acabamos de citar, referindo-se ao espaço de aluguer onde estava instalado: *n'esta casa em uma espécie de armazém térreo estavam seis ou oito camas para os doentes da Misericórdia.*<sup>790</sup>. O mesmo era apresentado como um espaço todo arruinado e que quando aumentava o número de doentes, principalmente, na ocasião das chuvas, era preciso arrendar casas para esse fim.

No seguimento de Santa Rita Vieira, atenuados os problemas de funcionamento da Santa Casa de Misericórdia da Praia e não tendo o respectivo hospital um edifício próprio, fez-se uma subscrição e logo se juntaram perto de 600:000 reis e com algumas dívidas recebidas e umas pequenas subscrições feitas em outras ilhas, tudo foi entregue a uma Comissão Administrativa, composta por membros da Mesa da Santa casa de Misericórdia, o que testemunha estarem já devidamente organizados para o efeito, o que

---

<sup>787</sup> VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – História da medicina em Cabo Verde...p 50.

<sup>788</sup> Cf. Documentário fotográfico inserido na mais completa obra sobre a história da medicina em Cabo Verde, atrás referida da autoria de Henrique Lubrano de Santa Rita Vieira.

<sup>789</sup> Refere o autor que o único dos estabelecimentos pios desta ordem na província que se conservava com regularidade legal o existente na ilha de S. Nicolau.

<sup>790</sup> TRAVASSOS VALDEZ, Francisco. Africa Occidental. Lisboa. Imprensa Nacional. 1864. p. 238.

concorreu para que no dia de S. Fernando, ou seja, a 30 de Maio de 1841, se lançasse a primeira pedra para a edificação do Hospital da Misericórdia da Vila da Praia de Santa Maria<sup>791</sup>. De acordo com o autor, seguiu-se o traçado delineado pelo ex-Director das Obras Públicas, António Maria Fontes Pereira de Melo. As obras continuaram até 1842, altura em que foi substituído o Governador João Fontes Pereira de Melo, tio ex-Director das Obras Públicas, o grande regenerador da vida Portuguesa na segunda metade do século XIX, depois de terem estado paradas até que de novo, o mesmo governador voltou a ser nomeado, volvidos cerca de oito anos.

Atesta este facto a portaria nº 1921 acompanhada pelo ofício nº 1518 de 25 de Janeiro de 1850, remetido da metrópole ao Governador Geral da Província de Cabo Verde, reagindo ao pedido deste em que expôs o estado da Santa Casa Misericórdia da Vila da Praia e providencias que seriam mais próprias para a melhorar e em especial, concluir o edifício que estava iniciado para ser hospital. Assim autorizou-se *àquela Santa Casa para contrair um empréstimo até a quantia de quatro contos reis para poder levar avante a construção do edifício*, segundo realça Santa Rita Vieira. Recomendava-se que a obra fosse administrada por uma Comissão Administrativa, como de resto, tinha acontecido anos antes, o que representaria uma efectiva organização da instituição Santa Casa de Misericórdia na Praia. Mas tal comissão tinha que ser composta por pessoas da inteira confiança do Governador Geral.

Recorrendo ao empréstimo acima referido que veio a ser pago com verbas obtidas através do imposto dos 3% *advalorem* que resultou do empenho do Governador Arrobas, a província foi dotada de um hospital que, na época, era considerado a melhor que havia nas possessões ultramarinas.

A edificação de uma obra arquitectónica com características dese hospital nas terras ultramarinas em meados do século XIX é sem dúvida por um lado, uma das consequências da afirmação dos ideais iluministas que tinham atingido a sua fase de maturação na Europa em finais do século XVIII. No caso concreto da construção de um hospital se afigura como um meio de promoção das populações entendida na acepção iluminista como um conjunto de preceitos que envolvem princípios como os

---

<sup>791</sup> VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – História da medicina em Cabo Verde...pp. 50-55.

relacionados com felicidade humana<sup>792</sup>. Neste caso concreto os progressos de medicina, com as descobertas de Pasteur então materializadas e a procura de melhor organização dos serviços de saúde e consequente infra-estruturação sanitária, terão contribuído para concretização desse desiderato iluminista no Arquipélago e na Praia em Particular.

O Hospital de Misericórdia apresentado na *figura 12*, exibida abaixo, viria a ser erguido num espaçoso terreiro situado mais a norte do centro histórico da Praia, chamando largo da Boavista, também conhecido depois por largo do Hospital Velho<sup>793</sup>.

**Figura 12 - Imagem com a inscrição: Hospital da Misericórdia da Cidade da Praia. Ilha de S. Thiago de Cabo Verde AHU – concluído em 1859**



**Fonte: Publicado por VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – História da medicina em Cabo Verde...p. 712.**

Previu-se antes da edificação deste belo edifício que a madeira destinada à confecção da elegante porta e restantes necessidades tais como o madeiramento para a cobertura seria obtido a partir dos pinhais nacionais, obedecendo ao corte de cem dúzias de tábuas e cem dúzias de barrotes de dezasseis a vinte palmos que seriam depois remetidos para a Vila da Praia<sup>794</sup>.

Do ponto de vista estético estamos perante uma construção que se identifica com a matriz caracterizadora da maior parte das obras arquitectónicas erguidas na Praia na segunda metade do século XIX, ou seja de fortes tendências neoclássicas evidenciadas na simplicidade do edifício e paredes nuas e presença de outros elementos classizantes

<sup>792</sup> HOF, Ulrich –A Europa no século das luzes. Lisboa: Editorial presença, 1995, p. 14.

<sup>793</sup> VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – História da medicina em Cabo Verde. Edição patrocinada pelo Ministério da Saúde de Cabo Verde e Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, Lda. Mindelo, 1999, p.259.

<sup>794</sup> VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – História da medicina em Cabo Verde...p.233.

como as duas esbeltas e delgadas colunas que enquadram uma espécie de pórtico. São ainda típicos do neoclassicismo a predominância de elementos geometrizar, patenteados na linha recta, nas quadrículas e nos rectângulos bem vincados nas janelas. A presença da escadaria de três degraus de acesso ao portal aparentemente simples possui no entanto alguma monumentalidade devido ao elevado sentido estético da ornamentação da mesma. Todavia não deixa de evidenciar uma mescla de estilos que é característico do romantismo arquitectónico. Neste caso concreto observamos ao lado das características atrás enunciadas um elemento revivalista de cariz ne-ogótico presente nos dois arcos quebrados delineados para o pequeno pórtico, mas também de certa forma um revivalismo barroco evidente no esforço de ornamentação, em que se destaca uma cruz na parte superior do edifício ao centro envolvido por uma escultura concebida em floreado que constitui uma autentica obra de arte.

De acordo com a literatura consultada esse hospital apresentava espaçosas enfermarias de mulheres, outras de homens com separações também conforme as doenças, óptimos quartos para doentes particulares, casa de botica e laboratório, casa para dissecações, casa do banco, secretaria etc. Segundo Santa Rita Vieira por portaria ministerial de 26 de Fevereiro de 1859 *a Junta da Fazenda pública de Cabo Verde ajustada com a Santa Casa de Misericórdia da Cidade da Praia, tomar-lhe de arrendamento uma parte do edifício do seu hospital para ali estabelecer o hospital militar, tendo adiantado a arrenda de alguns anos para amais ponta conclusão do mesmo hospital*<sup>795</sup>.

A partir do momento em que se instalou o Hospital militar numa parte deste estabelecimento de saúde passou a receber a designação de hospital civil e militar da Cidade da Praia e é com este nome que o vimos referenciado em vários relatórios do Serviço Saúde da Província durante toda a segunda metade do século XIX.

### **2.3. Estruturas sanitárias e quadro de saúde de Cabo Verde**

Acompanha o processo da edificação do hospital da misericórdia a estruturação dos serviços de saúde que em meados do século XIX enquadram-se na organização das

---

<sup>795</sup> VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – História da medicina em Cabo Verde..., p.260.

estruturas sanitárias previstas para províncias ultramarinas. Seguindo o modelo ultramarino foram fixados os quadros de saúde para Cabo Verde cuja evolução, também segue o percurso da edificação do hospital de misericórdia.

Assim, no momento em que já estava edificado o espaço condigno próprio para funcionar como Hospital de Misericórdia, para que o mesmo estivesse em melhores condições de alojar os doentes que vinham sendo hospitalizados em instalações impróprias, procedeu-se, na sequência da organização dos serviços de saúde de Cabo Verde reestruturação do quadro de pessoal de saúde para Cabo Verde por volta de 1844 através do decreto de 14 de Setembro de mesmo ano, enviado em circular ao governo de Cabo Verde<sup>796</sup>. Tinha-se em vista, tal como sublinha Santa Rita Vieira, proporcionar aos habitantes os necessários socorros médicos. O quadro tinha abrangência para toda a província embora seja presumível que a maior parte dos facultativos que integravam o serviço de saúde se concentrasse na Praia.

O quadro de pessoal desses serviços traduzia-se em tabelas que se foram evoluindo ao longo dos anos, expressando assim a ideia de que havia uma preocupação de uma melhoria progressiva das condições de prestação de serviços de saúde, evidenciado no envio de Físicos-mor, Cirurgiões-mor, bem como demais facultativos assim designados, farmacêuticos, entre outros quadros auxiliares de saúde não expressos nas tabelas constantes das portarias, mas que a literatura consultada também alude. A tabela indicada como *quadro n° 1* reporta à estrutura de pessoal em 1844.

**Quadro 1 - Empregados do quadro de Saúde enviados a Cabo Verde em 1844**

| Lugar que ocupa o facultativo | Patente militar | Quantidade |
|-------------------------------|-----------------|------------|
| Físico-mor                    | Tenente-coronel | 1          |
| Cirurgião-mor                 | Major           | 1          |
| Cirurgião de 1ª classe        | Capitão         | 2          |
| Cirurgião de 2ª classe        | Tenente         | 2          |
| Farmacêutico                  | Capitão         | 1          |
| Total                         |                 | 6          |

Fonte: VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – História da medicina em Cabo Verdep. 119

<sup>796</sup> VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – História da medicina em Cabo Verde. Edição patrocinada pelo Ministério da Saúde de Cabo Verde e Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, Lda. Mindelo 1999, p. 118

Uma nova organização do serviço de saúde para a província de Cabo Verde é foi posta em excussão em Cabo Verde pela portaria ministerial nº 2187 de 27 de Dezembro de 1851, através do decreto de 11 do mesmo mês<sup>797</sup>, altura em que ainda não estava concluída o Hospital de Misericórdia, implicando uma estrutura de pessoal indicada no *quadro* - 2 a seguir apresentado.

**Quadro 2 - Empregados do quadro de Saúde enviados a Cabo Verde em 1851**

| <b>Lugar que ocupa o facultativo</b> | <b>Patente militar</b> | <b>Quantidade</b> |
|--------------------------------------|------------------------|-------------------|
| Físico-mor                           | Tenente-coronel        | -                 |
| Cirurgião-mor                        | Major                  | 1                 |
| Cirurgião de 1ª classe               | Capitão                | 3                 |
| Cirurgião de 2ª classe               | Tenente                | 5                 |
| 1º Farmacêutico                      | Capitão                | 1                 |
| 2º Farmacêutico                      | Tenente                | 1                 |
| <b>Total</b>                         |                        | <b>11</b>         |

**Fonte:** VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – *História da medicina em Cabo Verde*. p. 243

Temos novamente que ressaltar que não aparecem nessas tabelas o pessoal auxiliar a que a literatura também refere.

Em relação à anterior tabela esta mostra que foi aumentado o número de cirurgiões, foi extinto o lugar de físico-mor para Cabo Verde, embora o mesmo decreto tenha indicado a sua continuação como veremos na tabela seguinte. Na altura, de acordo com Santa Rita Vieira, considerava-se que o aumento de pessoal de Saúde foi pouco sensível para as necessidades da província.

Ao ser estruturada uma nova reorganização dos quadros dos serviços de saúde das províncias ultramarinas em 1862, foi enviado ao Governo Geral de Cabo Verde o

<sup>797</sup> VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – *História da medicina em Cabo Verde*. Edição patrocinada pelo Ministério da Saúde de Cabo Verde e Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, Lda. Mindelo 1999, p. 242

decreto de 23 de Julho do mesmo ano que reorganizou os quadros<sup>798</sup> de acordo com a tabela seguinte evidenciada como *quadro 3*.

**Quadro 3 - Empregados do quadro de Saúde enviados a Cabo Verde em 1862**

| Lugar que ocupa o facultativo | Patente militar | Quantidade |
|-------------------------------|-----------------|------------|
| Físico-mor                    | Tenente-coronel | 1          |
| Cirurgião-mor                 | Major           | 1          |
| Facultativo de 1ª classe      | Capitão         | 4          |
| Facultativo de 1ª classe      | Tenente         | 6          |
| 1º Farmacêutico               | Capitão         | 1          |
| 2º Farmacêutico               | Tenente         | 2          |
| <b>Total</b>                  |                 | <b>15</b>  |

Fonte: VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – História da medicina em Cabo Verde. p. 416

#### **2.4. Remodelações no antigo hospital da Misericórdia e edificação da primeira enfermariam barraca**

Tal como escreve Santa Rita Vieira a composição que se estruturou das sucessivas remodelações feitas na instalação de assistência sanitária desde o Hospital de Misericórdia viriam contribuir para o aspecto que tem hoje o bloco central integrado num conjunto constituído por vários pavilhões. Trata-se por isso de uma construção oitocentista que funcionou Hospital Civil e Militar. O complexo hospitalar que resultou das modificações e construções evidencia na sua linha dianteira quatro enfermarias, com as faces voltadas para o antigo largo da Boavista, hoje restringido à rua Borjona de Freitas. Ficaram conhecidas como enfermarias-barracas, annexas ao hospital da cidade da Praia. Sobre a primeira passamos a descrever os procedimentos que havia de levar à sua edificação até ser concluída em 1883.

O processo que havia de levar remodelação com novas construções no antigo hospital da Misericórdia e, por conseguinte à edificação da primeira enfermaria barraca

---

<sup>798</sup> VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – História da medicina em Cabo Verde. Edição patrocinada pelo Ministério da Saúde de Cabo Verde e Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, Lda. Mindelo 1999, p. 416.



inicia-se em 1878 no momento em que se identificava a necessidade da construção de anexos com características previamente fixadas. Fundamentava-se no relatório da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde datado de 1878 que a estrutura hospitalar, ou seja o Hospital Civil e Militar, *não tem uma só enfermaria em boas condições hygienicas*, tal como se exigem em edificações *d'esta natureza*<sup>799</sup>. Aludia-se assim *à instante necessidade d'uma completa reforma em quasi todo o edificio*, e pelo governo-geral da província foi ordenado à direcção das obras públicas que estudasse os meios de melhorar as condições do hospital.

No que respeita às melhorias que precisavam ser introduzidas no edificio constatava-se no mesmo relatório às reparações que alguns carpinteiros das obras públicas, podiam introduzir no *sólho d'algumas taboas* completamente deterioradas, substituindo-as por outras novas. Deixou-se claro também que era indispensável transformar os compartimentos inferiores em casas espaçosas, com frestas exteriores, que permitissem fácil ingresso e constante renovação do ar.

Também se constatou a falta enfermarias devidamente isoladas por não haver dentro do recinto do hospital, espaço para que esse tipo de estrutura de saúde. Esta realidade constituiu fundamento da Direcção do Serviço de Saúde, pedindo insistentemente a edificação *d'uns quartos fora do recinto do hospital* onde pudessem alojar-se algumas enfermarias.

Em vista de tão justificada exigência e, como atesta o relatório em referência, deu-se ao chefe do serviço das obras públicas a responsabilidade de elaborar o projecto *d'uma enfermaria barraca do systema moderno, annexa a'aquella hospital*, com capacidade para vinte e quatro doentes. Deste modo iria se obter *imediatamente uma enfermaria nas melhores condições, que satisfazia a todos os preceitos da hygiene*. E com a realização desse melhoramento e transferidas para a nova enfermaria um grande número de doentes que prezam o hospital, poderia facilmente proceder-se à pretendida

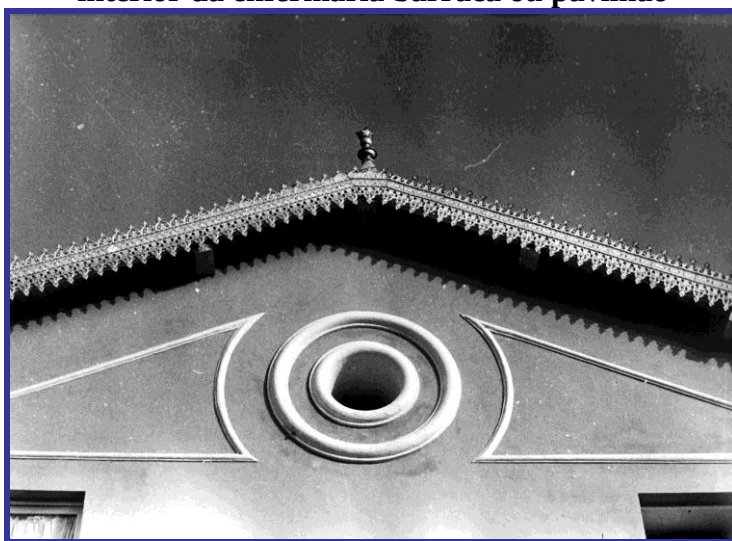
---

<sup>799</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [relatório] 1878 Outubro 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 86f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163.

reforma no velho edifício, e melhor *acomodação* dos enfermeiros dentro do recinto do hospital<sup>800</sup>.

Por aquilo que se escreveu no relatório acima referido notamos que previa-se um melhoramento urgentíssimo e até recomendável, encarado pelo lado económico, não somente pelas *immediatas vantagens* que dele resultaria, mas também porque não era maior a *despeza a effectaur*, se se quisesse satisfazer às indicadas e justas reclamações do serviço de saúde. A enfermaria era proposta para *casas* necessárias para um serviço independente, com *janellas do systema* usado nos hospitais modernos, que facilitassem regular à vontade o ingresso do ar no interior desse espaço<sup>801</sup>. A existência de ventiladores memo no forro, como podemos observar no exemplo representado pela imagem de uma aspecto da obra edificada, em seguida indicada como *figura 13*, que foram aplicadas além das janelas, para facilitar o regular ingresso do ar no interior desse espaço os tais ventiladores referidos na documentação já citada.

**Figura 13 - Ventilador no forro prevista para permitir o regular ingresso do ar no interior da enfermaria barraca ou pavilhão**



Fonte: Imagem do arquivo particular cedida para esta tese

<sup>800</sup> Parece ser este o contexto em que se iniciou a reforma pretendida na velha construção, ou seja na obra edificado pela Santa Casa de Misericórdia logo depois assumida como Hospital Civil e Militar transformando-o de tal forma com os sucessivos melhoramentos que fez com que Santa Rita Viera viesse a reconhecer que pouco das características do Hospital Velho tenha ficado para a posteridade.

<sup>801</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [relatório] 1878 Outubro 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 86f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163.

A cobertura projectada e executada para no *systema Reiterdach* aperfeiçoada e adoptado nos modernos *hospitaes* da América e da Europa ultimamente, de acordo com a documentação *tinha sido ensaiado n'umas enfermarias barracas anexas ao hospital Estephania em Lisboa.*

O projecto, foi aprovado em sessão do conselho de serviço *technico* de 20 de Setembro de 1878 e o officio nº132 da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde datado de 1880, informava-se à sua excelência o Sr. Ministro e Secretario d'estado dos negócios da Marinha e Ultramar nestes termos: *para os fins convenientes tenho a honra de participar a Vossa Excelência que em sessão do conselho de serviço technico foi approvedo o orçamento das reparações e melhoramentos indispensáveis no edificio do hospital civil e militar desta cidade na importância de 145:000 reis.*<sup>802</sup> Referia-se no mesmo officio que a despesa custeada era sustentada pela verba ordinária.

Após a conclusão da obras viu o Governador-geral João Lopes de Vasconcellos realizado os seus desígnios concretizou-se a satisfação de levar ao conhecimento da metrópole que já se achava concluído a obra da *enfermaria barraca annexa* ao hospital civil e militar da cidade.<sup>803</sup> Segundo o seu officio o edificio, que foi começado e concluído pelo *systema moderno* aconselhado para as *construcções d'esta natureza*, e que tinha sido já entregue á junta de saúde mobilado com mobília nova e apropriada, e que em breve ficaria em circunstâncias de poder receber doentes<sup>804</sup>.

---

<sup>802</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Officio nº132] 1880 Fevereiro 18, [a] Conselheiro Director Geral do Ultramar (DGU) [manuscrito] 1880. 1f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

<sup>803</sup> Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1883 [Officio nº 016] 1883 Janeiro 5, Cidade da Praia [a] Majestade (DGU) [manuscrito] 1883. 1f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 165

<sup>804</sup> Vidê anexo nº2 - Officio nº132 de 18 de Fevereiro de 1880 da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde reportando-se à aprovação o orçamento das reparações e melhoramentos indispensáveis no edificio do hospital civil e militar da cidade da Praia.

Iniciadas as transformações nesse hospital uma das primeiras remodelações da parte correspondente àquilo que é hoje bloco central também foi concluído em 1882, tal como reporta Sana Rita Vieira e deu-lhe a configuração que em essência chegou aos nossos dias, tal como é apresentado mais adiante<sup>805</sup>.

## **2.5. O complexo arquitectónico: sua localização descrição e análise do seu aspecto actual**

O moderno hospital, que na época do estado Novo ostentava a denominação de Hospital de Santa Isabel<sup>806</sup> é neste ponto objecto de descrição e análise na vertente estética. Cingiremos ao bloco central, por ser o espaço no conjunto que mais incorpora o processo evolutivo do complexo em estudo, embora na sua fisionomia de hoje pouco pareça ter ficado do que era o Hospital de Misericórdia ou Hospital Civil e Militar da Praia. Evolui-se por conseguinte na esteira do antigo e belo edifício da Misericórdia acima exibido e que se destacava na década de 50 do século XIX no antigo largo da Boavista,<sup>807</sup> como uma obra imponente neste eixo urbano da cintura nordeste do Centro Histórico da Praia.

Modernamente, para além do bloco central, forma um extenso conjunto constituído por várias dependências que estruturaram desde as antigas enfermarias barracas ou pavilhões passando pela sucessiva integração de mais composições que albergam hoje variados serviços especializados desse hospital.

A imagem a seguir apresentada como *figura 14*, corresponde, por um lado, à reconstituição do complexo na planta do conjunto elaborada por volta de 1954, mostra por outro lado a forma como esta estrutura hospitalar se dispôs numa extensão bastante considerável e num espaço que ainda hoje matem característica de um largo dada à

---

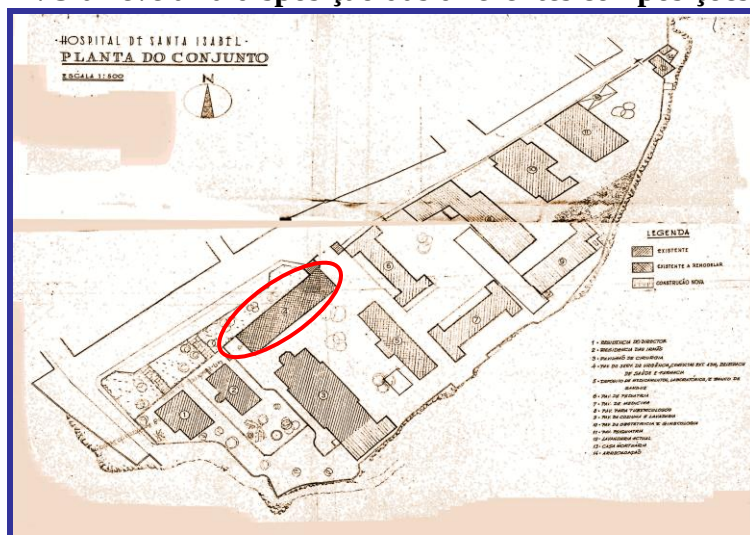
<sup>805</sup> Chamamos a atenção para o facto do relatório da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde datado de 1 de Outubro 1878 realçar que quer a remodelações no antigo hospital da Misericórdia, quer a edificação da primeira enfermariam barraca ou pavilhão ter sido custeada pela verba extraordinária, proveniente do imposto dos 3% ad valorem, exclusivamente destinado para obras publicas. Os melhoramentos com recurso a estas verbas incidirem entre outras obras de primeira necessidade para a cidade da Praia numa *caza* para autópsias e mortuária junto ao hospital militar e civil da Praia que em Outubro de 1878 estava *quasi* concluída.

<sup>806</sup> Mantém até hoje como herança desta denominação a enfermaria de Santa Isabel e a presença da imagem da Rainha Santa não só nessa enfermaria como também noutra local bem visível do hospital.

<sup>807</sup> Também se chamou a esse terreiro largo do Hospital Velho. Essa denominação pode ser associada à sua presença nesse largo do Hospital da misericórdia ou Civil e Militar referenciada como Hospital Velho após a edificação da moderna instalação hospitalar.

largura da rua que lhe é frontal. Referimo-nos à rua Borjona de Freitas, que ostenta esse nome como era hábito na toponímia das ruas, em homenagem a uma personalidade como aquele que foi Alfredo Augusto Borjona de Freitas, Governador-Geral em 1906 em esteve muito empenhado na implementação do ensino profissional nas ilhas<sup>808</sup>.

**Figura 14 - Planta do conjunto do Hospital de Santa Isabel observado no sentido E/O a revelar a disposição das diferentes composições**



Fonte: Planta do conjunto do Hospital de Santa Isabel, Acessível no IAHN-CV, Fundo Arquivístico do MIT Caixa 467. S/d.

A evolução desse hospital partiu, como vimos, dum único bloco assinalado que correspondia ao velho hospital de Misericórdia a que se foi juntando pavilhões<sup>809</sup>. Cada pavilhão alberga desde há muito um serviço concreto do hospital, organização que em certa medida que parece ter mantido ao longo tempo. São identificados por uma numeração encontrada numa planta<sup>810</sup> que, apesar de não estar datada, permite que se lhe associe à disposição apresentada na figura acima destacada ao período colonial (Estado Novo) visto que na mesma fonte o complexo ostenta a denominação de Hospital de Santa Isabel que chega até aos primeiros tempos da independência nacional que ocorreu em 1975 Para se manter ligado o hospital ao nome desta figura bíblica existe uma enfermaria que ainda hoje se designa Santa Isabel e onde está bem localizada a santa à entrada da mesma enfermaria no seu nicho, estando um outro exemplar deste

<sup>808</sup> LOPES DA SILVA, Francisco – História do ensino em Cabo Verde. In: Jornal Notícias nº57/1992. Mindelo-S. Vicente: 1992, pp.14-15.

<sup>809</sup> Esses pavilhões são identificados na documentação como enfermeiras barracas e aos mesmos voltaremos mais adiante. Foram projectadas para responder às demandas que um hospital concebido num só bloco, construído no tempo em que Praia ainda era vila já não tinha condições para satisfazer as necessidades decorrentes de um centro que estava a crescer e tinha atingido o estatuto de cidade.

<sup>810</sup> Hospital de Santa Isabel – Planta do Conjunto. Acessível no IAHN-CV, Fundo Arquivístico do MIT, Caixa 467 s/d.

elemento da imaginária religiosa destacado noutra local do hospital, mais concretamente nas proximidades da entrada mais a sul. À santa dedicaremos um pouco da nossa atenção na análise dos aspectos simbólicos do edifício na parte final deste título sobre o hospital da Praia.

O *quadro 3*, a seguir apresentado procura estabelecer uma relação entre as principais dependências identificadas na planta do conjunto do Hospital acima inserida e as respectivas designações.

**Quadro 4 - Distribuição das principais dependências do complexo hospitalar da Praia e dos respectivos serviços**

| <b>Numeração</b> | <b>Dependências e respectivos serviços</b>                                                         |
|------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 02               | Pavilhão da cozinha e lavandaria                                                                   |
| 03               | Pavilhão de medicina                                                                               |
| 04               | Depósito de medicamentos, laboratório e banco de Sangue                                            |
| 05               | Pavilhão de cirurgia                                                                               |
| 08               | Residência do Director do Hospital, antigo Chefe dos Serviços de Saúde                             |
| 09               | Residência das irmãs                                                                               |
| 10               | Pavilhão do serviço de urgência, consultas externas, Administração e delegacia de saúde e farmácia |
| 11               | Pavilhão de Pediatria                                                                              |
| 12               | Pavilhão para doentes de tuberculosos                                                              |
| 13               | Pavilhão de Obstetrícia e Ginecologia                                                              |
| 14               | Pavilhão de psiquiatria                                                                            |
| 15               | Casa Mortuária                                                                                     |

**Fonte:** Planta do conjunto do Hospital de Santa Isabel, Acessível no IAHN-CV, Fundo Arquivístico do MIT Caixa 467. S/d. **Obs:** Entre os pavilhões mais importantes indicados na legenda que integra a planta destacamos o da pediatria, o de doentes tuberculosos, o de maternidade, o de psiquiatria e a casa mortuária, estruturados numa sequência que vai do eixo sul ao norte, a partir do bloco central que por sua vez é indicado com como pavilhão do serviço de urgência, consultas externas, Administração, delegacia de saúde e farmácia.

Esta disposição corresponde ao complexo que veio a ser edificado, composto por quatro enfermarias barracas, edificadas ainda no século XIX, como é citado para a primeira<sup>811</sup>. As extremidades destes pavilhões aparecem voltadas para a rua Borjona de Freitas, na *figura15*, adiante indicada. Também na mesma imagem é visível a moderníssima residência do director do hospital, também chefe dos serviços de saúde da província, que acabava de ser construída em 1952<sup>812</sup>. Outros elementos deste complexo

<sup>811</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [relatório] 1878 Outubro 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 86f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

<sup>812</sup> Boletim de Informação e Propaganda nº 29/1952. Praia, Imprensa Nacional, 1952, p. 9

arquitectónico, constam da planta acima apresentada, mas não visíveis na imagem seguinte.

**Figura 15 - Vista frontal do complexo edificado que corresponde ao hospital da Praia no seu estado actual**



**Fonte:** Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Junho/07

Ao analisarmos a distribuição das dependências do complexo hospitalar em estudo, verificamos que quase todos os elementos da estrutura actual deste conjunto, mesmo com as remodelações mais modernamente feitas, foram introduzidas a partir das velhas estruturas<sup>813</sup>. Muitas das designações dos vários compartimentos que na época colonial correspondiam a vários serviços continuam hoje. Em essência os diversos pavilhões ou enfermarias barracas como aos mesmos é referido na documentação continuam a albergar serviços para que foram construídos<sup>814</sup>.

A título exemplificativo continuam a ter as mesmas funções o antigo, pavilhão de pediatria, a velha enfermaria barraca para utentes de obstetrícia e ginecologia, hoje designada de maternidade, a casa mortuária, o antigo pavilhão de psiquiatria, cujos serviços só não estão ainda instalados no mesmo porque foram recentemente transferidos para o novo hospital psiquiátrico de Trindade com vocação específica para atendimento de doentes de psiquiatria, entre outros espaços que, não tendo exactamente as mesmas funções continuam no entanto ligados ao seu uso inicial.

---

<sup>813</sup> Esta atitude merece ser reconhecido como um esforço de manutenção dos traçados originais de cada composição o que valoriza todo o conjunto como obra arquitectónica de elevado valor patrimonial.

<sup>814</sup> Esta é outra postura das autoridades sanitárias reforçam ainda mais a importância desse património histórico da cidade muito ligado ao seu passado.

Das excepções que podem ser apresentadas no que toca às transformações operadas evidenciamos as alterações na fachada, que normalmente não são bem aceites, por se ter destruído um aspecto original da frente principal que a nosso ver podia persistir sem conflitos nem com as obras feitas nem com as funções que se quis dar à composição pelo que deviam ser mantidos. Tal aparência sob a forma de dois pórticos e que é visível na frente do edifício na figura ---, adiante indicada, pode representar uma ligação do ponto de vista da sua originalidade ao velho hospital da Misericórdia<sup>815</sup>.

**Figura 16 - Realce à planta e ao elemento arquitectónico retirado do alçado frontal lembrando a espécie de pórtico do antigo hospital da Misericórdia**



**Fonte: Planta do conjunto do Hospital de Santa Isabel, Acessível no IAHN-CV, Fundo Arquivístico do MIT Caixa 467. S/d. e Imagem da do arquivo pessoal de José Maria Semedo – docente do ISE (à esquerda).**

A composição que é tida como bloco central herdeira do velho hospital de Misericórdia que se evoluiu para uma estrutura de dois pisos, correspondente à edificação exposta na horizontal na figura, prosseguindo-se as restantes dependências sob a forma de espaçosos pavilhões ou enfermarias barracas como são mencionadas na literatura.

A infra-estrutura de cariz sanitário, de grande importância para o centro histórico já que foi identificada em meados do século XIX como uma das obras de primeira necessidade para urbe, chega até nós com a designação de Hospital Agostinho Neto.

---

<sup>815</sup> Este pórtico mais não era que uma espécie de lembrança do velho hospital de Misericórdia que ostentava no seu alçado frontal ao largo da Boavista uma entrada tão elegante capaz de atribuir alguma dignidade ao edifício.



Prevista como obra destinada a promover e retemperar a saúde<sup>816</sup> foi erguida no ponto descaído para Este, entre dois largos a da Boavista e o do Guedes tal como reporta António de Paula Brito ao descrever a localização do edifício em finais do século XIX nestes termos: *contíguo a estes largos, jaz o espaçoso hospital civil e militar, que hoje possui uma bem construída enfermaria barraca, segundo os preceitos da hygiene moderna*<sup>817</sup>. A enfermaria barraca a que refere o autor foi concluída em 1882 quando, pelo Ofício nº 073 de 27 Dezembro a Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde comunicava à sua Excelência o Senhor Conselheiro ministro e secretario de estado dos negócios da marinha e ultramar, que estava concluído e entregue à autoridade superior da província o edifício da enfermaria barraca anexa ao hospital civil e militar da cidade da praia<sup>818</sup>. Na altura da conclusão do edifício entre outros dados relativos ao mesmo mencionava-se no mesmo ofício às suas medições do (44.0m de comprimento, 11,0m de largura e 7,0m d'altura nas suas faces exteriores; tendo uma superfície coberta de 428,76m.) e às suas divisões em 16 quartos. A cobertura fora foi feita no *systema Reitar-dach* aperfeiçoado ensaiado na altura numa das enfermarias anexas ao *Hospital Estephania* em Lisboa, facilitando a sua disposição a conservação do madeiramento e uma perfeita e regular ventilação.

Para uma melhor elucidação, apresentamos em seguida, um recorte da planta de localização deste espaço do centro histórico da Praia, onde se evidenciam as composições que correspondem ao conjunto edificado, constituído por vários compartimentos, estando desatados três elementos desse conjunto, identificados como bloco central, o primeiro no sentido sul-norte, seguindo-lhe duas enfermarias, hoje funcionando respectivamente, como serviços de pediatria e de maternidade.

---

<sup>816</sup> Relatório das obras públicas da Província de Cabo Verde relativo ao ano económico de 1888-1889. Acessível no AHU, fundo da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), Direcção Geral do Ultramar (DGU) – CABO VERDE, Cxa. 167 fl. 9v.

<sup>817</sup> BRITO, António da Paula – Subsídios para o estudo da corographia da ilha de Santiago de Cabo Verde 1889, p.491.

<sup>818</sup> Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 073] 1882 Dezembro 27, [a] Conselheiro Director geral do ultramar (DGU) [manuscrito] 1882. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 165.

## 2.6. O simbolismo no hospital da Praia e na sua ligação à Santa Isabel

Do ponto de vista simbólico a importância do edifício em estudo é expressa na sua existência enquanto sinal visível da instituição com funções de garantia de saúde dos habitantes da urbe tão antigas, quanto são as preocupações com a sua defesa, prática de culto religioso bem como administração da província e da própria cidade.

As duas peças da arte sacra explicam um outro simbolismo a que está associado o passado da edificação como antigo hospital de misericórdia que desempenhava uma função de assistência espiritual muito forte, a par dos cuidados de saúde física propriamente ditos. Provam esta faceta deste hospital a inclusão no conjunto das suas dependências uma residência das irmãs, a par da moradia do Director do hospital e o facto de até recentemente ter tido um peso especial a presença de freiras prestando cuidados de enfermagem neste hospital bem como a existência duma sala que funcionou como capela até os primeiros anos da independência nacional. O culto da Santa Isabel e designação que ostentava na época do Estado Novo é espelhado num conjunto a seguir indicado como figura 17, onde estão inseridas dois exemplares da Nossa Senhora com iconografia semelhante mas com aspectos diferentes.

**Figura 17 - Arte sacra presente no hospital da Praia testemunho do culto da Santa inspiradora da cura aos doentes (alt. - 0.75m à esquerda, 1m à direita)**



Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/08

A autoria dessas obras como já nos referimos no capítulo III pode estar ligada ao movimento artístico sacro contemporâneo associado ao Estado Novo e ao escultor de arte sacra portuguesa, Leopoldo Almeida dessa época<sup>819</sup>. Por contraste à qualidade duvidosa do ponto de vista artístico das imagens presentes na Igreja Matriz da cidade, ostentam estas imagens um idealismo que mais exprime o carácter intemporal do sentido da reflexão sagrada.

O artista tentou reavivar a imagem da Santa Isabel, rainha de Portugal que se casou com o rei D. Dinis em 1282. Revela-se nestas obras, principalmente, na do lado direito, uma frágil Criatura que se emergiu na agitada vida daqueles tempos. Segundo P. José Leite referindo-se à Rainha Santa. Deus reservou uma missão religiosa, política, social e humana da primeira classe e parece que o artista quis deixar expresso nas duas imagens a alma discreta da mesma escondendo as suas angústias devido aos pecados do marido e o afecto que punha em tudo, traduzido no gesto de delicadeza, tal como a caracteriza o reverendo padre acima mencionado<sup>820</sup>.

A documentação consultada mostra que a rainha santificada só pensava em consolar os tristes, proteger os pobres, curar os doentes e da última virtude resulta seguramente a sua ligação ao hospital em estudo.

Esta imagem ficou enraizada na tradição cristã portuguesa que teve os seus reflexos nas regiões do ultramar como foi o caso de Cabo Verde. O exemplo mais conhecido das particularidades que a tornaram num imagem sacra é o do *Milagre das Rosas* que teve expressão especial na nossa infância através do nosso livro de leitura da 2ª classe. Não nos esqueçamos duma passagem do texto sobre esse milagre onde se explicava que vindo a rainha com uma grande quantidade de pães escondidos no regaço, surgiu-lhe o marido, o rei D. Dinis que lhe perguntou o que levava consigo, ao que ela respondeu *rosas, meu marido e senhor*, elevando o pensamento a Deus. Estranhando o rei pela referência a rosas em Janeiro reza a tradição que se consumou o prodígio caindo

---

<sup>819</sup> MENDONÇA, Maria José – Catálogo da 1ª Exposição de Arte Sacra Moderna. Lisboa: União Noelista Portuguesa, 1954, p. 13.

<sup>820</sup> A quem ajudou a criar os filhos bastardos nascidos da sua infidelidade à mulher.

do regaço da esposa do monarca *rosas lindas e puras como linda e pura era a figura e a alma da excelsa Rainha e Santa Isabel de Portugal*<sup>821</sup>

Ainda hoje a presença desta imagem sagrada nas instalações do hospital da Praia constitui motivo para despertar o alento no coração dos enfermos e animo acalentador que os revigora espiritualmente e os conforta a alma. Por isso são invocados todos os anos, no seu dia santo com actividades religiosas, deslocando-se para o efeito ao hospital, no dia 4 de Julho, padres irmãos e activistas religiosos.

### **3. Antigo largo do Chapuzet e as edificações do Liceu Adriano Moreira e da Igreja do Nazareno**

#### **3.1. Aspectos gerais do largo**

O largo em referência ocupa parte da área conhecida pela denominação mais comum de Montagarro<sup>822</sup> porque, segundo António da Paula Brito no seu centro erguia por volta de 1890 um belo depósito de água que vinha da nascente com a mesma designação situada a 3 kms de distância da cidade<sup>823</sup>. O mesmo, corresponde no seu ordenamento mais amplo ao antigo Largo da Boavista<sup>824</sup>. Abrangia um núcleo habitacional já estruturado em meados do século XX identificado no extremo norte do *Pateau*. Esse espaço, na sua expressão como área relativamente abrangente, abarca oito quarteirões, incluindo dois que se revelaram de interesse para o nosso estudo e que correspondem ao Liceu e à Igreja Protestante. Na mesma área urbana destaca-se o pequeno largo circular, denominado actualmente, como Praça Domingos Ramos, herdeira do largo do Chapuset, como já nos referimos como homenagem ao antigo

---

<sup>821</sup> PIMENTA, Romeu – e EVANGELISTA, Domingos – Livro de leitura para a 2ª classe. Porto:Livraria Avis, 1967, p. 5.

<sup>822</sup> Tristão Casimiro – Toponímia da Cidade da Praia IV. In *Boletim Cabo Verde de Informação e Propaganda nº 150/1962*. Praia, Imprensa Nacional, 1962, p. 30.

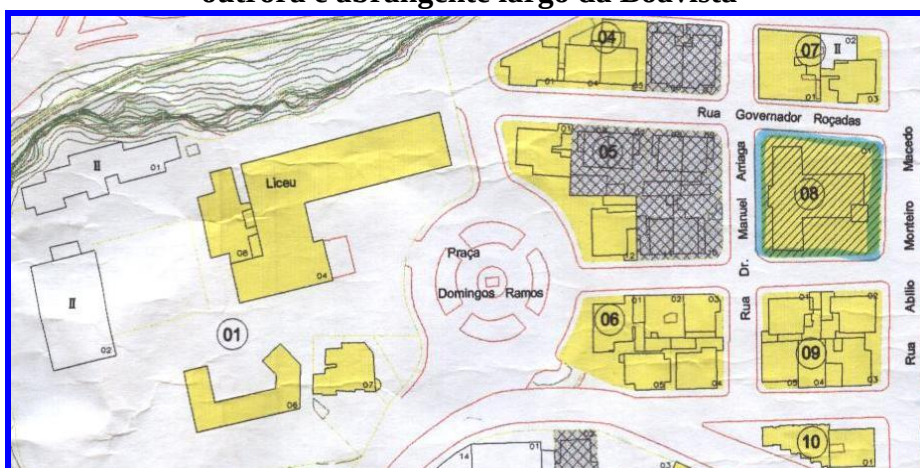
<sup>823</sup> BRITO António de Paula – Subsídios para a *corographia* da ilha de S. Thiago de Cabo verde. Lisboa, Imprensa Nacional, 1890, p. 46

<sup>824</sup> VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – História da medicina em Cabo Verde. Edição patrocinada pelo Ministério da Saúde de Cabo Verde e Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, Lda. Mindelo, 1999, p.259.

Governador-geral da Província João da Mata Chapuset. A descrição feita, em seguida, incide sobre este espaço mais restrito, bem evidente na gravura seguinte.

Por volta de 1953 este espaço *representa o progresso, a actualidade, a marca duma administração orientada e onde já havia casas que faziam inveja a muita gente*<sup>825</sup>. Nas palavras de Ilídio do Amaral, *era já a parte mais moderna da cidade, representada por um bairro de casas de funcionários. Salientava o autor em 1964, que se destacavam entre outras obras arquitectónicas, o Liceu e a Igreja protestante*<sup>826</sup>. A imagem seguinte, apresentada como *figura 18*, reporta à zona de localização deste largo, com o devido destaque às edificações acima mencionados entre os quais a do liceu grande interesse para o estudo da evolução do ensino secundário na Praia. No que toca à Igreja do Nazareno a análise da mesma permitirá pôr em evidência uma particularidade da religiosidade de uma parte da comunidade da urbe.

**Figura 18 - Antigo largo do Chapuset actual praça Domingos uma parte do outrora e abrangente largo da Boavista**



**Fonte: Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor. Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.**

A praça circular, estruturada em planta, é o espaço urbano que serve de enquadramento do antigo Liceu Adriano Moreira inaugurado em 1960, e que veio a corresponder à acima a indicada na *figura 19*, abaixo identificada. Tem no seu centro

<sup>825</sup> SPENCER, Maria Helena – Bairros da minha cidade. In: Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação nº 47/11953. Praia, Imprensa Nacional, 1953, p. 18)

<sup>826</sup> AMARAL, Ilídio do. Santiago de Cabo Verde – A terra e os homens. Lisboa. Edição de Memórias da Junta de Investigação do Ultramar.1964, p. 336

um, importante elemento de ornamentação, na sua qualidade de arte pública sobre o qual debruçamos em seguida.

**Figura 19 - Antigo Largo do Chapuzet já com o reverente edifício do liceu Adriano Moreira construído e um monumento comemorativo**



Fonte: Álbum nº 8 – fotografias da ilha de Santiago, foto nº 20. Acessível no Museu do AHNCV– fotografias da ilha de Santiago, foto nº 20.

### 3.2. A componente ornamental da praça

Encontramos em destaque nesse largo no meio da jardinagem e mobiliário público o acima referido como monumento henriquino em homenagem ao Infante D. Henrique<sup>827</sup>, cuja imagem apresentamos em primeiro lugar num conjunto onde se evidencia o monumento com a característica que ostentava no momento em que foi implantado e o seu aspecto actual. Apresenta-se como um artefacto construído por volta de 1960, no momento em que era inaugurado o liceu Adriano Moreira em forma de uma vela no seu todo trabalhado em mármore branco, semelhante ao elemento que entrou na reconstituição do Padrão dos descobrimentos em Belém – Lisboa, que tinha sido executado com material precário para exposição do Mundo Português em 1940<sup>828</sup>. É destacado *figura 20*, que evidencia os aspectos antigo e actual da obra de arte pública em apreço.

<sup>827</sup> Monumento que se enquadra no tempo e contexto histórico celebrativo do Estado Novo e no próprio estilo que serviu de base para excussão do padrão dos descobrimentos erigido em Belém – Lisboa. Quer uma quer outra, parecem constituir uma espécie de revivalismo manuelino.

<sup>828</sup> GONÇALVES, Rui Mário – História da Arte em Portugal vol 12. Lisboa Publicações Alfa, 1996 p. 167

**Figura 20 - O monumento do antigo do largo do Chapuset com características que ostentava quando foi implantado e no seu aspecto actual (alt. cerca de 3,5m)**



Fonte: Álbum nº 8 – fotografias da ilha de Santiago, foto nº 20. Acessível no Museu do AHNCV – fotografias da ilha de Santiago, foto nº 20 (recorte) e Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho de 2008, com a seguinte inscrição numa das imagens: *V centenário da morte do Infante D. Henrique e as balizas cronológicas: 1460-1960.*

Perante a dificuldade de se identificar o artista que projectou o monumento implantado em Cabo Verde presumimos que faça parte da mesma escola dos artistas Leopoldo de Almeida e Cottinelli Telmo, que criou o padrão dos descobrimentos erigido em Belém.<sup>829</sup>

Neste monumento observamos uma autêntica obra de arte colonial expressando o espírito nacionalista português, tendencialmente virada para a recordação das glórias do passado. No caso concreto os feitos relacionados com os descobrimentos. É por isso, tal como o próprio liceu em si mesmo, um monumento comemorativo do V centenário da morte do Infante D. Henrique ou o meio milénio do achamento de Cabo Verde, traduzido na inscrição, realçando as balizas cronológicas: *1460-1960*. Possui uma riqueza iconográfica impressionante, com um aturado trabalho escultórico em relevo na parte superior evocando a ciência náutica através de representação de instrumentos de navegação, visíveis numa das faces do monumento acima exibido.

Podemos verificar noutra face deste importante elemento da cultura material, onde traz a inscrição, *por mares nunca antes navegados* e o motivo marítimo mais

<sup>829</sup> GONÇALVES, Rui Mário – História da Arte em Portugal vol 12. Lisboa Publicações Alfa, 1996 p. 167



representativo dos descobrimentos que é a caravela em mais um pormenor em relevo na *figura 21*.

**Figura 21 - A face do importante elemento da cultura material representando o motivo marítimo mais representativo dos descobrimentos**



Fonte: Fonte: Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação. nº 47/1963. Praia: Imprensa Nacional, 1963, p. 17 e Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho de 2008, com a seguinte inscrição numa das imagens: *Por mares nunca antes navegados*.

A presença da cruz de Cristo para além expressar a vocação cristã para a difusão da fé considerada uma das causas dos descobrimentos portugueses pode também, no contexto da época, simbolizar a participação da igreja, aliada do estado, nos empreendimentos portugueses no ultramar e nesta perspectiva justificaria a inclusão das armas da república no conjunto dos elementos decorativos do próprio monumento.

Infelizmente as inscrições foram vandalizadas e de certa forma o próprio monumento foi votado à degradação, embora no estado em que se encontra não muito dificilmente, poder-se-ia repor-lhe o seu estado original, devolvendo-lhe a sua beleza estética e magnificência para ser apreciada e integrar as referências escritas que constituem uma fonte histórica de grande relevância.

### **3.3. O Liceu Adriano Moreira e o contexto educativo onde se insere**

Retomamos aqui a perspectiva de evolução do ensino em Cabo Verde reportada no ponto 1 deste capítulo ao conxtualizarmos o aparecimento da Escola Principal da Praia, mas agora centrada no cenário que levou ao aparecimento do Liceu Adriano Moreira na capital da província.



A primeira experiência de funcionamento de um ensino com um carácter que ultrapassasse a mera aprendizagem dos rudimentos da leitura e escrita no arquipélago para além das tentativas goradas de criação de um seminário na antiga Ribeira Grande nos primórdios da ocupação das ilhas e que por isso *já vinha de longa data*<sup>830</sup> foi a de pôr em actividade num dos seus espaços das instalações dos paços do conselho na Praia, o Liceu Nacional de Cabo Verde, que foi criado, no ano de 1860.<sup>831</sup> Declarada a abertura do ano lectivo de 1861 a 7 de Janeiro, com toda a solenidade no referido espaço, pouco tempo depois foi extinto por razões ligadas à falta de pagamento dos professores. Na altura o governador Correia de Almeida ditou a concentração do ensino numa instituição própria, a que posteriormente viria a ser chamado de liceu nacional da província de Cabo Verde para dar início a uma instrução pública alargada<sup>832</sup>. Referimo-nos à Escola Principal da Praia estudada no ponto 1 deste capítulo que se previu vir a ter também as funções de liceu. Porém com a criação do Seminário Liceu de S. Nicolau em 1866 por iniciativa da diocese que na altura tinha a sua sede nessa ilha a ideia de criação de liceu na Praia viria a ser definitivamente adiada, não passando a escola então criada na Praia da instrução primária.

Com o encerramento do Seminário-liceu de S. Nicolau que funcionou regularmente desde 1866 nessa ilha através da lei nº 701 de 13 de Julho de 1917 conforme apuramos no Jornal Notícias nº56/92 publicado na ilha de São Vicente na década de 90 do século passado as forças vivas desta ilha começaram a trabalhar afanosa e combativamente para que o mesmo fosse instalado no Mindelo<sup>833</sup>.

Conforme o articulista que escrevia sobre o assunto em vários números desse jornal houve factores de ordem económica<sup>834</sup> entre outros, nomeadamente o empenho do então Governador da Província Fontoura da Costa que determinaram, em última

---

<sup>830</sup> LOPES FILHO, João – Ilha de S. Nicolau, Cabo Verde: Formação de Sociedade e mudança cultural. Lisboa: Secretaria – Geraldo Ministério da Educação, 1996, p. 220.

<sup>831</sup> B. O. da Província de Cabo Verde nº 83/1860. Praia: Imprensa Nacional, 1860, p. 392.

<sup>832</sup> Estar-se-ia a referir à Escola Principal da Praia estudada no ponto 1 deste capítulo que se previu vir a ter também as funções de liceu. Porém com a criação do Seminário Liceu de S. Nicolau em 1866 por iniciativa da diocese que na altura tinha a sua sede nessa ilha a ideia de criação de liceu na Praia viria a ser definitivamente adiada.

<sup>833</sup> LOPES DA SILVA, Francisco - História breve da educação em Cabo Verde até à independência V. In: Jornal Notícias nº 56/92. Mindelo - S. Vicente, 1992, pp. 14-15.

<sup>834</sup> Mencionava-se como sendo esses factores o desenvolvimento da navegação a vapor, a necessidade de telecomunicações rápidas e eficientes, a própria implementação do comercio, o que se applicava pela existência do porto grande estrategicamente situado na conjuntura mundial de então das rotas em demanda de portos em quatro continentes: Europa África e Ásia.

análise, a implementação do liceu em S. Vicente. A instalação veio a verificar-se na sequência da publicação da lei nº 701 da criação do citado liceu, funcionando primeiramente num palacete particular cedido pelo Senador Augusto Vera-Cruz com o nome de Liceu Nacional de Cabo Verde. De acordo com Francisco Lopes da Silva a abertura do ano escolar teve lugar a 8 de Outubro de 1917.

Depois de contratempos vividos por esse estabelecimento de ensino já a funcionar em espaço próprio e com o curso complementar se lhe deu o nome de liceu Infante D. Henrique. Continuou a ostentar essa denominação até 1937, ano em que foi inexplicavelmente extinto e reaberto logo de seguida através do decreto nº 28. 229 de 24 de Novembro<sup>835</sup>, por pressão da população e autoridades locais, passando a designar-se Liceu Gil Eanes. Com a saturação das instalações que já não podiam responder às demandas de todas ilhas de Cabo Verde na década de 50 e por que se impunha proporcionar às ilhas de Sotavento, principalmente à ilha de Santiago, a mais populosa do arquipélago, um acesso mais próximo e mais fácil aos estudos liceais, surge o decreto nº 40.198 de 22 de Junho de 1955, o qual criou a secção do Liceu Gil Eanes na cidade da Praia<sup>836</sup>. Prossegue o jornal a que tivemos acesso, esta secção veio a evoluir-se para liceu autónomo com o nome de Liceu Adriano Moreira, tendo sido inaugurado o respectivo edifício em 1960, mais concretamente no dia destacado na placa comemorativa abaixo indicado como *figura 22*.

**Figura 22 - Placa comemorativa da inauguração do Liceu Adriano Moreira**



**Fonte:** Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho de 2008. Realça-se a seguinte inscrição aposta nesta placa: *NO DECURSO DAS COMEMORAÇÕES DO v CENTENÁRIO DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE E DO MEIO MILÉNIO DE ACHAMENTO DE CABO VERDE FOI ESTE EDIFÍCIO INAUGURADO POR S. EX. O GOVERNADOR TENETE-CORONEL DO O.E.M. ENG. SILVINO SILVÉRIO MARQUES NO DIA 10 DE JUNHO DE 1960.*

<sup>835</sup> B.O. da Província de Cabo Verde nº 51/1937. Praia, Imprensa Nacional 1937.

<sup>836</sup> Edifício sobre o qual debruçamos, realçando os as suas características arquitectónicas e valor histórico no capítulo anterior. Como vimos a secção do liceu Gil Eanes foi instalado na residência nobre da família SERBAM, situada na antiga rua do Sá da Bandeira.

A inauguração teve lugar como pudemos constatar na placa acima indicada no âmbito das comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique e do meio milénio do achamento de Cabo Verde e reproduzindo parte de um artigo inserido em periódico da época sobre o nascimento de mais um liceu em Cabo Verde. Deixamos aqui o seguinte registo coevo: *Para este liceu de Cabo Verde foi construído um modelar edifício comportando uma população escolar superior a 800 alunos. Inaugurado no dia 10 de Junho passado irá receber no novo ano lectivo os seus alunos que hão de primar pela sua compostura e dedicação ao estudo, única forma de reconhecer ao governo da nação o alto benefício concedido, à semelhança do que junto do Senhor Governador da Província fizeram recentemente os seus encarregados de educação em calorosa manifestação*<sup>837</sup>.

Na época da transição política para a independência de Cabo Verde consubstanciou-se, em 19 de Maio de 1975, a mudança de nome do liceu, cujo o novo patrono passou a ser Domingos Ramos<sup>838</sup>.

### **3.4. Análise simultânea com a construção idêntica do palácio da justiça**

As obras em análise comparativa neste ponto enquadram-se na chamada arquitectura *déco* que emerge no período posterior a 1925 e que constitui uma corrente impulsionada pelo espírito modernista da época. Fica ligado a Salazar em Portugal no momento em que este, segundo Raquel Henriques da Silva, tal como sublinhamos no ponto 1 deste capítulo, responde positivamente aos pedidos de apoio às actividades artísticas ciente de que a arte, a par da literatura e da ciência na época, *constituem a grande fachada da nacionalidade*<sup>839</sup>. E, sublinha a autora, impressionado com o lema de Mussolini, segundo o qual *é necessário criar a Arte Nova dos nossos dias*, aplicou tal lema ao Estado Novo executando programas de obras públicas com recurso à arquitectura modernista, como foram os casos das construções que teremos a

---

<sup>837</sup> Boletim CABO VERDE de Informação e Propaganda nº 133/1960. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1960, p. 1

<sup>838</sup> Destacou-se pelo seu empenhamento na luta pela independência da Guiné e Cabo verde. Dotado de invulgar capacidade de mobilização e organização, de solidariedade e de espírito de sacrifício, este herói não viu realizada os seus sonhos de jovem de 28 anos, porque foi morto na sequência de um ataque ao quartel de Medina, na Guiné atingido fulminante mente por estilhaços de um obus inimigo.

<sup>839</sup> SILVA Raquel Henriques da - Sinais de ruptura livres e humoristas. In: PEREIRA, Paulo (dir.) – História da arte portuguesa vol. III. Lisboa, Temas e Debates, 1995, p. 390.

oportunidade de descrever e analisar mais frente. Edifícios da *Art Déco*, como esses expressam a ornamentação e cenografia da Arte Nova com o propósito de passar imagem da cidade nas respectivas fachadas. Espelham uma representação de delicadeza resultante da propensão para a ordem estética das coisas e sensação de alcance de um mudo sensível muito próprio dos artistas. Procura com a gramática decorativa de que é portadora esconder mantendo essencialmente o mesmo, o *estilo* que era muito mais sóbrio e estilizado ao ser utilizado por desenhadores<sup>840</sup> com alguma habilidade e sensibilidade, para resultar em elegantes imagens urbanas. Fica a implementação do modernismo na arquitectura da cidade muito a dever a esta etapa intermédia, que trouxe consigo novos padrões estéticos.

O liceu cujo primeiro patrono foi Adriano Moreira<sup>841</sup> está situado na extremidade norte da falésia do Plateau no outrora Largo Chapuzet cuja denominação mais antiga ainda foi Largo do Moinho<sup>842</sup>. Expressa a tradição deste largo ligada à existência de um engenho do tipo no local em tempos idos. Ostenta características correspondentes às obras que de um modo geral foram edificadas na época do Estado Novo em Portugal. E tal como o edifício do palácio da justiça que hoje não alberga mais que o tribunal da comarca da Praia foi edificado na mesma época próxima do extremo Sul do *plateau*, mais concretamente na praça do Pelourinho. Ambas as obras representam a par de algumas outras, a arquitectura *déco* em Cabo Verde, expresso na predominância de arranjos geométricos padronizados por unidades idênticas bem visíveis.

Segundo informações recolhidas no âmbito deste trabalho ambas as obras foram projectadas pelo desenhador Luís de Melo. Os dois edifícios além de serem da mesma época<sup>843</sup>, visto que o palácio da justiça foi inaugurada 28 de Abril de 1961 também no âmbito das comemorações do Meio Milénio do Achamento de Cabo Verde<sup>844</sup>. As

---

<sup>840</sup> Eram eles quem faziam boa parte dos edifícios

<sup>841</sup> Ministro do ultramar e personalidade que esteve ligado a criação do liceu da Praia.

<sup>842</sup> *B. O. do Governo Geral da Província de Cabo Verde* nº 7/1876. Praia: Imprensa Nacional, 1876, p.36.

<sup>843</sup> *Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação. Cabo Verde. nº 141/1961*. Praia: Imprensa Nacional, pp. 20-21.

<sup>844</sup> Também assinalava o 33º ano da entrada para o Governo de Salazar, quando era governador-geral da província Abrantes Amaral. Toda uma cerimónia teve lugar contando com a presença das forças armadas e outras solenidades da cidade tais como o Bispo D. José Carmo Colaço, o então Presidente da República General Craveiro Lopes, o Director das Obras Públicas Engenheiro Tito Esteves, entre outras figuras ilustres locais.

imagens referentes a esses edifícios integrantes da figura 23, adiante destacada que permitem fazer uma análise comparativa dos mesmos.

**Figura 23 - Imagem do modelar edifício do antigo liceu Adriano Moreira ao lado do palácio da justiça de estética construtiva semelhante mas edificada noutro local**



**Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Junho/07.**

De acordo com José Manuel Fernandes, edifícios incorporando estas características situam-se entre o modernismo e o nacionalismo português e difundiram-se na metrópole nos anos quarenta e cinquenta. Adoptaram uma expressão decorativa geometrizante, procurando definir uma ideologia e uma estética nacionalista para servir o sistema vigente. A época em que são edificadas coincide com um novo arranque alicerçado na ideologia propagandista do regime, através da chamada obra pública do estado.<sup>845</sup>

Evidenciou-se na data da sua inauguração do liceu concebido segundo uma estrutura parecida com a do palácio da justiça que foi construído como um edifício de 20 salas de aula. Estruturou-se na mesma composição uma biblioteca, uma sala de música, um laboratório de ciências naturais e um laboratório de físico química, para além de sanitários para professores e balneários para alunos<sup>846</sup>.

Constatamos ao ser observado o exterior desta obra arquitectónica para fins educativos que a mesma estrutura-se em ‘L’ e ostenta no lado menos alongado uma entrada com escadaria monumental, que impõe certa reverência para quem nele vai penetrar. Nesse alçado encontramos uma entrada formada por tripla abertura sob a

<sup>845</sup> FERNANDES, José Manuel. In: Reis António – Portugal Contemporâneo. Lisboa, Alfa, 1990, p 280.

<sup>846</sup> CARVALHO, Frutuoso – Liceu Domingos Ramos, 43 anos a servir o país. Praia Jornal Horizonte nº 247/2003. Praia: 2003, p. 6.

forma de três portais simples, com a terça parte inferior de madeira e caixilhos envidraçados acima, ou seja com lumes para possibilitar a entrada de luz, mas estruturadas de acordo com a ordem geométrica do edifício. Começa-se por estas portas a serem evidenciadas as unidades geométricas idênticas. Em tudo semelhantes. Ocorre a mesma preocupação nas janelas que além de análogas entre si, projectam-se respectivamente, na mesma direcção das três portas na parte superior. Por sinal sucede a mesma solução arquitectónica e decorativa na entrada e na projecção em altura das aberturas do segundo piso no palácio da justiça.

A expressão decorativa geometrizante bem vincada nos dois edifícios nas respectivas faces tal como acabamos de caracterizar é mais reflectida nos dois lados equidistantes ao centro dos alçados. Destaca-se no edifício educativo a sua torre, que reportaremos mais adiante. Esta torre divide a estrutura mais alongada sob a forma de ‘L’ em dois lados e ostenta em cada um dos flancos conjuntos de janelas encaixadas em molduras idênticas, no primeiro e no segundo piso. Aparece a mesma resolução estética no palácio da justiça com a estruturação do seu alçado concebido com cinco portas no primeiro piso e igual número de janelas no piso superior que se projectam na mesma direcção. As janelas sobressaem enquadradas por molduras tão parecidas com as do liceu que torna evidente a concepção das mesmas obras pelo mesmo artista.

Os arranjos geométricos padronizados por unidades idênticas visíveis nas portas e janelas emolduradas projectam-se em maior proporção, enquadrando os próprios edifícios como se cada um estivesse encaixado numa grande moldura. Esta, embora se apresente como uma linha contínua no estabelecimento escolar e descontínua no palácio na parte superior, desempenha superiormente a função de cornija não deixando que as águas dos telhados concebidos a quatro planos<sup>847</sup> escoam directamente sobre a parede. Na parte inferior a moldura é mais fina na construção para fins judiciais e apresenta-se aplicada aparentando *silhares fingidos simples* ou seja, parecendo pedras aparelhadas para formar um revestimento tal como se lhes qualifica Maria João Madeira Rodrigues<sup>848</sup>. Esta forma de decoração da fachada aparece também encostada ao

---

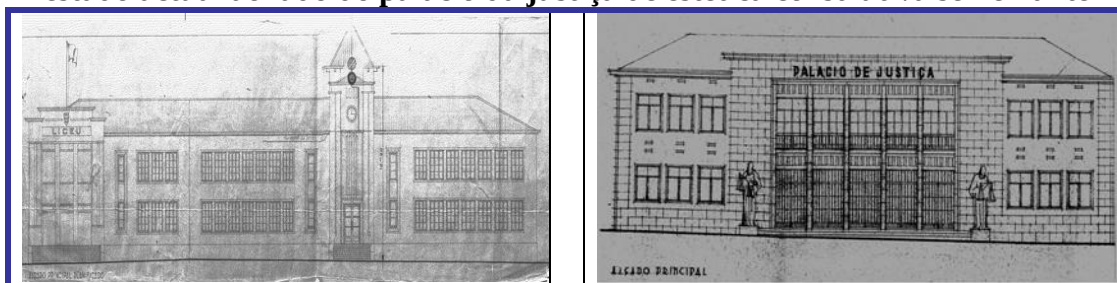
<sup>847</sup> Também se diz a quatro águas entre os vários tipos de telhado de acordo com a geometria da planta do de cobertura do edifício ou a vontade do projectista e consoante os planos que constituem um telhado assim são: *de uma água de duas águas de três águas etc.*

<sup>848</sup> RODRIGUES. Maria João Madeira – Vocabulário Técnico e crítico de Arquitectura. Coimbra: Quimera Editores, 1996, p. 242.

extremo da parede. Por sua vez a edificação prevista para o ensino em vez de ser aposta uma moldura fina na parte inferior ao nível do soco desenvolve-se a aplicação de um ornamento estruturado através duma solução que recorre aos finíssimos calhaus que misturados com cimento se impõe de forma resistente ao tempo. A mesma ornamentação é aposta no extremo da parede<sup>849</sup>

Estes elementos são visíveis a nível dos respectivos desenhos que respectivamente representam a planta dos alçados principais da de cada composição arquitectónica a seguir integrados na *figura 24*.

**Figura 24 -Imagem do modelar edifício do antigo liceu Adriano Moreira no seu estado actual ao lado do palácio da justiça de estética construtiva semelhante**



**Fonte: Plantas do Liceu Adriano Moreira e Palácio da Justiça (Alterações às Plantas e Fachadas do Palácio de Justiça da Cidade da Praia) de 1955. Fundo Arquivístico do MIT. Acessível no IAHN – Cidade da Praia Cxa. 1770.**

Ao analisarmos mais demoradamente o edifício do liceu, notamos que a sua torre acentua de certa forma a sua projecção em altura<sup>850</sup>. Mas aparece destacada não só pela busca de majestosamente por essa via, mas também por ser coroada com telhado nobre, salientando-se durante muito tempo o elemento que testemunha a epopeia marítima e o ecumenismo português que era a esfera armilar, como se estivesse brilhando em cima do pináculo. Igualmente, a estrutura que corresponde ao lado mais alongado da composição em L ostenta uma magnífica porta exibindo lumieiras que se projectam acima do seu vão permitem uma maior iluminação desta parte do edifício. A partir destes vão novas lumes rasgam a parede e são expostas, enquadradas por finas colunas, seguindo a tradição construtiva da época em Portugal reportada por José

<sup>849</sup> Tudo leva a crer que esta solução decorativa era a que existia também no palácio da justiça e que ao ser restaurado foi substituída para silhares fingidos aplicados, o que retira alguma originalidade.

<sup>850</sup> Este pormenor do edifício constitui um elemento de afirmação de poder colonial tradicionalmente reflectido na obra arquitectónica. Já o tínhamos evidenciado nas obras oitocentistas do quartel e dos paços do concelho. O Estado Novo não coíbe de deixar as suas marcas também nas obras representativas do regime como é o majestoso edifício educativo em estudo

Augusto França. Esta torre deu ao edifício, como ocorre nas suas congéneres na metrópole um realce identificado por França, como uma inovada linha original e arriscada no quadro da arquitectura portuguesa, que historicamente tem neste tipo de edifícios uma primeira notícia do modernismo<sup>851</sup>.

Foi prevista na planta incorporar relógio e outrora ostentava este instrumento importante de marcação do ritmo do tempo. Só que hoje já não o tem, assim como foi-lhe retirado a esfera armilar que devia estar situada acima da cobertura da torre a quatro águas que também aparece em imagens que reportam a períodos anteriores à actualidade, o que prova que nesta parte a construção carece de trabalhos de restauro visando restituir um pouco dos seus traços originais. O que acabamos de expor pode ser elucidado através das imagens integrantes da *figura 25*, a seguir indicada.

**Figura 25 - Torre situada a meio da parte mais alongada da estrutura em “L da composição arquitectónica do liceu**



Fonte: Planta do Liceu Adriano Moreira de 1955. Fundo Arquivístico do MIT. Acessível no IAHN – Cidade da Praia Cxa. 1770 e Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/07.

Na torre existe uma segunda entrada para a composição que também ostenta uma escadaria mais modesta que aquela exibida na entrada principal mas que também confere uma imponência condizente com a porta que não tem o estatuto de entrada

<sup>851</sup> FRANÇA, José Augusto – O modernismo. Lisboa: Editorial Presença, 2004, p. 44.



principal. Ladeiam a torre frestas que se projectam na vertical duplamente estruturadas e emolduradas como nas séries das janelas. Estas frestas dispõem-se de forma equidistantes em relação à torre, acentuando assim, o equilíbrio evidenciado pelas janelas. Uma fresta semelhante a esta, volta a aparecer junto a entrada monumental, ao lado de uma série janelas também emolduradas existentes no lado direito dessa fachada.

No interior, do edifício educativo verificamos a existência e um revestimento granulado muito resistente, tecto falso no segundo piso e salas de aulas apresentando ainda estrados de madeira, espelhando a filosofia da educação na época em que foi edificada. Os corredores destacam-se pela sua extensão e altura. Com estas características dão a sensação de esmagamento da pessoa humana, sobrepondo assim a sua monumentalidade e reverência às medidas reais do ser humano.

### **3.5. Decoração do interior do liceu através de painéis pintados em azulejo**

Num percurso que pode ser feito pelo interior do edifício, entrando pela porta principal e subindo as escadas localizadas logo à direita, encontramos um conjunto de painéis pintados com recurso à azulejaria, uma forma de revestimento da parede, de maior expressão no século XIX, que se difundiu em Portugal, e nos territórios ultramarinos, como vimos no capítulo II desta segunda parte. No século XX representa um reviver do nacionalismo, que é próprio da *arte déco*, perde um pouco o uso de fachadas inteiramente azulejadas, como acontecia no passado para se optar por uma decoração mais localizada<sup>852</sup>. No caso concreto, aparece nas paredes interiores que acompanham as escadarias do edifício educativo em estudo, mas também, está este tipo de decoração presente, nos mesmos espaços, do antigo edifício da Mocidade Portuguesa, situado na outrora rua da República, hoje rua 5 de Julho.

Os primeiros dois, dos cinco magníficos quadros pintados em azulejo apostos nas paredes interiores que acompanham as escadarias do antigo liceu Adriano Moreira, e que têm função decorativa do edifício aparecem, por conseguinte, nas caixas-de-ar da entrada principal e da torre. Num do primeiro grupo de painéis aparece uma inscrição revelando terem sido elaborados na Fábrica de Sta. Ana em Lisboa na data de 1959.

---

<sup>852</sup> ARRUDA, Luísa – Decoração e desenho. Tradição e Modernidade: Azulejaria nos séculos XIX e XX. In: PEREIRA Paulo (Dir) – História da Arte Portuguesa Vol. 3. Barcelona: 1995, p.410

Começamos por observar na *figura 26*, Vasco da Gama a incorporar um cenário como personagem principal após a sua chegada Índia numa das suas viagens ao Oriente.

**Figura 26 - Vasco da Gama na Índia perante o Samorim de Calecute (alt. 2m e 3m em comprimento)**



Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/07. Com a indicação de F.ca de S.ta ANNA em Lisboa – 1959.

De acordo com a literatura consultada a figura de Vasco da Gama é tematizada perpassando os tempos históricos e segundo indícios de cada época. Este Vasco da Gama é segundo Abdoolkarim Vakil, aquele personificado depois do período vintista (do século XIX) simbolizando o momento apocalíptico em que a história sagrada é narrada pelo navegador após a sua chegada a Índia ao Samorim de Calecute, interpretando a concretização desse objectivo como a realização da profecia bíblica de salvação levada aos confins da terra<sup>853</sup>. Nesta imagem o navegante acompanhado dos elementos que constituem a sua armada e exibindo traje de guerreiro à maneira clássica destacando-se a sua toga, apresenta-se perante a autoridade indígena de Calecute em atitude de grande firmeza. Sentado no seu trono, o Samorim representado como uma figura muito corpulenta e o seu séquito estão todos atentos à presença de elementos tão estranhos, mas mostrando semblantes de num ambiente de completo pasmo.

Continuando a subir em direcção ao segundo piso encontramos o cenário da Batalha de Aljubarrota<sup>854</sup> com D. João I de Portugal na sua pose guerreiro seguido pelo seu exército contra os espanhóis espelhado na imagem destacada como *figura 27*.

<sup>853</sup> VAKIL, Abdoolkarim – Vários Vasco da Gama. In: CURTO, Diogo R. (dir) – O tempo de Vasco da Gama. S/l, DIFEL (Difusão Editorial SA, 1998, pp. 353-378.

<sup>854</sup> Decorre de um contexto político que antecedeu à morte de D. Fernando em 1383 e do Tratado de Salvaterra de Magos, celebrado em Abril desse ano entre a rainha D. Leonor Teles, o Conde João Andeiro e o Rei de Castela que estabelecia que a Coroa de Portugal passaria a pertencer aos descendentes do Rei

**Figura 27 - D. João I na condição de guerreiro com a sua espada e cruz de Cristo ao peito (alt. 2.94m e 4m em comprimento)**



**Fonte:** Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/07.

Esta imagem pode ser associada à entre Portugal e Espanha, em que a então potência colonizadora de Cabo Verde recebeu o apoio da Inglaterra desenvolve-se entre os exércitos português e castelhano comandados respectivamente por Portugal D. João I de Portugal e D. Juan I de Castela<sup>855</sup>. Daí a personificação desse acontecimento no rei português que é salientado na imagem com a sua espada, simbolizando o seu carácter de guerreiro e a cruz de Cristo ao peito, a exaltação da sua profunda devoção religiosa e consequente ligação à ordem de Avis<sup>856</sup>.

Percorrendo-nos o corredor superior do edifício em estudo e ao avançarmos no sentido da descida da escadaria da torre, encontramos novamente três painéis pintados em azulejo, com um dos quais identificado também com assinatura e data de 1959. Apresentado como *cópia*, ostenta desta feita, a inscrição *Fábrica C. do Carvalhinho – GAIA*, significando o local onde esse conjunto foi preparado e com a assinatura de F. Gonçalves que julgamos ser o pintor português contemporâneo (1893-1946) cuja referência é indicada por Fernando Pamplona<sup>857</sup>. Quer o conjunto anterior, quer o da torre foram concebidos como resistente decoração aplicada a esta obra arquitectónica,

---

de Castela, D. Juan I, passando a capital do Reino para Toledo. Caso concretizasse acordo o Reino de Castela iria inevitavelmente dominar Portugal

<sup>855</sup> SERRÃO, Joel (dir) – Dicionário de História de Portugal. Mirandela: Iniciativas Editoriais, 1975, pp. 104-111.

<sup>856</sup> Analisando o que pode ser tomado como um significado da Batalha de Aljubarrota constatamos que o acto de guerra aberta com Castela que teve o seu desfecho nessa célebre batalha evitou que o pequeno reino português fosse, provavelmente, absorvido para sempre pelo seu poderoso vizinho castelhano.

<sup>857</sup> PAMPLONA, Fernando de – Dicionário de Pintores e escultores Portugueses I. Barcelos: Distribuição Euro Libris, 1991, p. 58.

valorizando-a ainda mais do ponto de vista estético. Aí deparamo-nos num dos lados da parede, o primeiro painel testemunhando o movimento histórico que restituiu a Portugal à plena autonomia a partir de 1 de Dezembro de 1460, traduzido pela imagem da restauração apresentada como *figura 28*.

**Figura 28 Restauração de Portugal em 1640 (alt. 2.7m e 4.2m em comprimento)**



**Fonte:** Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/07.

Como vimos no capítulo II, a autonomia de Portugal tinha sido usurpada sessenta anos antes pela Espanha centralista e imperialista de Filipe II<sup>858</sup>, na sequência da crise resultante dos problemas de sucessão do Rei D. Sebastião.<sup>859</sup> O monarca espanhol figurava entre outros possíveis herdeiros do trono português. O testemunho deixado na obra citada através dos elementos iconográficos da imagem, revela uma vontade colectiva da independência nacional, entranhada na grande maioria da população que tornou possível o retorno da independência política e à acção corajosa e pertinaz que a manteve e logo depois entre dificuldades desmesuradas.

A imagem parece ser uma representação da época em que o artista deve ter inspirado nos parâmetros da arte renascentista e de um maneira geral também em pintores quinhentistas para socorrer a recursos técnicos da perspectiva, lançados na época e dar a ideia de um espaço interior. Quando se trata, efectivamente, da reprodução

<sup>858</sup> Dicionário enciclopédico de História de Portugal. Lisboa: Alfa Publicações, 1990, pp. 165-166.

<sup>859</sup> A crise manteve-se por resolver de 1578-80. O monarca espanhol impôs pela força das armas os seus pretendidos direitos à coroa portuguesa em detrimento dos demais candidatos ao trono

dum movimento produzido ao ar livre, onde se vê um grupo em completa manifestação de alegria empunhando bandeiras e que pelos trajes denotam pertencer a às classes dominantes da sociedade. Essa ideia de um espaço exterior é acentuada pela presença de espectadores da própria acção à janela, ao fundo do lado esquerdo do quadro, a observarem para o espaço urbano onde tem lugar o movimento da restauração. Para transmitir essa ilusão de espaço interior o artista utiliza alguns recursos técnicos já aplicados na época quinhentista que se relacionam com linhas de perspectiva a demarcarem o pavimento das paredes laterais desse aparente interior, que teriam por fim, ostentar um ambiente muito particular. Este tipo de recurso associado à técnica da perspectiva é referenciado por Sandro Sproccatti segundo o mesmo busca a centralidade de um ponto focal no campo visual<sup>860</sup> neste caso o aparente interior representado.

O que sobretudo acentua a ideia de espaço interior é a moldura que realça um espaço arquitectónico pintado, enquadrando toda a cena que constituiu o movimento restaurador com a presença de elementos da iconografia religiosa, como anjos e *puttis* que dão ao movimento um carácter pouco inteligível.

O artista enquadra todo o cenário na moldura repleta de elementos ilustrativos, que expressam uma vez mais o espírito nacionalista português que é específico do Estado Novo, revivendo assim, elementos característicos de um neo-manuelino. Salienta por isso os aspectos da iconografia religiosa já referidos e aplica outros elementos revivalistas da arte do tempo de D. Manuel como cordame e uma infinidade de elementos vegetalistas ao longo de toda a moldura na altura e na base. Todo o ornato dessa moldura parece uma espécie de entrada triunfal para o mundo que constitui Portugal com a independência restaurada. A parte superior é curiosamente suportada por colunas de inspiração clássica, pela forma como são representados os respectivos capitéis e bases. A solução decorativa das colunas das extremidades concebida à base dos anjos que aparentemente suportam o peso das duas arquitraves, lembram as cariátides gregas<sup>861</sup>, resultando daí uma fusão entre a filosofia religiosa pagã com a cristã reveladas no momento que foi o da restauração<sup>862</sup>. Destaca-se a coluna do meio

---

<sup>860</sup> SPROCCATTI, Sandro – Guia de História da Arte. Lisboa: Editorial Presença, 1977, pp. 43-44.

<sup>861</sup> CONTI, Flávio – Como reconhecer a arte Grega. Lisboa: Edições 70, 1995, pp. 26-27.

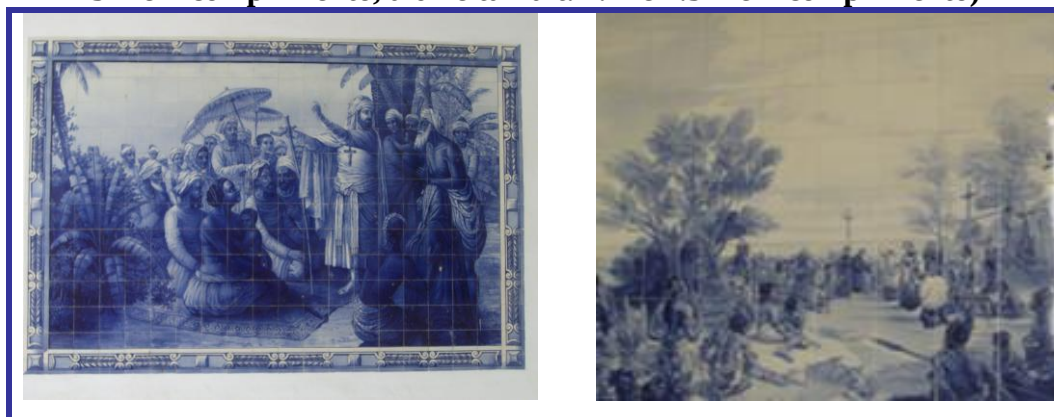
<sup>862</sup> Estas características mais não serão que a ostentação do espírito nacionalista trazidos para a actualidade do século XX através da arte representando momentos de glória do povo português, talvez

pela sua robustez suportando as armas que, a nosso ver, assinalam a reafirmação da identidade portuguesa guardada pelos dois *puttis*.

O significado da restauração é expressa no quadro acima e fica ligado aos acontecimentos do dia 1 de Dezembro de 1640, que eclodiram na revolta em Lisboa, imediatamente apoiada por muitas comunidades urbanas e concelhos rurais portuguesas que levaram à instauração da Casa de Bragança no trono de Portugal. Seguiu-se longa batalha militar e diplomática<sup>863</sup>. Só as dramáticas situações, vividas durante toda a luta contínua contra as forças espanholas com muitos sacrifícios consentidos pelas populações portuguesas, podem explicar o esforço heróico da tropa e o valor militar de várias figuras, expressas na imagem, tornaram possível deter as forças inimigas e alcançar finalmente, a vitória que quebrou a vontade de conquista do adversário e abriu o caminho da paz.

Começando a descer a escada da torre deparámo-nos com o momento da celebração da primeira missa no Brasil, espelhada em dois quadros que integramos num único conjunto adiante indicado como *figura 29*.

**Figura 29 - Momento da celebração da primeira no Brasil (à esquerda - alt. 2.4m e 3m em comprimento, à direita - alt. 2.m e 2.5m em comprimento)**



Fonte: Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/07. A imagem do lado direito está assinada e data de 1959 ostenta a inscrição (cópia) *Fábrica C. do Carvalhinho - GAIA*.

---

para evidenciar ainda mais a grandiosidade do povo que acabara de desencadear o movimento da restauração.

<sup>863</sup> A restauração da independência no Portugal de setecentos foi o resultado de uma forte vontade colectiva, que a imagem procura espelhar, em se levantar contra a máquina governativa dos espanhóis em Lisboa.

Os dois quadros reporta-se à realidade dos primeiros tempos da transmissão da fé cristã no novo mundo estes quadros traduzem as portas da religião católica que eram abertas no seio dos índios sabendo que os mesmos eram tão amistosos, imitadores e *doces* e sem parecerem ter qualquer forma de culto como concluiu Pêro Vaz de Caminha e outros companheiros<sup>864</sup>.

Este momento foi descrito por Pêro Vaz de Caminha mais ou menos nestes termos: *Quando saímos do batel, disse o capitão que seria bom irmos direitos à Cruz que estava encostada a uma árvore, junto com o rio para se erguer amanhã que é sexta feira, e que nos puséssemos todos em joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. A esses dez ou doze que aí estavam acenaram-lhes que fizessem e foram logo todos beijá-la*<sup>865</sup>.

O artista revela nas duas obras ser um amante da paisagem onde deixa toda sua sensibilidade, representando com muito simbolismo o momento que foi a primeira missa. Comparando o acima descrito, relativamente à docilidade dos índios e o conteúdo do excerto acima evidenciado com o assunto reproduzido nas imagens, percebemos que o autor dos quadros recorreu à literatura adequada para que pudesse representar fielmente e expressando a sua afectividade aquilo que foi narrado pelo cronista no momento do achamento do Brasil. Vê-se, quer numa, quer noutra imagem supra destacada, um quadro natural correspondente ao leito de um rio, as suas margens repleta de vegetação, embarcações e a afabilidade dos índios ante a mensagem da fé e manifestando obediência à Cruz na primeira missa.

O sentido dessa missa em termos da sua projecção no futuro resultou na expansão do Catolicismo no Brasil tornando-o no maior país católico do mundo. Tudo começou, de acordo com a literatura consultada, no domingo de Páscoa, 26 de Abril de 1500, numa improvisada missa campal que teve como cenário segundo pudemos ver nas imagens um quadro natural e humano bem representado.

---

<sup>864</sup> Carta de Pêro Vaz de Caminha a El rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil – Estudo introdutório e notas de Maria Paula Caetano e Neves Aguiar. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987, pp. 46-49.

<sup>865</sup> Excerto transcrito e padronizado com o português contemporâneo pelas autores que encarregarem de apresentar uma introdução e notas à célebre carta de Pêro Vaz de Caminha.

#### **4. Edifício da igreja do Nazareno da Praia**

Neste ponto debruçaremos sobre os primórdios da história da Igreja Evangélica em Cabo Verde e sobre a sua obra na cidade da Praia expressa na respectiva edificação sacra. Num segundo momento, incidiremos na análise do edifício sob ponto de vista estético para no fim realçarmos os contributos da Igreja do Nazareno na vertente social.

##### ***4.1. Dos primórdios da história da Igreja Evangélica em Cabo Verde à edificação da obra sacra***

Num breve olhar sobre os primórdios da história da Igreja Evangélica em Cabo Verde, se nos afigura realçar que, neste particular, a memória da Igreja do Nazareno e também do seu precursor está bem ligada à imigração cabo-verdiana para os Estados Unidos da América.

Relativamente a esta corrente migratória situa-se, segundo António Carreira, entre 1685 e 1700, com o emprego de pescadores de baleia das ilhas de Cabo Verde nos baleeiros norte-americanos<sup>866</sup>. Estes baleeiros ao acostarem inicialmente em Cabo Verde para se abastecerem começaram depois, a partir do século XVII, a pescar a baleia nos mares de Cabo Verde e Açores. Sublinha o autor, os contactos com os pescadores cabo-verdianos contribuiu, certamente, para a abertura e intensificação de uma corrente migratória para os EUA.

Os antigos veleiros da pesca da baleia passavam e aportavam no Portim d'água, nos portos de Fajã d'água e Furna na ilha Brava. Nesses portos os navios faziam abastecimento de água doce e reabastecimento de mantimentos para as longas viagens. É a partir dessa época que os capitães desses navios baleeiros começaram a contratar homens da ilha Brava para o difícil trabalho de *trancador de baleia* conhecidos como bons marinheiros e bons arpadores graças à sua destreza<sup>867</sup>.

---

<sup>866</sup> CARREIRA, António – Migrações nas ilhas de Cabo Verde. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, Comunidade Económica Europeia 1983, p.63

<sup>867</sup> Só atributos excepcionais desses homens da ilha Brava podiam engendrar uma corrente migratória de tamanha envergadura que está na origem da grande emigração cabo-verdiana para os EUA, considerada hoje o ponto de maior concentração da diáspora cabo-verdiana, com forte influencia no desenvolvimento da ilha onde é originária.



Nas palavras do autor acima referido é a partir dos finais de 1800 que a imigração e fixação na América começa com maior intensidade e nos primeiros anos do século XIX marinheiros cabo-verdianos instalaram-se em New Bedford, que na época substituíra Nantucket, como primeiro porto de pesca de baleia na zona de Nova Inglaterra. A partir desta região foram-se espalhando por outras áreas onde podiam dedicar-se à indústria têxtil e outras.

Atraídos pela comunidade cabo-verdiana que se foi instalando nos EUA, entre os homens das ilhas que se aventuram nessa altura na diáspora cabo-verdiana nascente na América uns emigraram como passageiros e outros ainda como tripulantes de navios mercantes que faziam viagens frequentes entre os EUA e Cabo Verde.

Foi nesses tempos de florescimento que a ilha Brava importou os ideais luteranos<sup>868</sup>, cujo princípio básico é o da justificação pela fé que por volta de 1520 viriam a inspirar outros reformadores<sup>869</sup> do *Evangelho de Jesus Cristo* já difundidos da Europa para o Novo mundo no quadro da Expansão Europeia<sup>870</sup>.

Entre os que imigraram ou foram a bordo dos navios baleeiros, alguns converteram-se em verdadeiros cristãos através do Evangelho de Cristo e voltaram à terra natal com a boa nova de salvação para os seus familiares e amigos. Entre estes que regressaram destacamos a figura de João José Dias<sup>871</sup>, o primeiro missionário da obra evangélica em Cabo Verde que se começou pela ilha Brava e depois se difundiu por outros pontos do arquipélago, entre os quais a cidade da Praia onde viria ser edificada uma das mais emblemáticas obras sacras dedicada às actividades de culto dos cristãos nazarenos.

Fazendo menção a aquilo que o Reverendo, António Barbosa Vasconcelos frisou na comemoração do centenário da igreja nazareno em Cabo Verde em 2000 este

---

<sup>868</sup> Martinho Lutero criador dos ideais luteranos liderou um movimento a partir de 1517 que visava entre outros fins, simplificar os rituais religiosos tendo excluído todos os sacramentos da igreja Católica, excepto dois: o baptismo e a eucaristia que segundo Lutero foram instituindo pelo próprio Cristo.

<sup>869</sup> CARPENTER, Jean e LEBRUN, François – História da Europa. Lisboa: Editorial Estampa, 1996, p. 213.

<sup>870</sup> MARO, Frédéric – A Expansão Europeia. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 175.

<sup>871</sup> Missionário que da primeira igreja do nazareno de Providence, em Rhode Island, considerada a igreja mais antiga desta dominação religiosa para fundar a igreja do Nazareno em Cabo Verde.

sublinhou que as ilhas de Cabo Verde depois de terem sido achadas por Diogo Gomes e António da Noli *foram descobertas pela luz do evangelho de Cristo, nas últimas décadas do século XIX*<sup>872</sup>.

Esta fase revelou-se pioneira, na medida que só depois da organização da igreja do Nazareno, resultante de fusão de dominação religiosa ou evangélicas nos E.U. A em 1908, o trabalho do Reverendo Dias, foi perflhado pelos dirigentes da união. Ele se esforçara por mais de trinta anos, a preparar o caminho, em contactos e visitas as outras ilhas, criando condições para a germinação da obra pelo arquipélago. A segunda fase da implantação da igreja evangélicas em Cabo Verde ocorre com a chegada dos missionários pioneiros reverendo Everette e D. Garnet Howard, que chegaram a Cabo Verde em 1936, da Brava visitaram a ilha do Fogo e passaram São Vicente em 1938.

Na época em que o Superintendente passou a residir na cidade capital o trabalho da Missão em Cabo Verde foi enriquecido com a chegada de mais missionários. Em 1939 foi recebido o Reverendo Samuel Clifford Gay, natural, do País de Gales e o reverendo Ernest e D. Jessie Eades, com a filha Margaret Anne, chegaram em 1948. Dirigiam a construção do templo em Nova Sintra, Brava e criaram em Santiago a Brigada de evangelização (BEST) a qual se ficou devendo a implantação de várias igrejas no interior desta última ilha. No processo histórico da afirmação da Igreja do Nazareno em Cabo Verde a formação desempenhou um papel relevante<sup>873</sup>, pelo que se passou a formar no próprio solo cabo-verdiano pastores capazes de orientar os crentes na sua vida religiosa.

A edificação que viria a marcar a presença dos nazarenos na cidade da Praia viria situar-se nas proximidades do extremo norte do pequeno planalto que forma a urbe da Praia. Faz parte da mais moderna zona da cidade oitocentista. Embora enquadrada pelas ruas com as quais faz confrontações, a saber: Governador Roçadas a Oriente, o prolongamento da rua Serpa Pinto a Ocidente, a rua Dr. Manuel Arriaga, a Norte e a rua

---

<sup>872</sup> Barbosa Vasconcelos, António Marcelino. – O Centenário do Evangelho nas ilhas de Cabo Verde. In: Epístola nº15 Agosto Setembro de 2000. Praia: s/e, 2000. pp. 7-9

<sup>873</sup> Ficou marcante pela sua contribuição na expansão da igreja nazareno em cabo verde a criação do seminário Nazareno, em São Vicente de Cabo Verde, em 1953, de onde saíram formados, em 1956, um grupo de pastores correspondente a primeira formatura, tendo sido importante a vertente formação na divulgação dos princípios defendidos pelos nazarenos.

Abílio Monteiro Macedo a Sul. A maior referencia da sua localização é antigo o largo do Chapuset parte integrante do Montagarro (largo da Boavista) na denominação antiga inserta em periódico datado de 1876<sup>874</sup>.

Diversamente da Igreja matriz que se estende no sentido Este/Oeste, a construção em referência dispõe-se no sentido Norte/Sul, com a cabeceira direccionada para norte e fachada principal voltada para sul na forma como aparece na imagem seguinte apresentada como *figura 30*.

**Figura 30 - O edifício da igreja do Nazareno segundo a planta da sua localização**

**MUNICÍPIO DA PRAIA**  
**CROQUIS DE LOCALIZAÇÃO**  
**PLATÓ**

VISTO: COMISSÃO DE GESTÃO  
PLANO DE SALVAGUARDA-PLATÓ  
21/01/98

Câmara Municipal da Praia  
Presidente: [Assinatura]  
04.03.98

|                                                     |                                                                                                                                                                                                                               |                                                  |
|-----------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| COMISSÃO<br>GESTÃO<br>PLANO<br>SALVAGUARDA<br>PLATÓ | OBSERVAÇÕES:                                                                                                                                                                                                                  |                                                  |
|                                                     | ALTURA À GOTEIRA: _____ PE DIREITO: <u>ALTO</u><br>COBERTURA: <u>TELHA BARRO</u> PATRIMÔNIO: <u>ALTO VALORES</u><br>Para mais informações consultar o Plano Urbanístico Detalhado do Platô B. O. II SÉRIE Nº 51 de 20/12/1993 |                                                  |
| VISTO: CHEFE CADASTRO<br>23/01/98                   | Prop./Utente:<br><u>IGREJA DO NAZARENO</u>                                                                                                                                                                                    | SUBZONA QUARTERÃO LOTE<br><u>04 08 01</u>        |
| URB.: [Assinatura]                                  | Nº BI:                                                                                                                                                                                                                        | Aforamento <input type="checkbox"/>              |
| DES.: MIGUELIM                                      | Uso: <u>RELIGIOSO</u>                                                                                                                                                                                                         | Venda <input type="checkbox"/>                   |
| ESCALA: 1/1000                                      | ÁREA VERDE <u>1063,84 m²</u>                                                                                                                                                                                                  | Ampliação <input type="checkbox"/>               |
| DATA: 21/01/1997                                    | ÁREA CONSTRUÍDA <u>340,19 m²</u>                                                                                                                                                                                              | Actualização <input checked="" type="checkbox"/> |
|                                                     | INFORMAÇÃO:                                                                                                                                                                                                                   | Legalização <input type="checkbox"/>             |
|                                                     |                                                                                                                                                                                                                               | Altura máxima: _____                             |
|                                                     |                                                                                                                                                                                                                               | Nº de Andares: <u>R/Cm</u>                       |

**RECORRIDO**  
**REGISTRO**

Fonte: Croqui de localização – Plano Urbanístico detalhado do Platô. In: B. O. do Governo de Cabo Verde nº 51/93 II Série 1993.

<sup>874</sup> B.O. da Província nº 7/1876. Praia, Imprensa Nacional, 1876.

Em relação à época da sua construção informações recolhidas junto de entidades à mesma ligada dão conta da sua edificação em 1947. Ilídio do Amaral considera-o de construção recente em 1964, tal como o era o edifício do liceu Adriano Moreira<sup>875</sup>, ano de 1947 Esta edificação e as actividades da igreja viriam a afirmar-se como a segunda mais antiga instituição religiosa em Cabo Verde depois da igreja católica e a ter reconhecimento oficial por parte do Governo de Cabo Verde já independente com a publicação da portaria nº 10/1977<sup>876</sup>.

#### 4.2. A obra analisada do ponto de vista estético

Observada do exterior verificamos que a igreja é circundada por um baixo muro de protecção rebocado e revestido em tirolês. Na entrada exhibe um portãozinho de ferro, substituído posteriormente por um outro mais móvel e maior com o objectivo de facilitar a saída da igreja em situações que assim o exigem, particularmente durante algumas cerimónias como casamentos, entre outras. O conjunto de ilustrações a seguir evidenciado como *figura 31*, mostra duas imagens recolhidas no local da edificação, realçando a sua extensão, desde o alçado frontal à cabeceira, donde nascem dois braços de construção mais recente (1960), que dificilmente seriam captadas numa única imagem.

**Figura 31 - A edificação realçando a sua extensão desde o alçado frontal à cabeceira**



**Fonte: Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor. Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.**

<sup>875</sup> AMARAL, Ilídio do – **Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens**. Lisboa, Memória da Junta do ultramar, 1964, p. 336.

<sup>876</sup> B. O. de Cabo Verde nº 10/77. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1977.

Estes dois braços visíveis ao fundo do lado esquerdo na imagem da esquerda e no lado direito da imagem da direita, unidos, formam nas traseiras uma composição de dois pisos de construção mais tardia (1969). Aparentemente esta parte da igreja é autónoma em relação ao espaço de culto, a respectiva nave. Até por que tem entrada independente como podemos visualizar na imagem adiante indicada como *figura 32*. É-lhe incorporada transversalmente, disposta no sentido Este/Oeste.

**Figura 32 - Composição de dois pisos transversal à nave da igreja**



**Fonte:** Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor. Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.

O alçado desta composição é rítmico e simples e a meio da sua altura corre uma faixa finíssima que marca este campo espacial quebrando a monotonia da desta parte da obra arquitectónica. Um elementar friso também é aplicado antes da estreita moldura de remate que perpassa toda a cimalha do edifício. Estes elementos acrescidos a outros que enquadram as janelas exprimem o estilo arquitectónico que marca a época caracterizado pelo modernismo que na primeira metade do século XX se afirma no mundo ocidental e é espelhado em Cabo Verde através das obras em estudo neste ponto.

A composição em referência possui no piso térreo a funcionalidade do Jardim Éden revelando a contribuição da igreja na difusão do ensino pré-escolar e no primeiro andar é reservado aos aposentos de apoio às actividades da igreja.

Como pudemos enxergar nas duas primeiras imagens acima evidenciadas, referentes a esta igreja o alçado principal do edifício possui um portão de entrada, todo

em madeira, concebido na sua parte superior em arco quebrado e com arcada cega. O arco quebrado dá-lhe uma certa projecção em altura, contrastando-se com a sua sobredimensionada largura em relação à própria caixa-de-ar e ao edifício, impondo à partida alguma beleza. É encimada por uma caixa-de-ar com aparência de uma torre rasgada por uma estreita e alta janela que também aparentemente busca uma maior elevação nos seus arcos quebrados. Sobressai a cruz que acentua ainda mais a projecção em altura e na frente do observador aparece a cobertura a quatro águas nos dois braços da composição transversal, o que constitui uma uniformização em relação ao telhados da nave, sublinhando a dignidade que a obra requereu. A caixa-de-ar contém no seu interior uma escudaria que dá acesso ao coro. À direita da *torre* na parte frontal temos, na continuação do edifício, um janelão semelhante à porta principal devido à presença novamente do arco quebrado com maior pronunciamento de elegância por ser mais estreita, ter maior altura e de aparência mais leve. Sobretudo por estar completamente envidraçada e como tal denotando mais graça. Esta é completada com duas finíssimas *lumieiras* que a ladeiam. Para além da função de introduzir mais luz ao interior tais *lumes* conferem ao edifício uma beleza rara envolta pela simplicidade da sua construção.

Nas laterais da igreja tanto à esquerda como à direita, encontramos três janelões antecidos de uma lumieira circular<sup>877</sup>, dispostos de modo alinhado e obedecendo a um certo ritmo, cuja beleza pode ser mais apreciada do interior, como vemos na imagem seguinte indicada como *figura 33*.

**Figura 33 - Janelões simples e belos observados do interior exibindo do edifício**



**Fonte:** Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/07.

---

<sup>877</sup> É de se realçar que há hoje uma pequena diferença na parte lateral direita. Aí, debaixo da lumieira circular que tem a função de aumentar a iluminação do interior da igreja foi rasgada uma entrada com rampa que passou a servir de acesso para pessoas portadoras de deficiência motora.

Notamos nesta imagem a presença do arco quebrado visível noutras aberturas da edificação que eleva ainda mais as janelas altas de modo a não só, garantir uma maior iluminação natural do interior, mas também a exprimir um certo requinte arquitectónico pelas influências de um gosto neogótico que nos remete ao passado<sup>878</sup>, tal como refere Tuffelli, em relação ao ecletismo aplicado em edifícios românticos<sup>879</sup>.

A esse interior simples e livre de qualquer ornamentação como é o espírito protestante que foi aplicado um revestimento liso de cimento e área depois pintado e um pavimento em mosaico, que substituiu o soalho.

O interior exhibe ainda um altar estando incorporado ao mesmo o púlpito, para se colocar a bíblia no momento da pregação evangélica. Ao fundo está a cruz de Cristo enquadrado por um grande nicho, com a sua parte superior rematada por um duplo arco abatido com a inscrição *Santidade ao Senhor*, livre de qualquer ornamentação. Expressa assim esta parte da igreja, uma vez mais, o espírito da reforma protestante, salientando um dos factores da reforma luterana que corresponde à contestação da veneração de relíquias que foi uma evidência na tradição católica no século XV<sup>880</sup>. A realidade da contestação de relíquias santas em contraste com o que verificamos no espaço sacro dedicado à obra religiosa católica estudado no capítulo II desta segunda parte é espelhada na imagem seguinte indicada como *figura 33*.

**Figura 34 - Altar e púlpito da Igreja**



**Fonte:** Imagens do arquivo pessoal de fotografias recolhidas no âmbito deste trabalho em Julho/07.

<sup>878</sup> Estilo esse só transposto para a modernidade através do romantismo do século XIX por causa do seu carácter revivalista e eclético e que continua a espessar-se no século XX embora servindo outros fins.

<sup>879</sup> TUFFELLI, Nicole - A arte no século XIX. Lisboa: Edições 70, 2000, p. 97

<sup>880</sup> GREEN, Vivian Humbert Howard – Renascimento e Reforma: A Europa entre 1450 e 1660. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1984, p. 127.

No mesmo espaço um pouco mais abaixo do arco que encontra-se, mesmo ao fundo do altar, o baptistério, sendo também visíveis a estandarte da igreja e um exemplar da bandeira nacional, um testemunho do respeito pelos símbolos nacionais por parte dos nazarenos.

#### ***4.3. Contributos da Igreja do Nazareno na vertente social***

Por aquilo que analisamos que na breve história da actividade missionária da igreja do Nazareno em Cabo Verde em geral e em Cabo Verde em particular, fica claro que esta igreja tem dado um contributo de valor na educação religiosa dos crentes que constituem parte da comunidade à mesma circunscrita. A obra edificada espelha o seu carácter sagrado e durante muito tempo foi o espaço privilegiado para a prática do culto religioso dos nazarenos e meio de prestação do contributo dado pela igreja na sua ingente tarefa de educação cristã.

No entanto o trabalho da igreja não tem dedicado a sua acção só na esfera religiosa. Segundo o reverendo pastor Noel Alves<sup>881</sup>, actual presidente da liga nazarena de solidariedade (LNS), dos 107 anos de trabalho evangelístico nas ilhas de Cabo Verde, a obra social reclama para si um quarto desse tempo ou seja 32 anos. Para o senhor Alves, grandes desafios são hoje deixados a essa igreja que, há bem pouco tempo, comemorou 100 anos de existência em Cabo Verde servindo o povo de Deus. Em face de existir no seio da comunidade onde se insere esta igreja um conjunto de males sociais que, sublinha o reverendo, vão desde a droga, atingindo todas as faixas etárias, a prostituição nos meios rural e urbano, crianças de rua e na rua, pessoas vivendo em habitações precárias, famílias dirigidas por mães solteiras, alcoolismo, conduzindo a morte precoce de jovens, entre outros problemas, muito deu igreja à sociedade cabo-verdiana no plano da acção social.

Assim tem sido sonhos da igreja apresentar e compartilhar indivíduos na condição acima exposta desde habitações sociais para famílias pobres, cabazes mensais para famílias de baixos rendimentos, centros de recuperação para toxicodependente, uma rede de Jardins infantis rurais e urbanos, centros de apoio e sustento para órfãos de

---

<sup>881</sup> Personalidade que nos acompanhou na visita à obra arquitectónica em estudo e que disponibilizou um conjunto de informações relevantes sobre a edificação.



SIDA, programas de micro credito, a programas de formação para crianças de rua entre outras acções.

Outros projectos relacionados com a acção junto de tóxico-dependentes na opinião do reverendo vão prosseguir mas numa fase mais avançada da recuperação das vítimas intervindo nos campos da arte e da agricultura, divulgando pequenos artesãos com dificuldades de colocarem os seus produtos no mercado e apoio em materiais sementes agrícolas.

Ao aproximarmo-nos do fim deste trabalho, apresentaremos nas páginas seguintes a conclusão da tese, onde vamos realçar a sua essência, as nossas principais constatações e uma reflexão onde reafirmamos o valor simbólico do Centro Histórico da Praia, que a nosso ver é, inequivocamente, demonstrado ao longo de toda esta segunda parte.

## Conclusão

O estudo que ora terminamos, incidiu em duas partes. A primeira revela um contexto que evidencia, por um lado, o quadro teórico-conceitual do estudo relativo aos conceitos e paradigmas relevantes no âmbito da arte, da história da arte e da arquitectura, salientando a problemática da cidade e do centro histórico. Por outro, contempla a preocupação de enquadramento do tema, nos âmbitos geográfico e histórico. Destaca, neste último, factos a partir dos quais, decorreu a formação da urbe estudada e a que se relacionam os primeiros momentos da história de Cabo Verde, tais como: a *descoberta* ou *achamento* e a formação da sociedade cabo-verdiana, condições prévias, para a sua emergência como povoado, ascensão a vila, na segunda década do século XVI e a cidade, em 1858.

A segunda parte, a essência do trabalho, reportou fundamentalmente à descrição e análise dos eixos urbanos do Centro Histórico da Praia, partindo-nos do princípio que, ao estudarmos os aspectos iconográficos das diferentes obras arquitectónicas inseridas nos respectivos eixos urbanos e em contextos históricos específicos, estaríamos a evidenciar o valor simbólico da urbe oitocentista da Praia, como um todo, utilizando como recurso fundamental de análise as ferramentas e as metodologias de investigação no âmbito da história da arte.

No contexto que proporcionou o surgimento e afirmação do sítio da Praia, o porto atraiu os povoadores e estes criaram estruturas de ancoragem e instalações de apoio à actividade portuária, tais como alfândega, farol de iluminação marítima entre outros, como também a estrutura de defesa da vila, expressa não só nas pequenas fortificações mas sobretudo na antiga construção neo-manuelina do *Quartel e Batalhão de Caçadores da Praia*, uma das primeiras edificações modernas erguidas no centro histórico. Criaram igualmente a base económica que apoiou a actividade portuária e contribui para o progresso material dos habitantes. A igreja aproximou-se dos residentes para, ao lado das estruturação dos órgãos da administração, cuidar do culto, o que levou ao aparecimento da primitiva igrejinha de Nossa Senhora da Graça da Praia, precursora

da nova Igreja Matriz, edificada à entrada no século XX, muito depois da construção de importantes espaços sacros na antiga Ribeira Grande e noutros pontos do arquipélago.

Neste contexto desenvolveu-se, de modo peculiar, o processo municipalista na Praia, que teve a sua génese na antiga Ribeira Grande. A par da afirmação do poder municipal com expressão no magnífico edifício dos Passos do Concelho concluído em 1860, se estruturam os órgãos representativos da administração central. Estes depois de instalados definitivamente no burgo em apreço, por volta de 1770, vão conhecer uma evolução político-institucional importante, no século XIX, que vai distanciar-se do primitivo sistema de capitanias-donatarias, assente no poder pessoal dos capitães donatários, com a criação dos órgãos colegiais representativos do poder central, como foi o caso do conselho de governo. Nesta aspecto, materializou-se o esforço da metrópole em repartir poderes de administração no arquipélago. Acompanhou esse progresso institucional a construção de uma casa condigna para servir de residência da mais alta autoridade no Arquipélago.

As ruas, ao se estabilizarem, revelaram um traçado *urbano* de tipo ortogonal ou *hipodâmico*, caracterizado pela combinação de intersecções ortogonais e nas mesmas vai instalar a elite local em residências senhoriais, construídas na sua maior parte no século XIX bem alinhadas, ao lado de construções de outra índole residências mais modestas. A elite local vai contribuir para o desenvolvimento do comércio e progresso urbanístico expresso na concretização dos traçados que vieram a conferir ao Plateau o sentido de urbanidade. Ao mesmo tempo emergem nas faixas marginas do pequeno planalto os bairros mais pobres onde os habitantes construíram as casas tradicionais das quais alguns exemplares testemunham, até hoje, os vários modelos que partiram do paradigma das habitações tradicionais rurais, mas já distanciados daqueles nas suas formas de acabamento e ornamentação. A leitura dos aspectos iconográficos das edificações senhoriais revelou estarmos perante neoclassicismo arquitectónico dominante e realçou o valor simbólico das mesmas sob ponto de vista de, para além da função comercial desempenhada pelos respectivos pisos térreos, terem constituído um meio de ostentação de um certo estatuto na sociedade.

Importa antes de avançarmos realçar algumas constatações que reportamos importantes que decorrem do estudo que estamos prestes a terminar.

Numa primeira verificação notamos que apesar do esquema explicativo com base no qual buscamos perceber a estruturação do centro histórico em análise, seguindo uma lógica evolutiva dos mais antigos aos mais recentes eixos urbanos iniciada no extremo Sul que engloba a faixa litorânea e seguindo em direcção extremo no Norte do pequeno planalto. Ficou porém para nós evidente, que apesar do primitivo aglomerado humano ter desenvolvido no extremo Sul, onde também foram edificadas as construções representativas dos vários poderes, o sentido Sul-Norte da estruturação da urbe não é todavia linear. Esta constatação resulta do facto de no mesmo momento, entre 1860 e 1880 em que já estavam edificadas no extremo Sul alguns dos edifícios que chegaram até nós, como os paços do concelho bem como o Quartel e Batalhão de Caçadores d'Africa Occidental, depois Quartel da 1ª Companhia de Polícia Civil e Militar hoje Companhia *Jaime Mota*, também já estavam construídas as obras arquitectónicas relativas à Escola Principal e Biblioteca/Museu num largo da parte central do *Plateau* e o hospital com um dos seus pavilhões anexos no largo mais a Norte e descaído para o eixo Noroeste da cidade oitocentista. Por essa altura estavam também edificadas a nova Ponte Cais, a Alfândega e o Farol de Iluminação marítima situados na faixa costeira. Afora as ressalvas feitas, o esquema explicativo previsto permitiu-os enquadrar os diferentes exemplares de edificações segundo os eixos urbanos estruturados sucessivamente desde o extremo sul ao extremo norte e vimos que o centro histórico hoje evidencia de um modo geral que, à medida que caminhamos no sentido referido deparamo-nos com construções mais recentes.

Numa segunda observação apercebemo-nos também que o estudo da cidade oitocentista da Praia constitui seguramente uma referência para a construção da história local não só respeitante a urbe em si como também para o conhecimento do passado dos demais aglomerados urbanos e semi-urbanos de Cabo Verde, exceptuando a antiga Ribeira Grande, que se estruturou como centro urbano com características muito próprias. Se matriz explicativa pode não ser encontrada na sua função de capital a capital desde formalmente decretada desde 1612, entretanto concretizada definitivamente por volta de 1770 é possível ser encontrada nas suas características enquanto *cabeça* de município. Por esta via é possível chegar a muitos dos valores arquitectónicos e urbanos comuns a todos núcleos históricos com pelo menos o estatuto de vila no que toca ao respectivo passado histórico que se manifesta de forma semelhante, entre outros

aspectos, na relação entre edifícios representativos do poder temporal e espiritual, situando-se em regra num mesmo largo ou no alinhamento em artérias que configuram a chamada *rua direita*. Esta realidade atesta uma história comum, também expressa na função económica do Porto em cada aglomerado humano entretanto instalado nas ilhas, bem como no surgimento e afirmação de serviços aduaneiros, com função de arrecadação de receitas.

Este trabalho chamou-nos igualmente atenção para as formas de estruturação das elites locais mostrando que haverá similitudes entre a urbe da Praia e os restantes restante núcleos espalhados pelas ilhas, principalmente, os de Mindelo na ilha de S. Vicente e S. Filipe, na ilha do Fogo, apesar das características comuns os ligarem de forma diversa. Enquanto que Mindelo possui semelhanças com a cidade tradicional da Praia na sua vocação para servir de escala da navegação transatlântica, S. Filipe se aproxima da capital por causa da sua ligação com o meio rural, que permitiu a formação de uma elite fundiária no burgo de modo parecido ao que aconteceu com a Praia, onde se estabeleceu uma o grupo de morgados com grandes interesses agrários no interior da ilha.

Verificamos ainda que todos os elementos apresentados na descrição e análise de várias edificações de prestígio estudadas, sobretudo a nível dos aspectos simbólicos, estas nos colocaram perante um dilema na identificação de um estilo artístico concreto, principalmente na Igreja Matriz que aqui destacamos a título exemplificativo.

Podemos considerar a edificação sacra acima mencionada como estando inscrita no estilo neoclássico, como é tentação de algumas leituras, levando em conta aos elementos clacizantes que ostenta, nomeadamente, a sua frontaria de rigorosa compartimentação através de pilastras, faixas horizontais, a presença do frontão fechado e arcos redondos, à maneira clássica, traços que se repetem ao nível da ornamentação do interior. Hesitamos no entanto ante a evidência de uma gramática decorativa que inclui na porta de entrada a figura alada de um anjo protector do espaço sacro, na concepção barroca assumido como um putti, criação da contra-reforma que se populariza e vai buscar na criança a imagem angelical para educação dos fieis. Aparecem também sob a forma de fogaréus, ornatos de remate nos cantos da cimalha e nos vértices do frontão que sobressaem como linhas onduladas a simularem fogo ou *flama*, simbolizando a

expulsão das forças do mal através do fogo, muito usados nos períodos barroco e rococó nas fachadas das igrejas. Estas últimas características induzem-nos a pensar na inclusão de elementos que, no mínimo, pertencem a um barroco tardio. Na mesma linha barroca surge num dos frontões aplicados como ornatos do interior a representação de um pombo, símbolo do Espírito Santo. Reforça essa tendência a ideia de que cada vértice desse e de outros elementos triangulares apostos na composição, possam corresponder um dos três elementos da santíssima trindade, apesar de no plano formal ter sido herdado da tradição pagã. Pode também, mesmo a profusa geometrização, concebida para traduzir a ideia de que no momento da sua criação, o mundo foi geometrizado, e que apesar de induzir a sua interpretação como aspecto um ideal neo-platónico, este é reafirmado numa outra forma de expressão - pintura religiosa de interior – para colocar o crente perante dois mundos, opondo o plano no mundo celestial da virgem com a realidade humanitária dos apóstolos que expressam no seu semblante toda uma infinidade de interrogações que o mistério do mundo extra terreno possa despertar nos fieis. Esta é também tomada como outra realidade barroca. Em fim, resulta também do espírito da contra-reforma a expressão simbólica do percurso que leva o olhar do crente até ao *Throno* segundo o qual, o próprio edifício sacro é tido como lugar de transformação. Esta representação, que pode estar associada ao *caminho* da renovação do espírito, não é linear na lógica cristã e é feito por progressões, o que ficou expresso nos planos ascendentes que encontramos na Igreja Matriz da Praia, desde a porta de entrada, expressão repetida na mudança de planos ao atingirmos o cruzeiro e deste para o trono, onde está figura de Cristo na Cruz também colocado numa posição ascendente, tendo ao fundo o resplendor indicando ser o caminho da redenção. A ideia de ascensão traduzida ao nível da construção pode ser interpretado como semelhante aos actos de fé que se consomem como etapas a serem vencidas no percurso ascendente até a salvação.

Perante a evidenciação destes aspectos, assumir sem qualquer matização, a ideia de que esta igreja constitui um exemplar neoclássico, pode ser um erro. Estaremos mais inclinados ou a considerá-la uma obra de influência tardo-barroca e neoclássica, sem que seja excluído, quer elementos de um estilo quer de outro, ou a optar por identificá-la como uma obra que exprime o romantismo arquitectónico. Esta é a tese que mais apoiamos, devido ao carácter eclético das soluções arquitectónicas e decorativas, como de resto ocorre em outras construções do centro histórico, incluindo mesmo, um outro edifício residencial de prestígio. Além uma aproximação à arquitectura romântica pode

evitar uma acusação de se cometer anacronismo ao considerar uma obra terminada na passagem do século XIX para o século XX, como pertencente a um estilo mais remoto, quando no passado, está uma outra corrente estética que lhe é mais próxima no tempo.

Num esforço de demonstração do valor simbólico do centro histórico em estudo somos levados a evidenciar a sua função como um todo expresso nos elementos de matriz histórico-cultural relevantes que fixação o seu passado na memória colectiva dos seus habitantes. A sua importância estará marcada por elementos que traduzem o seu valor simbólico e que estão associado aos diferentes eixos urbanos e respectivas edificações.

Estes elementos sobre os quais recai uma aturada reflexão da nossa parte, auxiliam na demonstração do valor simbólico deste centro histórico, como adiante espelhamos nos diversos eixos urbanos.

Se por um lado, do ponto de vista histórico-cultural, revelou-se de inegável significado histórico o facto de durante muito tempo ser a cidade capital da província. A qualidade de cidade capital reforça o seu simbolismo associado à dinâmica económica que sempre teve, no entanto muito mais forte nos tempos de hoje, o que transformou a cidade actual no principal pólo de concentração populacional. Por outro lado, do ponto de vista estético constatamos que, no núcleo urbano em estudo, se afirmaram correntes arquitectónicas e arquitectónico-urbanísticas de expressão primeiro na metrópole, depois transplantados para o campo verde e com forte expressão na capital com incidência nos diferentes eixos urbanos, revelando harmonia na sua relação com o meio envolvente. Pensamos que do ponto de vista técnico e científico, particularmente no que se refere às concepções arquitectónicas e urbanísticas, individual, na óptica da composição isolada ou conjuntamente, na perspectiva de cada eixo urbano considerados, podem ser objecto de investigação como elementos de recolha de soluções estéticas subsidiárias à própria arquitectura e para investigação histórica, visando o aprofundamento da história local.

Na demonstração do valor simbólico deste centro histórico espelhado nos diversos eixos urbanos, se nos afigura salientar antes de tudo, que o antigo largo da igreja revela o seu simbolismo de anterioridade seu valor assente na antiguidade, enquanto primeiro largo da Cidade. Todavia a sua estratégica localização já reconhecida por forças vivas

da cidade em finais do século XIX, assentava-se no seu estatuto de miradouro, pois de vários dos seus pontos extremos se possibilitava desfrutar a vista do porto e grande porção do oceano. Ainda hoje ostenta esta condição, por força da preservação da orla sul, tal como era antigamente.

O facto de exhibir durante muito a antiga Igrejinha de Nossa Senhora da Graça, que aí se manteve até finais do século XIX e, por conseguinte, já desaparecida, donde lhe adveio a designação de praça da Igreja, e o imponente palácio do governo da província, hoje da presidência, que foi edificada praticamente na mesma altura da demolição do antigo espaço sacro, deu-lhe carácter de espaço nobre da cidade e vem revelar a tradição da cidade portuguesa em manter próximos, os edifícios representativos dos poderes temporal e espiritual, porque a nova igreja matriz, embora não se situar nesse largo, veio a localizar-se no mesmo alinhamento e na mesma rua do palácio.

Mais modernamente, na época do Estado Novo como reconhecimento do simbolismo deste espaço aí foram implantados dois monumentos com valor de arte pública e de elevado valor artístico. Um desses momentos é o obelisco, através do qual a autoridade de então pretendeu fazer acordar a memória do povo, para os valores da ordem na época instituída, consagrando aos habitantes um monumento que, embora só aparentemente os dignificava, conferia no entanto, valor simbólico ao espaço urbano em apreço. Na mesma linha, a inserção neste tecido urbano da estátua de Diogo Gomes, figura histórica que goza do prestígio de se encontrar entre os possíveis descobridores desta ilha de Santiago, vem reforçar o valor simbólico deste local.

Por seu turno, a praça Alexandre Albuquerque, ostentando o nome de um dos mais ilustres governadores gerais, o que em si evidencia o valor simbólico desta praça, parece ter mais força simbólica na sua função de espaço nobre de excelência se a associarmos ao significado da primeira designação, a de Praça do Pelourinho que encarna não só a ideia de um espaço de aglomeração humana, como também por integrar um conjunto de edifícios representativos do poder municipal condição básica para o desenvolvimento de uma vila, com maior expressão no caso em apreço na casa da câmara, por sinal um edifício imponente para a realidade local de uma concepção estética muito marcante, revelando entre outros elementos arquitectónicos de elevado valor sua torre, raramente observada em edifícios oficiais em Cabo Verde, para ostentar a maior dignidade do edifício.



Este eixo urbano ganha mais importância com o passar do tempo porque passa a ter função cívica que ultrapassou a simples utilidade de um local de comércio expressa num conjunto de atracções especialmente a animação a partir do seu coreto proporcionada pela Banda Municipal, que nas tardes de quinta e domingos, juntava a miúdos e graúdos sendo o espaço marginal da praça um local onde os passeantes desfilavam. Ainda que essas funções evidenciem um valor simbólico que marca gerações sucessivas, tenham a tendência para esmorecerem, em face de novas formas de diversão do nosso tempo, a presença da igreja e as missas que têm lugar nos vários momentos do dia, especialmente nas datas festivas as pessoas não esquivam de se aglomerarem, para discutir os mais variados assuntos da actualidade da urbe ou para se deleitarem no prazer que dá ocupar os acentos e contemplar a paisagem caracterizada pelo verde da jardinagem e pelos transeuntes que aí circulam, para depois regressarem a casa.

Prosseguindo a reflexão sobre o valor simbólico do centro histórico da Praia salientamos o que constitui uma evidência a vocação para a difusão cultural do outrora largo do Guedes, actual praça Luís de Camões, expresso na sua importância histórica tal como os outros já evidenciados no espírito de homenagear a figuras de grande relevo da história de Cabo Verde. Por ter uma ligação muito forte com a realidade sócio-cultural da cidade no passado entendemos que, caiu-lhe como uma luva o nome de Luís de Camões, proeminente figura da cultura portuguesa. Esta atitude lhe confere maior expressão simbólica ainda. Ostenta o seu passado na arquitectura através do conjunto de obras arquitectónicas, guardiãs do saber e da cultura, tais como: a antiga Escola Principal, hoje com a denominação popular de Escola Grande, a antiga biblioteca, o cine-teatro, entre outros, que forma um todo mantendo alguns dos seus traços originais expressos na harmonia no conjunto e uma certa ordem nas diferentes construções ainda existentes, exceptuando-se um caso de perturbação da unidade paisagística. Do ponto de vista da ornamentação, tal como no passado encontramos espaços verdes, uma calçada bem trabalhada, bem como, um conjunto monumental formado pelo busto do médico António Lerenó, iminente personalidade que muito deu de si à causa da saúde em Cabo Verde e a imagem esculpida da mulher do povo, com o seu menino ao colo, que confere ainda maior dignidade ao eixo urbano em apreço.

Igualmente, o último largo ainda com estatuto de manter viva a sua ligação ao passado, o dantes largo do Chapuzet, que ostentou durante muito tempo o nome do antigo Governador Geral da Província João da Mata Chapuset, o grande renovador da cidade na segunda década do século XIX, sendo este facto por si só, a expressão da sua importância e do seu simbolismo para a cidade. Mas o Estado Novo veio o conferir maior dignidade a esse eixo urbano ao ser edificado o imponente liceu que impõe reverência a quem ao mesmo observar, ou no seu seio penetrar, pela sua projecção em altura e pelos seus longos e altos corredores, bem como pela ostentação de uma riqueza ornamental, traduzida na pintura localizada revelando factos importantes da História de Portugal em azulejo. Mais do que o edifício educativo a componente ornamental da praça implantada ao centro do mesmo, a jardinagem e os assentos públicos realçam a sua importância e lhe consagra maior dignidade ainda. A obra de arte pública que corresponde ao monumento em homenagem ao Infante D. Henrique em forma de uma vela no seu todo trabalhado em mármore branco, semelhante ao elemento que entrou na reconstituição do Padrão dos descobrimentos em Belém – Lisboa na sua expressão de autêntica obra de arte colonial expressando o espírito nacionalista português, não podia ter local melhor para a sua implantação, que não fosse aí onde durante muito tempo se formou a elite cultural local.

A cintura nordeste e as antigas unidades hospitalares da Misericórdia, depois hospital civil e militar, mais tarde hospital de santa Isabel, Hospital Agostinho Neto assume-se como um espaço muito importante já no tempo em que o povoado tinha ainda o estatuto de vila. Para aí já afluíam pessoas na busca da plenitude das suas faculdades físicas e mentais geradoras de um corpo sadio. À sua importância do ponto de vista da prestação de cuidados da saúde física dos enfermos está associado o culto e a devoção da rainha santa Isabel um outro simbolismo também ligado ao passado da edificação como antigo hospital de misericórdia que desempenhava uma função de assistência espiritual muito forte, a par dos cuidados de saúde física propriamente ditos.

Em fim, as principais ruas guardam a imagem de elementos representativos do simbolismo presente nas residências senhoriais a expressão da emergência de uma elite local e que associa as suas residências à função comercial, edificadas com recurso a técnicas construtivas transplantadas da metrópole e materiais importados do exterior bem como inspiradas em estéticas construtivas que conferem certa dignidade aos seus

habitantes. As principais artérias espelham igualmente o progresso comercial da cidade sendo elemento mais revelador da sua função o espaço de mercado erigido numa das artérias que para além do simbolismo que encerra a sua função no âmbito do comércio interno se afirmou como importante espaço de sociabilidade dos habitantes da urbe.

Chegado a este momento, em face de toda a reflexão feita acima, se nos impõe lançar a seguinte questão: será que a cidade oitocentista da Praia pode ser considerado um património histórico?

A nossa resposta obviamente é positiva e para nós é evidente que, no plano da arte propriamente dito, o nosso objecto de estudo é um elemento valioso e constitui um campo fértil para a pesquisa no âmbito académico. Revela uma estrutura urbana com um traçado *urbano* de tipo ortogonal ou *hipodâmico* caracterizado pela combinação de ruas interceptadas ortogonalmente, à imagem das pequenas cidades e vilas portuguesas, estruturadas na metrópole em terras do ultramar. Ostenta, por conseguinte um conjunto de eixos urbanos, organizados como largos e praças, que reflectem a tradição urbanística portuguesa. Em todos os casos são ricamente decorados com recurso à arte pública. Dispõe igualmente de uma grande variedade de elementos arquitectónicos que vão desde edifícios civis entre esses destacando-se os de carácter público que espelham a existência de órgãos vitais da administração e particulares de tipo residências que revelam formas de vida, enfim, construções religiosas, militares e de índole secular como são os casos das antigas ponte-cais o espaço de mercado ou pelourinho entre outros que expressam ainda de forma muito viva o respectivo passado nas suas intactas estruturas.

Para a comunidade em geral, toda essa riqueza urbanística e arquitectónica tem inestimável valor na medida em que é *olhado* como herança e como tal como património histórico. Não que tenhamos feito qualquer levantamento de campo em forma de questionário para provar esta constatação, mas sim pela observação do esforço para a manutenção dos traços originais da sua estrutura urbanística e pelo empenho no sentido da conservação de edifícios das mais variadas índoles, registando-se com apreço particular a preservação de variados exemplares de edificações senhoriais e ditas tradicionais ou *populares*. Os traços do passado são tão evidentes neste centro histórico

a ponto de deixarmos claro neste trabalho a nossa pé-disposição para passar a defendê-lo a partir de agora, pois para nós, a Praia oitocentista possui melhores condições para ser aceite como património mundial pela UNESCO do que a antiga Ribeira Grande, bastante descaracterizada, pela acção do tempo e pelos sucessivos ataques de corso e pirataria de que foi vítima, mas também pelo abandono a que foi votada *ontem e hoje*, que fez da mesma transparecer uma cidade arruinada, realidade reconhecida na declaração na declaração final da conferência realizada no ano passado, a propósito das pretensões de Cabo Verde para que a *Cidade Velha* seja reconhecida como património da humanidade pela UNESCO, no Convento de S. Francisco, situado na própria urbe quinhentista, que fez, entre outras recomendações, uma maior atenção à primeira urbe portuguesa criada nos trópicos, de modo a manter a sua autenticidade e integridade, a par da feitura de um plano de gestão que compatibilize a visão da administração e da população. Pode constituir ressalvas em relação à inércia que se tem revelado no que toca a uma consistente acção de salvaguarda do património histórico que é a antiga Ribeira Grande, as intervenções feitas nos últimos tempos. Contudo ainda a pequena urbe mantém-se sem dinâmica e à espera de reposição, ao mínimo, das características que fizeram da mesma, uma das mais prósperas cidades fundadas por Portugal no ultramar. Auguramos por isso que venha a reconhecida pelo menos essa importância histórica pela UNESCO.

Um aspecto crítico que pode ser apontado, que abala um pouco o valor simbólico do centro histórico que acabamos de estudar, tem a ver com o estado de degradação em que se encontra o antigo *Quartel e Batalhão de Caçadores d’Africa Occidental* depois *Quartel da 1ª Companhia de Polícia Civil e Militar* hoje *Companhia Jaime Mota*, pelo não reconhecimento ainda do que representa enquanto símbolo da defesa da urbe e como tal, herança edificada de elevado valor patrimonial, a ponto de merecer um justo restauro. Além disso, essa edificação guarda uma importância incalculável por tratar-se dos poucos exemplares que reflectem o neo-manuelino em Cabo Verde. Todavia, em boa verdade, há que admitir que não tendo sido intervencionado, não sofreu alterações nem na estrutura global da composição, nem nos traços que mais evidenciam a sua vocação para a defesa da urbe. Em situação semelhante encontra-se um ou outro exemplar de habitação de carácter senhorial, entre as quais destacamos a casa pertencente antigamente a Fernando Sousa e Serra, situada na outrora rua do Lencastre actual Serpa Pinto também não intervencionados, mas que

graças ao estado em que se encontra particularmente, a construção que acabamos de mencionar, não estando em ruínas mas pondo a descoberto algumas das soluções construtivas do século XIX, oferece subsídios importantes para o estudo de tais elementos de outras edificações da mesma época em bom estado de conservação ou já restaurados. Quer esta edificação, quer outras, em semelhante estado de degradação em cada dia que passa, precisam de urgente restauro e reabilitação dado aos valores histórico-cultural que carregam. Registamos com certo realce, um conjunto de acções que espelham a experiência patrimonial cabo-verdiana, onde se enquadra uma vasta legislação em matéria de preservação de património cultural, onde se insere a herança edificada, embora nalguns casos, carecendo de regulamentação e onde se insere, por sua vez, a herança edificada. Referimo-nos às intervenções na via da afirmação do valor simbólico do centro histórico da Praia, destacando-se, ao nível do restauro e reabilitação de edificações antigas cujos exemplos que mais se evidenciam em: o antigo palacete situado na outrora rua do Sá da Bandeira, restaurado e reabilitado como palácio da Cultura *Ildo Lobo*, com variadas ofertas de espaços culturais. Estes vão desde: compartimentos destinados exposições, recinto para a realização de eventos culturais de palco, livraria e centro interactivo que serve de *café* e sala multimédia; uma residência senhorial restaurada e transformada em *Museu Etnográfico da Praia*; uma iniciativa da Direcção do Património do Palácio da Presidência da Republica que tende a fazer emergir no interior do palácio um espaço museológico, capaz de resgatar o quotidiano da vida dos mais altos magistrados na Província de Cabo Verde e um conjunto de relíquias que faziam parte da vivência dos governadores gerais e dos primeiros presidentes da republica. Entre as reabilitações mais bem conseguidas, figura o conjunto indicado como quarteirão 16, formado por edifício de piso térreo, com valor histórico-cultural ligado a um outro, projectado na mesma altura sem qualquer valor patrimonial. Nas duas composições viviam pessoas em condições precárias, devido ao estado de degradação em que se encontravam tais edifícios. Foram ambos previstos serem valorizados como uma única Unidade Arquitectónica (UA). Procurou-se manter as suas características arquitectónicas e foram introduzidas novas funções que pudessem garantir uma optimização dos mesmos, com a correspondente adequação dos espaços, em função dos usos e das exigências funcionais modernas. A parte com valor patrimonial foi restaurada e reabilitada para actividades comerciais, terciárias e culturais. Esta última função conferiu maior valor a esta parte da obra, dado que se transformou num espaço cultural de referência para a cidade – *Quintal da Música*, com

o aproveitamento do espaçoso pátio interno e alguns aposentos contíguos. As manifestações culturais aí desenvolvidas têm lugar não só no campo da expressão musical, como também na gastronomia local e noutras tradições, designadamente, a indumentária típica. Na outra parte da composição melhorou-se as condições de habitabilidade dos residentes, tendo-se estabelecido rendas sociais em função das condições sócio-económicas dos moradores.

Ficáramos por aqui com os exemplos testemunhando o valor simbólico da cidade tradicional para demonstrar a forma como a comunidade tem reagido no sentido da preservação e reabilitação deste centro histórico, mas temos que realçar o trabalho de repavimentação da antiga praça do pelourinho, hoje Alexandre Albuquerque que gerou alguma polémica, embora haja quem defenda que a opção por uma solução de piso mais em modos modernos, estaria mais em sintonia com os hábitos de vida da nova geração. O mesmo já não aconteceu a regeneração da pracinha da Escola Grande ou Praça Luís de Camões em que se utilizou a calçada artística e implantação de novos assentos e ajardinamento melhor cuidado. Constituiu inovação mais recente, a transformação desses dois eixos urbanos em espaços digitais onde pode sentar-se com um computador portátil e navegar na Internet.

Uma palavra em relação às ruas, tem a ver com a asfaltagem recentemente aposta sobre a calçada antiga, que também gerou polémica mas que para nós, esta é uma discussão que desafia a intervenção que concilie a tradição com a modernidade. Uma vez que as autoridades, deixaram algumas artérias sem asfalto, talvez na procura de salvaguardar esta realidade, pressupõe a possibilidade de nas mesma serem mantidas resquícios do passado ou mesmo, o que seria desejável, serem transformadas em vias pedonais.

Para além da atitude da comunidade para com o património urbano histórico, que é o Plateau acima demonstrado, que para nós é suficiente para se reconhecer o valor simbólico do Centro Histórico da Praia, é nossa convicção ter deixado ao longo do trabalho uma exaustiva análise que espelha essa importância da urbe tradicional da Praia. Evidenciamos em cada caso, seja largo, seja rua, seja ainda edificação os elementos marcantes deste simbolismo, lidos nas obras de arte. Em todos os eixos urbanos e composições arquitectónicas examinados foi revelado como expressivo do

valor simbólico, a função ou finalidade para que foram edificadas. A partir daí retiramos ilações relativas ao desenvolvimento de técnicas de construção, de sistemas de relações humanas estabelecidas na sociedade emergente, dos hábitos de vida atestados, do progresso material atingido e da afirmação de práticas de culto religioso, que acompanharam a vida da urbe desde a instalação dos seus primeiros habitantes até hoje.

A atitude da comunidade em geral face ao património histórico, que constitui o centro histórico da Praia principalmente do poder instituído que em última instância representa a colectividade, vai de encontro à tradição mundial da preservação do património urbano histórico expressa nos marcos cronológicos universais da conservação do património edificado, tal como aos mesmos refere Françoise Choay, uma estudiosa francesa de renome destas questões e que apresentamos seguidamente em linhas gerais, uma vez que, a nosso ver teve e continuará a ter reflexos na experiência patrimonial cabo-verdiana.

A valorização do património em geral, na sua acepção de herança histórico-cultural e construído, em particular, é expressa em iniciativas relevantes nesta matéria no quadro mundial e ao longo do tempo. Tais iniciativas remontam a muitos séculos atrás mas é no século XIX, com os alertas que despertaram e aglutinaram a consciência colectiva sobre os perigos da destruição da herança edificada em que entre outros, se destacou Victor Hugo em França no ano de 1832, quando os seus escritos exortavam para uma guerra sem tréguas aos demolidores de bens histórico-culturais que se expandia pelo mundo.

Contudo, permaneceram os crimes de lesa-património em todos os quadrantes geográficos, até que a Inglaterra, em 1908, legisla sobre o património e na sequência, constituem-se as chamadas Comissões Reais dos Monumentos Históricos, vocacionados para proteger e salvaguardar os testemunhos históricos/culturais da nação inglesa. As restantes nações europeias, perante as destruições da primeira Grande Guerra têm um sentir colectivo de perda da herança cultural e aprovam em 1931, uma série de medidas consagradas na Carta de Atenas, onde se recomendava a defesa e conservação do património.

Depois do novo conflito mundial, ter posto em risco a memória colectiva dos povos, sobretudo a património construído, em 1945, no quadro do aparecimento da ONU, é organizado o sector da UNESCO, destinado ao progresso da Educação, da Ciência, e da Cultura, tendo nesta última, atribuições com intuitos de defender, zelar e reconstruir o panorama cultural dos países.

A par das iniciativas no quadro da UNESCO a Convenção Europeia de 19 de Dezembro de 1954, compromete-se a tomar as medidas necessárias à salvaguarda da sua parte no património cultural comum da Europa, guardada pelo património construído. Este contexto vai permitir que algumas iniciativas de salvaguarda de certos elementos do património edificado viessem a concretizar-se ainda na época colonial com reflexos também da Antiga Ribeira Grande, em Cabo Verde, na época do Estado Novo.

De 25 a 31 de Maio de 1964, reúne-se em Veneza (Itália) o segundo Congresso Internacional de Arquitectos e de Técnicos dos Monumentos Históricos (CIATMH) que elabora uma Carta Internacional sobre a Conservação e a Restauração de Monumentos (CICRM), onde se define a noção de monumento histórico, de sitio historio e se estende essa concepção também, às outras obras modestas que adquirem como o tempo uma significação cultural.

Em 1972, a Convenção de Paris, por sugestão da UNESCO, debruça-se sobre a protecção do património mundial, cultural e natural, e aponta resoluções científicas, administrativas, jurídicas e financeiras destinadas a evitar uma degradação sistemática dos patrimónios.

A Carta Europeia do Património Arquitectónico (CEPA), adoptada e proclamada em 26 de Outubro de 1975, pela Comissão de Ministros do Conselho da Europa, além de reafirmar posições anteriormente assumidas, recomendava aos Governos dos Estados Membros que adoptassem medidas de ordem legislativa. A nosso ver, inspirado nestas medidas o governo de Cabo Verde, já independente, começa a promulgar uma série de leis tendentes à valorização do património cultural onde se inserem os bens edificados com valor simbólico. As iniciativas do governo de então e subsequentes poderes instituídos nas legislaturas seguintes requereram a criação de um departamento do



Estado especificamente voltado para a preservação e salvaguarda do património cultural e que nos tempos de hoje se apresenta com a designação de Instituto de Investigação e Patrimónios Culturais, na dependência do Ministro da Cultura. Talvez tenha sido a aprovação da Lei nº102/III/90 a maior iniciativa em matéria salvaguarda do património cultural. Esta lei, entre outros aspectos, clarifica o que pode ser considerado património cultural e natural de Cabo Verde, incluindo nos primeiros os bens com valor de herança edificada e bens e consagra formas da sua defesa e valorização.

Em face das constatações expressas nesta conclusão, que reflectem as análises feitas ao longo do trabalho, especialmente na segunda parte, ficou evidente para nós que, as realidades do passado, de um modo geral comuns aos principais núcleos urbanos de Cabo Verde, por si sós, encerram um significado histórico-cultural com importância simbólica. Este expressa-se, por conseguinte, não só a herança colectiva espelhada pela cidade tradicional da Praia, mas também para todos esses centros urbanos semi-urbanos e respectivos núcleos históricos rurais, com os quais estabeleceram especiais relações no passado. Podem tais núcleos ser relevantes e capazes de gerar interesse pelo seu estudo no âmbito da História local e respectiva difusão cultural.

Auguramos que este estudo, venha a contribuir para uma maior tomada de consciência do valor da herança histórica que encerra o Centro Histórico da Praia e todos os núcleos históricos que serviram de alavanca para o progresso material e espiritual nas diversas partes do arquipélago de Cabo Verde. É, igualmente, nosso anseio que, a sua divulgação vá de encontro aos propósitos do aproveitamento dos valores intangíveis da herança edificada e na expressão mais geral do património, como factor de desenvolvimento.

## Bibliografia

## Bibliografia

**Entre Fontes impressas to tipo narrativas, estudos especiais clássicos, cartografia antiga, periódicos, literatura especializada e documentos manuscrito eis o essencial do acervo que serviu de base para esta tese.**

Enciclopédia Einaudi, Imprensa Nacional. Lisboa, Casa da Moeda, 1986, Vol. 7, p. 278.  
Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XII. Lisboa – Rio de Janeiro Editorial Enciclopédia s/d, pp.234-244.

\_\_\_\_ Cabo Verde: Formação e extinção duma sociedade escravocrata. Praia: Instituto Cabo -Verdiano do Livro, 1993, p. 312.

\_\_\_\_ Migrações nas ilhas de Cabo Verde. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, Comunidade Económica Europeia 1983, p. 26

Acta da sessão de 6 de Agosto de 1874 do Concelho da Praia Acessível no IAHN, Câmara Municipal da Praia (CMP) Livro B2 – (R), A1/7 (1871 – 1900), fls. 46 – 46v.

Acta da sessão de 6 de Agosto de 1874 do Concelho da Praia Acessível no IAHN-CV, CMP Livro B2 – (R), A1/7 (1871 – 1900), fls. 46 – 46v

AGENCIA GERAL DO ULTRAMAR - Cabo Verde pequena monografia. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar 1961 p.8

ALBUQUERQUE, Luís de – O descobrimento das Ilhas de Cabo Verde. In SANTOS, Maria Emília Madeira e Albuquerque Luís de (Coordenação) – História Geral de Cabo Verde Vol. I Lisboa/Cidade da Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal /Instituto de Investigação Cultural de Cabo Verde, 2001, pp. 23-39.

ALMEIDA de, José A. Ferreira (Coord.) – Tesouros Artísticos de Portugal. Lisboa: Selecções Reader's Digest, 1976

ALVES, Miguel, - Cabo Verde: Ilha do Fogo, S. Filipe, sua evolução até a categoria de Cidade, sobrado qus em Cabo Verde como é o caso da Cidade de S. Filipe na Ilha do Fogo e sobrou. Praia. Edição do Autor, 1996. p.21

ALVES, Miguel. Cabo Verde, Ilha do Fogo São Filipe, sua evolução até a categoria de cidade, sobrado que sobrou. Edição do Autor.1996 Gráfica da Praia.

AMARAL, Ilídio do – *Cabo Verde: Introdução Geográfica* – In: ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira – **História Geral de Cabo Verde**, vol. I. Lisboa/praia: Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal/Direcção Geral do Património de Cabo Verde, 1991, p. 2

AMARAL, Ilídio do – **Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens**. Lisboa, Memória da Junta do ultramar, 1964, p. 17.

ANDRADE, Elisa – As ilhas e Cabo Verde: da descoberta à independência nacional. Paris: L'Harmattan 1996, pp.33-34.

ANÓNIMO de 1784 – Notícia corográfica e cronológica do Bispado de Cabo Verde. In revista Diogo Cão, Inéditos Coloniais, Série A nº III, Lisboa, 1937, pp. 8-19.

ANÓNIMO. Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde. Lisboa. Edição do Instituto Caboverdeano do Livro. 1985. apenso nº 5 – lista dos governadores de Cabo Verde

ARAÚJO, Luís – Espaços arquitectónicos cabo-verdianos (2ª parte). In: Revista Fragmentos nº2/1988. Praia, Movimento Pró-Cultura, 1988p. 85.

ARAÚJO, Luís – Espaços arquitectónicos cabo-verdianos (2ª parte). In: Revista Fragmentos nº2/1988. Praia, Movimento Pró-Cultura, 1988, p. 84

ARRUDA, Luísa – Decoração e desenho. Tradição e Modernidade: Azulejaria nos séculos XIX e XX. In: PEREIRA Paulo (Dir) – História da Arte Portuguesa Vol. 3. Barcelona: 1995,

AZEVEDO, Carlos – Solares Portugueses. Mem Martins: Livros Horizonte.

AZEVEDO, Paulo – Solares portugueses. Mem Martins: Livros Horizonte, 1988.

AZURARA, Gomes Eanes de Crónica da Guiné do descobrimento e conquista de Gomes Eanes de Azurara. Lisboa: Texto Editora, s/d, pp.249-250.

*B. O. da Província de Cabo Verde nº 10/1878.* Praia, Imprensa Nacional 1878.

*B. O. da Província de Cabo Verde n.º 22/1870.* Praia: Imprensa Nacional 1880. Assecível no Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde.

*B. O. da Província de Cabo Verde nº 178/1855.* Praia: Imprensa Nacional, 1855,

*B. O. da Província de Cabo Verde nº 20/1858.* Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde. 1858.

*B. O. da província de Cabo Verde nº 33/1880.* Praia: Imprensa Nacional 1880.

*B. O. da província de Cabo Verde nº 46/1873....* pp. 447-448.

*B. O. da Província de Cabo Verde nº 83/1860.* Praia: Imprensa Nacional, 1860,

*B. O. da Província de Cabo Verde nº24/1871.* Praia, Imprensa Nacional, 1871.

*B. O. da Província de Cabo Verde, nº 12/1869.* Praia: Imprensa Nacional, 1869.

*B. O. da Província de Cabo Verde, nº 7/1876.* Praia: imprensa Nacional, 1876, *B. O. de Cabo Verde nº 10/77.* Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1977.

*B. O. do Governo Geral da Província de Cabo verde nº 24 /1872 de 15 de Junho.* Praia: Imprensa Nacional de 1872

*B.O da Província de Cabo Verde nº 20/1885.* Praia: Imprensa Nacional. 1885, p. 157.

*B.O nº 53/1988*

*B.O. da Província de Cabo Verde nº 20/1858.* Praia: Imprensa Nacional, 858, p.154.

*B.O. da Província de Cabo Verde nº 22/1870.* Praia, Imprensa Nacional, 1870.

- B.O. da Província de Cabo Verde nº 37/1872.* Praia, Imprensa Nacional, 1872, pp. 199-203
- B.O. da província de Cabo Verde nº 40/1930 da Colónia de Cabo Verde. Praia, Imprensa Nacional, 1930, p. 3.
- B.O. da Província de Cabo Verde nº 51/1937. Praia, Imprensa Nacional 1937.
- B.O. da Província de Cabo Verde nº 83/1860.* Praia, Imprensa Nacional, 1860..
- B.O. da Província de Cabo Verde nº16/ 1873.* Praia, Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1873.
- B.O. da Província de Cabo Verde nº39/1891. Praia, Imprensa Nacional 1891, pp.222-225
- B.O. de C. Verde nº 13. Praia: Imprensa Nacional 31-3-1887 P.56-59.
- B.O. de C. Verde nº 22. Praia: Imprensa Nacional, 2-6-1894.
- B.O. do Governo-geral da Província de Cabo Verde nº 4/1871.* Praia: Imprensa Nacional, 1871, p.17.
- B.O. do Governo-geral da Província de Cabo Verde nº 7/1876. Praia: Imprensa Nacional, 1876,p.35.
- B.O. nº 17. 26 de Abril de 1879. Portaria nº 129.
- B.O: da Província de Cabo Verde nº 14/1858. Praia: Imprensa Nacional, 1858, p. 154.
- B: O. da Província de Cabo Verde nº 313/1860. Praia, Imprensa Nacional, p. 392.
- BALENO, Ilídio – Povoamento e formação de sociedade. In SANTOS, Maria Emília Madeira e Albuquerque Luís de (Coordenação) – História Geral de Cabo Verde Vol. I Lisboa/Cidade da Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal /Instituto de Investigação Cultural de Cabo Verde, 2001, p. 125
- Barbosa Vasconcelos, António Marcelino. – O Centenário do Evangelho nas ilhas de Cabo Verde. In: Epístola nº15 Agosto Setembro de 2000. Praia: s/e, 2000.
- BARCELLOS, Christiano José de Senna – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné Vol I, parte I e II, 2ª Edição, com apresentação Notas e Comentários de Daniel Pereira. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional, 2003, p. 31.
- BEBIANO, J. Bacelar Bebian, **A geologia do Arquipélago de Cabo Verde.** Lisboa: S/d. p. 275.
- BETTENCOURT, António Pedro Mendes. Auto-construção assistida na produção de habitação popular a baixo custo. In: *Revista Construção. n.º 3*, Semestral Ano II. Julho de 2000.
- BLOCH, Marc – Introdução à História. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987, p. 57.
- BLOCH, Marc – Introdução à História. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.

BOGDAN, R. E BIKLEN, S. *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora, 1997.

BOGDAN, R. E BIKLEN, S. *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1997.

*Boletim CABO VERDE de Informação e Propaganda nº 133*. Praia, Imprensa Nacional, 1960, p. 1.

*Boletim CABO VERDE de Informação e Propaganda nº 150/1962*. Praia: Imprensa Nacional, 1962.

*Boletim CABO VERDE de propaganda e Informação nº 10/1850*. Imprensa Nacional, 1950.

*Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação nº 141. Ano XII, Junho de 1961*. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde. pp. 20-21 e nº 140. Ano XII. Maio de 1961

*Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação nº 145/1961*. Praia. Edição da Imprensa Nacional, 1961, p. 31

*Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação nº 150/1962*. Praia: imprensa Nacional, 1962, p.34.

*Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação nº 60.1*. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, Setembro de 1954.

*Boletim CABO VERDE Informação e Propaganda nº 44/1953*. Praia, Imprensa Nacional, p.22.

*Boletim de da Sociedade de Geografia de Lisboa, 17ª Série, nº 5*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, pp.272-28

*Boletim de Informação e Propaganda nº 29/1952*. Praia, Imprensa Nacional, 1952, p. 9

*Boletim Oficial (B.O.) da Província de Cabo Verde nº 20/1858*. Praia, Imprensa Nacional, 1858, p. 154.

BRAGA, Pedro Babiano – *Mobiliário urbano: o coreto em Lisboa*. In: *Actas das Jornadas inter e pluridisciplinares sobre a Cidade*. Lisboa: A universidade aberta, 1993.

BRANDÃO Fernando de Castro – *História da Expansão portuguesa (1337-1580), uma cronologia* editada na Póvoa de Santo Adrião pela Heuris em 19 pp. 32-39.

BRANDÃO Fernando de Castro – *História da Expansão portuguesa (137-1580), uma cronologia* editada na Póvoa de Santo Adrião pela Heuris em 19 pp. 32-39;

BRÁSIO, António – *Cabo Verde, escala imperial*. In: *Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação nº 121/1859*. Praia: Imprensa Nacional, 1959.

BRÁSIO, António Pe. - *Monumenta Missionária Africana, 2ª Série, 1963 Vol II*. Lisboa: Agencia Geraldo Ultramar.

BRITO, António de Paula. Subsídios para a corographia da ilha de S.Thiago de Cabo Verde. Lisboa. Imprensa Nacional. 1889. p. 44. Acessível no AHU-Lisboa,

CABRAL Iva e SANTOS, Maria Emília Madeira – *Localização geográfica e formação de sociedade*. In VARIOS – Cabo Verde, gente e paisagem. Bilbao: Agencia Espanhola de Cooperação internacional, 2000, p. 27-55.

CABRAL Iva e SANTOS, Maria Emília Madeira – *Localização geográfica e formação de sociedade*. In VARIOS – Cabo Verde, gente e paisagem. Bilbao: Agencia Espanhola de Cooperação internacional, 2000.

CADAMOSTO, Luís de – Navegações de Luís de Cadamosto. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura MCMXLIV, pp. 70-74.

CALADO, Margarida, PAIS DA SILVA, Jorge Henrique, Dicionário de Termos da Arte e Arquitectura, Editorial Presença, Lisboa, 2005, ISBN 20130007.

Câmara Municipal da Praia - Relatório do Plano Urbanístico Detalhado do Platô contendo entre outros elementos os edifícios (propostos) para classificação como monumentos históricos com alto valor patrimonial Acessível nos Arquivos do Antigo Gabinete de Salvaguarda do Plateau. Praia 1998.

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE. Relatório das obras de Urbanismo e Planeamento (1995 – 1998).

CAMPOS, João (Org) – Porto: A dimensão intangível na cidade histórica. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2002,

CARPENTER, Jean e LEBRUN, François – História da Europa. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

CARREIRA, António - Cabo Verde: Classes sociais, estrutura familiar, migrações. Lisboa, Biblioteca Ulmeiro nº 9, 1997 p. 296

CARREIRA, António – Migrações nas ilhas de Cabo Verde. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, Comunidade Económica Europeia 1983,

CARREIRA, António – Notícia *corográfica* e *chronológica* do Bispado de Cabo Verde (notas e comentários). Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1995, (apenso s/p).

CARREIRA, António. Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878). Praia. Instituto de Promoção Cultural. 2000.

Carta de Limitação de Privilégios de 8 de Fevereiro de 1472, ANTT, Livro das Ilhas, fl. 2 v. Publicado in HGCv-CD.

Carta de mercê de 1º de Julho de 1509, que expressa uma tentativa de povoamento da ilha Brava antes de 1680, ANNT, Chancelaria de Dom João III, Doações, liv. 26 fl. 260 vº, doc 1, In: HGCv – CD.

Carta de nomeação e apresentação em 1866 pelo rei D. Luís, de Manuel de Figueiredo como Cónego da Sé de Cabo Verde e da respectiva confirmação em 27 de Março de 1871, Cf. IAHN, SGG Livro A1 (R), A1/0027, fls. 6v – 8, doc. 5

Carta de Pêro Vaz de Caminha a El rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil – Estudo introdutório e notas de Maria Paula Caetano e Neves Aguiar. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.

Carta de privilégio de D. Afonso V, datado do 12 de Junho de 1466. Brásio, António – Monumenta Missionária Africana (África Ocidental) 2 Série Vol. I, pp. 431-435; In: HGCV-CD, pp.19-22.

Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes. Publicadas por FONTOURA DA COSTA, António. Lisboa: Agência Geral das Colónias em 1939, p. 56 e seguinte.

CARVALHEIRA, José do Vale P. Nossa Senhora na história e devoção do povo português. S. Mamede de Infesta: Edições Salesianas, 1998 (Ano Mariano).

CARVALHO, Carlos – *Formação dos primeiros centro urbanos de Cabo Verde: Ribeira Grande e Praia*. In: Actas do Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português (1415 – 1822). Lisboa. Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2001, pp. 136 – 138.

CARVALHO, Frutuoso – Liceu Domingos Ramos, 43 anos a servir o país. Praia Jornal Horizonte nº 247/2003. Praia: 2003, p. 6.

CARVALHO, Maria Adriana Sousa. O Objecto e a Escrita. Praia. Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro de Cabo Verde. 2004. P. 11.

CARVALHO, Moraes – O Visconde de Serpa Pinto. Lisboa: M. Gomes Editor, 1901.

CHALUMEAU, Jean-Luc – As teorias da arte, Filosofia, Crítica e História da Arte de Platão aos nossos dias. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

CHAUNU, Pierre - Expansão Europeia do século XIII ao XV. S. Paulo: Pioneira, 1978 p. 113.

CHAVES, Luís – Pelourinhos do Ultramar Português. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1948

CHELMICKI, José Conrado Carlos de. Corografia Caboverdiana ou Descrição Geographico – Histórica. Da Província das ilhas de Cabo-Verde e Guiné. Tomo I. Lisboa. Typ. de L.C. da Cunha. 1841. p. 72.

CHELMICKI, José Conrado Carlos e – Corografia e descrição geográfico-histórica da província das ilhas de Cabo Verde e Guiné Tomo I. Lisboa Ed. do Autor, 1841 p. 60.

CHOAY, Françoise – L'Alégoirie du Patrimoine. Paris: Édition du Seul, 1992.

Companhia da Praia: Ordens de Serviço da 1ª companhia indígena de caçadores., referentes a 1945. Acessível no Arquivo Histórico Militar (AHM) de Lisboa, 2ª divisão, 3ªsecção, Cxa 87.

CONTI, Flávio – Como reconhecer a arte grega. Lisboa, Edições 70, 1995.

CORDEIRO Luciano (Obras de) – Questões Coloniais, Relatório como Secretário da SGL de 1880. Coimbra, Imprensa da Universidade 1934, p. 678.

CORREIA e SILVA – Espaços Urbanos de Cabo Verde. Lisboa, CNCDP, 1998.

CORREIA E SILVA, António – Espaços Urbanos de Cabo Verde, o tempo das Cidades Porto Lisboa: CNCDP, 1998

CORREIA E SILVA, António Leão – Espaço ecologia e economia interna. In: SANTOS, Maria Emília Madeira e ALBUQUERQUE Luís de (Coordenação) – História Geral de Cabo Verde Vol. I Lisboa/Cidade da Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical de Portugal/Instituto de Investigação Cultural de Cabo Verde, 2001, pp.180 – 183 e 227-236.

CORREIA, Ivone - Dicionário fundamental de Artes visuais. Lisboa, Bertand Editora, 1998.

CORREIA, Ivone e FERNANDES, Carla – Dicionário fundamental de Arte visuais. Venda Nova: Editora Bertand, 1998, p. 142.

CORREIA, João Rosado - O património construído: reabilitação/revitalização arquitectónicas. In: Revista de Património – *Espaço e Memória*. Porto: Universidade Portucalense, nº1/96

CORTESÃO, Jaime - Os descobrimentos portugueses Tomo I. Lisboa: Livros Horizontes, 1984.

CRIMAL, Pierre e OUTROS – História Geral da Europa. Lisboa: Publicações Europa-América, 1996.

DELOUCHE, Frédérique (dir)- Histoire de l'europe. Paris : Hachete, 1992, p. 307.

DIAS, Pedro – História da Arte Portuguesa no Mundo. (1415-1822). Navarra-Espanha, Círculo de Leitores, 1999, p.118

DIAS, Pedro – Manuelino e Neo-Manuelino. In: O Neo-Manuelino e reinvenção dos descobrimentos. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, (IPAAR), 1994, pp. 46-55.

DIAS, Pedro – Roteiro de Coimbra 3. In: Revista Mundo da Arte nº 6.S/L: 1982, pp. 28- 34

DIAS, Pedro. História da Arte Portuguesa no Mundo. Navarra (Espanha). Círculos de Leitores e Autor. 2000.

DIAS, Pedro. História da Arte Portuguesa no Mundo. Navarra (Espanha). Círculos de Leitores e Autor. 2000

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea. Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, 2001, p. 2229.



Dicionário de Terminologia Militar editado por VARELA Soares V. H. - Tenente Coronel formado pela Escola Superior de Tenência de Paris e NEVES E. A. Adelino - Major do Corpo do Estado Maior – Professor Catedrático da Academia Militar - S/L.; Edição dos Autores 1962.63 p. 410.

Dicionário enciclopédico de História de Portugal. Lisboa: Alfa Publicações, 1990, pp. 165-166.

Dicionário visual de arquitectura. Lisboa: editorial Verbo, 1997, pp.46-47.

Direcção das obras pública de Cabo Verde [Modificação feita ao projecto e orçamento relativo à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago]: peças de que se compõem o projecto: memória justificativa e descritiva, caderno de medições, bases e composições de preços e desenhos. nº 1 planta de local destinado à construção; nº 2 planta da igreja ao nível das fundações; nº 3 alçado de frente e alçado lateral; nº 4 alçado da frente posterior; nº 5 corte transversal próximo ao arco do cruzeiro; nº 6 corte transversal na capella-mor, corte transversal junto ao coro; nº 8 corte transversal na sacristia; nº 9 corte longitudinal [manuscrito] - anexo [ofício nº 115] 1891 20 12f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 169.

Direcção das obras pública de Cabo Verde [Modificação feita ao projecto e orçamento relativo à construção da Igreja matriz na cidade da Praia da ilha de S. Thiago]. Chamamos a atenção para as peças de que se compõem o projecto, entre outras, o desenho nº 2 - planta da igreja ao nível das fundações; - anexo ao [ofício nº 115] 1891 20 1f. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 169.

Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [relatório] 1878 Outubro 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 86f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Oficio nº 441] 1880 Agosto 19, Ilha de Santiago [a] Majestade (DGU) [manuscrito] 1880. 4f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 164.

Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1878 [Oficio nº 540] 1878 Dezembro 15, Cidade da Praia [a] Majestade (DGU) [manuscrito] 1872. 2f.

Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 164.

Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Ofício nº 480] 1880 Setembro 16, Ilha de Santiago [a] Conselheiro Geral do Ultramar [manuscrito] 1880. 1f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº520] 1879 Agosto 28, [a] Conselheiro Director Geral do Ultramar (DGU) [manuscrito] 1879. 1f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 164.

Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 609] 1879 Novembro 14, Ilha de Santiago [a] Majestade (DGU) [manuscrito] 1879. 16f. Autografado. Acessível no AHU. Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Ofício nº 299] 1880 Maio 18, Ilha de Santiago [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1880. 19f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 164.

Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 073] 1882 Dezembro 27, [a] Conselheiro Director geral do ultramar (DGU) [manuscrito] 1882. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 165.

DOMINGUES, Ângela. Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento. In: ALBUQUERQUE, Luís de e SANTOS, Maria Emília Madeira (coords.). História Geral de Cabo Verde vol. I. Lisboa/ Praia. Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) /Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde INIC-CV) 2001.

ECO, in: CALABRESE, Omar. A linguagem Da Arte. Editorial Presença. Lisboa. 1986. ÉVORA – José Silva. A Praia na primeira década da segunda metade do século XIX: o porto, o comercio e a cidade. Porto: Universidade do Porto, 2007, pp. 23-25.

Évora José – O Património arqueológico cabo-verdiano: situação actual da questão. In Revista Africana nº 24. Porto: Centro de Estudos Africanos e Orientais, da Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2002, p. 59.

ÉVORA, José Silva. *A Alfândega da Praia (Ilha de Santiago) – Um Modelo de Administração Colonial portuguesa em Cabo Verde*. In: *Revista de Portugal*. Nº 2. 2005. p. 28.

FARIA, Francisco Xavier - *Os solos da ilha de Santiago*, Lisboa: Tipografia. Imprimarte 1970.

FAZZINO, Enzo (coord.). *Cidade da Praia, Plano de salvaguarda do centro histórico*. Comissão das Comunidades Europeias e Delegação da Comissão na República de Cabo Verde. Cabo Verde. Janeiro 1991. p. 13.

FERNANDES, José Manuel – *Cidades e casa da Macaronésia*. Porto: FAUP Publicações, 1996 pp. 237-239.

FERNANDES, Valentim - *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes 1506-1508* foi editada pela Agencia Geral das Colónias em 1939, p. 56 e seguinte.

FONTOUTA DA COSTA, A. – *Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes 1506-1508*, Lisboa: Agencias geral das Colónias, 1939, p. 7.

Fragmentos: *Revista de letras artes e cultura* nº 9-10, Maio de 1993. *Praia Movimento pró-cultura*, 1993

FRANÇA, José Augusto – *História da Arte em Portugal: o modernismo*. Lisboa Editorial Presença, 2004.

FREIRE, Verónica dos Reis - *A Experiência Cabo-verdiana no domínio do Património*. In: *Revista Africana, n.º especial*. Porto: Universidade Portucalense, 1993. pp. 65-72.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND). *Linhas Gerais da História de Urbanização da Cidade do Mindelo.Praia.FND.1984*. p.115

Garcia de Horta – *Revista do Instituto de Investigação Cientifica Tropical*. Edição do Ministério da Ciência e Tecnologia. Lisboa. 1995. Volume 15. nº 1.

GODINHO, Vitorino Magalhães – *Documentos sobre a expansão portuguesa Vol III*, Lisboa: Edições Cosmos S/d. p.p. 271-276.

GOITIA, Fernando Chueca – *Breve História do Urbanismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

GOMES, Lourenço – *Memória histórica da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Graça da Praia*. Comunicação apresentada às Jornadas Luso/Cabo-verdianas de História Ciências Sociais e Relações Internacionais em Abril de 2004, organizadas pelo Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense Infante D. Henrique – Porto

GOMES, Lourenço - *O símbolo da autoridade na obra de arte colonial: o caso do Pelourinho da Cidade Velha – Santiago de Cabo Verde* in: *Revista Ciências Humanas vol 4*, nº 2/2006 da Universidade Federal do Maranhão. S. Luís do Maranhão, 2006.

GOMES, Lourenço - O valor simbólico das Fortalezas Real de S. Filipe da Ribeira Grande – Cabo Verde e dos Três Reis Magos do Natal – Brasil. In: *Revista científica Sæculum* (Julho/Dezembro de 2006) do Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

GONÇALVES, Flávio – Breve Ensaio sobre a Pintura Religiosa em Portugal. Lisboa, S/d, 1973.

GONÇALVES, Rui – História da Arte em Portugal vol 12. Lisboa Alfa, 1993, pp. 148-150

GONÇALVES, Rui Mário – História da Arte em Portugal vol 12. Lisboa Publicações Alfa, 1996

Governo- Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Ofício nº 299] 1880 Maio 18, Ilha de Santiago [a] Ministro e Secretario d’Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1880. 19f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 164.

Governo-geral da Província de Cabo Verde [a] Ill<sup>mo</sup>. e Ex<sup>mo</sup>. Sr. Ministro e Secretario d’Estado dos Negócios Marinha e Ultramar [Ofício nº67] 1887 Março 14, Cidade da Praia [manuscrito] 1 f. Autografado. Acessível Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição - Cabo Verde Cxa. 167.

Governo-geral da Província de Cabo Verde [a] Rev<sup>mo</sup>. e Ex<sup>mo</sup>. Sr. Ministro e Secretario de Estado dos Negócios Marinha e Ultramar [Ofício nº287] 1887 Setembro 9, Cidade da Praia [manuscrito] 2 f. Autografado. Acessível Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição - Cabo Verde Cxa. 167.

Governo-geral da Província de Cabo Verde 1878 [ofício nº 157] 1878 Abril 14, Cidade da Praia [a] Director Geral das Obras Publicas – DGU [manuscrito] 1878. 1f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

Governo-geral da Província de Cabo Verde 1883 [Projecto de reorganização das alfandegas da Província de Cabo Verde] anexo ao ofício nº 133, 1883 Junho 30, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1883. 15f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 161.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1858 [Ofício nº 267] 1858 Dezembro 22, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU)

[manuscrito] 1858. 5f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 78

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1858 [Ofício nº 267] 1858 Dezembro 22, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1858. 5f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 78.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 [Ofício nº 126] 1859 Novembro 25, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1859. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 80.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 [Ofício nº 274] 1859 Julho 22, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1859. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 80.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 [Ofício nº 114] 1858 Maio 25, Ilha de São Vicente [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1859. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 80.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 [Relatório das Obras Publicas da Província de Cabo Verde, no segundo Trimestre de 1859] 1859 Julho 22, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1859. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 80.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 [Relatório das Obras Publicas da Província de Cabo Verde no segundo Trimestre de 1859] 1859 Julho 22, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1859. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 80.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1859 [Relatório das Obras Publicas da Província de Cabo Verde no segundo Trimestre de 1859] 1859 Julho 22, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1859. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 80.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1870 [Ofício nº 081] 1870 Fevereiro 14, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1870. 11f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1870 [Ofício nº 081] 1870 Fevereiro 14, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1870. 11f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1878 Nº 74 [Ofício nº 142] 1878 Abril 4, Cidade da Praia [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU) – Direcção Geral do Ultramar (DGU) [manuscrito] 1886. 5f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde Cxa. 163.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 227] 1879 Abril 15, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar e (DGU) [manuscrito] 1879. 4f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 227] 1879 Abril 15, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1879. 4f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 227] 1879 Abril 15, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1879. 4f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1879 [Ofício nº 227] 1879 Abril 15, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar e (DGU) [manuscrito] 1879. 4f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Ofício nº 114] 1880 Janeiro 20, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1880. 3f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Ofício nº409] 1880 Agosto 16 [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1880. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 164. <sup>1</sup>

Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Ofício nº 441] 1880 Agosto 19, Ilha de Santiago [a] Majestade (DGU) [manuscrito] 1880. 4f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 164.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Ofício nº 114] 1880 Janeiro 20, Cidade da Praia [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1880. 3f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1881 [Ofício nº311] 1881 Junho 20, [a] Ministro e Secretario D'Estado da Marinha dos Negócios da Marinha e Ultramar (DGU) [manuscrito] 1891. 3f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1889 [ofício nº 81] 1889 Fevereiro 26 1889, [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar [manuscrito] 1889. 15f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 157.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1889 [ofício nº 81] 1889 Fevereiro 26 1889, [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar [manuscrito] 1889. 15f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 157.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1889 [ofício nº 81] 1889 Fevereiro 26 1889, [a] Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar

[manuscrito] 1889. 15f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 157.

Governo-geral da Província de Cabo Verde Série de 1889 [ofício nº 81] 1889 Fevereiro 26 1889, [a] Ministro e Secretario d’Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar [manuscrito] 1889. 15f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 157.

GRAHAM, Gordon. *Filosofia das Artes*. Lisboa. Edições 70. 1997 PLATÃO. *A Republica*. (9 Edição). Lisboa. Editora Calouste Gulbenkian. s/d.

Grande Dicionário Enciclopédico Verbo. Lisboa/S. Paulo. 1997.

Grande Dicionário Enciclopédico Verbo. Lisboa/S. Paulo. 1997. p. 19.

Grande Dicionário Enciclopédico Verbo. Lisboa/S. Paulo. 1997. p. 19.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira Vol. V. Lisboa-Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lda S/D, p. 282

GREEN, Vivian Humbert Howard – Renascimento e Reforma: A Europa entre 1450 e 1660. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1984,

Instituto de Fomento da Habitação (IFH). *Revista Construção* - Concepção de Modelos Habitacionais/As Habitações Tradicionais/ Sua Evolução/Seus Aspectos Positivos e Negativos – Ensaio - Propriedade IFH. Editor Alexandre Semedo. Cabo Verde.

IPPC – Nossa Senhora de Nazaré na iconografia mariana. Nazaré: Exposição comemorativa do VIII centenário de devoção de Nossa Senhora de Nazaré, 1982.

JANSON, H.W – História Mundial da Arte. Lisboa: Gulbenkian, 1992

Junta das Obras Publicas e Minas Série de 1878 [ofício nº 917 (a)] 1878 Maio 29, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 14f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa 163

Junta das Obras Publicas e Minas Série de 1878 Nº 74 [ROCL 14 nº 133] 1878 Novembro 4, Cidade da Praia [a] Majestade – Direcção Geral do Ultramar (DGU) [manuscrito] 1878. 13f. Autografado. Acessível no AHU. Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição - Cabo Verde Cxa 163.

Junta das Obras Publicas e Minas Série de 1878 Nº 74 [ROCL 14 nº 133] 1878 Novembro 4, Cidade da Praia [a] Majestade – Direcção Geral do Ultramar (DGU) [manuscrito] 1878. 13f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição - Cabo Verde Cxa 163.



KINDERSLEY, Dorling. Dicionário Visual da Arquitectura. Lisboa. Editorial VERBO. 1993.

LEGRAND, Gerard – A Arte Romântica. Lisboa, Edições 70, 2000, p. 8.

LEITE, José S. J. - Santos de cada dia Vol. I. Braga: Editorial A. O., 2003.

LIMA, Luísa Reis – A rua do Campo Alegre. Revista de Ciências Históricas e da Educação. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1992,

LOBO, Francisco J. G. de Sousa – Técnica, Engenharia e Artilharia na Cidade Velha. In: VÁRIOS – Cabo Verde: Fortalezas, Gente e Paisagem

LOPES DA SILVA, Francisco - História breve da educação em Cabo Verde até à independência V. In: Jornal Notícias nº 56/92. Mindelo - S. Vicente, 1992, pp. 14-15.

LOPES FILHO e APARICIO, João Paulo – O Forte do Príncipe Real e a Defesa da ilha de S. Nicolau. Cascais: Editora Patrimónia, 1998.

LOPES FILHO, João – A Ilha de S. Nicolau Cabo Verde formação da Sociedade e Mudança Cultural Vol I. Lisboa: Secretaria-geral do Ministério da Educação, 1996, p. 31.

LOPES FILHO, João – Abolição da escravatura em Cabo verde: subsídios para o seu estudo. Praia: Spleen Edições, 2006, pp. 77-84.

LOPES FILHO, João – Cabo Verde: Apontamentos etnográficos. Lisboa: Edição do autor, 1976. pp. 22-34.

LOPES FILHO, João. Cabo Verde: Subsídios para um levantamento cultural. Lisboa, Plátano Editora 1981.

LOPES FILHO. Introdução à cultura cabo-verdiana. Praia. ISE. 2003.

LOPES, Filho João – Ilha de S. Nicolau - Cabo Verde: Formação de Sociedade e mudança cultural. Lisboa: Secretaria Geral do Ministério da Educação 1998 p.185-186.

LOPES, Maria José. Surgimento das Câmaras Municipais das ilhas do Norte (Santo Antão, S. Nicolau e São Vicente). Arquivo Histórico Nacional. Praia. 2005. p. 28.

LOPES, Pedro Gregório - Uma leitura Simbólica não Forçosamente Arquitectónica. In: PEREIRA, Pe Pimenta. Paroquia de Nossa Senhora da Graça (1983-1993). Praia. Edição Grupo Paroquial J.P.II pp. 29-33.

LUCIE-SMITH, Edward - Dicionário de Termos de Arte. Lisboa: Círculo de Leitores, 1990.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – Algumas notas sobre o poder municipal no império português durante o século XVI. In: Revista de Ciências Sociais nº25-26/1880. Coimbra Colégio S. Jerónimo, 1888

MAHLER, Jane e outros – História Mundial da Arte. Lisboa, Bertand, 1992.

- MARQUES, A. H. de Oliveira – História de Portugal Vols I e II Lisboa: Editorial Presença, 1997.
- MARQUES, Oliveira – A Primeira República Portuguesa. Lisboa: Livros Horizonte, 1980, pp.96-98
- MATIAS, Cecília et al, Inventário do património arquitectónico da Cidade Velha (Santiago de Cabo Verde) in Revista *Africana* da Universidade Portucalense, nº6 especial 2001.
- MATOS – Maria de Fátima da Silva Costa Garcia de – O Neo-Manuelino no Brasil: Da ideologia à arquitectura: um projecto além-mar. In: Anuais do VI Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte. Rio de Janeiro. UFRJ/CBAH, 2004.
- MATOS, Artur Teodoro de (Coordenação de) – A colonização Atlântica. Lisboa: Editorial Estampa, 2005, p. 15
- MAURO, Frédéric – A Expansão Europeia. Lisboa Editorial Estampa, 1998.
- MAUROU, Henri-Irinée – Do conhecimento Histórico Lisboa: Rei dos Livros, 1991, pp. 207-225.
- MENDONÇA, Maria José – Catálogo da 1ª Exposição de Arte Sacra Moderna. Lisboa: União Noelista Portuguesa, 1954.
- Ministério das colónias – Anuário colonial de 1927-1929. Lisboa, Imprensa nacional, 1930 p.107-108.
- MONTEIRO, Raquel. A Experiência de Cabo Verde em matéria de arquivos. In: *Africana*. Nº Especial. Porto. Universidade Portucalense e Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde. 1993.
- MOTA, Antónia - *Aspectos da cultura material em inventários post-mortem da capitania do Maranhão, Secs. XVIII e XIX. Comunicação* apresentada ao Congresso internacional sobre o Mundo Atlântico no Antigo Regime: poderes e sociedade, realizada na Universidade Nova de Lisboa em Novembro de 2005.
- MUKARŮVSKÝ, Jean. Escritos Sobre estética e Semiótica da Arte. Editorial Estampa. Lisboa. 1988.
- MUNFORD, Lewis – A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas. S. Paulo: Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1982.
- MÚRIAS, Manuel - Cabo Verde memória breve. Lisboa: Agencia Geral das Colónias em 1939
- MÚRIAS, Manuel – Cabo Verde: memória breve. Lisboa: Agência Geral da Colónias, 1939.
- NEITZSCHE. *A Origem Da Tragedia*. Guimarães Editores. 1872.

Norna Portuguesa – NP 405-1 e NP 404-3. s/L: Instituto Português da Qualidade, 1995. Acessível na Biblioteca da Universidade Portucalense *Infante D. Henrique*, Porto – Portugal.

Novo Testamento. Cucujães. Editorial Missão, 1999, p. 161.

Ofício nº 426 de 13 de Dezembro de 1890 da Inspeção das Obras Públicas de Cabo Verde e quadros anexos aludindo aos trabalhos realizados ou em vias de excussão e conclusão e da despesa feita durante o período decorrido entre 16 Novembro de 1877 e 30 de Junho de 1881. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição - Cabo Verde Cxa 268 fl. 4v-5.

OLIVEIRA MARQUES, A H de – História e Portugal Vols. II, e III Lisboa: Editorial Presença, 1997.

OLIVEIRA, Emanuel Charles de – Cabo Verde na rota dos naufrágio. In: *Jornal A Semana nº 5/2006. Suplemento sobre a Cidade da Praia p. 28.*

Oliveira, Emanuel Charles de – Fontes Pereira de Melo, a memória que precisa ser preservada. In: *Jornal A Semana nº 5/2006.*

OLIVEIRA, João Nobre de – A imprensa cabo-verdiana (1820-1875). Macau: Fundação Macau – Direcção dos Serviços da Educação e Juventude, 1998.

Ordens estabelecidas pelo senhor governador António do Valle de Souza Menezes para a boa economia disciplinam dos Regimentos de Infantaria desta Ilha de São Thiago de Cabo Verde em Alardo 7 de Janeiro de 1780, Acessível no IAHN, SGG Livro A1 (R), G1/0885, fls. 1 – 7.

PAMPLONA, Fernando – Dicionário de pintores e escultores portugueses vol I (ANJOS TEIXEIRA, Artur – 1880/1935). Barcelos: Distribuição Euro-Libris, 1991.

PAMPLONA, Fernando de – Dicionário de Pintores e escultores Portugueses I. Barcelos: Distribuição Euro Libris, 1991.

Patriota Jornal Literário do Rio de Janeiro nº 5 Novembro de 1813 artº 1º parágrafo 1º.

PEREIRA DA SILVA, Rui - As colónias: da visão imperial à política integracionista. In REIS, António (Dir) – Portugal Contemporâneo, Vol. 4. Lisboa: Publicações ALFA, 1990 p. 101.

PEREIRA, Daniel - A importância Histórica da Cidade Velha (Ilha de Santiago de Cabo Verde).Praia: Instituto da Biblioteca Nacional, 2004, pp. XXII-XXIV.

PEREIRA, Daniel A. O Farol da minha infância. In: *Praia Santa Maria n.º2/2002.* Praia. Fernando R.T. Ortet/02.

PEREIRA, Fernando António Baptista – História da Arte Portuguesa (1500-1800). Lisboa, Universidade Aberta, 1992.

PEREIRA, Padre Pimenta. Paroquia de Nossa senhora da Graça (1983-1993). Edição do grupo paroquial João Paulo II. Praia. Marco de 1995. p. 20.

PEREZ Damião – História **dos descobrimentos portugueses**. Coimbra: 1960 pp. 134-137.

PIMENTA, Romeu – e EVANGELISTA, Domingos – Livro de leitura para a 2ª classe. Porto:Livraria Avis, 1967

PINTO, Ana Lúcia e outros, Cadernos de Historia da Arte 1, Porto: Porto Editora, p.28.

PINTO, Ana Lúcia e outros, História da Arte Ocidental e Portuguesa – Das origens ao final do século XX. Porto: Porto Editora, 2ª edição, 2006.

Plantas do Liceu Adriano Moreira e Palácio da Justiça (Alterações às Plantas e Fachadas do Palácio de Justiça da Cidade da Praia) de 1955. Fundo Arquivístico do MIT. Acessível no IAHN – Cidade da Praia Cxa. 1770.

Projecto de remodelação da ala direita da ex-câmara Municipal para a instalação dos serviços de assessoria do Primeiro-ministro. Acessível no Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (IAHN-CV), Fundo Arquivístico do Ministério das Infra-estruturas e Transportes (MIT) Cxa. 2º 2262, Dezembro de 1986.

PUSISH, António - Descrições hidrográficas das ilhas de Cabo Verde. In CARREIRA António descrições oitocentistas das ilhas de Cabo Verde. Lisboa: Presidência da República de Cabo Verde, 1987.

Quadros Orgânicos das Forças Terrestres Ultramarinas em tempo de paz – CABO VRDE, 1954. Cf. AHM – Lisboa, 2ª Divisão, 3ª Secção, Cxa. 71.

Quartel e Batalhão de Caçadores nº1 *d’Africa Occidental*. Cidade da Praia de Cabo Verde 15 de Abril de 1872 em que era comandante militar João Carlos de Sá Nogueira. Acessível no Arquivo Histórico Militar (AHM) – Lisboa FE 110 - B3-PQ –1.

REGATÃO, José Pedro – A arte pública e os novos desafios das intervenções nos espaços urbanos. Coimbra, Quimera Editores, 1996,

Regimento de exercício do poder e alçada no ofício de corregedor do Bacharel Estêvão de Lagos para as ilhas de Cabo Verde em 1534, Brásio MMA, 2ª série, vol. II, pp. 270-272. No mesmo se alude à questão das penalizações dos indivíduos consoante a sua condição social.

Regimentos de Infantaria desta Ilha de São Thiago de Cabo Verde em Alardo 7 de Janeiro de 1780, Acessível no IAHN, SGG Livro A1 (R), G1/0885, fls. 1 – 7.

Registo da carta de mercê do Vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Graça da *Villa da Praia*, Roberto Fernandez datada de 22 de Julho 1846 e de confirmação em 1º de Maio de 1850 pelo Governador Geral João Fontes Pereira de Melo. Acessível no

Instituto do Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde (IAHN-CV), Secretaria Geral do Governo (SGG) Livro A1 (R), A1/0025, fls. 108v – 109, doc. 128

Relação de Francisco de Andrade sobre as ilhas e Cabo Verde de 26 de Janeiro de 1582, Brásio, Monumenta Missionária Africana (MMA), 2ª Série III, pp. 97-98.

Relações de Diogo Gomes dos descobrimentos da Guiné, ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde, publicadas por PEREIRA, Gabriel. In: *Boletim de Geografia de Lisboa*, 17ª Série, nº 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899, pp.272-28.

Relato de João de Barros que contrapõe as narrativas de Diogo Gomes acerca do descobrimento das ilhas de Cabo Verde, publicadas sob a direcção de Magalhães Godinho Magalhães Godinho Op. Cit. pp.288-289.

Relatório da UNESCO da missão, de Paulo de Azevedo (consultor da UNESCO) sobre a *Preservação do património cultural e arquitectural histórico de Cabo Verde*, Praia: Direcção Geral da Cultura, 1981.

Relatório das obras públicas da Província de Cabo Verde relativo ao ano económico de 1888-1889. Acessível no AHU, fundo da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU), Direcção Geral do Ultramar (DGU) – CABO VERDE, Cxa. 167 fl. 9v.

Relatório de Viagem de Estado às ilhas de Cabo Verde no ano de 1952. Acessível no Instituto do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IANTT) – Arquivo de Salazar, AOS/CO/UL – 36, Pasta 1.

Relatório de viagem de estado às ilhas de Cabo Verde no ano de 1952. Arquivo Salazar, AOS/CO/UL-36 pasta 1. Acessível no IANTT – Lisboa Portugal.

RÉMOND, René. Introdução à História do nosso tempo. Lisboa. Gradiva. 1992.

Revista *Contemporânea* n.º 4/1855. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

*Revista Garcia da Orta* vol nº 9 (nº 1-166). Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1961, p 11

Revista *Stúdia* nº 10 Julho de 1962. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1962, pp. 49-97.

RIBEIRO Orlando – Primórdios da ocupação das ilhas de Cabo Verde. Lisboa: Faculdade de letras da Universidade de Lisboa. 1955, pp. 8-9

RIBEIRO, Orlando – A Ilha do Fogo e as suas erupções, Junta de Investigação do Ultramar (memórias, Série geográfica I) Lisboa, 1960. p 31

RODRIGRES, Maria João Madeira (Coord) – Vocabulário Técnico e Crítico da Arquitectura. Coimbra: Quimera Editora, 1996

RODRIGRES, Maria João Madeira (Coord) – Vocabulário Técnico e Crítico da Arquitectura. Coimbra: Quimera Editora, 1996, p. 233

RODRIGUES, Adriano Vasco - Pelourinho da Cidade Velha. In Revista Africana n.º 6 – especial. Porto: Centro de Estudos Africanos e Orientais da Universidade Portucalense (CEAO-UPT), 2001, p. 157.

RODRIGUES, Maria João Madeira (Coord.) – Vocabulário Técnico e Crítico de Arquitectura. Lisboa: Quimera, 1996

RODRIGUES, Maria João Rodrigues – Vocabulário técnico e crítico da arquitectura. Coimbra: Quimera Editores, 1996.

ROSSA Walter – A cidade portuguesa. In: PEREIRA, Paulo (Dir) – História da arte portuguesa vol III. Lisboa, 1995.

SAIAL, Joaquim – Estuária Portuguesa dos anos 30 (1926-1940). Mirandela: Bertand Editora, 1991.

SANTOS, Maria Emília Madeira (Coord) – História Geral de Cabo Verde Vols II e III. Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) /Instituto de Investigação e Património Culturais (IIPC)

SARAIVA, José Hermano – História Concisa de Portugal. Lisboa, Publicações Europ-América, 1994: 329.

Secretaria da Direcção das Obras Publicas da Província de Cabo Verde Série de 1880 [Ofício nº 144] 1880 Fevereiro 19, Cidade da Praia [a] Conselheiro Director geral do Ultramar e (DGU) [manuscrito] 1880. 3f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 164.

Secretária das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [ofício nº 157ª - Projecto da ponte Cais defronte da Alfândega da Cidade da Praia] 1878 Abril 9, Cidade da Praia [a] Director Geral das Obras Publicas – DGU [manuscrito] 1878. 26f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

Secretária das Obras Publicas da Província de Cabo Verde 1878 [Projecto da ponte Cais defronte da Alfândega da Cidade da Praia] 1878 Abril 9, Cidade da Praia [a] Director Geral das Obras Publicas – DGU [manuscrito] 1878. 26f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

Secretaria das Obras Publicas e Minas Série de 1878 [ROCL 14 nº 133 (a)] 1878 Maio 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 31f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

Secretaria das Obras Publicas e Minas Série de 1878 [ROCL 14 nº 133 (a)] 1878 Maio 1, Cidade da Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1878. 31f. Autografado.

Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU) – Direcção Geral do Ultramar (DGU) [a] Secretaria do Governo Eclesiástico de Cabo Verde [Relatório] 1886 Junho 10, Cidade da Praia [manuscrito] 1887. 2 f. Autografado. Acessível AHU. Lisboa, Portugal. Cxa. 167

Secretaria do Governo Eclesiástico de Cabo Verde [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU) – Direcção Geral do Ultramar (DGU) [Ofício de 25/4/1887] 15 de 10 de 1886, Cidade da Praia [manuscrito] 1886. 4f. Autografado. Acessível Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. 3ª Repartição – Cabo Verde Cxa. 167.

Secretaria do Governo Eclesiástico de Cabo Verde Série de 1886 Nº 66 [Ofício nº 208] 1886 Junho 28, Ilha de São Nicolau [a] Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar (SEMU) – Direcção Geral do Ultramar (DGU) [manuscrito] 1886. 2f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. Cxa. 167.

Secretaria do governo-geral da Província de Cabo Verde 1877 [ofício nº33] 1877 Dezembro 29, Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1877. 10f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

Secretaria do governo-geral da Província de Cabo Verde 1877 [ofício nº33] 1877 Dezembro 29, Praia [a] Majestade – DGU [manuscrito] 1877. 10f. Autografado. Acessível no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição – Cabo Verde, Cxa. 163.

SEMU – DGU [a] Secretaria do Governo Eclesiástico de Cabo Verde [Ofício nº 287] 1886 Junho 10, Cidade da Praia [manuscrito] 1887. 2 f. Autografado. Acessível Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). Lisboa, Portugal. SEMU-DGU, 3ª Repartição - Cabo Verde, Cxa. 167

SENNA BARCELLOS – Christiano José de – Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira, vols. I, II, III, e IV. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional 2003.

SERRÃO Joel (Dir. de) – Dicionário de História de Portugal, Vols I, III e V Porto: Iniciativas Editoriais s/d. p. 37.

SILVA Raquel Henriques da - Sinais de ruptura livres e humoristas. In: PEREIRA, Paulo (dir.) – História da arte portuguesa vol. III. Lisboa, Temas e Debates, 1995.

SOUSA, Henrique Teixeira. Será o cabo-verdiano indolente? In: Cabo Verde Boletim de Propaganda e Informação. Ano III. Novembro de 1952.

SPENCER, Maria Helena – Bairros da Cidade. In: *Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação* nº 47/1953, Ano IV Praia: Imprensa Nacional, 1953.

SPENCER, Maria Helena – Bairros da minha cidade. In: *Boletim CABO VERDE de Propaganda e Informação* nº 47/1953. Praia, Imprensa Nacional, 1953.

SPROCCATTI, Sandro – Guia de História da Arte. Lisboa: Editorial Presença, 1977.

TAWNSEND, Dubney. Introdução a Estética. Edições 70. Lisboa. s/d

TEDIM, José Manuel Alves – Apresentação de documentos: subsídios para o estudo da ourivesaria privada em Portugal – um dote do século XVIII. In: Revista de ciências Históricas. Porto: Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 1988,

TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias – A Ilha de S. Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV-XVIII. Lisboa: Centro de História Além-mar, 2004, p. 102-105

TEIXEIRA, Manuel e VALLA, Margarida – O urbanismo Português, Séculos XIII-XVIII. Lisboa: Livros Horizontes, 1999, p. 163.

TORRÃO, Maria Manuel Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. O Algodão da Ilha do Fogo...In: revista Studia 50, Lisboa 191, pp 157- 176.

TRISTÃO, Casimiro – Toponímia da Cidadesda Praia. In: Boletim CABO VERDE de Propaganda e Infirmação nº 145. Imprensa Nacional da Praia 1961.

TRISTÃO, Fernando – Toponímia da Cidade da Praia: in: Boletim CABO VERDE de Informação e Propaganda nº 150/1962. Praia: Imprensa Nacional, 19962.

TUFELLI, Nicole – A arte no século XIX. Lisboa: Edições 70, 2000,

ULRICH IM HOF – A Europa no Século das Luzes. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

UPJOHN e OUTROS – História Mundial da arte. Lisboa Bertand 1990.

VAKIL, Abdoolkarim – Vários Vasco da Gama. In: CURTO, Diogo R. (dir) – O tempo de Vasco da Gama. S/l, DIFEL (Difusão Editorial SA, 1998.

VALDEZ, Francisco Travassos. *África Occidental*: Notícias e considerações. Lisboa. Imprensa Nacional. 1864. p. 194.

VÁRIOS História da Arte Portuguesa. Vol. 3 – Do Barroco à Contemporaneidade Lisboa. Temas & Debates. 1995.

VASCONCELOS, Ernesto J. de C.E.C - As Colónias Portuguesas: geografia física, económica e política. Lisboa: Livraria clássica Editora, p. 15.

VASCONCELOS, Flórido. A Arte em Portugal. Lisboa. Verbo Juvenil. 1984.

VIEIRA, Henrique Lubrano de Santa Rita – História da medicina em Cabo Verde. Edição patrocinada pelo Ministério da Saúde de Cabo Verde e Sociedade Cabo-verdiana de Tabacos, Lda. Mindelo: 1999



WALTER, Rossa – A cidade portuguesa. In: PEREIRA, Paulo (Dir) – História da arte portuguesa vol. III. Lisboa, 1995